Williams Andrade de Souza
Organizador

ANAIS DA 1ª SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA & II ENCONTRO DE HISTÓRIA NACIONAL

CONEXÕES
PUBLICAÇÕES

ANAIS DA 1ª SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA & II ENCONTRO DE HISTÓRIA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Maria José de Sena
REITORA

Maria do Socorro de Lima Oliveira
VICE-REITORA

Danielli Matias de Macedo Dantas
PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG

Rinaldo Aparecido Mota
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG

Renata Valéria Regis de Sousa Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA – PROEXC

Tália de Azevedo Souto Santos
PRÓ-REITORA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO – PROGESTI

Renata Andrade de Lima e Souza
PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGEPE

Rodrigo Gayger Amaro
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

Joana dos Santos Silva
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – PROPLAN

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Elidiane Suane Dias de Melo Amaro
DIREÇÃO GERAL E ACADÊMICA

Paula Basto Levay Lage
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

José Temístocles Ferreira Júnior
COORDENAÇÃO GERAL UAB

Felipe de Brito Lima
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Gabriel Santana
Josué Santiago
Rebeka Vivyan
PROJETO GRÁFICO E DESIGN

José Ribamar (@josertn)
IMAGEM DA CAPA

Carlos Alberto Ferreira
Fábio Antônio Menezes
Jader Matias de Oliveira
PRODUÇÃO GRÁFICA

Felipe de Brito Lima
COORDENAÇÃO

Direitos autorais reservados a: Conexões Publicações – UAEADTec/UFRPE, 2026.

Esta obra está licenciada sob a Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações (CC BY-NC-ND). É permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato, desde que atribuída a devida autoria, sem utilização para fins comerciais e sem a criação de obras derivadas.

CONSELHO EDITORIAL – Selo Conexões

Enery Gislayne de Sousa Melo
Maria Wellita Bezerra dos Santos
Felipe de Brito Lima

Obra composta por seleção temática de trabalhos aprovados para publicação por congressos, periódicos e bancas de Trabalho de Conclusão de Curso.

Selo editorialvinculado à Editora Universitária da UFRPE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

S471h Semana Acadêmica de História (1. 2026 : Recife, PE). Encontro de História Nacional 2. : 2026 : Recife, PE).
História em movimento: pesquisa, ensino e tecnologias digitais para uma sociedade democrática : anais da 1. Semana Acadêmica de História [e do] 2. Encontro de História Nacional, 03 a 06 de dezembro de 2025, Recife, PE / Organização: Williams Andrade de Souza. – Recife: Conexões Publicações, 2026.

1 recurso online (593 f.)

Inclui bibliografia.

Publicação digital (e-book) no formato PDF.
ISBN: 978-65-83466-62-4

1. História 2. História – Estudo e ensino I. Encontro de História Nacional. II. Souza, Williams Andrade de III. Título.

CDD 907

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos – CEP: 52171-900
Recife/PE

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
www.ead.ufrpe.br/
instagram.com/uaeadtecufrpe/
facebook.com/UAEADTEC
secretaria.geral.ead@ufrpe.br
(81) 3320-5463

Williams Andrade de Souza
(Organizador)

ANAIS DA 1ª SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA & II ENCONTRO DE HISTÓRIA NACIONAL

História em movimento: pesquisa, ensino e tecnologias digitais para uma sociedade democrática

Recife, 2026

COMISSÃO ORGANIZADORA DA SEMANA ACADÊMICA E ENCONTRO

Prof.ª Dr.ª Aliete Gomes Carneiro Rosa (UFRPE)
Graduanda Erika Chagas de Oliveira (UFRPE)
Graduando Icaro Felipe Santiago Gallindo (UFRPE)
Graduanda Kenberlly Milenna Spindola de Oliveira (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Luciene Santos Pereira Da Silva (UFRPE)
Graduanda Maria Aparecida da Silva Alves (UFRPE)
Graduanda Maria Dalvania dos Santos Silva (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Marta Margarida de Andrade Lima (UFRPE)
Prof. Dr. Williams Andrade de Souza (UFRPE)

COMISSÃO CIENTÍFICA DA SEMANA ACADÊMICA E ENCONTRO

Prof.ª Dr.ª Aliete Gomes Carneiro Rosa (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Luciene Santos Pereira Da Silva (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Marta Margarida de Andrade Lima (UFRPE)
Prof. Dr. Williams Andrade de Souza (UFRPE)

MONITORES

Aldeir Rodrigues Ventura da Silva
Ana Verônica Alves de Andrade
Dayane Suelen de Lima Neves
Erik Luis da Silva
Ermeson Gomes da Silva
Frede Gonzaga da Silva
Guilherme da Silva Lisboa
Jaqueline da Silva Nascimento
Jaylson Santos de Vasconcelos
Josicleide de Araujo Borges
Lais Varelo Santos
Maria Dalvania dos Santos Silva
Matheus Sílvio dos Santos
Nivaldo Araújo de santana
Sarah Emannuelly Nogueira
Thales Gonçalo de Lira Silva
Thiago Silva
Ana Paula Costa da Silva
Daniele Maria da Silva
Edjane francisca da silva almeida
Erika Chagas de Oliveira
Ety Bezerra de Almeida
Gledson primo gomes
Ícaro Felipe Santiago Gallindo
Jaqueline Lira Galindo
Johnne Petterson de Sousa Araujo
Kaline da paz rodrigues
Maria Beatriz dos Santos
Maria Laiane Pereira de Oliveira
Micaelle Conceição Santos
Rafael Pereira Coutinho
Shirlene Maria da Silva
Thamyres Dantas Alves
Yvisson Martins Gonçalves de Lima Sabino

REALIZAÇÃO

Curso de História da UAEADTec
Diretório Acadêmico do Curso de História da UAEADTec

APOIO

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UAEADTec
PIBID História UAEADTec

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

CAPÍTULO 1
SILÊNCIOS, PRESENÇAS OU MARGINALIZAÇÃO?
Vista-de-olhos às representações da minoria !khung nos manuais de ensino em Angola
Abraão Jordan Calei 14

CAPÍTULO 2
INVESTIGANDO O ENSINO DE HISTÓRIA:
Abordagens, Desafios e Contribuições para a Formação Crítica
Alaíne M. Sousa 37

CAPÍTULO 3
ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DAS COSMOPERCEPÇÕES AFRO-INDÍGENAS
Álef Mendes dos Santos 52

CAPÍTULO 4
MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NOS DOCUMENTÁRIOS *CHAPELEIROS* (1983) E *O CHAPÉU DO MEU AVÔ* (2004)
Alexsandro Araújo Oliveira 68

CAPÍTULO 5
O CORPO DE POLÍCIA NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO: a instituição e o policiamento no século **XIX**
Anderson Antonio de Santana Justino 90

CAPÍTULO 6
INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADES LATINO-AMERICANAS: novos cenários geopolíticos
André Caldas Cervinskis 102

CAPÍTULO 7
ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: a história das infâncias e juventudes na Ilha de Deus
Erika Chagas de Oliveira
Luiz André Tenório 113

CAPÍTULO 8
DESAFIOS PARA O ENVELHECIMENTO EM PERNAMBUCO: Assistencialismo, Urbanização e Inclusão na Pauta da LBA nos Anos De 1980
Andreza Jucelly Severina da Silva 132

CAPÍTULO 9
SEXTORIOU COM HISTÓRIA: Experiências do PIBID/UFRPE-EAD na Formação Profissional Docente
Andreza Jucelly Severina da Silva
Paulo Ricardo de Queiroz Siqueira
Erika Chagas de Oliveira
Marta Margarida de Andrade Lima
Heliwelton do Amaral Clemente 151

CAPÍTULO 10
ENTRE NEERLANDESES E LUSO-BRASILEIROS: a trajetória política de Cosmo de Castro Passos (Pernambuco, Século XVII)
Douglas Rafael Kettner Meireles 166

CAPÍTULO 11
CARTILHA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: Mulheres Rurais da Mata Norte na Ditadura Civil-Militar
Dzaita da Silva Batista 178

CAPÍTULO 12
DA IMPRENSA À PARÓQUIA: a história social dos escravizados em Santo Amaro do Jaboatão (1850-1870)
Eduardo Ribeiro Xavier 189

CAPÍTULO 13
DIONISO ENTRE ELITES: Representações Cerâmicas e Disputas Simbólicas na Atenas do Século V AEC
Emidio Fernando Lopes Orfão 210

CAPÍTULO 14
HISTÓRIA DOS BATISTAS: das origens britânicas ao recorte moderno brasileiro
Erik Luis da Silva
Ewerton Luis da Silva 219

CAPÍTULO 15
MEMÓRIAS QUE EDUCAM: Construindo Saberes Antirracistas
Gislaine Cristina dos Santos Costa
Jaylson Santos de Vasconcelos 235

CAPÍTULO 16
LUZ, CÂMERA E ANCESTRALIDADE: o audiovisual na Educação para as Relações Etnicorraciais – um olhar sobre o ensino das religiões afro-brasileiras
Erinalda Antonio dos Santos
Gleidson Alves de Oliveira
Jose Ailton Gomes de Oliveira 250

CAPÍTULO 17
O TERREIRO DO EGITO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: Possibilidades de análise do atual processo patrimonial a partir da construção conceitual de Pierre Nora, em 1984
Gleyce Reis 263

CAPÍTULO 18
MALUNGUINHO: Memória, Cultura e a Construção de uma Identidade Afro-indígena
Ícaro Felipe Santiago Gallindo 280

CAPÍTULO 19
ENTRE A LEI E O CASO: o casuísmo como método jurídico no julgamento por adultério em Pernambuco em 1820
Janicleide Nunes Pereira 292

CAPÍTULO 20
MICROCOSMO PARANAENSE: o cotidiano na rua Borges de Macedo
Jeferson do Nascimento Machado 302

CAPÍTULO 21
BRASIL PARALELO: Narrativas "Revisionistas" na Produção de Conteúdos Educacionais de História (2016-2023)
João Vitor Romão de Castro 315

CAPÍTULO 22
O MOVIMENTO NEGRO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: a discussão nas aulas de História sobre suas Contribuições Históricas, Políticas e Culturais (1970-2000)
José Roberto da Silva Junior
Bruno Araujo Leal
Gustavo Correia de Melo Silva 336

CAPÍTULO 23
O DIREITO COMO AR: A Justiça dos Sertões de Pernambuco (fins do século XVIII e início do XIX)
Juliane Tavares Monteiro 356

CAPÍTULO 24
O TESTAMENTO DE UM BRINQUEDO: memória, etnografia e outras histórias
Karla Danielle Santos de Oliveira 367

CAPÍTULO 25
ENTRE XANGÔS E MARACATUS: resistências culturais negras e afro-religiosas na Maceió pós-abolição
Lilia Rose Ferreira 390

CAPÍTULO 26
"TENDO SIDO VÍTIMA DE EXALTADOS IGNORANTES": olhares sobre uma missiva de Hollanda Cavalcanti a Pedro e Manoel Francisco (1824)
Marcos Fellipe Nascimento dos Santos 413

CAPÍTULO 27
"GÊNERO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO HISTÓRICA": A trajetória de Ana Côrtes na ditadura civil-militar em Sergipe
Maria Aline Matos de Oliveira 427

CAPÍTULO 28
ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE PESQUEIRA: experiências vividas a partir da estação ferroviária em diferentes tempos
Maria Beatriz dos Santos
Maria Dalvânia Santos Silva 441

CAPÍTULO 29
MULHERES NEGRAS E TRABALHO EM MACEIÓ: leituras críticas do jornal Gazeta de Alagoas
Maria Viviane Romão da Silva 456

CAPÍTULO 30
"MULHERES EM LUTA": a disputa por uma memória de resistência feminina à Ditadura Militar através de uma exposição
Murilo Ramos Costa
Gabriela Alves Santos
Ben Hur do Carmo 471

CAPÍTULO 31
HISTÓRIA DOS OVAKWUISSI E SUA REPRESENTAÇÃO NO MANUAL DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA 10ª CLASSE DO ENSINO SECUNDÁRIO
Samuel Yambi Elias 483

CAPÍTULO 32
AS OBRAS CONCEITUAIS DE LUIZ ALPHONSUS E GUILHERME VAZ: entrecruzamentos entre arte e política (1969-1979)
Tamara Silva Chagas 498

CAPÍTULO 33
O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM CARUARU: discussões a partir da Lei nº 11.645/2008, do Parecer CNE nº 14/2015 e das entrevistas com docentes
Wagner de Oliveira 509

CAPÍTULO 34
MEMÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA DA PARTICIPAÇÃO DO POVO XUKURU DA SERRA DO ORORUBÁ NA GUERRA DO PARAGUAI: propedêuticos de uma pesquisa
Wellington Santos de Almeida 525

CAPÍTULO 35
CRIMES MILITARES E CONTROLE SOCIAL NA GUERRA DO PARAGUAI: a atuação da Justiça Militar brasileira (1865-1870)
William de Matos Jesus 545

CAPÍTULO 36
O MUNICÍPIO EM NÚMEROS: notas sobre demografia e os desafios da governança urbana no Recife oitocentista (1828-1855)
Williams Andrade de Souza 569

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que disponibilizamos à comunidade acadêmica e ao público em geral os Anais da 1ª Semana Acadêmica de História e do II Encontro de História Nacional, evento realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2025, sob a organização do Curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec-UFRPE) e do Diretório Acadêmico Francisco Augusto Pereira da Costa.

A iniciativa, intitulada "História em Movimento: Pesquisa, Ensino e Tecnologias Digitais para uma Sociedade Democrática", nasceu da convicção de que o ofício do historiador se estende da reflexão teórico-metodológica mais profunda à prática docente mais inovadora, da pesquisa arquivística às fronteiras da história digital, da análise historiográfica clássica às novas linguagens que narram o passado e se movem em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

Ao longo de quatro dias de intensa programação, o evento reuniu 612 inscritos – entre estudantes, pesquisadores, professores e público em geral – provenientes de diversas instituições do Brasil e do exterior. Foram realizadas 104 comunicações científicas distribuídas em 15 Simpósios Temáticos, além de 09 minicursos, 02 mesas-redondas e 02 conferências. Essa expressiva participação atesta a relevância do debate proposto e a consolidação de um espaço que transborda os limites da história local para afirmar-se como um encontro de História Nacional, não no sentido restrito de uma temática exclusiva sobre a nação, mas na ambição de fazer, a partir do Nordeste brasileiro, uma história plural, conectada e comprometida com as grandes questões do país.

Os trabalhos ora reunidos nestes anais refletem o espírito do evento: a aposta no diálogo entre pesquisa, ensino e tecnologias digitais como ferramentas indispensáveis para o fortalecimento da democracia, da inclusão e da paz social. Os textos que se seguem abordam desde a

experiência humana em suas múltiplas temporalidades até os desafios contemporâneos do fazer histórico e o ensinar história em meio à cultura digital. Investigam como a teoria guia a leitura de documentos em arquivos físicos e como ela se adapta ao universo múltiplo dos dados digitalizados. Discutem, ainda, como a pesquisa sobre sociedades indígenas, comunidades tradicionais e grupos subalternizados pode transformar-se em recurso pedagógico inclusivo para a sala de aula do século XXI.

Agradecemos profundamente a todos que tornaram possível esta publicação: aos palestrantes, mediadores, coordenadores de simpósios, ministrantes de minicursos e avaliadores; aos discentes do Diretório Acadêmico, cujo entusiasmo e dedicação foram fundamentais na construção coletiva do evento; ao corpo docente do Curso de História da UAEADTec; e ao Selo UAEADTec da Editora Universitária da UFRPE pelo apoio editorial. Que esta publicação não seja apenas um registro do que foi apresentado, mas um convite permanente à continuidade das trocas, ao fortalecimento das redes de colaboração e à certeza de que a História se escreve, e se move nas lutas, nas memórias e nas ações que construímos coletivamente.

Desejamos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Williams Andrade de Souza

Coordenador do Curso de
Licenciatura em História da UAEADTec/UFRPE

Coordenador da Comissão Organizadora

CAPÍTULO 1

SILÊNCIOS, PRESENÇAS OU MARGINALIZAÇÃO? Vista-de-olhos às representações da minoria !khung nos manuais de ensino em Angola

Abraão Jordan Calei[1]

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento histórico escolar é um processo intrinsecamente político, onde narrativas são selecionadas, silêncios são produzidos e representações podem ser cristalizadas. Este artigo centra-se num ponto crítico desse processo no contexto angolano: as representações da minoria !Khung no manual de História da 5ª classe. Investigar como este povo autóctone é apresentado (quer seja através de uma presença substantiva, de uma marginalização sutil ou de um silêncio eloquente) constitui uma questão académica de elevada relevância social. A sua pertinência reside no papel fundamental que os manuais desempenham na formação da consciência histórica dos sujeitos. Analisar estas representações é, portanto, examinar como o aparelho educativo oficial participa na (re)produção de visões sobre a diversidade "étnico-cultural" que compõe a(s) nação(ões) angolana(s).

Angola herdou um aparelho educativo colonial que marginalizou sistematicamente as histórias e culturas dos povos originários. A construção de uma nova identidade nacional, particularmente após

1 Mestrando em Ensino de História de Angola
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED-LUANDA).
Graduado em Ensino de História
Instituto de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA).
abraaokalei85@gmail.com

o fim da guerra civil, colocou o sistema de ensino perante o duplo desafio de promover a coesão nacional e de reconhecer a pluralidade interna. A Reforma Educativa de 2001 e a subsequente Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LEI N.º 17/16, e mais adiante a LEI N.º 32/20, de 12 de agosto) consolidaram, de certa forma, o currículo como ferramenta central do projeto nacional. Contudo, é a Política Nacional do Livro Escolar (PNLE), aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 90/25 de 2025, que estabelece de forma mais explícita o Princípio da Diversidade Cultural como diretriz para a produção de manuais.

Partindo deste quadro, o problema que orienta esta investigação é: De quais modos se faz o manual de História da 5ª classe de Angola para proceder à representação a minoria !Khung, e que implicações estes produzem para a formação de uma consciência histórica crítica e para o exercício de uma cidadania plena e inclusiva no país? Feito isto, pretende-se analisar contextualmente as representações dos !Khung dispostas pelo manual em questão. Para o efeito, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada na análise crítica do discurso (de orientação foucaultiana), que compreende a linguagem como uma prática social constitutiva e situada em relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). O *corpus* principal é constituído pelas únicas duas menções aos !Khung/Khoisan no Manual de História 5ª Classe (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, pp. 49, 74). A análise procedeu-se em três etapas interligadas: *(1)* análise textual, focada no vocabulário, na estrutura sintática e nas categorias históricas empregadas; *(2)* análise do contexto de produção, relacionando o discurso do manual com o marco legal e político angolano; e *(3)* análise interpretativa, onde os achados serão cotejados com o quadro teórico-conceitual. Esta triangulação visa garantir uma compreensão que se quer rigorosa e multidimensional do objeto em estudo.

ESTADO DA ARTE E QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

Esta parte busca pelo estabelecimento de bases conceituais e teóricas que julgamos sustentarem a análise das representações da minoria !Khung nos manuais escolares angolanos, com foco especifico ao de história da 5ª classe. A investigação, por assim dizer, ancora-se em três eixos tidos como principais. São eles: *(i)* as teorias sobre representações sociais e históricas; *(ii)* os estudos pós-coloniais e sobre populações autóctones; e *(iii)* as teorias críticas do currículo e da memória.

(i). O manual escolar, enquanto artefato cultural, traduz-se num poderoso instrumento de produção e disseminação de representações. Para analisá-lo, fincamos as bases num conjunto de autores que compreendem a representação não como um espelho do real, mas como uma construção social e igualmente histórica. É neste contexto em que se insere a teoria das representações sociais, proposta por Serge Moscovici (2003), ao oferecer-nos uma chave alternativa para compreendermos como ideias, valores e práticas são elaborados coletivamente para tornar familiar o não familiar, constituindo uma espécie de "realidade consensual" que orienta a comunicação e o comportamento de dado grupo. Aplicada ao manual, essa teoria permite examinar como a figura do !Khung é construída para o público estudantil.

Complementarmente, os estudos de Roger Chartier sobre a história cultural destacam que as representações são práticas que moldam a percepção do mundo. Para Chartier (1990), a análise deve focar nas estratégias e operações que produzem sentido, o que nos leva a investigar as escolhas editoriais, iconográficas e narrativas do manual. Stuart Hall (1997) amplia os lastros dessa discussão ao articular representação, identidade e poder. A identidade, segundo, é formada e negociada dentro da representação, que nunca é inocente, mas sempre situada em relações de poder. Daí que a pergunta "quem pode representar o quê, para quem e com que autoridade?" parece-nos

central para nossa análise dos expostos sobre os !Khung no manual de historia da 5.ª classe.

Os discursos e apologias encetadas pela teoria da violência simbólica, de Bourdieu e Passeron (1975), iluminam os mecanismos pelos quais representações dominantes são impostas e naturalizadas, sendo percebidas como legítimas até mesmo por aqueles que são por elas desfavorecidos. O sistema escolar, e o manual em particular, é um agente crucial nesse processo de reprodução simbólica.

(ii). Este eixo teórico situa o caso específico dos !Khung no debate mais amplo sobre o pensamento pós-colonial, este que fornece ferramentas para decifrar os silêncios e estereótipos que recaem sobre grupos minoritários. Neste quesito, Achille Mbembe, nos ensaios "*Necropolítica"*, de 2016, e "*Critica da razão negra"*, de 2014, fornece uma moldura poderosa para pensar como certas vidas e histórias são sistematicamente desvalorizadas, esquecidas ou apagadas no que ele distingue como projetos nacionais pós-coloniais (MBEMBE, 2014; 2016). A (in)visibilidade dos !Khung pode ser lida, neste sentido, como uma extensão ou manifestação dessa lógica.

Esta análise pode ser complementada e especificada pelas reflexões de dois autores que nem sempre dialogam, mas que nos parecem assumir-se de relevante postura. Trata-se de Kabengele Munanga e Ivaldo Lima. Sobre a construção das identidades nacionais. Munanga (2004), em sua crítica à "*Identidade nacional versus identidade negra*", argumenta que narrativas de unidade nacional frequentemente atuam como um projeto homogeneizador que apaga ou subalterniza a diversidade "étnico-cultural" interna para forjar uma falsa coesão. Em uma linha mais ou menos convergente, Lima (2016; 2019) analisa as representações homogeneizadoras do continente africano, como a noção de uma "África: pátria dos negros", que, ao essencializar e uniformizar a diversidade do continente, criam um imaginário que torna invisíveis histórias e identidades específicas, como a dos !Khung. A (in)visibilidade destes pode ser lida, portanto, não como um mero

esquecimento, mas como o resultado ativo de uma dupla operação política: a construção de uma identidade nacional inclusiva, mas assimiladora, e a perpetuação de um imaginário unificado que ignora a pluralidade interna.

Especificando um pouco mais sobre os !Khung, a literatura especializada os situa na família Khoisan (no tronco San), historicamente tidos como exímios caçadores, possuidores de línguas que despontam para alguma raridade dada as características: utilizam sons de clique (consoantes não pulmônicas). Estudos sociolinguísticos, histórico-antropológicos ou do campo da educação multicultural recentes em Angola, como os de Kondja (2023), Maiunga (2021) ou de Pedro e Mussili (2023), dentre outros, documentam a vitalidade e as particularidades do vocabulário !Khung, falado na província do Cunene e demais províncias do sul angolano, e alertam para sua situação de minoria frente às línguas bantas predominantes. Este conhecimento especializado constitui o contraponto fundamental para confrontar as representações veiculadas pelo manual.

(iii). O manual escolar assume o *corpus* de um local de produção curricular e de formação da memória coletiva. Gimeno Sacristán (2013), no âmbito das colocações gerais sobre a concepção do currículo enquanto um processo de *práxis* coloca os manuais de ensino no segundo plano de um total de cinco. O primeiro plano refere ao currículo oficial, formal ou ainda objetivado; o segundo plano é o do currículo interpretado tanto pelos materiais curriculares (e aqui podemos encaixar os manuais de ensino, documentos, dentre outros) quanto pelos professores; o terceiro alude a pratica real do currículo com sujeitos e um contexto concreto; o quarto ocorre no plano subjetivo e refere-se aos efeitos educativos reais; e o quinto diz respeito aos resultados ou efeitos escolares comprováveis e comprovados. Salienta-se, contudo, que a nos interessa em grande medida o segundo plano pelas razoes já apresentadas.

Ora, teóricos críticos da educação entendem o currículo não como um conjunto neutro de conhecimentos, mas como uma "narrativa

pública" e um "território contestado" (APPLE, 2006). O manual de História, em particular, é um artefato que seleciona, organiza e legitima uma versão específica do passado, funcionando como um dispositivo de poder na construção da identidade nacional, angolana no caso.

A noção de consciência histórica, desenvolvida por Jörn Rüsen (2001), assume também um papel central para nossa discussão. A consciência histórica é a operação mental que permite orientar a vida prática no tempo, interpretando o passado para tentar entender o presente e quiçá tentar projetar algum futuro, onde os manuais afiguram-se ferramentas primordiais para sua formação. Uma consciência histórica crítica e inclusiva seria capaz de integrar perspectivas múltiplas e reconhecer a diversidade de experiências no passado.

Desta feita, perspectivamos com esse estudo avaliar em que medida as representações dos !Khung contribuem para uma consciência histórica excludente (que naturaliza hierarquias e silêncios) ou para uma inclusiva (que promove o reconhecimento e o diálogo intercultural).

CONTEXTO: Políticas Curriculares e o Lugar do Manual de História em Angola

A busca por compreensões mais aprofundadas sobre as representações da minoria !Khung no manual de História da 5ª classe, exige o situar do documento, o manual, em seu contexto de produção, subjacente as políticas curriculares específicas e da instrumentalização para um projeto de nação. Para tal, uma leitura de cunho historicista parece-nos fundamental: a independência do Estado hoje chamado de Angola, em 1975, inaugurou um complexo processo de construção nacional, marcado por uma guerra civil com duração de 27 anos (1975-2002) e pelo desafio de superar o legado colonial. Neste contexto, o sistema educativo foi entendido como um pilar estratégico, se preferirmos, depois da busca pela materialização do projeto politico

que visava a formação do "homem novo". A Reforma Educativa de 2001, na sequência, materializada na Lei de Bases do Sistema Educativo (LEI Nº 13/01), representou a tentativa mais estruturante de reconfigurar este sistema. Mais do que uma atualização técnica, a reforma visava uma ruptura com o sistema educativo colonial exclusivista e a formação de uma nova geração de cidadãos alinhada com os objetivos nacionais de desenvolvimento.

O estudo de Bumba (2017) sobre as políticas curriculares entre 2001 e 2015 revela que, após a transição para uma economia de mercado e um regime pluripartidário, o currículo foi progressivamente orientado para conformar a educação e o currículo à demanda do mercado. Esta tensão entre o projeto político-ideológico de construção da nação e as demandas pragmáticas do capitalismo configurou um cenário ambíguo para a produção de materiais didáticos. Mas o marco legal entre a unidade nacional e o respeito pela diferença se deu com a definição da arquitetura do sistema educativo angolano pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LEI Nº 17/16 hoje revogada pela LEI Nº 32/20), que revogou a Lei nº 13/01 da Reforma Educativa. Este diploma estabelece como um dos fins do sistema desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença.

A materialização mais recente e específica para a produção de manuais é o Decreto Presidencial n.º 90/25, de 28 de abril de 2025, que aprova a Política Nacional do Livro Escolar (PNLE). Este documento é fundamental para nossa análise, pois estabelece diretrizes jurídico-normativas para a elaboração, avaliação e certificação de todos os livros escolares. De forma significativa, a PNLE consagra o "Princípio da Diversidade Cultural" no ponto V, que explicitamente "valoriza a diversidade sociocultural e linguística na produção do Livro Escolar", na alínea c). A existência deste princípio cria uma expectativa normativa clara: os manuais homologados pelo Estado devem, em teoria, refletir e valorizar a pluralidade étnico-cultural de Angola. A análise do manual da

5ª classe será, portanto, também um teste à efetiva operacionalização deste princípio na prática editorial.

O cerne deste sistema, como se pode ver, está o manual. Este, por seu turno, veicula um conhecimento que é tido como oficial, aparentemente neutro, mas no fundo revela vontades e imposições de uns sobre outros, na medida em que, este mesmo manual aparentemente neutro, organiza e legitima uma visão específica do mundo, uma visão que é construída por aqueles por os criam. Em Angola, este processo é centralizado e supervisionado pelo Ministério da Educação, que homologa os manuais. O manual de História, em particular, opera como um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1979) responsável por forjar uma memória coletiva e uma identidade nacional consensual. Na mesma tônica Monteiro (2024) alude que o seu conteúdo presente no manual em questão "valoriza a identidade angolana ao enfatizar a luta pela libertação do domínio colonial" e corresponde "às intenções do governo angolano de melhorar o sistema educativo através da implementação da reforma educativa". O manual torna-se, assim, o vetor material de uma "história oficial", crucial para o *nation-building*. E o da 5ª classe de história ocupa uma posição estratégica nesse projeto: ele marca, para a maioria dos alunos, o primeiro contacto formal e sistematizado com a história de Angola: os conteúdos, a periodização (embora alvo de imensos questionamentos por não refletir a tecitura do contexto) e os agentes históricos escolhidos estabelecem os marcos primordiais do que é considerado digno de memória coletiva. A forma como a diversidade "étnico-cultural" é apresentada (ou omitida) nesta fase inicial é decisiva para moldar a percepção dos jovens sobre a composição e as origens da sua nação.

É nesta encruzilhada em que se situa a tensão central que este artigo se propõe abordar. Por um lado, há um imperativo político de construir uma narrativa unificadora que promova a coesão social, frequentemente centrada na epopeia da luta de libertação nacional. Por outro, existe um imperativo ético e democrático de reconhecimento

da diversidade interna (étnica, cultural e histórica) que compõe a nação angolana. O manual acaba sendo um produto que opera no centro desta tensão (NSIMGENGO *et al*., 2012). Essa justaposição dos dois conceitos – unidade e diversidade – no mesmo fôlego oficial confirma, neste caso em concreto, que a ambiguidade não é uma questão acidental, mas uma característica estrutural do projeto nacional. O manual escolar, como veículo deste projeto, torna-se um objeto privilegiado para observar como essa ambiguidade se resolve (ou não) na prática pedagógica.

VISTA DE OLHOS ÀS REPRESENTAÇÕES DOS !KHUNG: O Manual e seus Silêncios Eloquentes

As representações presentes nos manuais escolares, como se tem vindo a dizer, não são neutras, pois que elas refletem tensões subjacentes às disputas ou às relações de poder existentes no espaço social, escolar. Essas narrativas são o reflexo da escolha de certo ente sobre o que se deve e o que não se deve ensinar, o que deve permanecer esquecido e o deve ser lembrado e como este deve ser lembrado. Pois bem, nesta secção, caro leitor/a, pretende-se incorrer a uma análise em torno da forma como os !khung são representados no manual didático de Historia da 5ª classe. Para o efeito, esta parte precisa constituir o núcleo empírico deste ensaio investigativo, materializando o exercício de análise documental centrado ao manual de História da 5ª classe em vigor no espaço angolano, buscando uma abordagem que transcenda ao mero levantamento das menções, para empreender uma leitura crítica que desmonte os mecanismos discursivos e em certa medida iconográficos através dos quais os !khung são inscritos na narrativa histórica escolar. A operacionalização desta análise apoia-se no cruzamento de breves categorias como a linguagem e a agência, pelo que permite, assim, sistematizar não apenas as presenças explícitas, mas, de forma mais

ou menos reveladora, os silêncios, a marginalização ou as presenças negativas / negativizadas.

Essa empreitada é materializada pelo estabelecimento de inúmeras interrogações inerentes ao padrão discursivo emergente das formas de nomeação e da linguagem, à exemplo de, em primeiro lugar: que léxico e qualificativos são mobilizados para referir o povo !Khung? O tom é homogeneizante, arcaizante ou, pelo contrário, reconhece a sua especificidade e contemporaneidade? Em segundo lugar, perscruta-se a lógica subjacente aos silêncios documentados: as omissões são casuais ou configuram um padrão sistemático? Observa-se uma correlação entre a ausência de menção e os períodos históricos que exigiriam o reconhecimento da sua agência, como a interação com outros povos, a resistência à colonização ou a integração na "nação" pós-colonial, confinando-os assim a um passado "pré-histórico" e imutável? Por fim, examina-se o diálogo entre a narrativa textual: as legendas das imagens e ilustrações ou não reforçam, atenuam ou contradizem o discurso escrito? Por fim, para reflexão, a representação visual contribui para uma estetização folclórica ou oferece elementos de complexidade e humanidade?

Ora, para início de conversa, se olharmos com alguma atenção a presença textual, mormente na frequência, enquadramento e linguagem, o que poderá o manual nos dizer? Vejamos: a menção aos !Kung ou aos Khoisan, qual seja, é pouco frequente, mas que tal ato se pode compreender, pelo menos em certa medida, dada a grelha programática e a classe a qual se destina o manual. Ela é feita, contudo, inicialmente no tema 4: "Angola Há Muitos, Muitos Anos", especificamente no ponto 4.1. "Os primeiros habitantes do território de Angola". Vejamos o excerto retirado do manual:

> Os Khoisan viveram sempre em tribos, sob a forma de comunidade primitiva, nas zonas de savana. Hoje, encontram-se, essencialmente, no Sul de Angola,

> nomeadamente nas províncias do Namibe, Huíla, Cunene e Cuando Cubango. Entre os povos mais antigos do território de Angola, para além dos Pigmeus e dos Khoisan, temos os Vátwa, os Kwepe, os Kuissi, os Bantu, os descendentes de Bantu, os europeus, os descendentes de europeus ou ainda os descendentes de Bantu e de europeus (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2021, p. 48).

Mais adiante podemos verificar outra e última menção ao povo no que é feita no Tema 6: "A Ocupação do Actual Território de Angola", especificamente o *item* "A Defesa do Território contra a Invasão do Sul de Angola", por sinal o segundo ponto da subsecção 6.2.1. "Acções de resistência dos reinos do actual território angolano". Vejamos:

> Até à véspera da ocupação colonial, o extremo Sul de Angola seguia o seu próprio desenvolvimento através das seguintes estruturas sócio-políticas: !Kung (Khoisan), Vátwa, Ovawambo (Ambó), e Ovanyaneka-Nkhumbe. (...) Os portugueses começaram a explorar a região Sul em 1844, quando B. J. Brochado explorou o Reino do Mulondo e atingiu os Reinos dos Ovawambo, em 1850. Até 1885, a ocupação portuguesa no Sul de Angola concentrava-se, sobretudo no litoral, em Moçâmedes (fundada em 1786), que se assumiu como ponto de partida para a penetração para o interior. Foi assim que em 1855, a Huíla foi transformada em colónia militar, de onde partiram as colunas para a ocupação dos reinos do Ovanyaneka-Nkhumbe e do Ovawambo (Ambó) bem como das sociedades Vátua e !Kgung (Khoisan) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2021, p 74).

Pois bem, se fizermos uma análise destes excertos, caro/a leitor/a, poderemos verificar que estes revelam-nos uma representação, diga-se, limitada, reducionista e até certo periférica dos !Khung,

situando-os apenas no passado longínquo e em posições marginais no desenvolvimento histórico do território hoje tido como angolano. Nas duas passagens supra expostas, os !Khung são apresentados como parte de um grupo generalizado e amorfo de "primeiros habitantes", vivendo em comunidades primitivas, ou então como sujeitos passivos na narrativa da "defesa do território".

A forma como o povo é nomeado e contextualizado é reveladora. O manual ora emprega o termo genérico "Khoisan" ora o termo !Khung, não fazendo uma clara, por mais breve fosse, distinção dos conceitos, pelo que esta opção lexical prioriza uma categoria antropológica ampla em detrimento da autodenominação específica do grupo, contribuindo para um apagamento da identidade singular, pois que não se trata de um único povo, mas sim de vários, como, de resto, alerta Ki-Zerbo (2010). O tom é decididamente homogeneizante e arcaizante: os Khoisan são descritos como tendo vivido "sempre em tribos, sob a forma de comunidade primitiva" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2021, p. 48). A associação ao termo "primitiva", carregado de extremo juízo de valor sob a tinta evolucionista, que posiciona essas pessoas num suposto estagio inferior da humanidade, ecoando hierarquias raciais, àquelas historicamente construídas e impostas pela modernidade colonial (MBEMBE, 2016) por mais infundadas que fossem, como se pode verificar em Munanga (2003; 2014), e; a ênfase dada a palavra "sempre" constrói uma imagem de um povo estático, parado no tempo, cuja organização social é definida por oposição a uma ideia implícita de "civilização" ou desenvolvimento histórico. Esta representação os confina a um estágio "pré-histórico" universal, ignorando possíveis dinâmicas internas de mudança ou de adaptação.

Se tivermos em conta que, como podemos ver em Chartier (1990), as representações não são meras reproduções do real, mas construções que refletem intencionalidades, ideologias, bem como de relações de poder, na acepção de Foucault (2008), e um pouco mais em Hall (1997), ao observar, também, que estas são parte constitutiva

dos regimes de significação que moldam identidades, ou ainda mais em Foucault (1985), no seu exercício em torno da ordem de discurso, por meio do qual podemos enxergar o discurso histórico como algo controlado e organizado, que nos pode conceder imensurável préstimo ao analisarmos o porquê de o manual dizer o que diz e da maneira como o diz, bem como de quais regras invisíveis se determinam o que pode ou não ser dito, centralizando a noção de o "poder produz discursos", então, neste sentido, a forma como os !Khung são nomeados, classificados e posicionados no texto contribui para a produção de uma identidade subalternizada e silenciada, evidenciando um apagamento simbólico e a marginalização histórica.

Ainda sobre os silenciamentos, os excertos em questão afiguram-se paradigmáticos se os atrelarmos ao sentido ativo da agência histórica dos !Khung. Apesar de mencionados no contexto da resistência à ocupação colonial do Sul do que hoje nomeamos por Angola, a sua participação é apresentada de forma completamente passiva. Eles não "defendem", não "resistem" ou "confrontam". Pelo contrário, são objetos da ação colonial: as colunas portuguesas partem para "a ocupação dos reinos (...) bem como das sociedades Vátwa e !Khung" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2021, p. 74). Esta construção sintática parece-nos demasiado crucial: os Ovanyaneka e Ovawambo têm os ditos "reinos" (embora o conceito seja alvo de intenso debate levantado por, dentre outros, Lima, 2023, percebamo-lo aqui com o sentido de uma estrutura ou organização política unificada), enquanto os Ovátwa e !Khung são meras "sociedades" a serem ocupadas. O silêncio aqui não se opera sobre a presença física, mas, e fundamentalmente, sobre a capacidade de ação histórica, ou seja, a sua agência histórica (no sentido urdido por Pedro, 2025). O manual omite qualquer referência a estratégias de adaptação, negociação, aliança ou resistência específicas dos !Khung perante a pressão colonial portuguesa, reduzindo-os a um elemento paisagístico do território a ser conquistado, ao lado dos ditos "reinos" politicamente organizados. Este silêncio sobre a sua

agency ocorre precisamente no momento histórico que exigiria seu reconhecimento como atores, para o bem ou para o mal.

É igualmente sintomático o apagamento das suas culturas, saberes, práticas e contribuições na história local. Os !Khung não são apresentados como sujeitos históricos ativos, mas como resíduos de um passado distante. Isso confirma o que Bourdieu (2007) chamou de violência simbólica, em que os mecanismos de exclusão se operam pela legitimação de determinadas versões do passado, em detrimento de outras. Correa (2019), por seu turno, argumenta que os manuais escolares, enquanto dispositivos pedagógicos, funcionam como instrumentos de normatização de identidades. Ao invisibilizar ou sub-representar os povos autóctones, como o caso dos !Khung, esses materiais contribuem para a manutenção de epistemologias "eurocêntricas", como diria Lima (2023), corroboram para uma retroalimentação da metáfora da barragem de mitos ou de mitos científicos de que fizeram apologia Ki-Zerbo (2002) e M'bokolo (2009) no ensino da história, o que limita a formação de uma consciência histórica crítica e, sobretudo, inclusiva.

Adicionalmente, é possível observar um silêncio profundo sobre a dimensão cultural, linguística e social dos !Khung no costurar das sociabilidades hodiernas. Nenhuma menção é feita à sua resistência, à sua sabedoria ancestral ou aos impactos da colonização sobre os seus modos de vida, elementos, por sinal, fundamentais para um ensino que se quer comprometido com a valorização da diversidade de povos e de culturas.

Entretanto, o que se observa é uma narrativa fragmentada e reducionista que, ao invés de abrir espaços para a pluralidade dos sujeitos históricos, reifica um modelo linear e centralizado de história. Este tipo de construção não apenas invisibiliza os !Khung, como também reforça a lógica do "outro" como ausência ou como atraso. Desse modo, o manual de história da 5ª classe, enquanto instrumento pedagógico, ao incorrer a essa forma de representação, contribui, decerto, para a produção de uma memória oficial que tende a marginalizar os !Khung,

fixando-os numa posição periférica, remando em dissonância com os princípios de uma educação inclusiva e emancipadora consagrados nas atuais políticas curriculares angolanas.

DISCUSSÃO: Implicações para a Consciência Histórica e a Cidadania

A análise dos dois excertos do manual de História da 5ª classe expostos nos tópicos anteriores revela um padrão de representação dos !Khung ou da família Khoisan que, embora os mencione, opera através de mecanismos sutis de marginalização e de um enquadramento para lá de arcaico. Esta prática discursiva tem implicações profundas para a formação da consciência histórica e da cidadania dos angolanos, gerando tensões diretas com os princípios oficiais estabelecidos na Política Nacional do Livro Escolar (PNLE).

Estes excertos constroem uma narrativa capaz de gerar uma consciência histórica excludente (RÜSEN, 2001). Ao serem confinados a um passado imemorial e "pré-político", os !Khung são excluídos da narrativa dinâmica da formação nacional; eles são apresentados como antecedentes, não como também atores da história do que hoje nomeamos por Angola, confirmando a suposta e aludida passividade. A ação histórica (explorar, ocupar), nos discursos presentes no manual, pertence aos portugueses e, em menor medida, aos outros ditos reinos bantu; os !Khung são o objeto da ação, nunca os sujeitos. Esta ausência de agência histórica nega-lhes um lugar no processo contínuo de construção nacional angolana, formando nos alunos uma percepção de que a história do país é, essencialmente, a história dos povos bantu e da sua interação com os colonizadores europeus.

O manual, ao cumprir formalmente o "Princípio da Diversidade Cultural" da PNLE ao mencionar os !Khung, falha em sua operacionalização substantiva. A diversidade é nomeada, mas não

é integrada nem valorizada na trama narrativa focal ou principal. Os !Khung aparecem em listas: "para além dos Pigmeus e dos Khoisan, temos os Vátwa, os Kwepe" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2021, p. 48). Essa estratégia, segundo Hall (1997), pode criar o que designou por visibilidade superficial, já que se carimba o grupo com um viés de marginalização na estrutura de significado dominante. Opera-se, portanto, a uma forma de representação por demais distanciada do objeto, fragmentada e descontextualizada que se impõe como um forte estorvo a tão propalada formação de uma cidadania plural e intercultural baseada no reconhecimento mútuo.

De um lado, ao aluno não-Khoisan, a mensagem subliminar é clara: os !Khung e toda família Khoisan não passam de um vestígios do passado, são elementos da diversidade "étnica" que pertencem mais ao museu do que à vida contemporânea da nação que se ergue a cada dia. Do outro lado, ao aluno pertencente a esse povo minoritário, a mensagem é também por demais clara: o seu não pertencimento ao projeto nacional angolano. A sua história é reduzida a uma condição primordial e à experiência da ocupação, nunca à resistência, à adaptação ou à contribuição cultural. Esta forma de violência simbólica (BOURDIEU & PASSERON, 1975) privilegia a formação de uma cidadania hierarquizada, onde o pleno exercício da(s) identidade(s) nacional(is) parece pressupor a assimilação a uma norma histórica e cultural que não inclui a sua experiência específica.

É precisamente neste ponto em que reside o que podemos chamar de tensão principal entre o documento oficial, a PNLE, e a sua implementação prática, o manual de ensino (o que Sacristán, 2013, chamaria de 2º plano do currículo, o currículo interpretado, no caso pelo manual). A PNLE, no ponto V. "Princípios que Regem a PNLE", alínea c), sobre o "Princípio da Diversidade Cultural", postula a valorização da diversidade sociocultural e linguística na produção do Livro Escolar. O manual, ao contrário, apresenta uma diversidade, diga-se, passiva e fossilizada, expondo, entretanto, significativas dissonâncias

atreladas à pressão por uma narrativa unificadora (prevista na Lei de Bases do Sistema de Educação, LEI Nº 32/20) e reforçada no discurso governamental), porém no plano pragmático acaba por silenciar as narrativas que poderiam complexificar essa unidade.

O apagamento não é, portanto, total, mas seletivo e qualitativo. Os !Khung não são invisíveis por lá; são arquivados. A sua memória é confinada a um capítulo sobre "os povos mais antigos" e a um parágrafo sobre a ocupação colonial. Deste modo, o manual não viola formalmente a lei, pois não os omite, mas falha em cumprir o seu espírito ao não lhes conceder historicidade, ou seja, a qualidade de seres históricos em transformação, com passado, presente e futuro. Como argumenta Mbembe (2017), o poder soberano manifesta-se também no controle sobre o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. O manual exerce este poder ao definir que a história dos !Khung é uma nota de rodapé na grande narrativa da nação angolana.

Em jeito de síntese, contudo, podemos dizer que as representações dos !Khung no manual de historia da 5ª classe, embora sejam aparentemente inclusivas, atuam como um dispositivo que forma uma consciência histórica amputada e uma cidadania para lá de incompleta. A consciência histórica formada é do tipo excludente, que naturaliza a marginalização de grupos classificados como "primitivos" no tempo longo da nação que se constrói diariamente. A cidadania que se delineia é uma que tolera a diferença como elemento folclórico do passado, mas não a reconhece como um pilar ativo e contemporâneo da identidade nacional. Para que o Princípio da Diversidade Cultural, de que faz apologia a PNLE, se torne fatível nos manuais escolares, faz-se necessário não apenas a menção aos !Khung, mas a sua integração numa narrativa que lhes restitua agência, continuidade histórica e um lugar legítimo no projeto que se quer plural de Angola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da questão central de investigar como a minoria !Khung é representada no manual de História da 5ª classe de Angola, e quais as implicações dessas representações para a formação da consciência histórica e da cidadania no espaço angolano.

Podemos concluir, no entanto, que o manual, embora mencione nominalmente os !Khung/Khoisan, opera uma marginalização qualitativa e estrutural através de dois mecanismos discursivos principais: primeiro, arcaísmo temporal que opera a descrição dos Khoisan como povos que desde sempre viveram sob a forma de comunidade primitiva. A ideia de central, a de "primitiva", é herdeira de um evolucionismo social ultrapassado, que remove os !Khung da historicidade dinâmica e posiciona-os num tempo estático e pré-nacional e impede a formação de uma consciência histórica inclusiva, gerando uma percepção de que a sua história é um vestígio, não um processo contínuo; segundo, alude a passividade histórica e confirma a sua representação como meros objetos da história, nunca como sujeitos. Esta negação de agência, não sendo mencionada qualquer forma de resistência, adaptação ou protagonismo próprio, os exclui da narrativa ativa da formação nacional. Na lógica do manual, a história angolana é feita por e através de outros povos; os !Khung são um cenário sobre o qual a história atua.

Portanto, o manual falha em cumprir o Princípio da Diversidade Cultural estabelecido na Política Nacional do Livro Escolar (DECRETO PRESIDENCIAL N.º 90/25), que prevê a valorização da diversidade sociocultural. Em vez de valorizar, o manual folcloriza e confina. Esta dissonância entre o dispositivo legal e a prática editorial revela que o imperativo de uma "unidade nacional", também presente na Lei de Bases (LEI Nº 32/20), tende a ser operacionalizado através de uma narrativa homogeneizadora que apaga a complexidade e a agência dos grupos minoritários.

Estas questões resvalam a criação de uma consciência histórica excludente, que naturaliza hierarquias entre povos "primitivos" e "organizados politicamente" e impedindo uma compreensão crítica do passado como um mosaico de experiências interligadas e igualmente válidas, para além de estabelecer uma cidadania hierarquizada, onde, ao não reconhecer a plena historicidade e contribuição de todos os grupos, forma cidadãos para uma nação concebida de forma restritiva. Para os alunos !Khung, a mensagem é de que a sua pertença à comunidade nacional é condicional e menor.

Esses silêncios analisados não são seguramente omissões acidentais, e sim silêncios eloquentes que revelam as tensões não resolvidas no projetoangolano de nação. A representação dos !Khung funciona como um sintoma de uma dificuldade maior em conciliar, na prática pedagógica, a unidade com a diversidade. Contudo, podemos celebrar a ideia de que a luta pelo reconhecimento e pela justiça histórica também pode ser travada nas páginas aparentemente neutras de um manual escolar. Logo, repensar essas páginas é uma condição fundamental para se imaginar e construir uma Angola verdadeiramente plural.

Alfim, nosso estudo, embora imbuído da melhor das intenções, apresenta seguramente limitações que devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, concentrou-se na análise de um único manual, o de história da 5ª classe. Embora estratégico, este foco não permite generalizações sobre todo o currículo de História. Em segundo lugar, a análise foi conduzida exclusivamente a partir do texto e do contexto oficial, não incorporando as percepções de atores fundamentais qual os professores que utilizam o manual, os alunos que o leem e, sobretudo, as comunidades !Khung sobre as quais ele fala. Esta ausência de vozes diretas constitui, em nosso entender, uma lacuna significativa.

À luz disto, em jeito de sugestões para próximas analises na área, apontamos para a realização de estudos comparativos curriculares, colaborativos com professores, alunos e fundamentalmente com as comunidades !Khung distribuídos pelas província do sul do país

com vista à produção de contra-narrativas pedagógicas, capazes de preencherem lacunas no currículo oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 90/25, de 28 de abril: Aprova a Política Nacional do Livro Escolar. 2025. Disponível em: https://angolex.com/paginas/decreto-presidencial/politica-nacional-do-livro-escolar-90a-25a.html. Acesso em: 02,01, 2026.

_____. Decreto Presidencial n.º 13/01, de 31 de dezembro: Lei de Bases do Sistema de Educação. **Diário da Republica**, I Série, n.º 65, de 31 de dez. 2001.

_____. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República,** I Série, n.º 170, 7 out. 2016. Disponível em: https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-07-de-outubro/. Acesso em: 23 jan. 2026.

_____. Lei n.º 32/20, de 12 de agosto: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República,** I Série, n.º 123, 12 ago. 2020.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** (12ª ed.). Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BUMBA, António Maria. **Políticas curriculares em Angola (2001 - 2015): o público e o privado.** Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CORREA, J. S. (2019). Manuais escolares e representação de identidades culturais. **Revista Brasileira de Educação**, 24(76), 1–22.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collége de France (1977 -1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**, vol. I. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

_____ (org). **História Geral da África,vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

KONDJA, José Evaristo. Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene. Njinga & Sepé: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde, V. 3, n. 1, p. 156-184, 2023.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Uma experiência docente: reflexões sobre História da África e razões para desracializar o qUe nUnca deveria ter sido racializado. **Revista África(s)**, V. 03, n. 06, p. 07-19, 2016.

_____. Ensino de história, África e Brasil: entre conceitos e estereotipias. **Revista TEL, Irati**, V. 10, n.1, p. 41-69, 2019.

_____. Retroalimentando a "barragem de mitos": discursos de militantes de movimentos sociais negros da Bahia e de Pernambuco como parte da produção de estereotipias sobre o continente africano no Brasil. **História Unicap**, Recife, v. 10, n. 19, p. 86 -114, 2023.

MAIUNGA, Hélder Rodrigues. **Proposta para implementação de uma educação intercultural em Angola: Desafios e possibilidades à inclusão da tribo Khoisan no sistema educativo.** (Tese de doutoramento). Universidade da Beira Interior, 2021.

M 'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações** – Tomo I (até o século XVIII). Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios revista do ppgav/eba/ ufrj,** n. 32, p. 123-151, 2016.

_____. **Politicas da Animizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA. **Manual de História 5ª Classe**. Luanda: Mensagem Editora, 2021.

MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. **Manual de história da 5ª classe do ensino primário em Angola: uma análise à luz dos conceitos de negritude e decolonialidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03, 2003.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. V. 4, n.1, 2014.

NSIMGENGO, Pedro *et al*. **Manual de História 5ª classe da Reforma Educativa de Angola**. Luanda: Livraria Mensagem, 2012.

PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís. **Os Khoisan (!kun e Khwe) de Angola e seus desafios actuais**. Vamus Editora, 2023.

PEDRO, Paulo João Afamado. **Na trama do presente: ensaios sobre História, Memoria e Identidade**. Luanda: Levantai, 2025.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UnB, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto alegre: Penso, 2013.

CAPÍTULO 2

INVESTIGANDO O ENSINO DE HISTÓRIA: Abordagens, Desafios e Contribuições para a Formação Crítica

Alaíne M. Sousa[2]

INTRODUÇÃO

O ensino de História ocupa um papel central na formação crítica dos estudantes, pois possibilita a compreensão das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam a sociedade. Investigar como essa área é ensinada, quais abordagens predominam, quais desafios persistem e quais contribuições oferece ao processo formativo é fundamental para compreender a potência e as limitações dessa disciplina no contexto educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, as discussões sobre metodologias de ensino, uso de fontes históricas, papel do professor, mediação didática e formação cidadã tornaram-se temas recorrentes em pesquisas acadêmicas, revelando a complexidade da prática pedagógica no campo da História.

A literatura especializada aponta que o ensino de História deve ultrapassar a mera memorização de conteúdos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, habilidades interpretativas e consciência histórica. Autores como BITTENCOURT (2009 p. 19-31) e SCHMIDT (2008 p. 84-92) enfatizam a importância de métodos que valorizem a investigação, o diálogo com diferentes fontes e a construção do conhecimento histórico pelos próprios

2 Especialista em Docência no Ensino da História
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB
alaimoraessousa@gmail.com

estudantes. Nesse sentido, compreender as abordagens utilizadas no ensino, assim como os desafios enfrentados pelos docentes — como limitações estruturais, curriculares e formativas —, torna-se essencial para aprimorar a qualidade da educação.

Além disso, os estudos recentes destacam que o ensino de História exerce contribuição decisiva para a formação crítica, ao promover debates sobre identidade, diversidade, memória, direitos humanos e cidadania. Dessa forma, investigar o ensino de História é também investigar as condições de formação dos sujeitos sociais e sua capacidade de interpretar e transformar o mundo. Assim, esta pesquisa bibliográfica busca analisar diferentes abordagens teóricas e metodológicas, identificar os principais desafios vivenciados no contexto escolar e evidenciar as contribuições da disciplina para a formação crítica dos estudantes, com base em livros, artigos científicos e produções acadêmicas da área.

A ampliação dos debates sobre o ensino de História também está relacionada às transformações sociais e políticas que impactam a educação brasileira. Mudanças legislativas, reformulações curriculares e disputas acerca da memória e da identidade nacional influenciam diretamente o planejamento pedagógico e o conteúdo a ser ensinado. Assim, compreender o ensino de História implica reconhecer que essa disciplina não é neutra: ela envolve escolhas, interpretações e disputas de sentido. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, permite identificar como diferentes autores analisam essas tensões e como tais discussões repercutem na atuação docente e na formação dos estudantes.

Além disso, o papel do professor de História tem sido amplamente destacado na literatura como elemento fundamental para a construção do conhecimento histórico escolar. A formação inicial e continuada, o acesso a materiais didáticos atualizados, o domínio metodológico e a capacidade de problematizar temas contemporâneos são aspectos que determinam a qualidade da prática pedagógica. A investigação sobre esses elementos contribui para compreender as potencialidades

e limitações do ensino de História, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e desafios estruturais. Assim, analisar abordagens, desafios e contribuições dessa área possibilita refletir sobre caminhos para fortalecer a educação histórica e promover uma formação crítica, capaz de preparar os alunos para interpretar o passado e atuar de forma consciente no presente.

DESENVOLVIMENTO: Abordagens contemporâneas no ensino de história

O ensino de História deve ser compreendido como um processo dinâmico, no qual o estudante participa ativamente da construção do conhecimento histórico (BITTENCOURT, 2009, P. 19-23). Enfatizando que as aulas não devem restringir-se à memorização de datas e fatos, mas promover a análise crítica das fontes e a interpretação das múltiplas versões do passado. Nessa perspectiva, AZEVEDO e MONTEIRO (2013, p. 565–569) compreendem que a aprendizagem histórica se efetiva quando o aluno desenvolve habilidades investigativas, como a formulação de perguntas, a comparação de informações e a reflexão crítica sobre evidências, favorecendo a compreensão da historicidade dos fenômenos sociais.

E, MENDES (2022, p. 63-78) complementa que abordagem por meio de fontes históricas – como documentos, imagens, mapas, objetos e relatos orais – possibilita uma aproximação mais concreta entre os alunos e os conteúdos. Essa perspectiva favorece a leitura crítica da realidade, pois permite compreender que o conhecimento histórico é produzido, interpretado e disputado ao longo do tempo. Dessa forma, o ensino deixa de ser um processo de transmissão e passa a constituir-se como uma prática investigativa, que estimula a reflexão e a construção de sentidos para o passado e para o presente.

DESAFIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: contexto escolar, formação docente e práticas pedagógicas.

Os desafios enfrentados no ensino de História no Brasil estão diretamente relacionados às condições estruturais das escolas, às políticas curriculares vigentes e à formação dos professores. Muitos docentes ainda se deparam com salas superlotadas, escassez de materiais, carga horária reduzida e pressão por desempenhos avaliativos, fatores que dificultam a adoção de metodologias inovadoras. A fragmentação curricular e as mudanças constantes na política educacional também impactam as práticas docentes, exigindo adaptações frequentes e processos contínuos de formação.

A formação continuada é destacada por GUIMARAES (2014, p. 72-85) como elemento essencial para o aprimoramento do ensino de História. Segundo a autora, o professor precisa conhecer os debates historiográficos contemporâneos, compreender os usos públicos da História e desenvolver competências para trabalhar temas sensíveis, como diversidade cultural, violência, racismo e direitos humanos. A ausência de políticas de formação docente robustas e sistemáticas contribui para práticas mais tradicionais e conteudistas, dificultando a consolidação de uma educação histórica crítica.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) introduziu novas orientações para o ensino de História, incluindo competências socioemocionais e temáticas relacionadas à pluralidade cultural e às identidades. Contudo, como observa AZEVEDO e MONTEIRO (2013, p. 570-575) a implementação dessas diretrizes ainda gera tensões, especialmente pela necessidade de conciliar conteúdos obrigatórios, demandas locais e metodologias ativas. Dessa forma, os desafios enfrentados pelos professores estão ligados tanto às condições de trabalho quanto à complexidade do próprio objeto de ensino.

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA.

O ensino de História desempenha um papel fundamental na construção da consciência histórica, entendida por ASSIS (2010, p. 33-48) como a capacidade de compreender o tempo histórico, relacionar passado e presente e orientar ações futuras. Para o autor, o ensino deve promover o desenvolvimento de habilidades interpretativas, argumentativas e reflexivas, permitindo que os estudantes compreendam o mundo como resultado de processos históricos. Assim, a História contribui não apenas para o conhecimento de fatos, mas para a formação de sujeitos críticos e socialmente responsáveis.

Segundo BITTENCOURT (2009, p.67-74), a análise de diferentes narrativas históricas possibilita ao aluno reconhecer conflitos, disputas de memória, múltiplas identidades e desigualdades sociais. Esse processo favorece o desenvolvimento de uma postura ativa diante da realidade, estimulando a reflexão sobre direitos, cidadania, democracia e justiça social. Dessa forma, o ensino de História ultrapassa os limites escolares e contribui para a formação política e ética dos estudantes.

A educação histórica, portanto, fortalece a capacidade dos alunos de interpretar fenômenos sociais contemporâneos, como intolerância, violência, racismo e processos de exclusão. Como argumenta MALHEIROS e CAINELLI (2018 p.4-9) compreender a história permite que o estudante identifique permanências e rupturas, analise criticamente discursos e reconheça a diversidade cultural que compõe a sociedade. Assim, o ensino de História contribui para a construção de uma postura crítica e consciente, essencial para a formação cidadã.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise, seleção e interpretação de produções acadêmicas relacionadas ao ensino de História. Conforme LAKATOS e MARCONI (2021, p. 185-185) A pesquisa bibliográfica consiste no estudo desenvolvido a partir de materiais já elaborados, principalmente livros, artigos científicos e documentos institucionais, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento sobre determinado tema. Dessa forma, a investigação buscou reunir referenciais teóricos que discutem as abordagens metodológicas, os desafios enfrentados pelos professores e as contribuições da disciplina para a formação crítica dos estudantes.

Após a seleção do material, a análise foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa. A leitura exploratória permitiu identificar quais textos eram pertinentes ao tema; a leitura seletiva filtrou os conteúdos que mais dialogavam com os objetivos do estudo; e a leitura interpretativa possibilitou extrair conceitos, comparações e reflexões que constituíram o referencial teórico apresentado no desenvolvimento. Todo o processo buscou garantir rigor científico e coerência entre os objetivos, os procedimentos de pesquisa e a fundamentação teórica.

Assim, a metodologia adotada possibilitou compreender como o ensino de História é discutido na literatura, destacando suas principais abordagens, desafios e contribuições. Por meio da análise bibliográfica, foi possível construir uma reflexão crítica e fundamentada sobre o papel da disciplina na formação dos estudantes e sobre a complexidade das práticas pedagógicas nessa área.

Foi adotada a técnica de análise temática, que, segundo (LAKATOS;MARCONI, 2021, p. 224-229) permite organizar e interpretar conteúdo a partir de categorias estabelecidas conforme os objetivos da pesquisa. Dessa forma, os textos selecionados foram agrupados em três

eixos principais: *abordagens metodológicas no ensino de História*, *desafios da prática docente* e *contribuições da disciplina para a formação crítica*. Essa organização facilitou a sistematização das discussões presentes na literatura e possibilitou identificar convergências, divergências e lacunas teóricas entre os autores analisados. Assim, a análise temática serviu como base para a construção do desenvolvimento e para a compreensão ampliada do objeto de estudo.

Ressalta-se ainda que esta pesquisa buscou assegurar rigor metodológico por meio da seleção criteriosa das fontes e do compromisso com a fidelidade às ideias originais dos autores consultados. Não foram utilizados textos sem relevância científica ou materiais de natureza opinativa, garantindo que a fundamentação teórica se apoiasse exclusivamente em estudos reconhecidos academicamente. A pesquisa bibliográfica exige cuidado na interpretação dos materiais, evitando generalizações indevidas e assegurando a construção de uma análise crítica e contextualizada. Dessa forma, a metodologia empregada permitiu desenvolver um estudo consistente e fundamentado, alinhado aos propósitos da pesquisa.

DISCUSSÃO

A análise da literatura revela que o ensino de História no Brasil tem passado por um processo contínuo de transformação, influenciado tanto pelas mudanças sociais quanto pelas demandas pedagógicas contemporâneas. Os autores estudados apontam que, embora haja avanços teóricos significativos, o cotidiano escolar ainda apresenta desafios que dificultam a consolidação de práticas realmente críticas e investigativas. Observa-se que a distância entre o que é proposto pelos estudos acadêmicos e as condições reais de trabalho do professor de História é um dos principais entraves ao avanço do ensino na educação básica.

Nesse sentido, a discussão sobre as abordagens metodológicas evidencia que o ensino de História só alcança seu potencial formativo quando fundamentado na participação ativa do estudante e no uso diversificado de fontes e linguagens. Segundo (AZEVEDO e MONTEIRO 2013, p. 571-576) muitos docentes ainda enfrentam condições precárias de trabalho, sobrecarga de atividades e limitações materiais, o que dificulta a implementação de metodologias mais investigativas e dialógicas. A contradição entre o ideal defendido pela literatura e a prática docente concreta torna-se evidente, demonstrando a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a formação continuada, os recursos didáticos e a valorização profissional.

Outro ponto recorrente na literatura e confirmado nesta pesquisa diz respeito à centralidade do professor na mediação do conhecimento histórico. A literatura destaca que não basta o domínio do conteúdo: é necessário que o docente seja capaz de problematizar acontecimentos, estimular a reflexão crítica e contextualizar temas sensíveis ou complexos. Entretanto, como aponta BITTERCOURT (2009, p. 43-52) a formação inicial em muitos cursos ainda não fornece subsídios suficientes para lidar com questões como diversidade cultural, conflitos sociais e debates contemporâneos, apesar de serem temas essenciais para a formação crítica dos estudantes. Dessa forma, a discussão reforça a necessidade de integrar formação teórica sólida, práticas pedagógicas inovadoras e reflexão crítica no processo de ensino.

A implementação da BNCC trouxe novos desafios à prática docente, especialmente porque introduziu competências e habilidades que demandam metodologias diferenciadas. A literatura revisada mostra que muitos professores reconhecem a importância desses novos direcionamentos, mas enfrentam dificuldades técnicas e estruturais para incorporá-los ao planejamento escolar. A discussão aponta que, embora a BNCC proponha avanços, ela também gera tensões, sobretudo pela necessidade de conciliar conteúdos obrigatórios com práticas que estimulem a autonomia intelectual dos estudantes. Assim,

a discussão revela que as políticas curriculares nem sempre dialogam com as realidades escolares, exigindo adaptações constantes e nem sempre viáveis.

Ao relacionar o ensino de História às suas contribuições para a formação crítica, a literatura reforça que essa disciplina desempenha papel fundamental na construção da consciência histórica. Autores como Assis, Bittencourt e Schmidt destacam que a capacidade de interpretar o passado, reconhecer múltiplas narrativas e compreender desigualdades históricas é essencial para a formação cidadã. A discussão demonstra que, apesar dos obstáculos presentes na prática docente, o ensino de História permanece como um espaço privilegiado para promover reflexão, dialogar com temas atuais e fortalecer valores democráticos. Entretanto, para que essas potencialidades se concretizem, é necessário superar desafios estruturais e investir na formação do professor como agente transformador do processo educativo.

A discussão evidencia que o ensino de História continua sendo espaço de disputas ideológicas, especialmente em um contexto social marcado por polarizações políticas e controvérsias acerca da memória histórica. Pesquisadores como SCHMIDT (2008, p. 84-90) destacam que determinadas temáticas — como ditadura militar, direitos humanos, desigualdades raciais ou gênero — geram tensões dentro e fora da escola. Ainda assim, a literatura aponta que silenciar tais temas significa comprometer a formação crítica dos estudantes. Assim, o professor de História se vê diante do desafio de trabalhar conteúdos sensíveis de forma ética, fundamentada e pedagógica, enfrentando preconceitos e incompreensões que, muitas vezes, extrapolam o ambiente escolar. Esse cenário reforça a importância da autonomia docente e do compromisso com uma educação que valorize a reflexão e o debate fundamentado.

A análise teórica demonstra que fortalecer o ensino de História requer mais do que ampliar debates metodológicos: exige políticas educacionais consistentes e investimentos contínuos em formação docente, infraestrutura escolar e acesso a materiais didáticos

adequados. A discussão mostra que quando o ensino de História é praticado de maneira crítica, contextualizada e participativa, os estudantes desenvolvem habilidades essenciais para a cidadania, como argumentação, empatia, pensamento reflexivo e compreensão da diversidade. Dessa forma, o ensino de História se revela não apenas como componente curricular, mas como prática social transformadora. Os resultados apontam, portanto, para a necessidade de articulação entre teoria e prática, garantindo que as potencialidades reconhecidas pela literatura possam, de fato, manifestar-se nas salas de aula.

Outro ponto relevante é a necessidade de aproximar o ensino de História da realidade sociocultural dos estudantes. A literatura aponta que, quando o conteúdo histórico dialoga com o cotidiano, com os contextos locais e com as experiências vividas pelas comunidades, o aprendizado torna-se mais significativo. BITTENCOURT (2009, p. 75-83) enfatiza que trabalhar com histórias locais, memórias familiares, patrimônios culturais e problemáticas sociais do território contribui para fortalecer o vínculo dos estudantes com o conhecimento. Essa prática também estimula a compreensão de que todos os sujeitos participam da construção da história, rompendo com a visão tradicional de que apenas grandes personagens ou eventos são dignos de estudo.

A discussão sobre o papel das tecnologias digitais no ensino de História também se destaca como temática emergente. Estudos recentes indicam que ferramentas como mapas interativos, plataformas educacionais, podcasts, arquivos digitais e recursos audiovisuais ampliam as possibilidades de aprendizagem e favorecem a análise crítica de diferentes linguagens. No entanto, a implementação dessas tecnologias não ocorre de forma homogênea em todas as escolas, devido às desigualdades de infraestrutura, conectividade e formação tecnológica dos professores. Assim, embora as tecnologias representem um avanço potencial, sua incorporação exige políticas públicas que reduzam desigualdades e garantam condições para o trabalho pedagógico inovador.

A literatura evidencia uma crescente preocupação com o desenvolvimento das competências interpretativas dos estudantes, especialmente no que diz respeito à leitura de fontes históricas. Trabalhar com documentos, imagens, gráficos, mapas e relatos orais permite que os alunos desenvolvam autonomia intelectual e pensamento crítico, habilidades essenciais para a formação cidadã. Entretanto, muitos professores relatam dificuldades em acessar fontes adequadas, adaptar materiais para diferentes níveis de escolaridade e conciliar tais práticas com o tempo reduzido das aulas. Dessa forma, a discussão reforça que, embora o ensino por meio de fontes seja reconhecido como fundamental pela historiografia e pela didática da História, ainda existem obstáculos concretos que precisam ser enfrentados no ambiente escolar para que essa abordagem seja plenamente efetivada.

Outro aspecto importante a ser considerado na discussão é a influência das concepções historiográficas na prática docente. A literatura aponta que a perspectiva teórica adotada pelo professor — seja positivista, marxista, cultural, pós-moderna ou outra — impacta diretamente a forma como o conteúdo é selecionado, organizado e apresentado aos estudantes. Segundo SCHMIDT (2008 p. 86-92) professores que compreendem a História como construção social tendem a trabalhar com múltiplas narrativas, problematizar versões oficiais e estimular o questionamento. Já aqueles que seguem abordagens mais tradicionais podem priorizar conteúdos factuais e cronológicos, o que limita o desenvolvimento da consciência histórica crítica. Assim, evidencia-se que o aprofundamento historiográfico na formação docente é fundamental para qualificar o ensino de História e favorecer práticas pedagógicas críticas e reflexivas.

A relação entre memória, identidade e ensino de História ganha destaque nos debates contemporâneos. A escola é um espaço onde diferentes memórias — individuais, coletivas e institucionais — se encontram e, muitas vezes, entram em conflito. A memória é um campo de disputa, e trabalhar com ela exige sensibilidade e rigor metodológico.

No contexto educacional, isso significa reconhecer que estudantes carregam diferentes pertencimentos culturais, religiosos e sociais, que influenciam sua interpretação do passado. Assim, o ensino de História precisa acolher e problematizar essas memórias, transformando a sala de aula em espaço de diálogo, respeito e construção coletiva de sentido. Essa abordagem contribui para uma formação mais inclusiva e democrática.

Outra perspectiva que emerge da análise é o papel das emoções no processo de aprendizagem histórica. Estudos recentes da Didática da História têm demonstrado que a compreensão do passado envolve não apenas raciocínio lógico e análise crítica, mas também empatia, sensibilização e envolvimento emocional. Trabalhar com temas como escravidão, genocídios, ditaduras e desigualdades exige, portanto, que o professor conduza discussões de forma ética, cuidadosa e fundamentada. Ao mesmo tempo, emoções bem mediadas funcionam como ferramentas pedagógicas que fortalecem a compreensão dos impactos sociais e humanos dos acontecimentos históricos. Assim, a discussão mostra que o ensino de História precisa integrar dimensões cognitivas e afetivas, ampliando sua potência formativa.

Então, observa-se que a interdisciplinaridade é um dos grandes desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades para o ensino de História. A literatura demonstra que, quando articulada a disciplinas como Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Língua Portuguesa, a História amplia sua capacidade de interpretar fenômenos complexos e dialogar com múltiplas perspectivas. No entanto, a realidade escolar ainda apresenta barreiras estruturais e curriculares que dificultam essa integração. A discussão reforça que avançar na interdisciplinaridade exige planejamento coletivo, reorganização do tempo pedagógico e valorização do trabalho docente. Quando essas condições são garantidas, o ensino de História se torna mais significativo e conectado às necessidades formativas dos estudantes.

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que o ensino de História desempenha um papel fundamental na formação crítica dos estudantes, pois possibilita a compreensão das transformações sociais, das disputas de memória e da construção do conhecimento histórico. A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível identificar que as abordagens contemporâneas valorizam metodologias investigativas, uso de múltiplas fontes, participação ativa dos estudantes e articulação entre passado e presente, elementos essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica. Contudo, a literatura demonstra que persistem desafios estruturais, pedagógicos e políticos que dificultam a consolidação dessas práticas no cotidiano das escolas brasileiras.

Os estudos analisados mostram que fatores como precarização das condições de trabalho, insuficiência de formação docente, tensões curriculares e desigualdades de acesso a materiais e tecnologias continuam limitando a efetividade do ensino de História. Ainda assim, os autores ressaltam que a disciplina possui grande potencial transformador, especialmente quando orientada por práticas críticas, sensíveis à diversidade cultural e comprometidas com a promoção dos direitos humanos. Portanto, fortalecer o ensino de História implica investir na formação continuada dos professores, na ampliação das condições estruturais das escolas e na construção de políticas educacionais que valorizem o papel social da disciplina.

Por fim, conclui-se que o ensino de História não se reduz à transmissão de conteúdos, mas constitui um espaço de construção de sentido, reflexão ética e participação cidadã. O desenvolvimento da consciência histórica, favorecido por métodos investigativos e interdisciplinares, possibilita que os estudantes compreendam as múltiplas dimensões do tempo histórico e interpretem criticamente a realidade em que vivem. Assim, este estudo reafirma a importância da História como componente curricular essencial para a formação integral dos sujeitos

e para o fortalecimento de uma sociedade democrática, plural e consciente de sua trajetória.

Além disso, a pesquisa evidencia que o ensino de História, quando realizado de forma crítica e contextualizada, contribui para o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania. A capacidade de analisar fontes, interpretar discursos e compreender processos históricos possibilita aos estudantes identificar desigualdades, reconhecer diferentes perspectivas e questionar narrativas hegemonizadas. Assim, reforça-se que a formação histórica é indispensável em uma sociedade marcada por fluxos intensos de informação, disputas ideológicas e desafios à democracia, pois permite aos sujeitos desenvolverem autonomia intelectual e capacidade de discernimento.

Este estudo reforça que aprimorar o ensino de História requer um movimento conjunto entre pesquisadores, professores, instituições formadoras e políticas públicas. A valorização da disciplina depende tanto do comprometimento dos profissionais que atuam na sala de aula quanto do investimento estrutural e pedagógico das redes de ensino. Portanto, conclui-se que somente por meio de ações integradas será possível avançar na construção de práticas históricas que dialoguem com as demandas contemporâneas e promovam uma educação comprometida com a justiça social, a pluralidade cultural e a formação de indivíduos críticos e participativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Ed. UFG, 2010.

AZEVEDO, Patricia Bastos de; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **A sala de aula e a produção de sentido em práticas de**

letramento na história ensinada. Práxis Educativa, v. 8, n. 02, p. 559-580, 2013.

DA SILVA, Giuslane Francisca. **A memória coletiva**. Revista Aedos, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.

DE OLIVEIRA FAGIONATO, Yomara Feitosa Caetano. **REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA PARA UMA PESQUISA HISTÓRICA DO TEMPO PRESENTE**. Maiêutica-História, v. 5, n. 1, 2017.

DIAS, Wilson Marques. **O CURRÍCULO, A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E O ENTRELAÇAMENTO COM OS ESTUDOS CULTURAIS**. Eventos Pedagógicos, v. 16, n. 1, p. 455-484, 2025.

DOS SANTOS SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. **Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros**. Tempos históricos, v. 12, n. 1, p. 81-96, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2009.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História.** Papirus Editora, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MALHEIROS, Eliane dos Santos; CAINELLI, Marlene Rosa. **A História da Vida como metodologia para o ensino de História**. 2018.

MENDES, Breno. Limiar: **Estudos de teoria, metodologia e ensino de história.** CEGRAF UFG, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAPÍTULO 3

ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DAS COSMOPERCEPÇÕES AFRO-INDÍGENAS

Álef Mendes dos Santos[3]

INTRODUÇÃO

O ensino de História é um campo teórico-metodológico de pesquisas e ensino que conduz diversas expectativas disruptivas, como a exemplo, das proposições de ensino e pesquisas a partir do fazer docente de história escolar. Diante dessa noção, as reflexões sobre as viabilidades concedidas, de ensino e pesquisas antirracistas e contracoloniais, partindo dos conhecimentos e práticas das populações tradicionais afro-brasileiras, indígenas e de narrativas insurgentes, torna-se imprescindível para essa área da pesquisa-ensino em História institucional escolar. Portanto, rompendo com as amarras colonialistas e racistas contidas no currículo hegemônico.

Nesse intento, segue a questão: quais as possibilidades que o ensino de História por meio das cosmopercepções afro-indígenas e das populações de narrativas insurgentes podem produzir? Com isso, neste estudo objetiva-se compreender, mesmo que de forma parcial, as perspectivas producentes da atividade docente e, nela a pesquisa e suas demandas, concedidas pela atividade da atividade pedagógica de se ensinar História por meio das concepções de vida e ancestrais

3 Graduado em Licenciatura Plena em História;
Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
Mestre em História.
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
alef.santos@aluno.uepb.edu.br

das memórias, narrativas e experiências das comunidades tradicionais brasileiras (mesmo que exista um leque dessas diversas comunidades na América Latina).

As cosmopercepções afro-indígenas e dos povos de narrativas insurgentes são aliadas à natureza, por isso, confluem numa biointeração. (SANTOS, 2023). Para esses povos a vida é compartilhada e conectada ao meio ambiente, à natureza. "Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza." (KRENAK, 2019, p. 16-17). Por isso, tratar sobre esses assuntos na sala de aula de História também é trazer para a reflexão concepções ligadas a interação dessas comunidades com a natureza e entender as suas formas sustentáveis de vivências.

Para tanto, segue a necessidade refletir para conhecer o que são as cosmopercepções dessas sociedades tradicionais insurgentes, por isso, ler atentamente, o que os estudos do tema estão demonstrando. Ainda mais, pensar a partir das experiências docentes de ensino e pesquisa quais são as viabilidades concedidas pelo estudo das cosmopercepções dessas populações na sala de aula de História. E, descobrir quais as possibilidades teórico-pedagógico-metodológicas que se pode perceber ao abordar essas narrativas insurgentes na escola em conexão com as experiências e vivências dos estudantes. A seguir, refletiremos sobre o que vem a ser cosmopercepções desses povos tradicionais insurgentes.

O QUE SÃO COSMOPERCEPÇÕES AFRO-INDÍGENAS?
O conceito e as reflexões

Nada melhor de iniciar esse estudo com uma questão: o que são cosmopercepções afro-indígenas? Dessa maneira, para a resposta desse questionamento é necessário adentrarmos por meio de discussões teóricas e epistemológicas produzidas por pessoas que pesquisam as

relações étnico-raciais. Por isso, enfatizo aqui a necessidade de externar as teorizações expressas de outros estudiosos do tema. Dessa forma,

> É sobre cosmopercepção de base, um "palavrão" que remete ao modo de ser, estar, criar e reproduzir o mundo de um povo. Trata-se de cosmopercepção quando pensamos a dinâmica da coletividade fora do pensamento ocidental. Comunidades africanas e indígenas não são imanentemente individualistas e proprietárias privadas [...]. (PINHEIRO, 2023, p. 90).

Dessa maneira, cosmopercepção afro-indígena passaria por uma perspectiva quadrática (sem se atrelar ao sentido matemático da palavra) que são: o modo de ser, estar, criar e reproduzir o mundo por meio de um determinado povo ou população. Sendo assim, um exemplo prático concedido por Bárbara Carine (2023), para se entender melhor o que é cosmopercepção é o expresso por conseguinte.

> Não há relatos de comunidades indígenas ou povos africanos que tenham desenvolvido asilos. Seria um grande absurdo para esses povos pegar o seu ancião/sua anciã e colocá-lo/a distante, num lugar de ausência cotidiana de acesso comunitário. Isso porque, nessas culturas, o ancião é o sujeito mais importante do grupamento social; trata-se do sábio, um livro vivo diante dos olhos da comunidade. Então, não faria sentido criar um asilo e isolar essa pessoa de tamanha sabedoria, com um conhecimento tão fundamental para o crescimento dos seus. (PINHEIRO, 2023, p. 95).

Com isso, "Nas "cosmopercepções" afro-indígenas a noção de ética e a noção de estética estão vinculadas a realidade cotidiana, não são entendidas de forma separada." (CONRADO, SANTOS, PAIXÃO, 2022, p. 17). Portanto, a noção de cosmopercepção dos povos afro-indígenas

estaria atrelada a valoração da ancestralidade vinculada às concepções do cotidiano, da realidade e das percepções diárias anexadas a vivências comunitárias e a conservação cultural, simbólica e material desses povos. Haja vista, que para essas comunidades a cultura, os símbolos e a espiritualidade estão conectadas a materialidade, ao corpo, ao ser, ao estar, ao criar, produzir e reproduzir no mundo.

> O ponto de partida e de chegada das experiências do ser-no-mundo para as cosmovisões afro-indígenas é corpoexistencial entre dois mundos. [...] Na cosmovisões afro-indígenas, o corpo é a totalidade do ser entre dois mundos: o material e o espiritual. (CONRADO, SANTOS, PAIXÃO, 2022, p. 16).

Com isso, "Nas cosmogonias africanas e originário-indígenas, aquelas cuja organização seja matrilinear, expõe-se outra ordem de compreensão, portanto, sobre como a terra e o território devem ser compartilhados e administrados." (SILVA SANTOS, 2024, p. 233). Assim, para compreender a cosmovisão dessas populações é necessário levar em consideração essa união entre corpo e espírito, entre o material e o simbólico em todas as suas maneiras de ser e existir no mundo. Nessa perspectiva,

> A cosmopercepção nos instaura um método discursivo para privilegiar sentidos que não seja apenas o visual, confluindo para uma combinação de sentidos. Tal paradigma de coexistência nos move a uma recusa da separação absoluta entre dentro (o corpo) e o fora (o mundo), o que leva a uma dimensão de pertencimento onde todos os sentidos e corpos são veiculados e pertencentes a essa unidade de constituição do copertencimento. Natureza torna-se expressão da cena dos fenômenos relativos à matéria de que é feito o mundo

> [...], colocando sob suspeita a ideia de uma natureza dentro da estrutura colonialista [...]. (SILVA, 2023, p. 169).

Dessa maneira, a cosmopercepção não se relaciona apenas ao espiritual, mas é uma forma de manifestação na vivência, na experiência, na vida por meio de aspectos sociais, culturais e de biointeração, de narrativas e trajetórias de vida que foram, historicamente, subalternizadas. Com isso, sabe-se que as "Narrativas insurgentes passaram a efetuar a desconstrução de versões hegemônicas da história [...]". (BENEDETTI, 2022, p. 88). Nisso, sabemos que,

> As culturas africana e indígena classicamente foram transmitidas pela dinâmica de escuta e respeito entre as gerações [...]. Foram produzidas por seres humanos frente à necessidade de respostas a problemas subordinados a um distinto e particular contexto de ambiente natural e social, e, logo, estão enraizadas em cosmologia e religiosidade. (PEREIRA, *et al*, 2024, p. 1).

Consequentemente, os modos de vida dessas populações estão atreladas às suas espiritualidades, às suas ancestralidades, às suas religiosidades. Ou seja, as materialidades são representadas e interagem com as cosmopercepções desses povos. Logo, podemos conceber que as noções de presente, passado, futuro, produção etc. estão vinculadas às suas cosmologias, aos seus entendimentos espirituais e as conexões com a natureza e a sociedade em seus entornos.

> Neste sentido, chamamos atenção para a consistência histórica dos saberes ancestrais, as saBenças e dinâmicas socioculturais das populações afro-indígenas, transmitidas de maneira corp.oral. Devemos reconhecer a importância fundamental do corpo como arquivo vivo, como memÓRIa legítima para os povos africanos e para os povos originários, uma vez que para tais culturas

> não há aprendizado exógeno à experiência corporal no mundo. (CONRADO, SANTOS, PAIXÃO, 2022, p. 16).

Diante disso, para esses povos, não existe uma separação entre as memórias e as materialidades históricas, por isso, os anciãos são memórias vivas no corpo e na alma desses agrupamentos. Assim sendo, para esses povos tradicionais a vida material e a vida simbólica ou cosmológica se unem para a produção de suas culturas sociais ou seus modos de vivências. Com isso, essas cosmologias surgem como modos de resistência ao sistema colonial vigente e as suas depreciações possibilitadas historicamente a essas comunidades de tradições. Por essa razão,

> [...] as cosmologias dos povos indígenas e africanos emergem na perspectiva de pensar a partir do outro que tem sua dignidade apagada por um sistema ontológico que pensa e propõe outras totalidades que excluem a visão do negro e do indígena. (PEREIRA, *et al*, 2024, p. 2).

Dessa forma, os sistemas colonialistas de pensamento, historicamente, apagado por meio do epistemicídio, os modos de produção e as realizações dos conhecimentos afro-indígenas, o que emerge na necessidade da construção de conhecimentos próprios para explicarem essas realidades, portanto, surgem as epistemologias concebidas a partir das cosmopercepções dessas comunidades tradicionais. Nesse sentido, concebendo conhecimentos que partem da prática para explicar a própria realidade, mesmo que com diferenças entre as culturas das sociedades afro-indígenas, essas cosmovisões destoam das idealizações teóricas dos colonizadores; da grande estrutura do sistema ontológico eurocêntrico.

> Povos originários indígenas e povos originários africanos vão dividir cosmopercepções e cosmologias com

> muitos elementos de aproximação entre si, em alguma medida, mas não totalmente e, ao mesmo tempo, vão estar distantes nesses mesmos termos dos povos colonizadores europeus. (SILVA SANTOS, 2024, p. 228).

Esses encontros históricos de culturas causaram exclusão dos outros modos de ser, de existir, de pensar e de se relacionar com o mundo, por causa das concepções colonizadoras europeias que advém de cosmovisões expansionistas, colonialistas, imperialistas e exploradoras. Assim, buscando excluir as outras cosmovisões/cosmopercepções e os seus encontros com o mundo e as suas ancestralidades.

> No entanto, a partir de um viés epistemológico eurocêntrico e deliberadamente etnocida, os colonizadores interessaram-se em compreender e registrar as cosmovisões africanas e ameríndias como uma violenta estratégia política de dominação e colonização do saber. Os imaginários ameríndios, africanos e, também, afro-brasileiros, registrados em escrita alfabética ocidental, começaram a ser "ameaçados pelas tentativas dos brancos de aculturá-los" [...], prevalecendo a centralidade do ponto de vista colonizador que reproduz uma perspectiva de mundo dominadora no encontro com o Outro. Ao longo da colonialidade, os imaginários cosmogônicos desses povos subalternizados foram sendo reproduzidos, traduzidos e remodelados, adquirindo, na maioria das vezes, feições estereotipadas, pejorativas e/ou folclorizadas, as quais, aos poucos, a serviço dos nacionalismos, passaram a ser inseridas nos imaginários da sociedade capitalista até a nossa contemporaneidade. (MELO E DUARTE, 2021, p. 2-3).

Dessa maneira, abre a urgência do tratamento das cosmovisões e epistemologias afro-indígenas no ensino de História, pois, assim as leis 10.639/03 e 11.645/08 serão efetivadas nas práticas escolares. E ainda

mais, as mentalidades ou estruturas mentais estudantis são trabalhadas na busca de um futuro mais igualitário, inclusivo e antirracista. Haja vista que "A professora, o professor, é um portal que une as memórias e os conhecimentos do mundo antigo à construção do mundo que está por vir." (PINHEIRO, 2023, p. 150).

ENSINO DE HISTÓRIA E AS COSMOPERCEPÇÕES AFRO-PINDORÂMICAS: Outras Pedagogias e Outras Metodologias no Ensino de História Antirracista

Para se exercer o Ensino de História Antirracista é necessário o desenvolvimento de Outras Pedagogias e Outras Metodologias, ou seja, o historiador da docência deve promover possibilidades para que métodos de ensino sejam construídos a partir dos próprios saberes e fazeres ou cosmovisões ou cosmopercepções afro-pindorâmicas. Nesse sentido, o professor-historiador busca construir no seu fazer outras epistemologias, as quais devem ser registradas e publicadas para que outros docentes-historiadores consigam perceber Outros Caminhos e Outras Possibilidades para se ensinar História e Cultura Afro-Indígena. O fato é que as cosmopercepções afro-pindorâmicas tem por base as suas vivências compartilhadas com a natureza (SANTOS, 2023). Nisso, esses compartilhamentos produzem Outras Percepções e Outras Experiências que estão além das epistemologias eurocêntricas. "Esse processo exige a construção de outras formas de organização política, que produzirão novos conhecimentos e pedagogias [...]." (GOMES, 2018, p. 38).

Nesse contexto, o ensino de História deve ser guiado por meio da pedagogia das possibilidades, ou seja, buscando outras maneiras de se ensinar História, como por exemplo a partir das vivências, das experiências e cotidianos dos povos tradicionais, haja vista, que suas histórias, memórias e culturas estão envoltas nas suas habilidades que estão contidas em suas ancestralidades. Com isso, podemos afirmar que

"A possibilidade é o movimento do mundo." (GOMES, 2018, p. 41). Por isso, também deve ser o movimento do ensino de História Antirracista as possibilidades ocasionadas pelas pedagogias ancestrais e afrocentradas. (PIMENTA *et al*, 2022). Essas possibilidades seriam também denominadas de "[...] *pedagogia das ausências e das emergências"*. (GOMES, 2018, p. 42). Tendo em vista que essas perspectivas e possibilidades refletem os saberes-fazeres e/ou conhecimentos-práticas dos povos tradicionais construídos em suas lutas e resistências históricas em busca de emancipação.

> Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência; ou seja, em ausências. (GOMES, 2018, p. 42-43).

Dessa maneira, aquilo que o currículo não atende (nesse caso, as pedagogias dos saberes ancestrais), o professor-historiador deve promover como possibilidades na sala de aula, sem se comprometer apenas com as datas comemorativas, mas numa luta de resistência política e social no seu fazer enquanto educador-pesquisador antirracista. Fundamentalmente, o ensino de História é um local de promoção da diversidade seja ela teórica, metodológica, etimológica, epistemológica etc. Sob essa ótica, o professor-historiador deve está atento aos saberes que se desenvolvem em volta da escola, pois esses saberes podem ser conhecimentos construídos na resistência; conhecimentos pensados a partir de práticas ancestrais e, por isso, saberes-fazeres de base ancestral dos povos tradicionais. Posto isto, a relação entre os saberes ancestrais e o ensino de História estão postos no ensino histórico a partir das oralidades, das memórias, das culturas, das ancestralidades,

das espirituais, das cosmovisões afro-indígenas. Tudo isso implica dizer que, nós docentes-historiadores, estamos a trazer à tona no ensino de História, as narrativas insurgentes.

O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DAS NARRATIVAS INSURGENTES DOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS: Ancestralidades, confluências e compartilhamentos de saberes na sociedade e na escola

Ensinar História por meio das narrativas insurgentes é uma maneira de trazer à tona as ancestralidades com as suas confluências e compartilhamentos possíveis. Nisso, sabemos que, "A professora, o professor, é um portal que une as memórias e os conhecimentos do mundo antigo à construção do mundo que está por vir." (PINHEIRO, 2023, p. 150). Para com isso fortalecer os debates e reflexões, em sala de aula, sobre os saberes populares e/ou dos povos tradicionais brasileiros. Desse modo, o docente-historiador trabalha para unir e/ou intercambiar as experiências insurgentes dessas comunidades com as dos estudantes no contexto escolar. Nesse sentido, ocasionando uma confluência de experiências, memórias e narrativas (SANTOS, 2023) na educação.

Quando tratamos de narrativas insurgentes falamos das persistências e resistências históricas que vão contra o sistema colonialista que se estruturou em toda a América Latina, tomando como o nosso foco as questões coloniais e contracoloniais (SANTOS, 2023) ocorridas na História do Brasil. A partir disso, o que pode-se expressar é que, ao professor de História abordar temáticas da história brasileira, torna-se necessário refletir sobre essas lutas históricas que construíram as narrativas insurgentes dos povos tradicionais, haja vista, que isso diz respeito à nossa construção sócio-histórica enquanto país.

Isto posto, torna-se imprescindível discutir que as narrativas que, historicamente, se contrapuseram a lógica colonialista que, no Brasil,

depositou uma linha espessa escravizado e senhor e, atualmente, na racionalidade capitalista, patrão e empregado, as quais são tidas como insurgentes, devem aparecer no ensino de História escolar, para que assim as identidades estudantis sejam construídas de maneira crítica com a realidade social e histórica brasileira. Portanto, agindo assim, o professor está buscando promover em suas práticas antirracistas em sala de aula, reflexões que demonstram as contribuições históricas e na história do tempo presente das populações tradicionais, insurgentes ou das comunidades afro-brasileiras, quilombolas e indígenas, essas que contribuíram/contribuem para a constituição da nossa pátria, da nossa nacionalidade. Para isso, implica dizer que o professor-historiador deve desenvolver novas metodologias que partam das práticas e conhecimentos produzidos pelas pessoas das narrativas insurgentes. E em tempos de ameaças à democracia como está sendo o tempo presente, trazer para a discussão e reflexão escolar essas narrativas, memórias e experiências insurgentes, torna-se de suma importância para a construção de identidades com caráter democrático, inclusivo e antirracista.

É indispensável dizer que as narrativas insurgentes trazem com elas ancestralidades, compartilhamentos e confluências de saberes, práticas, culturas e conhecimentos que vão de oposição aos conhecimentos eurocêntricos, produzidos por uma necessidade cientificizada da sociedade moderna, mas que produzem epistemologias próprias que correspondem e explicam as suas maneiras de viver e ser no mundo. Sendo assim, quando o professor-historiador usa instrumentos eurocêntricos para tentar explicar narrativas insurgentes, ele pode incorrer em erros de interpretação e de compreensão epistêmica. O que pede a urgência de mecanismos de compreensão, ensino e reflexão sobre essas narrativas que partam delas mesmas, de suas populações, materialidades e culturas.

Nessa lógica, sabe-se que as narrativas podem impelir reações ou produzir impactos imensuráveis na realidade sócio-histórica. E, com

isso, conceder possibilidades de criação de outras realidades materiais. Portanto, ao professor-historiador antirracista, que pesquisa e ensina história e cultura afro-brasileira e indígena, a partir das narrativas, memórias e expériências insurgentes que se encontram para além dos muros da escola, trazer para as suas aulas as contribuições históricas dessas comunidades tradicionais; tal docente possibilita o estudante compreender outras realidades que estão distante das suas ou muitas vezes até próximas e, com isso, afetar diretamente mudanças e/ou tranformações dessas realidades.

Logo, quando nós professores de história que, pesquisamos a partir das nossas práticas docentes, abordamos em sala de aula essas epistemologias que foram subalternizadas, as quais, atualmente, são tratadas como narrativas ou conhecimentos insurgentes, damos possibilidades de outras identidades se reconhecerem enquanto papel importante na constituição social. Ainda mais, concede caminhos epistemológicos, teóricos e de pesquisas na educação histórica que oportuniza "[...] o refinamento na construção de uma ética na vida e nos estudos sobre/com os/as subalternizados/as/xs." (MESSEDER, 2018, p. 122). Dessa forma, ao docente-historiador versar sobre esses assunto na escola, abre-se um leque de perspectivas de ensino e pesquisa, assim como, das contribuições para a construção das identidades. Ao falarmos de concepções de vida, de ser e estar no mundo e de compreendê-lo que diferem do modo euro-ocidental. Sendo assim, esses modelos contra o colonialismo ou contra-coloniais

> [...] denunciam esta ordem genocida que estratifica corpos em função dos parâmetros estabelecidos de raça, classe, gênero e sexualidades; e, ao fazê-lo, produzem narrativas insurgentes e acolhedoras, a partir do acesso a arquivos não-ocidentais que contemplam cosmovisões outras, e múltiplas formas de entender e transformar o mundo. Essas propostas produzidas nas margens da academia, ou fora dela, subvertem os papéis e os

> lugares de enunciação, reposicionam mapas e geografias e abrem vias para o surgimento de um novo humanismo [...]. (SILVA, 2020, p. 11).

Diante disso, sabemos das diferenças conceituais entre os termos: contracolonização, pós-colonialismo, descolonização, mesmo assim, aqui par ao campo da educação tratamos esses conceitos como narrativas possíveis em busca da construção de uma sala de aula mais justa, equânime, que respeita as diferenças e dá voz a outras narrativas, a outras existências. Desse modo,

> Por sua vez, adecolonização se apresenta como uma brecha de esperança e um convite a humanização coletiva, com respeito e justiça para crianças, adultos, idosos, jovens e todas a gerações, na construção de outro currículo, outra educação, outro professor, na possibilidade de outras pontes entre os povos excluídos e silenciados, criando outras resistências e esperanças para um outro mundo. É importante reafirmar que decolonizar significa buscar uma essência na diferença, é humanizar as relações, constituindo um caminho para o caminho de narrativas insurgentes. E isso requer a presença, como fonte de inspiração aos pertencimentos dos espaços singulares e coletivos de uma sociedade e a possibilidade de convivências e existências. (LOPES *et al*, 2024, p. 17)

Dessa maneira, na busca por constituição dos caminhos para o caminho das narrativas insurgentes, nas conveniências e existências escolares, que em nosso caso se constrói na sala de aula do ensino escolar de História, podemos atrelar as narrativas insurgentes afro-brasileiras, indígenas, quilombolas, ciganas etc. as narrativas insurgentes dos nossos estudantes, pois, têm existências subalternizadas em meio a massa estudantil em seus diversos níveis de ensino. (MIRANDA E SILVA,

2015). Diante dessa perspectiva, o professor-pesquisador em História não apenas educa para a liberdade e emancipação, mas também para uma educação antirracista e contracolonialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, o ensino de História por meio das cosmopercepções afro-indígenas pode produzir maneiras de ensino antirracistas que partem das próprias experiências dessas comunidades tradicionais. Assim, podendo oportunizar o surgimento de Outras Metodologias, Outras Pedagogias Outras Epistemologias e Outras Pesquisas contracolonizantes, as quais buscam a valoração das identidades e narrativas insurgentes e a construção das identidades estudantis, a partir de outros parâmetros de conhecimentos e práticas não-hegemônicas, no ensino de História.

Dessa maneira, este estudo pode contribuir, a partir dos seus resultados, na construção de práticas docentes em História na escola, haja vista, que esta pesquisa direciona ao docente-historiador direcionar os seus olhares para além dos muros da escola, na finalidade de construir ações e reflexões antirracistas e contracoloniais partindo dos saberes-fazeres insurgentes. Ademais, os resultados deste estudo acadêmico são importantes para que os docentes em História, os quais estão no cotidiano escolar possam perceber a importância de suas práticas pedagógicas e que a começar por elas, pesquisas podem ser desenvolvidas. Assim, fazendo com que a escola promova reflexões e atividades em contrariedade ao racismo e a estrutura colonialista posta no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDETTI, A. C. Narrativas insurgentes: a história sob o ponto de vista quilombola. História Oral, *[S. l.]*, v. 25, n. 2, p. 85–102, 2022. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1258. Acesso em: 30 jan. 2026.

CONRADO, Amélia. SANTOS, Laudemir Pereira dos. PAIXÃO, Maria. Danças e africanidades: desafios anticoloniais na pós-graduação em dança, caminhos desobedientes para epistemologias e estéticas insurgentes. Rio Grande do Norte, ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes, v. 9, n. 2, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2018.

KRENAK, Ailton.Ideias para adiar o fim do mundo.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, Aldaci Santos *et al*. Narrativas insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando as infâncias na contemporaneidade. Belém-Pará, Revista Cocar. v. 20 n. 38, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7691/3440. Acesso em: 20 de Janeiro de 2026.

MELO, Carlos Augusto de. DUARTE, Zuleide. O IMAGINÁRIO MÍTICO INDÍGENA E AFRICANO - COSMOGONIAS E OUTRAS CRIAÇÕES IMAGINÁRIAS - NA LITERATURA E NAS ARTES. Téssera, Uberlândia, MG, v.4, n.1, jul./dez. 2021.

MESSEDER, Suely Aldir. Memórias e cenas narradas sobre a infância e as relações de gênero na linha de vida da professora universitária e da pesquisadora encarnada. Periódicus, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018. Disponível em: https://www.researchgate. Acesso em: 22 de Janeiro de 2026.

MIRANDA, C.; SILVA, S. M. V. da. NARRATIVAS INSURGENTES DE UNIVERSITÁRIOS/AS NEGROS/AS: DESVIOS E PRÁTICAS DISCURSIVAS

DE INSPIRAÇÃO COLONIAL. Educere et Educare, *[S. l.]*, v. 10, n. 20, 2015. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12602. Acesso em: 31 jan. 2026.

PEREIRA, Cássia Maria de Sousa *et al*. O ENSINO DE COSMOLOGIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA. Tocantins, IF Tocantins, 2024. Disponível em: https://static.even3.com/anais/902845.pdf. Acesso em: 22 de Janeiro de 2026.

PINHEIRO, B. C. S. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PIMENTA, Renata Waleska de Souza *et al*. A Pedagogia da Ancestralidade no ensino de linguagem a partir da educação das relações étnico-raciais. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 9 (21): 159-172, setembro a dezembro de 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Karine de Souza. PREFÁCIO INSURGÊNCIAS CONTRA-COLONIAIS E A AMEFRICANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE. *In*: MORTARI, Claudia. WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SILVA SANTOS, Nkembo Olugbala. Cosmopoéticas para reimaginação. ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 227–245, 2024. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/16702. Acesso em: 30 jan. 2026.

SILVA, Thaíssa Alves Gonçalves. Cosmopercepção e natureza: diálogos entre Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí e as comunidades de Terreiros de Candomblé. Rio de Janeiro, XXIV SEMANA DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA PUC-RIO, 2023.

CAPÍTULO 4

MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NOS DOCUMENTÁRIOS *CHAPELEIROS* (1983) E *O CHAPÉU DO MEU AVÔ* (2004)

Alexsandro Araújo Oliveira[4]

SOBRE OS DOCUMENTÁRIOS

O documentário *Chapeleiros* (1983), de Adrian Cooper, trata do cotidiano de trabalho dos operários. Acompanhando seus gestos, rotinas, falas e condições de vida nos anos finais da ditadura. O filme se concentra na experiência coletiva, apresentando a fábrica como um espaço vivo de produção, sociabilidade e conflito. Vemos as máquinas em funcionamento, o ritmo repetitivo do trabalho e os corpos em atividade. É uma narrativa ancorada no presente, não se tratando de memórias, nem de evocação do passado, mas de algo acontecendo. Aqui a dimensão de denúncia das condições do trabalho fabril é clara. O documentário evidencia as relações de exploração, a precariedade das condições de trabalho e a identidade de classe que se forma no interior da fábrica, num contexto em que o operariado ainda ocupava um lugar central na economia e na imaginação política do país.

Chapeleiros transforma aquele espaço em símbolo de um modo de produção e de uma experiência social compartilhada. Hoje, o filme pode ser visto também como um documento histórico, o registro de um mundo do trabalho que estava em funcionamento em 1983, mas que, nas décadas seguintes, entraria em processo acelerado de desaparecimento.

4 Mestre em História
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
historia.cs.hal@gmail.com

Já O *Chapéu do Meu Avô* (2004), produzido duas décadas depois, tem como cenário a mesma fábrica, mas com outro eixo temático. Aqui a narrativa se centra na figura de Sérgio Zakia, o avô, que no caso é avô da diretora Julia Zakia, e seu cotidiano na antiga fábrica de chapéus.

O filme acompanha a diretora buscando reconstruir uma história familiar a partir de vestígios dispersos pela casa e pela fábrica de chapéus. Assim somos levados a acompanhar seu percurso fílmico através de objetos, sons, imagens da casa da família e da fábrica e, sobretudo, do chapéu, que aparece como vestígio material de um passado que já não existe plenamente. O que vemos são memórias íntimas, marcadas pela nostalgia e pela consciência da perda.

A fábrica de chapéus aparece como um espaço em vias de desaparecimento, quase museológico, onde a produção já não tem centralidade econômica. O trabalho de fabricar chapéus surge como um ofício residual, preservado mais pela insistência afetiva do avô do que por sua função no mercado. É menos um filme sobre a indústria e mais sobre como lidar com o que se perdeu, sobre como o passado retorna por meio dos objetos e das imagens, e como a memória se constrói no presente como um gesto frágil de preservação diante do desaparecimento.

QUE FÁBRICA É ESSA?

A fábrica que serve de cenário para os dois documentários é a de chapéus Cury, localizada em Campinas (SP), foi uma das mais importantes indústrias de chapéus do interior paulista ao longo do século XX. Inserida em um contexto de industrialização urbana voltada ao mercado interno. A fábrica operava com uma combinação de processos semi-industriais e trabalho manual, reunindo técnicas artesanais, maquinário específico e uma força de trabalho numerosa e especializada.

A partir das transformações econômicas que se intensificaram nas décadas finais do século XX, sobretudo a abertura comercial, a globalização, a perda de centralidade da indústria tradicional e as mudança nos padrões de consumo, a fábrica entrou em processo de declínio. Soma-se a isso o fato do chapéu ter deixado de ocupar um lugar central na vida cotidiana. No desenrolar desses processos, a produção tornou-se cada vez mais residual e o espaço fabril passou a sobreviver mais como vestígio de um modo de vida do que como unidade econômica ativa.

Hoje, a fábrica de chapéus Cury não existe mais. O que permanece são seus restos simbólicos na forma de imagens, relatos, memórias familiares e coletivas, preservadas sobretudo pelo cinema documental. Nesse sentido, a fábrica foi deslocada de sua função original de produção material para tornar-se um vetor de memória, um ponto onde se condensam as transformações do trabalho, da indústria e da experiência operária no Brasil. A ausência física do edifício reforça seu estatuto memorial, fazendo da Cury não apenas uma fábrica extinta, mas um marco simbólico de um mundo do trabalho que deixou de existir.

DEFININDO MEMÓRIA EM TRÂNSITO

Antes de avançar na discussão sobre os documentários, é indispensável esclarecer a articulação que aqui é feita entre memória, documentário e os modos contemporâneos de circulação das lembranças. Trata-se inicialmente de conceber a memória como algo móvel, continuamente reconstruído, que adquire novos sentidos à medida que atravessa contextos históricos, sociais e culturais distintos. Por conta disso, surge a necessidade metodológica de se empregar um conceito de memória capaz de acompanhar esse caráter dinâmico, atento à fluidez, às reinterpretações sucessivas e aos deslocamentos

que marcam os processos de rememoração, como os presentes nos dois documentários.

Para sustentar um conceito com essas características, é preciso considerar as transformações ocorridas nas últimas décadas nas formas de produzir, compartilhar e preservar memórias. A intensificação da globalização, o aumento da mobilidade humana, a circulação ampliada de símbolos, narrativas e práticas de rememoração, bem como a disseminação das tecnologias digitais — internet, redes sociais e plataformas de registro — configuraram um cenário no qual a memória se tornou mais acessível e plural. Ao mesmo tempo, esse contexto a tornou mais vulnerável a disputas simbólicas, apagamentos seletivos e processos de manipulação.

Essas mudanças deram origem a um deslocamento teórico nos estudos da memória, conhecido como viragem transcultural, que afasta o foco de memórias ancoradas exclusivamente em identidades nacionais e passa a investigar os modos pelos quais as lembranças circulam de forma transnacional e transcultural. Nessa perspectiva, a memória é compreendida como um campo em permanente movimento, reconfigurado pelas interações entre histórias, territórios e experiências diversas. A partir desse enquadramento, entende-se que as memórias permanecem ativas justamente porque ultrapassam os limites geográficos, sociais e temporais de sua origem.

Nesse sentido, a memória coletiva deixa de ser concebida como um patrimônio fechado e passa a operar como um recurso cultural fluido, capaz de articular grupos diversos e de ampliar o campo dos debates políticos. É nesse contexto que se discutem três modos de compreender as memórias coletivas que expandem a abordagem clássica: a memória cosmopolita, a memória protética e a memória multidirecional.

O recurso a essas formulações visa alargar o próprio conceito de memória histórica, uma vez que as abordagens tradicionais tendem a concebê-la como vinculada exclusivamente à experiência vivida, ao

pertencimento a grupos bem delimitados - como nações, etnias ou classes - ou à autenticidade do testemunho direto, transmitido de forma linear dentro de narrativas relativamente estáveis.

Sob essa perspectiva ampliada, a noção de memória cosmopolita, desenvolvida por Daniel Levy e Natan Sznaider (2012), emerge a partir da análise do impacto do Holocausto na constituição de um cosmopolitismo moral e político contemporâneo. O trauma desse acontecimento produziu o imperativo global do "Nunca mais!", que extrapolou fronteiras nacionais e consolidou uma consciência universal voltada à dignidade humana. Nesse processo, a memória do Holocausto tornou-se um fundamento ético e emocional para a formulação e a expansão dos direitos humanos no pós-guerra. Esse cosmopolitismo não elimina identidades locais, mas articula o particular e o universal dentro de um quadro normativo compartilhado. A memória do Holocausto opera tanto no plano institucional — ao ser incorporada a marcos jurídicos globais — quanto no plano afetivo, ao mobilizar indignação e empatia. Dessa forma, consolida-se como paradigma ético capaz de iluminar outras experiências traumáticas, constituindo uma memória que atravessa fronteiras e integra sofrimentos locais a um horizonte moral global.

Em diálogo com essa perspectiva, Alison Landsberg (2003) propõe o conceito de memória protética, ampliando o debate ao demonstrar como indivíduos podem incorporar lembranças de eventos que não vivenciaram diretamente. Mediadas por tecnologias culturais como cinema, museus e televisão, essas memórias funcionam como próteses afetivas e cognitivas que se acoplam à subjetividade, possibilitando a construção de empatia profunda em relação a experiências de violência e injustiça sem vínculo biográfico direto. A memória protética amplia, assim, as possibilidades de solidariedade ética para além das fronteiras identitárias.

Landsberg ressalta, contudo, que memórias derivadas da experiência direta e memórias protéticas não são equivalentes, especial-

mente no caso de eventos extremos, havendo diferenças éticas e epistemológicas entre lembrar o vivido e envolver-se afetivamente com o sofrimento alheio por meio de representações culturais. Ainda assim, o conceito evidencia como experiências mediadas pela cultura podem se integrar à subjetividade, produzindo respostas afetivas e cognitivas capazes de sustentar formas de solidariedade que ultrapassam identidades como raça, gênero ou nacionalidade.

Já Michael Rothberg (2009) aborda a convivência entre diferentes memórias de violência em sociedades multiculturais. Em oposição à lógica da "memória competitiva", segundo a qual narrativas traumáticas disputariam reconhecimento e visibilidade, Rothberg propõe o conceito de memória multidirecional. Para ele, as memórias não constituem recursos escassos, elas podem se cruzar, dialogar e se fortalecer mutuamente. A evocação de um trauma pode ativar a compreensão de outros, fomentando empatia e solidariedade entre grupos diversos. Assim é que Rothberg critica abordagens essencialistas que tratam memórias e identidades como fixas ou puras, argumentando que elas são, na verdade, dinâmicas e formadas por trocas e ressignificações no interior de uma esfera pública em constante transformação. Ele também questiona perspectivas que consideram certos traumas como absolutamente singulares, pois isso bloqueia conexões históricas e inviabiliza diálogos entre sofrimentos distintos. A memória multidirecional, embora não elimine conflitos ou assimetrias, oferece um modelo mais flexível para compreender o trânsito das memórias e as possibilidades de reconhecimento mútuo.

Levy, Sznaider, Landsberg e Rothberg convergem ao rejeitar visões essencialistas da memória e ao enfatizar que nenhuma lembrança é neutra ou isolada, já que todas dependem dos contextos sociais e políticos em que são mobilizadas. Uma mesma memória pode funcionar como ponte ou como barreira, conforme quem a evoca e com que finalidade. Assim, os conceitos de memória cosmopolita, protética e

multidirecional, embora distintos, convergem em um ponto central: a memória deve ser entendida como um processo em trânsito.

Em vez de um arquivo fixo ou de um repertório restrito a identidades estáveis, a memória se caracteriza pela circulação, pelos deslocamentos e pelas reinscrições contínuas. Ela atravessa fronteiras geográficas, culturais e temporais, assumindo um caráter dinâmico, relacional e aberto à interpretação. A memória cosmopolita evidencia como determinados eventos traumáticos podem converter-se em referências transnacionais para refletir sobre violações de direitos humanos. A memória protética demonstra a capacidade de incorporação de experiências não vividas diretamente, influenciando a construção identitária e política no presente. A memória multidirecional, por sua vez, enfatiza os diálogos, atritos e conexões entre passados traumáticos diversos, recusando a lógica da competição entre vítimas. Em todos esses casos, a memória se apresenta como um espaço de trânsito simbólico, no qual histórias se cruzam, se tensionam e se transformam mutuamente. Sua natureza é fluida, fragmentária e constantemente reatualizada, atravessando sujeitos e gerações e conectando experiências diversas na relação entre passado, presente e futuro. Como prática criativa e política, a memória em trânsito não apenas rememora, mas reinventa sentidos, abrindo novas possibilidades de compreensão e intervenção no mundo.

Com tudo isso em vista, a noção de memória em trânsito propõe, assim, compreender a memória não como registro estável, mas como produção contínua que emerge em um espaço simultaneamente historiográfico, poético e filosófico. Nesse campo híbrido, passado e presente se entrelaçam, imaginação e realidade se fundem, e a identidade se constrói a partir de fragmentos, lacunas e reinvenções. A memória deixa de ser um arquivo inerte para tornar-se um gesto de resistência à efemeridade, conferindo permanência simbólica ao vivido.

Distante de concepções lineares ou centradas em um sujeito fixo, a memória em trânsito é múltipla, heterogênea e descentralizada.

Ela se organiza por conexões imprevistas, linhas de fuga e camadas sensoriais que escapam a hierarquias rígidas ou origens definidas. Não se estrutura como árvore ou raiz, mas como campo ou rizoma, marcado por justaposições e montagens fragmentárias que desfazem a ideia de um passado coerente e contínuo.

Enquanto cartografia em permanente elaboração, a memória em trânsito não se limita a repetir o que foi, mas produz sentidos. Ela não busca fidelidade ao passado, mas abertura ao que pode ser narrado e articulado. Não há hierarquia entre memórias, apenas encontros contingentes que conectam o individual ao coletivo, o vivido ao imaginado, o material ao afetivo. Cada evocação instaura uma nova composição, e é nessa composição que reside sua potência criativa e política.

De modo objetivo, a memória em trânsito pode ser definida como um processo vivo, instável e continuamente recriado, que não se fixa em identidades, origens ou narrativas lineares, mas circula entre tempos, sujeitos, objetos, afetos e discursos. Trata-se de uma memória não hierárquica, não centrada e não territorializada, que opera por deslocamentos, cruzamentos e reinscrições constantes. Em vez de se apresentar como um arquivo ordenado ou uma narrativa coerente do passado, manifesta-se como uma rede de conexões laterais, composta por fragmentos, silêncios, intensidades e montagens provisórias. Ela não reproduz o passado, mas o reinventa a cada evocação, não se ancora em um único ponto de enunciação, vive de apagamentos, reapropriações e atualizações contínuas. Não é raiz, mas campo, rizoma ou cartografia, emergindo nos vestígios, nos restos, nos objetos cotidianos, nos afetos, nas narrativas íntimas e também nas mediações culturais do cinema, da literatura, dos museus e das mídias.

Trata-se, por fim, de uma memória profundamente política, pois desafia versões fixadas do passado e resiste a formas de controle narrativo. A memória em trânsito preserva aquilo que escapa aos enquadramentos institucionais e permite a sobrevivência do que não

encontra lugar nos arquivos oficiais. Ela não promete fidelidade, mas afirma a condição própria da lembrança, seu caráter parcial, precário e permanentemente em reconstrução, que subsiste justamente porque se mantém em movimento.

Pensar em termos de memória em trânsito é reconhecer que o fato a que ela se refere não existe mais como presença, não podendo ser acessado senão por meio de mediações. O acontecimento passado persiste apenas através de seus rastros, na forma de lembranças, narrativas, imagens, artefatos, registros e documentos dos mais variados tipos. Não se trata, portanto, de um passado dissolvido, mas de uma realidade histórica que continua a existir na medida em que produziu efeitos e deixou marcas que seguem atuando no presente. Nesse processo, a própria memória se transforma ao longo do tempo. Ao lembrar, por exemplo, da casa da infância, essa casa já não existe tal como foi vivida, nem a lembrança permanece idêntica a si mesma. A memória se recompõe continuamente, seja por acréscimos ou supressões de detalhes, por conflitos com outras lembranças sobre o mesmo objeto ou acontecimento, pelo esquecimento ou pela reinterpretação a partir de novas experiências. A memória, assim, não é um repositório fixo do passado, mas um campo em permanente trânsito e reconfiguração.

Sendo repetitivo, o que estou defendendo pode ser dividido em três argumentos. Primeiro, uma certeza. Pensar a memória como "em trânsito" implica reconhecer que o acontecimento não existe mais como presença empírica. O passado não é acessível senão por mediações: narrativas, imagens, documentos, testemunhos, práticas de rememoração. Nesse sentido, o fato "sobrevive" apenas como rastros, e esses rastros são historicamente situados, produzidos, disputados e reinterpretados ao longo do tempo. Soma-se a isso o fato da memória mudar, seja por esquecimento, acréscimo, conflito com outras lembranças, indicando seu caráter processual, relacional e instável. Não apenas o objeto muda ou desaparece, mas que a própria lembrança não é idêntica a si mesma ao longo do tempo. A memória

não é um arquivo estático, mas uma reconstrução contínua feita no presente (HALBWACHS, 1990; RICOEUR, 2007; NORA, 2012).

Segundo, uma observação qualitativa. Faz-se necessário observar que quando lidamos com o passado, o acontecimento a que se refere não existe mais como presença, mas continua existindo como realidade histórica, isto é, como algo que produziu efeitos, deixou marcas materiais, institucionais, sociais e simbólicas que seguem atuando no presente. O fato não é mais acessível fora de suas mediações.

Por fim, o funcionamento conceitual. Pensar a memória em trânsito não é pensar a perda do passado, mas a circulação contínua de sentidos atribuídos a ele. A memória muda não apenas porque os detalhes se apagam ou se alteram, mas porque ela é permanentemente reativada a partir de novas posições no tempo, de novos conflitos, de novas perguntas, de novos contextos. O trânsito não é só erosão, é também reconfiguração.

UM INTERVALO DE DUAS DÉCADAS – DE 1983 A 2004

Para entendermos adequadamente o que vemos nos dois documentários, devemos ter claro que, no intervalo entre 1983 e 2004, o Brasil passou por transformações profundas no campo político e econômico, com forte impacto sobre o mundo do trabalho, da organização social e da forma como se percebe a classe trabalhadora. Trata-se de um período marcado pela transição do regime militar para a democracia liberal, pela reconfiguração do capitalismo nacional e pela posterior integração do país à globalização neoliberal.[5]

Estamos nos últimos anos da ditadura e avançamos até a consolidação da democracia liberal e a eleição de Lula em 2002. Esse interregno pode ser descrito a partir de alguns marcos centrais. Entre

5 Para uma discussão dos anos 1980, ver SALLUM JR. & KUGELMAS, 1991; MARANGONI, 2012.

1983 e 1985, ocorre a crise final do regime militar e o início da abertura política gradual, com o movimento das Diretas Já (1984) e a eleição indireta de Tancredo Neves, seguida pela posse de José Sarney em 1985. No campo dos trabalhadores, observa-se a emergência de novos movimentos sociais e sindicais, como a CUT, o MST e partidos como o PT.

Entre 1985 e 1988, a transição democrática se consolida com a Assembleia Nacional Constituinte, culminando na Constituição de 1988. Em 1989, acontece a primeira eleição direta para presidente desde 1960, vencida por Fernando Collor de Mello. Sua vitória marca a entrada do discurso neoliberal na política e na economia brasileiras, sinalizando o enfraquecimento do modelo desenvolvimentista. O impeachment de Collor por corrupção, em 1992, e a posse de Itamar Franco sem intervenção militar dão a ideia de que as instituições de Estado estão funcionando democraticamente.

De 1994 a 2002, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, consolida-se o projeto neoliberal. O Plano Real estabiliza a moeda e controla a hiperinflação, ao mesmo tempo em que se aprofundam a abertura comercial, as privatizações e a redução do papel do Estado na economia. Uma das principais consequências desse período é o crescimento do desemprego estrutural e da informalidade.[6]

O recorte temporal se encerra entre 2002 e 2004, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e o início de um governo que buscou articular políticas sociais de redistribuição com a manutenção, em grande medida, do modelo macroeconômico neoliberal.

Quando restringimos a análise ao campo econômico, as transformações ocorridas entre 1983 e 2004 refletem a passagem de um modelo industrial nacional-desenvolvimentista para um modelo globalizado e neoliberal, com efeitos diretos sobre a classe trabalhadora. Entre 1983 e 1989, o país enfrenta a crise da dívida externa e o fim do milagre econômico. A crise fiscal do Estado enfraquece a indústria

6 Para uma discussão dos anos 1990, ver ANTUNES, 2001; ARAÚJO, 2000.

nacional e as empresas estatais, levando à adoção de programas de ajuste do FMI, cujas consequências mais visíveis foram a hiperinflação, o aumento do desemprego e a queda do poder aquisitivo.

Entre 1990 e 1994, sobretudo durante o governo Collor, tem início a implementação das políticas neoliberais. A abertura comercial acelerada reduz drasticamente as barreiras alfandegárias e expõe a indústria nacional à concorrência internacional. Esse processo é acompanhado pela desregulamentação econômica e pelas primeiras privatizações, sinalizando a redefinição do papel do Estado, agora menos atuante na produção direta.

Essas mudanças provocam efeitos negativos importantes. A indústria brasileira, historicamente protegida, não consegue competir em igualdade de condições, o que resulta em um processo de desindustrialização incipiente, com fechamento ou enfraquecimento de empresas, especialmente de médio porte. O impacto imediato é o aumento do desemprego industrial, a precarização do trabalho e a redução da participação da indústria na economia nacional.

Entre 1994 e 2002, durante os governos FHC, aprofunda-se a consolidação do modelo neoliberal. Com a inflação sob controle, avançam as privatizações de setores estratégicos e amplia-se a abertura ao capital estrangeiro. A reforma do Estado redefine suas funções, priorizando a regulação em detrimento da produção direta, ao mesmo tempo em que se intensifica a flexibilização das relações de trabalho.

Essas transformações têm efeitos profundos sobre a classe trabalhadora. A reestruturação produtiva intensifica a competição, amplia a informalidade e o trabalho precário e consolida o desemprego estrutural. A fragmentação da classe trabalhadora dificulta a construção de identidades coletivas e enfraquece os sindicatos, reduzindo sua capacidade de mobilização e negociação.

Com a eleição de Lula, entre 2002 e 2004, inicia-se uma nova fase marcada pela continuidade dos pilares macroeconômicos herdados dos governos anteriores – como o superávit primário, o câmbio flutuante e o

controle inflacionário – combinada à implementação de políticas sociais de combate à pobreza, como o programa Fome Zero, de 2003. Esses programas ampliam a renda das camadas mais pobres, impulsionam o consumo interno e estimulam setores ligados ao comércio, aos serviços e à indústria de bens de consumo.

No mercado de trabalho, ocorre uma formalização parcial do emprego, embora a informalidade permaneça elevada. A classe trabalhadora torna-se mais heterogênea, dividida entre trabalhadores formais, informais, precarizados e setores inseridos em nichos da economia global. O crescimento do setor de serviços altera as formas tradicionais de organização e mobilização política, marcando um novo momento na relação entre economia, sociedade e trabalho no Brasil.

O QUE O CONTRASTE ENTRE OS DOIS DOCUMENTÁRIOS REVELA SOBRE O BRASIL

Considerados isoladamente, cada documentário trata a fábrica como um vetor de memória relativamente estável. No entanto, quando colocados em relação, torna-se evidente que os significados atribuídos a esse espaço se deslocam e se transformam conforme os sujeitos que os narram e as condições históricas que moldam cada filme. Assim é que em ambos os filmes, a fábrica de chapéus não funciona apenas como cenário, mas como um ponto de passagem por onde diferentes memórias circulam, articulando gerações, modos de trabalho e regimes de representação distintos.

Como visto, entre 1983 e 2004, as transformações políticas e econômicas no Brasil tiveram efeitos profundos sobre a classe trabalhadora, modificando não apenas suas condições objetivas de existência, mas também sua forma de organização, sua visibilidade social e seu papel simbólico na sociedade. Transformações que explicam o contraste entre os dois documentários. Em 1983, no contexto retratado

por *Chapeleiros*, a classe trabalhadora ainda se estruturava em torno do trabalho industrial e fabril, caracterizado pela concentração de operários em fábricas e pela forte presença de sindicatos e movimentos sociais. Era um momento em que a fábrica funcionava como centro da vida comunitária, espaço de socialização e de construção de uma identidade coletiva. As greves metalúrgicas no ABC paulista e a mobilização por direitos, que culminariam na Constituição de 1988, expressavam a força política desse grupo, que se via e era visto como protagonista das transformações sociais em curso.

No entanto, ao longo dos anos 1990, com a abertura comercial, as privatizações e a flexibilização trabalhista, essa estrutura começou a se fragmentar. O processo de globalização e o avanço do modelo neoliberal levaram à desindustrialização de setores tradicionais, à redução do emprego formal e ao crescimento acelerado do trabalho informal e precário. As grandes fábricas deixaram de ser o centro da produção econômica e novas formas de ocupação, muitas delas marcadas pela instabilidade e pela ausência de proteção social, passaram a compor o cotidiano dos trabalhadores. Essa mudança afetou diretamente a capacidade de organização coletiva. Os sindicatos perderam o poder de barganha e influência política, e a classe trabalhadora tornou-se mais heterogênea e dispersa, com experiências de trabalho cada vez mais individualizadas.

Quando chegamos em 2004, a fábrica d'*O chapéu do meu avô* já não ocupa o lugar de centralidade que tinha no início dos anos 1980. Em vez de um espaço vivo de produção e luta, ela aparece como vestígio de um passado, carregando memórias afetivas e familiares mais do que identidades políticas coletivas. A classe trabalhadora, embora ainda numerosa, encontra-se fragmentada e menos visível, dispersa por setores como serviços, comércio e economia informal, além de novas modalidades de trabalho que emergem na era globalizada. O Estado, que nos anos 1980 era visto como garantidor de direitos conquistados pela mobilização popular, assume agora um papel de gestor de políticas

sociais compensatórias, como o Bolsa Família, voltadas à mitigação da pobreza, mas sem alterar estruturalmente as condições de exploração.

Assim, o contraste entre os dois documentários revela, de forma simbólica, a passagem de uma classe trabalhadora fortemente organizada e politicamente ativa para uma classe fragmentada, sobretudo, no campo da memória. Enquanto *Chapeleiros* registra um presente em que a fábrica é símbolo de identidade e luta, *O Chapéu do Meu Avô* olha para esse mesmo espaço como ruína, sinalizando a transformação não apenas das relações econômicas, mas também da própria imaginação social sobre o trabalho e seu lugar na sociedade brasileira. Uma trajetória que espelha a transição do Brasil de uma economia centrada na produção industrial e na mobilização coletiva para um contexto de globalização, precarização e individualização das experiências laborais.

N'*O chapéu do meu avô*, a fábrica não aparece mais como espaço de produção ativa, mas como relíquia, quase um museu. A produção se tornou residual, sobrevivendo mais pela insistência do avô e da família do que pela lógica do mercado. E a narrativa da diretora Julia Zakia é marcada pela nostalgia, sinalizando que o lugar da fábrica agora é na memória, não na economia. O trabalho deixa de ter caráter coletivo e político para se tornar uma experiência artesanal isolada.

Entre um documentário e outro, a fábrica de chapéus vai de símbolo industrial a símbolo de memória familiar. Uma transição que também reflete mudanças no mundo do trabalho. Em 1983, o trabalho fabril era central na identidade de classe. Em 2004, a identidade operária se fragilizou, o trabalho manual aparece como sobrevivência cultural, não como base da economia.

Essas mudanças econômicas e sociais também se refletem na forma como os documentários são construídos. *Chapeleiros* segue a tradição do cinema de denúncia, característico do período, preocupado em revelar as condições de vida dos trabalhadores e em intervir politicamente. O foco está no coletivo, no grupo de operários, no que

a fábrica é apresentada como um microcosmo da sociedade industrial. No seu momento, *O Chapéu do Meu Avô* é um filme íntimo e subjetivo, que busca preservar memórias pessoais em vez de mobilizar uma luta social. Esse deslocamento da narrativa do coletivo para o individual acompanha a própria transição do capitalismo, agora em sua fase neoliberal, que fragmenta comunidades de trabalho e dissolve antigas formas de solidariedade.

Ao olharmos para os dois documentários em sequência, percebemos que a mesma fábrica revela duas fases do mesmo capitalismo. Primeiro vemos um discurso de alienação, do trabalho alienado, para em seguida vemos um discurso da nostalgia, no qual o trabalhador não é mais alienado, mas marginal, quase invisível. À medida que o trabalho desaparece, ele é transformado em narrativa, imagem, lembrança.

A fábrica de chapéus encarna os movimentos das memórias dos trabalhadores e da intimidade de uma família. Em ambos a fábrica não é apenas cenário, mas ponto de passagem onde a memória circula e se transforma, revelando como passado e presente se conectam por narrativas diversas e mutáveis. Ademais, o que vemos em *Chapeleiros* é apenas um fragmento de vidas, revelador das condições de trabalhos de um conjunto de pessoas que eram ao mesmo tempo o espelho de milhares de outras e o reflexo das condições impostas pelo capitalismo. Mas as suas vidas continuaram, não saberemos que são elas nem que rumo tomaram. Sabemos apenas que suas vidas foram afetadas pelos mesmos aspectos que afetaram a fabrica. E sabemos disso porque *O chapéu do meu avô* nos mostra.

MEMÓRIA E OBJETO: o chapéu como vestígio material e afetivo

Se em um sentimos a nostalgia de uma neta, no outro sentimos o calor e o cansaço. E, diferentemente de um arquivo burocrático, não nos deparamos apenas com fatos, esses filmes produzem memórias enquanto afeto.

Nos dois filmes, o chapéu não é apenas um adereço simbólico, mas um objeto que condensa camadas de lembrança, herança e ausência. Em *O chapéu do meu avô*, o objeto funciona como um gatilho de memória, vestígio que convoca o passado familiar e afetivo, sem jamais resolvê-lo. O gesto de lembrar é sempre melancólico porque o objeto não devolve o passado, apenas o evoca na forma da falta. Em *Chapeleiros*, a presença do ofício manual, agora em vista das ruínas da fábrica, opera como registro de um mundo que desaparece. É um filme que virou documento de corpos, gestos e espaços em extinção, e assim, agora pode ser visto como o testemunho de um cotidiano em caminho do fim. O chapéu carrega o afeto angustiado do tempo, ponto de contato entre o visível e o perdido.

O chapéu do meu avô, mais do que *Chapeleiros*, expressa claramente uma memória angustiada, que aparece como um sentir o desaparecimento enquanto ele acontece. Pois ali vemos a fábrica já em decadência, tanto quanto os espaços de moradia, adjacentes a ela.

Se quando foi filmado, *Chapeleiros* era o presente em curso, agora suas imagens são atravessadas pela consciência da finitude e os gestos de fabricar chapéus tornam-se os últimos traços de um mundo que a partir dali foi se apagando. O afeto de revolta e de solidariedade que poderíamos ter com aqueles trabalhadores se tornaram nostálgicos por representar um momento que se perdeu, e que, do ponto de vista do trabalho, não mudou para melhor para a maioria dos trabalhadores.

Já em *O chapéu do meu avô*, o afeto da lembrança é inquieto, a narradora não reconstrói o passado familiar, mas o tateia por meio

da pessoa do avô. O filme é feito de lacunas, sons dispersos, closes em objetos, planos que sugerem mais do que mostram, como se a memória só pudesse se expressar por meio da incompletude. Obvio que essa angústia não é uma falha, mas condição da memória como afeto, já que lembrar, como parece sugerir o documentário, é perceber que o que se lembra já não é, e essa contradição é o que dá espessura ao que vemos.

Por ter sido realizado em 1983, ainda no período da ditadura, na fase de abertura, *Chapeleiros* não é apenas uma memória retrospectiva, é um documento produzido enquanto as transformações que registra ainda acontecem. Essa contemporaneidade intensifica o afeto angustiado, pois estamos diante de um filme que capta a sensação de perda em tempo real, não só como perda posterior. Produzido sob um regime com restrições (censura, autocensura, clima político tenso), o filme carrega escolhas estéticas e omissões que dialogam com regimes de visibilidade da época. Os silêncios no filme podem ser tanto fruto da escassez de vestígios quanto estratégias de prudência política. O que possibilita uma leitura como um documento que contêm memórias ambíguas. Por ser contemporâneo ao fim do regime, *Chapeleiros* funciona tanto como microarquivo social, ao registrar trabalho e modos de vida, quanto como peça de um mosaico maior de registros que, nos anos seguintes, ajudariam a compor a memória coletiva sobre perda, apagamento e resistência. Sua materialidade e possíveis lacunas tornam-se parte da mesma dinâmica de afeto angustiado que atravessa os arquivos da repressão, caracterizados por presença parcial, testemunho tateante e urgência de documentar o que pode vir a ser ocultado, destruído ou desaparecer no labirinto de estratégias usadas para redefinir o que foi a ditadura.

UM EPISÓDIO SINGULAR SOBRE A FÁBRICA

Há um relato recorrente associado à história da fábrica de chapéus Cury segundo o qual a empresa teria fornecido os chapéus utilizados na caracterização do personagem Indiana Jones, interpretado por Harrison Ford. O que torna esse fato particularmente significativo não é apenas a possível ligação material entre a fábrica e uma grande produção cinematográfica internacional, mas o modo como esse episódio opera simbolicamente. O chapéu de Indiana Jones tornou-se um dos objetos mais reconhecíveis da cultura pop do final do século XX, um artefato que condensa aventura, masculinidade clássica, heroísmo e uma certa estética do passado. A associação da fábrica Cury a esse personagem projeta um espaço industrial local para uma cadeia global de circulação de imagens, mitos e mercadorias culturais. Nesse sentido, a referência a Indiana Jones funciona menos como comprovação documental estrita e mais como um dispositivo memorial. Ela reinscreve a fábrica em um circuito imaginário que ultrapassa Campinas, o Brasil e mesmo o universo do trabalho fabril, conectando-o ao cinema hollywoodiano e à cultura de massas. O chapéu, que nos documentários aparece como produto de um ofício cotidiano e, mais tarde, como vestígio afetivo e familiar, passa também a carregar o peso de um ícone global.

Esse deslocamento é revelador. A mesma fábrica que em *Chapeleiros* simboliza o trabalho coletivo e a identidade operária, e que em *O Chapéu do Meu Avô* aparece como herança afetiva e memória íntima, é também lembrada como fornecedora de um objeto cinematográfico mundialmente conhecido. A narrativa sobre Indiana Jones, verdadeira e também mitificada, mostra como a memória da fábrica se expande para além de sua função produtiva, tornando-se parte de uma economia simbólica global.

Assim, o episódio dos chapéus de Indiana Jones ilustra de forma exemplar o funcionamento da memória em trânsito, um mesmo objeto industrial atravessa contextos distintos: o chão da fábrica, o

cinema político brasileiro, o documentário autoral e a cultura pop internacional, acumulando sentidos heterogêneos. A fábrica Cury, já inexistente fisicamente, sobrevive justamente nessas camadas narrativas que articulam trabalho, cinema, mito e imaginação, revelando como a memória industrial se mantém viva não apenas nos arquivos, mas também nas histórias que continuam a circular.

E vai ser no cinema um dos lugares onde essa fábrica continuará viva como memória, seja em documentário como da Julia Zakia ou nos filmes de Indiana Jones.

UMA OBSERVAÇÃO FINAL

A memória em trânsito entre os dois filmes pode ser descrito como mostrado abaixo. Essa comparação mostra como a memória não é algo fixo, mas um processo em constante deslocamento. Entre 1983 e 2004, a mesma fábrica deixa de ser símbolo de luta e produção para se tornar símbolo de recordação e legado pessoal. E o cinema acompanhou essa mudança.

Documentário	Chapeleiros	O Chapéu do Meu Avô
Aspecto principal	Presente a ser transformado	Um passado a ser preservado
Tempo	Presente vivo	Passado em vias de desaparecimento
Memória	Coletiva, de classe, lugar de luta social	Familiar, afetiva, lugar de memória e legado familiar
Perspectiva	Olhar externo, fenômeno social e político	Olhar interno, subjetivo, experiência pessoal e familiar.
Fábrica	Espaço produtivo e espaço de conflito	Espaço residual, quase museu, resistência cultural

Documentário	Chapeleiros	O Chapéu do Meu Avô
Trabalhadores	Protagonistas coletivos, sujeitos políticos	Personagens secundários, guardiões de uma tradição.
Cinema	Documentário de denúncia	Documentário autoral, poético

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Davi José Nardy. O Brasil dos anos 90: um balanço. **Leituras de Economia Política,** Campinas, v. 6, n. 2 (9), p. 63–89, 2001. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/publicacoes/revistas/leituras-economia-politica/vol-6-N-2-f-9-p-160-351-dez-2001/o-brasil-dos-anos-90-um-balanco. Acesso em: maio 2025.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** [S. l.], n. 2, p. 9, 2000. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/34. Acesso em: 30 jun. 2025.

CHAPELEIROS. Direção: Adrian Cooper. Produção: Tatu Filmes. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990

LANDSBERG, Alison. Prosthetic memory: the ethics and politics of memory in an age of mass culture. In: GRAINGE, Paul (ed.). **Memory and popular film.** Manchester: Manchester University Press, 2003. p. 144-161. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctt155jfm0. Acesso em: 5 maio 2025.

LEVY, Daniel e SZNAIDER, Natan. A institucionalização da moralidade cosmopolita: o Holocausto e os direitos humanos. **História Revista,** Goiânia, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21697. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento,** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano 9, n. 72, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em: 23 abr. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo,** v. 10, p. 7-28, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 19 dez. 2024.

O CHAPÉU do meu avô. Direção e roteiro: Julia Zakia. Produção: Zilda Zakia. São Paulo: [s.n.], 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROTHBERG, **Michael. Multidirectional memory: remembering the Holocaust in an age of decolonization.** Stanford: Stanford University Press, 2009.

SALLUM JR., Brasilio. & KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados,** v. 5, n. 13, p. 145–159, set. 1991.

CAPÍTULO5

O CORPO DE POLÍCIA NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO: a instituição e o policiamento no século XIX.

Anderson Antonio de Santana Justino[7]

APARATOS DE POLICIAMENTO NO SÉCULO XIX.

Na historiografia existe um consenso acerca do entendimento de que a polícia – percebida como organismo formado segundo padrões burocráticos – compõe uma formação própria da modernidade. Trata-se de uma entidade criada a partir de um prolongado processo histórico, desenvolvida simultaneamente ao fortalecimento e estruturação dos Estados nacionais europeus. As interpretações a respeito de sua posição e das suas ações nesse percurso são variadas. A polícia pode ser uma instituição importante e indispensável para o Estado alcançar aquilo de Max Weber definiu como o "monopólio do uso legítimo da força física", configurando-se ao mesmo tempo como produto e instrumento desse processo (WEBER, 2002).

Outra forma de compreendera instituição é vê-la como elemento fundamental e central na constituição de uma nova racionalidade governamental definida por Michel Foucault de governamentalidade. Essa modalidade de exercício do poder se distancia da estrutura política de matriz maquiaveliana, deslocando o foco do principado

7 Doutorando em História
andersonantonio023@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

para a gestão complexa das populações no intuito de desenvolver as forças do Estado (FOUCAULT, 2008). Seja enquanto apoio para a transformação do Estado como única instância legítima a empregar a violência, na perspectiva weberiana, seja como instrumento de poder orientado à administração da vida e do bem-estar das pessoas, conforme abordagem foucaultiana, a polícia surgiu, afirmou-se e se moldou ao longo do tempo, apresentando-se como tal na contemporaneidade.

Além desses, outro entendimento, voltado para a experiência brasileira, afirma que a organização da polícia ocorreu com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Com a chegada na América e a instalação da corte no Rio de Janeiro, o príncipe regente João criou, através do alvará de 5 de abril daquele ano, uma instituição semelhante a um modelo já existente em Portugal: a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Em conformidade, foi formada outra força armada para assegurar o funcionamento da Intendência, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. A primeira, ficou responsável por funções de natureza político-administrativa, abrangendo desde execução de obras públicas até o abastecimento de água, iluminação pública, higiene coletiva, transferências de mercadorias e temas vinculados a segurança pública. A segunda, atuou no patrulhamento ostensivo da cidade, agindo com a responsabilidade de disciplinar os espaços urbanos, o que incluiu, controlar a população escravizada e os seus descendentes, tanto livres como libertos, que andavam pela cidade e nos seus arrabaldes diariamente.

A organização policial em Pernambuco ocorreu de forma dispersa e pouco estruturada no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século seguinte (SILVA, 2003). Mesmo após a independência do Brasil, não houve transformações significativas no policiamento dessa província. No ano de 1825, por meio de um decreto imperial, o Recife passou a dispor de uma força armada e uniformizada, constituída por soldados das tropas de linha, voltada a vigilância do cotidiano.

Com o objetivo de garantir a tranquilidade pública na capital pernambucana e em seu entorno, como também no interior, tendo como propósito ainda, retirar da população o poder coercitivo que tinha no espaço público. A criação da instituição não estava relacionada apenas com a diminuição da criminalidade e promoção da tranquilidade social, o advento dos aparatos de policiamento surgiu do processo de centralização política do próprio Estado(SILVA, 2003, p. 30-32). Assim, o Corpo de Polícia de Pernambuco, deveria ser composto por 320 homens, dispondo de uma organização formada por uma companhia de cavalaria e duas de infantaria e um estado-maior. Seu campo de ação restringia-se ao espaço urbano recifense, inexistindo qualquer possibilidade formal que permitisse sua atuação no âmbito provincial.

Conforme Wellington Barbosa, essa força apresentava pouca solidez burocrática, pois a continuidade ou a extinção de seus contingentes estava condicionada aos interesses políticos das autoridades em exercício (SILVA, 2003, p. 83-86). Um episódio que demonstra essa instabilidade foi a notícia acerca da abdicação de D. Pedro I quando chegou ao Recife em 5 de maio de 1831. No momento, antes de informar a população a "tão fausta notícia", os membros do Conselho de Governo resolveram desmobilizar o corpo de polícia então existente e criar uma corporação, formada por "outros corpos da 1ª linha", consideradas mais adequadas em virtude do "seu comportamento civil e político"(PERNAMBUCO,1831). Desse modo, os conselheiros buscavam assegurar o controle da força policial, pois havia suspeitas de que determinados funcionários públicos da província, "principalmente militares", se apropriasse do momento, para comprometer a "tranquilidade pública"(PERNAMBUCO,1831, p. 126).

Em 1831 foi criado, a partir da decisão do Ministro da Justiça, Diogo Feijó, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Uma força armada, uniformizada, formada através de um alistamento voluntário em que se exigia que os homens entre 18 e 40 anos: soubessem saber ler e escrever, tivessem boas condições físicas e uma boa conduta civil.

Os soldados que se engajavam poderiam servir pelo período de dois anos, prorrogáveis, caso tivessem bom comportamento, por mais dois anos. Havia a possibilidade do preenchimento da corporação por meio de recrutamento forçado, como era feito nas tropas de primeira linha.

A principal atribuição dos soldados do Corpo de Polícia era a vigilância dos espaços públicos, no entanto, ao longo do oitocentos, múltiplas tarefas de natureza social foram sendo incorporadas, extrapolando a ideia de agirem unicamente de maneira repressiva. Eles ocuparam funções como: auxiliares dos agentes da Câmara Municipal na captura de animais nocivos, agiram no transporte compulsório de enfermos às casas de saúde, fiscalizaram enterros durante períodos de crises epidêmicas, entre outras funções. Contudo, no decorrer do tempo, a instituição assumiu, devido as exigências sociais, uma função mais delimitada e centrada no enfrentamento da criminalidade.

No Recife oitocentista, observa-se um número crescente de registros acerca do aumento da violência criminal, em especial de assassinatos, nos relatórios de presidente de província e de notícias publicadas nos jornais. Em 1842, um desses presidentes relatou que os crimes estavam aumentando na capital, "não só em números, mas também na gravidade, e até na ousadia dos delinquentes", ávidos por "sangue humano", atuavam "em pleno dia e nas ruas mais públicas", eliminando aqueles que "no meio do povo se julgavam seguros" (RELATÓRIO, 1842, p. 4).

Na segunda metade do século XIX, a realidade provincial permaneceu com dificuldades análogas, provavelmente com problemas mais intensos. Conforme Clarissa Nunes Maia, as notícias dos jornais insistiam em apresentar uma capital marcada pela insegurança, na qual os crimes se multiplicavam, "sem que a polícia conseguisse dar conta deles" (MAIA, 2012, p. 185). Nesse período, foi crescente entre as autoridades e segmentos diversos da sociedade o pedido pela presença de policiamento nos espaços públicos.

Nesse contexto, evidenciava-se aquilo que Robert Reiner aponta como "fetichismo da polícia", isto é, a suposição segundo a qual "a polícia é um pré-requisito essencial para a ordem social, e que, sem a força policial, o caos vai instalar-se" (REINER, 2004, p. 19). Embora tal concepção tenha alcançado maior difusão na contemporaneidade, seus indícios já se manifestavam no Recife do século XIX, momento em que se intensificavam as demandas por uma vigilância policial mais ostensiva nos espaços urbanos. Todavia, responder plenamente a tais anseios, mostrava-se um empreendimento complexo, uma vez que, durante o século XIX, o Corpo de Polícia dispunha de efetivos limitados, sobretudo quando se considera a extensão e as exigências da província.

Na primeira metade do oitocentos, entre os anos de 1830 e 1850, o número máximo esperado de soldados do corpo policial situava-se entre 400 e 800 integrantes. O quantitativo de praças, geralmente, era baixo para a demanda social existente e o número de integrantes dificilmente alcançava o número máximo estipulado. Somente no ano de 1838 o efetivo de soldados foi de 732 integrantes para a corporação. Nos demais anos, o efetivo não passou de 600 policiais, tendo nos anos de 1845 e 1846 um número ainda menos, apenas 394 soldados. Esses quantitativos representavam o número completo do corpo policial, não a força mobilizável pelas autoridades, visto que, existiram enfermidades, deserções, punições disciplinares que comprometeram a manutenção do número formalmente definido.

Entre os anos de 1850 e 1889, o contingente policial aumentou, principalmente a partir da década de 1870 com a criação da Guarda Cívica do Recife, que possibilitou a incorporação de mais de 120 homens ao policiamento cotidiano. No ano de 1887 contabilizavam-se 970 praças na província de Pernambuco, das quais 850 pertenciam ao Corpo de Polícia e 120 a Guarda Cívica. Mesmo com esse número, o quantitativo ainda era insuficiente para o presidente da província, pois havia "constantes requisições de força e urgências do serviço policial".

Por esse motivo, ele defendeu que era "indispensável aumentar o Corpo ao menos em uma companhia" (RELATÓRIO, 1887, p. 18-19).

POLICIAMENTO

Na segunda metade do século XIX, o sistema de policiamento existente no império agiu para a manutenção da ordem e da direção do processo de construção do Estado Nacional. Nesse contexto, diversos movimentos de tensões estiveram presentes nesse momento e um desses foi a legitimação da medicina no espaço público. O exercício ilegal das artes de curar esteve presente nas documentações do período, tendo a presença da ação policial na mediação de muitos dos conflitos. As disputas entre os terapeutas populares e os médicos foram ações que fizeram parte do cotidiano das autoridades policiais.

Na década de 1850, o Recife estava vivenciando a epidemia de cólera e os jornais da época passaram a noticiar os fatos desse ocorrido. Em 26 de fevereiro de 1856, o Diario de Pernambuco trouxe uma matéria em que apresentou tratamentos para o combate da epidemia. Ao abordar a questão, expôs o sucesso obtido por alguns proprietários de engenhos ao usar nas pessoas de sua localidade o purgante de Le-Roy. Além desse, o periódico mostrou que havia um tratamento que estava sendo muito comentado, a do "preto Manoel da Costa". Ele consistia da seguinte forma, juntam-se:

> Raíz de pimenta malagueta, cebolas do reino, raiz de cana flexa ou cana braba, alho, pimenta do reino e raiz de limão azedo. Todos estes agentes devem ser pisados em um vaso, onde lance-se duas ou mais garrafas d'agua fria, segundo a porção do remédio que se quiser fazer, e depois de bem pisado tudo, mexido e extraída a substância, deita-se fora o baraço, coa-se o líquido extraído, e até é temperado com uma tigela de mel de

> furo, água de dois cocos secos da Bahia, e uma xícara de vinagre bom. [...].
>
> [...]Logo que pai Manoel entra na casa de um colérico, manda tirar de cima do doente toda e qualquer coberta, abrir as janelas e portas da casa, comer carne assada com pirão, e logo depois da aplicação de seu infalível remédio, um banho frio. (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 051, 26 de fev. de 1856, p. 2)

Diante de um cenário de instabilidade gerado pela epidemia, a atuação de Pai Manoel foi tolerada pelas autoridades da época, possivelmente, na tentativa de evitar o agravamento das tensões existentes, provocadas pela crise sanitária. Nesse contexto, foi-lhe dado acesso às dependências do Hospital da Marinha do Recife, onde lhe foi concedido três leitos, permitindo-lhe administrar o seu tratamento a aqueles que o procuraram (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 050, 26 de fev. de 1856).

No Hospital da Marinha do Recife, o curandeiro ficou responsável por alguns pacientes, dois deles chegaram a falecer, um após tomar o remédio administrado pelo africano e o outro no dia seguinte da sua chegada, o que gerou mais argumentos para os médicos que estavam incomodados com a sua presença. Mesmo diante desse cenário e de ter "curado um, enquanto três africanos livres pereceram", Pai Manoel permaneceu no Hospital da Marinha até o último dos seus pacientes (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 048, 23 de fev. de 1856).

A insatisfação de alguns médicos com essa situação ganhou visibilidade nas páginas dos jornais e no ano de 1856, a Comissão de Higiene Pública expressou sua indignação, chegando a pedir a prisão do curandeiro por estar "tratando pessoas acometidas" pela cólera. Com a justificativa de que existiam "alguns especuladores" se prevalecendo do estado de "terror da população", a Comissão exigiu que ninguém poderia exercer a arte de curar "sem título conferido ou verificado

pelas escolas de medicina do império", tão pouco vender publicamente medicamentos para o tratamento de doenças sem a devida permissão. Apesar das advertências, a prática de sujeitos que "raciocinam" buscarem prescrições terapêuticas de "ignorantes", continuava a ocorrer, mesmo sofrendo denúncias por parte da Comissão de Higiene (DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 054, 29 de fev. de 1856).

Nesse contexto, o jornal O Liberal Pernambucano no dia 27 de fevereiro de 1856 noticiou uma matéria em que expressou tamanho incomodo. Nela, houve um alerta para as principais autoridades do período, em especial ao presidente da província, para que fossem tomadas as medidas cabíveis para impedir a ação dos terapeutas populares. Pai Manoel foi proibido pela polícia de usar o seu remédio para curar a cólera, no entanto, recusou-se, agindo à revelia das determinações das autoridades. A Comissão de Higiene Pública pediu a sua prisão, "não obstante um fato desta ordem, o preto Manoel, a pé e de carro, acompanhado por ordenanças e até por delegados de polícia continuou por toda a parte a curar a torto e a direito". Na matéria, o autor, valendo-se de ironia, questionou a eficácia do tratamento aplicado pelo africano ao compará-lo com aqueles adotados nos países europeus.

> Como é que os países civilizados da Europa onde os gigantes da ciência se têm erguido como um só homem para esmagar o terrível viajante que agora nos visita, não poderão descobrir remédio algum para o cólera e, entretanto, acreditas que um homem sem conhecimento científico, sem prática, sem recomendação alguma, da noite para o dia veja mais que todos aqueles países. [...] Pernambucanos, aceitai um conselho de quem vos ama e á capaz de fazer alguma coisa por vós, abandonai estes charlatões, procurai saber o tratamento do cólera por algum dos médicos hábeis e práticos de nossa província, cingi-vos a ele e se porventura vossa hora for chegada, resignai-vos, lembrai-vos de Deus e exalai o último

> suspiro envolvido no manto da ciência. (O LIBERAL PERNAMBUCANO, n. 1015, 2 de fev. de 1856)

O grupo denominado pelos higienistas e pelo governo de "charlatães" era composto por diversos agentes de cura, entre eles: homeopatas, boticários, parteiras, curandeiros, práticos, médicos sem a formação reconhecida pelas instituições médicos etc. Embora desprovidos de uma formação acadêmica e de fundamentos básicos do conhecimento científico, tais agentes logravam amplo prestígio social, reconhecimento que os médicos só obtiveram após longos períodos de atuação. Diante dessa conjuntura, os integrantes da medicina institucional mobilizavam instâncias estais visando a criação de mecanismos legais aptos para o fortalecimento da sua legitimação social enquanto campo dominante de saúde. Com tal finalidade, tornou-se imprescindível elaborar uma tipificação ampla, o charlatão, voltada a classificar os sujeitos envolvidos em práticas terapêuticas dissociados ao modelo científico (SAMPAIO, 2001, p. 30–53).

A popularidade dos curandeiros foi um tema estudado na historiografia brasileira desde os estudos coloniais. A historiadora Tânia Pimenta (2003, p. 323) ressaltou que os curandeiros,"cujos serviços não eram solicitados apenas por falta de médicos ou cirurgiões,ou porque não podiam pagá-los", costumavam ser procurados com frequência, sobretudo por demonstrarem maior desempenho, seja no atendimento de doenças simples, seja no cuidado de enfermidades mais graves. Segundo ela, a recorrência de anúncios dos serviços dos curandeiros, veiculados nos jornais da Corte, indica que as percepções sociais acerca desses agentes continuaram relativamente estáveis ao longo das décadas.

Em 14 de maio de 1856, o jornal O Liberal Pernambucano noticiou outra matéria sobre Pai Manoel. Dessa vez, foi para informar que o curandeiro foi preso por autoridades policiais por causa do exercício ilegal da medicina. Sua estadia na prisão não foi longo e após três dias

já estava em liberdade. Após essa notícia, o jornal não publicou mais acerca da vida do curandeiro.

A repressão aos praticantes ilegais de cura, contudo, mostraram-se pouco eficazes, embora tivessem ocorrido denúncias e prisões, dificilmente resultavam em sanções efetivas. Tal fato era decorrente da fragilidade da legislação vigente que não possuía amparo social sobre o exercício da medicina, possibilitando a permanência de práticas tradicionais de cuidado no cotidiano de diferentes grupos sociais. Desse modo, apesar dos esforços dos doutores em se manterem como os únicos dentro do seu campo de atuação, sangradores, benzedeiras, curadores populares e outros sujeitos da cura seguiram coexistindo com a medicina científica ao longo de todo o século XIX. Os dispositivos legais criados para inibir a procura por esses agentes não diplomados não foram capazes de tal feito, permanecendo a busca pelos seus serviços durante todo o Brasil império (DINIZ, 1997, p.370). No caso de Pai Manoel, ele foi advertido pelas autoridades policiais para não continuar com as suas práticas de cura no espaço público, entretanto, permaneceu a praticá-las.

A análise do Corpo de Polícia de Pernambuco na segunda metade do século XIX no Brasil demonstra que sua atuação pode ser observada a partir das experiências vividas pelos sujeitos policiados, pessoas que tiveram ligações direta com essa força pública. É possível ainda perceber que as ações policiais agiam de forma desigual entre a população, incidindo com maior intensidade entre grupos socialmente vulneráveis, vistos, muitas vezes, como suspeitos ou desviantes da ordem estabelecida pelas elites dirigentes. Assim, o policiamento tornou-se mais uma ferramenta de regulação social que ultrapassou a repressão ao crime e agiu nos comportamentos e usos do espaço público.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1832. [1832]. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-deleis/ copy_of_colecao3.html. Acessado em: 10/11/2025.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Ano 1835, ed.117

DIARIO DE PERNAMBUCO, n. 051, 26 de fev. de 1856, p. 2

O LIBERAL PERNAMBUCANO, n. 1015, 2 de fev. de 1856

PERNAMBUCO. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco, 1821-1834. Recife: Assembleia legislativa de Pernambuco, CEPE, v. 2, 1997.

RELATÓRIO do presidente da província Francisco do Rego Barros, p. 4, 1 mar.1842.Disponível em: https://bit.ly/2TgmJs6. Acesso em: 03mar. 2025.

RELATÓRIO do presidente da província Pedro Vicente de Azevedo, p. 18-19, 2

mar. 1887. Disponível em: https://bit.ly/2sR3vgV. Acesso em: 03 mar. 2025.

Fontes bibliográficas

CARDOSO, Michele Gonçalves. **Biografia e temporalidades:** prática historiográfica e o ensino de história**.** Educ. Rev. [on-line]. 2021, vol.37.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera**: representações de uma angústia coletiva. A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAIA, Clarissa Nunes. O controle social no Recife oitocentista. *In:* SILVA, WellingtonBarbosa da (org.). **Uma cidade, várias histórias***:* o Recife no século XIX. Recife: Bagaço, 2012.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PIMENTA, T. S. **O exercício das** a**rtes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. 2003. 256 f. Tese (Mestrado em História). São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: Unicamp. 2001.

SILVA, Wellington Barbosa. **Entre a Liturgia e oSalário**: aformação dosaparatospoliciaisno Recifedo século XIX (1830-1850). Jundiaí: Paco Editorial, 2003.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em História). Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CAPÍTULO 6

INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADES LATINO-AMERICANAS: novos cenários geopolíticos

André Caldas Cervinskis[8]

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico capitalista, o triunfo do liberalismo, o imperialismo e a efervescência nacionalista e socialista na Europa também envolveram as Américas no século XIX, adaptando-se, no entanto, às peculiaridades históricas regionais. As Américas (Sul, Central e Norte), conquistadas e colonizadas por europeus, desempenharam e continuam a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento capitalista ocidental, particularmente por meio do crescente comércio transatlântico e, posteriormente, entre o Norte e o Sul do continente americano (VICENTINO; DORIGO, 2005). Este texto foi reescrito com assistência da inteligência artificial Grok 4, desenvolvida pela xAI, com o objetivo de reformular o conteúdo original e evitar plágio, preservando as ideias e citações essenciais.

As independências políticas latino-americanas não promoveram um desenvolvimento socioeconômico autônomo, mas sim uma dependência em relação aos centros dinâmicos do capitalismo, inicialmente em relação à Inglaterra e, posteriormente, aos Estados Unidos. No final do século XIX, os Estados Unidos, já economicamente poderosos e alinhados ao expansionismo imperialista europeu,

8 Doutorando em Ciências da Linguagem - UNICAP
Graduando em História - UAEADTec UFRPE
acervinskis@gmail.com

impuseram seu controle geopolítico sobre grande parte dos assuntos americanos, processo que se consolidou no início do século XX. Na transição do século XVIII para o XIX, com o declínio do Antigo Regime, o liberalismo político e econômico forneceu a base ideológica para superar os entraves ao progresso capitalista. Enquanto os Estados Unidos lutavam por sua independência, as metrópoles ibéricas persistiam em práticas mercantilistas e colonialistas, que impediam o livre-comércio e o desenvolvimento manufatureiro, elementos essenciais para a autonomia e o sucesso econômico na época. Nesse contexto, em retaliação à desobediência ao bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte, tropas napoleônicas invadiram Portugal e ocuparam a Espanha, desencadeando o processo de independência da América Latina (VICENTINO; DORIGO, 2005).

AS INDEPENDÊNCIAS LATINO-AMERICANAS E SUAS INTER-RELAÇÕES

Diferentemente da maioria das nações latino-americanas que se organizaram como repúblicas após o processo de independência, o Brasil adotou o regime monárquico constitucional a partir de 1822, com a aclamação e posterior coroação de D. Pedro I como imperador. Enquanto o restante da América Hispânica era influenciado pelos ideais republicanos e pela visão bolivariana de integração continental, o Império brasileiro consolidou-se como uma monarquia centralizadora e escravista, o que gerou distanciamento político e institucional em relação às demais nações emancipadas (VICENTINO; DORIGO, 2005). Essa singularidade permitiu relativa estabilidade interna, especialmente durante o Segundo Reinado, sob D. Pedro II, favorecendo a expansão econômica e a afirmação de interesses estratégicos regionais, embora despertasse desconfiança entre as repúblicas vizinhas, que associavam

o modelo monárquico brasileiro a resquícios do colonialismo europeu (PRADO; PELLEGRINO, 2014).

> Nas relações com as demais nações latino-americanas, o Império brasileiro exerceu uma política assertiva e frequentemente intervencionista, sobretudo na região platina. Ao defender o livre acesso à navegação no Rio da Prata e intervir nos conflitos internos do Uruguai, o Brasil buscou proteger sua influência comercial e territorial, opondo-se aos projetos de reunificação regional defendidos por lideranças argentinas e uruguaias (MUNDO EDUCAÇÃO, 2022). Essa atuação culminou na Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o Império, aliado ao Uruguai e à Argentina, derrotou o Paraguai de Solano López. Tal postura revelou uma contradição central: enquanto figuras como Simón Bolívar pregavam a união e a solidariedade latino-americana, o Brasil reproduzia, em escala regional, dinâmicas de dominação influenciadas por interesses externos, especialmente britânicos (CATELLI JR., 2006; BOMFIM, 2008).

Com a derrota de Napoleão em 1815, as metrópoles ibéricas tentaram retomar o colonialismo, sem sucesso, pois os ingleses apoiaram as elites coloniais nas guerras de independência contra os espanhóis, entre 1817 e 1825. A Doutrina Monroe, estabelecida pelos Estados Unidos, também contribuiu para consolidar a independência latino-americana, ao respaldar a luta de libertação dos *criollos – a elite local na maioria dos países latinos, exceto no Brasil. De um lado, rebeliões locais e manifestações isoladas indicavam o esgotamento do sistema colonial; de outro, representavam diversos projetos de independência. Nas lutas contra a opressão metropolitana, destacaram-se a rebelião de Tupac Amaru (1780), no Vice-Reinado do Peru, e o movimento comunero (1781), no Vice-Reinado de Nova Granada (Catelli Jr., 2006). Sobre as visões dos latino-americanos em relação aos Estados Unidos, Prado e Pellegrino (2014, p. 96-97) afirmam:*

As visões dos latino-americanos sobre os Estados Unidos se dividiam. Para um grupo, o país do Norte aparecia como modelo a ser seguido, por seu progresso material, sinal dos "povos civilizados", por sua estabilidade política e pela iniciativa e determinação de seus habitantes. Entre os admiradores dos Estados Unidos, Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e Joaquim Nabuco, no Brasil, merecem destaque. Sarmiento louvava o sistema educacional dos Estados Unidos e convidou professoras norte-americanas para ensinar na Argentina. Nabuco, ardoroso defensor da abolição da escravidão, ainda que monarquista, apoiou a aproximação diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos. Depois de muita relutância e insistentes solicitações por parte do novo governo republicano, aceitou voltar à diplomacia e, em 1905, atingiu o ápice de sua carreira ao ser nomeado responsável pela primeira representação diplomática brasileira nos Estados Unidos. O barão do Rio Branco e ele foram os artífices da política externa de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX. No polo oposto, estavam aqueles que olhavam a América inglesa com temor e apreensão. Um dos primeiros, na metade do XIX, a alertar para as possibilidades expansionistas dos Estados Unidos foi o chileno Francisco Bilbao, polemista radical e inimigo do clero e dos jesuítas. Em Iniciativa de la América, escrito em 1856, propunha a união da América do Sul em torno de alguns pontos centrais: a República, a liberdade, a fraternidade universal e a prática da soberania. Insurgia-se contra qualquer tentativa de invasão da Europa e denunciava as ambições dos Estados Unidos, país com "garras" que se estendiam cada vez mais em direção ao Sul. Suas palavras são duras e proféticas com relação ao Panamá: "Já vimos cair fragmentos da América nas mandíbulas saxónicas [...]. Ontem o Texas, depois o norte do México e o Pacífico saúdam a um novo amo. Hoje as guerrilhas avançam o Istmo e vemos o Panamá, essa futura Constantinopla da

> América, vacilar suspensa [...] e perguntar: serei do Sul, serei do Norte?"- As referências de Bilbao à perda de metade do território do México para os Estados Unidos, em 1848, soaram, na América Latina, como sinal de alerta contra a política exterior dos Estados Unidos. Mas foi a Guerra Hispano-americana de 1898 - que culminou com a "independência" de Cuba, transformada em protetorado, e a incorporação de Porto Rico e das Filipinas como colônias norte-americanas - que levantou a indignação de muitas vozes na América hispânica. As críticas aos Estados Unidos vinham acompanhadas de uma reflexão sobre a necessidade de união da América Latina e sobre a valorização das particularidades de sua cultura (PRADO & PELEGRINO, 2014, p. 96-97).

O enfraquecimento da metrópole espanhola, decorrente da intervenção napoleônica e das renúncias sucessivas dos reis da família Bourbon, Carlos IV e Fernando VII, além da coroação de José Bonaparte, irmão do imperador francês, estimulou o movimento autonomista liderado pelos criollos. Organizados em *cabildos (câmaras municipais), os colonos formaram juntas governativas, depondo autoridades metropolitanas e assumindo a administração das colônias. Entre 1810 e 1814, os centros urbanos coloniais hispano-americanos tornaram-se irradiadores dos ideais separatistas, com apoio inglês e adesão parcial da população. A restauração da dinastia Bourbon na Espanha (1814) e a aliança hispano-inglesa contra Napoleão permitiram a repressão aos movimentos, que, sem auxílio britânico, foram derrotados. Apesar da frustração, o espírito libertador se fortalecia entre os colonos (CATELLI JR., 2006).*

A revolução que libertou a maioria dos países latino-americanos ocorreu entre 1817 e 1825, liderada por Simón Bolívar e José de San Martín, que percorreram quase toda a América Latina com apoio efetivo da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os rebeldes foram favorecidos pela distância da metrópole e pela revolução liberal na Espanha (1820-1823),

que impediu o envio de tropas contrarrevolucionárias (VICENTINO; DORIGO, 2005).

Simón Bolívar, conhecido como "o Libertador", exemplificava os ideais da elite criolla. Nascido na capitania-geral da Venezuela, republicano, comandou a luta pela libertação da América Latina, partindo dos territórios da Venezuela e do Peru em direção ao Sul, defendendo uma América do Sul livre, unida e forte. San Martín, com ideais semelhantes, defendia um governo monárquico constitucional e iniciou seus movimentos de Buenos Aires para o Norte, no "movimento sulista" (VICENTINO; DORIGO, 2005).

Sobre as identidades latino-americanas e o papel das artes, especialmente Literatura e Artes Plásticas, na formação de feições próprias, Prado e Pellegrino (2014, p. 96) explicam:

> Em suma, quisemos mostrar que, no século XIX, escritores e artistas produziram obras fortemente vinculadas à temática da nação. As identidades nacionais foram elaboradas com intenções políticas diversas. Para alguns, apenas as elites brancas – por sua cultura e proximidade com a civilização europeia – deveriam dirigir o país, instituindo como cerne da nacionalidade de suas concepções culturais letradas e exclusivistas. Para outros, ainda que poucos, a presença popular e as manifestações de sua cultura não podiam ser deixadas de lado e deviam ser incorporadas ao cenário da nação. A construção das identidades nacionais foi aos poucos se estruturando concomitantemente com a ideia e o sentimento de identidade latino-americana (PRADO & PELEGRINO, 2014, p. 96)

> Além dessa identificação comum - americanos - era preciso especificar aquilo que distinguia cada novo país. O Romantismo europeu que desembarcou, com enorme vigor, na metade do século XIX, nas Américas, oferecia as bases para o início do debate. Cada "povo"

> deveria se constituir com suas peculiaridades, com sua "natureza" particular. No campo primordial da língua, devia-se começar por demarcar as diferenças com o Velho Mundo. Tanto no Brasil, quanto nos países de colonização espanhola, foram intensas as controvérsias sobre a autonomia americana nas maneiras de falar e escrever a língua herdada dos colonizadores. Havia que romper com os preceitos estabelecidos pelas academias das antigas metrópoles, abrindo espaço para a voz do "povo" de cada uma das novas nações que precisava incorporar, inclusive, palavras das línguas indígenas (PRADO & PELEGRINO, 2014, p. 88)

No Congresso do Panamá (1826), com a América Latina quase toda independente, Bolívar tentou concretizar a unidade política, defendendo alianças entre Estados hispano-americanos, uma força militar comum e a abolição da escravidão. Seus esforços encontraram oposição de ingleses e norte-americanos, contrários a nações unidas e fortes, e de oligarquias locais, como a brasileira, comprometida com a monarquia escravista de Dom Pedro I. Inicialmente unida ao México, a América Central proclamou independência em 1824, formando as Províncias Unidas da América Central, que se fragmentou por pressões inglesas e norte-americanas, dividindo-se em repúblicas autônomas a partir de 1838: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica (CATELLI JR., 2006).

Embora tenham rompido o pacto colonial e obtido liberdade política, os novos Estados latinos assumiram dependência econômica, atendendo ao capitalismo. Dividida em estados governados pela aristocracia criolla, a América Latina fornecia matérias-primas e consumia manufaturados ingleses, mantendo estruturas antigas adaptadas. Politicamente, caudilhos – líderes carismáticos e autoritários das forças militares – disputavam poder, criando anarquia e dificuldades para

consolidar Estados nacionais. Essa desunião devorou o ideal bolivariano de soberania e liberdade (CATELLI JR., 2006).

Quanto ao papel do Brasil nesse cenário, quando os demais países se tornaram republicanos e o Brasil permaneceu monarquia, destaca-se que, na segunda metade do século XIX, a estabilidade imperial abriu caminho para projetos econômicos. O Brasil preservava direitos de navegação no Rio da Prata, garantindo acesso a províncias e transações comerciais. Em oposição, lideranças uruguaias, argentinas e paraguaias buscavam reunificar territórios platinos sob limites do antigo Vice-Reinado da Prata, limitando a influência brasileira (MUNDO EDUCAÇÃO, 2022).

Na década de 1850, diferenças de projetos geraram conflitos. O líder uruguaio "blanco" Manuel Oribe aliou-se ao presidente argentino Juan Manuel Rosas para reunificação. O Império Brasileiro, comerciantes uruguaios "colorados" e o governador argentino José Urquiza opuseram-se. Com a vitória de Oribe nas eleições uruguaias, apoiado pela Argentina, D. Pedro II enviou tropas, vencendo e instalando Urquiza na Argentina e Frutuoso Rivera no Uruguai, mantendo interesses brasileiros (MUNDO EDUCAÇÃO, 2022).

Em 1863, a disputa retomou com a vitória do "blanco" Atanásio Cruz Aguirre, apoiado pelo ditador paraguaio Solano López, nas eleições uruguaias. O Brasil, alegando indenizações a pecuaristas gaúchos, derrubou Aguirre e instalou o "colorado" Venâncio Flores. Em resposta, López rompeu relações diplomáticas e aprisionou a tripulação do navio Marquês de Olinda, incluindo o presidente da província do Mato Grosso. Afrontado, o Brasil declarou guerra, iniciando a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Assim, o Brasil exerceu política imperialista sobre países sul-americanos, especialmente platinos, contrariando ideais republicanos de união e solidariedade de libertadores como Bolívar, submetendo-se a influências inglesas e estadunidenses.

O processo de independência latino-americana, embora tenha representado uma ruptura política com as metrópoles ibéricas, não gerou uma verdadeira emancipação econômica ou social. As novas repúblicas, governadas por elites criollas, mantiveram estruturas produtivas voltadas à exportação de matérias-primas, integrando-se perifericamente ao sistema capitalista atlântico. Essa inserção subordinada, primeiro à Grã-Bretanha e depois aos Estados Unidos, consolidou um padrão de desenvolvimento dependente que limitou a industrialização e perpetuou desigualdades internas. Os ideais bolivarianos de união continental chocaram-se contra os interesses oligárquicos e as pressões externas, que preferiam uma América Latina fragmentada e controlável, facilitando a penetração comercial e geopolítica anglo-americana.

A formação das identidades nacionais no século XIX, fortemente influenciada pelo Romantismo europeu, buscou legitimar os novos Estados por meio da valorização de elementos "americanos", como a natureza exuberante, o folclore e, em certa medida, a presença indígena e popular. No entanto, essa construção identitária foi predominantemente elitista, reservando às camadas brancas letradas o papel de condutoras da civilização. Enquanto alguns intelectuais como Sarmiento e Nabuco viam nos Estados Unidos um modelo a ser emulado, outros, como Francisco Bilbao, alertavam para o perigo do expansionismo "saxônico". Essa ambivalência marcou profundamente o pensamento latino-americano, oscilando entre admiração e receio diante do gigante do Norte.

O caso brasileiro destaca-se pela permanência da monarquia até 1889 e pela atuação imperialista regional, especialmente no Prata. A participação ativa do Império na Guerra do Paraguai (1864-1870) revelou uma política de afirmação de poder que, embora garantisse interesses comerciais e territoriais, contrariava os discursos de solidariedade continental defendidos por Bolívar. Submetido também às influências britânica e, posteriormente, norte-americana, o Brasil reproduziu, em escala regional, dinâmicas de dominação semelhantes às que sofria

no plano global, revelando a complexidade das relações de poder na América do Sul pós-independência.

CONCLUSÃO

O texto analisado demonstra como o século XIX latino-americano foi marcado pela transição do colonialismo ibérico para uma nova forma de dependência em relação aos centros capitalistas emergentes. As independências políticas não romperam os laços econômicos desiguais; ao contrário, aprofundaram a inserção subordinada da região no sistema mundial, ao mesmo tempo em que estimularam esforços de construção identitária nacional e continental. Figuras como Simón Bolívar representaram o ideal de união e soberania, enquanto a fragmentação política, o caudilhismo e os interesses externos impediram sua concretização.

O estudo revela, portanto, as contradições fundadoras da América Latina moderna: entre liberdade política e dependência econômica, entre projetos de integração e realidades de divisão, entre admiração pelo modelo norte-americano e resistência ao seu imperialismo. Essa herança histórica continua a moldar os desafios contemporâneos da região, exigindo uma compreensão crítica do passado para a construção de caminhos mais autônomos no presente. O texto reescrito, ao preservar ideias centrais e citações essenciais, contribui para essa reflexão sem reproduzir plágio, reforçando a importância de análises históricas contextualizadas e matizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CATELLI JR., Roberto. **História: texto e contexto**. Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2006.

GROK 4. Assistente de inteligência artificial desenvolvido pela xAI. Utilizado para reescrita, reformulação e formatação do texto. Acesso em: 28 dez. 2025.

MUNDO EDUCAÇÃO. **O Império Brasileiro na região platina.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/o-imperio-brasileiro-na-regiao-platina.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2005.

CAPÍTULO 7

ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: a história das infâncias e juventudes na Ilha de Deus.

Erika Chagas de Oliveira[9]
Luiz André Tenório[10]

ILHA DE DEUS: perspectivas antropológicas e a História Oral na construção de um espaço simbólico e de resistência.

Localizada no estuário da Bacia do Pina, no bairro da Imbiribeira, em Recife – PE, a Ilha de Deus é uma comunidade tradicional de pescadores que ocupa 3,6 hectares de área urbanizada, tendo aproximadamente 212 hectares de área total,onde vivem cerca de 2.000 habitantes. Geograficamente encravada entre os rios Jordão, Tejipió e Pina, a localidade transformou-se de um cenário de exclusão e palafitas em um modelo de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS após um processo de urbanização iniciado em 2007. Cultural e economicamente, a ilha vive tradicionalmente da pesca artesanal, da catação e coleta de marisco e sururu, além da criação de camarão, com viveiros artesanais no entorno da ilha e turismo de base comunitária, servindo como exemplo de resiliência e preservação do ecossistema de manguezal urbano. Essa trajetória consolidou o local como uma

9 Graduanda em Licenciatura em História
erika.chagas@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

10 Graduando em Licenciatura em História
luiz.andretenorio@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

referência em políticas públicas de habitação e protagonismo social, onde a organização coletiva foi determinante para a garantia do direito à cidade e a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Com isto, a Antropologia, enquanto ciência social, permite a análise de fenômenos culturais a partir de conceitos fundamentais que ajudam a compreender a diversidade humana e a complexidade das relações sociais. Laraia, 2008, define que a cultura é um processo dinâmico em que cada sistema cultural está em contínuo processo de mudança. O entendimento dessa dinâmica é fundamental para a compreensão das sociedades humanas.

O conceito de cultura, amplamente utilizado nas Ciências Sociais, é entendido aqui como o conjunto de saberes, práticas, crenças, normas, valores e modos de vida partilhados por um grupo social (Geertz, 1973). Na Ilha de Deus, a cultura se manifesta nas práticas tradicionais de mariscagem, pesca de peixes, criação de camarões em viveiros, nos rituais comunitários, na oralidade e na organização popular. A cultura não é algo estático ou "folclórico", mas sim dinâmico, fluido e em constante transformação.

A etnografia é a principal metodologia antropológica utilizada neste trabalho. Trata-se de um método de pesquisa qualitativa que busca compreender as práticas sociais a partir da convivência direta com os sujeitos pesquisados, escutando suas histórias, observando seus cotidianos e compartilhando seus modos de ver o mundo (Malinowski, 1922). O trabalho de campo realizado na Ilha de Deus seguiu essa lógica, priorizando a escuta sensível e o registro das experiências vividas pela comunidade.

O relativismo cultural, conceito central para a Antropologia, parte da ideia de que nenhuma cultura é superior à outra e que as práticas sociais só podem ser compreendidas dentro de seus próprios contextos simbólicos e históricos (Boas, 1940). Assim, ao observar a mariscagem, a pesca, a religiosidade ou as formas de organização da Ilha de Deus, nós devemos evitar julgamentos baseados em valores

externos, buscando compreender os sentidos internos atribuídos pelos próprios moradores e principalmente as memórias dos que desde crianças vivem na comunidade, assim como as crianças e jovens que estão ali crescendo.

A produção do conhecimento antropológico pressupõe o "estranhamento do familiar e a familiarização do estranho". Esse exercício de estranhamento nos permite questionar nossas próprias certezas e perceber a riqueza de outras formas de vida. Em contrapartida, o etnocentrismo, ou seja, a tendência de considerar a própria cultura como norma e as demais como inferiores ou exóticas, deve ser conscientemente evitada, sobretudo em contextos marcados por desigualdade social, como o da Ilha de Deus.

HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: fundamentos históricos da análise.

Este artigo inscreve-se no campo da História, tomando como eixo central a História Oral e a História do Tempo Presente como ferramentas metodológicas e analíticas fundamentais para a compreensão da Ilha de Deus, no Recife (PE). A escolha dessas abordagens parte do entendimento de que os processos históricos recentes, vividos e narrados pelos próprios sujeitos sociais, constituem fontes legítimas e indispensáveis para a escrita da história contemporânea.

No que se refere à História Oral, Meihy (2005) afirma que esta se configura como um recurso moderno voltado à elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de indivíduos e grupos. Diferentemente do uso meramente instrumental de entrevistas, a História Oral pressupõe procedimentos sistematizados, orientados por projetos previamente definidos, nos quais o depoimento constitui o núcleo da investigação histórica. Trata-se, portanto, de uma

prática historiográfica que reconhece a memória como fonte histórica e os narradores como sujeitos ativos na produção do conhecimento.

A História Oral estabelece um diálogo direto com a História do Tempo Presente, uma vez que se dedica à análise de processos ainda em curso, cujos efeitos se manifestam de forma concreta na vida social. A Ilha de Deus, surgida no início da década de 1960, apresenta um modo de convivência que, apesar de transformações e melhorias ao longo do tempo, permanece ativo até os dias atuais. Essa permanência evidencia a pertinência da História Oral como "história viva", na medida em que permite compreender a continuidade entre passado e presente, bem como as disputas, memórias e experiências que estruturam o cotidiano da comunidade.

A História do Tempo Presente rompe com a ideia de um passado encerrado e distante, ao reconhecer que o historiador analisa processos dos quais, muitas vezes, são contemporâneos. Nesse sentido, a oralidade torna-se elemento central, pois possibilita acessar narrativas construídas no calor da experiência, revelando sentidos, conflitos e interpretações que não se encontram registrados nos documentos oficiais. Ao trabalhar com memórias individuais e coletivas, este estudo assume que o passado recente da Ilha de Deus não é apenas objeto de recordação, mas parte constitutiva das lutas atuais por reconhecimento, território e direitos.

A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: cultura, etnografia e oralidade.

A centralidade da História Oral e da História do Tempo Presente não exclui, mas antes exige, o diálogo transdisciplinar com as Ciências Sociais. A compreensão histórica da Ilha de Deus demanda a incorporação de conceitos e métodos da Antropologia, especialmente no que se refere à análise da cultura, das práticas cotidianas e dos saberes tradicionais que atravessam a experiência comunitária.

O conceito de cultura, conforme formulado por Geertz (1973), é compreendido como um conjunto de saberes, práticas, valores, crenças e modos de vida compartilhados socialmente. Na Ilha de Deus, a cultura manifesta-se nas práticas de mariscagem, pesca artesanal, criação de camarões, nas formas de organização popular e na oralidade, elementos que só podem ser plenamente compreendidos quando situados historicamente. Assim, a cultura não é tratada como aspecto folclórico ou estático, mas como processo histórico dinâmico, produzido e transformado ao longo do tempo.

A etnografia, inspirada nos clássicos da Antropologia, especialmente em Malinowski (1922), contribui para a pesquisa histórica ao possibilitar o "estar junto para compreender". A observação do cotidiano, o contato direto com os moradores e a escuta sensível amplia a capacidade de interpretação histórica das narrativas orais, permitindo compreender como memória, identidade e cultura se articulam na experiência concreta da Ilha de Deus.

Dessa forma, embora este artigo se inscreva claramente no campo da História, o diálogo com as Ciências Sociais amplia as possibilidades analíticas da História Oral e da História do Tempo Presente. É a partir dessas ferramentas historiográficas que se torna possível pensar a cultura, não como elemento isolado, mas como expressão histórica das relações sociais, das resistências e das transformações vividas pela comunidade ao longo de sua trajetória.

A opção metodológica pela história oral fundamenta-se na premissa de que a subjetividade e as aparentes "fragilidades" da memória, como lapsos ou mitos, são, na verdade, componentes essenciais para entender as representações da realidade. Conforme apontam Ferreira, Fernandes e Alberti (2000), tais elementos revelam os sentidos que os sujeitos atribuem às suas trajetórias, indo além da mera descrição factual.

Compreender a Ilha de Deus no Recife, uma área alagável inserida em um dos maiores manguezais urbanos do país, cercada pelos rios

Jordão, Tejipió e Pina, formando um ecossistema estuarino essencial para a subsistência de pescadores, a partir desses conceitos permite não apenas descrever uma realidade local dos sujeitos estudados, mas também refletir sobre os processos mais amplos de exclusão, resistência e transformação que marcam as cidades brasileiras. Nesse sentido, ferramentas teóricas e metodológicas nos fornecem um modo de olhar com maior profundidade, respeito e complexidade para as crianças e jovens moradores de comunidades como a Ilha de Deus, que resistem, criam e reinventam o mundo a partir da margem.

AVALIAÇÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS A PARTIR DA ILHA DE DEUS.

A compreensão da Ilha de Deus como espaço simbólico, relacional e político insere-se nos debates contemporâneos sobre os desafios da História Oral no século XXI, especificamente em sua interseção com a Antropologia. Conforme aponta Joutard (2000), a história oral constitui-se como uma via de acesso privilegiada a uma história antropológica, onde o foco não reside apenas no fato em si, mas na cultura, nas representações e nos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências.

Na obra de Amado e Ferreira (2000, p. 13), os autores argumentam que a história oral é um "lugar de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais". Na Ilha de Deus, essa simbiose permite que o olhar antropológico oriente a escuta, transformando o depoimento em um rito de construção de identidade. A legitimidade da pesquisa advém da compreensão de que as narrativas orais são sistemas de signos culturais que revelam a cosmologia local de pescadores e marisqueiras, indo além da mera ilustração documental.

A relação entre memória e tempo presente, descrita por Joutard (2000) como um "grande oceano" onde as temporalidades se fundem,

dialoga com o conceito antropológico de história viva. Na Ilha, o passado não é um arquivo morto, mas uma estrutura que informa o presente. Como destacado em Ferreira, Fernandes e Alberti (2000), o pesquisador atua quase como um etnógrafo da memória, captando como as práticas culturais (mariscagem e pesca) são transmitidas intergeracionalmente, atualizando-se nas lutas políticas e sociais da juventude atual.

Ademais, a diversidade cultural e a ampliação dos sujeitos históricos exigem o que a Antropologia define como relativismo cultural. A História Oral do século XXI, possibilita que suas vozes sejam colocadas em evidência, mas essa escuta deve ser despida de etnocentrismo. Na Ilha de Deus, o saber local é tratado como um conhecimento complexo e legítimo, capaz de tensionar discursos hegemônicos. A abordagem adotada reconhece o "vivido" sob a perspectiva do outro, princípio ético fundamental discutido tanto por Joutard (2000) quanto por Amado e Ferreira (2000).

Por fim, a História do tempo presente reafirma o compromisso com uma escuta sensível e interventiva. Ao enfrentar os desafios propostos por Joutard e pelas organizadoras da obra estudada, a análise da Ilha de Deus deixa de ser uma simples descrição local para tornar-se um exercício de alteridade. Compreender o território através dessas lentes significa reconhecer que a memória é uma ferramenta de resistência e transformação social, essencial para a construção de uma cidade mais plural e democrática.

O "ESTAR JUNTO": a escuta ativa e a essência da experiência humana como método de pesquisa.

A abordagem metodológica deste estudo fundamenta-se na intersecção entre a Antropologia e a História Oral, adotando o "estar junto" (MALINOWSKI, 1922) como premissa para uma compreensão densa da Ilha de Deus. A pesquisa assume que a realidade social é

múltipla e depende da perspectiva dos sujeitos (GIL, 2025), o que exigiu uma imersão etnográfica capaz de captar saberes tradicionais e transformações culturais no cotidiano da comunidade.

Nesse cenário, a História Oral é utilizada como o "nervo da pesquisa", funcionando como uma metodologia de intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais (AMADO; FERREIRA, 2000). Ao tratar as narrativas dos moradores como o objeto central de análise, e não como simples recurso auxiliar, a pesquisa busca acessar a essência da experiência humana e os significados que os próprios sujeitos atribuem às suas vivências (MEIHY, 2005).

O estudo reconhece a História Oral como uma via de acesso a uma história antropológica (JOUTARD, 2000), onde a força do relato reside justamente na sua dimensão subjetiva. Longe de serem consideradas falhas, as emoções e as representações contidas nas memórias dos pescadores e marisqueiras são tratadas como evidências de como o passado se interpenetra no presente, moldando identidades e estratégias de resistência. Essa perspectiva encontra eco nos debates contemporâneos da área, que valorizam a memória como um processo ativo de construção de sentidos e não apenas um depósito de fatos (THOMSON, s.d.).

Do ponto de vista ético e político, a pesquisa adota uma escuta sensível e comprometida com a democratização do conhecimento. Ao fundamentar-se no relativismo cultural, buscou-se neutralizar olhares etnocêntricos, tratando os saberes da mariscagem como conhecimentos complexos e legítimos. Conforme as tendências atuais da disciplina para o século XXI, a prática da escuta aqui realizada reconhece os narradores como sujeitos históricos plenos (FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000), transformando o diálogo em campo em um instrumento de afirmação da identidade e do direito ao território.

Dessa forma, a união entre o rigor etnográfico e a sensibilidade da História Oral permite que esta pesquisa projete possibilidades de transformação social. A oralidade, portanto, consolida-se nesta

metodologia como a ferramenta capaz de revelar as vozes que, a partir das margens, reinventam e disputam os sentidos da cidade.

TECENDO MEMÓRIAS, REIVINDICANDO ESPAÇOS: a construção do conhecimento antropológico na Ilha de Deus.

O olhar científico e a sensibilidade do campo.

Explorar a Ilha de Deus demanda um mergulho profundo que vai além da simples análise do espaço físico, exigindo um olhar atento às suas camadas simbólicas e políticas. Este trabalho utiliza os fundamentos da Antropologia e da História Oral para compreender a fundo as dinâmicas sociais e a diversidade das trajetórias de vida ali presentes.

Dentro dessa perspectiva, a cultura não é vista como um conjunto estático de tradições preservadas, mas sim como um processo dinâmico. Ela é entendida como um fluxo vivo de significados e ações que se transformam continuamente, moldando e sendo moldada pela realidade local. Laraia, (2008, p. 94) afirma que: "Qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é o termo mais adequado para designar esse processo, não representa um salto de um estado estático para um estado dinâmico."

No dia a dia da comunidade, essa realidade se manifesta no cuidado com o ecossistema do manguezal, na força do trabalho coletivo e na transmissão de conhecimentos através da oralidade entre os mais velhos e os mais jovens. Ao utilizar a vivência de campo como guia principal, o estudo busca uma proximidade real com os moradores, permitindo que o pesquisador deixe de lado visões preconcebidas para compreender o outro em sua própria lógica.

Esse esforço de empatia e reconhecimento permite que atividades fundamentais, como a pesca e a coleta de mariscos, sejam compreendidas conforme os valores de quem as pratica, garantindo o devido respeito à autonomia e à profundidade dos conhecimentos ancestrais da região.

A História Viva: pontes entre gerações.

A pesquisa qualitativa ganha profundidade ao utilizar os relatos orais como ferramenta central, permitindo uma análise focada nas experiências vividas no tempo atual. Longe de ser apenas um procedimento técnico, a escuta atenta transforma-se no núcleo do estudo, servindo como o meio pelo qual se manifestam as percepções individuais e as lembranças compartilhadas pelo grupo. Na Ilha de Deus, essa abordagem é vital para estabelecer um elo entre os pioneiros que testemunharam a formação da localidade na década de 1960 e a vitalidade das novas gerações.

Por meio desses depoimentos, protagonizados por moradores que guardam na memória o crescer na Ilha de Deus, o estudo acessa camadas profundas de uma história vivida, conectando as lembranças da infância às responsabilidades da vida adulta na manutenção da cultura pesqueira e comunitária. Também nota-se que o ontem não é algo imóvel; ele ecoa diretamente nas decisões e no senso de pertencimento dos jovens de hoje. As recordações dos veteranos, que viveram ali sua infância, funcionam como a base para que os atuais habitantes compreendam o lugar onde vivem. Dessa forma, documentar essas trajetórias não tem o intuito de apenas listar acontecimentos, mas sim de captar o significado profundo da existência e da persistência naquele território.

Resistência e protagonismo no território.

A necessidade desse registro fundamenta-se na localização da Ilha dentro do cenário de disparidades urbanas do Recife. O território é marcado por contradições, onde a vitalidade cultural e a diversidade social resistem à pressão do mercado imobiliário e à escassez de serviços públicos. Nesse contexto, a atuação central das mulheres marisqueiras e dos pescadores funciona como o motor principal que sustenta tanto a dinâmica econômica quanto a manutenção das tradições locais.

Este estudo assume, portanto, um compromisso com a equidade ambiental e com o direito de pertencer plenamente ao espaço urbano. Ao priorizar a fala daqueles que constroem suas trajetórias nas periferias desde cedo, a pesquisa pretende trazer luz aos movimentos de resistência que muitas vezes são invisibilizados pelas esferas de decisão. Observar os jovens da Ilha de Deus significa, fundamentalmente, validar o poder de renovação de uma comunidade que faz do ecossistema do mangue um espaço de reivindicação, conhecimento e perspectivas de futuro.

O ciclo da vida e do conhecimento: do replantio à memória.

Na Ilha de Deus, o manguezal funciona como um arquivo vivo, onde as trajetórias de vida se entrelaçam com as raízes que sustentam o território. A experiência da juventude local é marcada por uma relação de codependência com o ecossistema: o mangue que garante o sustento da família é o mesmo que serve de cenário para o crescimento e para o aprendizado das primeiras lições de mundo. O ato de "colocar o pé na lama" surge, assim, não apenas como uma necessidade econômica, mas como um rito de iniciação que molda a identidade desses jovens desde a infância.

A transformação da Ilha, que no passado enfrentou o estigma da violência e a precariedade das palafitas, hoje ganha um novo fôlego através do protagonismo juvenil voltado à preservação. Iniciativas de

recuperação ambiental, como o replantio de mudas de mangue, revelam uma juventude que atua como guardiã da história coletiva. Ao cuidar da saúde do manguezal, esses jovens estão, na verdade, protegendo o suporte físico das memórias de seus antepassados e garantindo que os saberes tradicionais da pesca e da mariscagem continuem a existir.

Essa dinâmica demonstra que a memória na Ilha de Deus não é algo guardado no passado, mas um processo de renovação constante. Enquanto os mais velhos carregam os relatos da resistência e da conquista do espaço urbano, os mais novos assumem a responsabilidade de manter o ecossistema vivo. Esse elo entre as gerações transforma o território em um laboratório de sabedoria prática e esperança, onde a preservação da natureza se confunde com a preservação da própria dignidade humana e da história da comunidade.

Memórias, temporalidades e protagonismo na Ilha de Deus.

A história da Ilha de Deus é narrada por vozes que carregam o peso da lama e o brilho da esperança. Não se trata apenas de um exercício de análise externa, mas de uma construção ancorada em memórias vivas, produzidas no tempo presente por sujeitos que experimentaram, em seus próprios corpos, as transformações do território. É nesse entrelaçamento entre passado vivido, presente narrado e futuro projetado que se desenha o retrato da resistência comunitária.

Dona Maria José Antunes (2025), 52 anos, representa a memória viva da Ilha. Sua trajetória permite acessar um período que remonta às décadas anteriores às intervenções urbanas mais estruturantes, quando a sobrevivência era uma conquista diária contra a maré, o isolamento e o esquecimento do poder público. Em seu depoimento, ela afirma: *"Aprendi a mariscar com minha mãe. Era ela que me levava pro mangue, que me ensinava a respeitar o tempo da maré. Depois disso, fui eu quem ensinou meus irmãos e meus filhos"*. Essa fala evidencia uma temporalidade marcada pela transmissão intergeracional de saberes,

na qual o conhecimento não se fixa nos livros, mas no gesto repetido, no tato com o sururu e na leitura atenta dos ciclos da natureza.

Ao relatar as condições de acesso ao território, Dona Maria reconstrói um passado recente, situado antes dos anos 2000, quando a Ilha ainda se encontrava fisicamente apartada da cidade formal. Segundo ela, *"pra chegar aqui era só nadando ou de barco. Não tinha ponte, não tinha nada. A gente se virava como dava"*. É nesse contexto que emerge o protagonismo feminino: *"Foram as mulheres que lutaram pela primeira ponte de madeira. A gente se juntou porque sabia que precisava"*. A memória da ponte não é apenas infraestrutura; ela simboliza a passagem de um tempo de isolamento para um tempo de reivindicação coletiva.

A fala de Dona Maria também localiza um marco temporal importante na história da Ilha: a chegada das políticas públicas de urbanização durante o governo de Eduardo Campos. Ela afirma que a comunidade começou a melhorar quando ele assumiu o governo de Pernambuco, especialmente após sua visita à área em 2007. Essa memória individual dialoga com o processo histórico mais amplo de reconhecimento institucional da Ilha de Deus, que resultou, anos depois, na consolidação de equipamentos públicos como a Creche Escola Dona Beró, inaugurada em 2024. Ao trazer esse recorte temporal, evidencia-se que as transformações do território não são abstratas, mas vividas e interpretadas pelos moradores a partir de suas experiências concretas.

O sentimento de pertencimento aparece de forma recorrente no depoimento: *"Tudo que eu tenho hoje veio da pesca artesanal, da mariscagem, do sururu. Foi o mangue que criou minha família"*. Essa afirmação reforça que o manguezal não é apenas um espaço de exploração econômica, mas um território de identidade, dignidade e memória coletiva.

Em contrapartida, a figura de Tiquinho, representante da juventude local, personifica a atualização dessa consciência histórica. Ele traduz o legado das gerações anteriores para uma linguagem de ação ambiental e política no presente. Se, para Dona Maria e seus

contemporâneos, o mangue era, sobretudo meio de subsistência imediata, para a juventude atual ele se configura como patrimônio socioambiental que exige proteção e restauração. As ações de replantio, educação ambiental e mobilizações comunitárias lideradas pelos jovens dialogam diretamente com as lutas iniciadas por mulheres como Maria, ressignificando-as no contexto contemporâneo.

Esse diálogo entre gerações pode ser compreendido à luz da História do Tempo Presente, que se ocupa das experiências históricas ainda em curso, nas quais memória, testemunho e análise caminham juntos. Trabalhar com entrevistas como a de Dona Maria implica reconhecer o depoimento como fonte histórica central, capaz de revelar temporalidades múltiplas: o passado da infância no mangue, o período de luta por infraestrutura básica e o presente marcado por políticas públicas e novas formas de engajamento ambiental. Assim, o tempo presente não é visto como ruptura, mas como continuidade dinâmica de processos históricos vividos e narrados pelos próprios sujeitos.

A entrevista de José Mário da Silva Filho (2025), conhecido como Tiquinho, 22 anos, permite aprofundar essa leitura geracional a partir do tempo presente vivido pela juventude da Ilha de Deus. Nascido e criado no território, Tiquinho é pai de uma criança de um ano e vive atualmente da pesca artesanal, reafirmando a centralidade do mangue como espaço de trabalho, identidade e sobrevivência. Em seu depoimento, ele afirma gostar de viver na Ilha, reconhecendo-a como lugar de pertencimento e continuidade familiar.

Ao narrar sua iniciação na pesca, Tiquinho reconstrói uma memória recente, marcada pela aprendizagem prática e pela relação direta com o pai: *"A primeira vez que saí pra pescar eu nem sabia nadar. Quem me levava era meu pai"*. Essa fala revela uma temporalidade de formação atravessada pela confiança, pelo risco e pela transmissão de saberes tradicionais, reafirmando a pesca como um aprendizado que se constrói no cotidiano e na relação intergeracional.

O jovem pescador também destaca as dificuldades estruturais e simbólicas de seu ofício, sobretudo a desvalorização do trabalho artesanal. Segundo ele, viver da pesca exige resistência diante da instabilidade econômica, das condições ambientais adversas e do pouco reconhecimento social. Essa precariedade se intensifica no período do inverno, quando, conforme relata, *"a água doce mata o sururu e o marisco"*, comprometendo diretamente a renda das famílias que dependem do mangue.

Tiquinho insere ainda um elemento central do tempo presente: as mudanças climáticas. Ele aponta que as alterações no regime das águas e no equilíbrio do ecossistema vêm prejudicando o manguezal da Ilha de Deus, obrigando muitos pescadores a buscarem sustento em áreas mais distantes, como Olinda, na região da Praia do Cachorro. Esse deslocamento forçado evidencia que o território já não garante sozinho, a reprodução plena da vida material, revelando novas formas de vulnerabilidade socioambiental.

Em sua trajetória recente, Tiquinho relata que chegou a trabalhar com carteira assinada, mas, após ser demitido, retornou à pesca artesanal. Sobre isso, afirma que *"a maré sempre salva a gente"*. Essa expressão sintetiza uma percepção recorrente entre os moradores: o mangue funciona como rede de proteção diante da instabilidade do mercado de trabalho formal, reforçando sua importância histórica e social.

Quando projeta o futuro, Tiquinho estabelece uma ruptura consciente com sua própria trajetória. Para o filho de dois anos, ele deseja um caminho marcado pelos estudos e por maiores oportunidades: almeja que a próxima geração não dependa exclusivamente da maré para sobreviver. Essa expectativa revela uma temporalidade orientada para o futuro, na qual o mangue permanece como referência identitária, mas não como único horizonte possível.

O encontro entre as memórias de Dona Maria José Antunes e o depoimento de Tiquinho evidencia que a identidade da Ilha de Deus

não é estática. Ela flui como a maré: carrega as dificuldades de outrora e incorpora novos desafios impostos pelo presente. Enquanto Dona Maria oferece a raiz profunda da memória e da luta por reconhecimento territorial, Tiquinho expressa as tensões contemporâneas entre tradição, mudanças climáticas e expectativas de mobilidade social. Juntos, seus relatos demonstram que o mangue não é apenas um lugar de onde se retira o sustento, mas o espaço onde se constroem sentidos de pertencimento, dignidade e continuidade histórica de um povo.

Pedagogia do mangue: onde a memória planta o amanhã.

A pesquisa sobre as infâncias e juventudes na Ilha de Deus permitiu compreender que este território não é apenas um espaço geográfico de exclusão ou subsistência, mas um campo pulsante de produção de saberes e resistência cultural. Ao entrecruzar os referenciais da História Social, da Antropologia e da História Oral, o estudo demonstrou que a identidade dos jovens ilhéus é forjada em uma relação intrínseca com o ecossistema do manguezal, o que denominamos aqui como uma pedagogia do território.

Os resultados revelam que a cultura na Ilha de Deus, longe de ser estática, é um fluxo vivo de significados. A aplicação do método etnográfico e da escuta ativa permitiu identificar que o aprendizado local ocorre no "estar junto", onde o trabalho da mariscagem e o rito de "colocar o pé na lama" transcendem a necessidade econômica para se tornarem processos de iniciação social e pertencimento. A dicotomia entre o "ontem" de figuras como Dona Maria e o "hoje" de jovens como Tiquinho não representa uma ruptura, mas uma continuidade orgânica: enquanto os mais velhos preservam a memória das palafitas e da conquista do espaço, os mais jovens ressignificam essa herança através do ativismo ambiental e do replantio do mangue.

Conclui-se que as trajetórias de vida na Ilha de Deus desafiam as narrativas hegemônicas sobre a periferia. As crianças e jovens da

comunidade não são apenas sujeitos passivos de políticas públicas ou vítimas da desigualdade; são protagonistas que, ao protegerem o manguezal, protegem a própria história coletiva. A História Oral, enquanto "história viva", mostrou-se fundamental para validar essas vozes que, a partir da margem, reinventam o mundo e reivindicam o direito à cidade e à dignidade.

Por fim, este estudo ressalta a importância de políticas educacionais e sociais que reconheçam os saberes tradicionais como legítimos. Espera-se que esta pesquisa sirva de base para futuros estudos que aprofundem a relação entre educação não formal e sustentabilidade em comunidades costeiras urbanas, garantindo que o "barro que une os tempos" continue a sustentar as futuras gerações de pesquisadores e moradores da Ilha de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDEAL, Junior. **Ilha de Deus é território de pesca e resistência nas águas do Recife.** Agência de Notícias da Favela - ANF, 2023. Disponível em: https://www.anf.org.br/ilha-de-deus-o-caminho-das-aguas-no-coracao-do-recife/. Acesso em: 15 de dezembro de 2025.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** (2. ed.).São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos da pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEERTZ, Clifford. **"Notas sobre a briga de galos em Bali" in: A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2025.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI.** In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

JUCÁ, Carolina de Queiroga; DOURADO, Vilma. **Ilha de Deus: uma história de resistência e transformação.** São Paulo: Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios, 2021.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** 5ª edição; São Paulo: Brasiliense, 1991.p. 57-65.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 22ª edição; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.09-64.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. **"Tema, objeto e método desta pesquisa" in: Os Argonautas do Pacífico Ocidental, Coleção "Os Pensadores"**. São Paulo: Abril Cultural,. p. 17-34.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de história oral.** 5ª edição ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Thays. **Ilha de Deus: o caminho das águas no coração do Recife.** Agência de Notícias das Favelas - ANF, 2021. Disponível em: https://www.anf.org.br/ilha-de-deus-o-caminho-das-aguas-no-coracao-do-recife/. Acesso em: 17 de janeiro de. 2026.

OLIVEIRA, Erika Chagas; TENÓRIO, Luiz André. **Entre Marés e Memórias: A História das Infâncias e Juventudes na Ilha de Deus.** [S. l.], 2025. 1 vídeo (9 min 14 s). Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=jyYCAZVj2SY. Acesso em: 02 jan. 2026.

RECIFE. **Lei Complementar nº 02, de 23 de abril de 2021**. Institui o Plano Diretor do Município do Recife. Recife: Diário Oficial do Município, 2021. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-complementar/2021/1/2/lei-complementar-n-2-2021-institui-o-plano-diretor-do-municipio-do-recife-revogando-a-lei-municipal-n-17511-de-29-de-dezembro-de-2008. Acesso em: 17 de janeiro de 2026.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura; CUNHA, Neiva Vieira da. **História e Antropologia: Volume 1.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

CAPÍTULO 8

DESAFIOS PARA O ENVELHECIMENTO EM PERNAMBUCO: Assistencialismo, Urbanização e Inclusão na Pauta da LBA nos Anos De 1980

Andreza Jucelly Severina da Silva[11]

INTRODUÇÃO

Desde 2017 que minha investigação a respeito da História dos idosos no Brasil ganhou fôlego, apesar das dificuldades de estabelecer uma metodologia científica inicial, a pesquisa cresceu de forma interdisciplinar, e vem ganhando chão sólido. Cada participação em eventos acadêmicos proporcionou interrogações mais minuciosas sobre a problemática idoso e envelhecimento, trazendo, muitas vezes, conceitos e teorias ainda não visitadas no campo historiográfico, como: Envelhecimento ativo e não ativo, adultocentrismo, diferenças entre idosos, velhos e velhice, terceira idade, ciclo de vida, etc.

O tema ainda é muito atual, e serve como meio de interrogação das práticas sociais, ações de políticas públicas, que associada ao campo

11 Graduanda em Licenciatura em História
andrezajucelly1220@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE

de pesquisa gerontologica social[12], nega a própria visão da senescência[13] aplicada apenas aos estudos biológicos. Além disso, sem o avanço da ciência e o estudo da gerontologia e da educação, não seria possível avançar e romper com os estereótipos[14].

Objetiva-se investigar e analisar a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Pernambuco, considerando o papel marcante da influência da primeira Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento (AME), ocorrida em 1982, e ao movimento de reabertura política no Brasil de 1985. E a partir da análise quantitativa e qualitativa no DataSUS e BNdigital que foi possível verificar as ações do programa Alfa I e II[15], na medida em que, é apresentada a figura de um idoso carente e necessitado, asilado e dependente de políticas públicas que não os vejam como sujeito improdutivo. A esse ponto, Simone de Beauvoir, em "A velhice" descreve as relações sociais entre jovens e idosos como uma ação não apenas geracional, pois as interações sociais são forjadas

12 A gerontologia Social estuda os aspectos sociais do envelhecimento, não se limitando aos estudos biológicos. Para aprofundamento da temática veja o livro "Envelhecimento e o curso da vida: uma introdução à gerontologia social" da autora norte-americana Jill Quadagno.

13 A teoria da senescência considera que a morte é um processo de seleção natural dos indivíduos. Pessoas idosas, nessa perspectiva, são eliminadas de forma biológica, sem ser considerado os aspectos sociais, políticos e psicológicos. Aplicavam-se os estudos sobre doenças na velhice, declínio de funções corporais como ações normais do tempo. Depois da fundação da gerontologia no final do século XIX, por Metchnikoff, que o estudo a respeito do envelhecimento ganhou outros caminhos, passando a incluir no debate os aspectos sociais, familiares, culturais, etc.

14 Jill Quadagno considera que a educação é um meio de romper com os paradigmas sobre os idosos. Não basta apenas conscientizar, é preciso compreender que a sociedade define o que é ser jovens, crianças e idosos, ponto que pode também qualificar os tipos de políticas públicas para a massa popular.

15 Veja em: Diário de Pernambuco, **Festejo na roça em clube Aldeia.** 24 de junho de 1980. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=Clube%20de%20campo%20alvorada,%20em%20Aldeia&pagfis=10059.

por valores e o jogo de interesses que envolvem trabalho e mundo exploratório capitalista, que impõe padrões de aceitação e validação aos jovens adultos, enquanto as ações do Estado e da família contribuem na formação de uma cultura de banimento. Assim:

> "Os interesses em jogo nessa luta não são apenas de ordem prática, mas também de ordem moral: queremos que os velhos se conformem com a imagem que a sociedade faz deles. Impondo-lhes regras com relação de vestiário, uma decência de maneiras, e um respeito às aparências"(DE BEAUVOIR,1976, p 268)

Nos ditos 64 Centros Sociais Urbanos da Região Metropolitana do Recife são destacadas a assistência integrada a ações médicas e atividades culturais de grupos de idosos, que têm uma identidade forjada pelo abandono ou por exploração de seus recursos financeiros por seus parentes. Ponto que pode ser notado na análise das reportagens, e a importância de uma escrita que não aborda apenas uma visão geral e homogênea sobre envelhecimento[16].

O artigo está dividido em duas partes. A primeira parte se deterá a estudar alguns conceitos bases, e o papel do estudo sobre os idosos em Pernambuco, considerando a teoria do ciclo de vida, estratificação por idade e idadismo, e a relação do estudo sobre os idosos com o contexto político brasileiro de 1980-1985. E a segunda parte vai trabalhar

16 A primeira Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento (AME) realizada em Viena, no ano de 1982, atribuiu a imagem de um idosos norte-americano. Na visão geral, considera-se uma figura única de idosos, ora atribuída pela visão biológica do envelhecimento ou associada a interpretação que todos os idosos passam pelos mesmos processos de envelhecimento, esquecendo das vastas visões sobre esses sujeitos nos quatro cantos do mundo.
A respeito desse debate, veja também a reportagem: Diário de Pernambuco, **"Velhice na longa trajetória, a coragem caminha só",** 02 de fevereiro de 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=Idoso&pagfis=40358

com as fontes do Diário da Manhã e do Diário de Pernambuco, que trazem profundidade do debate sobre envelhecimento, propaganda, aposentadoria e campanhas do ano do idoso de 1982.

HISTÓRIA SOBRE OS IDOSOS: conceitos importantes

O estudo sobre os idosos é fundamental para compreendermos as dinâmicas sociais e políticas que envolvem essa faixa etária, especialmente no contexto brasileiro entre 1980 e 1985. No entanto, é importante esclarecer os conceitos que permeiam essa discussão, como "idoso", "ancião", "velhice" e "velho", pois cada um deles carrega significados distintos que refletem diferentes perspectivas sobre o envelhecimento.

A palavra "ancião" e "velhice" aparecem inúmeras vezes nos recortes de jornais, assim como no livro de Simone de Beauvoir. Porém, esses termos carregam estereótipos. Quando se fala em "ancião", muitas vezes se remete a uma dada temporalidade ou a uma sociedade antiga. Por exemplo, na Idade Média, o ancião era considerado alguém com sabedoria e detentor de poderes políticos e mágicos, enquanto um senhor pobre podia ser associadoao mal e às doenças. No entanto, esse sujeito não pode ser compreendido apenas pelas funções biológicas. Assim, apontam-se os ciclos da idade, segregando as atividades para os indivíduos a partir de sua capacidade física de nutrir os alimentos para a família. Quando a idade chega para um camponês pobre, rapidamente se chega à fase do abandono.

O termo "velhice" e "velho" reflete, de alguma maneira, a visão social de pessoas de status inferior em relação a um adulto de 30 anos. Todavia, um homem que trabalha no campo tende a envelhecer mais rápido do que um trabalhador de zona urbana. É com esse intuito que a idade cronológica suscita interrogações. Primeiro, se a fase dos 60 anos é atributiva para se aposentar, e devido a isso, o sujeito pode ser

considerado idoso? E em relação ao homem do campo, o pré-idoso de 40 anos também pode concorrer aos ditos auxílios do governo? Já o bom envelhecimento está associado ao recolhimento ou à vida ativa? Sabe-se, na medida do possível, que um idoso jamais quer ser chamado de velho. Ele não aceita a imposição social ou a figura que a sociedade determina para si. Isso porque a visão de "velho" e "ancião" significa algo negativo (QUADAGNO, 2022).

> "Nos EUA, 65 é a idade que é mais frequentemente considerada velha, porque é quando as pessoas originalmente se tornam elegíveis para os benefícios totais da Previdência Social e Medicare. A idade de elegibilidade para os benefícios totais da Previdência Social é atualmente 66 e aumentará gradativamente para 67? A idade cronológica também pode ser um indicador ruim da velhice, porque algumas pessoas podem ser velhas aos 50, enquanto outras podem parecer jovens aos 80"(QUADAGNO. 2022, p 28)

A autora Jill Quadagno aborda os limites da esteira do idadismo e da idade cronológica, que podem sustentar a inconsistência de políticas públicas quando se refere à centralidade da juventude no mercado de trabalho e à luta por uma aposentadoria adequada às inúmeras situações sociais, culturais e econômicas. A esse critério, os autores convergem. Simone de Beauvoir, Vicente de Paula Faleiros, Dirceu Nogueira Guimarães e Thompson apontam o quanto a sociedade cria a figura do idoso. Essa figura está relacionada à questão do trabalho, à relação familiar, aos dogmas e virtudes que regridem ou não, mas que seguem a ótica de políticas públicas, muitas delas influenciadas pela força juvenil e por uma mão de obra capitalista que escolhe a força física e exila o idoso, resultando em mitos.

O primeiro mito, influenciado pela falta de coesão familiar, determina o papel da família no cuidado de seus idosos. Nesse caso, a

mulher é sempre responsabilizada pelo papel de cuidadora. Quando a idade avança, ela se torna alguém com status próximo ao de uma criança, sofrendo duplamente com a opressão pelo gênero e por sua condição social familiar. O segundo mito fala da aposentadoria; todavia, aqueles que conseguem o benefício não chegam a ter vidas felizes. A falta de assistência médica em algumas regiões do Nordeste dificulta a humanização desses sujeitos, que acabam dependendo da caridade. É o caso da fundação de Centros Sociais Urbanos nas zonas rurais, que desempenharam inúmeras atividades médicas para muitos idosos não assistidos pelo Estado. Esses mitos dificultaram a implementação de políticas públicas para o idoso, fator que explica o porquê do Brasil não ter participado da primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982 e de ter um Estatuto do Idoso vinte anos depois.

Voltando a falar dos conceitos, o termo "velho" é frequentemente utilizado de forma pejorativa e pode carregar conotações negativas, sugerindo fraqueza, incapacidade ou obsolescência. Essa palavra pode refletir estigmas sociais que desvalorizam a experiência e a contribuição dos indivíduos mais velhos, contribuindo para o fenômeno do idadismo, que é a discriminação baseada na idade. O uso do termo "velho" deve ser abordado com cautela, pois pode perpetuar visões distorcidas e negativas sobre o envelhecimento. Já o conceito de "ancião" é atribuído a sociedades antigas, que, ainda assim, detinham organizações sociais específicas. Em séculos passados, os gregos viam seus "anciãos" como às estações do ano: a primavera representa a juventude, enquanto o inverno representa o envelhecimento (DE BEAUVOIR, 1976).

O conceito de "idoso" é um termo frequentemente utilizado para designar pessoas que atingiram certa idade, geralmente a partir dos 60 ou 65 anos, conforme definido por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa classificação é muitas vezes associada a aspectos legais e sociais, como a elegibilidade para benefícios previdenciários e serviços de saúde. É, portanto, uma categorização formal que pode influenciar políticas públicas e práticas sociais. Assim,

este artigo se detém a utilizar os termos "idosos", "envelhecimento" e "velhice" quando se referir aos aspectos biológicos, em contraste com a visão adultocentrista[17] em relação a esses sujeitos. Não será utilizado o conceito de "terceira idade", pois ele se enquadra no cenário político do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, sendo um contexto distinto do período de 1980.

PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA:

A pesquisa quantitativa e qualitativa foi realizada na plataforma da biblioteca BNdigital, que permite a coleta de dados numéricos a partir da aba de busca e das caixas que organizam os periódicos por ano e data. Para facilitar o acesso aos recortes do Diário de Pernambuco e do Diário da Manhã do período de 1980 até 1985, foi necessária a filtragem de buscas por palavras-chave para determinar o número de ocorrências. Assim, a plataforma sublinha as páginas e direciona para a fonte desejada. Como exemplo, a palavra "idoso" aparece 115 vezes no Diário da Manhã e 1.272 vezes no Diário de Pernambuco. No entanto, em determinadas fontes, a intenção da autoria não apresenta constância, o que é um ponto determinante para a diminuição das reportagens sobre a temática a partir do final do ano de 1983.

Destaca-se que, para otimizar as buscas, toda fonte encontrada foi salva e registrada em uma planilha de dados. Essa planilha contém informações que facilitam a busca e orientam os dados para a construção de tabelas e gráficos a respeito da temática trabalhada. O Anexo 1, da página 14 contém títulos que direcionam a investigação dos idosos nas fontes dos periódicos, como: título da reportagem, ano, autoria,

17 O conceito de adultocentrismo se refere à tendência de priorizar as perspectivas e necessidades dos adultos em detrimento de outras faixas etárias, impactando no modo de vida e nas políticas públicas.

resumo da reportagem, informações mais importantes e link de acesso para a fonte.

Esses dados são fundamentais para identificar e organizar quadros sobre os Centros Sociais Urbanos em Pernambuco, sob a jurisdição da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Social Agamenon Magalhães, como pode ser notado a seguir:

CSUs em áreas urbanas de Pernambuco	CSU´s do interior de Pernambuco
1- Centro Social Urbano do Pina	1- Centro Social Urbano de Palmares
2- Centro Social Urbano de Rio Doce	2- Centro Social Urbano Anibal Cardoso (Cabo)
3- Centro Social Urbano de Areias	3- Centro Social Urbano de São Lourenço da Mata
4- Centro Social Urbano da Várzea	4-Centro Social Urbano de Moreno
5- Centro Social Urbano do Córrego do Euclides	5- Centro Social Urbano de Bonito
6-Centro Social Urbano dos Coelhos	6- Centro Social Urbano de Canhotinho
7- Centro Social Urbano de Jaboatão do Janga	7-Centro Social Urbano de Vitória de Santo Antão
8- Centro Social Urbano de Mutirão	8- Centro Social Urbano de Sertânia
9- Centro Social Urbano do Morro da Conceição	9- Centro Social Urbano de Lajedo
10- Centro Social Urbano da Mustardinha	10- Centro Social Urbano de Santa Cruz do Capibaribe
11- Centro Social Urbano de Nova Descoberta	11- Centro Social Urbano de Surubim
12- Centro Social Urbano do Alto José do Pinho	12- Centro Social Urbano de Macaparana
13- Centro Social Urbano de Imbiribeira	13-Centro Social Urbano de Belo Jardim
14- Centro Social Urbano de Água Fria	14-Centro Social Urbano de São José do Egito
15- Centro Social Urbano de IPSEP	15- Centro Social Urbano de Bezerros
16- Centro Social Urbano de Igarassu	16- Centro Social Urbano de Afrânio
17- Centro Social Urbano do Engenho do Meio	17- Centro Social Urbano Osíris Caldas (Gravatá)
18- Centro Social Urbano de peixinhos	18- Centro Social Urbano do Jordão
19- Centro Social Urbano de Muribeca	19- Centro Social Urbano de Araripina
20- Centro Social Urbano de Cavaleiro	

CSUs em áreas urbanas de Pernambuco	CSU´s do interior de Pernambuco
21- Centro Social Urbano de Olinda	20- Centro Social Urbano de Garanhuns
22- Centro Social Urbano de Abreu e Lima	21- Centro Social Urbano de Pesqueira
23- Centro Social Urbano Bido Krause	22- Centro Social Urbano de Arcoverde
24- Centro Social Urbano Novas Filho	23- Centro Social Urbano de Salgueiro
25- Centro Social Urbano de Ouro Preto	24- Centro Social Urbano de Serra Talhada
26- Centro Social Urbano de Tejipió	25- Centro Social Urbano de Bom Conselho
27-Centro Social Urbano do Cordeiro	26- Centro Social Urbano de Petrolina
28- Centro Social Urbano de Dois Unidos	27- Centro Social Urbano de Sertânia
29- Centro Social Urbano do Ibura	28- Centro Social Urbano do Cabo
30- Centro Social Urbano do Alto do Pascoal	29- Centro Social Urbano de Ponte dos Carvalhos
31- Centro Social do Monteiro	30- Centro Social Urbano de Cajueiro Seco
32- Centro Social Urbano de Paulista	31- Centro Social Urbano do Jordão
	32- Centro Social Urbano de San Martin
	33-Centro Social Urbano de Camaragibe

Fonte: BNdigital, Diário da Manhã e Diário de Pernambuco, 1980-1985

A identificação dos Centros Sociais Urbanos (CSU`s) é um grande passo na pesquisa, pois determina os sujeitos e objetos de investigação. Não é fácil encontrar o perfil de idosos das instituições, considerando que já havia uma visão homogênea sobre eles. Contudo, as campanhas "adote um idoso" aparentam ter um duplo sentido. Por um lado, mulheres e homens de 60 anos são vistos como "criancinhas", aptos a serem adotados por seus familiares ou por uma sociedade que coloca a juventude no centro. Nesse mesmo contexto, é possível verificar um aumento no custo de enfermagem e de cursos de qualificação, que foram influenciados pela política da Secretaria de Trabalho e Ação Social no governo do governador de Pernambuco, Marco Maciel. É

com essa secretaria e o empenho da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Social Agamenon Magalhães que se estimulou a abertura de Centros Sociais Urbanos. Esses espaços são diferentes de asilos ou "casas de repouso", pois possuem uma administração voltada para o atendimento educacional e terapêutico, que passou a atender a população de cada região.

Por esse motivo, a pesquisa não buscou apenas coletar e separar dados, mas também investigar as fontes. Sabe-se que, historicamente, os jornais da época se apoiavam em correntes políticas locais. Quando eram opositores, os autores se mostravam críticos do governo e defensores de seus aliados políticos. Enquanto houve o jogo político, questões sociais se mostraram presentes ou excluídas (isso se dá, inteiramente, pelas ações dos presidentes dos jornais e associados).

Nenhuma reportagem é inocente; elas carregam opiniões, visões da época e refletem o imaginário social a respeito dos idosos. Um exemplo disso está em um relato de um "acidente de carro". Em um dia ensolarado, uma idosa foi atropelada quando tentava atravessar a rua. Ela estava a caminho de um hospital, aonde supostamente iria se consultar. O jovem que a atropelou fugiu sem prestar socorro, causando revolta em algumas pessoas. Ele foi identificado como um militar jovem, que naquele dia passava rapidamente com seu carro. O descaso reflete o contraste entre o idoso e o jovem, pois, na visão da época, a senhora já estava perto da morte, enquanto o jovem ainda poderia desempenhar seu papel no mercado de trabalho. Ainda assim, não se sabe ao certo por que não houve uma crítica mais forte ao militar e a busca por respostas em relação à situação da idosa atropelada.

Pesquisando sobre os periódicos dos anos 1980, verifica-se que o presidente do grupo de jornais e associados fez parte do partido político ARENA, defensor da Ditadura Civil Militar no Brasil. João Calmon, durante seu período de administração desse grupo, comandou campanhas contra a oposição ao projeto do Colégio Brasileiro de Telecomunicações e lutou contra o capital estrangeiro na imprensa. Depois, seu sucessor,

Paulo Cabral de Araújo (presidente entre 1980-1985), também havia ocupado o cargo de secretário do Ministério da Justiça no governo de Ernesto Geisel. Assim, é evidente que o atropelamento da mulher idosa por um oficial militar não traria tanto impacto quanto se esperava para a população. Da mesma forma, uma seleta parcela da página do periódico Diário de Pernambuco dava credibilidade à fala do ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, atendendo à demanda de reformas e assegurando a aceitabilidade popular sobre o aumento da contribuição e da idade aceitável para se aposentar.

Quem poderia ser contra essa realidade perversa? O povo, muitos desabrigados ou ocupantes de Centros Sociais Urbanos, dependerá da fala de representantes da LBA ou do Serviço Social Agamenon Magalhães para alertar sobre a situação dos idosos. A presidenta da LBA, Léa Leal, por estar próxima da esfera administrativa, política e dos estudiosos da gerontologia, apresentou suas objeções em congressos, como o do Itamaraty, revelando sua visão sobre a exclusão e a situação dos idosos.

Nesse período, o debate gerontológico crescia consideravelmente, isso devido à repercussão da AME de 1982 e do decreto do presidente Figueiredo sobre o ano do idoso no Brasil. Em contrapartida, depois de algum tempo, o número de reportagens sobre o idoso caiu consideravelmente.

Ao analisar cuidadosamente as fontes dos jornais, é possível conversar e imaginar o cenário da época. Não muito distante desse período, em 1970, Simone de Beauvoir escreveu o que seria chamado de escândalo dos idosos nos asilos da França. A fala da autora faz lembrar das campanhas "casa de idosos" no Recife e "adote um idoso", que passam uma imagem de um idoso feliz nas mídias, sem haver questionamento sobre o abandono e a solidão desses sujeitos. Eles estão nesses lares porque seus parentes não os querem ou por falta de cuidado, se veem como fardos financeiros e encontram outros lugares para findar suas vidas.

> "Quando não podem mais sustentar-se, física e economicamente, o único recurso dos "velhos" é o asilo. Na maior parte dos países, o asilo é abastecimento desumano: nada mais que um lugar para esperar a morte, um morredor se desse num recente programa sobre a Salpetriere" (DE BEAUVOIR. 1976,p 312)

Dos ditos 64 Centros Sociais Urbanos, não poderia haver um número de idosos assistidos adequadamente por seus parentes? A idade biológica são apenas marcadores de tempo, que não se distancia da violência do trabalho ativo juvenil. E que no fim, troca a experiência por mercadoria, e a sabedoria pelos bens da herança de seus pais.

Se não houvesse violência, supostamente, não seriam evidenciadas tantas construções de Centros Sociais Urbanos em zonas rurais e não rurais. Não haveria casos duros de abandono, e do atropelamento de idosa relatado anteriormente.

ANÁLISE DOS PERIÓDICOS: perfil de idosos ou adultocentrismo

A análise dos recortes de jornais, especialmente do Diário de Pernambuco, revela muito sobre a representação dos idosos na sociedade brasileira durante o período de 1980 a 1985. Esses recortes não apenas documentam a realidade social dos idosos, mas também refletem uma perspectiva adultocentrista que permeia a forma como a mídia aborda a questão do envelhecimento.

Os recortes analisados mostram que os idosos eram frequentemente retratados como um grupo vulnerável, enfrentando desafios significativos, como a solidão, a falta de assistência e o abandono. As reportagens frequentemente destacavam histórias de idosos que viviam em abrigos ou que dependiam da caridade para sobreviver, reforçando a imagem de fragilidade e necessidade. Essa representação, embora

verdadeira em muitos casos, tende a desumanizar os idosos, reduzindo suas experiências a meras estatísticas de vulnerabilidade. Ressalta-se também que os investimentos em políticas públicas circundam o viés de produção capitalista, os lucros e os mercados consumidores. Esse ponto revela o motivo pelo qual a Previdência Social para a zona rural é pouco ou quase não assistida pelos governos (FALEIROS, 2003).

O arquivo do ano de 1988, caixa 00186(2) do Diário de Pernambuco, apresenta um debate sobre a questão da aposentadoria em um momento de implementação de reformas, como pode ser visto a seguir:

Idoso enfrenta burocracia

CARPINA — O vereador Laureano Silva requereu à Mesa do II Encontro de Vereadores da Mata Norte, realizado recentemente em Nazaré da Mata, com a presença de numerosos líderes e administradores daquela região, que fosse feito um apelo ao ministro da Previdência Social, sr. Jair Soares, no sentido de determinar uma revisão no processamento que é feito pelo INPS, para a aposentadoria por velhice, dentro do que estabelece a Lei 6179/74.

Acha o vereador que a maioria dos interessados não tem a mínima condição, por questões de saúde e de idade, de serem submetidos a uma verdadeira "inquisição" e bombardeio de perguntas muitas vezes técnicas e complicadas. Laureano Silva sugere ao ministro que seja permitido ao idoso doente que requer aposentadoria junto ao INPS, "que o pobre velho seja acompanhado por uma pessoa idônea, talvez um procurador devidamente credenciado, que possa falar por ele diante da comissão do Instituto encarregada de verificar possíveis irregularidades, a fim de evitar as injustiças que vêm ocorrendo em quase todo o País".

DESESPERO

No documento entregue aos dirigentes do II Encontro de Vereadores da Mata Norte, o vereador carpinense acrescenta ainda que "é público e notório a incapacidade dessas criaturas ante as indagações técnicas, frias e desumanas com que as comissões do INPS chegam a provocar o medo, o nervosismo e o desespero dos velhos. Analfabetos, esclerosados e portadores de todas as maselas provenientes de uma falta de assistência centenária, inclusive da fome crônica, esses pobres velhinhos têm perdido sistematicamente e sem nenhuma defesa, a sua última esperança para não morrerem de inanição. Se, juridicamente após os 70 anos, o idoso não é mais responsável pelos seus atos, como se compreender que o Estado aceite para o seu próprio benefício que essa responsabilidade volte a ser válida?"

Diz o vereador que é do conhecimento geral "os escândalos da Previdência, escândalos de falcatruas e desfalques que vão a astronômica soma de Cr$ 400 milhões, inclusive com escritórios montados e munidos de especializadas máquinas na produção de carnês, onde se fala até do comprometimento de conhecidas figuras. Esses escândalos, repito, é o grande prejuízo que eles deram ao Brasil e a Nação e que não devem ser ressarcidos às custas dos pobres e indefesos velhos à beira da morte".

Fonte: Diário de Pernambuco. Idoso enfrenta burocracia. Julho, 1980. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=Idoso&pagfis=11025

O primeiro encontro de vereadores da Mata Norte, realizado em Nazaré da Mata, teve como intuito pedir ao Ministro da Previdência Social a revisão do INPS, sob a lei 6179/74. Foi sugerido ao Ministro que seja permitido ao idoso doente que requer aposentadoria junto ao INPS ser acompanhado por uma pessoa idônea ou procuradora que possa recorrer a seus direitos, evitando injustiças. Também foi mencionado o escândalo da Previdência, com desvios e falcatruas que somam em torno de 400 milhões.

O escândalo da Previdência pode ser associado à teoria da estratificação por idade e ao preconceito estabelecido para alcançar a dita idade apta para receber os auxílios do governo. Enquanto não chega à "idade adequada", permanece o período de arrecadação de contribuições estipulado pelo tempo de trabalho. E a situação é ainda pior; como é notado na reportagem anterior, os idosos são socialmente considerados incapazes de seus atos ao chegarem aos 70 anos e, supostamente, precisam de um "responsável". No entanto, existem muitos jovens que não sabem como operar suas atividades no mercado de trabalho e dependem da orientação de alguém mais experiente na função. Em algumas situações, são os filhos que tomam os documentos de seus pais e usurpam o dinheiro dos benefícios. A solução, muitas vezes, foi procurar asilos ou casas de apoio para escapar da violência da solidão e do abandono.

No governo de Figueiredo (1979-1984) ocorreram várias reformas para melhorar a arrecadação e diminuir os benefícios, com pressão dos mercados para sustentar uma instabilidade financeira proporcionada pela política de arrocho salarial e crise Monetária Internacional (FMI), interferindo no Produto Interno Bruto (PIB). O governo programou reformas que visavam melhorar a arrecadação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mas que, na prática, resultaram em diminuição de benefícios e restrições ao acesso dos idosos aos serviços essenciais. "O conflito social tem se traduzido em conflito institucional, no meio da própria Previdência, entre os que aliam a mais modernização e os que

defendem a harmonização social como o Ex- Ministro Jarbas Passarinho" (FALEIROS, 2003, p 40)

Ressalta que a reportagem do Diário de Pernambuco não esclarece pontos sobre essa modernização da Previdência, deixando de relatar de forma mais fervorosa os ditos cortes de benefícios. Uma hora concorda com a modernização, e em outro momento faz críticas indiretas sobre a situação dos beneficiários, que na maioria, representava os servidores públicos de 50 a 60 anos. Além disso, não é aprofundada a situação dos idosos na Mata Norte. Não basta afirmar que são carentes, era preciso verificar o modo de vida e seus supostos benefícios recebidos. Essa visão adultocentrismo das mídias serviu também para dificultar a conscientização sobre o envelhecimento e fortaleceu a exclusão social desses sujeitos.

ATUAÇÃO DA LBA EM PERNAMBUCO: ações e planos

A Partir das investigações realizadas no Diário de Pernambuco e no Diário da Manhã para os anos de 1980- 1985, foi possível identificar algumas das atividades realizadas nos Centros Sociais Urbanos de Pernambuco.

Programas da Legião Brasileira de Assistência (LBA)	
Domingos comunitários	Atendeu as comunidades de Santo Amaro, Cajueiro Seco, Imbiribeira e Bongi. As atividades realizadas foram: esportivas, torneios, músicas, cirandas, quebra panela, confecção de cartazes.
Programas de creches-casulo	Projeto voltado para a educação e cuidado da criança de familiares pobres. Dentre as atividades havia a distribuição de leite materno.
Programa de Assistência ao Excepcional	Com ação de objetivos básicos, especialmente, de reabilitar e auxiliar o trabalho de pessoas deficientes, idosas e carentes.

Programas da Legião Brasileira de Assistência (LBA)	
Campanha adote um vovô ou uma vovó	Campanha de 1980, que contou com apoio de voluntários. Atendeu cem mil pessoas (697).
Programa de legalização do homem brasileiro	Contabilizou dois milhões de atendimentos em 1980, especialmente para registro e documentação de registro civil em populações carentes.
Programa Nacional de Voluntários (PRONAV)	O PRONAV foi criado por Darcy Vargas (era Vargas). Nas palavras da presidenta Lea Leal, em 1980, o órgão continha quinhentos e quatro (504) núcleos e trezentos e quarenta (340) grupos de voluntários em municípios brasileiros, com a central de voluntários no Rio de Janeiro. Dentro das ações pode-se considerar a campanha nacional de apoio ao idoso carente.
Programa Alfa I e II	O programa atendeu a idosos em lares e centros sociais em convênio com a LBA. As atividades recreativas, educativas e culturais. Destaca-se a participação de assistentes sociais, médicos e psicólogos.
Divisão de Educação para o Trabalho da Legião Brasileira de Assistência (DET-LBA)	Teve o intuito de proporcionar melhorias na população carente, com ofertas de cursos profissionalizantes na capital e no interior de Pernambuco.
Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social- Legião Brasileira de Assistência (INAMPS-LBA)	Atendeu pessoas carentes não assistidas pela Previdência Social.
Locais de eventos e ações	Praça do Derby, Centro de Convenções, Clube Campo Alvorada, Centro Social de Exu, Santo Amaro e Flores.

Fonte: BNdigital, Diário de Pernambuco e Diário da Manhã

Em 1879 a LBA passou a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que encaminha recursos orçamentários do plano plurianual, em deferimento das ações e programas vinculados ao órgão, como se observa no artigo 8 do estatutos da LBA de 1979:

"A LBA tem como objetivos principais a prestação de assistência social a população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, independente da vinculação destas a outras entidades do SINPAS" (BRASIL, 1979).

Muitos idosos não assistidos pela Previdência Social foram atendidos pelos voluntários do Programa Nacional de Voluntários (PRONAV), que em suma, representou o aumento de atividades de apoio à moradia, alimentação e atividade culturais com os idosos dos Centros Sociais Urbano em ações na Praça do Derby. Das ações da LBA, foram ofertadas consultas odontológicas, terapêuticas, fortalecimento para a inclusão dos idosos no mundo do trabalho e crítica social à situação de solidão com o envelhecimento.

Os festejos de São João não representaram apenas uma comemoração particular, pois as experiências mútuas os favorecem em uma identidade de grupo que rompe com a violência do abandono. É sabido também que a situação dos idosos era delicada, em muitos abrigos faltava verbas e assistência do Estado. Ponto que desperta curiosidades, seja pelas ações de assistência ou pelos cortes dos benefícios dos idosos, que devido a isso, acabavam internados na Santa Casa da Misericórdia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Figueiredo e as políticas de Previdência Social implementadas durante seu mandato tiveram um impacto profundo e negativo sobre a população idosa no Brasil. A combinação de crises econômicas, cortes de benefícios e a falta de políticas públicas adequadas resultou em uma situação de vulnerabilidade e exclusão social para muitos idosos. Para avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa, é fundamental reconhecer e abordar essas questões, garantindo que os direitos dos idosos sejam respeitados e que suas vozes sejam ouvidas nas discussões sobre políticas públicas. Além disso,

a narrativa predominante na mídia da época frequentemente retratava os idosos como um fardo para a sociedade, prejudicando ainda mais a situação desses sujeitos.

"A visão adultocentrista" presente nas abordagens jornalísticas reforçou a ideia de que os idosos eram uma carga econômica, ignorando suas contribuições e experiências de vida. Ponto que fortalece estereótipos em um momento contraditório, onde as portas da pesquisa gerontológica ganhavam força e o cenário internacional apontava para mudanças das políticas públicas das Nações do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. SP: Editora Difel,1976

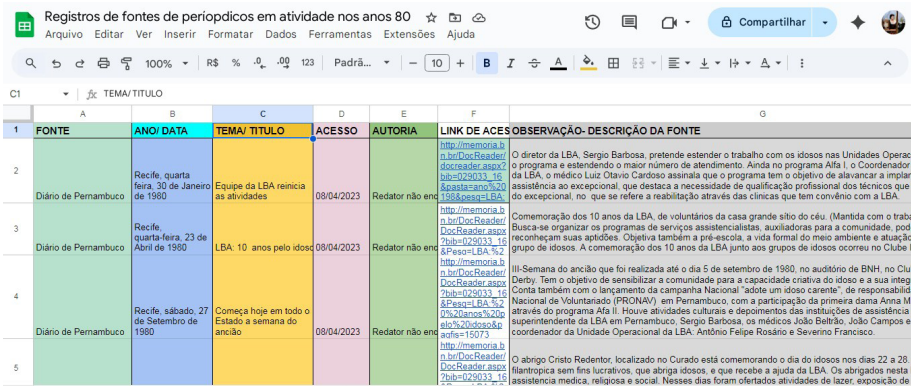
FALEIROS, V. P. Previdência social: Conflitos e consensos. **Ser Social** (UnB), Brasília, v. 11, n.11, p. 29-74, 2003.

BRASIL, Decreto nº 83.148. Estatuto da LBA, 1979.

NOGUEIRA, Dirceu. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense,1989.

QUADAGAGNO, Jill. **Envelhecimento e o curso da vida**: uma introdução à gerontologia social. 8ª edição. Florida: Editora Pepper, 2022.

ANEXO



Registros de fontes de periopdicos em atividade nos anos 80

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Extensões Ajuda

Compartilhar

C1 | TEMA/ TITULO

	A	B	C	D	E	F	G
1	FONTE	ANO/ DATA	TEMA/ TITULO	ACESSO	AUTORIA	LINK DE ACES	OBSERVAÇÃO- DESCRIÇÃO DA FONTE
2	Diário de Pernambuco	Recife, quarta feira, 30 de Janeiro de 1980	Equipe da LBA reinicia as atividades	08/04/2023	Redator não enc	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=LBA	O diretor da LBA, Sergio Barbosa, pretende estender o trabalho com os idosos nas Unidades Operac o programa e estendendo o maior número de atendimento. Ainda no programa Alfa I, o Coordenador da LBA, o médico Luiz Otavio Cardoso assinala que o programa tem o objetivo de alavancar a implar assistência ao excepcional, que destaca a necessidade de qualificação profissional dos técnicos que do excepcional, no que se refere a reabilitação através das clinicas que tem convênio com a LBA.
3	Diário de Pernambuco	Recife, quarta-feira, 23 de Abril de 1980	LBA: 10 anos pelo idoso	08/04/2023	Redator não enc	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&PesqLBA%2	Comemoração dos 10 anos da LBA, de voluntários da casa grande sitio do céu. (Mantida com o traba Busca-se organizar os programas de serviços assistencialistas, auxiliadoras para a comunidade, pod reconheçam suas aptoões. Objetiva também a pré-escola, a vida formal do meio ambiente e atuação grupo de idosos. A comemoração dos 10 anos da LBA junto aos grupos de idosos ocorreu no Clube
4	Diário de Pernambuco	Recife, sábado, 27 de Setembro de 1980	Começa hoje em todo o Estado a semana do ancião	08/04/2023	Redator não enc	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&PesqLBA%20%20anos%20pelo%20idoso&pagfis=15073	III-Semana do ancião que foi realizada até o dia 5 de setembro de 1980, no auditório de BNH, no Clu Derby. Tem o objetivo de sensibilizar a comunidade para a capacidade criativa do idoso e a sua integ Conta também com o lançamento da campanha Nacional "adote um idoso carente", de responsabilid Nacional de Voluntariado (PRONAV) em Pernambuco, com a participação da primeira dama Anna M através do programa Afa II. Houve atividades culturais e depoimentos das instituições de assistência superintendente da LBA em Pernambuco, Sergio Barbosa, os médicos João Beltrão, João Campos e coordenador da Unidade Operacional da LBA: Antônio Felipe Rosário e Severino Francisco.
5						http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16	O abrigo Cristo Redentor, localizado no Curado está comemorando o dia do idosos nos dias 22 a 28. filantropica sem fins lucrativos, que abriga idosos, e que recebe a ajuda da LBA. Os abrigados nesta assistencia medica, religiosa e social. Nesses dias foram ofertados atividades de lazer, exposição de

CAPÍTULO 9

SEXTORIOU COM HISTÓRIA:
Experiências do PIBID/UFRPE-EAD na Formação Profissional Docente

Andreza Jucelly Severina da Silva[18]
Paulo Ricardo de Queiroz Siqueira[19]
Erika Chagas de Oliveira[20]
Marta Margarida de Andrade Lima[21]
Heliwelton do Amaral Clemente[22]

INTRODUÇÃO

O projeto SEXTORIOU nasce da necessidade de aproximar o ensino de História da realidade dos alunos da escola pública Helena Pugó, localizada na periferia[23] do Recife. A turma do 2º ano

18 Graduanda em Licenciatura em História
andreza.jucelly@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

19 Graduando em Licenciatura em História
pauloricardo.pot@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

20 Graduanda em Licenciatura em História
erika.chagas@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

21 marta.andradelima@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE (Coorientadora)

22 Doutorando e Mestre em História Social
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE (Coorientador)
heliwelton.amaral@ufrpe.br

23 A periferia é frequentemente associada a áreas que estão situadas nas bordas das cidades. Essas regiões podem incluir bairros ou comunidades que, por

A apresenta particularidades comuns ao ensino médio em contextos populares: uso excessivo de telas no momento da aula, desmotivação em aulas expositivas tradicionais[24], ansiedade pelo final de semana e forte vínculo com elementos culturais como música, oralidade e vivências comunitárias. A escolha da sexta-feira, o "sextoriou", é aqui ressignificada como uma oportunidade de transformar descontração em aprendizagem. Em vez de ser um dia de dispersão, será o momento mais esperado da semana, unindo ludicidade e consciência crítica.

Objetiva-se traçar um relato de experiências das ações do PIBID-UFRPE na EREM Professora Helena Pugó, sob a ótica da produção de um projeto didático antirracista, afrocentrado e decolonial. Além da possibilidade de ressignificação da produção de narrativas críticas, que tomaram como inspiração processos temporais e estruturais dos sujeitos negros na História do Brasil Colonial e na espacialidade da noção territorial-política da necropolítica[25] que segrega para além do discurso urbano de ocupação do espaço desigual da sociedade brasileira. Devido a isso, a prática do silenciamento ao longo da história retirou ou alienou a visão sobre a periferia, os guerreiros e guerreiras negras que lutaram na Revolução de 1817 ou na Revolta dos Malês(1835). Esse ponto revela a necessidade de refletir sobre os personagens históricos

estarem afastadas do centro, enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, acesso a serviços públicos e mobilidade urbana.

24 Pensa-se em aulas expositivas tradicionais como uma sala de aula, quadro, livros e cadernos.

25 A necropolítica foi um conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Refere-se ao uso do poder político para determinar quem vai viver ou morrer. E dentro do território, representa, de forma espacial, a violência presente na segregação entre centros urbanos e periferias, nos avanços de políticas públicas para áreas que não sofrem, historicamente, com deslizamentos de terras e pressão de violência pelo valor negativo do racismo. Essa violência define as áreas ocupadas por afrodescendentes, suas lutas, e o descaso, considerando que os sujeitos desses espaços urbanos, perante a CF de 1988, têm direito a ter acesso a ambientes ecologicamente equilibrados.

afro-brasileiros, seus lugares de fala e habitação, os espaços ocupados nas esferas políticas e sociais, considerando a Lei nº 10.639/2003 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A escola é o lugar de saber e de formação prática, indo além da dinâmica de ações de observação de estágio supervisionado. O Programa de Iniciação à Docência (PIBID) reflete um exercício de formação em ambiente escolar, unindo pesquisa e interação com a dinâmica cotidiana do fazer protagonista dos alunos e funcionários que movem a intratabilidade curricular, docentes, secretários e professores que apoiam e vivem para fazer acontecer o dia a dia nas salas de aula e nos projetos pedagógicos junto com a família. Por isso, a cultura escolar representa um campo rico, repleto de flores e escombros de um fazer sextoriou, com apoio e orientação de professores formadores, que, com eles, o PIBID-UFRPE se fez presente no roteiro de ações e aprendizagens múltiplas, vivenciadas em reuniões e nas inúmeras atividades com os alunos do 2º ano A.

Além disso, o Programa de Iniciação à Docência em História – EaD da UFRPE ocorreu pela primeira vez com o edital PREG/UFRPE nº 26/2024, representando a luta pela inclusão do programa não apenas para os alunos de cursos presenciais. Essa vitória é ainda mais gratificante quando nos deparamos com a pesquisa no campo escolar e a construção de projetos que conduzem roteiros de aulas de História, proporcionando experiências que se direcionam para caminhos mais amplos na formação de professores e historiadores.

A professora Carmem Gil, em "Questões Estruturantes no Ensino de História", aponta os simulacros dentro das escritas da história linear e do eurocentrismo que ainda persistem na estrutura de currículos ocultos e nas práticas sociais que mascaram a realidade, as abordagens da coletividade da experiência de vida dos estudantes, que carregam em seu íntimo a opressão da violência e a marca cultural de uma geração tecnológica. Assim:

> "A partir da crítica ao eurocentrismo e sob uma concepção da aula de História como espaço de Caos, de abertura e de trânsito de tempos ainda não vistos, não experienciados por nós, que são modos de vida de povos, identidades, grupos que ou foram silenciados pela temporalidade eurocentrada ou foram reduzidos a essa narrativas. É aqui que o tempo se torna atributo ético de uma aula de História" (GILL,Carmem. 2020, p 14)

Refletir sobre o tempo, compreendendo a realidade para além dos estereótipos sociais, e a educação como um meio necessário de formação cidadã. Por isso, a cultura juvenil, as ruas e os bairros próximos da escola são ricos em uma realidade atual. Essa atualidade espacial é histórica e fala dos sujeitos da periferia, da construção política de quem ocupa esses espaços.

Quando houve momentos de escuta de rap, poemas de bandas como Racionais, desenhos que falavam de gênero e da beleza negra, foi notado, de alguma maneira, um olhar que transcende os livros didáticos. Cada aluno, junto com os pibidianos e o projeto Sextoriou proporcionou o estímulo da reflexão crítica no presente.

Esse artigo está dividido em momentos. No primeiro momento será abordada a construção do plano da atividade a partir do olhar de Saviani e a relação didática para a abordagem decolonial[26] e afrocentrada[27] em sala de aula. A segunda parte falará da experiência

26 O conceito de "decolonial" refere-se a um movimento crítico e teórico que busca desafiar e desmantelar as estruturas de poder, conhecimento e cultura que foram estabelecidas durante o colonialismo e que continuam a influenciar as sociedades contemporâneas. A decolonialidade é um esforço para reverter os efeitos duradouros do colonialismo, promovendo a valorização e a recuperação das culturas, conhecimentos e identidades que foram marginalizados ou subjugados.

27 O conceito de afrocentricidade foi criado pelo filósofo Molefi Kete Asante. Ele faz critica a visão eurocêntrica para os estudos africanos e afrodescendentes, considerando a necessidade de olhar a História da África a partir do olhar

do PIBID com a atividade sextoriou com os alunos do segundo ano do Ensino Médio, da escola Helena Pugó. Os ditos resultados da culminância do projeto levou a equipe para além do olhar escrito, revelando aspectos sociais, psicossociais e históricos presentes no cotidiano escolar e das comunidades próximas.

PROJETO SEXTORIOU: construção e ações das atividades

A metodologia aplicada no projeto foi a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que leva à assimilação do saber já sistematizado, propiciando a liberdade ao educando, que tem total liberdade para exercer suas capacidades criativas. Segundo Almeida e Souza (2019), esta pedagogia surgiu da necessidade de uma teoria que não fosse reprodutivista, que não apenas reproduzisse as condições sociais vigentes. A educação não é algo isolado do mundo; ela muda conforme a história da humanidade avança e deve ser usada para impulsionar essa história em direção a uma sociedade mais justa. Para melhor entendimento da PHC, Almeida e Souza afirmam que:

> "[...] o que quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana."(ALMEIDA, 2019 *apud* SAVIANI, 2013, p)

africano e a História do Brasil a partir do olhar afrobrasileiro. A respeito do debate da teoria afrocêntrica, veja também "Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora", acesso em: 20/06/2019. Disponível em: https://speciesnae.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/05/mazama-asante-afrocentricidade.pdf

No contexto da escola pública, distribuir o saber elaborado significa dar 'armas' teóricas para quem sempre foi silenciado. Esse processo vai contra os interesses do capital, pois transforma o conhecimento (antes restrito aos grupos dominantes) em um patrimônio coletivo da classe trabalhadora, permitindo uma leitura crítica e transformadora da realidade.

Para que os alunos do 2º Ano A possam produzir novas narrativas decoloniais, eles precisam primeiro dominar o conhecimento histórico já existente. Só se modifica a estrutura social quando se conhece os mecanismos que a construíram. Assim, o 'Sextoriou' não entrega um saber pronto, mas convida o estudante a entender a História como algo em movimento, no qual ele também é um produtor de novos sentidos e saberes.

O desafio enfrentado no projeto foi a transposição didática: como transformar a teoria histórica decolonial em um saber que fizesse sentido para jovens em uma sexta-feira na periferia? Conforme o referencial teórico adotado, Saviani (2012), a preocupação residia na 'organização dos processos pelos quais esses conteúdos [...] são apreendidos'. Assim, o plano de aula não foi uma mera exposição de fatos, mas uma construção coletiva que permitiu ao estudante se ver como parte da trajetória histórica que estava sendo estudada.

Destaca-se que elaboramos as atividades a partir das cinco fases propostas por Saviani, nas quais são: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final. Cada aula ponta para uma visão afrocentrada de valorização da cultura africana e afrodescendente, valorizando a educação antirracista presente também na lei 10.639/03.

De acordo com Azante, é a partir da educação que as estruturas eurocêntricas são colocadas em contradição com a realidade dos sujeitos ao longo do tempo. E essa emergência não está apenas na pele, mas no território, na cultura, na arte, na musicalidade, nas tradições e na

comunidade como um todo. Assim, o plano de aula seguiu da seguinte forma:

Plano de Aula: "Sextoriou – Território, Raça e Resistência"

Público-alvo: 2º Ano A – EREM Helena Pugó. Objetivo: Compreender a formação do território brasileiro e as lutas negras (Revolução de 1817/Malês) como raízes da configuração atual da periferia, combatendo a necropolítica através do conhecimento histórico.

Prática Social Inicial (O Cotidiano e o Senso Comum)

- Ação: Começar a aula com o que eles já vivem na sexta-feira. Uso das telas e música.
- O "Pulo do Gato": Em vez de proibir o celular, peça para que postem um "Story" ou procurem um verso de RAP que fale sobre o bairro deles ou sobre "ser jovem na periferia do Recife".
- Objetivo: Mapear como eles se enxergam no espaço hoje (o saber imediato).

Problematização (O Conflito)

- Ação: Provocar a turma com questões que o seu texto levanta:
  "Por que o caminho da escola até aqui tem 'escombros' e desigualdade?"

  "Por que nos livros de História quase não vemos os rostos de quem mora aqui em ambientes de poder?"

  "A sexta-feira é o dia de 'fuga' da realidade ou pode ser o dia de entender por que a nossa realidade é assim?"
- Objetivo: Criar a necessidade de buscar na História as respostas que o "agora" não dá sozinho.

Instrumentalização (O Conhecimento Sistematizado)

- Ação: Aqui entra o conteúdo clássico e decolonial que o seu projeto defende.

  História Local/Nacional: Apresentar os guerreiros negros da Revolução de 1817 e da Revolta dos Malês.

  Conceito Teórico: Introduzir o conceito de afrocentricidade e crítica ao Eurocentrismo[28]. Mostrar como o silenciamento desses heróis foi proposital para manter a segregação atual.

  Conexão: Comparar a organização dos quilombos e revoltas com a organização das comunidades e movimentos culturais juvenis atuais (como o RAP e o Slam).

Catarse (O Salto de Consciência)

- Ação: Atividade de síntese. O aluno deve "cruzar" a teoria com a sua vivência.

  Momento de Expressão: Propor que criem uma narrativa (pode ser um Rap, um desenho de "beleza negra" ou um post crítico) que reescreva um evento histórico sob a ótica de um sujeito negro da periferia.
- Objetivo: O aluno percebe: "Eu não estou na periferia por acaso; meu povo lutou para ocupar espaços e eu sou a continuidade dessa história". É a compreensão da história linear sendo quebrada.

28 Eurocentrismo é um conceito que tem uma abordagem que privilegia a cultura, a história e os valores europeus em detrimento de outras culturas e sociedades. Essa visão tende a considerar a Europa como o centro do mundo, tanto em termos de desenvolvimento histórico quanto cultural, e frequentemente marginaliza ou ignora as contribuições e experiências de outras regiões, especialmente da África, Ásia e América Latina.

Prática Social Final (O Retorno à Realidade com Ação)

- Ação: O "Sextoriou" se transforma em compromisso.

  Como esse novo conhecimento muda a forma como eles caminham pelas ruas do bairro na saída da escola?

  Proposta de uma intervenção leve: Uma "ocupação poética" ou digital nos perfis da escola valorizando a história dos sujeitos periféricos.
- Objetivo: O aluno deixa de ser apenas "alvo" da estrutura social e passa a ser agente político.

SEXTORIOU E A BNCC

A aula propõe uma análise crítica da formação socioespacial brasileira, conectando as revoltas de matriz africana do século XIX às atuais configurações das periferias urbanas. Através do conceito de afrocentricidade, busca-se instrumentalizar o aluno para identificar e combater o racismo estrutural, valorizando as expressões culturais locais como formas de resistência e ocupação do território. Destaca-se que o discurso eurocêntrico e colonialista aponta para fixação de territórios raciais, onde o preconceito se torná marca na própria política pública de inclusão, na medida em que se deixa alagar, sofrer com os deslizamentos de terra, com o drama dos palafitas. Ações que marginalizam os territórios apenas apontam para a prática de branqueamento e de negação de um discurso de negação do próprio racismo na História do Brasil, que durante muitos anos considerou a educação eurocêntrica em negação à História do Brasil e dos brasileiros.

No letra da canção "negro drama" do grupo racionais é notada a dinamica propiciada pelo racismo estrutural, e apesar do caos a lama, é pelo vies da educação que pensa-se sobre a realidade de forma critica. Realidade escamoteada pelas mídias, muitas vezes mascarada como algo normal, fora da dinâmica racial ou do dito "cordialismo para quem".

E a partir do questionamento desta realidade que os alunos podem compreender o processo de longa duração a respeito das vidas negras, do vestígio violência que o racismo científico do século XIX deixou de herança.

> "Periferias, vielas, cortiços
> Você deve tá pensando
> O que você tem a ver com isso?
> Desde o início, por ouro e prata
> Olha quem morre, então
> Veja você quem mata
> Recebe o mérito a farda que pratica o mal
> Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
> Histórias, registros e escritos
> Não é conto nem fábula, lenda ou mito
> Não foi sempre dito que preto não tem vez?"
> (RACIONAIS,Negro drama)

Foi perguntado aos alunos qual o sujeito que a polícia mais aborda na periferia ou no shopping. A resposta veio em alto e bom som: as pessoas negras! Eles vivenciam todos os dias a rotina da canção "Negro Dama" e percebem que, ao ocupar os espaços de poder, o sistema se configura e ganha outra forma. Essa transformação só é possível pela educação.

No 2º ano do Ensino Médio, mediante a Base Comum Curricular (BNCC), considera que os alunos(as) devam refletir a partir da teoria básica e comece a interpretar o mundo ao seu redor. Esse conhecimento deve partir dos conhecimentos prévios do alunado, considerando a cultura e a educação informal presente na família e na comunidade. Dessa maneira, o projeto sextoriou, em sua prática educativa, buscou contextualizar a respeito da história do bairro São Martim e problematizar sobre a construção desse lugar. No final, cada aluno ficou de apresentar

o resultado, a partir de seu entendimento, sobre a história de seu bairro, o que não foi dito, qual sua visão crítica sobre aquela realidade.

Competências Gerais da BNCC

Dentre as 10 competências da BNCC, considera-se

- Competência 1 (Conhecimento): Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico e social para entender a realidade.
- Competência 3 (Repertório Cultural): Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais (do RAP à Revolta dos Malês).
- Competência 9 (Empatia e Cooperação): Exercitar o diálogo e a resolução de conflitos, combatendo o preconceito e a discriminação.

Habilidades Específicas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Das "etiquetas" que justificam o conteúdo para o 2º ano, tem-se:

Código	Descrição da Habilidade	Conexão com seu Plano
EM13CHS102	Identificar e analisar a sistematização do racismo e outras formas de discriminação em diferentes contextos.	Uso do conceito de **Necropolítica** para entender a periferia.
EM13CHS502	Analisar situações de injustiça social e mecanismos de exclusão, propondo formas de resistência.	Estudo das **lutas negras** (1817/Malês) como resistência histórica.
EM13CHS204	Comparar diferentes formas de ocupação do espaço e as relações de poder envolvidas.	Análise do **território** (centro vs. periferia) e segregação urbana.
EM13CHS606	Analisar as características das instituições e sua relação com a desigualdade social.	Discussão sobre por que certos rostos não ocupam **ambientes de poder.**

Fonte: Currículo de Pernambuco:Ensino Médio.

A EREM PROFESSORA HELENA PUGÓ

A Escola de Referência em Ensino Médio - EREM Professora Helena Pugó é uma unidade da rede pública estadual de Pernambuco, vinculada à Gerência Regional de Educação – GRE Recife Sul. Situada na Rua Quinze de Março, s/n, no bairro de San Martin, uma zona de confluência com o bairro do Bongi, a instituição atende a uma comunidade caracterizada por uma diversidade socioeconômica, exercendo um papel central na oferta de ensino público gratuito na zona oeste do Recife.

A denominação da escola presta homenagem à educadora Helena Pugó (1894-1976). Figura de destaque na história da pedagogia em Pernambuco, Pugó foi uma militante da educação pública e participou ativamente dos movimentos de renovação do ensino no estado. A escolha de seu nome para a instituição reflete um compromisso histórico com a cidadania e a formação humanística, elementos que permeiam o projeto político-pedagógico da unidade.

Como Escola de Referência, a unidade opera sob o regime de Educação Integral, fundamentado no Modelo de Gestão da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE). Este modelo prioriza o "Protagonismo Juvenil" e a construção do "Projeto de Vida" dos estudantes, aliando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC a uma parte diversificada que inclui disciplinas eletivas e práticas de laboratório.

A infraestrutura da instituição é composta por salas de aula climatizadas, laboratórios de informática e de ciências, biblioteca/acervo de leitura e quadra poliesportiva coberta. Tais equipamentos são fundamentais para o desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas dos alunos.

O PIBID E SUA ATUAÇÃO NA ESCOLA

A implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, na EREM Professora Helena Pugó consolidou-se como um diferencial qualitativo na rotina da instituição. A integração do programa ao modelo de Ensino Médio Integral estabelece uma ponte sólida entre a formação acadêmica universitária e a prática cotidiana da escola pública, gerando um ciclo de benefícios que impacta positivamente tanto o corpo docente quanto o discente.

O modelo de Educação Integral adotado pela EREM Helena Pugó exige uma carga horária ampliada e a constante inovação de práticas pedagógicas. Nesse contexto, o PIBID atua como um catalisador de novas metodologias. A inserção dos bolsistas na unidade permite que as disciplinas da base comum e as eletivas sejam trabalhadas de forma mais experimental e lúdica, alinhando-se perfeitamente aos objetivos de formação integral e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Para os professores supervisores da unidade, o PIBID é recebido com elevado grau de satisfação. A colaboração com os licenciandos proporciona uma oxigenação no planejamento das aulas e facilita o uso de tecnologias e metodologias ativas. O docente da instituição passa a atuar como um mentor, em um processo de formação continuada em serviço, onde a troca de experiências com a universidade revitaliza o entusiasmo profissional e fortalece as estratégias de ensino no Bongi e região.

Do ponto de vista dos estudantes, a recepção ao programa é marcadamente positiva. A proximidade geracional entre bolsistas e alunos favorece a criação de vínculos de empatia, o que potencializa o engajamento escolar. Os discentes da EREM demonstram satisfação com as intervenções do PIBID, relatando que a presença do programa torna o ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acolhedor. Esse engajamento é fundamental para o fortalecimento do "Protagonismo

Juvenil", pilar central da rede estadual, incentivando o aluno a assumir um papel ativo em seu próprio processo de construção de conhecimento.

A simbiose entre o PIBID e a EREM Professora Helena Pugó reforça o papel da escola como um centro de excelência e inovação pedagógica. Ao abrir suas portas para a iniciação à docência, a escola não apenas qualifica o ensino oferecido, mas também se torna um ambiente de aprendizado mútuo. O clima de satisfação relatado por todos os envolvidos evidencia que o programa não é apenas um complemento acadêmico, mas um componente vital para o sucesso das metas educacionais da instituição e para a valorização da escola pública como espaço de produção de saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Sextoriou com História", desenvolvido no âmbito do PIBID-UFRPE, representa uma significativa experiência na formação docente e na promoção de uma educação crítica e decolonial. Ao abordar temas relevantes como a marginalização da população afrodescendente e a valorização de suas manifestações culturais, o projeto não apenas enriqueceu o aprendizado dos estudantes do 2º ano do Ensino Médio da EREM Professora Helena Pugó, mas também proporcionou uma reflexão profunda sobre a história e a identidade afro-brasileira.

A metodologia adotada, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e na BNCC, permitiu que os alunos se engajassem ativamente nas aulas, transformando o ambiente escolar em um espaço de diálogo e criatividade. As ações pedagógicas, que incluíram apresentações artísticas e discussões sobre racismo e desigualdade, contribuíram para a formação de uma consciência crítica entre os alunos, desafiando estereótipos sociais e promovendo a valorização da cultura negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mônica Angélica Barbosa de; SOUZA, Daniella Bezerra de. **Pedagogia histórico-crítica: um guia para o planejamento do trabalho pedagógico.** Anápolis: IFG, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em: 16 jan. 2026.

KETE, Molefi Asante. Afrocentricidade:uma abordagem epistemológica inovadora. Disponível em: https://speciesnae.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/05/mazama-asante-afrocentricidade.pdf Acesso em:14 mai. 2020

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM).** Recife: SEE-PE, 2024. Disponível em: https://www.educacao.pe.gov.br. Acesso em: 16 jan. 2026.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 42ª ed. 2012.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 2020.

CAPÍTULO 10

ENTRE NEERLANDESES E LUSO-BRASILEIROS: a trajetória política de Cosmo de Castro Passos (Pernambuco, Século XVII)

Douglas Rafael Kettner Meireles[29]

A história pernambucana é recheada de figuras bastante conhecidas, seja por suas lutas na defesa do território, ou pelo desejo de não se sujeitar a qualquer invasor ou tentativa de cerceamento das liberdades do povo. No século XVII surgiram personagens que até hoje passeiam pelo imaginário popular. Da guerra de expulsão dos neerlandeses emergiram as atuações de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, conhecidos como os grandes nomes da insurreição: movimento que uniu um grande número de pessoas de diversos grupos sociais com o objetivo de expulsar o invasor batavo. Outros nomes como os de Francisco Barreto de Meneses e Antônio Dias Cardoso são menos conhecidos, mas ainda sim geram curiosidade naqueles que se propõem a estudar o período. Pouco conhecido, porém, é o personagem do qual trataremos a seguir.

Ao longo da produção do trabalho de conclusão da licenciatura em história pela UFRPE, analisei as correspondências enviadas de Pernambuco à Corte, no contexto de formação do Conselho Ultramarino, que coincidiu com os anos finais da dominação flamenga no nordeste da América Portuguesa. Entre os remetentes, encontrei nomes como

29 Mestrando em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
douglaskettnerm@gmail.com

os anteriormente mencionados, mas também o de Cosmo de Castro Passos, apresentado como Provedor da Fazenda de Pernambuco.

> Dos 29 documentos identificados, 8 têm como remetente o provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Cosmo de Castro Passos. Da leitura de uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei, datada de 12 de setembro de 1654, acerca de um pedido seu para continuar no cargo de provedor da Fazenda Real por mais três anos, observa-se que Passos serviu no cargo por 34 anos, passando a maior parte do tempo do conflito com os neerlandeses ocupado com as provisões da capitania de Pernambuco. Também se percebe do mesmo documento que Passos era cavaleiro da Ordem de Cristo. Passos envia para a Corte 8 cartas entre os anos de 1645 e 1650. 4 delas têm como local de envio genérico a capitania de Pernambuco e 4 são mais específicas, partindo 3 do Pontal de Nazaré e uma do Cabo de Santo Agostinho. (MEIRELES, 2024, p. 36 e 37)

Uma pesquisa preliminar pôde demonstrar a pouca importância dada a este personagem, frente a uma imponente atuação sua nos movimentos que agitaram Pernambuco nos anos 1600. Decidi então percorrer sua trajetória, no intuito de compreender melhor as dinâmicas de poder da época.

A metodologia escolhida foi utilizar as lentes da micro-história italiana. A partir da década de 60 do século passado, uma série de críticas surgiram ao olhar estruturalista da historiografia. Esta visão buscava explicar os processos históricos de uma forma generalizada, com a formulação de modelos gerais que orientassem os estudos das sociedades. Esta visão dissolvia a trajetória individual dos agentes históricos no mar da história total e de longa duração. Foi então que, nos anos 70 e 80, alguns historiadores italianos começaram a desenvolver seus estudos em uma escala microanalítica e de curta duração, tentando

encontrar respostas locais às perguntas gerais. Sobre a micro-história, Maia:

> Seus defensores, em distintas partes do mundo acadêmico ocidental, nos principais centros científicos de produção em História e nas Ciências Sociais deixaram delineadas as linhas-mestras da arrojada perspectiva da mudança de escala nas análises sociais e da rejeição aos aportes macroanalíticos que se pretendiam unívocos e inflexíveis; enfim, mesmo que de forma variada, a micro-história e seus defensores "se esforçam para dar à experiência dos atores sociais (o 'cotidiano' dos historiadores alemães, o 'vivido' de seus homólogos italianos) uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes"2; que, por muito tempo, pareciam ser os únicos a chamar a atenção dos pesquisadores (MAIA, 2010, p 1)

Trabalhos como O queijo e os Vermes de Carlo Ginzburg revolucionaram a forma como a historiografia olhava para as fontes. Utilizando-se do paradigma indiciário, que busca nos pequenos detalhes das fontes vestígios de informações que muitas vezes passam despercebidos, Ginzburg conseguiu construir um panorama sobre o pensamento da massa camponesa assolada pelo medo dos processos inquisitoriais. Segundo Levi, um dos principais representantes da micro-história:

> Se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e da s respostas "locais", ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e

> que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas (LEVI, 2020, p. 20).

Ajustando a escala para a observação do microcosmo de um personagem, era possível encontrar respostas para perguntas muitas vezes feitas pela história global. Esta abordagem, portanto, permite ir além do panorama geral do período para, através de pequenos indícios e fontes esparsas, reconstituir motivações e o caminho de Passos nos bastidores dos acontecimentos.

Neste sentido, a pesquisa em questão direciona seu olhar para a vida de um nobre pernambucano para compreender as dinâmicas de uma capitania em guerra. No século XVII, a colônia portuguesa na América sofreu uma série de invasões dos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais, de origem neerlandesa. Atraídos pela riqueza do negócio do açúcar, os neerlandeses viram seus investimentos neste mundo colonial quase se tornarem em prejuízo quando a Espanha proíbe sua participação no comércio açucareiro, como resposta à guerra de independência travada pelos Países Baixos contra os Habsburgos. Segundo Miranda:

> Integrado ao império espanhol em decorrência da crise de sucessão dinástica portuguesa (1580-1583), o Brasil tornou-se o alvo prioritário da ofensiva militar neerlandesa. Os embargos espanhóis ao comércio entre Brasil, Portugal e Países Baixos justificariam, para os neerlandeses, as operações de guerra organizadas a partir da criação da Companhia das Índias Ocidentais, seu principal instrumento de avanço em territórios luso-espanhóis na América e costa ocidental africana (MIRANDA, 2024, p. 3)

Como a coroa portuguesa estava atrelada a espanhola e, por consequência, os territórios do império, os investimentos feitos no Brasil pelos flamengos foram logo afetados. Em 1630, os soldados

desembarcaram em Pernambuco, onde permaneceram por 24 anos e impactaram o mundo pernambucano (MELLO, 1998, p. 13).

Buscando fontes que nos permitissem enxergar aspectos da vida de Passos, nos deparamos, em primeiro lugar, com suas cartas enviadas à corte, enquanto Provedor da Fazenda. Essas cartas foram endereçadas ao monarca da época, D. João IV, e a alguns dos presidentes do Conselho Ultramarino, órgão que atraia para si a maior parte das questões do ultramar português. A partir delas também surgiram consultas do conselho, que contém aspectos importantes da vida do personagem. As cartas demonstram a atuação do provedor na luta por recursos para a capitania desolada pela guerra. Também aborda questões mais técnicas do seu ofício, como o envio de pau-brasil e a cobrança do imposto do sal:

> A causa é justa, e pia Vossa Magestade acuda como Rei benigno, e piedoso pai de seus vassalos com a brevidade que o caso pede. Seu humilde vassalo de Vossa Majestade quis dar esta conta por ser um dos que mais nesta causa se empenharam, o que faço lançando aos pés de Vossa Majestade com todo o acatamento devido a pessoa real, cuja vida Deus Conserve com felicíssimos sucessos pera aumento da Cristandade, e amparo nosso; Pernambuco 15 de outubro 1645 annos (PASSOS, 1645, linhas 42 a 49)[30].

Outro conjunto muito importante de documentos são uma série de certificados constantes da Coleção Alberto Lamego, do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Tais certificados atestam para a atuação de Passos nas guerras do açúcar, seja no período inicial de resistência ou na restauração, iniciada em 1645. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, seriam esses seus papeis de serviço. A produção de tais documentos era algo comum na época, onde aqueles que pretendiam o recebimento

30 AHU_ACL_CU_015, Cx. 4, D. 327. Adaptado à linguagem atual.

de mercês (tensas ou as honrarias das ordens militares) recolhiam depoimentos sobre sua pessoa, a fim de impulsionar o monarca a dar graça (MELLO, 1956, p. 233). Esta documentação demonstra a participação do provedor nos momentos finais do Arraial do Bom Jesus (onde se abrigou com família e escravizados) na deflagração da guerra da liberdade divina e em conflitos fundamentais como a batalha do Monte Tabocas e a de Casa Forte:

> E o dito Cosmo de Crasto Paços, em companhia de seus parentes, criados e escravos, foi um dos primeiros que se ajuntou a João Fernandes Vieira, por o ter assim por ordem e ser a pessoa que se tinha nomeado per cabeça da dita falcão, evocando a liberdade divina e apelidando gente, animando a uns e esforçando a outros, dizendo-lhes porque convinha a nossa liberdade (CARDOSO, 1645, linhas 11 a 15)[31].

Relatos de época também descrevem a atuação de Cosmo de Castro Passos, como é o caso das *Memórias Diárias de La Guerra del Brasil*, do donatário de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho, que narra a chegada de Passos e sua família ao Arraial, em 1635, e do *Valeroso Lucideno*, do Frei Manoel Calado, que coloca Passo como um dos principais homens da Capitania. Segundo Coelho:

> Também foram ao Real alguns dos moradores mais vizinhos, com suas mulheres e famílias; como Pedro de Cunha e Andrada; seu filho Pedro de Cunha Pereira...Cosme de Castro Passos; Pedro Cavalcanti de Albuquerque; João Velho Barreto; João Dias Leite; Aires Tavares, escrivão do ajuntamento; o médico Gaspar de Valdivieso; e outras pessoas a quem não se pôde deixar de recolher (COELHO, 1654, 173 e 174, grifo nosso).

31 AL-063-019-4642. Adaptado à linguagem atual.

Recentemente, alguns trabalhos tocaram, com mais ou menos intensidade, na trajetória do personagem. Nos *Anais Pernambucanos*, grande obra de Pereira da Costa, nos dá conta da atuação de Passos como escabino da Cidade Maurícia. Com a chegada de Nassau a Pernambuco, o sistema administrativo contou com a criação das Câmaras dos Escabinos, que serviam como uma espécie de primeira instância para as questões jurídicas (LUCIANI, 2008, p. 143-157). Passos participou ativamente, durante a primeira metade da década de 1640, da principal câmara do governo neerlandês, estando presente, inclusive, na Assembleia convocada pelo príncipe europeu em 1640. Tem-se o livro de Godoy, intitulado *As Alfândegas de Pernambuco*, onde o autor separa um parágrafo para mencionar a vida dos provedores da capitania. Sobre Passos:

> Natural de Olinda, a princípio entendeu-se com os invasores holandeses, chegando a ser escabino de Olinda entre 1640 e 1645. Em 25 de Agosto de 1646, entretanto, avisa os pernambucanos da iminência do ataque holandês e passa-se para o lado brasileiro. Em conseqüência, perdeu sua considerável fortuna, confiscada pelos invasores. Em 1653 foi nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco. Foi também encarregado de estabelecer uma Santa Casa de Misericórdia provisória no acampamento da Várzea em 1654, para atender aos soldados feridos. Na rendição dos invasores coube-lhe como Provedor da Fazenda Real fazer o levantamento dos bens que os holandeses tinham em Pernambuco, aos quais indenizou com uma partida de pau-brasil. Instalou a Fazenda Real nos prédios da Praça do Corpo Santo, no bairro do Recife logo depois da tomada da povoação. Ainda estava no cargo em 1657 (GODOY, 2002, p. 21).

De igual modo, é de grande importância a pesquisa de Thiago Nascimento Krause sobre as ordens militares e a remuneração pelos esforços da guerra de restauração. Passos era cavaleiro da Ordem de Cristo e Krause descreve uma parte do processo para o recebimento desta honraria.

Diante dos exemplos apresentados, de como Cosmo de Castro Passos aparece nas fontes e na historiografia, podemos produzir um breve e provisório relato sobre sua vida e atuação. O pernambucano teria nascido no final do século XVI, na vila de Olinda (de acordo com o processo inquisitorial do Frei Manoel de Morais, do qual Passos foi, junto com João Fernandes Vieira, testemunha de defesa)[32]. Na década de 1620, era almotacé da Câmara de Olinda, realizando serviços na vila (DANTAS, 2017, p. 47). Nos anos 30, com a invasão neerlandesa, Passos adentra no Arraial, onde luta ao lado dos soldados da resistência até a queda do forte, em 1635 (COELHO, 1654, 173 e 174).

Com a chegada dos anos 40, nosso personagem integra a Câmara dos escabinos da Cidade Maurícia, atuando, em alguns momentos, com o então escabino João Fernandes Vieira (LUCIANI, 2008, p. 143-157). Em 1645, entretanto, participa da reunião de aclamação de João Fernandes Vieira a governador das armas e que deflagra a guerra de restauração, conhecida como facção da liberdade divina (JESUS, 1679, p. 228). Neste mesmo ano, participou da Batalha de Casa Forte (CARDOSO, 1645). Em 1648, João Fernandes Vieira o nomeia provedor do hospital da misericórdia, para tratamento dos feridos no conflito (ALMEIDA E BEZERRA, 2015, p. 111). Nesta época, de igual modo, Passos inicia sua atuação como Provedor da Fazenda Real de Pernambuco. Já na década de 1650, recebe o hábito da Ordem de Cristo (KRAUSE, 2012, p. 85).

Com a rendição neerlandesa no início de 1654, Cosmo de Castro Passos solicita ao governador Francisco Barreto de Meneses a tomada de casas no Recife para a instalação da Casa dos Contos

32 Revista do IAHGP, v. 12, n. 70, p. 145, 1906.

da Fazenda Real, na Praça do Corpo Santo (COSTA, 1983, p. 326). No mesmo ano, a provedoria, liderada por Passos, iniciou a produção do *Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco*, importante documento sobre o estado das construções e do armamento da capitania após a rendição batava. Por fim, sabemos que o provedor permaneceu no cargo pelo menos até 1657, ano de uma correspondência do já governador-geral Barreto de Meneses ao provedor (MENDES, 2013). Até o presente momento da pesquisa, esta é a última fonte a mencionar Passos.

Diante do exposto, podemos perceber que a trajetória de Cosme de Castro Passos se confunde com os grandes acontecimentos da capitania de Pernambuco no século XVII. Fica claro, porém, que ainda faltam muitas coisas a serem elucidadas na pesquisa. De agora em diante, a pesquisa pretende se debruçar na busca por mais aspectos da sua vida pessoal e familiar, já que não sabemos, até o momento, o nome de nenhum parente seu. Em seguida, faz-se necessário compreender melhor a atuação do provedor enquanto escabino, sua aproximação com os neerlandeses e as implicações disso para a sua relação com os luso-brasileiros. Em Terceiro lugar, o recebimento de mercês e do hábito das ordens militares é algo que merece especial atenção, bem como o contexto de produção e veracidade dos certificados citados. Por último, é imprescindível compreender como se deu a atuação de Passos à frente da Provedoria da Fazenda Real.

No meio dos grandes acontecimentos, pequenas trajetórias têm o poder de nos ajudar a construir uma visão mais completa sobre os processos que dão andamento à história. Neste sentido, a vida de um nobre no nordeste da América Portuguesa se torna uma janela de onde o historiador pode vislumbrar não só as ações e anseios do indivíduo em questão, mas também as relações políticas e sociais de uma época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; BEZERRA, Janaina dos S. **A misericórdia de Olinda & Câmara Municipal:** caridade, conflitos e busca por privilégios régios no século XVIII. Revista Brasileira De História Das Religiões, 8(22), 107-123.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE PERNAMBUCO (BRASIL). **Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificados ou reparados até 1654.** Imprensa Oficial. Recife,1940.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno.** Belo Horizonte: Itatiaia 1987. (Coleção Reconquista do Brasil).

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memorias diarias de la gverra del Brasil.** Madrid: 1654.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos,** vol. 2 e 3. Recife: FUNDARPE, 1983.

DANTAS, Aledson Manoel Silva. **Uma vila e seu povo:** relações hierárquicas e poder local (Olinda, século XVII). 2017. 117f. Mestrado em História - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. **As Alfândegas de Pernambuco**. Brasília: ESAF, 2002.

KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra:** a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 - 1683). São Paulo: Annablume, 2012.

JESUS, Rafael de. **O Castrioto Luzitano**. Lisboa: 1679.

LEVI, Giovanni. **Micro-história e história global**. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. Micro-História: um método em transformação. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

LIVRO de tombo do mosteiro de São Bento da Cidade de Olinda. Separata do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Nº XLI, 1946/1947. Recife: Imprensa oficial, 1948.

LUCIANI, Fernanda Trindade. **Munícipes e escabinos:** poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde30112009-152527. Acesso em: 03 out. 2024.

MAIA. Lígio José de Oliveira. **Resenha da obra Traição:** um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição (Ronaldo Vainfas). Revista Embornal. Volume 1, nº 2, 2010. Disponível em:. Acesso em 03/10/2024.

MEIRELES, Douglas Rafael Kettner. **O Conselho Ultramarino Português e a comunicação da Capitania de Pernambuco com a Corte em tempos de guerra:** 1644 - 1654. 2024. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada.** Guerra e açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio gonsalves de. **João Fernandes Vieira:** Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Universidade de Recife, 1954.

MENDES, Carolina Garcia. **A circulação e a escrita de cartas do governador geral do Estado do Brasil**: Francisco Barreto (1657-1663). SP: Campinas, 2013.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645):** estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 20(1), e20240024. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0024. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0024>.

FONTES

1645, outubro, 15, Pernambuco CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre as vitórias contra os holandeses e solicitando apoio para o restabelecimento das fortalezas da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 4, D. 327.

15 de outubro de 1645 (AL-063-019-4642)

CERTIFICADO passado por Antônio Dias Cardoso, capitão de Infantaria, comprovando a atuação de Cosme de Crasto Passos, na guerra contra os holandeses. (Pernambuco [PE], BRA)

CAPÍTULO 11

CARTILHA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: Mulheres Rurais da Mata Norte na Ditadura Civil-Militar

Dzaita da Silva Batista[33]

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil tem sido atravessado, nas últimas décadas, por debates que questionam a centralidade de narrativas tradicionais e a recorrente invisibilização de determinados sujeitos históricos. No que se refere ao período da ditadura civil-militar (1964–1985), embora haja avanços na produção historiográfica e na ampliação dos temas abordados nos livros didáticos, ainda persistem silêncios significativos, especialmente no que diz respeito às experiências de grupos subalternizados, como trabalhadores rurais e, de modo mais acentuado, as mulheres do campo.

Os livros didáticos continuam sendo um dos principais instrumentos mediadores do conhecimento histórico no Ensino Fundamental, sobretudo em escolas públicas. Por essa razão, a forma como apresentam os acontecimentos do passado influencia diretamente a construção da consciência histórica dos estudantes. Mesmo após as reformulações promovidas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), observa-se que as narrativas sobre a ditadura civil-militar permanecem, em grande medida, centradas em atores políticos mascu-linos, urbanos

33 Mestranda em Educação pela Universidade de Pernambuco (PPGE/UPE)
Licenciada em História
Universidade de Pernambuco (UPE)
Dzaita.batista@upe.br

e institucionalizados, relegando as experiências femininas e rurais a posições marginais ou inexistentes.

Nesse contexto, as trabalhadoras rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco constituem um exemplo expressivo de sujeitos historicamente silenciados. Essas mulheres participaram de mobilizações, greves, associações comunitárias e estratégias cotidianas de resistência, enfrentando não apenas a repressão do regime autoritário, mas também desigualdades de gênero profundamente enraizadas nas relações sociais do campo. No entanto, tais experiências raramente aparecem nos materiais didáticos utilizados nas escolas da região, o que dificulta o reconhecimento do protagonismo feminino na história local e nacional.

Foi a partir dessa constatação que se desenvolveu a pesquisa que deu origem à cartilha educativa Mata Norte em Resistência: As Lutas das Trabalhadoras Rurais na Ditadura Civil-Militar (1964–1985). O material resulta de uma investigação iniciada no âmbito da Iniciação Científica, cujo ponto de partida foi a análise da coleção didática A Conquista História: Ensino Fundamental – Anos Finais, amplamente utilizada na Zona da Mata e no Agreste Setentrional de Pernambuco. A análise evidenciou lacunas na abordagem do período ditatorial, sobretudo no que se refere à representação das mulheres camponesas como sujeitas históricas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar o processo de construção da referida cartilha educativa e discutir sua relevância para o Ensino Fundamental – Anos Finais, especialmente no que concerne à valorização da história local, à incorporação da perspectiva de gênero e à ampliação de práticas pedagógicas críticas no ensino de História. Ao articular pesquisa historiográfica e produção de material didático, o trabalho busca contribuir para uma educação histórica mais inclusiva, capaz de reconhecer a pluralidade de experiências e memórias que compõem o passado recente brasileiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão proposta neste artigo articula três eixos teóricos principais: a historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira, os estudos sobre memória e silenciamentos históricos e a perspectiva de gênero aplicada ao ensino de História. Essa articulação possibilita compreender tanto os limites das narrativas tradicionais sobre o período ditatorial quanto a necessidade de construir abordagens pedagógicas que reconheçam sujeitos historicamente invisibilizados, como as mulheres trabalhadoras rurais.

No campo da historiografia, os estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira avançaram significativamente nas últimas décadas, ampliando o olhar para além das disputas institucionais e dos grandes acontecimentos políticos. Autores como Napolitano (2014) destacam que o regime instaurado em 1964 não se restringiu a uma experiência homogênea, mas se manifestou de formas distintas nos diversos espaços do país, afetando de maneira desigual grupos sociais específicos. No meio rural, a repressão se expressou tanto por meio da violência direta quanto pelo controle das organizações camponesas, sindicatos e associações comunitárias.

Entretanto, mesmo com esse avanço historiográfico, as experiências de resistência no campo, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres, ainda ocupam um lugar secundário nas narrativas históricas mais difundidas. Essa marginalização está diretamente relacionada aos processos de construção da memória social. Conforme argumenta Jelin (2002), a memória é um campo de disputas, no qual determinadas experiências são legitimadas enquanto outras são silenciadas ou relegadas ao esquecimento. No caso da ditadura, as memórias oficiais e hegemônicas tendem a privilegiar sujeitos urbanos e masculinos, reforçando uma visão parcial do passado.

A invisibilização das mulheres nos relatos históricos também se conecta às hierarquias de gênero presentes na própria produção

do conhecimento. Scott (1995) propõe o gênero como uma categoria analítica fundamental para a compreensão das relações sociais, uma vez que ele estrutura relações de poder e define papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres. Aplicar essa perspectiva à análise da ditadura civil-militar permite evidenciar como as mulheres, inclusive no meio rural, atuaram politicamente, ainda que muitas vezes em espaços considerados privados ou cotidianos, tradicionalmente desvalorizados pela historiografia.

Nesse sentido, Perrot (2007) chama atenção para a necessidade de recuperar as experiências femininas como parte constitutiva da história, rompendo com a ideia de que as mulheres ocuparam um lugar passivo nos processos históricos. No contexto rural, as trabalhadoras camponesas participaram de greves, mobilizações, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência que configuraram formas de resistência ao regime autoritário e às desigualdades sociais e de gênero. Reconhecer essas práticas implica ampliar o conceito de resistência para além das ações institucionalizadas ou explicitamente políticas.

No âmbito do ensino de História, essas reflexões tornam-se ainda mais relevantes. O livro didático permanece como um dos principais mediadores entre o conhecimento histórico produzido na academia e o saber escolar. Bittencourt (2018) destaca que, embora os livros didáticos tenham passado por transformações importantes, ainda apresentam limitações quanto à pluralidade de sujeitos e experiências representadas. Assim, a ausência das mulheres trabalhadoras rurais nas narrativas didáticas contribui para a reprodução de uma visão restrita da ditadura civil-militar, distanciada das realidades locais vivenciadas por muitos estudantes.

Dessa forma, pensar o ensino de História a partir da articulação entre memória, gênero e história local possibilita a construção de práticas pedagógicas mais críticas e inclusivas. A valorização das experiências das mulheres rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco não apenas amplia o repertório histórico dos alunos, mas também contribui para

o desenvolvimento de uma consciência histórica que reconhece a diversidade de sujeitos, trajetórias e formas de resistência presentes no passado recente brasileiro.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo possui caráter qualitativo e se insere no campo da História e do Ensino de História, articulando investigação historiográfica e produção de material didático. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas principais: análise de livro didático, revisão bibliográfica e historiográfica e elaboração da cartilha educativa como proposta pedagógica.

Na primeira etapa, realizou-se a análise da coleção didática A Conquista História: Ensino Fundamental – Anos Finais, selecionada por sua ampla circulação em escolas públicas da Zona da Mata Norte e do Agreste Setentrional de Pernambuco. A análise teve como objetivo identificar de que maneira a ditadura civil-militar brasileira é apresentada aos estudantes, bem como verificar a presença ou ausência de sujeitos históricos vinculados ao meio rural, com especial atenção às mulheres trabalhadoras. Foram observados aspectos como conteúdos abordados, linguagem utilizada, imagens, atividades propostas e a representação dos sujeitos históricos, buscando evidenciar possíveis silenciamentos e limitações narrativas.

A segunda etapa consistiu na revisão bibliográfica e historiográfica, voltada à compreensão do contexto da ditadura civil-militar no Brasil, das experiências de resistência no meio rural e das contribuições teóricas dos estudos de gênero, memória e ensino de História. Essa revisão dialogou com autoras e autores que discutem o regime autoritário, a construção da memória social e a invisibilização de determinados grupos nas narrativas históricas, fornecendo subsídios

teóricos para a análise crítica do livro didático e para a elaboração do material pedagógico.

A terceira etapa correspondeu ao processo de elaboração da cartilha educativa Mata Norte em Resistência: As Lutas das Trabalhadoras Rurais na Ditadura Civil-Militar (1964–1985). A construção do material envolveu a seleção e sistematização de conteúdos históricos relacionados à Zona da Mata Norte de Pernambuco, a partir de estudos sobre a história regional e as lutas das trabalhadoras rurais durante o período ditatorial. Esses conteúdos foram adaptados ao público do Ensino Fundamental – Anos Finais por meio de uma tradução pedagógica que priorizou uma linguagem acessível, o uso de imagens e a proposição de atividades que estimulassem a reflexão crítica dos estudantes.

A cartilha foi organizada de modo a articular contextualização histórica, valorização da memória local e possibilidades de trabalho em sala de aula, buscando complementar o livro didático e oferecer aos professores um recurso que ampliasse as abordagens sobre a ditadura civil-militar. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu integrar pesquisa histórica e prática pedagógica, evidenciando o potencial da produção de materiais didáticos como estratégia para o enfrentamento de silenciamentos e para a construção de um ensino de História mais inclusivo e contextualizado.

A cartilha como proposta pedagógica e resultado da pesquisa

A cartilha educativa Mata Norte em Resistência: As Lutas das Trabalhadoras Rurais na Ditadura Civil-Militar (1964–1985) constitui o principal resultado desta pesquisa, articulando investigação histórica, reflexão teórica e prática pedagógica. Sua elaboração responde à necessidade de suprir lacunas identificadas na análise do livro didático, especialmente no que se refere à ausência das mulheres trabalhadoras rurais como sujeitas históricas nas narrativas sobre a ditadura civil-militar.

O material foi concebido como um recurso complementar ao livro didático, destinado ao Ensino Fundamental – Anos Finais, com o objetivo de aproximar os estudantes da história local da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Ao privilegiar experiências vividas no meio rural, a cartilha contribui para a construção de uma aprendizagem histórica mais significativa, uma vez que dialoga com realidades sociais e culturais próximas ao cotidiano de muitos alunos.

Do ponto de vista estrutural, a cartilha está organizada em seções que apresentam o contexto histórico da ditadura civil-militar no Brasil, articulado às especificidades da região da Zona da Mata Norte. Ao longo do material, são abordadas as condições de vida no campo, as formas de organização das trabalhadoras rurais, as mobilizações coletivas, as greves e as estratégias cotidianas de resistência desenvolvidas durante o regime autoritário. Essa abordagem permite ampliar a compreensão da ditadura para além dos grandes centros urbanos e das ações institucionais, evidenciando sua dimensão social e regional.

A perspectiva de gênero orienta toda a construção da cartilha, reconhecendo as mulheres trabalhadoras rurais como protagonistas dos processos históricos analisados. Ao incorporar essa abordagem, o material rompe com representações tradicionais que associam a resistência política exclusivamente aos homens ou a espaços formais de atuação, valorizando práticas femininas frequentemente invisibilizadas, como a organização comunitária, a solidariedade entre mulheres e a luta por melhores condições de trabalho e de vida no campo.

Além dos textos explicativos, a cartilha utiliza recursos visuais e atividades pedagógicas que visam estimular a participação ativa dos estudantes. As imagens foram selecionadas com o cuidado de respeitar os critérios de domínio público ou autorização, sempre acompanhadas de referências, conforme as orientações acadêmicas. As atividades propostas incentivam a análise crítica de fontes, o debate em sala de aula e a reflexão sobre as relações entre passado e presente, contribuindo para o desenvolvimento da consciência histórica.

Ao apresentar as trabalhadoras rurais como sujeitas históricas, a cartilha também cumpre um papel formativo no que diz respeito à valorização da memória local. O reconhecimento dessas experiências permite que os estudantes compreendam a história como um processo plural, construído por diferentes sujeitos e marcado por disputas, silenciamentos e resistências. Dessa forma, o material não apenas complementa o conteúdo do livro didático, mas também amplia o repertório interpretativo dos alunos e dos professores.

Assim, a cartilha Mata Norte em Resistência configura-se como uma proposta pedagógica comprometida com um ensino de História crítico, contextualizado e sensível às questões de gênero e memória. Sua utilização em sala de aula contribui para a problematização da ditadura civil-militar brasileira a partir de uma perspectiva local, favorecendo práticas educativas que reconhecem a diversidade de experiências históricas e fortalecem a formação cidadã dos estudantes.

DISCUSSÃO

A produção da cartilha Mata Norte em Resistência: As Lutas das Trabalhadoras Rurais na Ditadura Civil-Militar (1964–1985) evidencia o potencial da articulação entre pesquisa histórica e ensino de História como estratégia para o enfrentamento de silenciamentos presentes nos materiais didáticos. Ao trazer para o centro da narrativa as experiências das mulheres trabalhadoras rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco, o material amplia as possibilidades de abordagem do período ditatorial em sala de aula, superando visões homogêneas e centradas em sujeitos políticos tradicionais.

No contexto do Ensino Fundamental – Anos Finais, a valorização da história local assume papel fundamental para a construção de aprendizagens significativas. Ao reconhecer sujeitos e experiências próximos à realidade dos estudantes, o ensino de História favorece a

compreensão do passado como algo vivo e conectado ao presente. Nesse sentido, a cartilha contribui para o desenvolvimento da consciência histórica ao permitir que os alunos reflitam sobre as continuidades e rupturas nas relações sociais, de trabalho e de gênero, estabelecendo conexões entre as lutas do passado e os desafios contemporâneos enfrentados pelas mulheres no meio rural.

A incorporação da perspectiva de gênero na abordagem da ditadura civil-militar também se mostra central para a ampliação das narrativas históricas no espaço escolar. Ao evidenciar o protagonismo feminino nas formas de resistência, a cartilha dialoga com os estudos de gênero ao questionar hierarquias que historicamente relegaram as mulheres a posições secundárias na história. Essa abordagem possibilita aos estudantes compreenderem que as relações de poder são construídas socialmente e atravessam diferentes esferas da vida, inclusive aquelas consideradas cotidianas ou privadas.

Além disso, a proposta pedagógica apresentada contribui para o debate sobre o papel do livro didático no ensino de História. Embora esse material continue sendo um recurso fundamental, a análise realizada ao longo da pesquisa demonstra a necessidade de complementá-lo com outras fontes e linguagens. A cartilha, nesse sentido, funciona como um instrumento que amplia o repertório didático dos professores, oferecendo novas possibilidades de trabalho com fontes históricas, imagens e atividades que estimulam a reflexão crítica.

A experiência de elaboração da cartilha também aponta para a importância da formação docente comprometida com práticas pedagógicas críticas e inclusivas. Ao produzir materiais que dialogam com a história local e com sujeitos historicamente invisibilizados, o professor assume um papel ativo na construção do conhecimento histórico escolar, contribuindo para a democratização das narrativas sobre o passado e para a valorização de memórias frequentemente silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar o processo de construção da cartilha educativa Mata Norte em Resistência: As Lutas das Trabalhadoras Rurais na Ditadura Civil-Militar (1964–1985) e discutir sua relevância para o Ensino Fundamental – Anos Finais. A pesquisa evidenciou que, apesar dos avanços na historiografia e nos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar, ainda persistem lacunas significativas na representação de sujeitos históricos, especialmente das mulheres trabalhadoras rurais.

A análise do livro didático A Conquista História demonstrou que as experiências femininas no meio rural permanecem, em grande medida, invisibilizadas, o que reforça a necessidade de produção de materiais pedagógicos complementares. Nesse contexto, a cartilha elaborada apresenta-se como uma alternativa didática que valoriza a história local da Zona da Mata Norte de Pernambuco, reconhecendo o protagonismo das mulheres camponesas e ampliando as possibilidades de abordagem do período ditatorial em sala de aula.

Ao articular pesquisa historiográfica, estudos de gênero e ensino de História, o trabalho contribui para reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade de experiências históricas. A valorização das memórias locais e das trajetórias femininas no campo não apenas enriquece o ensino da ditadura civil-militar, mas também favorece a formação de estudantes críticos, capazes de compreender o passado como um espaço de disputas, resistências e múltiplas vozes.

Por fim, espera-se que a cartilha Mata Norte em Resistência possa ser utilizada como um recurso pedagógico que incentive professores e estudantes a repensarem as narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira, contribuindo para um ensino de História mais inclusivo, contextualizado e socialmente comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. Recife: FJN; Massangana, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Ditadura e democracia no Brasil**: história, memória e cultura política. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SILVA, Cristiani Bereta da. História das mulheres e ensino de História: possibilidades e desafios. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 117–134, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPÍTULO 12

DA IMPRENSA À PARÓQUIA: a história social dos escravizados em Santo Amaro do Jaboatão (1850-1870)

Eduardo Ribeiro Xavier[34]

INTRODUÇÃO

A história sobre a escravidão pernambucana é extremamente vasta e com ênfases diversas. Na resistência, nas relações de sociabilidade e nas fugas. No entanto, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, via de regra é negligenciada no que diz respeito às produções historiográficas dos oitocentos.

Neste aspecto, é fundamental expandir os domínios de Clio e contar as tramas que envolvem o processo de escravismo na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão durante as décadas de 50 a 70 do século XIX.

As pesquisas realizadas sobre as histórias de Jaboatão nos oitocentos, infelizmente são poucas. A maioria dos pesquisadores produzem sobre o Recife. No entanto, Jaboatão possui uma dinâmica social e de trabalho distinta[35], e por consequência, uma organização escravista

34 Mestrando em História
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
edribeiro1995@hotmail.com

35 A Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão no século XIX era parte do território do Recife. No entanto, pela distância e isolamento, a dinâmica econômica é muito ligada a estrutura agrária e não a vida urbana como ocorria nas regiões centrais como Santo Antônio, São José e Boa Vista.

particular. Por ser uma Freguesia majoritariamente agrária, a maioria dos escravizados estudados nesse artigo são oriundos de zonas rurais.

Das poucas produções específicas que temos sobre o Jaboatão dos oitocentos, boa parte são escritas por memorialistas e jornalistas. Podemos citar o livro *Jaboatão dos meus avós (1982)* de Van-Hoeven Ferreira Veloso, que não é uma produção aos moldes científicos da história, pois os fatos e personagens são tratados como curiosidades, ou até como um debate apenas factual. Isso não é um fato único, pois a obra: *Jaboatão: Histórias, memórias e imagens (1996)* da Fundação Yapoatan, funciona sobre a mesma lógica.

O aporte teórico e metodológico utilizado neste trabalho será o da história social inglesa, que se propõe a compreender as agências de sujeitos historicamente marginalizados pelas páginas das pesquisas tradicionais. Desta forma, o objetivo é compreender as relações de poder no escravismo brasileiro, de forma semelhante aos trabalhos realizados por Marcus Carvalho, Valéria Costa e João José Reis. O artigo tem como princípio analisar e interpretar formas de resistência, negociações, conflitos e sobrevivência dos escravizados no contexto da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão.

Desta maneira, é incoerente perceber os escravizados como apenas propriedade, objeto. Pelo contrário, a humanidade é traço fundamental e definitivo, e esses indivíduos não devem ser vistos numa perspectiva de coisificação, mas como agentes ativos, capazes de perceber as frestas do sistema e de criar estratégias de sobrevivência, sabendo que resistência não é apenas lutar ou revoltar-se. As resistências também englobavam estratégias que iriam desde a compra da liberdade até a fuga, o aquilombamento ou até mesmo a mudança de proprietário.

Pensando em enriquecer a proposta e a análise, e concomitantemente buscando complementar o aporte da história social inglesa, faz-se necessário o uso da técnica da micro-história italiana. Tal metodologia nos fornece elementos que nos permitem analisar situações do cotidiano que se dão em escala local, geralmente protagonizados

por pessoas consideradas subalternas, e relacioná-las com eventos que ocorrem em um plano maior. Desse modo, as ações de resistência, de luta, de violência e as iniciativas dos populares ganham destaque e protagonismo pois passam a ser compreendidas dentro das suas características em seus espaços histórico-geográficos e em diálogo com o Brasil oitocentista.

Sendo assim, podemos citar a vida dos escravizados e suas lutas para resistir, sobreviver e se libertar do escravismo na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. Tal situação dialoga diretamente com o contexto socioeconômico do Império na segunda metade do século XIX. Desta maneira, nas lentes da micro-história sempre a escala do micro dialoga com a do macro.

Portanto, o aporte teórico-metodológico para realização e utilização das fontes dos periódicos jornalísticos será a partir das inspirações promovidas pelos estudos de José D'Assunção Barros, que em seu livro: o jornal como fonte histórica, oferece caminhos de como proceder para a realização de análises de trechos de jornais, que para este artigo, será o Diário de Pernambuco. Portanto, é necessário estar consciente de que, nesse canal de informação, ecoa a voz dos mecanismos de poder das elites.

A compreensão das nuances que um periódico pode conter e os elementos de informação que o mesmo mantém naquilo que foi dito assim como no que não foi dito, são elementos fundamentais para a produção de perguntas, que proporcionará caminhos para o questionamento das informações.

As fontes utilizadas para a construção deste trabalho são anúncios e notícias do Diário de Pernambuco, assim como documentações paroquiais como óbitos, casamentos e nascimentos que foram produzidas pela Paróquia de Santo Amaro. Esta documentação é dividida em vários documentos avulsos e em alguns poucos livros que sobreviveram ao tempo.

As fontes analisadas e vistas a partir da ótica das metodologias utilizadas, nos permitem compreender várias faces do escravismo. Seja através dos anúncios de jornais, documento que noticiavam as fugas e vendas, além dos documentos paroquiais que nos mostram as relações de dependência e clientelistas com a nobreza da terra.

A SOCIEDADE E O POVO: Um olhar sobre a localidade e o escravismo em Santo Amaro do Jaboatão

A Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, era ligada politicamente e administrativamente ao Recife durante boa parte do século XIX. A dinâmica social era rural e nesse processo, os rios Jaboatão e Duas Unas exerciam papéis importantes. Os rios, em boa parte dos seus trajetos eram navegáveis. A produção também escoava pela via fluvial, ainda que em proporções bem menores que as do Recife[36].

Durante meados do século XIX, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão possuía cerca de 46 engenhos de açúcar, sendo destes 25 movidos de forma hidráulica, 19 por tração animal e 2 por vapor. Aproximadamente 3.275 escravizados, sendo 1.500 de serviço, 777 de não serviço e 998 lavradores (MELLO, 1975, p. 609).

Além dos engenhos produtores, havia um pequeno núcleo urbano com aproximadamente 159 prédios, e 434 habitantes que possuíam comércios simples. A Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão produzia: açúcar, aguardente, madeiras, alguma produção de gado e gêneros alimentícios. (MELLO, 1975, p. 609).

É importante destacar que o tamanho da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em meados do século XIX não é idêntico ao Jaboatão dos Guararapes atual. Territórios como Cavaleiro estavam ligados à Freguesia de Afogados. Muribeca e regiões próximas integravam uma

36 Uma notícia de do Diário de Pernambuco publicada no dia 19/04/1860 comenta sobre os grandes rios navegáveis de Pernambuco. Entre eles está o Rio Jaboatão.

outra freguesia. Desta forma, podemos compreender Santo Amaro do Jaboatão como o que hoje entendemos como o centro (Jaboatão Velho), Socorro, Engenho Velho, Vila Rica, Santo Aleixo e Moreno, que à época estava ligada economicamente, territorialmente e religiosamente a Santo Amaro do Jaboatão, e esta, por sua vez, ao Recife (já que era uma freguesia).

Sobre a fé, elemento extremamente importante nos oitocentos, não se pode negligenciar a igreja e sua ferramenta de organização social. No Centro da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, a Igreja estava presente institucionalmente na chamada Rua de Cima, ou Rua da Matriz. Nessa localidade, existiam três templos.

A paróquia de Santo Amaro, maior de todas. Era a igreja do padroeiro e que dava nome à freguesia. Era destinada à elite branca. A igreja do Livramento era o segundo templo desta rua e é localizada um pouco abaixo na rua da matriz. A igreja do Livramento era destinada aos homens e mulheres pardos e mestiços livres. E a terceira, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Essa última era destinada aos homens e mulheres negros e negras escravizados ou forros que estavam residentes no pequeno núcleo urbano existente. No século XX, A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Jaboatão foi demolida. Esta ficava localizada onde hoje é a praça Padre Chromácio Leão[37].

A escravidão, enquanto instituição social, construía-se como um sistema fundamentado na violência e desumanização dos indivíduos a ela submetidos. Em um contexto marcado por muitas tensões e instabilidade social era incorreto pensar nos escravos como sujeitos "coisificados" assim como a elite branca gostaria que eles fossem. Eles eram seres humanos, dotados de racionalidade e capacidade de ação, atuando como seres ativos, mesmo com o sistema insistindo em negar

37 Van-Hoeven Ferreira Veloso, memorialista do Instituto Histórico de Jaboatão, em seu livro: Jaboatão dos meus avós comenta sobre as igrejas de Jaboatão. Conferir as páginas 91 e 92 da obra.

sua humanidade, Nesse cenário, as negociações e os conflitos conforme apontam João José Reis e Eduardo Silva faziam parte da dinâmica e do dia a dia da escravidão. Em suas palavras os autores afirmam:

> Um outro campo de reflexão pode ser encontrado, ainda em certos padrões de relacionamento, de negociação, que aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos. (REIS; SILVA, 1989, p.13)

AS FACES DO ESCRAVISMO DE JABOATÃO NOS PERIÓDICOS

Nas publicações sobre o escravismo, alguns elementos importantes ecoam das páginas do Diário de Pernambuco. Sobre os anúncios de fuga de escravizados, Marcus Carvalho de forma bastante intrigante afirma que:

> Os anúncios de fuga são fontes preciosas para se estudar este assunto. Contrastando com outras fontes jornalísticas, que costumam ser expressamente opinativas, os anúncios de fuga tem uma relativa neutralidade. O seu objetivo precípuo era tornar uma determinada pessoa facilmente reconhecível. Não foram escritos, portanto, para defender ou acusar a escravidão, e muito menos para servirem de objeto de estudo dos historiadores. CARVALHO, 2022, p.184.

Ou seja, os periódicos eram elementos que demonstram que por mais que o jornal fosse um elemento da materialização do discurso do poder, nos anúncios de fugas havia a tendência de descrever com o máximo de precisão possível como estava a situação dos cativos.

Nesse aspecto, podemos observar para além das descrições pessoais dos fugitivos, alguns outros elementos presentes no discurso como a situação que os escravizados eram submetidos. Situações de violência, exploração e desrespeito. Dessa forma, discursos que hoje se compreendem como racistas, na época eram socialmente naturalizados. Não é incomum ler notícias de escravizados que fugiram e eram descritos como não tendo os dentes da frente. Por que não tinham? Alimentação ruim, espancamentos, péssima assistência de saúde. Todos esses motivos respondem essa pergunta. Também não é incomum os anúncios de escravizados com marcas de chicote ou que eram descritos de forma estereotipada como por exemplo, o uso do termo "cabelo pixaim[38]".

Por meio destes anúncios, é possível perceber a livre agência dos cativos e compreender suas estratégias de resistência. A complexidade humana nos mostra que nem todas as pessoas vão agir da mesma maneira, portanto quando falamos de resistência, nem sempre queremos dar a entender a ideia de luta armada ou rebelião contra os senhores de escravos.

Todavia, é necessário compreender que dentre as possibilidades, havia diversas outras ferramentas que nos mostram essa agência e que as tais ficam bem claras nestes anúncios. Fuga, busca de um novo proprietário para que este os comprasse, aquilombamento, compra da própria alforria. A liberdade é um dado complexo. Partindo dessa premissa, Valéria Costa, em Òmìnira, afirma que: "Assim, procuram-se, na documentação as construções sociais de homens e mulheres tecidas por meio de suas ações, lutas, conflitos e sociabilidades, resistências e acomodações, ambiguidades". (COSTA, 2021, p. 40)

Os anúncios de jornais do Diário de Pernambuco que tratam sobre fugas de cativos são muitos. Desta forma, seria impossível

38 Discurso e estereotipia comum durante a sociedade escravista. No Diário de Pernambuco no dia 31/01/1851, foi publicado um anúncio de fuga de um escravizado chamado Paulo que é descrito como de cabelo "pixaim". É importante destacar que isso está longe de ser caso isolado.

transcrever em um artigo todos os registros envolvidos. Por este motivo, fez-se uma análise e escolha de alguns, que nos servem como amostragem para compreender o recorte temporal e geográfico dentro das questões acima mencionadas.

Dentre esses anúncios, podemos destacar e revelar alguns exemplos, como o que foi noticiado no Diário de Pernambuco no dia 29/10/1850 que diz: "Desapareceu no Engenho Caraúna no dia 8 do corrente mês, uma escrava mulata cor de canela, altura regular cabelos pretos e meio estirados, as vezes trás os cabelos amarrados, olhos um pouco grandes, cheia do corpo.".

Observamos, como já dito a preocupação neste caso dos proprietários em tentar descrever com o máximo de precisão possível e em poucas linhas o escravizado fugido. Tal tentativa era a forma como se tentava constituir uma imagem que remetesse realmente ao fugido. Nesse processo, estereótipos eram realçados como o exemplo da escravizada "cor de canela" retratada no anúncio acima. Sobre isso, Marcus Carvalho afirma que:

> Os anúncios de fuga têm ainda uma certa objetividade que às vezes falta a outras fontes. Essa objetividade deriva da própria motivação do texto: descrever o fugitivo de forma a torna-lo inconfundível para os leitores. Quando se busca vender uma coisa ou uma ideia, pode-se mentir desbragadamente. Mas, nesse caso, não há interesse em convencer ninguém de coisa nenhuma. O que se quer é achar o escravizado. CARVALHO, 2022, p. 184-185.

No dia 22/01/1851, observamos um outro caso interessante que diz: "Fugiu, no 1º de dezembro de 1850, o escravo Luiz Pereira, pardo, estatura ordinária, cor macilenta, cabelos pouco carapinhados e aleijado de um dedo de uma das mãos; tem o dedo mínimo de um dos pés ligado ao outro, aspecto pouco agradável, canhoto, de 30 anos

e com ofício de sapateiro: dá se 100,000 rs. A quem o levar ao Engenho Caraúna, Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, ou a rua da Cruz n. 46, primeiro andar".

A deficiência em suas mãos, terá sido de nascimento? Isso é um aspecto pouco provável mediante a condição de vida e social destes indivíduos. De toda maneira, uma afirmativa que diz que seu aspecto era "pouco agradável" chama atenção. Essa afirmativa levanta diversas possibilidades interpretativas: Era doente? Era agressivo? Era desnutrido? Muitas possibilidades dentro de uma sociedade que forjava os subalternos desta forma.

Contudo, Luiz Pereira tinha um trunfo. Este era sapateiro. Escravizados que tinham algum ofício geralmente gozavam de melhores condições, e em situações de fuga como a que ocorreu, poderia trocar de nome ou até se oferecer para ser comprado por outra pessoa de forma mais fácil. Como afirma Marcus Carvalho:

> O discurso dos anúncios de fuga mencionados indica que o escravizado, principalmente o trabalhador especializado, era um agente cuja atuação influenciava na concretização do negócio. Dito de uma forma mais direta, os cativos tentavam escolher seus próprios senhores. CARVALHO, 2022, p. 209

Outro caso interessante é o ocorrido no Engenho Onça no dia 22/01/1851, quando se fugiu um casal de escravos, de nome Raimundo e Maria. Tendo o primeiro 35 anos pouco mais ou menos, a descrição no anúncio do Diário de Pernambuco, o coloca como "acaboclado, cabelos cacheados, cara larga, com falta dos dentes na frente, baixo, cheio de corpo, pernas um tanto arqueadas e grossas". O anúncio continua nos trazendo a rica informação que: "este escravo já foi da cidade de Sobral, o qual foi vindo pelo senhor Manoel Gonçalves da Silva a Ignácio Ferreira de Mello". Sobre Maria, a notícia nos informa que ela possuía entre 25 a 30 anos e era de nação Angola. O anúncio continua dizendo

que: "muito ladina, baixa, corpo regular e pés pequenos; tem na testa alguns cabelos brancos". A finalização da notícia vem com o pedido de: "Roga-se pois, a todas as autoridades policiais e capitães de campo, assim como a toda e qualquer pessoa que os ditos pegarem, leve- os a seu senhor, morador no dito engenho acima".

Outro relato extremamente interessante que nos revela muito das questões discutidas previamente como as condições de violência, por exemplo é o anúncio do dia 18/04/1853, que notícia que no Engenho Moreno desapareceu o escravo de nome Elias, no dia 13, o qual tem 26 anos de idade, e que este possuía algumas características: "alto, corpo regular, rosto redondo, dentes abertos e perfeitos, buço de barba um pouco grosso, olhos vivos, cabelos não muito pegados, pés apalhetados, e tem marcas de três cortes na barriga, feitos com faca na ocasião que foi preso; marcas de bacalhão nas nadegas, e de chicote nas costas".

O anúncio segue informando que este escravo possuía o oficio de oleiro, e que formava telhas e tijolos. Quando fugiu, levou calça de riscado azul com listras pardas, camisa de chita azul com flores encarnadas, camisa e ceroulas de algodão da terra suja. A conclusão da notícia vem com uma promessa de recompensa de 50.000 Rs de gratificação para quem o levar no dito engenho.

Esse anúncio é extremamente relevante e interessante pois nos revela as dinâmicas do escravismo e o relato das marcas de violência sofridas por Elias, tanto nas costas com as chicotadas, quanto na barriga com as facadas de quando foi preso, e até marcas em suas nádegas causadas pelas precárias condições de vida e saúde. No entanto, o mesmo era oleiro, e como já dito, por ter um ofício, era mais simples se inserir na sociedade.

Os documentos paroquiais também nos revelam uma dinâmica importante do processo do escravismo brasileiro. Nos livros de óbitos que eram registrados na igreja, os proprietários que declaravam a morte dos seus escravizados. Nesse processo é importante destacar que essas

fontes devem ser questionadas, e que exames tanatológicos não eram realizados.

Desta forma, é importante destacar que havia interesses em declarar determinados tipos de morte, por diversas questões. Evitar problemas jurídicos e evitar questionamento acerca da moral senhorial, quando havia as questões de violência. Passar a aparência de piedade cristã, por isso muitos eram sepultados utilizando hábitos brancos ou pretos, assim como suavizar a violência e o processo da escravidão. No entanto, apesar destas nuances, tais documentos continuam sendo fontes importantes para nossa análise.

A VOZ DA IGREJA: Os documentos paroquiais e o escravismo em Santo Amaro do Jaboatão

Até o estabelecimento da República, e a consequente mudança proporcionada pela separação entre Estado e Igreja, os registros de óbitos, casamentos e obviamente batizados eram realizados pelas instituições religiosas.

Tais escritos quando devidamente questionados e cruzados com outras fontes, proporcionam boas informações, que servem para nos proporcionar lentes interpretativas sobre as nuances da história social dos escravizados nos oitocentos.

Sobre tais registros, Maria Silva Bassanezi, em o historiador e suas fontes afirma que: "o mundo da infância, da família de livres e escravos, da mulher, assim como, o das condições de saúde e das mortes, doenças e epidemias descortinou-se para os pesquisadores com base nas informações contidas nos registros paroquiais e civis". (BASSANEZI, 2009, p. 145).

Além das questões acima citadas, nestes documentos, podemos observar as relações de clientelismos expostas em diversas situações, um destes casos é o registro que está na escritura lavrada em 1865, quando

Eugenio, Cabra casou com Joana, Crioula. Ambos eram escravos do senhor José Filipe de Souza Leão, que era senhor do engenho Sapucaia.

O documento descreve que o matrimônio ocorreu com base na permissão de José Filipe de Souza Leão. É importante destacar que antes da proibição do tráfico transatlântico de escravizados, os matrimônios e uniões entre cativos nem sempre eram vistos com bons olhos, uma vez que a família representava uma resistência na vida do escravizado, um polo de união segundo Slenes: "Finalmente, têm apresentado dados qualitativos sugerindo que a constituição de famílias (inclusive extensas, incorporando pessoas não aparentadas interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobreviver dentro do cativeiro" (SLENES, 2023, p. 54)

Após a lei Eusébio de Queiróz (1850), a perspectiva sobre a temática passa a ser vista de outra forma, e agora passa a contar com o estímulo senhorial, uma vez que os laços de matrimônio e os filhos dessa união aumentavam e fortaleciam a própria instituição do escravismo e o poderio patrimonial de famílias poderosas como os Souza Leão, por exemplo.

Por falar nos Souza Leão, família de latifundiários donos de vários engenhos da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, sobretudo de regiões nas quais atualmente estão localizados no município de Moreno, percebemos alguns dados interessantes. Existem diversos registros de escravizados casando com autorização de algum representante da família. No livro de casamentos de (1855-1866), percebemos diversos registros desses. Os registros que estão neste livro em geral, são bem mais resumidos e sucintos que as certidões avulsas como a citada da união de Eugenio e Joana.

É o caso por exemplo de Manoel e Gertrudes, ambos de nação Angola, escravos do Bacharel Miguel Fillipe de Souza Leão, que constituíram casamento no oratório do Engenho Tapera, no dia 20/05/1855.

Assim como no dia 17/01/1858, também na capela do Engenho Tapera, O documento afirma que: "De minha licença" o matrimônio entre Sebastião e Maria, escravos de Manoel Filipe de Souza Leão.

Ou ainda o enlace matrimonial entre Tito, um preto de nação e Felícia que é descrita como uma Preta Crioula, o que nos mostra como a escravidão hierarquizava as pessoas em categorias. Estes eram ambos escravos do capitão Francisco Cavalcanti de Souza Leão. O matrimônio ocorreu no dia 27/06/1858 no oratório privado do Engenho Canzanza.

Ou ainda o caso ocorrido no dia 11/07/1858 na capela do Engenho Morenos que: na descrição do documento diz:" De minha vontade e licença" o reverendíssimo João Francisco do Espírito Santo para que realize o matrimônio entre Miguel e Felícia, escravos do comendador Antônio de Souza Leão.

Ou seja, a documentação nos comprova que vários indivíduos da família Souza Leão possuíam escravaria e utilizaram dessa estratégia para que do seu ponto de vista, talvez o contingente humano fosse mais dócil. No entanto, os próprios escravizados também viam isso como uma oportunidade de ter uma ascensão social, de promover uma resistência. Em um sistema que desumanizava os indivíduos, a criação e o estabelecimento de uma família, era uma estratégia de lutar, de se reafirmar enquanto pessoa.

Desta forma, os escravagistas acreditavam que promoviam um novo sentido à escravidão. Um novo fôlego que fortalecia os grilhões, contudo, na verdade o contrário acontecia: o estabelecimento das famílias e sua constituição como resistência e reafirmação social, corroía as amarras institucionais do trabalho desumanizado. Sobre esta questão, Valéria Costa promove uma análise sobre a importância do rito religioso para a sociedade e os cativos que nela viviam. Sobre este elemento, afirma que:

> Afora questões de trocas de vantagens materiais, o casamento realizado na igreja representava status. Para

> os africanos, sempre relegados socialmente, oficializar uma união conjugal no rito católico era também um meio de penetrar nos espaços privilegiados dos nascidos livres. (COSTA, 2021, p. 164)

É importante salientar que os Souza Leão não eram os únicos a possuir escravizados em Jaboatão. A documentação matrimonial revela diversos indivíduos, sendo estes abastados como a família já citada ou pessoas simples. A escravidão estava na estrutura cultural, social e política do Brasil e de Jaboatão por consequência.

Como tal, podemos destacar entre os inúmeros outros casos, mas que para não ficar sem exemplos concretos podemos narrar que Felipe Cavalcanti de Araújo, autorizou e ocorreu no dia 06/05/1855 no Engenho Queimadas, o casamento entre Basílio, Pardo com Silveira, crioula.

Para além dos documentos matrimoniais, as anotações de óbitos semelhantemente nos fornecem informações valiosas sobre a vida, trabalho, laços de servidão e o processo mortis dos cativos. Nos registros de óbitos registrados no livro paroquial de (1862-1877), pode-se perceber todas estas nuances.

Para que o entendimento, percepção dos fatos e análise dos óbitos ocorram com o devido rigor e desta forma a compreensão de como isso é uma projeção da estrutura escravocrata brasileira na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, foram selecionados alguns casos dentro de algumas características de agrupamento. Epidemias como cólera, casos de morte não declaradas, dores sem mais detalhes, idade avançada, doenças respiratórias e pulmonares, mortalidade feminina aplicadas a várias situações, entre elas o parto. Também há bastante mortalidade dos escravizados crianças, o que denota que o sistema não poupava ou respeitava a infância. Há também casos ligados a sífilis, doenças intestinais e outras situações.

Desta forma, procedendo com as análises, no dia 18/04/1862, foi sepultado no cemitério da matriz de Santo Amaro o cadáver de Felippe de 30 anos, escravo de Francisco de Souza Leão e morreu de cólera. Era morador do Engenho Caxito.

Vítima da mesma epidemia, no dia 20/04/1862, faleceu Benedicta da Conceição com 28 anos, casada com Antônio José, pardo. O documento ainda descreve que a mesma foi sepultada em hábito branco no cemitério da matriz.

Os sepultamentos com os chamados "hábitos" sendo eles brancos ou pretos eram ritos comuns que os senhores buscavam transmitir na morte destes sujeitos a sua benevolência ou piedade. Essa situação repete-se em praticamente todos os registros presentes no livro de óbitos, sendo assim, não repetirei essa informação para não ser prolixo.

Seguindo com a observação de alguns outros óbitos, há outros casos mortis sem ser aqueles ligados a epidemia de cólera que assolou Pernambuco nos meados do século XIX. Sendo assim, existem várias outras declarações diferentes, entre elas o caso de alguns escravizados que faleceram com idade avançada para os padrões da época. É o caso por exemplo de João, com sessenta anos, escravo de Manoel Peres que foi enterrado no dia 09/05/1862.

Semelhantemente, Elias, escravo de Antônio Dornellas com oitenta anos faleceu no dia 23/05/1862, onde residia nas terras do Engenho Carnijó. Na declaração do óbito no livro não consta a causa mortis, mas provavelmente veio de sua idade avançada.

Há, contudo, outras situações que chamam atenção. No dia 07/06/1862, faleceu Felícia, com 50 anos, era escravizada mas não consta o nome de seu proprietário no livro de óbito da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. A causa de seu falecimento é descrita como sendo dor de cabeça. Também foi envolta em hábito branco e sepultada no cemitério da Matriz.

No dia 21/10/1862, foi sepultado João, escravizado de José Gomes do Engenho Manassu. João faleceu aos 50 anos e em seu

registro é colocado como causa de sua morte "hidrófico", que não seria necessariamente uma doença em si, mas um sintoma de algum outro problema. Nesse caso, é um acumulo de líquido do corpo promovendo inchaço. Tal situação acometia principalmente escravizados e pobres que não tinham condições de se cuidar, não por determinismos biológicos, mas pelas condições sociais nas quais estavam inseridos. João, desta forma é mais um acometido, vítima das condições que o escravismo o colocava.

Outro exemplo com o mesmo diagnóstico é o de Bárbara, que era residente no Engenho Carnijó. A mesma era escrava de Maria do Nascimento e tinha sessenta anos quando faleceu. Foi sepultada envolta em hábito branco no cemitério da matriz.

Os escravizados infantis também não estavam isentos desta situação, tanto que foi sepultado no dia 25/03/1863 Sebastião que tinha onze anos e era escravo de Thereza de Jesus. Em vida, residia em terras do Engenho Jardim. Em seu registro consta que morreu de um tumor. Também foi sepultado em hábito branco no cemitério da matriz.

No dia 04/11/1863 foi sepultado o cadáver de Pedro, residente do Engenho Jardim e que tinha 40 anos. Pedro era solteiro e era escravo de Antônio Victor de Sá Barreto. Em seu óbito, é descrito que morreu de "pleusis", que provavelmente era pleurisia, uma inflamação na pleura, membrana que envolve os pulmões. Na medicina contemporânea, não é uma doença em si, mas um sintoma de alguma outra situação respiratória, com probabilidade inclusive de ser pneumonia ou tuberculose. Mas uma doença adquirida pela situação de vida precária da qual um escravizado estava submetido.

Mulheres no século XIX também eram vitimadas de forma muito comum de parto. As estatísticas que envolviam escravizadas eram ainda maiores por questões médicas e de assistencialismo. Desta maneira, no dia 16 de março de 1864 foi sepultada Libania, com 30 anos, escrava do tenente José Gomes do Engenho Manassu.

A tuberculose, doença extremamente letal para as questões de saúde oitocentistas, era uma das maiores causadoras de mortes. No século XIX, o termo popular para esta condição era "tizica". Nesta situação, um dos vários acometidos por esta condição foi Leomar, Solteira de 55 anos, escrava de Gervázio Fernandes. Seu sepultamento foi no dia 05/05/1864.

Outro exemplo de como doenças desse tipo eram abordadas é o caso de Silvino que morreu de moléstia pulmonar. Silvino era escravo de Jozé Francisco Pereira da Silva, residente do Engenho Velho. Seu sepultamento foi no dia 24/05/1864.

As infecções sexualmente transmissíveis, como atualmente, no século XIX também eram geradoras de óbitos. A sífilis era uma infecção que vitimava muitas pessoas. Durante os oitocentos, era conhecida vulgarmente como "gálico". Nesse cenário, Florentino que era escravo de Francisco Cavalcanti de Souza Leão e morador do Engenho Caxito. Foi sepultado no dia 24/07/1864.

Outro exemplo que materializa e exemplifica as péssimas condições sociais e de saúde, e como isso é manifestado na morte, é o falecimento de Valentina de apenas um ano. Valentina era filha de Marcina. Sua mãe era escrava do Visconde de Suassuna. A menina Valentina foi vitimada pela sarna. Seu sepultamento foi no dia19/07/1865.

Há diversos outros registros que estão dispostos no livro de óbito da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. No entanto, um outro bastante interessante, é o sepultamento que ocorreu no dia 23/08/1867 de Balbina, de 50 anos, que foi escrava do Visconde de Suassuna e que em seu óbito consta que morreu de "câmara de sangue". Tal situação geralmente era atribuída a uma infecção intestinal grave que provocava diarreia com sangue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: as marcas do passado do escravismo de Santo Amaro do Jaboatão.

Este artigo não se dispõe a ser um trabalho totalizante, que conte toda a história do escravismo ocorrido na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. Seria ingênuo ter tal pretensão. O que se pretende é ser uma voz que conta uma história de uma região que, apesar de tão próxima à capital, permanece em um silêncio de pesquisa e produção tão profundo, sobretudo, quando se trata do século XIX.

O escravismo era uma das mais fortes estruturas sociais e econômicas do Brasil no século XIX. Toda a sociedade de alguma maneira e em algum grau estava ligada a tal situação. Isso ia desde brancos pobres e negros forros que muitas vezes juntavam seus pecúlios a vida toda para comprar um ou dois cativos até grandes latifundiários como a poderosa família dos Souza Leão, já citada nesse artigo que possuía um plantel com diversos escravizados. O escravismo estava no cerne da cultura brasileira.

E quando refletimos sobre a cultura do escravismo, isto é a cultura da expropriação do homem pelo homem, percebemos que estas "marcas do passado", são chagas muito abertas em nosso povo. Parafraseando Eduardo Galeano, são veias abertas.

Para tal, precisamos perceber a história como ela é. Bloch afirmava que "A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado" (BLOCH, 2001, p.65). Ou seja, romperemos com a escravidão, quando todos compreenderem o que foi a escravidão. Isso é o que justifica essa pesquisa. Muitos em Jaboatão dos Guararapes ou no atual município de Moreno não possuem a informação que em terras que pisam e vivem a escravidão e seus grilhões existiram com força total. Talvez, alguns nem cogitem que a desigualdade social e econômica dos quais estão inseridos sejam diretamente fruto desse processo, e que os donos da terra são sempre os mesmos.

Continuando com Bloch, "o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça." (BLOCH, 2001, p.54). As memórias e a história municipal não podem ser esquecidas. Compreender o passado é a maneira mais eficaz de não o repeti-lo no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Livro do primeiro ofício de notas de Jaboatão (1857-1860). Em posse do Instituto Histórico de Jaboatão (IHJ).

O Diário de Pernambuco (1850-1870) disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Registros paroquiais disponíveis na paróquia de Santo Amaro em Jaboatão dos Guararapes.

Livro de casamento (1855-1866);

Livro de óbito (1862-1877)

Documentos paroquiais diversos avulsos – Paróquia de Santo Amaro em Jaboatão.

Bibliografia

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-173.

BLOCH, Marc. Apologia da história: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. As últimas vontades e os desejos primordiais: as alforrias via testamentos (Pernambuco) 1867-1887.. In: CABRAL, Flavio José Gomes; COSTA, Robson (org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Universitária UFPE, 2012. p. 267-294.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: Rotinas e Rupturas Do Escravismo No Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Cepe, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Valéria Gomes. Òmìnira: mulheres e homens libertos da costa d' África no Recife (c. 1846 - c. 1890). São Paulo: Alameda, 2021.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-c 1850. São Paulo: Unesp, 2017.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados de liberdade no sudeste escravista (brasil, século XIX). 3. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MELO, Iara Helena Rodrigues de; REZENDE, Antônio Paulo de Morais (Coord.). Jaboatão: histórias, memórias e imagens. Recife: Companhia

Editora de Pernambuco; Jaboatão dos Guararapes: Fundação Yapoatan, 1996. v. 1.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste** (1840-1889). Vol 2. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **Cartas de alforria em Alegrete (1832-1886)**: Informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3987/1/000419804-Texto+Completo- https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2322/1/419804.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

SOUZA, George F. Cabral de (org.). **Pernambuco em perspectiva histórica**: um olhar coletivo em doze textos. Recife: Cepe, 2023.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. **Jaboatão dos meus avós**. 2. Ed. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1982.

CAPÍTULO 13

DIONISO ENTRE ELITES: Representações Cerâmicas e Disputas Simbólicas na Atenas do Século V AEC

Emidio Fernando Lopes Orfão[39]

APRESENTAÇÃO

A pesquisa sobre Dioniso, está sendo feita por mim, Emidio Fernando Lopes Orfão, Historiador e mestrando em História no PPGH/UFSM, com a finalidade de uma Dissertação de conclusão de mestrado. Já pesquiso Dioniso há anos desde a graduação em História, por ser um tema que me fascina.

De acordo com Pierre Grimal (2019), o deus Dioniso é a personificação do cultivo da vinha e da produção de vinho, uma temática que está inserida na sociedade grega em diversos períodos de sua história. Nesta pesquisa, estudaremos culto do deus Dioniso entre as duas elites da *polis* ateniense no século V AEC, portanto, no período clássico, e sua ligação a produção e comercialização do vinho, em que as duas elites atenienses participavam.

O culto de Dioniso na região da Ática, onde está situada a *polis* de Atenas, era, primeiramente, um culto ruralligado ao cultivo da vinha. Ao ascender na pólis de Atenas, Dioniso passou a ser cultuado pelas duas elites existentes no período clássico no século V AEC, seus ritos, no entanto, passaram por muitas mudanças. Durante as pesquisas bibliográficas, observamos muitos estudos sobre os aspectos subversivos

39 Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, RS
emidioorfao@gmail.com

de Dioniso e seu culto entre os gregos, como por exemplo: Foucart, em sua obra *Le Culte de Dionysos en Attique* (1904), descreve os "cinco Dionisos", sendo um deles o tebano que tem aspectos subversívos, enlouquecedor;Patricia Easterling (1997), descreve Dioniso enquanto símbolo de ruptura da ordem social, provocando tensão e esfiando as normas; Wong estabelece Dioniso como agente da subversão. Contudo,não foram encontrados muitos estudos sobre o culto de Dioniso entre as elites gregas, mais especificamente em Atenas.

Além da análise de uma bibliografia especializada, propomos nesta pesquisaestudar um*corpus* documental visual composto por dez artefatos de cerâmica provenientes da Atenas clássica, cuja iconografia esteja relacionada ao culto ao deus Dioniso, selecionados na Base de Dados Beazley (BDB). Ao abordarmos essa documentação textual e material, procuramos investigar as mudanças socioeconômicas e culturais na representação de Dioniso entre os dois grupos sociais das elites atenienses no contexto supracitado, o século V AEC e a ascensão da democracia na cidade-Estado: a elite tradicional, produtora de vinho, e a elite emergente, ligada ao comércio do vinho.

Dioniso é considerado um deus estrangeiro, que chegou à Grécia vindo da Trácia. Estudos sobre a origem do deus entendem que, dependendo de onde era cultuado, algumas características são próprias dos locais de culto. De acordo com José Antônio Dabab Trabulsi (2004), o culto a Dioniso vem de vasta corrente que se perde no tempo, remontando talvez ao período Neolítico, e já é presente em povos anteriores aos gregos, na Anatólia. Uma descoberta importante sobre Dioniso foram dois tabletes de argila em Pilos que continham seu nome inscrito, o que levou à compreensão de que o deus já era cultuado há bastante tempo na região que viria a constituir a Grécia.

Dioniso também é considerado um deus ctônico, ou seja, ligado à terra e à agricultura, e é cultuado pelos camponeses nas áreas rurais. Porém, com mudanças fortes ocorridas na pólis de Atenas na transição dos séculos VI e V AEC, Dioniso se tornou um deus de culto urbano.

As grandes mudanças, ocorridas com a ascensão dos tiranos, com o advento da democracia e o crescimento do comércio e da navegação, fez com que esse deus passasse por transformações que caracterizavam os interesses da nova elite que se formava na pólis.

Dioniso passou a ser cultuado por duas elites, a saber: a antiga tradicional ligada à terra e a elite mais recente ligada ao comércio. No século V AEC, as representações figuradas de Dioniso na cerâmica ática aumentaram consideravelmente. Sobre isso,Trabulsi explica que os aspectos simbólicos presentes nas festividades dedicadas a Dioniso e em suas representações iconográficas.

O exame da personalidade construída de Dioniso será imprescindível para verificar sua influência nas pessoas envolvidas em seu culto e assim entender melhor a maneira como se comportavam. Nesse contexto, outros três estudiosos trarão contribuições para a pesquisa: Marcel Detienne (1988), que aborda Dioniso como um deus epidêmico que produz efeito enlouquecedor sobre suas seguidoras; Wang (2009), que examina Dioniso como uma força cultural transformadora que define conceitos fundamentais da estética ocidental; e Walter Otto (2001), que traz Dioniso como um deus da contradição, unindo elementos da ordem e do caos.

Em Dioniso a céu aberto, obrapublicada no ano 1988, o helenista francês Marcel Detienne escreve sobre a personalidade de Dioniso.Esta obra tem como objetivo descrever Dioniso como um deus que leva as mulheres à loucura *(manía*).

DESENVOLVIMENTO: Metodologia e fontes

Além do estudo bibliográfico, propomos a composição e análise de um *corpus* imagético. Nesta etapa, serão usadas imagens de dez vasos do século V AEC (APÊNDICE A). Essas fontes foram escolhidas por serem fontes de representação imagética do culto de Dioniso e serão analisadas

com o apoio da metodologia de Martine Joly (1997), a Arqueologia da imagem de Haiganuch Sarian (2005), o método de Erwin Panofsky do Significado das artes visuais (1991), o método de Claude Beirard (1983) de iconografia grega e análise semiótica e Claude Calame (1986), com o método semiótico em que analisa imagens antigas principalmente em cerâmicas gregas.

O estudo das fontes materiais constitui um elemento fundamental para a compreensão do passado histórico. Apesar dos avanços significativos da historiografia sobre o tema, ainda persiste uma lacuna no que se refere à análise detalhada e sistemática da apropriação do culto de Dioniso pelas elites atenienses a partir das fontes visuais. Observa-se que a maior parte das pesquisas existentes privilegia o uso de fontes textuais. Dessa forma, constata-se que o vasto e riquíssimo conjunto de artefatos cerâmicos relacionados ao culto dionisíaco permanece, em grande medida, com bastante material para ser analisado, o que evidencia a necessidade de estudos que considerem as representações imagéticas como parte essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e religiosas da pólis ateniense.

O culto de Dioniso entre as elites atenienses assume relevância fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais da pólis. A investigação dessa prática religiosa permite lançar luz sobre aspectos centrais da formação das identidades sociais, do consumo local e do papel da religião na estruturação da hierarquia social ateniense. Ademais, possibilita examinar os elementos constitutivos do culto, incluindo a delimitação de seus participantes — se restrito aos cidadãos ou aberto, de algum modo, à participação de não cidadãos. Desse modo, a análise do culto dionisíaco no contexto das elites atenienses contribui para a reconstituição do cenário social e religioso vigente no período estudado.

Os artefatos cerâmicos constituem uma fonte primordial para a investigação histórica, uma vez que transcendem seu valor meramente estético, configurando-se como documentos significativos para a compreensão das práticas sociais. Por meio deles, é possível apreender

aspectos das atividades cotidianas, das celebrações, dos rituais e das representações simbólicas, bem como identificar de que maneira as elites incorporavam esses elementos em seus contextos específicos, adaptando-os às suas particularidades culturais e sociais.

A originalidade desta investigação reside na conjugação de abordagens provenientes da história social e da cultura material. Este estudo transcende a análise exclusiva da figura divina, direcionando seu foco para as dinâmicas sociais e as relações interpessoais, bem como para o modo como a religião se constituía enquanto dispositivo social articulado pelas elites da pólis ateniense. Tal perspectiva busca oferecer uma compreensão mais abrangente das interações simbólicas, políticas e culturais que estruturavam a experiência religiosa no contexto ateniense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para as considerações finais, é possível perceber que o estudo do culto de Dioniso tem mostrado elementos sobre este período de grandes transformações na pólis de Atenas. O culto de Dioniso passou por transformações que apresentam a emergência de uma nova elite e seus interesses de grupo, bem como as transformações da antiga elite.

O culto de Dioniso também provocou mudanças culturais, pois ao trazerem um deus ctônico para os limites institucionais da pólis, o governo permitiu que houvesse certa permissividade ou subversão entre a população que participava dos festejos, onde o vinho era servido abundantemente em honra ao deus, bem como o mais importante, o controle da cidade do mesmo.

As representações de Dioniso estão em pinturas feitas nos vasos gregos analisados, onde podemos ver algumas diferenças na representação do deus, assim como os demais componentes do culto. Essas representações ocorrem de acordo com os grupos socioeconômicos das duas elites da pólis.

Em um dos vasos apresentados tem-se o Dioniso da elite tradicional, com barba, porém as Mênades eram tranquilas, e o outro o Dioniso da elite emergente que era imberbe, com aparência mais jovem, havia presença de Sátiros e as Mênades também tranquilas. O Dioniso que não pertencia às elites atenienses, ou seja, era do culto mais antigo e rural, era barbudo, as Mênades eram de temperamento forte e em estado de êxtase. Assim, concluindo, o culto de Dioniso levado para a pólis passou por adaptações nos dois segmentos das elites atenienses estudadas, ou seja, tanto na elite tradicional quanto na elite emergente o culto do deus ficou diferente do que era na época que era cultuado somente entre grupos populares, nos séculos anteriores.

O Dioniso da elite tradicional era barbudo, porém não tinha o aspecto tão selvagem quanto o das classes populares e as mênades não eram mostradas com temperamento extático. O Dioniso da elite emergente era sem barba, de temperamento calmo, e as mênades eram também comportadas. Essas modificações acompanharam o culto de Dioniso na pólis ateniense e, supostamente, foram feitas para poder ser adequado à ideia de requinte e moderação. Mas, o aprofundamento dessas análises será feito durante o estudo das cerâmicas gregas na presente dissertação de mestrado.

REFERÊNCAIS BIBLIOGRÁFICAS

CHEVITARESE, André Leonardo. **Fronteiras Internas Atenienses no período clássico.** (Re) definindo conceitos e propondo instrumentais teóricos de análise.Rio de Janeiro, Phoînix, 2004, p. 63-76.

DETIENNE,, Marcel. Jeanmaire (H.) Dionusos. **Histoire du culte de Bacchus.** Archives de sociologie des religions. v. 31, n. 1, pág. 212-212, 1971.

DETIENE, Marcel.***Dionysos at Large***. Cambridge: Harward University Press, 1989.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável.** São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

DETIENNE, Marcel. **Dioniso a Céu Aberto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DETIENNE, Marcel. **Dionysos mis à mort**. Paris: Gallimard, 1998.

DÉTIENNE, Marcel. Jeanmaire (H.) Dionysos. **Histoire du culte de Bacchus.** Archives de Sciences Sociales des Religions, v. 31, n. 1, p. 212-212, 1971.

EASTERLING P. E. A show for Dionysus. In: EASTERLING P. E, ed. **The Cambridge Companion to Greek Tragedy**. Cambridge Companions to Literature. Cambridge University Press, 1997, p. 36-53.

EURÍPIDES**. As Bacantes**. São Paulo: Hedras. 2010.

FOLCART, M. Paul. **Culte de Dionysus em Attique**. Paris: Impremirie Nationale,1904.

FORTUNA, Marlene. **Dioniso e a Comunicação na Hélade:** o mito, o rito e a ribalta. São Paulo: Annablume, 2005.

FOUCART, Paul François.**Des associations religieuses chez les grecs, thiases, éranes, orgéons**. Paris: Chez Klincksieck, 1873.

GRIMAL, Pierrel. **Mitologia Grega**. Porto Alegre: L&PM Edtores, 2019.

ISLEr-Kerénvi Coenélia. ***Dionysos in Classical Athens.*** Leiden, Nethelands: Koninklijke Brill nv, 2015.

ISLEr-Kerénvi Coenélia. ***Dionysos in Classical Athens.*** Leiden, Nethelands: Koninklijke Brill nv, 2015.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

KERÉNYI, Carl. **Dioniso:** imagem arquetípica da vida indestrutível. São Paulo: Odysseus, 2002.

MOSSÉ, Claude. **A Grécia arcaica de Homéro a Ésquilo (Séculos VIII-VI a.C.)** Lisboa: Edições 70. 1984.

MOSSÉ, Claude. **Dicionário da Civilização Grega**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SARIAN, Haiganuch. **Arqueologia da Imagem**: expressões do mito e das religiões na antiguidade clássica. Tese livre docência de arqueologia clássica. São Paulo: MAE-USP, 2005.

SARIAN, Haganuch; FRANCISCO, Gilberto; CERQUEIRA Fábio Vergara. **Retomando a Arqueologia da Imagem: entre iconografia clássica e cultura material**. São Paulo: Revista Brasileira de História. V.40, n} 84, 2020.

SEAFORD, Richard.***Dionysos***. New York: Routledge, 2006.

SEAFORD, Richard. **Dionysos**. Routledge, 2006.

TRABULSI, J. A. D. **Dionisismo:** poder e sociedade na Grécia até o fim da época clássica. Editora UFMG, 2004

TRABULSI, José Antonio Dabdab. **Dionisismo:** poder e sociedade na Grécia até o fim da época clássica. Editora UFMG, 2004.

TRABULSI, José Antonio D. **Ensaio sobre a mobilização Política na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: UFMG. 2001.

Vaso

Características	Descrição
Nome: Stamnos	
Localização	Museu Martin Von Wagner, Würzburg, Alemanha.
Inventário	207190
Procedência	Atenas
Função social	Stamnos, recipiente de vinho, forma arredondada com pescoço estreito.
Estilo	Cerâmica ática, figuras vermelhas. Possui duas alças laterais.
Data	475 a 425 AEC
Pintor	Villa Giulia P
Representação Imagética	**Lado A:** Cena de culto de Leneia. Ao centro, uma estátua de Dioniso com barba, vestindo uma vestimenta comprida e plissada, com uma coroa de folhas de parreira na cabeça. Atrás da estátua, parece haver um tirso. De cada lado da estátua, há duas jovens mênades. A jovem do lado direito segura um par de tubos levados à boca para produzir som; ela veste uma túnica grega plissada, tem uma tiara de folhas de videira na cabeça e cabelos presos. Ela está de perfil, olhando para baixo com a cabeça ligeiramente inclinada. A outra jovem segura uma concha em uma das mãos (a direita, abaixada) e outra concha na outra mão (a esquerda, levantada), olhando para frente. Seus cabelos estão presos, e ela veste uma túnica grega plissada com uma tiara de folhas de parreira. Atrás da estátua de Dioniso, há uma mesa central com dois vasos sem pinturas, um de cada lado, com a estátua posicionada ao centro. O ambiente é doméstico, sugerindo um culto familiar (Leneia). **Lado B:** Representação de três mênades segurando um tirso, uma espécie de taça grega chamada Escifo e um instrumento de percussão grego denominado crotala.
Fonte	https://www.carc.ox.ac.uk/record/2FD98F73-851A-48A3-AC04-CC5DA7494BE8

CAPÍTULO 14

HISTÓRIA DOS BATISTAS: das origens britânicas ao recorte moderno brasileiro

Erik Luis da Silva[40]
Ewerton Luis da Silva[41]

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Os batistas têm uma história rica, mas pouco explorada pelos historiadores. Em nosso cotidiano vemos a expressividade dos trabalhos batistas, seja em colégios, projetos sociais ou missões, mas pouco é divulgado como surgiu essa denominação no mundo e como chegou no Brasil. Portanto, o objetivo desse trabalho é percorrer uma linha do tempo do início do movimento batista até o Brasil da atualidade, explanando ao longo do trajeto como a história batista se entrelaça com o panorama mundial e a história geral e seu impacto gerado ao longo do tempo.

40 Graduando em licenciatura em História
erikluissilva@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

41 Graduando em bacharelado em Teologia
ewluis.prof@gmail.com
Faculdade Teológica Sul Americana – FTSA

HISTÓRIA DOS BATISTAS NO MUNDO

Existem basicamente três teorias sobre a história de origem dos batistas. A primeira diz respeito a uma tradição ininterrupta iniciada por João Batista no Rio Jordão. A segunda defende um parentesco espiritual com os anabatistas. A terceira aponta para grupos dissidentes da igreja Anglicana que se saíram da Inglaterra e partiram para a Holanda (RAMOS NETO, 2012; PORTELA, 2021).

Com as reformas da igreja na Inglaterra, de início a maior mudança foi liderança que não era mais centrada na figura do papa de Roma, mas na própria figura monárquica inglesa. Entre os próprios ingleses, existiam grupos que apoiavam mudanças mais acentuadas na igreja sem sair dela. Um outro grupo era um pouco mais radical, já que repudiavam o anglicanismo e desejavam uma igreja independente do Estado, este chamado de Separatista. Este último grupo defendia a liberdade religiosa, uma doutrina bíblica pura e uma igreja formada por remidos. Devido a esses pontos, a igreja Anglicana passou a perseguir os separatistas. Alguns saíram do país, como John Smyth e Thomas Helwys, que lideraram um grupo até a Holanda e sob influências de menonitas, calvinistas, arminianos e anabatistas que lá já viviam, começaram a se reunir para cultuar a Deus, em 1609. Uma das características desse grupo era a ministração do batismo por imersão mediante confissão de fé. Depois que houve certa pacificação em solo inglês, Thomas Helwys retorna para a Inglaterra e funda a primeira igreja batista, em 1612, em Londres. Sob o reinado de Carlos I, filho de Jaime I, houve novas perseguições, com vários grupos partindo para a América. Os que ficaram eram presos, como foi o caso de John Bunyan, autor do livro O Peregrino que foi escrito quando ele ainda estava na prisão (RAMOS NETO, 2012; PORTELA, 2021).

Enquanto isso, na América no Norte, os que fugiram das perseguições do rei Jaime I desembarcaram na costa do que viria a ser chamado de estado de Massachussetts e fundaram uma "Nova Ingla-

terra". Esses refugiados são chamados de "os pais peregrinos". Na segunda onda de perseguições por Carlos I, o pastor Roger Willians foge da Inglaterra em direção a Boston, onde obtêm um pastorado em Salém. Mas as autoridades de Boston não o viram com bons olhos pois Roger Willians era contrário ao princípio de união entre igreja e Estado, sendo banido da região. Saindo de lá, ele funda um núcleo de colonização com alguns de seus antigos discípulos de Salém na baía Narragansett, estabelecendo uma comunidade com absoluta liberdade religiosa. Esse núcleo foi chamado de Providence, que se tornou a capital do estado de Rhode Island. Em 1639 foi fundada a primeira igreja batista em solo americano. Essa forma de pensar da colônia influenciou os princípios democráticos e de liberdade religiosa da constituição do estado do norte. Em Rhode Island uma outra igreja também reivindica o título de ser a primeira igreja batista americana, essa fundada pelo Dr. John Clarke na cidade de Newport. Mas só em 1707, na Filadélfia, foi organizada a primeira associação batista norte-americana, e em 1743 essa associação votou em adoção de uma confissão de fé. (PORTELA, 2021).

Em 1689 foi promulgado o Édito de Tolerância, dando liberdade de culto aos grupos que não eram pertencentes da igreja Anglicana. Ainda que os batistas pudessem gozar de paz, suas organizações não tinham projetos missionários bem articulados e nem convenções. Devido ao avivamento espiritual Wesleyano, o despertar da necessidade de missões mais organizadas e eficazes também atinge William Carey, um sapateiro de profissão, que é ordenado como ministro batista. Em 1793 ele é enviado à Índia como missionário, dando origem à missões protestantes modernas e até hoje William Carey é lembrado como "Pai de missões modernas" (RAMOS NETO, 2012; PORTELA, 2021).

Em 1814, foi organizada a Convenção Geral das Denominações Batistas nos Estados Unidos para Missões no Estrangeiro. Eles se reuniam de três em três anos e sua primeira missão foi alcançar os povos na Birmânia. Tempos depois a convenção deixou de existir devido a

separação dos estados do norte e do sul, com cada região criando convenções próprias. Além de questões relacionadas a escravidão, as convenções discordavam quanto ao liberalismo teológico, que ganhara adeptos nos estados do norte. Em resposta, foi criada a Conservative Baptist Foreing Mission Society, um movimento fundamentalista de retorno aos princípios das escrituras. Alguns outros destaques dos batistas nos EUA: influenciou a forma de governo democrático e com liberdade religiosa, papeis importantes na educação assumidos por batistas, megaprojetos sociais e grandes figuras que influenciaram o país e o mundo, como Edgar Y. Mullins, Martin Luther King, Billy Graham, Russell Philip Shedd, Paul David Washer e outros (PORTELA, 2021).

Com a difusão de igrejas batistas pelo mundo, em 1891 as uniões batistas da Grã-Bretanha e da Irlanda mandam convites para diversas igrejas batistas em inúmeros países para um evento que formaria a Aliança Batista Mundial, em 1905 (PORTELA, 2021).

HISTÓRIA DOS BATISTAS NO BRASIL

Na primeira fase da chegada do protestantismo no Brasil, podemos distinguir dois grupos: protestantes de migração e de missão. Eles não diferiam entre si quanto à doutrinas ou eclesiologia, mas quanto a intenção. O protestantismo de migração foi a primeira onda a chegar ao território nacional estavam mais preocupados em preservar seus ritos e tradições dos seus países de origem, contudo também contribuíram para uma melhor aceitação dos brasileiros ao grupo seguinte: o protestantismo de missão. Esses desejavam pregar e crescer numérica e simbolicamente no Brasil, incorporando habitantes locais por meio do evangelismo (ALVES, 2020).

No Brasil, a estadia e o culto protestante só foi permitido em 1840 sob o reinado de Dom Pedro II. O imperador almejava alcançar boas relações com outros países e por isso permitiu que os imigrantes

exercessem a sua fé, mas o estado não era laico ainda. Devido o ambiente brasileiro ser agora mais permissivo aos protestantes, os derrotados pela Guerra Civil americana, ou guerra de secessão, vieram para cá. Os estados do sul dos EUA defendiam a escravidão e sua derrota na guerra significou prejuízo para muitos, escolhendo o Brasil para recomeçar a vida. Os diferentes colonos que vieram do sul se instalaram em algumas localidades, uma das escolhidas foi São Paulo, em Santa Bárbara D'Oeste. Lá foi criada a primeira igreja batista, mas os cultos só eram voltados para os colonos estadunidenses e falavam apenas o inglês. O primeiro estrangeiro batista que veio com intenções missionárias foi Thomas Jeferson Bowen em 1860, que pregava através do dialeto Iorubá na intenção de alcançar os escravos, mas ele logou retornou aos EUA devido uma enfermidade. Ele, em conjunto com a sua esposa, tinha a intenção de criar uma igreja de fala inglesa e outra destinada para os escravizados. Seu projeto de plantação das igrejas envolvia possuir um estoque de Bíblias e outros bons livros para atendimento ao público, alugar um espaço para trinta ou quarenta pessoas, ter uma classe bíblica e reuniões de oração, fundar uma escola e um ministério de visitações e escrever tratados teológicos destinados aos brasileiros. Ainda que não tenham sido bem-sucedidos, esse perfil seria semelhante ao implantado no Brasil tempos depois. Já bem fixados aqui, os colonos americanos de Santa Bárbara D'Oeste perceberam o potencial de missões aqui em solo brasileiro e pediram auxílio dos EUA, para a Junta de Richmond. Essa junta missionária foi responsável por trazer William Buck Bagby e Anne Luther para o Brasil. (ALVES, 2020; PORTELA, 2021).

A história dos Bagby diz muito sobre a história dos batistas no Brasil e revela uma paixão ardente por missões e pelo campo missionário em meio às alegrias e perseguições. Filho de sulistas e donos de escravos, William Buck Bagby nasceu no Texas em 1855. Sua infância foi vivenciada no contexto da guerra de recessão dos Estados Unidos. Os estados do Norte eram industrializados enquanto os estados do Sul eram basicamente agrários e altamente dependentes de mão

de obra escrava. Aos 12 anos Bagby aceitou a Jesus e foi batizado, demonstrando desde novo um chamado para ser pastor (MODES, 2022).

Aos 20 anos se formou em teologia na Universidade de Baylor, mesma universidade dirigida por seu pastor. Após esse período, suas pregações pelas cidades enfatizavam a importância dos estudos bíblicos, principalmente no formato de Escolas Bíblicas Dominicais. Nesse processo conheceu Anne Luther, com quem se casou e foi importantíssima por todo o ministério de Bagby. Aos 11 anos Anne Luther teve sua experiência de conversão e foi batizada no rio Mississipi em pleno degelo e com saúde frágil, afirmando que o batismo era um mandamento forte demais para ser descumprido. Na sua caminhada Cristã, seu ministério também envolvia forte vínculo com as Escolas Bíblicas Dominicais e foi enviada numa delegação para o Congresso de Escolas Bíblicas do Texas, onde conheceu William Buck Bagby (MODES, 2022).

Quando ainda eram noivos, o general sulista Hawthore descobre a vocação missionária de Anne Luther e a incentiva a viajar para o Brasil, um campo missionário em potencial. Nos fins da década de 1870, o influente ex-general confederado americano, chamado Alexander Travis Hawthorne, amigo de D. Pedro II, recebeu autorização do governo imperial para viajar pelo Brasil a fim de realizar uma prospecção em busca de uma terra aprazível para que fosse constituída uma colônia americana. O general escolheu terras no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, e retornou aos Estados Unidos. Ainda que ele tivesse o desejo de ser um missionário integral, sua idade o convence a destinar esforços ao apoio e recrutamento de missionários para o Brasil. Anne Luther prontamente se interessa e conduz Hawthorne para que fale com Bagby também. Em 11 de junho de 1880, Anne escreve uma carta para seu noivo, decidida sobre seu chamado a ponto de dizer em um trecho "Estou disposta a ir sozinha e esperá-lo, como estou pronta a ir com você, isto é, farei conforme você achar melhor." Desde criança Bagby tinha desejo de conhecer a América do Sul e se dedicava em estudar a

geografia brasileira. O general Hawthore, em seu encontro com Bagby fala da atual presença no Brasil de sulistas derrotados pela guerra e comunica sua pretensão em criar uma colônia no Rio Jequitinhonha, em Salvador. Impelido não apenas por vontade pessoal, mas por ação do Espírito Santo, Bagby começa a se preparar para sua viagem missionária para o Brasil. Em 21 de Outubro de 1880 William Buck Bagby se casa com Anne Luther. Em janeiro de 1881 ambos são enviados pela Junta de Missões rumo ao Rio de Janeiro (ALVES, 2020; MODES, 2022).

Houve uma hesitação em enviar o casal Bagby para o Brasil por consequências da tentativa "fracassada" de Thomas Jeferson Bowen anos antes. Entretanto, o general Hawthore utilizou como argumento a necessidade de pastorear as diversas famílias sulistas vivendo no Brasil, a maioria vivendo em São Paulo. Essa presença era tão notável que já existia uma igreja batista localizada em Santa Bárbara D'Oeste, mas era limitada para atender apenas os colonos de fala inglesa (MODES, 2022).

Depois de cinquenta dias de viagem, o casal chega à Baía de Guanabara. Quatro dias depois de chegarem ao Rio de Janeiro se direcionam para Santa Bárbara D'Oeste. No início Bagby se responsabilizou pelo pastoreio dos imigrantes sulistas e Anne pelo louvor nos cultos. No Colégio Presbiteriano de Campinas, o casal buscou imergir na língua portuguesa, com Anne lecionando o internato feminino devido a sua experiência como professora e assim e economizando algum recurso. Depois de algum tempo e com o apoio do ex-padre católico Antônio Teixeira de Albuquerque decidiram que Salvador seria a melhor cidade para começar os trabalhos missionários, por ser uma cidade extremamente religiosa, mas sem que houvesse obras missionárias significativas naquele local, além de ser uma cidade bastante povoada para os padrões da época, ter contato com o mar e possuir linhas férreas e por pertencer à região nordeste, ainda pouquíssimo procurada pelos missionários estrangeiros. Em 15 de outubro de 1882 foi organizada a Primeira Igreja Batista Bahia, sendo dessa forma a primeira igreja batista brasileira. Houve perseguições nesse início da igreja, com a

igreja católica aliada ao Estado incentivando agressores e vândalos a agirem contra os Bagby e os Taylor, a ponto de Bagby levar um soco na cara. No dia seguinte um grupo se juntou ao redor da casa onde os missionários estavam e jogaram pedras e areia molhada, sem que a polícia se posicionasse para defender as vítimas. Em outro momento Bagby ficou inconsciente por jogarem uma pedra nele, mas nessa mesma ocasião um culto estava sendo realizado pelo casal e dez vidas foram convertidas (ALVES, 2020; MODES, 2022).

Aproximadamente dois anos depois, a segunda igreja batista é fundada, dessa vez no Rio de Janeiro, mas também com o auxílio do casal Bagby. Em meio a Proclamação da República, o novo secretário de interior o Dr. Barbosa Lima chegou a consultar William Buck Bagby a respeito das ideias democráticas estadunidenses e a constituição americana. Os missionários influenciaram, ainda que talvez pouco e indiretamente, os primeiros passos dessa nova fase que o Brasil se iniciava. Depois do Rio, foram para São Paulo. Anne Bagby queria se envolver mais e diretamente com a obra missionária, então o casal comprou uma velha casa onde funcionava uma escola e fundou um colégio batista em 1902. Anne e sua filha Ermine tomaram conta da coordenação e ensino da instituição que no início era uma escola do primário, mas que também passou a ser um internato feminino. O casal introduziu leitura e estudo bíblico nessa escola, ainda que a contragosto de vários pais. Hoje o Colégio Batista Brasileiro está em pleno funcionamento e sob a tutela da Convenção Batista Brasileira, com sua atual sede em Perdizes, bairro de São Paulo. Também em São Paulo foi inaugurada a Primeira Igreja Batista da Lapa, a quarta igreja batista a ser implementada em São Paulo, e seu primeiro pastor foi William Buck Bagby (MODES, 2022).

Zachary Clay Taylor pode não ter tido um expressivo número de igrejas plantadas por ele em comparação a William Buck Bagby, mas seus trabalhos se complementam quanto a origem e difusão dos batistas no Brasil. Ele nasceu em Jackson, Mississipi, em 1851. Em 1881

recebeu um pedido de urgência para vir ao Brasil do seu amigo Bagby e do general Hawthorne. Orou e decidiu pela vinda, juntando recursos para a viagem. Ele se casa também em 1881 com Kate Stevens Crawford, que possuía um desejo em fazer missões pelo mundo, influenciada pelo seu tio que era missionário na China. Se formou na Universidade de Salado em 1879. Os Taylor se mudaram dos EUA poucos dias depois do casamento (MODES, 2022).

Em 9 de Março chegam em Campinas e já no final de semana seguinte ele prega na igreja de Santa Bárbara. Entretanto o período em São Paulo foi temporário, decidindo, junto aos Babgy, em ir para Salvador para fundar uma igreja. Depois de fundarem a primeira igreja batista brasileira, Bagby viaja para o Rio de Janeiro, mas Taylor permanece com seus trabalhos na Bahia, mas não apenas em Salvador. Quatro anos após a fundação da primeira igreja, a missão na Bahia já contava com três igrejas, dez pontos de pregação, cinco pastores e 120 batistas. Depois de Kate falecer de um câncer, ele se casa uma segunda vez em 1895 com Laura Barton e a ela é creditado muito no trabalho de organização Colégio Egydio Americano na cidade de Salvador. Devido ao seu chamado ser o trabalho em uma região fixa, Taylor pôde se concentrar em estabelecer uma doutrina batista clara nas igrejas recém-plantadas. Ele tinha um profundo apresso por oficializar um padrão doutrinário, fazendo a tradução da Confissão de Fé de New Hampshire, que foi adotada por todas as igrejas batistas do período e pela CBB em 1907, com o nome Declaração de fé das igrejas batistas do Brasil. Seu trabalho na tradução não para por aí, traduzindo inúmeros materiais que considerasse importantes para a instrução e para o evangelho (ALVES, 2020; MODES, 2022).

O seu zelo doutrinário também é perceptível na aplicação da que hoje é chamada "profissão de fé" por algumas igrejas, onde através de perguntas e de testemunhos se recomendava o indivíduo como membro da igreja ou não. Também seu zelo se manifestava na aplicação de disciplinas eclesiásticas, uma espécie de punição com a finalidade

de não "contaminar" o restante da igreja: "uma pessoa não-regenerada na igreja pode causar-nos mais prejuízo do que todo o mundo lá fora", segundo Taylor. Suas críticas a outros missionários e a igreja católica eram notáveis na época. Entretanto, também era um apoiador que recém-convertidos e pessoas com pouca instrução fizessem parte dos serviços da igreja. A barreira linguística foi um desafio. Por só dominar o inglês, Taylor a princípio ficava restrito a certos serviços na igreja, como recepcionar as pessoas. Com o tempo, até o fato dele ser estrangeiro não era o suficiente para atrair a curiosidade das pessoas. Então Taylor começou a sair pelas ruas com um Novo Testamento no bolso para abordar quaisquer pessoas que encontrasse, dedicando atenção individual para cada um (MODES, 2022).

Em 1916 publicou um artigo no O jornal batista que abordava sobre algumas ênfases estratégicas para a evangelização, como escolher dias específicos que as pessoas estivessem mais dispostas a escutar e locais urbanos para o serviço de missões. Uma outra estratégia era o uso de música para amenizar hostilidades e atrair a atenção. O uso dos meios de comunicação também era fundamental para Taylor, fundando a primeira tipografia batista no Brasil, trabalhou como editor do que jornal "Echo da Verdade", ou o que viria a ser chamado de O jornal batista, e criou um outro jornal, "A mensagem", em 1906 (MODES, 2022).

Taylor teve responsabilidade pela criação da Primeira Igreja Batista de Maceió, também batizando um de seus membros fundadores. Se envolveu com a Junta de Missões Estrangeiras atuando em Portugal, auxiliando na organização Igreja Batista do Porto. Organizou também a primeira União da Mocidade Batista (MODES, 2022).

Antônio Teixeira de Albuquerque foi um ex-padre, professor de língua portuguesa e escritor, além de pregador. Nasceu em 1840 na cidade de Maceió, Alagoas. Devotou sua vida à vocação sacerdotal, iniciando no seminário católico de Olinda. Em 1871 foi ordenado padre em Fortaleza. Pouco antes de sua entrada no seminário, houve uma polêmica a nível nacional em relação a Bíblia católica e a Bíblia

protestante e qual das duas seria a verdadeira, tendo o general Abreu e Lima como defensor da liberdade religiosa. Essa controvérsia certamente inspirou Teixeira a se aprofundar nos estudos da Bíblia. Após Teixeira, já a frente de uma paróquia, conversar com um amigo próximo que também contestava a visão de que o protestantismo era falso por ter uma Bíblia "falsa" foi que ele resolveu abandonar a batina e se relacionar com um grupo de protestantes (ALVES, 2020; MODES, 2022).

Não se sabe a data exata da conversão de Teixeira. De início Teixeira frequentou algumas denominações protestantes, mas sua filiação a uma igreja batista só ocorreu poucos anos depois da sua conversão, em São Paulo. Provavelmente sua mudança para o sudeste se deu por conta de perseguições religiosas. Ele foi o primeiro brasileiro a se filiar a uma igreja batista no Brasil e já em 1880 se torna o primeiro pastor batista brasileiro. A rápida ordenação de Teixeira tem relação com o desejo da Junta de Richmond de ter alguém que pudesse dialogar com os brasileiros em sua língua e cultura, além das qualidades de bom orador que Teixeira possuía (MODES, 2022).

Quatro meses depois da ordenação, Teixeira se desentendeu com o reverendo Quillin, que coordenava os trabalhos batistas no Brasil, se afastando do cargo eclesiástico por um período. Ele só foi voltar a atuar após a chegada de Bagby e Taylor, que souberam do ex-padre, se interessaram por ele e através de oração, sentiram que ele deveria fazer parte do trabalho missionário. Em 31 de agosto de 1882 as famílias Bagby, Taylor e Teixeira foram para Salvador e transcorridos 45 dias de suas mudanças, a Primeira Igreja Batista na Bahia foi fundada. Na Bahia, Teixeira assumiu o papel de secretário e auxiliava nas pregações, assim como ajudou a preparar as Regras de Ordens e Regulamentos para esta igreja e batizou novos convertidos. A partir da publicação do livro "Três Razões por que Deixei a Igreja Romana" um grupo de Maceió se interessou em ler mais as Escrituras e chamaram Teixeira para Maceió, em 1884, se mudando para lá no mesmo ano. Em 1885 foi fundada a Primeira Igreja Batista de Maceió. Em sua caminhada cristã

enfrentou resistências por parte da igreja católica, da família e de parte da comunidade, estando junto com Taylor no episódio da casa que foi apedrejada. Em sua curta existência como protestante influenciou muitos e expressou a forte presença dos batistas entre os brasileiros (MODES, 2022).

Outros batistas que desempenharam um papel importante no Brasil: Salomão L. Ginsburg, William Edwin Entzminger e Eurico Nelson. Salomão L. Ginsburg foi um judeu nascido na Polônia que se converteu ao evangelho e por isso, repudiado pela sua família. Ao sentir um chamado evangelista veio ao Brasil, junto aos congregacionais. Ao encontrar e debater com Zachary Taylor aqui no Brasil, pediu para ser batizado pelo missionário. Tinha apreço pela música, compondo e escrevendo várias delas. Seu trabalho resultou na primeira versão do hinário Cantor Cristão, além de ter contribuído para a organização de várias igrejas batistas e de estruturas que viriam a formar O Jornal Batista e da Casa Publicadora Batista. William Edwin Entzminger fez seu doutorado pelo Seminário Batista de Louisville, sendo o fundado do O Jornal Batista em 1901. Eurico Nelson, conhecido como "O apóstolo da Amazônia", era sueco de nascimento, mas cresceu nos EUA. Veio para o Brasil com o propósito missionário, mas sem preparo e sem sustento garantido inicialmente. Fundou as igrejas de Belém e Manaus e outras igrejas na região Norte, que habitou por quase cinquenta anos (PORTELA, 2021).

Em 1907 foi fundada a Convenção Batista Brasileira, vinte cinco anos após a criação da primeira igreja batista em solo nacional. Naquela convenção de 1907 também foram fundadas a Junta de Missões Estrangeiras, a Junta de Missões Estaduais e a Casa Publicadora. A motivação para a criação da Convenção foi a necessidade de organizar todas as igrejas, colégio e seminários batistas que estavam surgindo pelo Brasil todo. Ainda que de acordo com as doutrinas batistas cada igreja seja autônoma, a convenção surgiu com o propósito de realizar

certos empreendimentos que igrejas individuais não pudessem realizar sozinhas, uma forma de cooperação voluntária (PORTELA, 2021).

OS BATISTAS HOJE

Os princípios batistas dizem respeito a como essa igreja se comunica e interpreta o mundo a sua volta de acordo com as Escrituras. Pode-se sintetizar esses princípios no senhorio de Jesus Cristo, na autoridade bíblica como inspiração do Espírito Santo, uma igreja formada por membros regenerados e batizados, comunidade democrática e autônoma local, separação da igreja e Estado, liberdade religiosa, responsabilidade do indivíduo perante Deus e defesa de uma igreja missionária (PORTELA, 2021).

De acordo com a Aliança Batista Mundial em 1923 havia no Brasil 22.087 batistas. Em 2010 esse número salta para mais de 3.000.000 em todo território nacional. A maior presença de batistas se encontra na região Sul e Sudeste, mas há um crescimento significativo nas regiões Nordeste e Norte do país. Inclusive, os maiores crescimentos de fiéis se localizam nas capitais de Recife, João Pessoa, Salvador e na Amazônia ocidental (ALVARENGA, 2019).

No Brasil, os batistas possuem pelo menos cinco entidades representativas: Convenção Batista Brasileira (CBB), Convenção Batista Nacional (CBN), Convenção Batista Pioneira (CBP), Convenção Batista Conservadora (CBC) e Convenção de Igrejas Batistas Independentes (CIBI), além de outras ramificações menores como Igreja Batista Reformada, Igrejas Batistas Regulares e entre outras. A Convenção Batista Brasileira (CBB), idealizada por Salomão Ginsburg e fundada em 1907, é a que comporta um maior número de igrejas filiadas. Em 2010 eram 1.361.312 de membros, 7.806 igrejas e 4.377 congregações. Em 2024 esse número chegou a 1.813.621 fiéis, segundo a Convenção Batista Brasileira. Do ponto de vista doutrinário, segue "Os princípios batistas"

e a "Declaração Doutrinária da CBB", fundamentalmente baseada na declaração de New Hampshire. Estes batistas formam a primeira leva que chegou ao Brasil em 1871.

A Convenção Batista Pioneira foi fundada em 1910, mas só teve formalizada sua separação da CBB em 1964. Sua origem está ligada as migrações alemãs e letãs para o sul do país. Atualmente contam com um total aproximado de 9000 membros, distribuídos em 60 Igrejas e 44 congregações (ALVARENGA, 2019).

A Convenção Batista Nacional (CBN) foi fundada em setembro de 1967 na Igreja Batista de Lagoinha, Belo Horizonte-MG, fruto do movimento avivalista ocorrido nos EUA e em outras partes do mundo. Em números aproximados, somam mais de 405.816 membros no Brasil, segundo a Aliança Batista Mundial. Em 1965 cerca de 32 igrejas tiveram contato com o pentecostalismo. Fruto de um avivamento que corria pelas igrejas mundiais, Rosalee Mills Appleby (1895–1991) veio para o Brasil em 1924 como missionária, tendo aqui permanecido por 36 anos. Rosalee era batista, mas sentiu um chamado para aquecer o povo de Deus mediante a chama do Espírito Santo dentro das igrejas históricas. Essa paixão foi contagiando brasileiros e formando discípulos dentro e fora das comunidades evangélicas. Entretanto, em 1961 a Igreja Batista da Lagoinha foi excluída na assembleia da Convenção Batista Mineira em Juíz de Fora devido à defesa de uma teologia renovada. Outras igrejas não concordaram com essa exclusão, rompendo assim com a Convenção Batista Brasileira e fundando a Ação Missionária Evangélica. No ano seguinte mais igrejas seguiram essa corrente, aumentando o grupo. Em 1967, agora 52 igrejas em vez das 32 inicialmente, se organizaram para fundar a Convenção Batista Nacional (RAMOS NETO, 2012; ALVARENGA, 2019; CBN, 2025).

Como meio de conhecimento, é possível analisar as particularidades das igrejas batistas e encaixá-las em agrupamentos, ainda que não condigam totalmente com a realidade em todos os casos sempre. Essa metodologia serve apenas para uma compreensão social e

racional, deixando claro que não existem tipos puros, mas heterogêneos: uns mais e outros menos. Dessa forma, os batistas poderão ser mapeados em: batistas fundamentalistas, batistas pentecostais, batistas étnicos, batistas empreendedores e batistas heterodoxos. Os batistas fundamentalistas surgem como resposta ao liberalismo teológico e creem na inerrância bíblica e na veracidade dos seus dogmas. Os impactos desse movimento no Brasil foram grandes, a começar pelos seminários teológicos e nas igrejas. Os batistas pentecostais se opõem aos fundamentalistas quanto à racionalidade exacerbada dos últimos, atribuindo valor à experiência e interpretação pessoal. Esses batistas surgiram por volta da década de 60, girando em torno da doutrina do Espírito Santo e da segunda benção. Os batistas étnicos são mais distinguíveis por manifestarem em suas liturgias da rotina e do culto suas particularidades culturais de origem, frutos de migrações. Os batistas empreendedores se assemelham um pouco com os pentecostais, mas se destacam mais por seu apego as ferramentas, como a política, e estratégias, como a utilização de mídia e comunicação de massa, fundada na racionalidade burocrática, obedecendo a leis, estatutos e processos. Os batistas heterodoxos têm uma relação diferente com a Bíblia, com a experiência, com a cultura e com as inovações trazidas pela modernidade, com uma postura crítica e ao mesmo tempo mantendo diálogo. Defendem a liberdade de consciência, livre exame das Escrituras, liberdade de cada congregação e de expressão, além de colocar como pauta a justiça social (ALVARENGA, 2019).

CONCLUSÃO

O que se iniciou como movimento separatista de uma igreja estatal, hoje vemos uma das denominações protestantes que mais investe em missões no Brasil e no mundo. De John Smyth à Antônio Teixeira de Albuquerque, de William Carey a William Buck Bagby, nenhum desses nomes agiram sozinhos. Todos eles agiram por meio do Espírito Santo, levando em conta o escrutínio às escrituras, o amor ao próximo e a orientação às igrejas de fazer discípulos em todas as nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de. **Igrejas batistas no Brasil: construção de tipologias**. Goiânia: Caminhos, 2019.

ALVES, Pedro Henrique. **Primórdios batistas no Brasil: abertura de igrejas e formação da equipe missionária (1881-1886)**. Rio de Janeiro: Mosaico, 2020.

CBN. **Os Batistas Nacionais Uma síntese Histórica**. Disponível em: https://cbn.org.br/sobre/historia/. Acesso em: 12 abr. 2025.

MODES, Josemar Valdir. **Bagby, Taylor e Albuquerque: O início do trabalho Batista no Brasil**. Ijuí: Faculdade Batista Pioneira, 2022.

PORTELA, Davi Figueiredo. **História dos Batistas: princípios e doutrinas**. Teresina, 2021.

RAMOS NETO, João Oliveira. **Introdução à história dos batistas: Conteúdo, reflexão e possibilidades teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Revista Pós-Escrito, 2012.

CAPÍTULO 15

MEMÓRIAS QUE EDUCAM: Construindo Saberes Antirracistas

Gislaine Cristina dos Santos Costa[42]
Jaylson Santos de Vasconcelos[43]

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce a partir da conclusão do desenvolvido do projeto no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), realizado na Escola Estadual Margarida de Lima Falcão, instituição que atende turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. O projeto foi desenvolvido no período de fevereiro a novembro de 2025 e teve início com observações sistemáticas realizadas junto à turma do 3º ano "C", buscando compreender o comportamento dos estudantes e suas reações às práticas pedagógicas adotadas pelo professor Dyego Vasconcelos, docente da disciplina de História e supervisor presencial do PIBID na escola.

A partir dessas observações, foi possível constatar que a turma responde de forma positiva à metodologia utilizada pelo professor, a qual se fundamenta, principalmente, em metodologias ativas, como a

42 Graduanda em História
gislaine.costa@ufrpe.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAEADTec

43 Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo
Graduando em História
Jaylson15@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAEADTec

sala de aula invertida[44] e a aprendizagem baseada em projetos[45]. Tais estratégias favorecem maior participação dos alunos, estimulando o protagonismo discente e a construção coletiva do conhecimento. Também foi examinada a estrutura física da instituição que conta com aproximadamente 600 alunos e média de 45 estudantes por sala, atendendo de maneira satisfatória às necessidades do público escolar.

O público atendido é bastante heterogêneo, contemplando estudantes oriundos tanto da zona rural quanto da zona urbana, muitos dos quais acordam muito cedo em razão do deslocamento diário. Além disso, a escola mantém uma relação de abertura e diálogo com a comunidade do entorno, integrando-se à sociedade e fortalecendo seu papel social e educativo.

A implantação deste projeto na unidade escolar justifica-se pela urgência de enfrentar o racismo estrutural e institucional que ainda permeia o cotidiano escolar e social. Nesse sentido, Silvio Almeida afirma que "a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. O autor ressalta o caráter violento, desumano e desigual que o ato discriminatório possui, pois utiliza da ferramenta e manutenção do poder para que possa atuar "A discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça" (ALMEIDA, 2019, p. 25). Ademais, em um país marcado por profundas desigualdades sociais como o Brasil, o autor destaca que "a meritocracia comprova a

44 Sala de aula invertida é uma metodologia ativa na qual o professor organiza e disponibiliza previamente materiais didáticos, como vídeos, textos e podcasts, fazendo com que o estudante realize os primeiros contatos com o conteúdo a ser abordado.

45 Project-Based Learning (PBL), ou Aprendizagem Baseada em Projetos, consiste em uma abordagem pedagógica que coloca o estudante da posição de protagonista do processo de aprendizagem, promovendo engajamento ativo e investigativo na colaboração e na resolução de problemas reais ou questões complexas, resultando na elaboração de um produto, solução ou protótipo.

desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal" (ALMEIDA, 2019, p. 63).

Compreendemos a escola como um espaço fundamental de formação crítica e cidadã, que não pode reproduzir silêncios históricos responsáveis por invisibilizar a presença e o protagonismo dos povos africanos e indígenas na construção da sociedade brasileira. A omissão desses sujeitos no currículo escolar contribui para a manutenção de estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias, reforçando a necessidade de uma educação comprometida com a promoção da igualdade racial e da justiça social.

INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA E DIVERSIDADE CULTURAL NO CURRICULO

Compreender a razão das desigualdades raciais no Brasil requer uma análise crítica dos discursos que historicamente moldaram a ideia de nação e identidade nacional. Destaca-se entre esses discursos a noção de mestiçagem, que foi e continua sendo difundida como elemento fundador da sociedade brasileira e frequentemente impulsionado de forma acrítica nos espaços escolares e nos materiais didáticos. Longe de representar apenas um processo biológico ou cultural neutro, a mestiçagem constituiu-se como uma ideologia que orientou interpretações sobre raça, diferença e pertencimento, influenciando a forma como as identidades negras e indígenas foram representadas ou silenciadas no decorrer da história.

A ausência ou o tratamento superficial das temáticas afro-brasileiras e indígenas nos materiais didáticos contribui para a manutenção de estereótipos, preconceitos e o silenciamento de processos históricos que foram fundamentais na formação social brasileira, de acordo com Munanga a ideologia da mestiçagem, ao se manifestar como projeto de

unidade nacional, foi historicamente um mecanismo de apagamento das identidades raciais e étnicas dos grupos dominados, uma vez que "a mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras consequências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio" (MUNANGA, 1999, p. 110).

Além disso, o autor problematiza o discurso de homogeneização racial ao afirmar que "o que está por trás da expressão popularmente tantas vezes repetida: 'no Brasil todo mundo é mestiço', senão a busca da unidade nacional racial e cultural?" (MUNANGA, 1999, p. 117), evidenciando como essa ideologia contribui para a diluição das diferenças raciais e para a dificuldade de reconhecimento do racismo estrutural no Brasil. Nesse sentido, a escola precisa romper com narrativas homogêneas e eurocêntricas, valorizando os sujeitos historicamente marginalizados e reconhecendo suas contribuições na formação da sociedade brasileira.

O processo da criação do projeto do livro foi iniciado a partir de uma reunião com a coordenadora Marta Margarida onde ela deliberou alguns temas para o desenvolvimento do projeto. Escolhemos o tema: História e Historiografia na Perspectiva Antirracista. A partir disto, começamos a pensar maneiras mais adequadas para a realização do projeto. A escola é um dos poucos espaços de convivência em que diferentes culturas e identidades se encontram e, ao mesmo tempo, é um local onde se reproduzem preconceitos. Essa realidade pode ser compreendida a partir da colonialidade do poder, uma vez que, segundo Quijano, "um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça" (QUIJANO, 2005, p. 107).

A educação antirracista precisa ser pensada dentro do ambiente escolar para romper desigualdades históricas e construir relações mais justas e respeitosas. Isso se faz necessário porque, como afirma Munanga, "somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos,

em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade" (MUNANGA, 2005, p. 15).

De acordo com a nossa vivência em sala de aula fica evidente a importância e a urgência da implementação de materiais comprometidos com os saberes africanos, indígenas e afrodescendentes, e o papel da importância desses povos na construção do Brasil, sendo necessário o fomento de políticas educacionais e a fiscalização das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instauram o cumprimento da educação antirracista em todo o território brasileiro.

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA

Foram desenvolvidas ações pedagógicas que envolveram rodas de leitura, debates orientados, análises textuais e midiáticas, atividades de sensibilização e produções escritas realizadas pelos estudantes. Essas práticas buscaram estimular a reflexão crítica, a desconstrução de estereótipos e o fortalecimento da autoestima discente, ao mesmo tempo em que promoviam o diálogo entre os conteúdos curriculares e as experiências vividas pelos alunos em seus contextos sociais e culturais.

A construção do livro, elaborado com os alunos teve início em setembro de 2025, após reunião com a coordenação pedagógica, na qual foram definidos os temas norteadores das ações: "História e historiografia na perspectiva antirracista", articulando as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Essa escolha fundamenta-se na necessidade de questionar modelos únicos de conhecimento e valorizar múltiplas epistemologias historicamente silenciadas, Munanga salienta que a consolidação de uma educação antirracista ainda esbarra na escassez de materiais didáticos comprometidos com a valorização da diversidade étnico-racial. "Os livros e demais recursos didáticos, sejam visuais ou audiovisuais, continuam a reproduzir muitos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos

em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental". (MUNANGA, 2005, p.15).

Dessa forma, o modelo adotado evidencia o potencial do ensino histórico em relação as práticas antirracistas como instrumento de formação crítica, demonstrando como propostas educativas contextualizadas e alinhadas ao ensino antirracista podem fortalecer o diálogo entre escola, território e comunidade, contribuindo para uma educação comprometida com a justiça social e a valorização da diversidade cultural.

CONSTRUÇÃO DO E-BOOK COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

Durante os encontros, foi apresentada aos estudantes a proposta de desenvolvimento de um e-book, com posterior disponibilização também em formato físico para que ficasse disponível na biblioteca e integrasse os exemplares paradidáticos da escola em contribuição sobre o ensino antirracista para os alunos e docentes. A escolha pela produção do livro fundamentou-se, principalmente, na necessidade de efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, uma vez que, apesar de serem obrigatórias em todas as instituições de ensino, ainda há fragilidades quanto à sua implementação sistemática no cotidiano escolar. Além disso, a proposta visou ao fortalecimento das práticas de leitura, escrita e desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

Considerando que a turma foi composta por alunos do terceiro ano do Ensino Médio, etapa em que a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se intensifica, a atividade também dialogou diretamente com os objetivos curriculares da disciplina de História e com a produção textual exigida nesse exame, frequentemente percebida pelos estudantes como um desafio significativo.

Os estudantes foram organizados em grupos, e, no mesmo encontro, foram distribuídas as obras literárias selecionadas para subsidiar as discussões e fomentar perspectivas antirracistas. Entre os livros escolhidos foram: Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus; Olhos d'Água, de Conceição Evaristo; Pequeno Manual Antirracista, de Djamila Ribeiro; A Terra dos Mil Povos de Kaká Werá;Desconstruindo o racismo contra povos indígenas no Brasil de Poliene Bicalho e O Perigo de Uma História Única da Chimamanda Ngozi Adichie. Essas obras tiveram como objetivo ampliar o repertório crítico dos alunos e possibilitar reflexões sobre as realidades das populações negras e indígenas.

Foi estabelecido um prazo para a realização das leituras e a produção de esboços textuais iniciais, que seriam progressivamente aprimorados ao longo do processo. Os textos foram produzidos pelos alunos, enviados para avaliação, revisados e devolvidos com orientações, a fim de adequá-los às normas editoriais necessárias para a publicação do e-book. Como critério mínimo, foi solicitada a produção de aproximadamente uma página por estudante, onde eles puderam criar relatos sobre situações e formas de combate ao racismo, garantindo que os textos expressassem a compreensão dos conteúdos trabalhados.

Paralelamente à produção escrita, foram realizadas as cinco aulas expositivas e atividades formativas e com a proximidade do período avaliativo da turma, a equipe responsável deu início ao processo de diagramação, escolha da capa e definição do título da obra, contando com sugestões dos próprios estudantes. Após a finalização, o livro foi apresentado à turma, que demonstrou grande satisfação com o resultado. Muitos alunos relataram maior interesse pela escrita, aprofundamento nas temáticas abordadas e uma nova compreensão sobre situações de racismo antes naturalizadas como "brincadeiras".

Dessa forma, conclui-se que o projeto de produção do e-book constituiu uma estratégia pedagógica exitosa, promovendo a valorização das narrativas negras e indígenas, o desenvolvimento do pensamento

crítico e o protagonismo discente, além de contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EM SALA DE AULA

O projeto desde as etapas iniciais, observou-se uma receptividade positiva por parte da turma, que demonstrou interesse e engajamento nas propostas apresentadas. A organização dos estudantes em grupos ocorreu de forma espontânea, favorecendo o início das atividades e o desenvolvimento progressivo do projeto.

No primeiro encontro, foi realizada uma atividade introdutória denominada "sorteio literário", com o objetivo de estimular a curiosidade, a leitura crítica e o diálogo coletivo. Nessa dinâmica, cada estudante sorteou um título de livro sem acesso prévio ao conteúdo. A partir da observação da capa e do título, os alunos compartilharam hipóteses sobre o tema, o período histórico e as possíveis mensagens da obra. Posteriormente, o docente apresentou informações referentes à autoria, ao contexto de produção e à relevância literária e social dos textos, ampliando a compreensão crítica dos estudantes.

O segundo encontro teve como tema "A resistência negra no Brasil: do tráfico negreiro à atualidade". A aula foi iniciada com uma questão motivadora — "Se a escravidão terminou em 1888, por que o racismo continua?" — projetada para fomentar a reflexão crítica. Em seguida, foi realizada uma exposição dialogada, com apoio de slides, abordando o tráfico negreiro, o sistema escravista e suas práticas de violência e desumanização. Nesse contexto, discutiu-se o silenciamento imposto aos povos negros como parte estruturante do projeto colonial, conforme analisa Grada Kilomba ao tratar da "máscara do silenciamento", instrumento feito com um pedaço de metal que era colocado na boca dos negros, que ficava localizada entre a lingua e o maxilar e era presa atrás da cabeça por duas cordas, sendo utilizado para impor medo,

controle e tortura, já que os negros não poderiam falar, simbolizando o domínio do colonialismo. "A máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo". (KILOMBA, 2019, p. 33).

Também foram abordadas as diversas formas de resistência negra, como os quilombos, as irmandades religiosas e as revoltas, bem como os limites da abolição formal da escravidão e os impactos do período pós-abolição, com ênfase no racismo estrutural e na marginalização social, além da atuação dos movimentos negros nos séculos XX e XXI. O uso de imagens e vídeos curtos contribuiu para o aprofundamento da temática.

Na etapa seguinte, os estudantes foram organizados em grupos e receberam situações-problema de natureza histórica ou contemporânea, como anúncios de escravizados do século XIX ou notícias atuais sobre racismo. A atividade consistiu na identificação e análise das formas de resistência presentes ou necessárias em cada contexto, cujas conclusões foram posteriormente socializadas com a turma. Tal dinâmica possibilitou refletir sobre os limites das expectativas impostas ao sujeito negro no enfrentamento do racismo cotidiano, bem como sobre a importância da construção da autonomia e da desalienação, uma vez que "despedir-se dessa fantasia de perfeição é a terceira tarefa crucial para o sujeito negro, a fim de não se limitar à/ao 'Outra/o' desidealizado nem à/ao 'Outra/o' idealizado, mas para chegar ao eu complexo" (KILOMBA, 2019, p. 235).

O terceiro encontro abordou o tema "Povos indígenas: da colonização à decolonialidade". A aula foi iniciada com a problematização das representações sociais sobre os povos indígenas, a partir da pergunta disparadora: "O que vem à sua cabeça quando escuta a palavra indígena?". As respostas dos estudantes foram registradas no quadro e utilizadas como base para a discussão inicial. Em seguida, desenvolveu-se uma exposição dialogada sobre o processo de colonização, destacando

práticas como catequese, escravização, extermínio e perda de territórios, nesse processo, a colonização não se restringiu à ocupação territorial, mas envolveu a imposição de um modelo único de humanidade, que deslegitimava outras formas de existência. Como aponta Ailton Krenak, "a civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade" (KRENAK, 2019, p. 28). Essa lógica sustentou políticas de catequese, escravização e assimilação cultural, cujos efeitos persistem até a atualidade e são questionados tanto pelas perspectivas decoloniais quanto pelas estratégias históricas e contemporâneas de resistência indígena.

Discutiram-se, ainda, as políticas de assimilação cultural dos séculos XIX e XX e, por fim, introduziu-se o conceito de decolonialidade, compreendido como uma crítica ao eurocentrismo e como valorização dos saberes indígenas na construção do conhecimento e na relação com o meio ambiente, nesta perspectiva, a descolonização não se reduz à substituição de estruturas administrativas ou políticas, mas implica uma transformação ontológica profunda, pois, como define Frantz Fanon, trata-se de um processo que "afecta o ser, modifica fundamentalmente o ser" e que resulta na "criação de homens novos". Contudo, o autor explica que essa criação "não recebe a sua legitimidade de nenhuma força sobrenatural: a 'coisa' colonizada converte-se, no homem, no próprio processo pelo qual ele se liberta" (FANON, 1968, p. 32).

A introdução do conceito de decolonialidade permitiu problematizar a ideia de uma humanidade homogênea, construída a partir de referenciais eurocêntricos, que historicamente deslegitimaram os modos de vida e os saberes dos povos indígenas. Nesse sentido, Krenak questiona a adesão compulsória a esse modelo civilizatório ao afirmar: "Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?" (KRENAK, 2019, p. 13). A decolonialidade, portanto, propõe o rompimento com essa lógica,

valorizando epistemologias plurais e relações não predatórias com a natureza.

Na atividade prática, os estudantes organizaram acontecimentos históricos em ordem cronológica desde a colonização e seus impactos sobre os povos indígenas, resultando na construção coletiva de uma linha do tempo crítica.

O quarto encontro foi destinado ao acompanhamento das produções textuais em grupo. Nesse momento, os objetivos do projeto foram retomados, e os critérios para a elaboração dos textos que integrariam o livro coletivo foram explicitados, tais como clareza das ideias, articulação com as temáticas estudadas, organização textual e criatividade. Os estudantes produziram textos coletivos, articulando suas experiências, as leituras realizadas e os conteúdos trabalhados nas aulas. Esse encontro teve caráter formativo, com foco na orientação e no acompanhamento do processo de escrita.

O quinto encontro teve como foco a compreensão das etapas de produção de um livro, desde o projeto gráfico até a impressão. A proposta de elaboração de um livro coletivo foi apresentada, juntamente com alguns exemplares de obras impressas, para que os alunos pudessem ter mais referências de como confeccionar o livro. A aula seguiu um roteiro que contemplou a definição do tema geral, a escolha do título, a elaboração da capa, a estruturação do conteúdo, a divisão de tarefas, a formatação, a revisão coletiva e a finalização do arquivo digital. Os estudantes foram organizados em grupos responsáveis por diferentes etapas do processo, iniciando a execução das atividades com o suporte de nós pibidianos.

A avaliação ocorreu de forma processual ao longo de todos os encontros, por meio da observação da participação, do envolvimento dos estudantes, das produções realizadas e da capacidade de estabelecer relações críticas entre passado e presente, com ênfase na compreensão do racismo estrutural, das resistências negras e indígenas e das perspectivas decoloniais.

IMAGEM 1 – Atividade em sala de aula no âmbito do PIBID

Fonte: Arquivo pessoal de Gislaine Cristina dos Santos Costa.

IMAGEM 2 – Atividade em sala de aula no âmbito do PIBID

Fonte: Arquivo pessoal de Gislaine Cristina dos Santos Costa.

EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS

Toda a avaliação aconteceu respeitando um processo, através da observação da participação oral durante as aulas, leitura dos livros indicados, registros escritos, apresentações em grupo e acompanhamento das produções textuais. Os critérios envolveram a compreensão histórica, a capacidade de relacionar passado e presente, o reconhecimento das resistências negras e indígenas, o trabalho coletivo e a reflexão crítica sobre o racismo estrutural.

Os resultados evidenciam o fortalecimento da autoestima dos estudantes, a desconstrução de estereótipos e o desenvolvimento do pensamento crítico. Muitos alunos relataram ter compreendido que situações antes naturalizadas como "brincadeiras" configuravam práticas racistas. As produções finais revelaram narrativas sensíveis, próximas da realidade vivida, confirmando que a criação do e-book e do livro físico constituiu uma experiência pedagógica exitosa e significativa, contribuindo para uma educação comprometida com a justiça social, a diversidade cultural e a formação cidadã.

Com relação as experiências vivenciadas no desenvolvimento do projeto acreditamos fortemente que contribuímos de forma significativa para a construção e formação dos saberes antirracistas dos estudantes que acompanhamos, os autores que escolhemos foram pensados para possibilitar uma compreensão mais profunda do papel da escola como espaço de enfrentamento às desigualdades raciais e de promoção da justiça social. A prática pedagógica evidenciou que uma postura crítica e comprometida com a educação antirracista favorece a ressignificação das narrativas históricas, ampliando o reconhecimento das contribuições dos povos negros e indígenas e aprofundando a compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural, historicamente construído e ainda presente na sociedade brasileira.

O contato direto com o tema antirracista e a busca por atividades que atendessem ao objetivo nos levou a projetar, e a executar atividades

pedagógicas que permitiram refletir sobre os desafios e as possibilidades de inserir a educação antirracista no cotidiano escolar. Ao avaliar os primeiros textos entregues por alguns alunos, eles nos confidenciaram que gostaram muito do tema e que aprofundariam os estudos. Ficamos muito contentes ao ouvir estas palavras dos discentes.

Inferimos que, esse processo formativo contribuiu para o desenvolvimento de uma prática docente mais sensível às diferenças, atenta às experiências dos estudantes e comprometida com a construção de um ambiente educativo e mais inclusivo. A experiência reforçou, ainda, a compreensão de que o ensino de História pode atuar como instrumento de questionamento das desigualdades sociais e de fortalecimento do pensamento crítico, consolidando a escola como espaço de diálogo, escuta e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto evidenciou que a escola, quando assume uma postura crítica e comprometida com a educação antirracista, torna-se um espaço potente de transformação social. As práticas pedagógicas adotadas possibilitaram aos estudantes ressignificarem narrativas históricas, reconhecer as contribuições dos povos negros e indígenas e compreender o racismo como um fenômeno estrutural, historicamente construído e ainda presente na sociedade brasileira.

A articulação entre teoria, legislação educacional e práticas metodológicas ativas revelou-se fundamental para a construção de aprendizagens significativas, promovendo o fortalecimento da autoestima, da consciência histórica e do senso crítico dos alunos. Nesse processo, a valorização da escrita, da memória e das narrativas pessoais mostrou-se uma estratégia eficaz de enfrentamento aos silenciamentos históricos.

As reflexões dos autores trabalhados em sala de aula reforçam a importância de uma educação que reconheça a pluralidade de modos de existir e de conhecer, rompendo com perspectivas eurocêntricas e excludentes. Ao incorporar essas discussões ao cotidiano escolar, o projeto contribuiu para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel histórico e social, reafirmando a escola como espaço de resistência, diálogo intercultural e promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15–20.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–126.

CAPÍTULO 16

LUZ, CÂMERA E ANCESTRALIDADE:
o audiovisual na Educação para as Relações Etnicorraciais – um olhar sobre o ensino das religiões afro-brasileiras

Autora: Erinalda Antonio dos Santos[46]
Autor: Gleidson Alves de Oliveira[47]
Autor: Jose Ailton Gomes de Oliveira[48]
Orientadora: Ana Maria Veiga[49]

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma experiência formativa vivenciada no ano de 2025, no âmbito da monitoria do componente curricular Educação para as Relações Étnicorraciais (ERER), realizada na Instituição de Ensino Superior Universidade Federal da Paraíba, no Curso de

46 Universidade Federal da Paraíba
Graduanda em História
E-mail: erinaldadossantos16@gmail.com

47 Universidade Federal da Paraíba
Graduado em História
E-mail: gleidson.alves578@hotmail.com

48 Universidade Federal da Paraíba
Graduando em História
E-mail: ailtonoliveira.ufpb@gmail.com

49 Universidade Federal da Paraíba
Doutora em História
Professora do Departamento de História (UFPB)
E-mail: ana.veiga@academico.ufpb.br

Licenciatura em História, através do projeto de monitoria intitulado "Formação Docente e Multidisciplinar do Historiador".

Com base em Frison (2016), o programa de monitoria se apresenta no processo de formação dos discentes com um dupla função: auxiliar, de forma prática, na formação de novos professores e reduzir a evasão universitária. No âmbito de reduzir a evasão universitária, majoritariamente causada por dificuldades de adequação à rotina acadêmica, a autora observa êxitos:

> Pelos indicadores aqui apresentados, evidencia-se que as práticas de monitoria são muito importantes. Elas facilitam o processo de aprender, ajudando a superar problemas, bloqueios, pressões, dificuldades internalizadas que limitam a aprendizagem. Os achados relativos às características da monitoria ressaltam o acompanhamento dos estudantes em seus tempos, ritmos e avanços, nas dificuldades pessoais e coletivas. (Frison, 2016, p. 148-149)

Na questão da formação de novos professores, temos o programa de monitoria contribuindo para os saberes e práticas que regem o ofício docente, de modo que a monitoria se torna, para o monitor, um "laboratório experimental", no qual é oportunizado "se forjar" enquanto professor. Frison (2016). Sousa e Sousa (2023) também reforçam a monitoria como um importante espaço de formação docente, não só por "lapidar" o interesse do monitorando pela sala de aula, mas por familiarizá-lo nos saberes que regem o "ser professor(a)".

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), instituída pela Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, surge como um importante instrumento de enfrentamento ao racismo e de valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira. Nesse contexto, o trabalho pedagógico assume papel central, especialmente na mediação

realizada pelos(as) docentes, que contribuem para a problematização de estereótipos e preconceitos ainda presentes no cotidiano escolar. Ao tornar esses conteúdos obrigatórios, a legislação também provoca os currículos tradicionais, historicamente marcados por silenciamentos, apagamentos e pela predominância de narrativas eurocêntricas.

Ao serem destacadas as inúmeras contribuições dos africanos e dos povos originários, para a sociedade brasileira conforme Mattos (2007), no decorrer das aulas e durante as sessões de monitoria, vieram à tona questões em torno da temática da "diversidade religiosa", no que tange aos desafios no ensino sobre religiões afro-brasileiras. Conforme aponta Silva (2007), essas discussões não se configuram como um problema pedagógico abstrato, mas como expressão de tensões sociais concretas, historicamente construídas a partir de processos de racialização, silenciamento cultural e hierarquização religiosa. Nesse sentido, reconhecer e abordar essa temática implica compreender que o espaço escolar é atravessado por disputas simbólicas que refletem e reproduzem preconceitos presentes na sociedade de forma mais ampla.

A realidade brasileira evidencia a permanência de episódios recorrentes de intolerância religiosa. Segundo dados divulgados pela CNN Brasil, em 2024 foram registradas 3.853 violações motivadas por intolerância religiosa no país, representando um aumento superior a 80% em relação a 2023, de acordo com informações do canal Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. As religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, figuram entre as mais afetadas, registrando ocorrências que mais do que dobraram no período analisado, embora outras tradições religiosas também tenham sido alvo de ataques e discriminação.

Ademais, informações oficiais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania revelam que a intolerância religiosa continua entre as violações recorrentes registradas no país. Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, o Disque 100 contabilizou 2.774 denúncias relacionadas a esse tipo de violência, indicando a continuidade do problema em

escala nacional. Esses dados evidenciam que a intolerância religiosa se configura, no Brasil, como um fenômeno persistente e significativo, atingindo de forma mais intensa grupos historicamente marginalizados e reforçando a urgência de ações pedagógicas capazes de enfrentar simbólica e socialmente essas formas de violência.

Para dar conta de parte desses desafios, foram propostas atividades de produção audiovisual, a fim de favorecer a empatia, a escuta e o reconhecimento das nuances em torno da pluralidade de identidades negras e afro-religiosas. Napolitano (2023) aponta que o audiovisual, como fonte histórica, meio de construção da memória e experiência social, é capaz de promover leituras críticas sobre a cultura e a diversidade. Logo, apropriado em sala de aula, o audiovisual pode auxiliar os e as discentes a reconhecerem narrativas e histórias invisibilizadas pela historiografia tradicional, integrando saberes interdisciplinares que enriquecem a formação dos futuros professores de História. Este trabalho apresenta um olhar educativo que une imagem, ancestralidade e respeito às diversidades.

OBJETIVOS

De modo geral, o trabalho tem como objetivo analisar o uso do audiovisual como recurso didático na abordagem das religiões afro-brasileiras no contexto da Educação Etnicorracial; e, especificamente, incentivar o protagonismo discente, ao promover diálogos e reflexões críticas em sala de aula com base na prática audiovisual. Logo, o estudo possui caráter qualitativo e descritivo, centrado em experiências formativas na monitoria em Educação Para as Relações Etnicorraciais, em vistas de pautar uma formação docente crítica com base na decolonialidade.

METODOLOGIA

Trazemos como aporte bibliográfico as referências do componente curricular, as pesquisas dos discentes para suas produções audiovisuais, além dos autores que contribuíram para as reflexões presentes neste trabalho, que destacam a pluralidade cultural e analisam as expressões religiosas afro-brasileiras, e atentam para a importância do uso do audiovisual como fonte histórica e material didático. São eles: Mattos (2007); Fonseca (2014); Hooks (2023) e Napolitano (2023).

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram:

1. Leitura e discussão da bibliografia da disciplina, buscando compreender a importância da ERER na formação docente em História;
2. Organização da turma em equipes, dedicando um tempo às orientações para a produção de audiovisuais de curta-metragem (5 minutos de duração);
3. Exibição dos audiovisuais em sala, seguida de debates e reflexões mediadas pela docente Ana Maria Veiga, pela monitoria e por estagiários(as);
4. Sistematização das percepções discentes e das reflexões coletivas sobre o papel transformador da experiência na monitoria, resultando no presente trabalho.

Durante as exibições, seguidas de rodas de diálogo, os(as) discentes relacionaram as produções com as leituras teóricas e suas vivências. Entre os vídeos apresentados, destacam-se os que abordaram o tema das religiões afro-brasileiras, a exemplo do intitulado "Refletidos no espelho de Oxum".

O caráter inovador desta pesquisa está em articular a produção audiovisual ao componente Educação para as Relações Etnicorraciais, explorando o seu potencial como mediador de ancestralidades, saberes

e crenças afro-brasileiras. A proposta contribui para práticas pedagógicas antirracistas e interculturais, alinhadas à BNCC e à Lei 10.639/2003 da LDB.

A ATUAÇÃO DA MONITORIA

Na monitoria em Educação para as Relações Etnicorraciais, as atividades desenvolvidas envolveram reuniões sistemáticas de planejamento, leitura orientada da bibliografia e assistência nos atendimentos presenciais e online aos discentes, bem como o acompanhamento das aulas e das produções audiovisuais elaboradas pelos grupos.

As ações de monitoria ocorreram de forma articulada ao desenvolvimento da disciplina, contribuindo para a mediação pedagógica, para a organização dos trabalhos acadêmicos e para o acompanhamento do processo formativo dos estudantes. As mediações realizadas em conjunto com estagiários(as) docentes, nos níveis de mestrado e doutorado, e com a professora orientadora favoreceram um ambiente de aprendizagem pautado na escuta, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento. Esses aspectos foram fundamentais para uma formação docente crítica e comprometida com a Educação antirracista.

O acompanhamento das aulas incluiu a exibição e a discussão de documentários, a leitura de textos teóricos e o suporte metodológico aos grupos responsáveis pela produção dos audiovisuais, que foram desenvolvidos como parte das atividades avaliativas da disciplina. Esse aspecto da atuação da monitoria dialoga diretamente com as contribuições de Souza (2011), ao compreender o cinema como um recurso potente, capaz de tensionar narrativas hegemônicas, valorizar a negritude e ampliar as possibilidades de leitura crítica da realidade no espaço escolar. Dessa forma, a monitoria constituiu-se como espaço formativo complementar, articulando teoria, prática pedagógica e experiência educativa no ensino de História.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As experiências pedagógicas vivenciadas na disciplina de Educação para as Relações Etnicorraciais (ERER) evidenciaram que o uso do audiovisual constitui uma ferramenta pedagógica significativa na abordagem das religiões afro-brasileiras, ao favorecer o reconhecimento das ancestralidades e espiritualidades negras como patrimônios culturais vivos[50]. No curta "Refletidos no espelho de Oxum" (de autoria dos discentes Mariana, Eduardo, Francisco, Hannah e Yamana), a simbologia da água e do espelho foi explorada como metáfora da memória, da identidade e da força feminina de Oxum, permitindo que os e as estudantes refletissem sobre o sagrado não pelo exotismo, mas como dimensão formadora da experiência humana diante do divino e do divino feminino.

A exibição do vídeo provocou intenso debate sobre a intolerância e o racismo religioso, problemáticas ainda sub-exploradas nas práticas escolares e nos currículos da BNCC. A linguagem audiovisual, ao unir som, corpo e imagem, possibilitou uma escuta sensível e o deslocamento de olhares coloniais previamente constituídos, aproximando os(as) discentes das cosmologias afro-brasileiras e de suas formas de expressão. Tal perspectiva dialoga com as reflexões de Bell Hooks (2023), ao compreender o cinema como uma experiência vivida, capaz de produzir sentidos, afetos e consciência crítica a partir das vivências de raça, classe e gênero. Inspiradas na pedagogia libertadora de Hooks (2013), que traz a base nos ensinamentos de Paulo Freire, as reflexões ampliaram o entendimento de que a prática educativa é também um ato político, ao promover o diálogo, o respeito e a valorização da diversidade. A

50 Um exemplo dessa produção e sua relevância é o documentário intitulado "Guardiãs de saberes ancestrais" (2025), dirigido e roteirizado por Ana Maria Veiga, que foi exibido nas primeiras aulas de ERER e originou debates referentes às práticas e religiosidades das mulheres interioranas que guardam e transmitem saberes ancestrais nas suas comunidades.

criatividade das e dos discentes autores(as) da produção audiovisual também merece destaque. Ao ser avaliada por colegas de turma, o vídeo "Refletidos no espelho de Oxum" obteve nota máxima.

As experiências vivenciadas no acompanhamento da disciplina evidenciaram um progressivo engajamento dos(as) discentes com as temáticas propostas, sobretudo a partir da articulação entre textos teóricos, documentários, músicas e produções audiovisuais. As discussões em sala de aula revelaram que o uso do audiovisual favoreceu leituras críticas sobre temáticas como identidade, memória, religiosidade, estética e resistência, possibilitando que os e as estudantes - do primeiro período da Licenciatura em História, vale ressaltar - relacionassem os conteúdos acadêmicos às suas próprias vivências sociais e culturais.

Os debates em torno de autores como Ailton Krenak, Azelene Kaingáng, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro contribuíram para a compreensão da centralidade da interseccionalidade, da decolonialidade e do enfrentamento ao epistemicídio (apagamento de saberes) no ensino de História. Observou-se que tais leituras ampliaram a percepção discente acerca das desigualdades raciais estruturais e do papel da educação na valorização dos saberes produzidos por povos negros e indígenas.

As produções das obras apresentadas ao final da disciplina evidenciaram a apropriação crítica da linguagem cinematográfica como instrumento de reflexão histórica e social. Os vídeos abordam temas como educação etnicorracial, identidade, religiosidade, estética negra e resistência, demonstrando que a turma, como um todo, foi capaz de traduzir, de forma sensível e crítica, as discussões teóricas trabalhadas ao longo do semestre. Neste sentido, as produções audiovisuais, e todas as reflexões que elas proporcionam, configuraram-se como práticas de memória, capazes de tensionar narrativas hegemônicas e reafirmar a centralidade das experiências negras e indígenas na história brasileira.

Figura 1: Trecho do vídeo “Refletidos no espelho de Oxum”, produzido pelos discentes da Disciplina Educação para as Relações Etnicorraciais (ERER)

Fonte: https://youtu.be/2I42jAnPgMk?si=OlXBpPLKEZilzsKJ Acesso em: 6 de Novembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do audiovisual no componente curricular ERER assumiu um papel importante, no sentido dos processos de formação docente construídos na disciplina, que ultrapassa a função ilustrativa. Pois, mostrou-se na prática, como um fundamental mediador na resolução do desafio central enfrentado: o ensino de religiões afro-brasileiras em contextos marcados por silenciamentos, estigmas e racismo religioso.

A partir de experiências concretas, o plano de ação proposto e desenvolvido em oficinas de produção audiovisual, assumiu um importante papel junto à política curricular e prática pedagógica antirracista (Lei 10.639/2003). O fazer cinema para a sala de aula, apropriado e significado em torno de temáticas etnicorraciais, é reiterado

como gesto de resistência e afirmação cultural, tornando a universidade e as escolas espaços de resistência, onde a imagem e suas sonoridades viram uma ponte entre passado e presente, entre memória e ação. O que dialoga com as reflexões propostas por Nilma Lino Gomes (2017), que compreende a educação como um campo atravessado pelos saberes produzidos nas lutas do movimento negro, os quais tensionam currículos hegemônicos e reafirmam a escola como espaço de emancipação. Ao unir estética, ancestralidade e crítica social, a experiência consolidou o compromisso com uma educação antirracista, sensível e decolonial.

Além de ultrapassar a função ilustrativa, a proposta apresenta mediação pedagógica crítica, capaz de sensibilizar. Pois, favoreceu a identificação, a empatia e deu início a uma reflexão acerca da colonialidade e a relevância de posturas, escolhas e ações decoloniais. Tal modelo de ação dialoga com Fresquet (2009), defendendo o cinema na educação como experiência formativa, capaz de provocar deslocamentos de olhares, afetar os sujeitos e ampliar as possibilidades de leitura do mundo. As produções discentes revelaram-se como um excepcional retorno (avaliativo) dos conteúdos teóricos trabalhados em sala, problematizando narrativas hegemônicas e reafirmando identidades e culturas afroindígenas, dialogando diretamente com as reflexões de Sueli Carneiro (2005), pois, confrontou a lógica da construção do "outro" como não-ser, mecanismo historicamente utilizado para deslegitimar saberes, práticas religiosas e formas de existência não alinhadas à matriz eurocêntrica dominante.

Desta forma, o trabalho desenvolvido no dia a dia das aulas na graduação, e aqui relatado em detalhes, contribui para a reflexão acerca das práticas pedagógicas possíveis e replicáveis. Além de tensionar currículos ainda marcados pelo epistemicídio e o eurocentrismo que isso revela, expressão direta da hierarquização dos saberes denunciada tanto por Gonzalez (1984) quanto por Gomes (2017). Essas práticas encontram seus limites na persistência do racismo religioso no espaço escolar e acadêmico, nas resistências institucionais e sociais ao ensino

das religiões afro-brasileiras e na necessidade de formação continuada docente.

As experiências analisadas ao longo deste trabalho apontam para a necessidade de ampliar o uso do audiovisual em diferentes etapas e contextos da Educação Básica, devido à sua popularização e visto que seu potencial de mediação de aprendizagem sensibiliza, traz à luz a consciência crítica e é capaz de incentivar o respeito às alteridades. Nesse sentido, encontra-se um leque de possibilidades para investigações futuras sobre a análise de recepções por parte dos discentes quanto às produções audiovisuais e seus impactos a médio e longo prazo: atitudes, percepções, sensibilidade e posicionamentos podem ser avaliados frente à diversidade religiosa e etnicorracial. Estudos comparativos entre diferentes contextos escolares, faixas etárias e realidades socioculturais podem aprofundar a compreensão sobre os efeitos formativos dessa metodologia na educação etnicorracial.

Ao unir estética, ancestralidade e consciência crítica, as produções audiovisuais reafirmam o papel dos espaços educacionais como locais de resistência e produção de sentidos, no qual o conhecimento, além de informar, transforma, possibilitando a construção de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a LDB para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em 5 de Novembro de 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Intolerância religiosa segue como violação recorrente em 2026, apontam dados do Disque 100.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 21 jan. 2026. Disponível em: https://www.

gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/intolerancia-religiosa-segue-como-violacao-recorrente-em-2026-apontam-dados-do-disque-100 Acesso em: 29 de jan. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CNN Brasil. Intolerância religiosa no Brasil cresceu mais de 80%, diz estudo. **CNN Brasil,** 22 jan. 2025. Disponível em https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intolerancia-religiosa-no-brasil-cresceu-mais-de-80-diz-estudo/. Acesso em 29 de jan. 2026.

FONSECA, Ivonildes. Religiões afro-brasileiras na Paraíba. In: FLORES, Elio Chaves (et al.) (orgs). **Diversidade na Paraíba:** indígenas, quilombolas, ciganos. João Pessoa: Editora Grafset, 2014. p. 51-75.

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições,** v. 27, n. 1 (79), p. 133-153, jan./abr. 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/pp/a/WsS9BVxr8VXR796zcdDNcmM/abstract/?lang=pt Acesso em 18 de Janeiro de 2026.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. R**evista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUARDIÃS de Saberes Ancestrais. Documentário. Direção: Ana Maria Veiga. Brasil, 2025.

HOOKS, Bell. **Cinema vivido:** raça, classe e sexo nas telas. São Paulo: Elefante, 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-Brasileira.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 155-172.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 3. ed., 7. reimp. São Paulo: Contexto, 2023. p. 235-258.

SILVA, Vagner G. (Ed.). **Intolerância religiosa:** impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUSA, Janiele Santos de; SOUSA, Leandro Araujo de. A monitoria na formação inicial do docente: um relato de experiência. **Conexões: Ciência e Tecnologia.** Fortaleza, v. 17, 2023. Disponível Acesso em 18 de Janeiro de 2026.

SOUZA, Edileuza Penha de (org.). **Negritude, cinema e educação:** caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

CAPÍTULO 17

O TERREIRO DO EGITO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: Possibilidades de análise do atual processo patrimonial a partir da construção conceitual de Pierre Nora, em 1984

Gleyce Reis[51]

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar como os desdobramentos do atual processo de patrimonialização do Terreiro do Egito suscita diversos debates acerca dos referenciais de memória e patrimônio que norteiam o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dessa forma, o conceito de lugar de memória, de Pierre Nora, torna-se crucial para o entendimento de tal bem, pois, será a partir deste que pontuarei as dificuldades ou facilidades de alocá-lo nas categorias já dispostas na legislação patrimonial, detalhada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no qual a instituição se baliza, a saber: as formas de expressão; os modos de criar, fazerem viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticos-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, título VIII, art. 216, inc. I, II, III, IV e V).

51 Mestranda em História
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA
gleyce.rafaely@unifesspa.edu.br

O Terreiro do Egito, fundado em 1864, está situado em São Luís - MA, é considerado Patrimônio cultural e Imaterial do Estado desde 2019, mesmo com suas atividades ritualísticas finalizadas desde1979. Apesar de ser um espaço religioso extinto, o seu processo de registro, que estava sendo feito pelo Departamento de Patrimônio Imaterial, ligado à Secretaria de Cultura do Maranhão, foi arquivado e transferido para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dessa forma, serão analisados as motivações e/ou encadeamento de fatos que levaram a tais circunstâncias.

O artigo estrutura-se em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com levantamento de artigos, dossiês, teses, entre outras publicações que abordam a temática tratada, possibilitando a revisão e análise crítica dos textos, bem como a atribuição de significados e a subjetividade (BRITO et al. 2021). Em se tratando dos textos que serão utilizados, é importante destacar que alguns descendentes publicaram livros autobiográficos, em que abordaram o Terreiro do Egito como parte essencial de suas trajetórias espirituais e pessoais, como é caso de Euclides Menezes Ferreira, com o escrito "Tambor de Mina em Conserva", lançado em 1997, o qual para fins deste artigo, será abordado como uma fonte, pois, segundo José D'Assunção Barros, este mantém o historiador em contato direto com o problema, uma vez que "ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo" (2005, p.63).

Para as publicações feitas por antropólogos como Mundicarmo Ferretti (2015; 2016) e Roberto Malighetti (2014), os quais basearam-se em entrevistas feitas com os descendentes, serão tratados como referência bibliográficas, que de acordo com Barros são "o conjunto daquelas obras com as quais dialogamos, seja para nelas nos apoiarmos ou para nelas buscarmos contrastes" (2005, p. 64). Nesse sentido, a problemática que se delineia é: Como pensar o Terreiro do Egito a partir do conceito de lugares de memória de Pierre Nora? Como tal conceito pode redirecionar

a discussão sobre patrimônio, no caso deste terreiro? Qual a importância de se discutir os lugares de memória para as religiões de matriz africana?

DESENVOLVIMENTO

O Terreiro do Egito está localizado na Comunidade do Cajueiro, Rua Morro do Egito, nº 02, zona rural de São Luís – MA, o qual, segundo Pai Euclides Menezes Ferreira (1997), descendente do lugar, iniciou as atividades ritualísticas no ano de 1864. A fundadora, Massinokou Alapong, teria desembarcado primeiro em salvador, por volta de 1855, como escravizada oriunda de Kumassi, antiga Costa do Ouro, atual Gana, em África, no entanto, não se sabe como ela chegou na província do Maranhão, seja com a carta de alforria ou se resistiu à escravização por meio da fuga.Para Raimundo Cardoso (MALIGHETTI, 2014), a fundadora seria Egípcia, motivo para a denominação do espaço. Nesse sentido, apesar das versões discordarem em determinados pontos, fruto das relações de poder entre as pessoas que o frequentavam, segue sendo lembrado e estudado como elemento central para o Tambor de Mina[52].

52 O Tambor de mina surgiu em São Luís, no século XIX, vindo com escravizadas da região do antigo Reino do Daomé, África Ocidental, pertencentes ao tronco linguístico Ewe-Fon, apontados no Brasil como Jeje. Também conhecido como culto dos voduns, o qual, de acordo com Alfred Metraux, o termo deriva da língua Fon, designando os espíritos ou Divindade cultuada na localidade (Ferretti, S.,2006), assim, uma característica marcante é a deificação de membros da família real após seu falecimento, já no que se refere a terminologia "mina", deve-se a localização do reino, que se situava na chamada Costa dos Escravos ou Costa da Mina, onde estabeleceu-se o Forte de São João da Mina, local de forte comércio de escravizados, com isso, além da etnia denominada Mina, os negros escravizados vindo dessa região, de diversas etnias, foram homogeneizados como negros mina (Ferretti, S., 2006; Assunção, 2003). Outro fator que deve ser levado em consideração nos terreiros de Mina, são as nações a qual cada um pertence, baseando seus rituais, inclusive na denominação das divindades que passam na casa, no caso do Terreiro do Egito, eram chamados de Bonsús, que viria da língua Tchi, associados aos Ashantis (REIS, 2022).

Em 1979 as atividades do Egito se encerram por um conjunto de motivos, a principal delas envolve a dificuldade em acessar o local por parte dos descendentes que ficaram responsáveis pela continuação dos rituais. Mesmo deixando uma quantidade considerável de casas de culto descendentes deste, o barracão onde aconteciam os festejos e rituais não se manteve, pois, uma de suas peculiaridades era o levantamento anual do espaço, ou seja, não era fixo, fato que dificultou a sua proteção patrimonial em âmbito estadual, sendo o processo de registro arquivado por falta de legislação no Maranhão, já que não se encaixa como Patrimônio Material, uma vez que não possuía a estrutura permanente, nem como Patrimônio Imaterial, visto que não há rituais, festejos ou práticas religiosas acontecendo.

Com isso, existe toda uma especificidade que ronda o Terreiro do Egito, que o torna interessante de ser analisado sob diversas perspectivas, no entanto, a fim de mostrar sua importância patrimonial, é válido pontuar que já é considerado Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão, por meio do Decreto Nº 35.153, de 4 de setembro de 2019. Com isso, após a publicação em Diário Oficial, começou o processo de registro do espaço pelo Departamento de Patrimônio Imaterial, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, onde foi feita uma pesquisa extensa, principalmente de revisão bibliográfica, em que foram aglutinados os estudos sobre o terreiro, visitas e relatórios técnicos, apesar disso, em 2024, o processo foi realocado devido a divergências legislativas, pois, não há rituais acontecendo para ser salvaguardado ou uma materialidade a ser tombada, ou seja, atualmente o estado não tem condições legais de proteger o bem (SECMA, 2019).

Em comunicação interna entre o Departamento de Patrimônio Imaterial, que tem como diretor Firmino Inácio Fonseca Neto; a Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), em nome de Gerson Pinheiro; a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), por meio de Lilian Raquel Silva de Negreiros,

informam sobre o registro da área do antigo Terreiro do Egito como Patrimônio Cultural do Maranhão, ao dizer que:

> A Secretaria de Estado da Cultura por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI informa que o Processo de Registro Nº 220814/2019 referente ao Registro da área do Terreiro do Egito como Patrimônio Cultural do Estado foi encaminhado para o IPHAN no Maranhão que assume a responsabilidade pelos procedimentos de acautelamento (proteção).
>
> Aproveitamos para registrar que essa decisão foi consensuada em visita técnica a área com a presença dos detentores/descendentes, SEIR, SECMA, SEDIHPOP, IPHAN – MA e o Governador do Estado em exercício (Ofício nº 1303/2024 – DPI/SECMA) (SECMA, 2019) (grifo nosso).

Em nota técnica (01/2024/DPI/SPC/SECMA), datada de 10 de março de 2024, o DPI – SECMA estabelece os pormenores da transferência do processo para o IPHAN, ao mencionar que "o instrumento jurídico de Registro de Patrimônio cultural Imaterial trata de Patrimônio Vivo, o que não ocorre no local", isso se deve ao fato de ser um bem extinto, que apesar de ter suas atividades ritualísticas finalizadas neste local, ainda sobrevive os modos de fazer, os ensinamentos e praticas que ali foram desenvolvidas através de seus descendentes, em suas respectivas casas de culto.

Outra possibilidade levantada foi o tombamento, partindo do critério de vestígios de passagem[53] no local, já que foram encontrados

53 No processo, especifica-se como "cultura material associada às práticas e ritualidades ligadas às manifestações típicas de um terreiro"(SECMA, 2019, p. 43), ou seja, os materiais arqueológicos que foram encontrados no terreno, no entanto, estes não podem ser diretamente associados ao Terreiro, havendo necessidade de pesquisas mais detalhadas para especificar seus usos.

materiais arqueológicos, no entanto "[...] que não estão necessariamente associadas ao Terreiro do Egito" (Nota Técnica Nº 356/2020COTEC IPHAN/MA), o levantamento desses materiais estão ligados ao licenciamento ambiental que está sendo realizado na localidade para implantação de um Terminal Portuário[54]. À vista disso, sob tais determinações não houve prosseguimento no tombamento, por isso, a nova Portaria IPHAN Nº 135, de 20 de novembro de 2023 foi colocada em pauta, sendo utilizada, especificamente, o art. 3º, inciso II, desta legislação, a qual borda os sítios não ocupados por remanescente das comunidades de quilombo, mas que possuem vestígios referentes à sua memória.

Ademais, o debate que está sendo desenvolvido pelos órgãos patrimoniais busca delimitar sob quais critérios os vestígios ou o que sobreviveu do Terreiro do Egito podem ser acautelados pelo Estado, entretanto, a dificuldade não está na carência de legislação, e sim na forma como tal dispositivo[55] é interpretado. Logo, a própria nota técnica fomenta a análise afirmando-o como lugar de memória, ao discorrer que:

> Sendo o território da área o extinto Terreiro do Egito não se tratar de um local de ruína, constitui um lugar de memória coletiva pela prática que ali ocorreu comprovada pela comunidade histórica nos atuais lugares de pratica religiosa preservada, reproduzida pelos terreiros fundados pelos descendentes (Nota Técnica 01/2024/DPI/SPC/SECMA).

No que tange a conceituação formulada por Pierre Nora, no texto "Entre Memória e História: A problemática dos lugares", traduzido

54 Processo Nº 01494.000356/2014-13.

55 Conceito de dispositivo de racialidade, formulado por Sueli Carneiro, baseado em Michel Foucault. Para detalhes, ver: CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

e publicado no Brasil em 1993, elabora esta a partir de três sentidos que são centrais para a temática aqui tratada, a saber:

> São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. [...] Os três aspectos coexistem sempre. [...] É material seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22).

Nesse sentido, os lugares de memória são criados em uma sociedade que não dispõe de memórias espontâneas, serão esses espaços que ficarão responsáveis por nos fazer lembrar, é por isso que são criados arquivos, datas comemorativas, celebrações, museus, diversos outros mecanismos materiais que possibilitam a lembrança de determinado evento passado, é um meio de acessá-la. Nesse caso, a vigilância é o ponto chave para a continuidade, pois "sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreia. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não tivesse ameaçado não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los" (NORA, 1993, p.13), em tal pensamento a história seria responsável por transformá-los, com isso, passam pelo crivo teórico-metodológico que a historiografia propõe, como forma de validação dos lugares de memória.

Levando em consideração tais abordagens, segundo autor supracitado, essa noção só aparece devido ao processo de desritualização que a sociedade estaria passando. Todavia, para melhor entendimento, é necessário refletir o que seria a ritualização de uma sociedade, para

tal, a formulação de Márcia Conceição de Massena Arévalo é necessária, uma vez que especifica o ritual como função social, já que lembra os membros de um grupo os seus princípios, sendo um modo de coesão social. Logo, a desritualização é a consequente fragmentação que a sociedade estaria passando, em que não há coesão ou totalidade.

Sendo assim, Márcia Conceição de Massena Arévalo diz que:

> Podemos construir algumas hipóteses com essa pequena pesquisa sobre o significado do ritual. O ritual tradicionalmente pode ser tido como função social ao lembrar aos membros de um grupo seus princípios, pode ser ferramenta de construção e uma totalidade para o grupo, e também em como características formar os indivíduos envolvidos no grupo.
>
> Então, concluímos que Nora utiliza-se enfaticamente da ritualização de uma memória-história em um determinado espaço denominado Lugares de Memória na esperança de que essa possa reunificar o indivíduo fragmentado com o qual lidamos na sociedade contemporânea (2004, p.6).

Seguindo essa visão de Arévalo, com a desritualização, é através dos lugares de memória que a função de coesão dos rituais seguiria, pois "ainda que o ritual não sirva mais como formador de identidade, tem a função de coesão e assim, através dos lugares de memória, onde os indivíduos podem se reconhecer como sujeitos, reuniria aquilo que o fim da história -memória provocou" (ARÉVALO, 2004, p.6), a saber, o fim da história-memória teria provocado multiplicação de memorias particulares. Assim, a autora destaca que esses lugares são criados na contemporaneidade para que os sujeitos possam se identificar, se unificar, o qual, fomenta a elaboração de um pertencimento coletivo, de tal forma que esses lugares provocam as lembranças dos indivíduos,

os reunindo em volta de uma memória geral, o ato de lembrar tem "um intenso poder de coerção interior" (ARÉVALO, 2004, p.6).

Quando se trata do Terreiro do Egito, a fragmentação e a consequente proliferação de memórias particulares desencadeou o surgimento de várias versões sobre como esse espaço ergueu-se, nos rituais que praticava, até mesmo em relação a origem da fundadora. Dessa forma, os relatos são dos próprios descendentes de primeira geração[56], que mantiveram contato direto com Mãe Pia, a responsável pela continuação do Egito após o falecimento de Massinokou Alapong, em 1911, a exemplo, estão as publicações feitas por Euclides Menezes Ferreira, bem como a entrevista de Raimundo Vicente Cardoso.

De acordo com a versão de Euclides Menezes Ferreira (1997), ou simplesmente Pai Euclides, fundador do Terreiro Fanti-Ashanti, Massinokou Alapong teria saído de kumasi, antiga Costa do Ouro, atual Gana, em África, no ano de 1855 para Salvador-BA, batizada ainda no navio como Brasília Sofia, nome como escravizada, ficou também conhecida como Nhá-Bá. Além disso, o Terreiro do Egito ou Ilê Nyame, nome africano, é fundado em 12 de dezembro de 1864 por esta africana, no alto de um morro, nas imediações do porto do Itaqui, com um barracão provisório, construído todos os anos para as festas que realizava, sendo coberto e tapado por pindoba, também chamada de babaçu, uma palmeira da mata dos cocais, encontrada principalmente no Maranhão e Piauí, zonas de transição entre a Amazônia e o semi-árido. (ALVES, 2020).

Ainda de acordo com Ferreira (1997) existiam quatro períodos de festas durante o ano: 12, 13 e 14 de dezembro; 19, 20 e 21 de janeiro; 29, 30 e 31 de agosto; e 28, 29 e 30 de setembro. Especificamente no mês de setembro, ocorria a obrigação para o chefe espiritual da casa

56 Árvore Genealógica do Terreiro do Egito (SECMA, 2019, p. 21 à 25)

To-Alapong[57], chamada de Odwira, espécie de agradecimento pelas boas colheitas, uma purificação da comunidade e o encerramento dos festejos diretamente relacionados aos Bonsús, que são entidades da mina, ligadas aos ashantis[58].

Nesse sentido, estas informações divulgadas por Euclides Ferreira também são pontuadas por Mundicarmo Ferretti, a qual detalha que:

> A história do Egito possui várias versões. De acordo com Pai Euclides, fundador da Casa Fanti-Ashanti falecido em 8/2015, o terreiro do Egito foi fundado em 1864 por uma africana do Gana conhecida como Basília Sofia. Funcionava em área do Itaqui, de difícil acesso, próxima ao porto, e realizava poucas festas e rituais durante o ano, em barracão modesto ("coberto e tapado de pindova"), com os participantes alojados em abrigos de palha, construídos no local ano a ano. Segundo Pai Euclides, ali não havia peji ('quarto de santo'?), os assentamentos das entidades ficavam nos pés das árvores a elas consagradas; no tempo de Mãe Pia, os objetos sagrados usados nos rituais não ficavam lá, eram levados depois por ela para sua residência, no bairro do Lira. Antes de abrir seu terreiro, Basília Sofia (Massinokou) fora escrava e teria estado na Bahia (FERRETTI, M.,2015, p. 9).

Em entrevista concedida para Roberto Malighetti (2014), Raimundo Vicente Cardoso, mais conhecido como Memê, nascido em

57 Protetor espiritual de Massinokou Alapong, possivelmente incluído em seu nome por este motivo, tal entidade também é conhecida no Maranhão como Rei dos Mestres, bem como associado no Nagô ao Orixá Lissá (REIS, 2022).

58 "Bonsús são divindades chamadas na língua Tchi, equivalente a orixá, vodun, Inquice (como é chamado pelos angoleiros). Ademais que os bonsus aqui cultuados no Maranhão, no passado não falavam e nem cantavam corretamente a língua Tchi, ou seja, na língua Ashanti, devido aos negros dessa região não terem permanecido muito tempo em solo maranhense e sobretudo no Brasil, logo retornando ao seu lugar de origem"(CENTRINY, 2017, p. 3).

Guimarães, revela a sua versão sobre o Terreiro do Egito. Segundo ele, a dona do terreiro era uma mulher egípcia chamada Nhá Bá, que teria fugido e se amocambado[59] nas matas do Itaqui, onde acabou fundando o terreiro no alto do morro, numa área de mata virgem, onde não havia moradias fixas construídas, apenas a vegetação e os animais. Conforme revela no seguinte trecho:

> Falar do Egito todo mundo sabe. O povo todo. É muito velho. O barracão mais velho do Maranhão é Egito. Tem seis mil e poucos filhos de santo. O Egito é um alto, um morro alto, redondo. Tem muito bicho. [...] Agora nós ia no morro alto. De lá, nós olha tudo. Olha o cajual, a praia que vai pra Itaqui, pra o porto de Itaqui, pra o deporto do navio (MALIGHETTI, 2014, p.40).

Segundo o descendente supracitado, os períodos festivos obrigatórios eram o de Santa Luzia, São Sebastião e São Benedito, distribuídos em 12, 13, 14, 15 e 16 de dezembro, como também 19, 20 e 21 de janeiro, em alguns anos estendiam-se os dias. Logo, é interessante ressaltar que essas datas pontuadas por Memê estão em conformidade com os ciclos citados por Pai Euclides para os mesmos meses, dezembro e janeiro. Assim, ele diz que:

> A festa de obrigação do Egito é Luzia, Santa Luzia e São Sebastião. Lá só toca para Santa Luzia, pra Rei Sebastião e pra São Benedito, esses três santos é que vivem lá.

59 "No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. [...] Já mocambo, ou mokambu tanto em kimbundu como em Kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de fieira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos" (GOMES, 2015, p. 10).

> É dezembro e janeiro. Tem que ir. É dia doze, treze, quatorze, quinze e dezesseis de dezembro e janeiro é dezanove, vinte, vinte um. Então, dentro do período da festa, a gente tem que chegar lá: cinco dias para Luzia e três dias para São Sebastião. Tem vezes que chega mais disso. (MALIGHETTI, 2014, p.43).

Nessa perspectiva, as diferentes versões que existem sobre o Terreiro do Egito corroboram as proposições feitas por Nora acerca da propagação das memorias particulares, dessa forma, o intuito não é determinar qual seria a mais correta, mas sim destacar que este espaço suscita diversas interpretações, vivências, experiências que estão sujeitas às relações de poder que foram desenvolvidas no local. Assim, esses fatores evidenciam os domínios conflitantes a qual os lugares de memória pertencem, pois são "simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração" (NORA, 1993, p. 21).

Logo, para o autor que aqui está sendo discutido, os lugares se investem de três sentidos, sendo todos simultâneos, a saber: material, simbólico e funcional. Partindo de tal premissa, um espaço por mais material e funcional que ele seja, para ser caracterizado como um lugar de memória precisa também ser simbólico, ser objeto de um ritual, no sentido abstrato de sua elaboração, que fogem a materialidade e entram no campo das significações, à vista disso, o inverso torna-se válido, pois mesmo as noções abstratas, as quais o autor utiliza a noção de geração e o minuto de silêncio para exemplificar a temática, se revestem de materialidade e funcionalidade (NORA, 1993). O autor comenta que:

> [...] Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como manual de aula,

> um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

Em se tratando do Egito, há uma gama de simbolismos, significações e funcionalidades que vão além do terreiro, que perpassa a transmissão de ensinamentos, experiências e rituais que continuam em circularidade devido os descendentes; já a materialidade, que tanto gera debate, uma vez que não há barracão para ser tombado, ultrapassa a construção eurocêntrica de bens a serem protegidos, assim, para a especificidade do Ilê Nyame, o aspecto material é o território onde o lugar sagrado era erguido anualmente, vínculo que está diretamente relacionado a natureza e a terra, este fato evidencia-se na demarcação de algumas árvores com panos brancos, mostrando a ligação direta com a espiritualidade desenvolvida e ainda presente no espaço (REIS, 2022).

Para as religiões de matriz africana e afro-brasileiras o divino não está dissociado da natureza, ao contrário, a natureza é divina, é base e o meio de existência do culto, inclusive, alguns orixás são vinculados às florestas, rios, mares, ventos, animais. Portanto, levando em consideração o que foi exposto ao longo do texto, existem diversos tipos de materialidade, uma delas é a de referencia europeia, com construções que seguem a normativa "pedra e cal", comum em igrejas, templos, entre outros, no que tange aos terreiros, nem sempre esse tipo de construção foi possível, seja pelo racismo religioso que destrói tais espaços ou por intempéries do tempo que desgastam os materiais, já que muitos foram erguidos com recursos da natureza, ou seja, são vários os fatores históricos que impedem tais práticas religiosas de

se encaixarem nos conceitos eurocêntricos propostos por órgãos governamentais de proteção patrimonial do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, ao longo do artigo foi possível analisar os fatores que desencadearam a mudança de órgão patrimonial responsável pela proteção do Terreiro do Egito, muito mais que uma mudança institucional, tal medida evidenciou o conflito conceitual pelo qual passa este bem, em que ocorre a dificuldade de alocá-lo nos parâmetros já determinados na legislação do Maranhão, bem como no IPHAN, na esfera federal. Dessa forma, o debate sobre lugar de memória, conceito elaborado por Pierre Nora, fez-se necessário para mostrar que as atuais proposições ainda estão eurocentradas.

Ao delimitar esse espaço religioso como um lugar de memória, foi preciso entrelaçar o aspecto material, funcional e simbólico que o compõe, pontuando a importância dos ensinamentos, experiencias, as práticas ritualísticas que continuam circulando meio dos descendentes. A materialidade situa-se no vínculo indiscutível que as religiões de matriz africana afro-brasileiras possuem com a natureza, com o território, onde divino está intimamente associado a estes.

Portanto, as especificidades que rondam o Egito revelam a urgência no que tange a reformulação de conceitos, os quais possibilitem novas interpretações e a consequente diversidade de bens acautelados pelo Estado, especialmente aos que estão inseridos na cultura de matriz africana. Sendo assim, este texto se propõe a fomentar o debate sobre o assunto, evidenciando as possibilidades de análise que o terreiro suscita.

REFERÊNCAIS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flávia Lima e (org.). **Patrimônio Imaterial**: disposições constitucionais, normas correlatas, bens imateriais registrados. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 84 p.

AMARAL, Renata. **Pedra da Memória**: Euclides Talabyan, minha universidade é o tempo.

São Paulo: Maracá Cultura Brasileira, 2012. 239 p.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Mariana: I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004. 14 p.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Maranhão: terra Mandinga. *In*: NUNES, Izaurina Maria de Azevedo (org.). **Olhar, Memória e Reflexão Sobre a Gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003. p. 34-38.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 236p.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de jun de 2025.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 de novembro de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 9 de jun. de 2025.

FERREIRA, Euclides Menezes. **Tambor de Mina em Conserva**. São Luís: Casa FantiAshanti, 1997. 180 p.

FERRETTI, Mundicarmo. **TAMBOR DE MINA E UMBANDA**: o culto aos caboclos no maranhão. O Triângulo Sagrado. Porto Alegre, p. 1-9. out. 1996.

FERRETTI, Mundicarmo. **A mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras**. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia. Belém: Edufpa, 2008. p. 1-11.

FERRETTI, Mundicarmo. **O Terreiro do Egito e o navio encantado de Dom João**. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, São Luís, n.59, p. 9-12, 2015.

FERRETTI, Mundicarmo**. Egito – Lugar sagrado, berço do Baião e do Canjerê**. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, São Luís, n. 61, p. 2-3, 2016.

FERRETTI, Sergio**. A TERRA DOS VODUNS**. São Luís: Enciclopédia Cultural da Amazônia. 2006.

MALIGHETTI, Roberto. **SOU UM MINEIRO, TENHO TENDA MINEIRA E VIVO CUIDANDO DA RELIGIÃO**: fusões de tradições nas palavras de um mineiro maranhense e dos seus guias. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 11, n. 21, p. 35-58, 2014.

MARANHÃO, Governo do. **Governador em exercício visita Terreiro do Egito e levanta perspectiva de tombamento histórico em São Luís**. 2014. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/governador-em-exercicio-visita-terreiro-do-egito-e-levanta-perspectiva-de-tombamento-historico-em-sao-luis. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARTINS, Carolina de Souza; PANTOJA, Élio. **O Terreiro do Egito no Contexto das Lutas Políticas Contemporâneas na Ilha do Maranhão**. Boletim da CMF Nº 61, São Luís, p. 03-08, 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. **Portaria IPHAN N.º 135, de 20 de novembro de 2023.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de- conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-iphan-no-135-de-20-de-novembro-de-2023. Acesso em: 20 fev.2024.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problematique des lieux. In: GERON, Charles-Robert. (org). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

Pollak, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.

2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Gleyce. **Massinokou Alapong e o Terreiro do Egito**: Memória e Patrimônio Imaterial na disputa por reconhecimento de terras na Comunidade do Cajueiro em São Luís, MA. 2022. 86 p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (org.). **Processo de Registro Nº 220814.** São Luís: Departamento de Patrimônio Imaterial, 2019.

CAPÍTULO 18

MALUNGUINHO: Memória, Cultura e a Construção de uma Identidade Afro-indígena

Ícaro Felipe Santiago Gallindo[60]

INTRODUÇÃO

A historiografia dos quilombos no Brasil é, essencialmente, uma narrativa de insurgência pela liberdade e de um esforço contínuo para preservar identidades que foram sistematicamente silenciadas. No seio dessas comunidades, o Quilombo de Malunguinho, em Pernambuco, ocupa um lugar de destaque. Sua relevância não advém apenas da resistência heróica contra o sistema escravocrata, mas da densidade de sua composição cultural, marcada especialmente pela fusão de raízes africanas e indígenas.

O objetivo deste artigo é desvendar as camadas que compõem essa identidade afro-indígena, percebendo-a como um processo de constante negociação diante das pressões políticas e sociais que atravessam a história brasileira até o presente. Propõe-se aqui analisar como essa identidade se consolidou no cotidiano de Malunguinho, enfatizando a interseção entre saberes que ali encontraram solo fértil para se desenvolver. Tal debate torna-se urgente quando olhamos para a luta por direitos territoriais e para o reconhecimento oficial dessas

60 Graduado em Licenciatura em Letras – Espanhol - UFRPE
Graduando em Licenciatura em História - UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
icaro.gallindo@ufrpe.br

comunidades, pauta que ganhou novo vigor após a Constituição de 1988. Nesse sentido, o conceito de etnogênese, explorado por autores como Maria Regina Celestino de Almeida (2021) e João Pacheco de Oliveira (1999), torna-se o fio condutor para entender como esses grupos reivindicam sua autonomia.

Simultaneamente, é imperativo reconhecer que a gênese do Quilombo de Malunguinho ocorreu sob a égide de uma opressão racial severa que forçou o recolhimento e a invisibilidade dessas populações. Como bem aponta a pesquisa de Mattos e Abreu (2009), os processos de assimilação e repressão no Brasil Imperial impuseram desafios monumentais. Ao longo do século XIX, as comunidades quilombolas precisaram adotar táticas variadas para garantir sua subsistência, o que muitas vezes envolvia o ocultamento estratégico de sua herança cultural para evitar a perseguição.

Dessa forma, a construção da identidade em Malunguinho deve ser interpretada à luz dessas múltiplas resistências. O conceito de quilombo, portanto, deve transcender a visão limitada de simples refúgio para pessoas escravizadas. Ele representa a formação de núcleos comunitários autônomos que abrigavam populações indígenas e outros grupos marginalizados pela estrutura colonial. Malunguinho é, por excelência, um exemplo de como essas interações étnicas forjaram identidades híbridas que desafiam as categorias raciais rígidas da historiografia tradicional.

João Pacheco de Oliveira (1999) reforça que a etnogênese é um fenômeno recorrente nas Américas, onde povos historicamente oprimidos reconfiguraram suas identidades a partir de experiências compartilhadas de dor e resistência. No caso específico de Malunguinho, o culto ao líder guerreiro e espiritual que dá nome ao quilombo evidencia essa simbiose de tradições. Mesmo diante das políticas de homogeneização do Estado brasileiro no século XIX, que buscavam apagar as distinções étnicas, essas populações não desapareceram; elas se transmutaram. A resistência em Malunguinho foi física e territorial,

mas foi, sobretudo, simbólica. O reconhecimento dessa identidade hoje não é um dado do passado, mas um ato político de reapropriação cultural que clama por justiça social.

JUSTIFICATIVA

Debruçar-se sobre a identidade afroindígena no Quilombo de Malunguinho é uma tarefa de relevância acadêmica e social inquestionável. Em um Brasil onde os debates sobre raça e pertencimento ocupam o centro das tensões sociais, investigar as raízes dessas interações é fundamental. A figura de Malunguinho não é apenas um símbolo da luta contra a escravidão; ela é o amálgama de cosmologias que orientam a vida comunitária e espiritual desse território.

O reconhecimento formal das identidades afro-indígenas é o alicerce para a conquista de direitos territoriais e para a salvaguarda de tradições que ainda sofrem ataques. Este estudo pretende, portanto, ampliar o horizonte historiográfico sobre a resistência quilombola e contribuir para as políticas públicas de reconhecimento. A escolha de Malunguinho justifica-se por sua carga simbólica no Nordeste, região marcada por conflitos de terra e raça que exigem uma visibilidade renovada sobre as narrativas dessas comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

A investigação pauta-se por uma abordagem qualitativa, alicerçada em uma análise bibliográfica e documental rigorosa. Para desvelar a identidade afro-indígena em Malunguinho, utilizaremos conceitos-chave como etnogênese, contramestiçagem e resistência cultural, extraídos das obras de João Pacheco de Oliveira (1999), Maria Regina Celestino de Almeida (2021) e Márcio Goldman (2021). Tais

categorias são essenciais para mapear as dinâmicas formadas no século XIX que ainda ressoam no presente.

Além do embasamento teórico, o estudo recorrerá a fontes primárias e relatos orais das comunidades quilombolas, especialmente documentos ligados à luta pelo território e registros de instituições de direitos humanos. Essas fontes permitem contextualizar as estratégias de sobrevivência e como a identidade é vivenciada no cotidiano e nas demandas políticas. A análise será conduzida sob a ótica da "história vista de baixo" de E. P. Thompson, que prioriza a voz dos marginalizados em detrimento das versões oficiais que costumam silenciar ou distorcer essas trajetórias. Através da articulação entre dados e teoria, buscaremos compreender como a identidade se adapta e se preserva frente às pressões externas.

DESENVOLVIMENTO: Entre o Sagrado e o Político. Definindo o "Afro" e o "Indígena" na Diáspora

Conforme propõe Márcio Goldman (2021), o prefixo "afro" não pode ser compreendido como um simples marcador racial ou biológico. Ele designa, antes de tudo, um campo histórico e cultural construído a partir das experiências de deslocamento forçado, violência, resistência e reinvenção vividas pelas populações africanas e seus descendentes no contexto da diáspora atlântica. Ser "afro", portanto, significa carregar uma memória coletiva marcada pela escravidão, mas também por estratégias complexas de sobrevivência cultural, espiritual e política. Línguas recriadas, religiosidades reorganizadas, sistemas próprios de parentesco e solidariedade e formas alternativas de organização social constituem essa tapeçaria afro-diaspórica que se desenvolveu em constante confronto com o poder colonial.

No Brasil, essa experiência diaspórica deu origem a múltiplas expressões culturais que desafiam a ideia de homogeneidade nacional.

A identidade afro-brasileira não é um bloco único, mas um campo plural de vivências, atravessado por disputas internas, negociações e resistências. Assim, o "afro" deve ser compreendido como uma categoria política e histórica, que se afirma contra as tentativas de apagamento e de subordinação, ao mesmo tempo em que reivindica sua centralidade na formação da sociedade brasileira.

De maneira complementar, o termo "indígena" refere-se aos povos originários que habitavam estes territórios antes da colonização europeia e que, apesar das políticas sistemáticas de extermínio, assimilação e invisibilização, seguem existindo e resistindo até os dias atuais. A identidade indígena é profundamente marcada pela relação com a terra, entendida não apenas como espaço físico, mas como fundamento ontológico da vida social, espiritual e cosmológica. A terra é memória, ancestralidade e futuro; é nela que se inscrevem os saberes, os rituais e as formas próprias de organização social desses povos.

A luta indígena, portanto, não se restringe à sobrevivência cultural, mas está intrinsecamente ligada à defesa dos territórios e ao reconhecimento político de sua existência enquanto povos distintos. Ao desafiarem os projetos coloniais e nacionais que tentaram transformá-los em "remanescentes" ou "populações integradas", os povos indígenas afirmam sua condição de sujeitos históricos ativos.

É nesse cruzamento de trajetórias que emerge a categoria "afro-indígena". Longe de representar uma simples soma de identidades, o afro-indigenismo aponta para um campo de interseção histórica, cultural e política no qual populações negras e indígenas compartilharam experiências de violência colonial, estratégias de fuga, alianças e resistências. No Quilombo de Malunguinho, essa identidade afro-indígena se manifesta como resultado de convivências prolongadas, trocas simbólicas e práticas comuns de enfrentamento à opressão. Trata-se de uma identidade forjada no conflito, mas sustentada pela resiliência, na qual as raízes africanas e indígenas não se anulam, mas se fortalecem mutuamente diante das tentativas de marginalização.

O DEVIR AFROINDÍGENA E A FLUIDEZ DAS FRONTEIRAS

Ao analisarmos o Quilombo de Malunguinho a partir das reflexões de Márcio Goldman (2021), torna-se evidente que a separação rígida entre "negros" e "indígenas", frequentemente reproduzida pela historiografia tradicional, não dá conta da complexidade das experiências vividas por esses grupos. Em contextos de resistência, como o de Malunguinho, essas populações encontraram pontos de convergência fundamentais, construindo alianças políticas, culturais e espirituais diante de um inimigo comum: o sistema colonial e, posteriormente, o Estado nacional excludente.

Em Malunguinho, as fronteiras identitárias não são estáticas nem claramente delimitadas. Elas são móveis, porosas e constantemente negociadas. Essa fluidez não indica ausência de identidade, mas, ao contrário, revela a capacidade dessas comunidades de criar formas de pertencimento que escapam às classificações rígidas impostas pelo poder colonial. A identidade afro-indígena, nesse sentido, não é uma identidade de fusão passiva, mas um espaço ativo de criação coletiva.

Essa dinâmica pode ser aprofundada a partir do conceito de "devir", formulado por Deleuze e Guattari (1995). O devir não se orienta para um ponto de chegada ou uma essência final; ele é um processo contínuo de transformação, um movimento que se constrói na relação com o outro. Aplicado ao contexto de Malunguinho, o devir afro-indígena expressa a capacidade dessas populações de se reinventarem continuamente, sem perder suas referências ancestrais. A identidade não se cristaliza no passado, mas se atualiza conforme as exigências políticas, territoriais e simbólicas de cada momento histórico.

Associado a isso, o conceito de "minoração" ajuda a compreender como a condição de minoria, imposta pelo Estado e pelas estruturas coloniais, foi ressignificada como estratégia de resistência. Em vez de aceitar a posição de subordinação, as populações afro-indígenas de

Malunguinho utilizaram essa condição para criar modos próprios de existência, escapando às normas dominantes. A minoração, portanto, não é sinônimo de fraqueza, mas de potência política, permitindo a construção de identidades que desafiam os discursos hegemônicos sobre raça, cultura e pertencimento.

ETNOGÊNESE E O COMBATE À INVISIBILIDADE

A contribuição de Maria Regina Celestino de Almeida (2021) é central para compreender os processos de invisibilidade étnica que marcaram o século XIX brasileiro. Segundo a autora, muitas comunidades afrodescendentes e indígenas foram oficialmente consideradas extintas pelas políticas estatais de assimilação, quando, na realidade, continuaram existindo e se organizando politicamente de maneira subterrânea. A invisibilidade, nesse contexto, não significa ausência, mas uma estratégia forçada de sobrevivência diante de um Estado que negava o direito à diferença.

A etnogênese emerge, então, como o processo pelo qual essas comunidades reconstroem, reelaboram e reafirmam suas identidades no presente. Trata-se de um movimento político e cultural que reivindica a continuidade histórica desses grupos, rompendo com as narrativas oficiais de desaparecimento. No Quilombo de Malunguinho, a etnogênese afro-indígena se manifesta tanto nas lutas territoriais quanto nas práticas simbólicas e religiosas que mantêm viva a memória coletiva.

O culto a Malunguinho ocupa um papel central nesse processo. Mais do que uma figura histórica, Malunguinho se transforma em um eixo simbólico que articula as cosmologias africanas e indígenas, funcionando como um ponto de convergência espiritual e política. Os rituais, festividades e narrativas associadas a ele conectam passado, presente e futuro, reforçando a continuidade da identidade afro-indígena.

Nesse sentido, o afro-indigenismo não pode ser reduzido a uma expressão cultural isolada. Ele se constitui como uma aliança política forjada a partir de experiências comuns de opressão, invisibilização e resistência. A etnogênese em Malunguinho revela que a identidade afroindígena é, simultaneamente, uma afirmação de ancestralidade e uma estratégia contemporânea de luta por reconhecimento e direitos.

CONTRAMESTIÇAGEM E CONTRASINCRETISMO

Para compreender plenamente a dinâmica identitária em Malunguinho, é necessário avançar para os conceitos de contramestiçagem e contrasincretismo. Diferentemente da ideia de mestiçagem difundida pelo discurso nacionalista brasileiro — frequentemente associada à harmonia racial e à assimilação —, a contramestiçagem refere-se a um processo consciente de resistência cultural. Ela não nega a existência da mistura, mas recusa a lógica colonial que utiliza a mestiçagem como instrumento de apagamento das diferenças.

No Quilombo de Malunguinho, a contramestiçagem opera como uma afirmação da autonomia cultural e política da comunidade. As influências africanas e indígenas não se dissolvem em um todo indiferenciado, mas são preservadas e articuladas de maneira estratégica. Essa postura se relaciona diretamente ao conceito de contrasincretismo, discutido por Goldman, que aponta para a capacidade dos grupos subalternizados de selecionar, ressignificar e manter vivas práticas consideradas essenciais para sua identidade.

No culto a Malunguinho, essa dinâmica torna-se particularmente evidente. Os elementos das religiões africanas e indígenas não são combinados de forma aleatória, mas organizados a partir de uma lógica própria, que reafirma a soberania espiritual da comunidade. O espaço ritual transforma-se, assim, em um território de resistência simbólica, onde a escolha do que preservar é um ato político.

Marcus Joaquim de Carvalho (2013) demonstra como essas práticas estão profundamente conectadas às lutas pela terra e pela sobrevivência cultural em Pernambuco. Os líderes locais, inspirados pela figura de Malunguinho, atuam como agentes de coesão social, articulando memória, espiritualidade e resistência política. Ao romperem com o silêncio imposto pela colonialidade, essas lideranças reafirmam a identidade afroindígena como um projeto coletivo de existência e continuidade histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS

Este artigo teve como objetivo central demonstrar que a identidade afroindígena no contexto de Malunguinho não pode ser compreendida como um dado fixo, estático ou meramente derivado de uma herança cultural passiva. Ao contrário, trata-se de uma construção histórica marcada pela resiliência, pela criatividade social e por escolhas políticas conscientes realizadas por sujeitos coletivos que, diante da violência colonial e das sucessivas tentativas de apagamento, reinventaram formas de existir, resistir e se afirmar no mundo. A trajetória de Malunguinho evidencia que a identidade afroindígena emerge como um processo contínuo, resultado de alianças, disputas e negociações entre matrizes africanas e indígenas, profundamente enraizadas em experiências compartilhadas de opressão e luta.

Ao longo da análise, tornou-se possível compreender que as identidades construídas nesse espaço não se enquadram em categorias rígidas ou essencializadas. A fluidez identitária observada em Malunguinho revela a capacidade dessas comunidades de se adaptarem às transformações históricas sem romper com suas referências ancestrais. Nesse sentido, a ideia de "mistura cultural", conforme apontada por Vitor Hugo de Souza, não deve ser interpretada como diluição ou perda, mas como um processo ativo de reelaboração identitária, no qual

elementos africanos e indígenas são constantemente ressignificados para responder às exigências do presente. Essa dinâmica evidencia que a modernidade não se impõe como ruptura absoluta, mas como um campo de disputas no qual os sujeitos afroindígenas afirmam sua presença e continuidade histórica.

A resistência cultural observada em Malunguinho ultrapassa as interpretações clássicas de sincretismo religioso ou mestiçagem harmoniosa, frequentemente mobilizadas para suavizar os conflitos raciais e étnicos da história brasileira. As práticas culturais, espirituais e sociais analisadas ao longo deste trabalho indicam escolhas deliberadas de preservação, seleção e reorganização de saberes, configurando-se como estratégias políticas de afirmação identitária. A apropriação consciente desses saberes demonstra que os sujeitos afroindígenas não apenas resistem, mas produzem conhecimento, memória e sentido histórico, rompendo com a condição de objetos da narrativa oficial para se afirmarem como protagonistas de suas próprias trajetórias.

Nesse contexto, o legado de lideranças históricas como Zumbi dos Palmares e, de forma particular, de Malunguinho, assume um papel fundamental na articulação entre passado e presente. Essas figuras não operam apenas como símbolos de resistência armada, mas como referências espirituais, políticas e culturais que conectam diferentes cosmologias e experiências de luta. Em Malunguinho, essa herança se manifesta na organização comunitária, nos rituais, nas festividades e na própria maneira como a comunidade compreende sua relação com o território e com a ancestralidade. A resistência, portanto, não se limita à dimensão histórica, mas permanece viva como prática cotidiana e como horizonte de futuro.

A luta por direitos territoriais surge, assim, como um dos principais desafios enfrentados atualmente pelas comunidades afroindígenas ligadas a Malunguinho. Essa luta não pode ser dissociada da valorização dos modos de vida tradicionais, pois o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento constitutivo da identidade, da memória e da

espiritualidade dessas populações. O reconhecimento territorial implica, portanto, o reconhecimento de formas específicas de existência que desafiam os modelos hegemônicos de desenvolvimento e progresso impostos pelo Estado e pelo capital.

Diante disso, torna-se imprescindível dar visibilidade às narrativas afroindígenas e reconhecê-las como partes indissociáveis da história nacional. A marginalização dessas experiências não é apenas uma lacuna historiográfica, mas um reflexo de estruturas sociais excludentes que continuam a produzir desigualdades no presente. Nesse sentido, o papel da educação assume caráter estratégico, pois é por meio dela que se pode questionar narrativas hegemônicas, promover uma leitura crítica do passado e contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e democrática. As políticas públicas, por sua vez, precisam ir além do reconhecimento formal, garantindo condições materiais para a preservação cultural, territorial e social dessas comunidades.

Os resultados esperados deste trabalho apontam para a ampliação do debate sobre identidade afroindígena no Brasil, especialmente no campo da História, contribuindo para o fortalecimento de abordagens que rompam com visões simplificadoras e essencialistas. Ao evidenciar a complexidade das experiências vividas em Malunguinho, este estudo busca reafirmar a importância de compreender as identidades como processos históricos em constante construção, atravessados por relações de poder, resistência e criação coletiva.

Compreender Malunguinho, portanto, é compreender uma dimensão fundamental da formação social brasileira. É reconhecer que a nação se constrói não apenas a partir de projetos oficiais, mas, sobretudo, a partir das resistências que desafiaram e continuam a desafiar a exclusão, o silenciamento e a violência. A diversidade cultural, longe de ser um obstáculo, constitui uma das maiores riquezas da sociedade brasileira. Valorizar a identidade afroindígena é, nesse sentido, afirmar um compromisso com a justiça social, com a pluralidade histórica e com

a construção de um futuro no qual as diferenças não sejam toleradas, mas efetivamente reconhecidas como fundamento da vida coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Nada é igual. Variações sobre a relação afroindígena. In: **MANA,** v. 27, n. 2, p. 1-39, 2021.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O Quilombo do Catucá em Pernambuco. **Revista Brasileira de História,** 33(65), 107-128, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **A mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1995.

GOLDMAN, Márcio. Identidade Afroindígena: Contrasincretismo e contramestiçagem no Brasil contemporâneo. In: **Revista Brasileira de História,** v. 41, n. 82, p. 151-173, 2021.

MATTOS, Maria de Fátima; ABREU, João. A invisibilidade étnica e as comunidades afrodescendentes no Brasil. In: **Revista Brasileira de História,** v. 29, n. 58, p. 87-104, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **História da etnogênese: processos identitários no Brasil e na América Latina.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAPÍTULO 19

ENTRE A LEI E O CASO: o casuísmo como método jurídico no julgamento por adultério em Pernambuco em 1820

Janicleide Nunes Pereira[61]

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se busca compreender uma mudança silenciosa que ocorreu entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, na América Portuguesa, na forma de compreender e praticar o direito. Os tempos em que a misericórdia, a prudência do juiz, era guiada pela moral e pelas circunstâncias de cada caso que se apresentava.

Inicialmente é importante frisar que para se abordar o direito colonial brasileiro, se faz necessário compreender como funcionava o sistema jurídico do Antigo Regime. A independência de um determinado direito não se fundava primordialmente na existência de um corpo normativo próprio, mas, sim na capacidade de ocupar e interpretar os espaços jurídicos já presentes na estrutura do direito comum.

Seria através das obras do historiador do direito Antônio Manuel Hespanha que se elucidou um direito na época moderna na Europa, mas também nas colônias portuguesas. O referido historiador embasava suas pesquisas na concepção do *direito das Índias,* construído pela historiografia espanhola que consistiam em um conjunto de leis normativas que foram sendo substituídas por uma concepção de um direito que

61 Doutoranda em história da Justiça e do Direito
Universidade Federal rural de Pernambuco – UFRPE
janecnunes@gmail.com

foi construído pela prática nos locais em que o direito comum não regulamentava.

Assim expõe o Antônio M. Hespanha (1990), no período moderno conviviam diversas ordens jurídicas, dentre elas o direito romano, direito canônico, direito comum*/ius commune,* direito régio. Havendo assim, uma pluralidade de ordenamentos jurídicos, não havia uma determinada norma na qual a ordem jurídica deveria ser aplicada passaria a ser decidido pelo juiz do caso.

> Não existia uma metodologia específica para interpretar este direito ínsito nas coisas. Existia, sim, um método geral de ir interpretando o mundo, procurando alcançar, não uma verdade definitiva, mas uma verdade provisória e provável [...] assim, este método não procurava tanto produzir uma solução certa, mas apenas pôr à disposição do orador argumentos que tornassem convincentes os diversos pontos de vista. (HESPANHA, 2015, p. 170)

Na verdade, foi a partir do livro do historiador argentino Vítor Tau Antzoategui *Casuísmo y sistema* que se foi identificando de que o direito era construído pela prática nos locais em que o direito comum não conseguia regulamentar os conflitos que surgiam.

A partir das leituras do Victor Tau, identifica-se que o casuísmo se encontrava presente no final do século XV, em se pode constatar que o Direito comum ou ius commune estava entranhado pela crença casuísta, a qual provinha de uma longa tradição, assentada sobre o direito romano e o medieval.

Os juristas hispânicos dos séculos XVI e XVII eram herdeiros desse legado que foi sendo transmitido através de um processo de continuidade cultural. esses juristas passaram a incorporar essa visão casuísta do fenômeno jurídico, não havendo contradição alguma, uma vez que não encontravam outro modo melhor de concebê-lo.

Segundo o historiador Victor T. Azoantegui (1992), a ruptura surgiu dentro de um complicado processo evolutivo no século XIX, em que os juristas contemporâneos perderam este legado cultural que ocorria de forma espontânea. O Direito comum europeu, surgido no século XII foi o mais próximo de uma concepção casuísta. E, o principal legado deles, sem dúvida, foi o *Corpus Iuris* tendo como suporte para sua interpretação a lógica aristotélica e a retórica jurídica. Para o autor definia o casuísmo como sendo uma crença social que se revelava na prática social, levando em conta as circunstâncias do lugar, do tempo e da pessoa.

O CASUÍSMO COMO METÓDO

Na sociedade Moderna ibérica, Deus estava no centro e a crença dos católicos era baseada na Divina Providência, que estava controlando a vida no sentido do cuidado de todos os assuntos humanos (ANZOATEGUI, 1992, p. 51). Naquela sociedade prevalecia a crença de que Deus não somente velava pela espécie humana em geral, atendendo a suas necessidades pessoais. Ou seja, o casuísmo produz um direito argumentativo e metodológico, próprio das sociedades do Antigo Regime, no qual a justiça se concretizava pela adaptação prudente da norma às circunstâncias do caso.

No contexto medieval, a ordem jurídica organizava-se fundamentalmente em torno do chamado direito comum (ius commune), cuja elaboração deveu-se, à atuação de glossadores e teológos. Esses juristas construíram um imenso acervo a partir da leitura e da interpretação conjugada do direito romano e do direito canônico. Tal sistema jurídico não se apoiava prioritariamente em normas legisladas, mas na autoridade doutrinária dos que as interpretavam.

O casuísmo é uma forma de pensar juridicamente centrada no caso concreto, na qual o direito se constrói, se interpreta e se aplica a

partir de situações particulares, por meio da prudência e do livre arbítrio do jurista e do juiz. Portanto, o juiz decide ponderando, os costumes, equidade, doutrina e contexto, e não pelo rigo legalista de normas gerais e abstratas.

O fundamento do direito para a época medieval era um dom gratuito de Deus. Havia a crença de que a própria ordem social do mundo ibérico estava plenamente embasada na religião da sociedade católica, portanto havia mais sentido de que as decisões jurídicas buscassem respaldo no pensamento teológico, para que assim pudesse assegurar o justo a partir das circunstâncias que ocorreram o delito que aqui no caso seria de adultério, do que em normas abstratas.

Assim desde a Idade média que a moral atuava conjuntamente com o direito como um elemento ordenador na sociedade. Como explica o historiador argentino que "[...] na vida moral era praticamente impossível julgar quando se tinha certeza absoluta sobre a legalidade de uma ação, era o suficiente se contentar com uma certeza menos rígida." (Azoantegui,1992, p.52) E, de que as ações praticadas pelo homem se manifestavam em seus conflitos e pelos escrúpulos de consciência que ocorria em sua atitude em relação ao pecado.

No contexto histórico e com essas características que surge uma doutrina que admitia a liberdade de seguir uma opinião provável, o probabilismo. Formando assim, como definia o historiador argentino, um *direito de juristas* e não um *direito de leis*. Sendo propagada pelos teólogos morais que buscavam solucionar os chamados *casos de consciência* conforme a moral católica. Assim pensava um jurista do século XVII de que a forma mais justa de encontrar a justiça por meio das leis, seria permitir que "[...] os juízes julgassem por presunções e conforme à sua consciência e arbítrio." (Bobadilla, 1779, p. 465)

Para de compreender o casuísmo como um método utilizado para se alcançar uma sentença justa, os juízes buscavam nos casos em que precisavam julgar decisões em que aplicavam algumas categorias como o costume, o local, as circunstâncias e a equidade, reafirmando o

que escreve em sua obra o historiador do direito Rafael Ruiz, "[...] para que dessa forma seja atingida a justiça." (RUIZ, 2015, p.32)

O METÓDO CASUÍSTA NO ADULTÉRIO DE BERNARDA FRANCISCA DAS CHAGAS

O processo por crime de adultério contra Bernarda Francisca das Chagas foi iniciado em 1820 pelo seu marido Manoel José do Nascimento na província da Vila do Recife. O estudo do caso demonstra claramente o uso casuístico do direito em que as normas foram aplicadas pelo juiz diante das circunstâncias e dos argumentos retóricos das testemunhas.

Para um teólogo do século XVII qualquer união carnal que não fosse no leito conjugal poderia ser qualificada como adultério, uma "[...] a violação do leito alheio ou da fidelidade e do leito conjugal." (VELARDE, 2005, p.140). No caso da ré do caso analisado, ela apresentou um requerimento na justiça eclesiástica rogando ao Bispo que não permitisse o seu retorno ao lar, pois sofria a prática de sevícias por parte do marido, além de denunciar outros maus tratos por ele. E, de manter uma relação amasiada com uma escrava em seu próprio lar, como descrito abaixo

> "(...) a ré, Bernarda Francisca das Chagas (...) afirma que o autor lhe negou o sustento e vestuário e praticou contra ela sevícias e por esses motivos entrou com um requerimento na justiça eclesiástica, e com autorização do Juízo Eclesiástico, foi residir em um asilo seguro. (...) a ré definiu-se com uma conduta irrepreensível, temente a Deus, sendo incapaz de cometer adultério."[62]

62 MJPE, Apelação Crime. Memorial da Justiça de Pernambuco, Tribunal da Relação, Ano de 1825. Apelação Crime vinda do Juízo da Ouvidoria da Comarca do Recife. Apelante: Manoel José do Nascimento. Apelada: Bernarda Francisca das Chagas.

Apesar do rigor normativo, o casuísmo permitia conceder sentenças justas diante de situações sociais ou de honra, como no caso de adultério. Durante esse período os casos referentes ao espaço familiar eram "[...] exclusivamente tutelada pelo direito da igreja (Hespanha, 1993, p.15). A letra da lei dava lugar a juízo *misericordioso*, bem próximo à figura do bom juiz que agiria de acordo com sua consciência e com uma moralidade católica.

No caso da Bernarda Francisca das Chagas, o Bispo determinou que a ré fosse encaminhada para um asilo, não sendo obrigada a retornar ao convívio do seu marido. Com essa decisão plenamente favorável a ré, o juiz embasou toda a sua sentença na decisão prolatada da justiça eclesiástica em inocentá-la de quaisquer acusações oriundas do autor.

Demonstrando assim, que as leis eram compreendidas como um caminho para se chegar à justiça, no entanto, no caso do adultério valores como a *misericórdia, a clemência* era necessária para que o juiz pudesse alcançar uma justa aplicação de uma punição naquele contexto histórico. A tarefa do juiz era, principalmente, a de descobrir e, buscar nas fontes o direito adequado que se ajustasse ao caso concreto.

Em resposta ao pluralismo jurídico do caso citado, o juiz buscou exercer o seu ofício construído juridicamente em termos que privilegiava o *temor a Deus,* consequentemente exercendo a figura do bom juiz ou *Judex perfectus.* Resultando com isso "[...] numa via direta de comunicação religião-direito, que se desdobrava em um conjunto de qualidades e virtudes." (Garriga; Slemian, 2013, p.191).

Nesse sentido, o mundo seguia uma ordem que devia ser mantida, desde logo por corresponder à criação divina. De acordo com a moral cristã, seguindo uma conduta exercendo a paz de espírito e a da consciência. Por isso, o julgador no caso mencionado levou em conta os costumes locais, a opinião dos doutores da justiça eclesiástica e, considerar a finalidade da lei. Neste último ponto introduzia uma ampla margem de subjetividade na hora de elaborar a sentença, porque, para decidir sobre esse ponto, o juiz deveria olhar se a lei atendia "[...] ao

bem comum, ao serviço de Deus e da Monarquia [...] (Tau Azoantegui, 1992, p.518).

> Para exercer o seu arbítrio, os juízes deveriam ser prudentes e compreender as leis para que fosse concedida uma sentença justa para o caso. Em resumo, o juiz podia apoiar-se ou bem nas doutrinas e opiniões dos juristas, ou nos diferentes costumes locais, "[...] seguindo não propriamente a lei, mas principalmente a sua própria consciência e, nesse sentido, tornava-se necessário que os juízes levassem em conta as circunstâncias e as peculiaridades locais dos casos concretos." (Ruiz, 2012, p.16).

> O processo crime de adultério analisado transcorreu no período antes de surgir a codificação criminal no Brasil que veio a ser elaborado em 1830, portanto, o caso transcorreu por 5 anos sendo julgado e sentenciado pelo direito casuístico.

PARADIGMA LEGALISTA

Pela historiografia jurídica de Antônio Manuel Hespanha, Paolo Prodi se consegue compreender parte do século XVIII e início do XIX como um momento decisivo de mudanças na cultura jurídica europeia, com o crescimento progressivo de um paradigma legalista que redefiniu profundamente a relação entre direito, poder e justiça.

Esse paradigma assenta na centralidade da lei geral e abstrata como forma de produção do direito, plenamente diferente do casuísmo que era caracterizado pelo pluralismo de jurídico e pela resolução prudencial dos casos concreto. (Azoantegui, 2004, p.56) Todas as fases dessa mudança não devem ser entendidas apenas como uma evolução

do direito, mas como resultado de um processo cultural que visava reorganizar a relação entre poder, justiça e sociedade.

No modelo jurídico do Antigo Regime, tal como descrito por Hespanha, a justiça operava numa ordem pluralista, em que costumes, doutrina, direito canônico e equidade conviviam sem uma hierarquia rígida (Hespanha, 2015, p.6). O juiz desempenhava um papel ativo na composição do direito, recorrendo as categorias da prudência e, à argumentação para ajustar as normas às circunstâncias específicas de cada caso.

O historiador do direito Paolo Prodi, ao analisar a longa duração da justiça europeia, complementa essa leitura ao demonstrar que esse sistema se sustentava numa articulação entre foro externo e foro da consciência, ou seja, "[...] entre a norma moral e a norma positiva[...]" (Prodi, 2005, p. 357), na qual o direito não se separava completamente da moral. O paradigma legalista do século XVIII rompe com esse equilíbrio ao reduzir o espaço da consciência, da equidade e do casuísmo, submetendo a decisão judicial à lógica da legalidade estrita.

Esse processo de mudanças esteve profundamente ligado às ideias iluministas no Antigo Régime. A centralidade da lei correspondia à necessidade de controle do poder judicial e a uniformidade. Prodi, por sua vez, interpreta esse processo como parte de uma transformação mais ampla, na qual o direito se distancia da relação com à moral e à teologia, surgindo uma separação mais nítida entre consciência individual e ordem jurídica estatal. A codificação, ainda incipiente no século XVIII, surge no início do século XIX como instrumento simbólico e prático dessa nova racionalidade legalista.

Por fim, a construção do paradigma legalista deve ser compreendida não como simples progresso, mas como uma ruptura que redefiniu os fundamentos da justiça ocidental. Dessa forma, o debate entre legalismo e casuísmo não deve ser compreendido como um período na história da justiça em que houve duas correntes de pensamento com ordens jurídicas distintas.

O legalismo instituiu um novo regime de verdade jurídica, fundado na generalidade da lei e na limitação da discricionariedade judicial, enquanto o casuísmo expressava uma concepção de justiça orientada pela adaptação prudência e a consciência de quem julgava. A análise desta literatura jurídica nos permite compreender que a transição para o paradigma legalista não eliminou apenas um método casuístico, mas redefiniu profundamente o significado da história da justiça e do direito na modernidade.

CONCLUSÃO

Em síntese a consolidação do paradigma legalista não representou apenas uma simples evolução do direito, mas uma transformação profunda da cultura jurídica ocidental. A centralidade da lei implicou no papel prudencial do juiz que antes havia e a progressiva deslegitimação do casuísmo como forma legítima de racionalidade jurídica. Nesse processo, a reconstrução historiográfica do casuísmo, sobretudo a partir do Historiador do direito argentino Victor Tau Anzoátegui, demonstra que esse modelo desempenhou uma função estruturante no direito do Antigo Regime. Assim, a mudança para o paradigma legalista deve ser compreendida como uma ruptura que redefiniu o sentido da justiça, o lugar do juiz e a própria noção de direito na modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILLO DE BOBADILLA, Jerónimo. **Política para Corregidores, y Señores de Vassallos, en tiempo de paz, y de guerra**. Y para Juezes Eclesiasticos y Seglares, y de Sacas, aduanas, y de Residencias, y sus Oficiales: y para Regidores, y Abogados, y del valor de los Corregimientos, y Goviernos Realengos, y delas ordenes. Amberes, 1704, vol. II, lib. III, cap. I, N° 5.

GARRIGA, Carlos; SLEMIAN, Andréa. *"Em trajes brasileiros":* justiça e constituição na América ibérica (C. 1750-1850). **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p. 181–221, 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.p181-221. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69187. Acesso em: 28 jan. 2026.

HESPANHA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo**: 1550-1750 – direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa: Amazon Distribution, 2015.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Justiça e litigiosidade**: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MJPE, Apelação Crime. Memorial da Justiça de Pernambuco, Tribunal da Relação, Ano de 1825. Apelação Crime vinda do Juízo da Ouvidoria da Comarca do Recife. Apelante: Manoel José do Nascimento. Apelada: Bernarda Francisca das Chagas.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça**: do pluralismo dos foros ao moderno dualismo entre consciência e direito. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUÍZ, Rafael.**O sal da consciência**: probabilismo e justiça no mundo ibérico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2015. 160 p.

RUZ, Rafael. Probabilismo e teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII.**Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 4, n. 8, dez. 2012.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Casuismo y Sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de História del Derecho, 1992.In: **Revista de História del Derecho**, n. 32, Buenos Aires, Argentina, 2004.

Murillo Velarde, Pedro (2005), **Curso de Derecho canónico Hispano e Indiano** (Alberto Carrillo coord.), Vol. 4, 4 Vols., Zamora, El Colegio de Michoacán -UNAM Facultad de Derecho.

CAPÍTULO 20

MICROCOSMO PARANAENSE: o cotidiano na rua Borges de Macedo

Jeferson do Nascimento Machado[63]

As análises relacionadas aos espaços públicos, tais como o estudo sobre as ruas e as praças, possibilitam novos enfoques sobre o mundo urbano e abrem caminhos para a compreensão plural do passado. Assim sendo, ao analisarmos uma rua qualquer podemos observar a vida sem as máscaras idealizadas que ocultam e silenciam a diversidade humana. À vista disso, ao realizarmos o escrutínio da R. Borges de Macedo, procuramos desvelar um Paraná mais diverso do que daquele representado na história tradicional. Portanto, buscamos refletir acerca do passado para além do panegírico, da hagiografia, das biografias das elites, de modo que seja desvelado uma "história vista de baixo", tal como concebia Edward Palmer Thompson (1987).

Todavia, vale acrescentar que não desconsideramos a história das elites, visto que dali emerge as estratégias que buscam regular o social, mobilizando as forças em direção a manutenção do *status quo* que sustenta a classe dominante. Também, de maneira alguma, trata-se de deixar de lado o global pelo local, o macro pelo micro. Em verdade, objetivamos a inserção do global, do macro nas singularidades e a experiência dispersa, de modo a enriquecer a totalidade historiográfica. Ao mesmo tempo, realizamos uma devolutiva social às parcelas silenciadas da sociedade, o que pode enriquecer sua

63 Doutorando em História
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Pg55971@uem.br

subjetividade, fortalecendo sua percepção no mundo enquanto sujeito de transformação.

Por conseguinte, cabe compreender como se operam as táticas que emergem dos dominados e reorientam os processos sociais mesmo em microescalas. Nesse sentido, buscamos subsidio em Michel de Certeau (2017), o qual corrobora na elaboração de uma história do cotidiano onde as noções de táticas e estratégias são fundamentais para a reflexão. Acerca destas duas noções, Certeau pontua que:

> Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercício, uma cidade uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos ou ameaças. [...] o "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas [...] é o domínio do tempo pela função de um lugar autônomo (CERTEAU, 2017, p. 93-94)

Esse determinismo é superado através da tática, quesegundo Certeau, que é "[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um lugar próprio. " (CERTEAU, 2017, p. 93-94). A tática está em um não lugar e, por isso "[...] deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza uma lei de uma força estranha. " (CERTEAU, 2017, p. 93-94). Por conseguinte, se por um lado uma rua como a Borges de Macedo é estrategicamente projetada pela elite local, buscando determinar a vida das pessoas ditas comuns, por outro, a prática cotidiana burla essa intenção inicial, inserindo uma outra historicidade no lugar, reorientando o espaço.

Feito este preâmbulo, agora adentramos ao cotidiano da R. Borges de Macedo, que antes de receber este nome era conhecida

como Rua Botiatuva e, que posteriormente, foi renomeada como Rua Ébado Pereira (Molin (2017). A rua em questão localizava-se em Curitiba e, em diversas ocasiões, esteve nas páginas dos jornais, possibilitando a reconstituição do passado através das letras dos impressos. Assim, ao folharmos esse material, encontramos um lugar permeado por acontecimentos corriqueiros, bem como atravessado por tensões sociais que vão desde brigas, roubo e até capoeiragem, fazendo despontar um Paraná distante da imagem do pacifismo generalizado e da ausência das contradições sociais.

Pela R. Borges de Macedo circulavam operários, estudantes, capoeiras, ébrios etc., bem como camponeses, expressando a convivência entre o antigo e o moderno fruto do processo de urbanização da capital. Esse aspecto rural se faz notar pela presença de toda sorte de animais, como a constante presença de galinhas e cavalos que troteavam junto aos transeuntes, fazendo poeira em dias de sol e lamaçal em dias de chuva. Nesses dias chuvosos, era de se notar o uso frequente do raspador de barro que eram dispostos em todas as casas, comércios e instituições. E as crianças, aproveitavam o lamaçal para deslizarem rua abaixo e brincarem de "guerrinhas" com as bolotas de barros.

Também vale destacar a circulação dos estudantes pelo local. Isso ocorria porque a rua foi o endereço de dois colégios: Colégio Santa Helena e o Ginásio Paranaense e Escola Normal. Acerca do Ginásio, encontramos uma notícia sobre a comemoração de oitenta anos da construção, na qual se encontrariam antigos alunos, professores e funcionários na então "Secretaria da Educação". O evento contaria com uma exposição fotográfica, dentre as quais se encontraria uma fotografia de Olavo Bilac, destacada pelo jornal, visto que o escritor passou pelo colégio em 1916. Entretanto, o mais pertinente é que foi essa notícia que nos possibilitou conhecer a alteração no nome da rua em 1905. Conforme o Correio de Notícias: "Os alunos ainda vinham pela rua Borges Macedo - que no ano seguinte foi alterada para Ébano Pereira, nesse terrível troca-troca de homenagens que ninguém consegue

entender" (Correio de Notícias, 1984, p.12). Essa informação se mostrou verdadeira, pois a partir dela conseguimos rastrear o decreto publicado em A República: "Art 4º. A rua Borges de Macedo passa a denominar-se - Ebano Pereira - em homenagem ao fundador de Curytiba." (A República, 1905, p. 6).

A afirmação da "terrível troca-troca de homenagens" sugere que essas mudanças de nomenclaturas era algo corriqueiro na cidade e pode ser interpretado enquanto um jogo de poder, de lutas simbólicas pela memória do lugar. O nome Borges de Macedo perdura de 1879 até 1905, fazendo homenagem ao primeiro prefeito de Curitiba; posteriormente a rua é nomeada de Ébano Pereira, fazendo homenagem ao sertanista, considerado o fundador de Curitiba. Essas nomeações, bastante comum ao Brasil, ainda está ancorada em uma visão elitista da sociedade, que busca forçar uma memória acerca dos chamados "grandes homens" em detrimento das ditas pessoas comuns.

Ainda, ao consultarmos esse material antigo, encontramos diversas outras notícias sobre a Borges de Macedo, tais como uma informação sobre o estabelecimento da Sociedade Protetora dos Operários, que demonstra o emergir de uma classe operária organizada. Também podemos encontrar relações comerciais diversas, tais como vendas de terrenos, locações e realocações de escritórios e consultórios. Além disso, os jornais trazem diversas notícias sobre problemas com a recém instalada energia elétrica. Com a chegada da eletricidade no final do século XIX, o cenário noturno da cidade tornou-se uma tradução visual da desigualdade social. O contraste entre o antigo e o moderno ganhou contornos imediatos:a fronteira da riqueza era traçada pelo brilho intenso das novas lâmpadas, que contrastava vivamente com a luz amarelada, fraca e esparsa dos lampiões a querosene que emergiam das casas mais pobres. A disparidade, contudo, não se restringia à noite. Durante o dia, essa diferença social era vista na forma como os indivíduos se moviam: na primeira década do século XX, o automóvel — símbolo de velocidade e elite — passou a cruzar as ruas ao lado

das lentas carroças e charretes, expondo sem disfarces quem possuía o capital da modernidade.

A paisagem local, como já apontando, também contava com a constante presença de animais, que muitas vezes desapareciam e eram furtados. Neste sentido podemos verificar a seguinte notícia sob o título de "Cavallo fugido":

> Desappareceu da casa n. 7 da rua Borges de Macedo, um cavallo gateado, crina cortada com a marca M em um quarto, e malacara. Quem d'le souber póde dar notícias ao Almoxarife do Hospital Militar, e se o apresentar será gratificado. (A República, 1885, p. 3)

No entanto, enquanto o aspecto rural ainda era evidente, a paisagem urbana se transformava pouco a pouco com o despertar da industrialização. Esse novo momento histórico não demorou a gerar a organização dos operários, um fenômeno bem documentado em jornais da época, a exemplo do comunicado 'Sociedade Protectora dos Operários', publicado no *Diário da Tarde*: "De ordem do sr. presidente communico aos srs. sócios que a sède social conjunctamente com a Thezouraria acham-se installada á rua Borges de Macedo n 39" (Diário da Tarde, 1902, p. 2).

A Sociedade Protectora dos Operários, cuja história de resistência remonta a 1883, foi um marco fundado sob o regime de escravidão ainda vigente. Seu criador, o ex-escravizado Benedito Marques dos Santos, estabeleceu a sede inicialmente na residência de outro ex-escravizado, João de Batista Gomes de Sá, na rua Mato Grosso. Ao longo do tempo, a sociedade operária foi alocada em diversos locais, incluindo a Borges de Macedo. No decorrer desse itinerário, a instituição também instalou-se no Alto São Francisco, na Rua Desembargador Ermelino de Leão[64], onde

64 PITZ, Gustavo. Que fim levou a Sociedade Protetora dos Operários?. Turistória, [s.d.]. Disponível em: https://www.turistoria.com.br/a-historia-da-sociedade-

ficou até a sua demolição em 2021[65]. Disso decorre que, ao contrário do que se afirmou por muito tempo, a participação ativa do povo negro na construção do Paraná foi essencial, fato que se prova por meio de informações como a que analisamos.

Essa participação ativa da população negra é corroborada pela presença da capoeira no cotidiano urbano, frequentemente registrada nas páginas dos jornais paranaenses e com presença confirmada, inclusive, na Rua Borges de Macedo. A capoeira, para além de seu aspecto marcial, funcionava como uma complexa instituição de ajuda mútua e coesão social. Não por acaso, o mesmo tecido social que buscava dignidade por meio de associações formais, como a Sociedade Protectora, encontrava na capoeira outra forma vital de resistência, funcionando como defesa, lazer e uma forma coletiva de proteção. Vale acrescentar que, muitas vezes, o registro da capoeira e de outras práticas consideradas marginais pela imprensa seguia um padrão de seletividade, só alcançavam visibilidade quando eram passíveis de associação direta à desordem e à violência. Todavia, devemos considerar que é precisamente essa documentação que se tornou possível capturar a presença da capoeira no cotidiana de Curitiba, tal como a notícia publicada no Diário da Tarde, no final do século XIX:

> Brincavam hontem Filippe Gonçalves e Izidoro Mendes na rua Borges de Macedo, ás dez horas da noite. Consistia o brinquedo em jogos de capoeiragem. Dahi á momentos chegou ao local Manoel Ramos que acreditando tratar-se de uma briga, manejou o cacete que possuía e deu forte cacetada em Filippe, no lado esquerdo da fronte, prostanto-o em seguida. O ferido

13-de-maio. Acesso em: 23 ago. 2024.

65 Para saber mais: DARTORA, Carol. Que fim levou a Sociedade Protetora dos Operários?. **Plural Curitiba,** 2021. Disponível em: https://www.plural.jor.br/colunas/politicas/a-vanguarda-dos-trabalhadores-curitibanos-a-historia-demolida/. Acesso em: 23 ago. 2024.

> poude ainda descarregar o seu revolver contra o agressor; a bala alcançou-o ferindo-o levemente. Ambos estão presos. (Diário da Tarde, 1899, p.2)

A notícia de 1899, para além de sua dimensão violenta, atesta uma questão fundamental: a presença concreta da prática marcial afro-brasileira, no Paraná do final do século XIX, apesar de sua criminalização pelo Código Penal vigente. A existência da Sociedade Protectora dos Operários, fundada por ex-escravizados, até a emergência de diversos clubes negros na capital, como a Sociedade Ultimatum e a Sociedade 13 de Maio em Curitiba. Tanto a capoeira quanto as associações civis demonstram a atuação da população negra na configuração social e cultural do estado, refutando mais uma vez a concepção de um Paraná sem a ativa presença negra[66].

Na esteira desse acontecimento envolvendo a capoeira, a reincidência de registros policiais na Rua Borges de Macedo chamou-nos particular atenção. Para ilustrar a intensidade dessa dinâmica social, analisamos a seguir uma amostragemcom algumas ocorrências, que abrangem desde casos de roubo até brigas que culminaram em hospitalização ou detenção. Portanto, ficamos diante de uma rua marcada pelas tensões e inseguranças da população local. Uma dessas notícia que corrobora com essa afirmação, pode ser verificada no Diário da Tarde. Trata-se de um incidente violento, que retrata também as tensões éticas em Curitiba. Uma mulher, que é descrita como "pobre polaca", fazendo referência aos imigrantes poloneses, foi perseguida por dois homens:

> Hontem as 7 horas da noite, desde a rua Borges de Macedo até o Largo Carlos Gomes foi perseguida por

66 Para saber mais: BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1874. Acesso em: 23 ago. 2024.

> dois indivíduos desconhecidos uma pobre polaca, empregada em uma casa de família. A creada corria gritando, mas apezar disso foi alcançada e soffreu forte espancamento. Felizmente estava perto um sargento de polícia que ouvindo os gritos da mulher correu a ver o que era e pôz em fuga os aggressores. (Diário da Tarde, 1899, p.2).

Essa notícia nos oferece a dimensão dos problemas daquele período, os quais, em alguma medida, se mantêm presentes nos dias atuais: violência contra as mulheres, violência contra os imigrantes e violência contra trabalhadoras. A interseção entre as categorias de gênero, classe e raça é notoriamente evidente neste registro e apresenta a condição concreta dos indivíduos desprovidos de poder naquele momento. Acrescenta-se, ainda, que este evento, longe de ser isolado, demonstra-se um acontecimento corriqueiro na Curitiba do final do século XIX e começo do XX.

Tais ocorrências se intensificavam no período noturno. Durante a madrugada, por exemplo, podiam ser ouvidos algarravas e disparos, conforme confirmado em edições do Diário da Tarde de 1899: "Hoje à 1 hora da madrugada foi ouvido um tiro na rua Borges de Macedo. Não é a primeira vez que isso ali se dá. " (Diário da Tarde, 1899, p.2). A presença de botequins no local, que ficavam abertos até mais tarde criavam as circunstâncias para isso. Os botequins eram, sobretudo, frequentados por homens pobres que viam na bebida uma forma de esquecer e aliviar seus problemas, mas que devido a embriaguez acabam se envolvendo em problemas e tumultuando a noite curitibana. O Diário da Tarde de 1903, por exemplo, noticiou a prisão de quatro homens por embriaguez em um desses botequins:

> O alferes Argemiro de Oliveira, que se achava de ronda, prendeu ante-hontem á noite Simão Bialê, Julio Moreira do Couto, Orlando Settragni e Casemiro Alves dos Santos

> por se acharem em completo estado de embriaguez promovendo desordens em um botequim á rua Borges de Macedo. (Diário da Tarde, 1903, p.2)

Outra notícia, também referente ao botequim, pode ser lida nas páginas do jornal A República:

> Ao sr. commissario da 2ª circumscripção queixou-se o nacional Luiz Teixeira, dizendo ter sido ferido por um indivíduo que na noite de sabbado apresentou-se no seu botequim á rua Borges de Macedo. O dr. Lemos, legista da polícia verificou que ferimento attingiu a região parietal direita. (A República, 1904, p. 2). 28 de março.

Assim, a agressão sofrida pelo proprietário do estabelecimento evidenciava o cotidiano violento da rua. Embora esses espaços de lazer, combinados com o consumo de álcool, fossem ambientes onde a violência era corriqueira, ela não se restringia a eles: a violência podia irromper em qualquer ponto da via, tornando-se particularmente intensa e generalizada durante o período noturno.

Em conclusão, a análise desses contrastes e conflitos — da luz de lampião versus eletricidade, da carroça versus automóvel, e da capoeira versus repressão policial — permite desvelar as operações realizadas pelas estratégia e tática, conforme formulada por Michel de Certeau. Os grupos dominantes (elite, Estado, imprensa) detinham o poder sobre a rua, exercendo sua vontade através de estratégia que delimitavam as ações dos agentes sociais ali inseridos. Em contraste, a população negra e pobre, destituída de um lugar formal e de capital, operava pela tática, que é a arte do fraco agindo no espaço do outro. Nesse contexto, o lampião e a carroça não representam uma opção, mas sim uma tática imposta pela necessidade, coexistindo à sombra da estratégia da modernidade. A capoeira, por sua vez, era uma Tática fugaz de resistência e organização. Ao decifrar essas táticas e os rastros

deixados nos registros policiais, é possível reverter a perspectiva e reconstruir a 'história vista de baixo', como propõe E.P. Thompson**.** As violências, as desigualdades e os registros policiais da Rua Borges de Macedo não são, portanto, meros acasos: são embates de estratégias e táticas. A força policial busca fazer cumprir o ordenamento estratégico. As táticas de sobrevivência e resistência do povo, forjadas pela ausência de capital, se chocavam frontalmente com a estratégia de dominação das elites, reescrevendo o espaço urbano a cada passo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente ensaio, buscamos analisar a Rua Borges de Macedo, e acreditamos que o objetivo central foi, em grande medida, alcançado. Através da análise dos jornais, foi possível capturar o dinamismo do cotidiano e das conturbadas relações sociais da rua, revelando elementos estruturais e históricos frequentemente obscurecidos na narrativa oficial do passado paranaense.

Assim, a Borges de Macedo se revelou um palco multifacetado de uma cidade em transição, onde os contrastes entre o antigo e o moderno se manifestavam também pela força desigual do capital. Os traços rurais perduravam na circulação de animais, no passo lento de carroças, nas ruas de chão batido e na luz precária do lampião; enquanto a modernidade se anunciava na efêmera circulação de automóveis, na luz elétrica e na organização formal da Sociedade Protectora dos Operários.

Além disso, a análise das notícias também permitiu refutar o mito de um Paraná exclusivamente europeu. A notícia sobre o jogo de capoeira, que culminou em violência, evidencia a presença negra organizada no estado, foi corroborada por um leque de iniciativas como a própria Sociedade Protetora, fundada por ex-escravizados, e a emergência de clubes negros. Conjuntamente, a ação violenta

contra a capoeira e a perseguição à mulher descrita como "pobre polaca" apontam para a interseção brutal entre gênero, classe e raça, desvendando as tensões étnicas e sociais que perpassavam o período.

Em última instância, a Borges de Macedo configura uma geografia da luta cotidiana onde as táticas de sobrevivência e resistência do povo desprovido de poder se chocavam frontalmente com a Estratégia de dominação das elites. Por fim, vale apontar que não se pretende com este ensaio esgotar o assunto. Pelo contrário, a intenção é que este estudo possa instigar novas pesquisas, estimulando os pesquisadores a considerar o estudo do cotidiano das ruas. Ainda, tomando a premissa de E.P. Thompson acerca da necessidade de construir uma "história vista de baixo", salientamos que nossas pesquisas, bem como as interpretações apresentadas, devem ser compreendidas enquanto conhecimento provisório e seletivo, estando sempre abertas às novas evidências e às atualizações necessárias do saber histórico.

REFERÊNCIAS:

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** 1 Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2017.

DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura,** *[S. l.]*, v. 6, n. 9, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1373. Acesso em: 28 ago. 2024.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES:

Cavallo Fugido. **A República.** Curitiba, 16 de jan. 1885. p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22fugiram%22%20%22Borges%20de%20Macedo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4786. Acessado em 23/082024.

Sociedade Protectora dos Operários. **Diário da Tarde**. Curitiba, 5 de fev. 1902. p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=%20%22Borges%20de%20Macedo%22%20Sociedade%20Protetora%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3384. Acessada em 23/08/2024

Encontro dos alunos nos 80 anos. **Correio de Notícia**, Curitiba, 29 ago. 1984, p. 12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&pesq=%20%22foi%20alterada%20para%20%C3%89bano%20Pereira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2536. Acesso em: 23 ago. 2024.

Prefeitura Municipal. **A República**. Curitiba, 1 de nov. de 1905, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=%22Langard%22&pagfis=17455. Acesso em: 23 ago. 2024.

Agrressão. **Diário da Tarde.** Curitiba, 13 de jun de 1889, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=%22uma%20pobre%20polaca%22&pagfis=302. Acesso em: 23 ago. 2024.

Manifestação. D**iário da Tarde.** Curitiba, 8 de abr. de 1889, p.2 Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=%22Hoje%20%C3%A0%201%20hora%20da%20madrugada%22&pagfis=26, Acesso em: 23 ago. 2024.

Pela Polícia. **Diário da Tarde.** Curitiba,10 de ago, de 1903, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=%22O%20alferes%20Argemiro%20de%20Oliveira%22&pagfis=4616, Acesso em: 23 ago. 2024.

Diversas. **A Republica.** Curitiba, 28 de mar. de 1904. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=%22%20botequim%20%C3%A1%20rua%20Borges%20de%20Macedo%22&pagfis=15475. Acesso em: 23 ago. 2024.

Brinquedos e Cacetadas. **Diário da Tarde.** Curitiba, 1889, p 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=150&Pesq=Izidoro%20Mendes>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Recordar é viver. **Correio do Paraná.** Curitiba, 30 de mai. de 1941, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171395&Pesq=%22rua%20Borges%20Macedo%20-%20que%20no%20ano%22&pagfis=14449. Acesso em: 23 ago. 2024.

CAPÍTULO 21

BRASIL PARALELO: Narrativas "Revisionistas" na Produção de Conteúdos Educacionais de História (2016-2023)

João Vitor Romão de Castro[67]

Ao observarmos o cenário do Ensino de História, nota-se que as ferramentas digitais ganharam relevância no ambiente escolar. Tais instrumentos podem ser usados como aliados importantes nas aulas de História, uma vez que democratizam o acesso a fontes diversificadas, arquivos digitais e plataformas interativas. Entretanto, este avanço tecnológico também amplificou desafios, como a disseminação de informações não verificadas e discursos que distorcem e/ou negam eventos históricos. Ao afirmar que "um primeiro desafio para quem ensina História parece ser a explicação da razão de ser da disciplina" (BITTENCOURT, 2004, p. 11), sintetiza, com maestria, os reveses contemporâneos do professor de História.

Marcada por uma conjuntura polarizada e acusatória, a disciplina de história vem sendo atacada com frequência por movimentos neoliberais-conservadores. Neste cenário, "[...] emergem discursos, práticas culturais e ações políticas que buscam não apenas desqualificar, mas, principalmente, desautorizar o historiador/professor como produtor de conhecimento e educador" (MACIEL; DUARTE, 2022, p. 8). A ascensão da empresa Brasil Paralelo (BP) em 2016, ilustrou como a produção de conteúdos revisionistas encontrou terreno fértil no ambiente

67 Graduado em História
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Castrovitor922@gmail.com

digital. Seus fundadores, movidos por uma autoproclamada "missão", difundiram narrativas que tentavam reinterpretar eventos históricos sob uma ótica reacionária. Tal fenômeno reforçou o desafio apontado por Bittencourt (2004), uma vez que o Ensino de História busca orientar os estudantes a construírem um olhar crítico em relação ao passado, enquanto plataformas como a BP disputam a memória coletiva com versões simplificadas sobre acontecimentos históricos.

Por esta razão, o site oficial da empresa foi utilizado como uma das fontes da pesquisa ora apresentada, pois, assim como o Escola Sem Partido (ESP), a BP também utilizou de ferramentas digitais como forma de angariar adeptos e conquistar espaços no debate educacional brasileiro. Entretanto, a empresa diferenciou-se por suas produções audiovisuais e cursos formadores, sobretudo na área de história. Assim, a Brasil Paralelo surge em meio a uma conjuntura marcada por crises políticas, dedicando-se na criação de conteúdos alternativos sobre história e política, aproveitando o clima de polarização do período. A mesma foi fundada no Rio Grande do Sul por três sócios, sendo eles: Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Felipe Valerim.

De acordo com o site oficial da empresa a missão do grupo era a "de resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros" (BRASIL PARALELO, 2025). A mesma denominava-se como "uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação" (BRASIL PARALELO, 2021), produzindo conteúdos originais, filmes, documentários, animações, séries, programas e cursos com temáticas que "variam entre história, ciência política, filosofia, arte, atualidades e economia, dentre outros" (BRASIL PARALELO, 2025). Desta forma, "[...] a empresa oferece os seus serviços em distintas plataformas digitais – sendo uma delas o YouTube – em que estão disponibilizadas as suas produções audiovisuais tanto de forma gratuita quanto paga [...]" (ROSA *et al*., 2024, p. 146-147), demonstrando uma diversificação de conteúdos produzido, variados formatos e diferentes métodos de divulgação utilizados pelo grupo.

Seguindo as informações disponibilizadas pela Brasil Paralelo (PB) em seu portal on-line, o grupo contou com mais de 400 mil membros assinantes; 3,6 milhões de inscritos em seu canal do Youtube e mais de 6 milhões de seguidores nas redes sociais, afirmando-se como um projeto midiático independente, alternativo, produtor de um conteúdo "livre de ideologias" e comprometido com uma visão conservadora da sociedade. O elevado número de adeptos a empresa chama a atenção, pois, demonstra como a BP encontrou ressonância em alguns setores da população brasileira, especialmente entre grupos que questionavam a legitimidade de pesquisas históricas consolidadas. O alcance da empresa também levantou questões sobre como plataformas privadas, sem compromisso com metodologias historiográficas, influenciaram na formação dos estudantes. Visto que, a produção continha vieses políticos claros, demonstrava como o mercado de conteúdos digitais se tornou campo de disputa pela interpretação do passado.

Assim como o Escola Sem Partido (ESP), a Brasil Paralelo se descrevia como um grupo sem ideologias, produzindo um conteúdo exclusivamente voltado aos fatos. A produtora alegava que suas produções não poderiam ser enquadradas como disseminação ideológica, pois, de acordo com a empresa, as mesmas criticavam ambos os lados do espectro político, utilizando-se da colaboração de vários especialistas, demonstrando certa "imparcialidade". Entretanto, o discurso autodeclarado neutro mascarava uma narrativa ideológica que frequentemente se contrapunha a consensos acadêmicos, especialmente em temas sensíveis como a Ditadura Civil-Militar e a Escravidão, deslegitimando a figura do professor de história e o acusando de doutrinação na sala de aula. Todavia, no mesmo trecho em que a empresa definia-se como não ideológica encontrava-se, a seguinte informação:

> A Brasil Paralelo também acredita que é responsabilidade de cada pessoa resgatar a cultura, não do Estado. Não

> tem funcionado esperar que os governos solucionem os problemas. Portanto, é preciso que cada pessoa, cada família e a sociedade civil organizada assumam suas responsabilidades (BRASIL PARALELO, 2025).

Nota-se que o excerto apresenta aproximações com discursos neoliberais-conservadores como os do movimento Escola Sem Partido, onde o caráter individualizante perpassava a afirmação feita pela empresa, de tal modo que, como é notório no trecho, cada indivíduo é responsável por este resgate cultural propagandeado pelo grupo. Dessa forma, a afirmação acima relacionava-se diretamente com a "missão" da empresa, uma vez que "esses valores, como definem os sócios-fundadores, estão relacionados com uma ideologia de mercado e com projetos ligados ao conservadorismo-ultraliberal" (SANTOS, 2021, p. 60), estes apontamentos podem ser percebidos já nas primeiras produções do grupo. Desde o lançamento de seu primeiro material, intitulado "Congresso Brasil Paralelo", até seus documentários mais famosos: "O Brasil: A Última Cruzada" (2017) e "1964: O Brasil entre Armas e Livros" (2019), revelando uma narrativa de crítica a governos de esquerda e defesa de uma interpretação conservadora da história brasileira.

A produtora capitalizou aquele momento de crise presente na conjuntura nacional, oferecendo conteúdos ao público que, embora apresentados como neutros, reforçavam uma visão de mundo que combina conservadorismo moral, crítica ao Estado e exaltação da iniciativa privada, tal tática, não refletia somente a um projeto político-ideológico, mas ilustrava como o discurso da "imparcialidade" poderia ser mobilizado na legitimação de determinadas agendas. A complexidade do fenômeno Brasil Paralelo na conjuntura brasileira é evidenciada por meio da contradição presente na retórica da empresa, pois, ao alegar neutralidade, se posicionava explicitamente em relação a temas como família, mercado e cultura. Neste sentido, as características neoliberais-

conservadoras da empresa materializaram-se desde o seu surgimento, conforme aponta Britto (2021) ao revelar que em entrevista à Revista Esmeril,

> Henrique Viana, confirma que ele e os outros sócios sempre tiveram a "dupla referência, conservadora e liberal, Viana também confessa que só a partir de 2013 eles "começaram a estudar" para entender o que estava acontecendo e com isso perceberam o quanto eram "ignorantes da situação". Os sócios afirmam que inicialmente esses estudos tinham como referência o Instituto Misses Brasil, de Hélio Beltrão Filho. Ao declarar que foi o IMB que, com "artigos sobre economia e filosofia, fáceis de se absorver " que o ajudou a "sair um pouco da Matrix", Viana (2013) exemplifica em seu depoimento o modus operandi e o poder de influência dos think tanks ultraliberais entre os jovens durante a crise política acentuada com os protestos de 2013 (BRITTO, 2021, p. 76-77).

Desse modo, observa-se como os Think Tanks brasileiros influenciaram no surgimento da instituição, dado que, o Instituto Misses Brasil (IMB), utilizado pelos fundadores da Brasil Paralelo como lócus de informação para pesquisar, se destacou por seu alinhamento à direita do campo político e ideológico, promovendo ideias da Escola Austríaca de Economia, do pensamento libertário e, em algumas vezes, do anarcocapitalismo. Com base neste alinhamento explícito dos fundadores com o IMB, observa-se como Think Tanks liberais capitalizaram o momento de crise política para recrutar jovens através de conteúdos reducionistas. Ao utilizar o termo "sair da Matrix", típica do discurso conservador-libertário, Viana apresentava uma visão maniqueísta do mundo, que dividia a sociedade entre "iluminados" e "alienados".

Tal viés reverberou na linha editorial da Brasil Paralelo, pois, a mesma não refletia apenas uma preferência comercial, mas uma inserção deliberada em circuitos de poder que transcendiam o campo midiático, atuando na intersecção entre cultura, política e ideologia. Para tal feito, a empresa dispunha de quatro planos para assinaturas, além de matérias publicadas de forma gratuita em sua plataforma, sendo eles divididos em: Plano "Patriota"; "BP Select" e "Núcleo BP", onde o primeiro estava voltado a contribuições para quem gostaria de ajudar a manter o projeto, com valores a partir dos 10 reais, o segundo exclusivo para a plataforma de Streaming da BP, o terceiro relacionado a formação intelectual de seus assinantes e o um quarto plano que dava acesso a todos os três planos anteriores.

As opções de assinaturas disponibilizadas pela empresa sugeriam uma estratégia de segmentação de público, alinhada a diferentes níveis de engajamento ideológico e financeiro. Os planos, oferecidos revelavam uma gradativa construção de afinidade e aprofundamento ideológico, fortalecendo uma comunidade de assinantes que se identificava como parte de um movimento contra-hegemônico, ao passo que reforçava a deslegitimação de pesquisas históricas consolidadas. Essa abordagem, longe de ser neutra, operava uma politização do passado que servia a projetos contemporâneos específicos, transformando o Ensino de História em um instrumento de mobilização ideológica. Neste contexto, "por meio das plataformas e recursos possibilitados pela Internet para difusão de discursos e ideias, esses grupos atribuem a si a missão de trazer à tona a História verdadeira" (PICOLLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 09).

Deste modo, ao criar um núcleo de formação, a Brasil Paralelo não apenas disputava narrativas históricas, mas também atuava na formação de um imaginário social que deslegitimava a função crítica da História enquanto campo científico. O texto intitulado "Professores militantes em sala de aula. O que fazer?" publicado no site da empresa, ilustrava esta articulação ao destacar que nas salas de aula haveria: "professores

militantes que preferem doutrinar seus alunos ideologicamente a ensinar sua disciplina. Eles seguem uma agenda política e utilizam a sala de aula em seu benefício" (BRASIL PARALELO, 2021). A aproximação com o discurso popularizado pelo Escola Sem Partido demonstrava o desígnio do texto, ao associar professores a "militantes" e reduzir o ensino a "doutrinação" a Brasil Paralelo objetivava transformar o debate educacional em uma guerra ideológica, ao passo que propagandeava seu próprio streaming como referência de ensino, reforçando uma narrativa de criminalização do pensamento crítico e promovendo seus produtos como uma "solução". Ainda no texto, observa-se o seguinte trecho:

> a pesquisa realizada pelo Instituto Sensus em 2008, que evidencia que as escolas e universidades estão sendo usadas para fins partidários. Ela revela que os professores reconhecem que seus discursos em sala de aula são politicamente engajados e que devem formar cidadãos mais do que transmitir conhecimento sobre as matérias (BRASIL PARALELO, 2021).

Chama a atenção o fato de que a pesquisa acima mencionada referia-se a mesma apontada pelo movimento Escola Sem Partido, em sua descrição no site oficial, como forma de argumentação para provar a doutrinação no âmbito escolar, o que demostrava a convergência discursiva entre os dois grupos. No entanto, Ratier (2016) aponta para as problemáticas do levantamento, ao afirmar que, "a reportagem não detalha a metodologia do levantamento ou a margem de erro. Apenas diz que são 3 mil entrevistados" (RATIER, 2016, p. 31). As fragilidades metodológicas da pesquisa apresentada como comprovação da "doutrinação nas escolas" revelava a intenção de construir um discurso alarmista sem base empírica sólida, usando dados questionáveis para justificar a intervenção em salas de aula e descredibilizar a autonomia docente. Tendo em vista que, como apontado pelo autor, "é muito

pouco para configurar uma tendência. Como faltam estudos sistemáticos sobre o tema, não é possível saber se os resultados seriam os mesmos se fossem aferidos hoje ou se outro levantamento chegaria às mesmas conclusões" (RATIER, 2016, p. 31).

No decorrer da leitura outros pontos característicos da retórica do Escola Sem Partido, como o ataque a Paulo Freire e a Ideologia de Gênero, também são retratados. Ao fim, o texto presente no site da empresa referia-se a uma peça de propaganda da mesma, ao passo que, era possível encontrar trechos como: "Existem bons docentes que nos abrem o caminho do conhecimento, são dedicados à sua profissão e querem o melhor para seus alunos. Excelentes professores, inclusive, dedicam-se ensinando na Brasil Paralelo" (BRASIL PARALELO, 2021). Dessa maneira, a BP se apresentava como uma ferramenta de formação segura e "livre de ideologia", enquanto deslegitimava o sistema educacional em favor de sua plataforma, apontando seu Núcleo de Formação como caminho na construção de um conhecimento apolítico. O mesmo abrangia áreas como Filosofia, Psicologia, História, Ciência Política, Bioética, Economia, pedagogia, entre outros.

Levando em conta os limites desta pesquisa, voltaremos nossas análises aos cursos de História oferecidos pelo núcleo de formação da Brasil Paralelo. Conforme descrito na página da empresa, na área de história eram encontrados cursos como: Titãs da Civilização Ocidental; Uma Breve História da Rússia; A História do Feminismo; O Desenvolvimento Histórico do Globalismo; entre outros. No que se referia aos professores, o site listava apenas dois nomes: Rafael Nogueira e Lucas Ferrugem, ambos não possuíam formação em história, sendo o primeiro descrito como graduado em Direito e o segundo, para além de ser um dos fundadores da empresa, como "autodidata, entusiasta de Filosofia, História e Cultura em geral" (BRASIL PARALELO, 2023). Já no curso sobre feminismo, era oferecido o ebook de Ana Campagnolo em parceria com a empresa, a mesma era formada em História e se

descrevia em suas redes sociais como "antifeminista, conservadora, cristã e de direita".

A ausência de historiadores formados entre os responsáveis pelos cursos levantou questionamentos sobre o rigor metodológico e a fundamentação acadêmica do conteúdo oferecido pela empresa. A escolha da obra de Campagnolo, declaradamente engajada em uma perspectiva antifeminista, como bibliografia do curso sobre a história do feminismo reforçava a tendência ideológica da empresa, priorizando uma narrativa alinhada ao conservadorismo em detrimento de uma abordagem historiográfica plural e crítica. Ademais, a falta de referenciais teóricos historiográficos também reforçavam a ideia de que a Brasil Paralelo estava mais interessada em propagar uma visão de mundo específica do que em promover um debate histórico equilibrado e embasado. Alcântara, Belmont e Fornazier (2023) reforçam que:

> A empresa produz materiais em perspectivas históricas, contudo, a partir de um revisionismo populista, ou seja, sem as devidas marcas necessárias para a produção de um conteúdo científico, como determina a academia. [...] trata-se de uma produção, de um conteúdo histórico que tem por objetivo principal a divulgação da ideologia de direita, que pauta o grupo, e não revisionar o método ou a abordagem da construção do conhecimento histórico (ALCÂNTARA; BELMONT; FORNAZIER, 2023, p. 24).

Esse alinhamento ideológico fica ainda evidente quando analisamos a seleção temática dos cursos, que privilegiava tópicos frequentemente associados a pautas conservadoras, como o "globalismo" e a "civilização ocidental", enquanto ignorava abordagens críticas e perspectivas marginalizadas pela historiografia tradicional. Assim, "nessa utopia disseminada pela empresa, encontra-se traço ideológico de extrema-direita nacional, por meio de uma versão de pseudo-história brasileira de como surge a nação brasileira que conhecemos hoje"

(ALCÂNTARA; BELMONT; FORNAZIER, 2023, p. 24), de tal modo que a figura do docente se tornou algo a ser combatido, em meio a uma campanha difamatória das áreas das ciências humanas, assim, ao tentar reescrever o passado sob uma ótica ideológica, a Brasil Paralelo não apenas distorceu processos históricos, mas instrumentalizou o Ensino de História como ferramenta de doutrinação neoliberal-conservadora. Destarte, como apontam Marciel e Duarte (2022),

> esse ataque no plano da produção historiográfica inevitavelmente se estende para o plano do ensino de história e com uma virulência ainda maior, pois, nesse caso, trata-se de atingir o plano em que a conscientização histórica extrapola os muros da academia e do universo "letrado" e se espraia pelo conjunto da vida social por meio da ação pedagógica (MARCIEL; DUARTE, 2022, p. 10).

À vista disso, em consonância com o excerto, compreende-se que este fenômeno não se restringiu ao debate historiográfico, ao contrário, ele atingiu diretamente a formação histórica, ao tentar moldar uma determinada visão de sociedade através de uma interpretação revisionista do passado. Tais conjunções colocaram a Brasil Paralelo em destaque no cenário político nacional, tornando a empresa em referência no espectro político da extrema direita. Em 2019, durante o mandato do então presidente Bolsonaro, a produtora passou a exibir seus conteúdos no canal ligado ao Ministério da Educação (MEC), TV Escola. No dia 9 de dezembro de 2019 foi vinculado na programação do canal a produção "Brasil: A Última Cruzada", abordando a história nacional através de uma visão neoliberal-conservadora.

Segundo pronunciamento a mídia, a TV Escola alegou que a iniciativa fez parte da variedade de conteúdos que a TV quer oferecer na sua programação. Contudo, mesmo utilizando de uma agência estatal na divulgação de seu conteúdo, a empresa afirmou que "a Brasil Paralelo não simpatiza com a existência da TV Escola. Para os sócios, essa rede

não deveria existir, porque possui um orçamento público milionário e nem sequer tem uma audiência relevante" (BRASIL PARALELO, 2021). Tal posição revelou uma das contradições da BP, pois, enquanto a mesma utilizou a estrutura pública para divulgar seu conteúdo, manteve um discurso contrário à existência do canal. Esta situação gerou debates sobre o uso de recursos estatais por parte de movimentos que defendem a redução do Estado, além de questionamentos éticos sobre o uso de uma emissora educativa para veicular produções que atacavam o ambiente escolar.

Em meio a esta polêmica, questionamentos sobre o financiamento da empresa começaram a ser levantados. Por mais que a Brasil Paralelo apontasse seus assinantes como seus principais financiadores, a produtora contava com diversas fontes de renda, "Jorge Gerdau, dono de uma das maiores siderúrgicas do mundo e listado como conselheiro da produtora até 2021, já repassou cerca de R$ 1,5 milhão para a empresa" (CABRAL, 2024). Junto a isto, a BP "também foi a empresa brasileira que mais gastou em anúncios na Meta entre 2020 e 2024. Entre agosto de 2020 e junho de 2024, a produtora pagou cerca de R$ 25 milhões em anúncios nas plataformas" (CABRAL, 2024). Os números apontavam uma forte influência do setor privado no financiamento da empresa, apesar dos assinantes na plataforma, os dados demonstravam que enquanto a Brasil Paralelo se apresentava como uma alternativa "independente" ao cenário educacional, sua operação dependia maciçamente de investimentos de grandes empresários e de pesados gastos com publicidade digital.

A empresa em 2022 "buscou se descolar um pouco de figuras e temas ligadas ao bolsonarismo para tentar se estabelecer como uma empresa conservadora, independentemente da conjuntura política" (BRITTO, 2023, p. 98), optando por um novo método de atuação. O texto "A Brasil Paralelo precisa de você para formar a próxima geração de professores de História", presente no site da empresa, anunciava o interesse da mesma na formação dos docentes brasileiros. No artigo

é possível encontrar trechos como: "um dos problemas que justifica essa situação é a precária formação que muitos professores recebem nas Universidades. Não é incomum que as disciplinas de humanas privilegiam a ideologia em detrimento da ciência" (BRASIL PARALELO, 2024), justificando a atuação na formação dos professores de história.

Para tal feito a empresa pedia que seus usuários assinassem e divulgassem o conteúdo afim de gerar mais adesão nas assinaturas, pois, com o dinheiro adquirido é que este empreendimento seria implementado. De acordo com o texto, afirmava-se que "não é possível consertar a educação brasileira de uma só vez, mas é possível introduzir nas escolas bons professores que farão um trabalho árduo para contribuir para esse propósito" (BRASIL PARALELO, 2024). Dessa maneira, a tentativa de substituir profissionais qualificados por instrutores alinhados a visão ideológica da BP marcava uma nova investida. Pois, a abordagem não apenas fragilizava a autonomia docente, como transformava a educação em um produto a ser consumido, onde o "bom professor" não seria aquele comprometido com o pensamento crítico, mas sim o que reproduziria acriticamente as narrativas da empresa. Desse modo, sob o discurso de "melhorar a educação", escondia-se um projeto de reconfiguração ideológica das salas de aula, que ameaçava os princípios da educação democrática.

Essa investida se solidificou com o intitulado "Projeto Mecenas" que, de acordo com o a empresa, representava uma "iniciativa filantrópica da Brasil Paralelo, criada para auxiliar na educação de brasileiros com pouco acesso à informação e infraestrutura básica. A iniciativa funciona como uma extensão social para expandir ainda mais a realização da nossa missão" (BRASIL PARALELO, 2024). Através do Projeto Mecenas a BP fornecia, a partir de doações dos próprios membros, acesso gratuito de pessoas em vulnerabilidade social aos conteúdos produzidos pela empresa, expandindo a inserção da mesma nas camadas sociais mais vulneráveis. Contudo, apesar de se apresentar como ação filantrópica, o projeto revelava uma estratégia de ampliação

da influência ideológica. Ao direcionar seu conteúdo para populações mais pobres, a Brasil Paralelo não apenas expandia seu alcance, mas também naturalizava sua visão de mundo como uma "educação de qualidade", transformando a carência educacional em oportunidade para uma formação conservadora que seguia os interesses do mercado.

O projeto não se restringiu apenas a liberação de assinaturas, passando a financiar graduações em História em parceria com o Centro Universitário Católico Ítalo-Brasileiro (Uniítalo), instituição privada que oferecia formações na modalidade de Educação a Distância (EAD) em licenciatura de diversas áreas. De acordo com a BP: "o Curso de Licenciatura em História da Uniítalo é autorizado pelo MEC pela resolução nº. 23, de 16/04/2019. Em 2022, o MEC avaliou a formação com nota 4 de 5, uma das maiores do Brasil" (BRASIL PARALELO, 2024). Entretanto, a nota exposta referia-se à avaliação da estrutura e do plano pedagógico do curso, omitindo que o desempenho dos alunos e a qualificação dos professores o curso receberam a nota 2 (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2025). Ou seja, embora se destacasse uma imagem positiva da instituição, havia a omissão de dados que indicavam uma deficiência na formação dos alunos, revelando uma seletividade na divulgação das informações, comprometendo a transparência sobre a qualidade do curso financiado.

De acordo com os registros oficiais disponíveis no sistema e-MEC[68], o curso de Licenciatura em História da Uniítalo foi autorizado em 2019 pela Resolução nº 23/2019, com posterior ampliação para mil vagas anuais através da Resolução CONSU nº 20/2020. Seu reconhecimento oficial foi concedido pelo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Substituto, mediante a Portaria nº 369, publicada em 20 de setembro de 2023. Quanto ao que se refere ao Centro Universitário Católico Ítalo-Brasileiro (Uniítalo), sediado em São Paulo,

68 Sistema eletrônico do Ministério da Educação (MEC), utilizado para a tramitação e acompanhamento de processos relacionados à educação superior.

seu credenciamento para a oferta de cursos na modalidade EAD foi concedida em 2016 pela Portaria nº 180 e renovada em março de 2024 pela Portaria nº 189, assegurando a continuidade na educação a distância. Tais informações reforçavam a regularidade formal do curso e da instituição em relação ao MEC, embora as notas divergentes em diferentes critérios avaliativos levantassem questões sobre a qualidade do curso oferecido.

Junto a isto, na página oficial da Uniítalo, encontrava-se listado como um dos diferenciais do curso: "Diversidade historiográfica: o curso realiza um estudo crítico das diversas escolas historiográficas, incluindo a perspectiva cristã da História, frequentemente negligenciada em outras instituições" (UNIVERSIDADE ÍTALO BRASILEIRA, 2025). A ênfase em uma "perspectiva cristã da História" como diferencial curricular alinhava-se ao projeto da Brasil Paralelo, que buscava consolidar uma narrativa histórica de viés conservador, alinhados a setores neoliberais da Direita. A parceria entre as duas empresas representou uma cooperação na propagação de uma visão seletiva da historiografia, onde a "diversidade" anunciada operava, na prática, como hierarquização de perspectivas, privilegiando interpretações alinhadas ao projeto político-ideológico da Brasil Paralelo.

A aproximação ficou mais explicita ao notarmos que o curso foi coordenado por Rafael Nogueira, o mesmo foi presidente da Biblioteca Nacional entre 2019 e 2022 e já havia atuado professor em um dos cursos do Núcleo de Formação da Brasil Paralelo. Já o vice-coordenador era Armando Alexandre dos Santos, o mesmo ganhou destaque na ala da extrema direita com a publicação de seu livro que, dentre outras coisas, defendia o sistema monárquico brasileiro. Ademais, no que se referia ao reitor do centro universitário, Marcos Antonio Cascino, encontrou-se em suas redes sociais a divulgação de "conteúdo negacionista sobre a pandemia de covid-19, elogios às Forças Armadas e à ditadura militar e até posou com uma máscara do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como zumbi" (AUDI, 2024).

O alinhamento com pautas neoliberais-conservadoras do curso promovido pela Uniítalo em parceria com a BP também utilizou de ferramentas do Escola Sem Partido, especialmente em produções relacionadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde reproduziu o discurso da doutrinação ideológica nas salas de aula. Com coordenadores alinhados à extrema direita e um reitor que propagou negacionismo e elogios à ditadura, o curso que privilegiava uma visão cristã e revisionista, inspirava-se no Escola Sem Partido para a produção de seu material formativo. Neste sentido, "é necessário atentar para os perigos que esse tipo de discurso representa para a construção de uma cultura democrática e de valorização da ciência" (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 16), uma vez que estas empresas se apresentaram abertamente como porta vozes de um projeto de desmonte do Ensino de História, em favor de uma visão neoliberal de educação conservadora e tecnicista, por meio de um material que contava

> com entrevistas de Olavo de Carvalho, o ex-ministro bolsonarista Abraham Weintraub e o autointitulado "príncipe" Luiz Philippe de Orleans e Bragança (o político não faz parte da linhagem real supostamente herdeira do trono) defendendo que a BNCC transformou a educação brasileira em "cartilhas doutrinárias com discurso único" e os professores em "militantes" (AUDI, 2024).

À vista disso, o excerto aponta a maneira com a qual os recursos didáticos ofertados pelo curso reforçava um negacionismo histórico e promovia uma leitura ideologizada do passado. Revelando uma articulação em prol de uma educação neoliberal-conservadora, que associava o ensino crítico a doutrinação e buscava substituí-lo por uma narrativa histórica focada no tecnicismo e na desregulamentação do setor público. Dessa forma, a atuação da empresa no cenário educacional não se limitou somente a produção de conteúdo, ao contrário, tratava-se de uma tentativa de influenciar gerações futuras de professores,

moldando o ensino de História de acordo com uma visão educacional baseada em valores de mercado. Como apontam Picoli, Chitolina e Guimarães (2020),

> é importante evitar equívocos: a constante revisão do passado norteada por novos documentos, metodologias científicas correntes teóricas e constantes indagações, compõem o fazer historiográfico. Porém, as intenções dos ascendentes movimentos revisionistas e/ou negacionistas, dentre os quais destaca-se a empresa "Brasil Paralelo", não compreendem o enriquecimento ou ampliação do conhecimento histórico, mas sim a deslegitimação, invalidação e supressão do que chamam de História oficial (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 20).

Isto posto, a estratégia da Brasil Paralelo através do "Projeto Mecenas" não visava enriquecer o conhecimento histórico, como defendido pela empresa, mas sim impor uma visão unilateral da história que desqualificava análises críticas em nome de uma suposta neutralidade, que, na prática, mascarava um projeto de poder antidemocrático e anticientífico. Pois, além da Uniítalo, o projeto também firmou parcerias com a "Faculdade da Polícia Militar, o G10 Favelas e o colégio Liceo Santo Amaro – que também pertence ao grupo Ítalo" (AUDI, 2024), além do Centro Educacional do Rio de Janeiro (CEC-RJ). Reforçando o intuito de adentrar no ensino básico de história por meio de parcerias com instituições que formavam historiadores/professores. Ademais, nota-se a influência exercida pelo movimento Escola Sem Partido nas produções da Brasil Paralelo, refletindo a eficácia retórica de ambos os grupos ao se apresentarem como agentes na formação intelectual, seja na escola ou na faculdade. Neste sentido, Picoli Chitolina e Guimarães (2020) são fundamentais ao afirmarem que:

> Empresas como a "Brasil Paralelo" procuram cumprir metas em uma agenda específica. Revisam o passado de forma a corroborar com suas premissas, não se atendo ao rigor metodológico. Neste sentido, é necessário questionar que parte do passado e que tipo de análise é empregada em reconstruções que podem vir a alterar visões do presente e perspectivas de futuro (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 16).

Assim, como apontam os autores, a empresa representava um projeto que visava à construção de uma memória histórica funcional a interesses políticos contemporâneos. Essa atuação narrativa encontrou ressonância em iniciativas como a Lei nº 7.800/2016 aprovada em Alagoas no mesmo ano em que foi criada a empresa, utilizando do discurso de combate a doutrinação ideológica, para intervir na atuação de docentes do ensino básico do estado. Ao voltarmo-nos a Brasil Paralelo, aliado ao movimento do Escola Sem Partido, é notório o quanto a iniciativa privada, perpassou por ambos, fortalecendo uma visão da educação enquanto um bem privado. Nesta conjuntura, a afirmação de Bittencourt (2004) sobre o primeiro desafio do professor de história ser o de explicar a importância da área ganhou uma nova perspectiva, visto que empresas como a Brasil Paralelo fortaleceram grupos políticos que buscavam substituir análises críticas por narrativas convenientes a hegemonia dominante, negando o caráter social da historiografia e em desacordo com a autora ao ressaltar que:

> O Ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtido em lutas cons-tantes e em suas diversas dimensões (BITTENCOURT, 2004, p. 20).

Dessa forma, a atuação da Brasil Paralelo representou uma tentativa de aprisionar o ensino de História ao presente, transformando-o em instrumento de legitimação do status quo, promovendo uma visão estática do passado. Diante desta conjuntura, a articulação entre ação política institucional e produção educacional revelou uma estratégia coordenada para transformar a educação em instrumento de difusão ideológica neoliberal-conservadora. Pois, enquanto o Escola Sem Partido atuava na esfera legislativa para restringir a atuação docente, a Brasil Paralelo forneceu conteúdos que justificavam tal intervenção. Ademais, a influência no campo político educacional brasileiro dentre os anos de 2016 a 2023 fez destes movimentos expoentes na disseminação de uma retórica conservadora voltada a sala de aula.

Por fim, a análise empreendida demonstra que a atuação da Brasil Paralelo no cenário educacional brasileiro transcendeu a produção de conteúdo alternativo, configurando-se como um projeto político articulado. Ao capitalizar as ferramentas digitais e a desconfiança em instituições tradicionais, a empresa difundiu uma narrativa revisionista que, por meio de um discurso de "neutralidade" e do combate à "doutrinação", buscou deslegitimar o saber historiográfico e a autoridade docente. Esse fenômeno, em sintonia com movimentos como o Escola Sem Partido, reforçou o desafio histórico de se afirmar a relevância social do Ensino de História, não como transmissão de uma versão única e dogmática do passado, mas como espaço fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico, capacidades essenciais para que os estudantes possam interpretar o presente e intervir no futuro de maneira reflexiva e autônoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de; BELMONT, Rebeca de Paula; FORNAZIER, Maria Gabrielli Favoretti. História, Ideologia e Mídias Sociais no Ensino de História: O Caso Brasil Paralelo. **Jamaxi**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 23-34, 2022.

AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história. **Agência Pública,** São Paulo. 17 jun. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia/. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim. *In*: **Brasil Paralelo**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. A Brasil Paralelo precisa de você para formar a próxima geração de professores de História. *In:* **Brasil Paralelo.** São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/a-brasil-paralelo-precisa-de-voce-para-formar-a-proxima-geracao-de-professores-de-historia. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. Sobre Nós. *In:* **Brasil Paralelo.** São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo. Acesso em: 27 abr. 2025.

BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 176 p. ISBN 978-8572440714.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *e*-MEC: Sistema de Regulação do Ensino Superior. Consulta ao Cadastro da Instituição. Brasília, DF. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MjA2/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzQ=. Acesso em: 10 de fev. 2025.

BRITTO, Marcos Corrêa. **Brasil Paralelo e a construção do imaginário da extrema direita brasileira.** Orientador: Prof. Dr. Erick Felinto. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

CONHEÇA o Projeto Mecenas, a iniciativa social da Brasil Paralelo. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo. Acesso em: 4 fev. 2025.

MACIEL, David; DUARTE, Luiz Sérgio. **História e ensino de história hoje**: uma defesa. São Paulo: Paco Editorial, 2022. ISBN 978-65-5840-948-9.

NÚCLEO de Formação - conheça ideias, conheça histórias, conheça a si mesmo. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/nucleo-de-formacao-conheca-ideias-conheca-historias-conheca-a-si-mesmo. Acesso em: 4 fev. 2025.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 101-110, 2020. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180. Acesso em: 10 abr. 2025.

PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da "Brasil Paralelo". **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/REVUFG. V20.64896. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896. Acesso em: 10 abr. 2025.

PROFESSORES militantes em sala de aula. O que fazer?. *In:* **Brasil Paralelo.** São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/professores-militantes. Acesso em: 27 abr. 2025.

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o "Escola Sem Partido". *In*: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação educativa, 2016. cap. 4. p. 29-42.

ROSA, Pablo Ornelas *et al*. **Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos**. Agenda conservadora, ultraliberal e "Guerra Cultural"**: "Brasil Paralelo" e hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2021.

UNIVERSIDADE ÍTALO BRASILEIRO (UNIÍTALO). História – Licenciatura. São Paulo, 2025. Disponível em: https://uniitalo.com.br/graduacao/historia-licenciatura/. Acesso em: 11 de fev. 2025.

CAPÍTULO 22

O MOVIMENTO NEGRO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: a discussão nas aulas de História sobre suas Contribuições Históricas, Políticas e Culturais (1970-2000)

José Roberto da Silva Junior[69]
Bruno Araujo Leal [70]
Gustavo Correia de Melo Silva[71]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto as lutas do Movimento Negro no Brasil, a partir da década de 70, na construção da luta antirracista. Em primeiro momento, seria plausível questionar-se o porquê recorremos a essa temática. O perfil da escola, com uma quantidade de alunos advindos de uma realidade muito diferente, socialmente e economicamente distinta dos indivíduos que não sofrem na pele de maneira acentuada o peso dos episódios de racismo cotidiano.

Falando a partir das turmas do ensino médio, cujo ficamos responsáveis durante o momento de observação, os dados coletados

69 Graduando em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
j.robertojr1977@gmail.com

70 Graduando em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
bruno.araujol@ufrpe.br

71 Graduando em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
gustavo.cmelo@ufrpe.br

apontam para perfis de população escolar de classe média, de cor branca, com rendimentos bem acima de um salário mínimo, cujos pais, em sua grande parte possuem Ensino Superior, com profissões que conseguem render uma relativa estabilidade/comodidade financeira. Este cenário tanto no terceiro ano quanto no primeiro e segundo, cujo os resultados das coletas de dados foi possível a sua visualização.

Note-se que, a realidade vividas por esses estudantes, conforme foi possível notar a partir das observações ao decorrer de mais ou menos 6 meses, que vai desde a coleta de dados ao empirismo em sala de aula, ou mesmo a informalidade das conversas entre professores e demais funcionários da escola, enfim, de maneira geral, a articulação dessas variadas vivências, o que caracteriza quase um trabalho antropológico, foi comum escutar que muitos alunos "vivem em uma bolha" (por óbvio, uma bolha social). Mediante tais expostos, o projeto visa descristalizar as ideias e pré-concepções acerca da história e cultura afro-brasileira, entendendo a luta antirracista como um dever de toda(o) cidadã(o), um dever ético e moral. Conforme afirma a a filósofa norte-americana Angela Davis: "numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.

Neste sentido, o projeto intitulado O Movimento Negro Como Patrimônio Cultural, tem como objetivoa valorização da cultura e história africana e afro-brasileira dentro da sala de aula, a partir das contribuições do Movimento Negro. Para tal, metodologicamente tomamos como referência o percurso proposto na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) Bender (2014), no que se refere a projetos didáticos, quando propõe uma abordagem transversal de certas temáticas, para que o tema problematizado consiga fazer aproximações e diálogos com o currículo obrigatório de Pernambucoe os objetos do conhecimento trabalhados em sala nas aulas de História. Neste sentido, trabalhamos a partir do conceito de Lugares de Memória, do historiador francês Pierre Nora (1993), fazendo-o compreendido pelos alunos participantes (do primeiro e segundo ano do ensino médio), realizando trabalho de

campo no Ilê Obá Ogunté (Sítio do Pai Adão), localizado na cidade do Recife, fazendo-os Como última etapa do nosso projeto, organizamos, junto aos discentes, uma exposição museográfica no ambiente escolar, a partir de fotografias retiradas ao decorrer do trabalho de campo.

POR QUE FALAR DO MOVIMENTO NEGRO EM UM ESPAÇO ELITIZADO E MAJORITARIAMENTE BRANCO?

Partindo do diagnóstico já apresentado acerca do perfil sociorracial da instituição — marcada pela predominância de estudantes brancos, de classe média e com relativo conforto econômico — tornou-se ainda mais urgente problematizar a ausência histórica das narrativas negras no currículo escolar. Falar do Movimento Negro nesses espaços se configurou ccomo uma ação pedagógica reparadora, capaz de tensionar o mito da neutralidade racial e de provocar deslocamentos críticos em sujeitos socialmente protegidos pelas estruturas do privilégio.Como aponta Abdias Nascimento (1998), a abolição formal da escravidão não significou integração social da população negra. Ao contrário, inaugurou um novo ciclo de exclusões, no qual homens e mulheres negras passaram a ocupar, de modo sistemático, os lugares da marginalização urbana, da violência policial, da precarização do trabalho e da invisibilidade cultural. Segundo o autor, após o 13 de maio de 1888, o negro foi lançado à própria sorte, sem terra, sem políticas públicas e submetido a um projeto deliberado de embranquecimento da sociedade brasileira, tornando-se "cidadãos de uma curiosa 'democracia racial' em que ocupam, predominantemente, lugar de destaque em todas as estatísticas que mapeiam a miséria e a destituição" (Nascimento, 1998).

Essa suposta democracia racial, amplamente difundida ao longo do século XX, operou como um poderoso dispositivo ideológico ao mascarar as desigualdades estruturais e naturalizar a hegemonia branca. Para Nascimento (1998), tal narrativa permitiu que o racismo

se perpetuasse sem culpa, produzindo um silenciamento coletivo que dificultou, inclusive, a organização política da população negra. Nesse sentido, inserir o debate sobre o Movimento Negro em ambientes elitizados significa romper com essa lógica de apagamento, evidenciando que o racismo é um fenômeno histórico e estrutural.

Pensando nas questões já levantadas anteriormente, acerca do perfil sociorracial da instituição, traçamos diálogos profícuos com Kilomba (2019) que expõe de forma contundente a presença insidiosa do racismo nas relações íntimas e cotidianas. A autora revela como se dão as práticas do racismo e a comodidade do sujeito branco em reproduzir tais práticas. Essa comodidade está ligada, segundo a autora, à cumplicidade de outros indivíduos brancos que legitimam o discurso racista, através do silenciamento e complacência. Essa cumplicidade implícita se manifesta em insultos, piadas racistas e outras formas de violência simbólica, reforçando estruturas de opressão e exclusão. (Capítulo 7). A partir do diálogo com autores do campo da psicologia, a autora portuguesa introduz os cinco mecanismos de defesa do ego do sujeito branco diante do racismo: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e, por fim, reparação. Esse processo representa um percurso de conscientização coletiva, no qual a pessoa branca precisa se dispor a ouvir e se responsabilizar pelas dinâmicas de opressão histórica, de modo a possibilitar novas configurações de poder e reconhecimento. (Capítulo 1). Notamos, ademais, potencialidades de pensarmos o papel do sujeito branco na luta antirracista, sendo estes uma das questões que consideramos vitais para o devido debate sobre as questões raciais e etnicorraciais dentro deste contexto.

Petrônio Domingues (2018) demonstra que, especialmente a partir da década de 1970, ocorre um ressurgimento vigoroso do Movimento Negro no Brasil, articulado a uma perspectiva de valorização da ancestralidade africana, de afirmação identitária e de enfrentamento direto ao racismo institucional. Para o autor, esse período marca a consolidação de uma nova agenda política negra,

fortemente influenciada pelos movimentos internacionais e pela necessidade de denunciar o fracasso do projeto assimilacionista brasileiro, reposicionando o negro como sujeito histórico e político ativo.

Nessa mesma direção, Beatriz Nascimento (2018) problematiza a forma como a história oficial foi construída a partir de uma ótica eurocentrada, apagando as experiências, resistências e produções intelectuais negras. Ao defender que a história da população negra é uma história construída por suas próprias mãos, a autora reivindica o protagonismo afro-brasileiro na constituição do país, ressaltando que quilombos, irmandades, associações e movimentos organizados sempre funcionaram como espaços de elaboração política, cultural e existencial. Para Nascimento (2018), reconhecer essas trajetórias é fundamental para romper com a lógica colonial que reduz o negro à condição de objeto da história, e não de seu agente.

Desse modo, discutir o Movimento Negro em um espaço escolar majoritariamente branco implica também interpelar diretamente o lugar da branquitude. Para além de lecionar acerca de conteúdos pré-estabelecidos, tratou-se de promover uma reflexão ética sobre privilégios historicamente acumulados e sobre as responsabilidades coletivas no combate ao racismo. Conforme já indicado na introdução, essa perspectiva dialoga com a compreensão de que "não ser racista" é insuficiente; é necessário assumir uma postura antirracista, o que exige escuta, deslocamento e responsabilização.

Ao trazer essas discussões para dentro da sala de aula, especialmente em contextos socialmente protegidos, o projeto buscou descristalizar concepções naturalizadas, evidenciar desigualdades invisibilizadas e provocar um exercício de empatia histórica. Falar do Movimento Negro nesses espaços foi, portanto, uma estratégia pedagógica de enfrentamento ao silêncio estrutural que sustenta o racismo cotidiano. Tratou-se de possibilitar aos estudantes o contato com narrativas sistematicamente excluídas do currículo, favorecendo a construção de uma consciência histórica crítica e contribuindo para

a formação de sujeitos capazes de reconhecer o protagonismo negro na história brasileira.

Assim, compreender o Movimento Negro como patrimônio cultural significa reconhecer suas contribuições políticas, sociais e simbólicas para a consolidação de direitos, para a valorização da cultura afro-brasileira e para a construção de projetos coletivos de emancipação. Em ambientes elitizados, essa abordagem assume um papel ainda mais potente: desestabiliza a zona de conforto da branquitude e reafirma a escola como espaço legítimo de disputa de memórias, saberes e futuros possíveis.

DISCUSSÃO TEÓRICA, METODOLÓGICA E EDUCACIONAL

Ao enfatizar a importância da História e Cultura Afro-Brasileira, buscou-se evidenciar o protagonismo da população negra no Brasil, tendo como foco a luta do Movimento Negro através da ressignificação histórica das relações com sua ancestralidade, religiosidade e cultura, construindo uma identidade positiva e de autoafirmação como forma de resistência. Ao final deste projeto de intervenção espera-se que os alunos sejam capazes de perceber, discutir e tensionar a presença do racismo na sociedade brasileira, posicionando criticamente, com respeito às diferenças sociais e étnico-raciais, valorizando os saberes, culturas e história da população afro-brasileira. Habilidades para a compreensão e produção de fontes históricas.

Considerando que, há um ressurgimento do Movimento Negro no Brasil, na década 70 do século XX, em uma tendência de reconexão com África e uma reafirmação positiva da herança e ancestralidade do negro brasileiro, um movimento de "africanizar-se"(Domingues, 2016, p.462). Segundo Nilma Lino Gomes (2017), em seu clássico: **O Movimento Negro educador:** *saberes construídos na luta por eman-*

cipação, a autora, vê no Movimento Negro um agente educador que produz, articula e sistematiza saberes que emergem das próprias lutas por emancipação das populações negras Brasil. Essa atuação extrapolam a escola e a universidade, pois são saberes construídos nas lutas cotidianas contra o racismo, na afirmação da identidade negra e na busca por emancipação social. Se por um lado, ela extrapola essa dimensão formal da educação, ela também dialoga com ela, no campo das políticas públicas, na medida que, o Movimento Negro figura como protagonista nas discussões em torno de um currículo voltado à educação e valorização da História e cultura afro-brasileira, como a Lei 10.639/2003, que foi fruto da luta e da militância do Movimento, protagonista na construção de uma educação antirracista.

Por isso, em primeiro momento, em nosso planejamento estivemos em diálogo com o currículo obrigatório, abordamos a Antiguidade e sua relação a temática, por isso, foi de suma importância o trabalho de Raissa Brescia dos Reis (2010), que aborda a relação entre a reapropriação do Egito Antigo pelo discurso pan-africanista a partir das contribuições do intelectual senegalês Cheikh Anta Diop, assim como Mariana Bracks (2023) ao abordar sua chegada ao Brasil por meio do grupo Olodum, e a ligação entre Egito Antigo e Pelourinho como afirmação positiva da identidade negra, na mesma linha na dissertação de mestrado em História (Sagredo, 2017, pp.83-98), intitulada Raça e etnicidade: questões e debates em torno da (des)africanização do Egito antigo.

No entanto, posteriormente, por uma questão de logística, reservamos um horário à parte só para o debate sobre o projeto, em uma aula separada do conteúdo obrigatório. Todavia, continuamos na premissa de uma discussão que positiva a história e cultura afro-brasileira, a partir de uma narrativa afrocentrada, dialogando com nossos teóricos, colocando a religiosidade, a cultura e toda riqueza das populações negras do Brasil no centro do debate, positivando suas narrativas.

Para isso, e com a necessidade de uma metodologia ativa e funcional. Nos ancoramos nas proposições Bender (2014) a partir da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), tanto pela sua abordagem transversais dos temas, mas também no diálogo com um problema real do cotidiano, trazido para dinâmica de sala de aula, onde os estudantes irão interferir diretamente na resolução desse problema. Que no caso dos nossos objetivos, buscamos destacar a importância da cultura e história afro-brasileira, através da confecção de uma exposição pelos próprios alunos (que foram além e produziram o vídeo), ajudando dessa forma a mostrar os colegas de sala a necessidade conhecer e respeitar as tradições afrobrasileiras, visto o ambiente ao qual desenvolveu-se esse projeto, como já aqui exposto. Foi utilizado ainda o modelo de aula-oficina, proposto por Isabel Barca, sendo de extrema utilidade para ampliar a aprendizagem e participação com os educandos. Em seu texto, intitulado "Aula Oficina: do Projeto à Avaliação" (2004), acaba por ser discutido sobre os distintos modelos de ensino (modelo de aula-conferência, colóquio e oficina), sendo a aula-oficina a mais dinâmica e interativa.

TABELA 1- Paradigmas educativos - Modelo de aula-oficina

Lógica	O aluno, agente da sua formação com ideias prévias e experiências diversas. O professor, investigador social e organizador de atividades problematizadoras.
Saber	Modelo do saber multifacetado e a vários níveis: Senso comum, ciência e epistemologia.
Estratégias e Recursos	Múltiplos recursos intervenientes aula-oficina
Avaliação	Material produzido pelo aluno, testes e diálogos.
Efeitos Sociais	Agentes sociais

Fonte: BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. p. 131 – 144.

Nesse modelo de aula, a proposta inicial era a de tornar o aluno o agente da sua formação, guiando de forma ativa sua aprendizagem com base em suas experiências e conhecimentos interdisciplinares. Assim, fomentando maior interesse entre os educandos e gerando um ambiente harmonioso e sem a figura do professor como "detentor de todo o conhecimento", conforme descrito no texto de Barca. Mas, para além da necessidade da participação do estudante, a atuação do professor como mediador e investigador social é de extrema importância, sendo a base para a construção da aula e da continuidade do debate entre os diferentes saberes debatidos com os alunos, como diz Barca:

> Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos [...] para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos (Barca, 2004, p. 133)

Ademais, a avaliação sendo uma etapa crucial, foi utilizada como mecanismo de entendimento acerca das dificuldades dos estudantes, buscando utilizar a escrita e a argumentação oral dos mesmos para trazer um acolhimento de suas ideias, e reforçar os pontos em dúvidas de uma maneira didática e humanizada.

Diante disso, foi possível montar diferentes aulas-oficinas ao decorrer do projeto, destacando-se a Aula-Oficina de imagens, sendo calcada nas ideias de Ana Maria Mauad, sendo luz para a adição de um senso crítico social entre os alunos. A autora do texto "Através da imagem: Fotografia e Historia Interface", Mauad, nos mostra a imagem como sendo um campo de estudo vasto e complexo, com seus diferentes espaços, sendo eles: espaço fotográfico, Espaço Geográfico, Espaço de Objeto, Espaço de Figuração e Espaço de Vivência.

Desta forma, os estudantes tiveram a chance de com as suas experiências prévias e as ideias de Mauad, analisar a fotografia de

"Mônica, a escravizada", uma ama de leite escravizada no século XIX, imagem a qual trouxe um leque de possibilidades interpretativas onde foi possível notar o interesse dos alunos e suas capacidades a partir de um senso crítico fomentado anteriormente. Como resultado, foi possível recolher a análise descrita pelos estudantes e perceber a complexidade presente de uma "simples imagem", que na verdade é totalmente carregada de diferentes intenções, sendo a principal de poder sobre o outro, como dito pelos próprios alunos.

Futuramente, essa atividade foi útil para a análise de imagens históricas presente no Sítio do Pai Adão, sendo utilizadas para um estudo mais profundo e analítico da representatividade das mesmas de acordo com todos os espaços compostos nas ideias de Mauad (1996). Assim, sendo de extrema utilidade para a criação de fotografias próprias dos estudantes ainda no Sítio, sendo utilizado como avaliação final a exposição dessas fotografias simples, mas cheias de intenções historicamente registradas pelos estudantes.

Em síntese, tornou-se notório a capacidade de junção entre o modelo de aula-oficina e as diferentes ideias de interpretação histórica, como a de Mauad, sendo fundamental para uma educação mais inclusiva e social, que tem como objetivo principal a criação de crianças adolescentes com um maior leque argumentativo e interpretativo. Isto é, a aula de um meio tão diferente e dinâmico foi crucial para a geração da interdisciplinaridade e senso crítico da sociedade sobre diferentes grupos marginalizados e oprimidos ao longo dos séculos.

O SÍTIO DO PAI ADÃO E A VISITAÇÃO

Tivemos como campo o Ilê Axé Obá Ogunté, o Sítio do Pai Adão, território sagrado localizado no bairro de Água Fria, Zona Norte do Recife, um dos mais antigos Xangôs do Brasil, sendo o mais antigo de Pernambuco, mantendo a tradição da nação nagô. A região ao

decorrer dos primeiros anos do século xx chegara a receber o nome de Catimbolânida, pelo grande número de terreiros encontrados em seu entorno, cerca de 35 (Halley, 2017 apud Halley, 2019, p.32).

A origem da casa (Ilê) remonta à chegada ao Brasil nigeriana, fundadora e primeira ialorixá da casa, Inês Joaquina da Costa (Ifatinuké), mais conhecida como Tia Inês, no ano de 1875. Advinda da Nigéria, região do Reino de Oyó, segumdo uma das versões da narrativa, conforme aponta Halley (2019, p.36), foi escravizada de ganho até conseguir sua alforria, fundando posteriormente, como já informado, o terreiro que viria a ser conhecido como Sítio do Pai Adão, nome que é uma homenagem ao segundo líder religioso da casa, o Babolorixá que tinha por nome de batismo Felipe Sabino da Costa, mais conhecido popularmente como Adão, abreviatura do seu nome muçulmano: Adamaci. (Halley, 2019, pp.31,32).

Deixando de lado as controvérsias em torno da sucessão da casa, assim como as variadas versões acerca da chegada de Tia Inês ao Brasil (Halley, 2017), direcionamos nosso foco na importância que o terreiro tem enquanto patrimônio de pernambuco e do Brasil. Neste sentido, podemos observar como um espaço de resistência, através da valorização da religiosidade africana/afro-brasileira. Neste sentido, o babalorixá que alcunha a casa cumpre uma importância vital. Felipe Sabino da Costa (Pai Adão) nasceu no engenho Itaguary, na Madalena, Recife, no ano de 1877. Ao traçar a trajetória, a reconstrução biográfica desse personagem Halley (2019, p.33) afirma que ela faz parte da memória coletiva de uma comunidade étnico-religiosa, preservada por gerações em discursos, práticas e construções simbólicas.

Por isso, Campello (2010) traz um profícuo diálogo com Nora (1984) compreendendo o espaço do Sítio do Pai Adão como um Lugar de Memória, um espaço, que destoa do presente, permanece como refúgio e espaço simbólico da resistência da população de terreiro. E também o enxergar como patrimônio, analisando a importância desta categoria na medida que:

> Analisar o Terreiro de Pai Adão como patrimônio é também se voltar para sua relevância social, logo, valorizá-lo e interpretá-lo como relação entre o patrimônio e a cidadania, ressaltando os aspectos sobre a educação patrimonial e a importância da existência daquele Terreiro, naquela localidade, contemplando as discussões sobre a relação entre Patrimônio e História, evidenciando como foram criadas as políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil e em Pernambuco, criando aspectos pertinentes à relação entre memória e patrimônio e como esse Sítio está inserido nessa discussão. (Campello, 2010, pp. 52,53)

Destaca-se que, institucionalmente, o espaço é tombado pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da FUNDARPE, desde o ano de 1985, sendo tombado a nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN) no ano de 2018. Por isso, faz-se de suma importância o trabalho com os estudantes nesse espaço, onde as possibilidades e caminhos são enormes, que passam pela educação patrimonial, valorização e reconhecimento desses espaços.

No entanto, por evidente, não podemos nos esquecer que estamos dentro de um território sagrado e de suma importância para aqueles que compartilham da religiosidade ancestral afrobrasileira. Por isso, enquanto agentes externos ao local e sendo recepcionados muito gentilmente pelos membros da comunidade, alguns cuidados fazem-se necessários. Reproduzimos abaixo as orientações prestadas aos estudantes antes da visita ao espaço. Essas informações foram disponibilizadas pelo professor da disciplina dentro do ambiente virtual classroom (Google Sala de Aula), usado pelas turmas.

TABELA 2- Orientações aos estudantes pré-visita

1. Vestimenta padronizada, a turma escolher um único modelo de farda e uso de tênis.

2. Atenção ao local, a estrutura e as explicações dadas pelo guia.

3. Cuidado com as expressões usadas, lembrar que estamos nos deslocando a um local sagrado, o respeito é fundamental.

4. Antes de gravar algo, certificar se é permitido.

5. Atenção também para o uso do flash.

A produção do produto final será uma exposição museográfica, seguida de uma exposição virtual no instagram.

Atentar-se para os seguintes pontos no que toca exposição física das imagens:

• Imagem em papel fotográfico, folha A4.

• Produção de um texto justificando o porquê de ter tirado aquela imagem, dialogando com o diálogo do projeto em sala e com o texto disponibilizado.

• Esse texto, no momento da exposição, ficará ao lado da foto, por meio de Qr-code.

Atentar-se para os seguintes ponto no que toca a exposição virtual:

• Toda sala irá criar um instagram, como produto final do projeto e da visita de campo.

• As mesmas imagens da exposição, junto do texto, serão postadas nas publicações do instagram, a cada autor caberá uma publicação, com sua imagem texto.

• Em ambos os textos (virtual e para exposição, que são o mesmo texto), deverá haver uma ligação entre o texto de referência, respeito às diferenças, à liberdade religiosa e aos direitos humanos. Fundamental também entender como os aspectos religiosos terão fundamental importância para a resistência do povo negro, e como isso terá grande adesão política a partir da década de 70 como discurso e reconfigurações das narrativas a partir do MNU (Movimento Negro Unificado).

• Gravação de um vídeo para o reel do instagram sobre a importância do espaço como local de resistência e Lugar de Memória. (Campello, 2012)DOI: 10.25247/paralellus.2010.v1n1.p45-57. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/125..

• Haverá um grupo específico para a gravação, roteiro e edição, cujo texto acima é leitura obrigatória, além do outro texto. Esse grupo ficará responsável pelo roteiro, filmagem e edição do vídeo, composto por, no máximo, até 6 pessoas.

• As fotos para exposição, será em dupla.

Fonte: Os autores, 2025

Para além disso, deixamos claras as instruções aos estudantes do que deveria ser feito, como deveria ser feito, dialogando a teoria vista em sala através de nossas aulas oficinas e a prática durante a visitação, aguçando o olhar e potencializando as experiências de nossos discentes para que não se tratasse apenas de uma atividade extraclasse, mas uma verdadeira oportunidade de construir conhecimento.

IMAGEM 1- Aula de campo

Fonte: Os autores, 2025

IMAGEM 2- Parte da Equipe

Fonte: Os autores, 2025

CULMINÂNCIA E PRODUTO FINAL

A culminância do projeto ocorreu no dia 19 de novembro de 2025, no pátio da Escola de Aplicação, configurando-se como um momento coletivo que reuniu todas as turmas participantes e os pibidianos envolvidos na intervenção pedagógica. Tal etapa representou a materialização dos processos formativos desenvolvidos ao longo do trimestre, assumindo não apenas caráter expositivo, mas também avaliativo e formativo, em consonância com os princípios da Aprendizagem Baseada em Projetos.

Nós, juntamente com os demais pibidianos, organizamos o espaço escolar para receber os trabalhos produzidos pelos discentes. Em articulação com o professor supervisor Dayvison, providenciamos os materiais necessários para a montagem da exposição, tais como barbantes, fitas coloridas, caixa de som, tesouras, cola e folhas com letras impressas para a confecção do mural. A preparação do ambiente fez parte do próprio processo educativo, estimulando a colaboração, o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva dos estudantes para com o produto final.

Conforme previamente orientado, os alunos que participaram da aula de campo no Ilê Obá Ogunté (Sítio do Pai Adão) foram responsáveis pela produção de registros fotográficos do espaço, enquanto aqueles que não puderam comparecer contribuíram por meio da criação de perfis em redes sociais, especificamente no Instagram, destinados à divulgação do material produzido, sendo criado um perfil para o primeiro ano e outro para o segundo. Além disso, um grupo específico composto por cinco alunos do segundo ano ficou encarregado da produção de um vídeo, registrando tanto os momentos da visita ao terreiro quanto trechos da fala do Babalorixá Manoel Papai, bem como imagens da própria exposição.

As fotografias realizadas pelos estudantes foram organizadas em formato de exposição museográfica no pátio da escola. Cada imagem foi acompanhada por um QR Code que direcionava o público a textos autorais elaborados pelos próprios alunos, nos quais descreviam o que era possível observar em cada fotografia e explicitavam seus significados históricos, culturais e simbólicos, dialogando com os debates desenvolvidos em sala de aula. Complementarmente, foi disponibilizada uma televisão para a exibição contínua do vídeo produzido pelo grupo do segundo ano, ampliando as linguagens de comunicação e favorecendo múltiplas formas de apropriação do conteúdo apresentado.

IMAGEM 3- Exposição presencial

Fonte: Os autores, 2025

IMAGEM 4- Exposição digital

Fonte: Os autores, 2025

A culminância evidenciou-se como um momento de intensa participação discente, marcado pelo envolvimento direto de uma parcela dos estudantes na confecção, preparação e apresentação do produto final. Observou-se que boa parte dos alunos se engajou de maneira significativa nas atividades propostas, demonstrando aprofundamento nas temáticas abordadas e maior sensibilidade em relação às questões étnico-raciais, à religiosidade afro-brasileira e à importância histórica do Movimento Negro.

O evento constituiu-se como espaço de socialização de saberes, de exercício da autoria estudantil e de ressignificação do ambiente escolar enquanto lugar de memória, diálogo e construção coletiva. A experiência possibilitou aos discentes assumirem o protagonismo de suas aprendizagens, ao mesmo tempo em que provocou a comunidade escolar a refletir sobre narrativas historicamente silenciadas. Dessa forma, a culminância reafirmou o potencial das metodologias ativas na promoção de uma educação crítica e antirracista, demonstrando que o ensino de História pode — e deve — articular teoria, prática e vivência social.

IMAGEM 5- Estudantes do primeiro e segundo ano na culminância

Fonte: Os autores, 2025

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do trabalho enfrentamos diversos percalços, que vão desde o tempo para aplicação do projeto, indo para problemas mais sérios e estruturais, como a resistência de alguns estudantes na participação do projeto. Isso, ademais, nos mostra a limitação para aplicabilidade da lei nº 10.639/2003. Se por um lado, Gomes (2021) aponta diversas dificuldades para a devida efetivação da lei, destacamos a ascensão de um projeto político sistematicamente conservador e autoritário (pp.487, 488), mas que não se prende à institucionalidade, mas se ver um ressoar desse conservadorismo no corpo social.

Para se ter uma ideia, a turma do primeiro ano, cujo a população tinha por volta de 35 alunos, apenas 5 compareceram para a visita de campo no terreiro. A recusa em participar da atividade se deu tanto de maneira direta, com a afirmação de um impeditivo religioso por conta dos pais, seja pelas diversas formas mais sutis, como a afirmação de que não poderá aparecer ou a simples afirmação de que não irá participar. Abordar essas temáticas em sala de aula constitui-se um

grande desafio para o professor, embora resguardado legalmente para o trabalho com essas práticas, se ainda existe na sociedade os resquícios das estruturas coloniais de demonização e preconceito à cultura e religiosidade oriundas das populações afro-brasileiras.

Todavia, se por um lado percebemos esses entraves e tensões que obstruem sistematicamente a efetividade desse mecanismo legislativo que garante o ensino história e cultura afro-brasileira, por outro, é satisfatório percebemos o excelente trabalho do estudantes que abraçaram essa causa, se empenharam, muitos encarando seus preconceitos e ideias pré-concebidas. O resultado final, tanto na exposição museográfica (cuja sua ornamentação e construção estética fizeram parte da avaliação dos alunos que não foram ao trabalho de campo), como produto composto, com as fotos, os textos e mesmo um vídeo produzido pelos estudantes abre outro caminho para pensarmos as potencialidades do trabalho com estas temáticas. Embora em primeiro momento a realidade assuste o fazer docente, os percalços possam parecer desanimadores, esse ânimo é revigorado pela parcela discente que junto conosco se envolveu na construção desse projeto, tornando-o possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDER, Willian N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI/William N. Bender; tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre: Penso, 2014. pp. 15-29

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**-2018- https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf- Acesso em 15 set. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Negro no Brasil: histórias das lutas antirracistas. In: **Histórias Afro-Atlânticas:** [Vol. 2] Antologia. PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda & MESQUITA, André (Orgs.). São Paulo: MASP, 2018.

GOMES, Nilma Lino**. O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Raquel G. De memórias e de lutas cotidianas: A institucionalização do ensino de História da África no Brasil.In: REGINALDO, Lucilene & FERREIRA, Roquinaldo (Orgs.). **África, Margens e Oceanos:** perspectivas de História Social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. (pp.33-46; 133-144)

NORA, Pierre. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII- XLII. Tradução autorizada pelo editor. Editions Gallimard 1984. Proj. História, São Paulo. (10) dez. 1993- tradução: Yara Aun Khoury- **ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**: a problemática dos lugares.

PERNAMBUCO**. Currículo Obrigatório de Pernambuco**-2025-https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Organizador_Curricular_Trimestral_da_FGB_Historia.pdf- Acesso em 15 set. 2025

SAGREDO, Raisa. **Raça e etnicidade**: questões e debates em torno da (des)africanização do Egito antigo / Raisa Sagredo ; orientador, Sílvio Marcus de Souza Correa - Florianópolis, SC, 2017. pp.83-98

REIS, Raissa Brescia dos. Reivindicações pela origem: a apropriação do Egito Antigo pelo discurso pan-africano. **CADERNO CESPUC DE PESQUISA. SÉRIE ENSAIOS** , v. 20, p. 87-94, 2010.

FONSECA, M. B. Consciência Histórica Africana de Cheikh Anta Diop cantada pelo Olodum. **Ponta de Lança** (UFS) , v. 17, p. 71-88, 2023.

MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

CAMPELLO, Alexandre José M. C. Entre memória e história: o sítio histórico terreiro de Pai Adão através da perspectiva de Pierre Nora "lugares de memória". **PARALELLUS Revista de Estudos de Religião -** UNICAP, Recife, PE, Brasil, v. 1, n. 1, p. 45–57, 2012. DOI: 10.25247/paralellus.2010.v1n1.p45-57. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/125.. Acesso em: 8 nov. 2025.

HALLEY, Bruno Maia. PELO RETORNO À ÁFRICA: MEMÓRIAS SOBRE PAI ADÃO EM TERRITÓRIOS TRANSATLÂNTICOS (RECIFE, 1877-1936). Revista Eletrônica: **Tempo** - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, 2020. DOI: 10.26512/ciga.v10i2.33654. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/33654. Acesso em: 8 nov. 2025.

Reportagem da Folha de Pernambuco do Tombamento do Terreiro pelo IPHAN. https://www.folhape.com.br/noticias/iphan-tomba-no-recife-o-terreiro-de-pai-adao/81974/

Solicitação de Tombamento ao IPHAN. https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/banco-de-pareceres/tombamento/terreiro-lle-oba-ogunte-sitio-de-pai-adao-recife-pe.pdf

CAPÍTULO 23

O DIREITO COMO AR: a Justiça dos Sertões de Pernambuco (fins do século XVIII e início do XIX)

Juliane Tavares Monteiro[72]

INTRODUÇÃO

Uma das metáforas clássicas sobre o direito na Primeira Modernidade encontra-se em Francisco Bermúdez de Pedraza, jurista castelhano do início do século XVII, especialmente em sua *Arte legal para estudiar la jurisprudencia* (1612). Para ele, o direito se assemelha ao ar: conserva uma substância constante, mas manifesta-se de modo variável e mutável conforme os lugares e as circunstâncias. Desse modo, ainda que o direito natural permaneça o mesmo em sua essência, sua aplicação se diversifica segundo as realidades concretas, pois, assim como o ar se adapta aos diferentes espaços, o direito também se molda às necessidades locais (PEDRAZA, 1612). À luz dessa perspectiva, adiantamos que nossa compreensão acerca dos sertões não se consolida como territórios marcados pela ausência de justiça, mas como espaços em que as práxis jurisdicionais se articulavam, apropriando-se da lógica de adaptação e flexibilidade, semelhante ao que foi perpetuado durante a chamada Primeira Modernidade. Neste sentido, podemos atribuir a discussão a afirmação feita por Rafael Ruiz (2019),para o autor na Primeira Modernidade, as práticas

72 Mestre em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Julianetavaresmp@gmail.com

judiciais variavam significativamente segundo os espaços, de modo que o exercício da justiça assumia configurações distintas em cidades americanas como Rio de Janeiro, Salvador, Buenos Aires ou Limae era assim que a práxis judiciária funcionava: em cada caso conforme às suas circunstâncias e, muito especificamente, conforme ao seu lugar. Para isso, os elementos característicos da Primeira Modernidade nos serviram de guia. Ainda, conforme Ruiz (2015), as relações sociais e jurídicas dos séculos XVI, XVII e XVIII estavam estruturadas segundo uma lógica em que a teologia moral e o direito canônico moldavam a consciência dos juízes. Paolo Prodi (2005) identifica uma "Nova Escola", que poderíamos denominar Ibérica, a qual teria transcendido as fronteiras entre o direito civil e o canônico, incorporando um discurso mais amplo sobre as raízes do direito moderno, enraizado na cultura e na teologia da Idade Média tardia e da Primeira Idade Moderna. Dessa forma, o direito ibérico não se configurava como um conjunto fixo e imutável, mas como uma prática sensível às circunstâncias, guiada por princípios morais e passível de adaptação. Nesse contexto, analisarmos as práticas judiciais nos sertões, devemos observar as jurisdições postas a estes espaços. Contemplando os sertões de Pernambuco entre finais do século dezoito e início do dezenove, partimos da compreensão desse período, em que o conceito de jurisdição, conecta-se ao exercício da equidade, cada indivíduo fosse assegurado o que lhe cabia por justiça. Portanto, o artigo propõe demonstrar que os sertões não constituíam espaços de ausência jurídica, mas territórios integrados à cultura jurisdicional ibérica, por meio de uma justiça móvel, moralmente orientada e circunstancial.

OS ARES DAS JURISDIÇÕES NOS SERTÕES:
A estrutura da justiça

A jurisdição era compreendida como o poder legítimo de dizer o direito e estabelecer a equidade, exercendo profunda influência sobre as formas de administração na Primeira Modernidade. Segundo Cardim (2008), tanto a Coroa quanto os corpos sociais atuavam a partir de uma lógica jurisdicional, na qual o juiz figurava como titular desse poder, sendo o rei o primeiro, mas não o único. Essa concepção a relação entre sentenciar e legislar, já que ambas as práticas se orientavam pela busca da equidade ajustada às circunstâncias concretas.

No contexto da justiça colonial, os ouvidores destacam-se como agentes centrais dessa racionalidade: a criação do cargo visava à centralização e ao aprimoramento do controle judicial, conferindo-lhes jurisdição sobre as comarcas. Investidos dessa autoridade, os ouvidores encarnavam, nos territórios, o exercício cotidiano da *iurisdictio,* articulando o dizer do direito à mediação das realidades locais.

Criada em 1653, a Ouvidoria Geral de Olinda tinha como termo inicial as vilas de Igarassu, Sirinhaém e Recife, estendendo-se, segundo as Informações Gerais da Capitania, a comarca contou inicialmente com dezenove freguesias, e apenas Ararobá, Cabrobó e Barra localizavam-se em área sertaneja, revelando a concentração das cabeças de comarca no litoral e a grande distância em relação aos espaços interiores, fronteiriços à Bahia, Piauí e Minas Gerais.Apenas em 1810, com o alvará de 15 de janeiro, instituiu-se uma comarca sediada no próprio sertão a Comarca do Sertão de Pernambuco, com cabeça na vila de Flores abrangendo os julgados de Flores, Tacaratú, Cabrobó, Vila da Barra, Pilão Arcado, Campo Largo e Cariranha. Tal criação marcou um momento decisivo de reorganização territorial da justiça, respondendo às longas distâncias e às demandas jurisdicionais acumuladas ao longo do período colonial. Em 1820, há uma nova divisão jurisdicional no sertão, pelo alvará de

3 de junho do mesmo ano, fazendo-se separação entre a Comarca do Sertão, surgindo a nova Comarca do Rio de São Francisco.

A passagem de ouvidores parece não ter sido assídua e não ouve instalação de Comarcas nos sertões de Pernambuco até 1810. O regimento determinava que os ouvidores realizassem correições periódicas, visitando vilas e julgados a cada três anos. Contudo, para os sertões do São Francisco, a documentação indica a realização de apenas uma correição ao longo do século XVIII, conduzida por Francisco Correia Pimentel, em 1743. Testemunhos posteriores, como o do ex-ouvidor José Theotonio Sedro Duarte (1769–1773), confirmam que cinco de seus antecessores jamais haviam percorrido esses territórios. Diante dessa ausência sistemática dos magistrados superiores, a administração da justiça nos sertões precisou adaptar-se às circunstâncias locais, recorrendo à atuação de juízes ordinários e, por vezes, a autoridades de capitanias vizinhas.

Nos sertões, durante o século dezoito prevaleceram os julgados, isto é, áreas referentes à atuação dos juízes ordinários, segundo dicionário composto pelo padre D. Rafael Bluteau (1720), os julgados eram povoações sem pelouro, sem status de vila, mas que atuava um juiz. Espacialmente os juízes ordinários eram responsáveis por estes julgados. Yamê Paiva (2020) afirma que a estrutura visava remediar a falta de juízes letrados e a distância que separava os povos dos sertões das sedes das comarcas.

A indicação da existência desses julgados é vista ao que consta nas "Informações da Capitania de Pernambuco", referente a primeira metade do século dezoito. São mencionados Ararobá, Rodelas e Cabrobó, Pilão Arcado e Rio Grande do Sul, que seria a então freguesia de Barra do Rio Grande do Sul, também conhecida como São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, ou como diz Pereira da Costa, vulgarmente chamada apenas "Barra". Salientamos que Barra do Rio Grande do Sul e Pilão Arcado, durante a segunda metade do século dezoito, pertencera a jurisdição baiana, comarca de Jacobina.

Já na segunda metade do século dezoito os julgados sofrem modificações. O ouvidor da capitania de Pernambuco, Antônio Xavier Moraes Teixeira Homem, direciona um ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, no ano de 1787, mencionando Garanhuns, Tacaratú, Pajeú e Cabrobó como julgados sertanejos. Com o passar do tempo, os sertões contaram com mudanças em seu território jurisdicional, observamos o crescimento populacional, elevações de vilas e criação de novas freguesias, e novas sedes de julgados. Além disso, a sujeição judicial de 1752, já citada, que acabou por sujeitar Barra do Rio Grande do Sul, antes um dos julgados pernambucanos, à Comarca de Jacobina[73].

Entre as mudanças que concernem a estrutura dos julgados, identificamos que Garanhuns, ao que parece se tornou sede do julgado que antes seria a região do Ararobá, sinalizamos o julgado de Tacaratu como novo, assim como o Julgado do Pajeú, que teria como sede a povoação de Flores e a continuidade do Julgado de Cabrobó e Rodelas.[74] Também, muitas povoações dos sertões se tornam vilas, o que naturalmente induz ao aumento do quantitativo de cargos e agentes. As vilas recém criadas seriam: Cimbres e Águas Belas, além de algumas freguesias, como São José dos Bezerros. A base dessas localidades seria agricultura e pecuária, também serviam de passagens de boiadas, possuíam aldeias indígenas e poder eclesiástico presente mesmo que obtivessem jurisdições diferentes[75]. Para a administração da justiça ao longo do século dezoito sobressai a figura do juiz ordinário.

A historiografia aponta que os juízes ordinários eram, em regra, eleitos pelas câmaras municipais, com mandatos trienais e exercício anual, cabendo-lhes atribuições como manutenção da

73 AHU_ACL_CU_005, Cx. 156\Doc. 11912

74 AHU_CU_015, Cx. 152, D. 11015.

75 A documentação demonstra que a jurisdição eclesiástica chegava até parte de Minas, na Comarca da Maga.

ordem pública, defesa da jurisdição real, contenção de abusos locais e apoio às autoridades camarárias. Antônio Manuel Hespanha destaca a centralidade desses magistrados, criticando a historiografia jurídica por negligenciar o direito local e consuetudinário e por subestimar a importância do direito produzido pelos juízes ordinários na vida jurídica colonial (Hespanha, 2005, p. 246). Arno Wehling e Maria José Wehling (2004) indicam que tais eleições eram realizadas pelos "homens bons", segundo ritmos definidos pelos costumes locais.

A jurisdição dos juízes ordinários passou por progressiva ampliação ao longo do século XVIII. Inicialmente voltadas sobretudo à realização de devassas, suas atribuições foram sendo estendidas conforme as necessidades locais. A documentação referente a Barra do Rio Grande do Sul evidencia essa flexibilidade institucional, ao acumularem as funções de juiz ordinário e provedor dos defuntos e ausentes (1716; 1725), indicando que, embora tais cargos não fossem originalmente indissociáveis, suas competências eram adaptadas às circunstâncias do espaço sertanejo. Além disso, os juízes ordinários atuaram como juízes de órfãos, conforme previsto nas Ordenações Filipinas, responsabilizando-se pelo cadastro de órfãos, inventários e causas cíveis envolvendo menores. Essa ampliação de competências reforçou sua centralidade na administração da justiça sertaneja, mas também produziu tensões entre autoridades, sobretudo em áreas de limites jurisdicionais imprecisos.

Embora os ocupantes do cargo de juiz ordinário não fossem obrigatoriamente letrados e podendo inclusive não dominar a leitura e a escrita, a documentação indica que, ao final do século XVIII, muitos desses magistrados sertanejos já eram alfabetizados, ainda que sem formação universitária. Tal cenário suscita o questionamento acerca das bases que orientavam o exercício da justiça em contextos nos quais o acesso ao direito erudito era limitado.

O SOPRO DA TEOLOGIA MORAL COMO HORIZONTE INTERPRETATIVO DA ATUAÇÃO DOS JUÍZES

A lógica que parecia estruturar a práxis dos juízes, logo, dos juízes ordinários e da sociedade no geral, encontra respaldo no pensamento jusnaturalista cristão, segundo o qual a vida social se organizava a partir da tensão entre vícios e virtudes, cabendo aos agentes públicos uma elevada responsabilidade moral (HOMEM, 2008, p. 597). Nesse quadro, mais do que o domínio técnico do direito, esperava-se do juiz uma conduta virtuosa. Conforme aponta Ruiz (2019), apoiando-se em Giacomo Menochio (1532–1607), o "bom juiz" deveria ser, antes de tudo, um "homem bom", cuja vida moral se orientasse pelo ideal da bíblia. A documentação colonial evidencia a recorrência da expressão "homem bom" para designar indivíduos tementes a Deus e de "sã consciência". Assim, a definição do "bom juiz" estava fundamentalmente associada às prerrogativas morais do cargo, mais do que à formação acadêmica.

Em 1782, Francisco de Matos Henriques afirmava que o juiz ordinário deveria viver "conforme os ditames de sua consciência e mais ou menos conhecimento das obrigações de um homem católico e civil". Esse mesmo horizonte moral aparece nos rituais judiciais, como nos juramentos prestados "aos Santos católicos evangelhos", e nas petições dos moradores, que defendiam a concessão de cargos régios apenas a pessoas "beneméritas e prudentes".Entretanto, as fontes também revelam críticas recorrentes à atuação desses magistrados. No mesmo ano de 1782, Matos Henriques denunciava juízes que "ignoram a natureza do direito" e julgavam movidos por paixões pessoais.

Apesar dessas tensões, a justiça sertaneja não operava à margem de referenciais culturais. Ainda que muitos juízes não tivessem acesso formal à Teologia Moral ou ao Direito Canônico, o catolicismo estruturava profundamente as práticas jurídicas locais, em vilas frequentemente organizadas a partir de igrejas e missões. Nesse contexto, o exercício

da justiça articulava-se a um repertório moral compartilhado, próprio da modernidade católica.

A ATMOSFERA DO JULGAR: categorias morais e práxis

O processo de Domingas Barbosa[76], moradora de Flores do Pajeú, acusada em 1784 de concubinato com Francisco Frei Mário, revela as dinâmicas locais da justiça e a centralidade das categorias morais no julgar sertanejo. Embora algumas testemunhas tenham afirmado que o casal "vivia como se fosse casado", outras depuseram em favor da ré, destacando a circulação frequente do acusado pelos sertões, o uso ocasional da casa de Domingas por motivos práticos e a boa reputação da mulher junto ao pároco, além de apontarem rivalidades pessoais entre o juiz e o suposto amante. A defesa, conduzida pelo advogado Antônio Dias Torres, fundamentou-se nas Ordenações Filipinas (Livro III, título 66), na autoridade de praxistas e na invalidação de testemunhos considerados motivados por inimizade, mobilizando ainda a misericórdia como princípio decisivo.

A misericórdia seria uma categoria central da teologia moral, ao sustentar que, caberia ao juiz inclinar-se ao perdão. O caso evidencia o uso da literatura prática do foro como guia da argumentação jurídica e mostra como, mesmo em finais do século XVIII, a atuação judicial nos sertões permanecia fortemente ancorada em uma lógica da Primeira Modernidade, articulando direito, moral cristã e circunstâncias locais.

Ainda que a sentença final não tenha sido localizada, a partir do processo de Domingas Barbosa, é possível aferir que as estratégias de defesa mobilizavam sistematicamente categorias oriundas da teologia moral como misericórdia, perdão e prudência, evidenciando a profunda articulação entre moral cristã e prática judicial nos sertões. Tal dinâmica

76 Documentação encontrada no acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco- Comarcas do interior- caixas referentes ao Julgado de Flores.

confirma a leitura proposta por Rafael Ruiz (2019), segundo a qual o direito canônico e a teologia moral constituem chaves interpretativas privilegiadas da cultura judicial da Primeira Modernidade, orientando não apenas os advogados, mas também os próprios juízes em seus modos de sentenciar. No caso analisado, o apelo explícito à misericórdia, entendido não como negação da justiça, mas como seu complemento, revela uma concepção em que julgar implicava ponderar circunstâncias concretas e moderar os ânimos, buscando antes a conversão do acusado do que sua simples punição. Como observa Alejandro Agüero (2014), essa indissociável vinculação entre justiça e piedade estruturava o exercício da jurisdição criminal em espaços não centrais, operando como princípio regulador das decisões. Assim, o recurso à consciência do juiz e ao seu foro íntimo não aparece como expediente excepcional, mas como prática culturalmente legitimada, indicando que tais argumentos só eram acionados porque encontravam ressonância em uma cosmovisão compartilhada, na qual a justiça se realizava precisamente no equilíbrio entre equidade e misericórdia.

CONSIDERAÇÕES

Por fim, Victor Anzoátegui (2016) evidencia a inseparabilidade entre direito e sociedade ao afirmar que, com a expansão ibérica, o direito acompanhou o empreendimento material e espiritual da Monarquia, regulando a organização social dos territórios incorporados. É nessa perspectiva que propomos compreender os sertões: como espaços nos quais o direito se acomodou às realidades locais, sendo continuamente reinterpretado por seus agentes, em consonância com uma tradição jurídica marcada pela flexibilidade, pela moral cristã e pela centralidade das circunstâncias. Longe de constituírem exceção, os sertões reproduzem as características discutidas ao longo do escrito, revelando sua inserção na cosmovisão jurídica da Primeira Modernidade.

Nesse sentido, como já indicado, tratava-se de um espaço plenamente integrado a uma cultura em que categorias morais estavam imbricadas ao modo de viver e de julgar. Assim, distantes da imagem de território ermo ou marginal, os sertões participavam ativamente dessas dinâmicas, compartilhando os mesmos referenciais Culturais-Jurídicos, morais e simbólicos que estruturavam outros âmbitos da justiça.

Convém assinalar que a metáfora mobilizada "o direito como o ar" não foi formulada especificamente para os sertões, mas como uma chave de compreensão mais ampla da América Ibérica, à qual os sertões também pertenciam. Ainda assim, ela se mostra plenamente operativa para esses espaços, pois neles vigoravam as mesmas referências da cultura da justiça que estruturavam outros territórios da Monarquia. Desse modo, também nos sertões o julgar era moldada pela teologia moral e pelo direito canônico, não como exceção, mas como expressão de uma mesma cosmovisão jurídica compartilhada. Portanto, tal como o ar, o direito circulava pelos sertões, moldando-se às circunstâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÜERO, Alejandro. **Justiça penal, piedade e misericórdia na tradição castelhana:** Córdoba del Tucumán no século XVIII. 2014.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. **Derecho y sociedad en Indias.** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2016.

ARRAES, Esdras Daminão. **Ecos de um suposto silêncio:** Paisagem e urbanização dos "certoens" do Norte, c.1666-1820. (Tese de Doutorado) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Sâo Paulo. 2017. P. 532

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário portuguez e latino.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

CARDIM, Pedro. Administração e governo na Monarquia portuguesa. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no Império português.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

PAIVA, Yamê. **Justiça, território e oficiais régios nos sertões.** 2020.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUIZ, Rafael. **Teologia moral e cultura judicial na Primeira Modernidade.** 2015.

RUIZ, Rafael. **Direito canônico e teologia moral como chave de leitura da cultura judicial ibero-americana na Primeira Modernidade.** 2019.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CAPÍTULO 24

O TESTAMENTO DE UM BRINQUEDO: memória, etnografia e outras histórias

Karla Danielle Santos de Oliveira[77]

A festa pode ser compreendida como um acontecimento coletivo que vai além do simples ato de comemorar. Ela atua na formação dos vínculos que sustentam a experiência humana compartilhada, marcando histórias ao pontuar, celebrar e também regular o curso da vida das pessoas. Nas palavras de Da Matta (1997), podemos entender a festa como "um domínio especial", capaz de abrir alternativas de ação, seja para que se retorne satisfeito ao cotidiano, seja para transformá-lo (DA MATTA, 1997, p. 52).

Os ciclos festivos constituem um conjunto de práticas realizadas em determinado período do ano e em uma região específica, caracterizando-se pela "alternância de ritmos que a festa produz e os papéis rituais que a ela se associam" (CORREA, 2013). No Brasil, ciclos como o carnaval, o pascal, o junino e o natalino são marcados por uma diversidade de brinquedos populares, costumes e expressões culturais.

O ciclo pascal, em particular, tem forte caráter religioso. É celebrado, por exemplo, por meio de alimentos à base de leite de coco, peixes e crustáceos, além de encontros familiares e encenações de passagens bíblicas, como as Procissões dos Passos e dos últimos dia de Jesus Cristo. Esse ciclo, que abrange a Quaresma, a Semana Santa e pode se estender até Pentecostes, encontra seus principais referenciais

77 Doutoranda em Antropologia
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
karla.kdso@gmail.com

na fé cristã e nos costumes católicos. Durante esse período, destacam-se duas brincadeiras tradicionalmente mencionadas: a malhação de Judas e o serravelho.

A pesquisa foi realizada como atividade final da disciplina *Antropologia das Festas,* baseou-se em entrevistas com homens e mulheres que viveram em diferentes bairros do Recife entre as décadas de 1960 e 1970. As entrevistas ocorreram com todos de forma individual e em grupo com os interlocutores que moravam no bairro do Pina. As perguntas questionaram principalmente: o que foi o brinquedo, como ele ocorria; quando ele deixou de existir e o porquê; e se haveria condições de continuar existindo atualmente. Foram analisados relatos dos folcloristas Câmara Cascudo, Theo Brandão e Waldemar Valente. Também foi consultados o acervo do Diário de Pernambuco, disponibilizados na Hemeroteca digital, na investigação foram utilizados os termos "serra velha", "serra velho", "serração da velha", no período compreendido entre o século XIX e o século XX. A maioria das referências encontradas datam dos anos 1950 e 1970. Desse modo, nas linhas que se seguem, a etnografia e a história vão então caminhar juntas, como "uma forma de conectar os fragmentos aos quais se pode ter acesso na pesquisa empírica a um contexto mais abrangente, histórica e culturalmente determinado" (COMAROFF, 2010, p. 2). A partir dos relatos, assim como dos registros jornalísticos e documentais, busco aqui reconstituir ou mesmo inventar[78] esse brinquedo.

O texto a seguir estará dividido em três seções: na primeira, intitulada O serra-velho: o brinquedo,a brincadeira será descrita; na segunda, O serra-velho e seus inventos,abordarei alguns elementos da sociedade que são reelaborados pelo folguedo; e, por fim, O serra-velho:

78 Para Roy Wagner, de acordo com os escritos de Goldman, a ideia de invenção da cultura seria aquilo que os antropólogos fazem para tentar conferir um mínimo de ordem e inteligibilidade onde a plenitude da vida a dispensa completamente (Goldman, 2011, p. 203).

um mau agouro, serão analisados alguns elementos que possivelmente atuaram para o seu fim.

O SERRA-VELHO: o brinquedo

Figura 1: Serração da Velha. Litografia de Joaquim Pedro de Aragão, primeira metade do século XIX[79].

Podemos afirmar que a história é uma forma elaborada de memórias (RÜSEN, 2009, p. 164) e que as memórias tornam o "passado significativo, o mantém vivo e o torna parte essencial da orientação cultural da vida presente"(RÜSEN, 2009, p. 164). Foi partindo de memórias, que descreviam o fazer festivo, que busquei compreender mais sobre a serração que ocupava as ruas do Recife. Nessa primeira seção vou descrever a brincadeira, possíveis origens, personagens, instrumentos e locais de realização.

79 Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: https://purl.pt/29776. Acesso em: 10 jul. 2025.

A serração da velha, serra velha ou, sua variante presente no Recife, o serravelho (VALENTE, 1970), juntamente com a malhação de Judas[80], eram brincadeiras de origem europeia que tomavam as ruas desde o século XVIII. Mesmo vivendo um período de relativa seriedade, motivado pelas obrigações religiosas da páscoa, os foliões ou brincantes se organizavam e faziam a serração. Como é possível perceber nos relatos a seguir:

> O que eu me lembro do serra-velho era numa quarta-feira, da Semana Santa, e a gente fazia o seguinte: juntava uns amigos, uns colegas, ia para porta da pessoa mais velha que tinha na rua, com um serrote, um pedaço de madeira e começava a serrar e a turma ia cantando uma música, agora eu não me lembro bem da música... Aí, quando terminava a música, uma pessoa dizia: fulano... vai deixar a casa para quem? Fulano... vai deixar a herança para quem? E ia dizendo as coisas todinha que a pessoa tinha. Era assim que a gente serrava velho (Iran do Monte, morador do Pina).

> Ocorria de madrugada... Enquanto serrava a velha ou velho, representava a morte daquela pessoa (João Batista, morador de Beberibe, à época).

Percebe-se, na fala de Iran, que a brincadeira ocorria na quarta-feira, durante a Semana Santa. Consistia de um grupo de vizinhos ou amigos que se juntavam, levavam um serrote e uma madeira e, ao

80 A brincadeira acontecia na Semana Santa, especificamente no sábado de Aleluia. Bonecos de palha ou de pano, pendurados em postes de iluminação pública, galhos de árvores, porteiras, currais, são rasgados e queimados. No Nordeste, é também conhecida como enforcamento do Judas. A cidade amanhece com postes enfeitados com diversos Judas: bonecos feitos com um paletó velho, camisa, calça, meias, sapatos, meias colocadas nas mãos, gravata, cujo corpo é preenchido com trapos, panos velhos, raspas de madeira e jornais (GASPAR, 2005).

chegar à frente da casa de alguém mais velho ou que não era muito bem visto pela comunidade, começavam a realizar cantorias, imitavam o som do serrote e começavam a declamar, de maneira jocosa, o que seria o testamento do dono ou dona da casa. Questionava-se, por exemplo, para quem ficariam os bens, as filhas e os pertences do velho ou velha. A serração ocorria geralmente "durante a noite, para tornar mais sinistro o espetáculo" (CASCUDO, s/d, p. 821). Toda a leitura do testamento era acompanhada de choros, gritos e do reco-reco, tudo isso produzia um grande barulho, o que aumentava o caráter satírico e burlesco da encenação: "Era engraçado. Eles iam passando de casa em casa na rua. Serraram o meu pai, dona Lu e muita gente" (Marinalva Faustino, moradora do Pina).

Assim como muitos dos entrevistados, Marinalva, quando presenciou o serravelho, era criança e também guarda lembranças do caráter cômico do brinquedo. O caráter burlesco que possibilita um riso satírico e, não obstante, grotesco é recorrente nas brincadeiras populares, e foi analisado por Mikhail Bakhtin. Ao pensar no riso, no contexto da Idade Média, o autor afirma que: "cada uma das festas que, além do seu aspecto oficial, religioso e estatal, possuía um segundo aspecto popular, carnavalesco, público, cujos princípios organizadores eram o riso e o baixo material e corporal" (BAKHTIN, 1987, p. 71).O limiar entre o satírico e o grotesco fica claro ao analisar aquilo que era recitado à frente da casa da pessoa que estava sendo serrada, como se pode constatar por meio do relato de Severino José:

> Dona Bertina... vai deixar a casa para quem? Ronc ronc ronc[81]...
>
> Aí meu Deus do céu, as pessoas ficavam gritando e fingindo que estavam chorando

81 Onomatopeia que simula o ruído da serra sobre a madeira.

> Dona Bertina e esse pé de manga, vai ficar para quem? Ronc ronc ronc (Severino José, morador do Pina).

O riso produzido pela escolha do velho ou da velha ou pela leitura do testamento, de alguma forma, demonstrava a interação entre os vizinhos, o que denotava que a comunidade conhecia aquele que era escolhido, bem como os seus pertences ou os membros de sua família.

Provavelmente, a brincadeira tem suas origens na Península Ibérica. Não há muita precisão como o brinquedo chegou ao Brasil. "O que se sabe é que as crônicas coloniais do começo do século XVIII já delas nos falam com entusiasmo, embora sem demasiada freqüência" (EDMUNDO, 1951, p. 175).Em Portugal, era encenado na noite da quarta-feira que precedia o terceiro domingo da Quaresma.

> os jovens realizavam desfiles nas ruas usando máscaras e fantasias, coletavam dinheiro e doces, declamavam poesias, cantavam e dançavam. Tudo isso, ao som do triquelitraque – um instrumento constituído por uma tábua e várias fileiras de martelinhos que nela batiam, produzindo um barulho *sui generis* – e de latas arrastadas (VAINSENCHER, 2008).

Na realização da brincadeira, em Portugal, era comum que a pessoa a qual a serração era direcionada, depois da recitação do testamento, abrir a sua casa e oferecer doces e bebidas aos brincantes. Isso também ocorria no Brasil, de acordo com Câmara Cascudo, "a súcia recebia bolos e bebidas, para a refeição no amanhecer" (s/d, p. 821). Waldemar Valente apresenta o caso Paulo Malta, que primeiramente recebeu uma serração e não gostou, criou caso e ameaçou atirar para matar os serradores. No outro ano, porém, depois de sua serração, "achou graça e abriu a casa, ofereceu aos serradores comidas e bebidas tudo terminando em festa alegria e cordial" (VALENTE, 1970).

Daniel Bitter percebe que, nas folias das Festas de Reis ocorriam uma "teia de reciprocidades" nas quais "formas de sociabilidade se caracterizam por uma forte solidariedade e se intensificam com o comprometimento de homens, mulheres, velhos e crianças" (2018, p. 41). Talvez os serradores esperassem, ao final de cada serração, que os velhos e as velhas gostassem da encenação e abrissem as suas casas, ofertassem alimentos e bebidas dando continuidade à brincadeira.No entanto, nas lembranças de nossos entrevistados, que possuem idade entre 57 e 68 anos e remontam aos anos 1960 e 1970, não há menção a essa prática de comensalidade, o que já mostra como os brinquedos vão se modificando com o passar o tempo.

Diferentemente do que estamos acostumados nos dias de hoje, havia o momento de brincadeira na Páscoa e a folia estava inserida no contexto da "significação religiosa", presentes também em outras festividades, tais como:"as Congadas, os reisados, o império do Espírito Santo e Serração da Velha" (EDMUNDO, 1951, p. 176). Com relação ao período de realização da serração, Theo Brandão afirma que ocorria no 20º dia da Quaresma em uma quarta-feira, vinte dias antes do Domingo de Ramos[82], já a jornalista Jeannette Lima e alguns de nossos interlocutores afirmam que ocorria na quarta-feira da Semana Santa. Outros já não conseguem lembrar com exatidão quando de fato ocorria. Ela, eventualmente, também poderia ocorrer fora da Quaresma e com intenção política ou demonstração de desagrado (CASCUDO, s/d, p. 821).

Algumas das fontes consultadas como Câmara Cascudo, Suely Campos, L. Edmundo em suas analises apontam para serração apenas em mulheres mais velhas. Já Waldemar Valente destaca que em Recife

82 O Domingo de Ramos marca o início da Semana Santa e representa o momento da entrada de Jesus em Jerusalém. A celebração começa com a bênção dos ramos, que podem ser de palmeiras, oliveiras ou outras plantas, simbolizando a morte e a esperança da ressurreição. Os fiéis agitam os ramos e entoam cantos festivos, relembrando a multidão que aclamou Jesus em sua entrada em Jerusalém.

a prática era comum em velhos. O que também era confirmado por nossos interlocutores, Marinalva afirmou que serraram seu pai, um de seus tios e outros conhecidos. Os serradores, até onde sabemos, era formado por um grupo de homens.

Com relação aos locais em que era realizada, nossos interlocutores afirmam que ocorria em Beberibe, no Pina, na Brasília Teimosa e em Casa Amarela, no qual, a propósito, a entrevistada Aurea Feitosa afirma que ocorriam de maneira demasiada. Jeannette Lima também informa a existência do mesmo em Casa Forte. Pelos relatos, portanto, é possível perceber que a brincadeira estava disseminada pelas regiões do Recife.

O SERRAVELHO E SEUS INVENTOS

"Veja-se-lhe, agora,
a atitude de dor e de tristeza.
Sente-se que até na alma
a velha traz sinais do serrote"
(EDMUNDO, 1951, p. 181)

Nessa seção vou analisar simbolicamente alguns elementos constituintes do serra velho. Escolhi noções como: a morte, o testamento e a velha que muito falam da sociedade em seu contexto.

As folias de serração da velha ocorreram nas muitas regiões do Brasil, Edmundo (1951, p. 175)afirma que no Rio de Janeiro "eram festas de rua, festas do poviléu, dos raros sorrisos da cidade infeliz" e que "suprindo, muita vez, a ação do estado, vamos encontrar a Igreja do Brasil colonial como uma espécie de empresária das alegrias do povo". Durante o período colonial, caberia à Igreja, entre suas muitas funções, garantir o divertimento do povo.

A brincadeira, para alguns, causava medo e sua realização poderia significar que a velha ou o velho serrado não chegaria à próxima Quaresma. A morte é um elemento muito comum na cultura

popular, em diferentes manifestações populares. Podemos perceber na Europa do fim do Medievo e, ao longo da Modernidade, duas correntes coexistirem no imaginário da época, herdadas das religiões pagãs e incorporadas pelo catolicismo popular europeu, a saber: a primeira, em que a divisão entre corpo e espírito é simbólica, sendo a morte um processo longo, no qual o espírito permanece ligado ao corpo; e, a segunda,em que a morte separaria definitivamente o corpo e a alma. Apesar de aparentemente repelentes, ambas as considerações sobre a morte coexistiram no imaginário europeu do período (BRUNO, 2011), sendo abarcadas pela cultura brasileira à época da colonização e incluídas no imaginário local.

Encontramos também, nesse contexto, a ideia de produção de testamentos, gênero textual em que algumas pessoas com posses escreviam o que desejavam que acontecesse após a sua morte, "registrando cuidadosamente suas últimas vontades, para que seus herdeiros soubessem dispor adequadamente do seu corpo, do funeral, e dos bens logo após sua partida (CHIAVENATO, 1998, p. 31 *Apud* BRUNO, 2011, p. 114). Desde o século XII, o testamento tinha função mais religiosa ou simbólica do que prática. A partir do século XV, a Igreja passou a considerá-lo quase um sacramento (CHIAVENATO, 1998, p. 37 *Apud* BRUNO, 2011, p. 114).Seguindo essa mesma lógica da "economia da salvação", os testamentos tornaram-se um momento de reparação moral (BRUNO, 2011). Muitos poderiam se redimir de seus pecados através da feitura de seu testamento. Nesse contexto, era possível a ideia de uma morte que não era completa, ou seja, a alma poderia permanecer no purgatório ou ainda se encantar, sendo então de grande importância não deixar questões em aberto durante a vida.

Percebemos, então, dois aspectos importantes que estão presentes no brinquedo, a morte e o testamento. A morte como algo simbólico, que vai ocorrendo aos poucos e que, para ser efetuada, não pode deixar pendências e atendendo a uma espécie de economia da salvação se realizava um testamento.

A velha, elemento central, a velha pode ser entendida simbolicamente como a própria morte. Pode,também, representar sinônimo de segredos, trevas e todo tipo de pestes e calamidades e talvez por esses motivos é que era serrada (LIMA, 1972). Colocado de outra forma, a velha poderia ser a encarnação da própria Quaresma que, em muitas representações da Idade Média e Moderna, era vista como"uma velha magra sentada numa cadeira" (BURKE, 1989, p. 231). Com a sua morte, era possível relaxar o controle dos cardápios dos dias santos, que exigiam os tradicionais jejuns e penitências. Nesse dia, então, era possível comer e beber bastante. Assim, o folguedo rompia com a austeridade da Semana Santa e com o código de restrição conven-tual, peculiar à Quaresma, em memória ao sofrimento de Cristo. A festa era, então, um "momento extraordinário" (DA MATTA, 1997, p. 52), sua realização possibilitava uma volta satisfeita à continuidade do jejum cotidiano.

A brincadeira recria tudo de forma burlesca, mas que reconstrói um imaginário de um período e das necessidades de uma época. Apenas com o advento do Iluminismo é que a morte será vista de outra maneira, ocorrendo de forma mais rápida e com outras ações funerárias que acontecem agora em cemitérios e lugares específicos para os ritos fúnebres e as despedidas do morto. Como podemos perceber, a festa e suas práticas falam muito sobre a sociedade em que elas ocorrem e suas formas de entender os vivos e os mortos. Entretanto, a brincadeira também pode trazer àtona outras questões relevantes da sociedade.

Theo Brandão, importante folclorista, escreveu uma matéria para o Diário de Pernambuco intitulada:*Folclore na Semana Santa*, em que destacou o caráter inconveniente da brincadeira do serravelha, em Alagoas, e que, já nos anos 1950, estava deixando de ser realizada. Ele apresenta uma das canções que eram usadas na ocasião:

Serra, serra, serra
Serra, serrador
Essa velha deu na neta
Por lhe ouvir falar em amor

Serra, a neta é bela;
Serra, a velha é má;
Serra, serra, serra,
Serra, serra já.
(BRANDÃO, 1951)

A canção faz críticas à figura da avó pela violência dos métodos de disciplina das jovens netas por enunciarem suas falas de amor. A pesquisadora Suely Costa aproxima as serrações da prática dos antigos Charivaris – demonstrações barulhentas de mascarados para humilhar algum malfeitor da comunidade – ou carnavais organizados por jovens que caricaturavam, nas ruas, gerações mais velhas, em várias regiões da Europa (COSTA, 2001). Essa era possivelmente uma das formas de tensionar os conflitos existentes entre as gerações. Nesse caso, talvez, as demandas femininas que ocupavam novos espaços na sociedade.

Edmundo descreve, sem precisar o ano, a realização de uma folia no século XVIII, no Rio de Janeiro, enfatizando o constrangimento sofrido pelas mulheres idosas nesse dia: "ficavam elas em casa, em suas alcovas, negando-se a ir para as ruas; escondiam-se até a passagem dos préstitos" (EDMUNDO, 1951, p. 178). A brincadeira em alguns lugares e períodos tinha nas mulheres o alvo das serrações, possível reflexo de práticas machistas. As mulheres, além de serradas, eram objetificadas e ofertadas no testamento como um dos pertences que eram distribuídos.

Dessa forma, à sua maneira, o brinquedo atravessava variadas temáticas, além das próprias estruturas da Quaresma, seu jejum e suas práticas religiosas. Também a morte erareinventada por uma linguagem satírica e grotesca. Problemas referentes aos papéis das mulheres e os

conflitos entre as gerações também eram abordados. A festa e seus brinquedos, portanto, falam das questões de seu período e como a sociedade se entendia no contexto.

O SERRAVELHO: um mau agouro

"Serra a velha",
gritam todos,
de vez em quando,
em sinal de mau agouro[83]

Durante a minha pesquisa, percebi que até a década de 1970 houve algumas referências sobre a realização do serra velho em Recife, porém chegando aos anos 1980 não aparecem mais registros nos jornais. Fato que se aproxima aos relatos dos nossos entrevistados que não possuem memórias da realização da brincadeira durante e depois da década de 1980. Desta forma, estou tentando nessa seção compreender o que levou a esse esquecimento do brinquedo.Vou analisar tensões e possíveis agentes que levam ao que estou chamando de "fim do brinquedo".

As tensões provocadas pelo brinquedo iam muito além das questões sociais. "O pessoal já nem dormia, ficava com medo, esperando" (Marinalva Faustino, moradora do Pina). A brincadeira, muitas vezes, era entendida como ofensa pela velha ou pelo velho e sua família. Ao que parece, os casos em que ocorreram tiros, peixeiradas e outras situações que envolviam violência passaram a ficar cada vez mais frequentes. A crença de que o velho serrado não chegaria à Quaresma seguinte era considerada como um mau agouro, principalmente quando a morte de alguém que foi serrado era confirmada.

83 Em Serração da velha. Disponível: http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00002017.htm. Acesso: 03 jul. 2025.

Câmara Cascudo pontuava as dificuldades que a brincadeira sofria ainda no século XIX, afirmando que já em 1860 e 1870, estava em crise e com muitas dificuldades em sua realização. O autor localiza expressões contrárias à folia, vindas de pessoas que se sentiam ameaçadas por ela. Ele assinala que o Código de Posturas de Papari (hoje, Nísia da Floresta, no Rio Grande do Norte), de 1887, proibia a brincadeira que, naquela região, era conhecida como Serramento de Velhos.

Theo Brandão aponta que, já na década de 1950, a brincadeira ocorria, mas já havia uma redução considerável das encenações em Alagoas, não ocorrendo mais na capital, fato que é por ele comemorado, embora ainda acontecesse em Marechal Deodoro. Brigas e confusões também são evidenciadas nas falas dos depoimentos analisados:

> Era uma brincadeira que envolvia muita bebida muita cachaça. Terminava em confusão, a família do velho e da velha se sentia ofendido com a brincadeira (João Batista, morador de Beberibe).

> O serra velho foi até os anos 1970, nos anos 1980 não tinha mais. A polícia acabou com a brincadeira. Às vezes, dava muita confusão... O pessoal guardava a urina nos penicos para jogar no povo. Era uma esculhambação com os palavrões da época (Severino José, morador do Pina).

> Não tenho lembrança depois dos anos 1970. Não tenho lembrança nos anos 1980 (João Batista, morador de Beberibe).

É recorrente, portanto, as lembranças dos problemas que a realização da brincadeira ocasionava. Valente afirma que a brincadeira já havia recuado e já eram práticas proibidas sujeitas a castigos policiais. "Os exageros em geral eram decorrentes de inimizades políticas ou mau gosto usado na brincadeira de consequências as vezes graves

com brigas, peixeiradas e tiros, levaram a Policia a impedir serra velhos e malhação de Judas" (VALENTE, 1970).

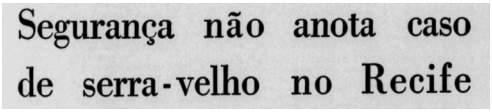
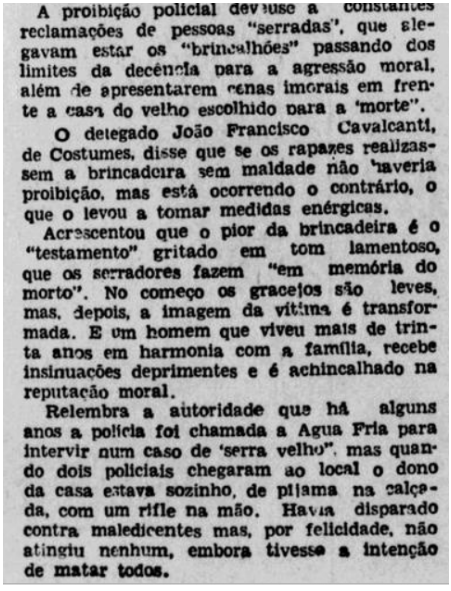

Segurança não anota caso de serra-velho no Recife

Figura 2: Título da matéria publicada em 12 de abril de 1974.

O trecho acima foi o título de uma matéria publicada em 12 de abril de 1974, no Diário de Pernambuco.A brincadeira, que antes estava nas seções de cultura e lazer da cidade, agora ganhara as páginas do caderno policial, nesse caso, fazendo referência ao fato de que as forças de segurança não haviam registrado a realização do serravelho no Recife. Então, é possível perceber quea polícia passou a atuar na repressão da brincadeira e os seus registros deixaram de aparecer nos jornais nos próximos anos.


A proibição policial deveu-se a constantes reclamações de pessoas "serradas", que alegavam estar os "brincalhões" passando dos limites da decência para a agressão moral, além de apresentarem cenas imorais em frente a casa do velho escolhido para a 'morte".

O delegado João Francisco Cavalcanti, de Costumes, disse que se os rapazes realizassem a brincadeira sem maldade não haveria proibição, mas está ocorrendo o contrário, o que o levou a tomar medidas enérgicas.

Acrescentou que o pior da brincadeira é o "testamento" gritado em tom lamentoso, que os serradores fazem "em memória do morto". No começo os gracejos são leves, mas, depois, a imagem da vítima é transformada. E um homem que viveu mais de trinta anos em harmonia com a família, recebe insinuações deprimentes e é achincalhado na reputação moral.

Relembra a autoridade que há alguns anos a polícia foi chamada a Agua Fria para intervir num caso de 'serra velho", mas quando dois policiais chegaram ao local o dono da casa estava sozinho, de pijama na calçada, com um rifle na mão. Havia disparado contra maledicentes mas, por felicidade, não atingiu nenhum, embora tivesse a intenção de matar todos.

Figura 3: Texto da matéria publicada no Diário de Pernambuco em 12 de abril de 1974.

Passando dos limites da decência, agressão moral, insinuações deprimentes e achincalhado na reputação moral, são esses alguns dos termos que passaram a ser associados a realização da serração, tanto nessa matéria de jornal como em tantas outras nas páginas policiais. A atuação da polícia, no contexto da ditadura militar, foi provavelmente um dos fatores que atuaram como agente para o fim do brinquedo. Os conflitos entre os foliões, os velhos, as velhas e seus familiares pode ter sido outro motor para esse fim. Além disso, também percebemos que o Recife, como outras cidades, passou por fortes mudanças, principalmente nos anos 1970.

As festas, na década de 1970, sofreram várias transformações, não apenas o serravelho foi combatido no Recife, passou a haver, por exemplo, uma maior presença do Estado e das forças policiais nas festividades carnavalescas. À medida que a ditadura militar foi se fortalecendo, o carnavalassistiu a mudanças de práticas que foram se moldando à Lei de Segurança Nacional e ao AI-5. O policiamento sobre a cidade nos dias de Momo tornou-se mais numeroso e rigoroso (SANTOS, 2014). As decorações do carnaval passaram a fazer referência a temas históricos que exploravam, sobretudo, a memória nacional e local.

> As regras da Secretaria de Segurança Pública para o carnaval ao longo da década de setenta pouco mudaram, e quando houve mudanças foi no sentido de criar mais proibições, como no caso do corso e das travestis. A Delegacia de Costumes era um dos principais órgãos responsável por coibir a livre circulação das travestis no carnaval (SANTOS, 2014, p. 8).

Além do corso[84] e das travestis, a brincadeira do mela-mela também foi amplamente combatida. Mesmo com as proibições, os

84 A brincadeira de estilo europeu consistia num desfile de carros ornamentados, geralmente de capotas arriadas, que se deslocava pelas principais vias do

foliões desrespeitavam as regras instituídas pelas forças de Segurança e práticas como o mela-mela, por exemplo, foram mantidas. Percebo que o contexto da ditadura militar foi um agente importante na seleção do que poderia ser mantido e dos costumes que não poderiam mais continuar.

Nessa década, o Recife também passou por fortes mudanças populacionais. A cidade passou de 1 milhão de habitantes, em 1970, duplicando a sua população em apenas 20 anos, entre 1950-1970.O fenômeno da migração populacional do campo para a cidade, vivido pelo país e fortemente intensificado após a Segunda Guerra Mundial, atingiu o Recife em cheio[85] nesse período.A cidade precisava crescer em espaço físico e comportar uma população cada vez maior.

Os automóveis também se tornaram mais populares e passaram a ocupar as ruas nesse período, forçando o aumento da malha viária por toda a cidade. As avenidas aumentam de tamanho, interligando as várias regiões do centro aos bairros.

Aproveitando "os detritos de construções e a paciência e planejamento para fazer de um pequeno espaço uma edificação mais ampla, fazendo a mesma avançar no sentido vertical ou no sentido horizontal sobre áreas alagadas" (NASCIMENTO, 2017, p. 11).A cidade para todos os lados, os bairros mudam de configuração.Antes tinham suas casas construídas de madeira ou barro, agora passam a ter estrutura em alvenaria. Assim, a antiga dinâmica de convívio da vizinhança nos bairros, em que todos se conheciam, iria se alterar de maneira relativamente acelerada. O adensamento populacional, juntamente com o crescimento de habitações do tipo condominial trouxe também como consequência

centro, transportando pessoas ricamente fantasiadas, que travavam batalhas de confetes e serpentinas.

85 CUNHA, Francisco.Recife 500 Anos: A cidade atropelada pela explosão populacional e pelo automóvel. Disponível: https://www.folhape.com.br/colunistas/inspiracao-recife/recife-500-anos/42302/.Acesso em: 03 jul. 2025.

outras relações foram se moldando, havendo mais afastamento entre os vizinhos.

Ao mesmo tempo, o jovem, nos anos 1970, já poderia se conectar à nova indústria cultural brasileira, consolidada por meio da implementação do sistema de redes de televisão e da inserção das grandes gravadoras internacionais no mercado fonográfico que estavam centradas, sobretudo, no eixo Rio-São Paulo (BEZERRA, 2020, p.114). Havia a divulgação de artistas estrangeiros, em particular anglo-saxões, que estavam, quase sempre, restritos à canção romântica e à música negra norte-americana. Beatles e Elvis Presley configuravam como os artistas mais ouvidos do país (BEZERRA, 2020). Os movimentos de contracultura como os hippies, as influências da tropicália e as exibições no cinema de festivais como o Woodstok produziram uma geração udigrúdi86. As formas de consumo mudaram e os LPs e fitas cassetes ganharam importância.As dificuldades de aquisição impunham limites à circulação da música bem como gerava o compartilhamento do gosto musical e a sociabilidade(BEZERRA, 2020, p.117).

Os encontros com artistas nacionais e internacionais, consumo de LPs, compartilhamento e novas sociabilidades se intensificaram nesse contexto.Outras possibilidades de divertimento também podem ser elencadas, tais comobailes que eram organizados por toda a cidade. Novas tensões de gênero são fortalecidas:

> Além da Misty, no final dos anos 1970 bares como o Mustang, na Avenida Conde da Boa Vista, e as boates Stock e Vogue, no edifício Novo Recife, localizado por trás do edifício Duarte Coelho, onde fica o cinema São

86 Na virada dos anos 1960 para os anos 1970, vestígios da contracultura invadiam lentamente o cotidiano do Recife, sendo apropriados pela geração que ficaria conhecida como udigrúdi, influenciada pela Tropicália e pelo Movimento Hippie (Bezerra, 2020).

> Luiz, eram bastante movimentadas. A multiplicação de espaços de entretenimento para os homossexuais[87].

É possível continuar apresentando diversos outros fatores que podem ter, de alguma maneira,influenciadoo processo de mudança que provocou o fim do brinquedo. Contudo, nenhum deles será o mais o importante, ou o decisivo. Todos eles, ao seu modo, contribuem para a transformaçãodos brinquedos, fazendo com que alguns permaneçam e outros desapareçam. A cidade cresceu, a sociedade mudou, e parece que o serravelho deixou de dialogar com os novos atores que estavam produzindo esse Recife frenético que crescia diariamente, deixando de existir, ao que as fontes indicam, já na década de 1980.

> A lenda foi sendo desacreditada, esse povo novo não sabe nem o que é (Marinalva Faustino, moradora do Pina).

> Meu pai não deixava eu ver, nem participar, as crianças não podiam participar (Severino José, morador do Pina).

As crianças, como lembra Severino,em sua época, não participavam da brincadeira, o que pode ter, de certo modo, contribuído para a sua descontinuidade. Tomando como exemplo o movimento quadrilheiro, Leilane Nascimento (2013) destaca que um ponto vital para a continuidade das quadrilhas é a transmissão do conhecimento, ainda que de maneira informal, às crianças e, portanto, às novas gerações. Manter a existência de quadrilhas juninas infantis pode proporcionar a continuidade do brinquedo. De acordo com os relatos, as crianças não

87 FIGUEIRÔA,Alexandre. Antes do orgulho: Jornais do Recife só amenizaram discurso sobre gays e travestis no final dos anos 1970. Disponível em https://revistaogrito.com/antes-do-orgulho-jornais-recifenses-trouxeram-discurso-mais-tolerante/.Acesso: 05 jul. 2025.

eram preparadas para dar continuidadeao serravelho, pois o folguedo era brincado apenas por jovens, adultos e por pessoas mais velhas.

Talvez, as reuniões familiares com cardápios cíclicos, as encenações e práticas religiosas tenham se conectado mais às necessidades do novo Recife que estava surgindo e, assim, o caráter religioso prevaleceu sobre burlesco, no caso do serra velho. Acompanhar uma festa é, portanto, uma forma de enxergar a construção de nossas práticas. As festas não deixam de existir de forma aleatória, elas deixam de dialogar com seus fazedores e não conseguem mais se interrelacionar com as novas histórias que estão sendo contadas.

Os elementos que fazem parte das manifestações populares são muitas vezes associados a tradição. Ela pode é considerada para Souza (2005) o que define a cultura popular, "pelo apego a um passado no qual residem suas fontes e que a justifica" (Souza, 2005, p.107). As festas podem ser o local em que passado e presente se encontram, elas representam o cotidiano rememorando da sua forma o passado. "A cultura popular é um espaço onde se refugia o que – condenado – insiste em permanecer vivo" (Souza, 2005, p.108). Por isso, é através da tradição que se pode encontrar as práticas dos vencidos, tempos considerados mortos, ritos, mitos e práticas já não mais utilizados, podem ali mais uma vez ter o seu espaço no presente moderno e inovador. Mas não como uma sobrevivência do passado cultural, afinal não é tudo do passado que é lembrado, o que permanece é fruto de muitas ressignificações e negociações com as inovações e com a modernidade. Porém não são todos os brinquedos que conseguem estabelecer as conexões entre passado e presente e por tudo o que foi exposto pode ter sido o caso do serra velho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

-E se o brinquedo voltasse?
-Oxe! Ia dar muita confusão!
(Severino José, morador do Pina).
-Dava certo não, ia terminar em morte!
(Marinalva Faustino, moradora do Pina)

As manifestações e brincadeiras populares tem muitas vezes instrumentos como perda, salvaguarda e seu resgate recorrentemente debatidas. Distante desse acervo, foram duas as provocações que motivaram a produção dessa pesquisa: a primeira delas,a de que o brinquedo não precisa voltar para produzir história(s) e a segunda é que toda brincadeira apresenta à sua maneira a sociedade. Por meio dela, portanto, é possível compreender festivamente um determinado contexto, usando, muitas vezes, a linguagem da cultura popular, sendo importante, entre outras coisas, para reinventar o nosso cotidiano.

Ao longo dessa pesquisa, percebi entre outras coisas que a morte sempre foi uma preocupação particular e coletiva, ela já foi vista como algo que ocorre aos poucos, não apenas de forma individual e biológica, mas socialmente e simbolicamente. Morria-se aos poucos, resolvendo as pendências, a herança e delegando as funções em um tempo diferente ao que nos acostumamos nos ritos ordinários.

O fim do brinquedo, não foi aqui entendido como uma perda, que necessita de salvaguarda ou resgate. Mas como um dado que foi motivado por diferentes agentes: a polícia, o crescimento populacional, as novas construções dos bairros, as inovações de uma juventude mais cosmopolita,as questões de gênero e, principalmente,as próprias dificuldades internas da brincadeira. Os conflitos que não mais se resolviam entre os vizinhos, a falta de transmissão e a ausência de práticas de continuidade e até mesmo a forma de encarar a morte,

tudo isso funcionou para que a tradição não continuasse e o serra velho chegasse ao fim.

Concordo com meus interlocutores quando esses afirmam que os conflitos poderiam fazer com que o brinquedo hoje já não funcionasse. Tal resgate de práticas pode não atender aos anseios e necessidades do cotidiano do século XXI. O mela-mela foi duramente combatido ao longo da década de 1970, chegando a ser proibido, no entanto,ele ainda ocorreem vários momentos no carnaval, pois, ele continuamente se ressignificouentre o final do século XX e durante o século XXI.

Para finalizar, acredito que o serra velho ainda não morreu completamente. Sua morte está sendo lenta e gradual. Será ainda necessário ser serrado por muitos anos, vários testamentos como este aqui vão precisar ser feito e refeitos. Assim como, eu vivi oserravelho sem nunca tê-lo visto, quantas pessoas o vivem com o compartilhamento de lembranças? Quem sabe um dia de fato seja esquecido?Mas, enquanto isso, seguimos, pois as memórias da festa também produzem a festa. *Serra, serra, serrador...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987

BEZERRA, Amilcar Almeida; FERREIRA, Daniela Maria. Um oásis num sistema poluído: rock e mediações cosmopolitas no Recife dos anos 1970 e 1980. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 75, p. 110-128, abr. 2020.

BITTER, Daniel. **A bandeira e a máscara**: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2008.

BRANDÃO, Theo. Folclore da Semana Santa, **Diário de Pernambuco**, 8 de abril de 1951.

BRUNO, Aguiomar Rodriguês. O imaginário popular da morte numa província do império. **Revista Labirinto**, Ano XI, nº 15, dez, 2011.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

COMAROFF, J & COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulleye Olivia Janequine. *IN:***Proa – Revista de Antropologia e Arte** [on-line]. Ano 02, vol.1, n. 2, nov. 2010.

CORRÊA, Juliana Aparecida Garcia. A arte de festejar: da alternância da festa e de suas expressões materiais. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 183-199, mai. 2013.

COSTA, Suely Gomes. A serração das velhas. **Gênero em Pesquisa** – Programa de Pós-graduação em História. n. 17, Ed. Especial, Ano 9, Uberlândia, 2001, pp.40-43

CUNHA, Francisco.Recife 500 Anos: A cidade atropelada pela explosão populacional e pelo automóvel. **Folha de Pernambuco.** Recife, 2024. Disponível: https://www.folhape.com.br/colunistas/inspiracao-recife/recife-500-anos/42302/.Acesso em: 03 jul. 2025.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis**. 3 a. edição. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1 o volume, 1951.

FIGUEIRÔA, Alexandre. Antes do orgulho: Jornais do Recife só amenizaram discurso sobre gays e travestis no final dos anos 1970. **Revista O Grito.** Recife, 2024 Disponível em https://revistaogrito.com/antes-do-orgulho-jornais-recifenses-trouxeram-discurso-mais-tolerante/.Acesso: 05 jul. 2025.

GASPAR, Lúcia. **Malhação de Judas**. *In*: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. Disponível em: https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/malhacao-de-judas/. Acesso em: 03 jul. 2025.

Lima, Jeannette. Da batida da Matraca a maldição do serra velho, **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de março de 1972

NASCIMENTO, Leilane Pinto. **Crianças Brincantes**: Sentidos de continuidade das quadrilhas juninas. Disertação de mestrado, PPGA, UFPE, 2013

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do.Recife 1966-1980 - uma cidade ao sul do equador onde não há chão de estrelas. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 2, n. 1, p. 02-23, 2017

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.

SANTOS, Rosana Maria dos. Reflexões sobre o carnaval do Recife (1972 - 1979). In: **Simpósio Nacional de História Cultural**, VII, São Paulo, 2014.Anais eletrônicos. Acesso:Acesso em: 03 jul. 2025.

SOUZA, Ricardo Luiz de.Festa e cultura popular: A ruptura e a norma. **Revista ANT*H*ROPOLÓGICAS**, ano 9, vol. 16, p. 99-132, 2005.

VAINSENCHER, Semira Adler. **Serração da Velha**. *In*: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/serracao-da-velha/. Acesso em: 03 jul. 2025.

VALENTE, Waldemar. Serração e Judas. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed 73, 29 de março de 1970.

CAPÍTULO 25

ENTRE XANGÔS E MARACATUS:
resistências culturais negras e afro-religiosas na Maceió pós-abolição

Lilia Rose Ferreira[88]

INTRODUÇÃO

O período imediato ao pós-abolição em Maceió, Alagoas, especificamente entre as décadas de 1890 e 1900, foi marcado por intensos embates entre o projeto de "civilização" republicana e as vivências das populações negras. Nesse sentido, o objetivo deste texto[89] é apresentar como a imprensa e os aparatos legais foram utilizados como ferramentas de perseguição aos Xangôs e Maracatus. Sob a ótica da História Social da Cultura, fundamentada em autores como Bakhtin (2010) e Thompson (1998), o estudo utiliza a análise documental de jornais da época — como *O Orbe* e *A Tribuna* — e a legislação penal,

88 Doutoranda em História (PGH/UFAL)
Universidade Federal de Alagoas
liliaferreira.hist@gmail.com

89 Originalmente, a discussão abordada neste artigo é fruto da pesquisa de mestrado que resultou na dissertação defendida em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH/ UFRPE) intitulada "Dinâmicas sociorreligiosas e experiências negras na Maceió Pós-Abolição (1889-1899)", orientada pela Drª Maria Emilia dos Santos. Atualmente, parte da discussão publicada na dissertação tem sido retomada no projeto de doutorado submetido em 2025 ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, com a orientação da Drª. Irinéia Mª Franco dos Santos, cujo título é "Xangô em confusão": experiências sociorreligiosas e ascendências étnicas no xangô alagoano (1912-1952)".

como também o Código de Posturas Municipais para compreender os discursos de criminalização tecidos pelas elites locais.

Neste cenário, a cidade é compreendida como um espaço plural e em conflito, orientada pela ideia de "Sangangú de Caroço" (SANTOS, 2018). Conforme a autora, o termo "sangangú", é uma palavra de origem nagô, utilizado para se referir aos povos africanos originários da África Ocidental, de diferentes etnias de língua *iorubá*. Entretanto, a palavra aparece nos jornais de Alagoas para se referir a algo que possui alguma complicação, confusão. O elemento responsável para o uso do termo "sangangú", foi a presença variante das religiões de matrizes africanas e indígenas. No contexto de Maceió, pontuava-se que a cidade não era "profundamente católica", como assim o fez padre Antonio Valente.[90] Dito isso, a análise revela que, embora instrumentos como o Código Penal Republicano (1890) e o Código de Posturas de Maceió (1892) tenham intensificado a perseguição a líderes como Maria Thereza "Bico Doce" e Chico Foguinho, as populações negras não foram sujeitos passivos. Ao contrário disso, demonstra-se que as estratégias de resistência e recriação cultural que permitiram a manutenção dessas práticas. Ao interligar o sagrado e o lúdico, as manifestações afro-religiosas ocuparam espaços urbanos e romperam barreiras sociais, reafirmando identidades e reivindicando o direito à cidade em um contexto de violenta repressão estatal e mediática. É dessa maneira que as assertivas de Baktin são relevantes para este artigo, pois o autor observa a capacidade dos espetáculos públicos, em romper as barreiras sociais, diferentemente das festas oficiais que reafirmam a existência de uma ordem social imposta.

90 Padre Antonio Valente (1888-1968) foi por cinquenta anos cura da Sé de Maceió e pároco na Catedral deNossa Senhora dos Prazeres, como indicou Irinéia Santos (2018).

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS CULTURAIS NEGRAS E AFRO-RELIGIOSAS NA MACEIÓ DO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO

As religiões negras estiveram, historicamente, na linha de frente das perseguições durante a escravidão no Novo Mundo e no pós-abolição. Esse problema foi investigado, além dos estudos antropológicos do século XX[91], também por pesquisadores da história social como João José Reis (2008), e antropólogos que buscaram se voltar aos estudos históricos Nicolau Parés (2018) e, que trouxeram para o debate o processo histórico com as lutas, resistências e a recriação da experiência religiosa e formação de famílias do candomblé.

João Reis (2008) sugeriu que a religiosidade africana era, além da devoção, uma prática de resistência, um espaço para organizar rebeliões, ajuntar fiéis, rebeldes e festejar. Reis, pesquisando o século XIX a partir das primeiras décadas observou que, os batuques africanos passaram por um processo de proibição porque as autoridades acreditavam que eram espaços para a organizar a revolta escrava. Paralelo a isso, posturas municipais, editais policiais, justificavam a proibição pelo incômodo que os tambores causavam aos moradores de cidades e vilas, além de supostamente mobilizarem comportamentos indecorosos, bebedeiras, desordens e desviare escravos de seus afazeres (REIS, 2008, p. 26). Nosso contexto é de imediato pós-abolição, mas a liberdade nas letras da lei não significou o pleno fim das perseguições, hierarquias sociais e raciais, como ponderou Wlamyra Albuquerque (2009). As tentativas de acomodar a população negra e suas práticas religiosas, permaneceram

91 Alguns exemplos são "A cidade das mulheres" de Ruth Landes (1947); "As religiões africanas no Brasil" de Roger Bastide (1960); "Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil" de Yvonne Maggie (1994) e "Xangô Rezado Baixo: Um Estudo da Perseguição aos Terreiros de Alagoas em 1912" de Ulisses Neves Rafael (2004).

com outras palavras, não obstante com o sentido similar aquele da escravidão.

Tanto os cultos individuais, quanto aqueles organizados que receberam inicialmente o nome de *calundu* e que depois ficou amplamente conhecido como *candomblé* (PARÉS, 2018), sofreram seriadas investidas de combate e aniquilação com maior intensidade ao longo do século XIX. Esse fenômeno ocorreu em razão do número de africanos livres e libertos, que segundo João Reis, constituíam maioria entre os afro-religiosos, no caso baiano, entre os candomblés. Em Alagoas, Irinéia Santos (2016) apontou para a organização de culto religioso de matriz africana na primeira metade do século XIX, com o mesmo perfil de fundadores semelhante àquele indicado por Reis: homens e mulheres livres e libertos.

Para estudar as questões pertinentes aos casos dos afro-religiosos, os jornais compõem o principal acervo de fontes, até o presente momento. Os inquéritos policiais para o caso do Xangô Alagoano, têm se apresentado como desafio. A documentação do Arquivo Público do Estado de Alagoas-APA é dispersa e deteriorada. Os relatórios da chefatura de polícia, acessados, quase sempre estavam incompletos. Os jornais quando fizeram menção aos casos policiais anunciaram, muitas vezes, prisões por distúrbios e averiguação[92], raras notas descrevem, com precisão, casos relacionados à feitiçaria e afins. Esses dados poucos dizem a respeito da problemática, mas são capazes de conjecturar que essas prisões não evoluíam em processos crime porque tratava-se de uma perseguição que, talvez, fosse até ilegal.

92 Informação encontrada na tabela de averiguações policiais identificadas no jornal *Tribuna* entre os anos de 1901 a 1912. Fonte concedida por Irinéia Maria Franco dos Santos e Ulisses Neves Rafael. Para os anos entre 1890 e 1899, os dados sobre averiguações policiais, nos jornais alagoanos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, são raros. Identificamos poucos casos, mas que remetem ao espiritismo, como a nota sobre "Dr. Eduardo Silva", no jornal *Gutenberg,* em 1899.

No entanto, voltemos à imprensa que cumpriu papel fundamental na divulgação de notícias sobre prisões, averiguações e levantamento de suspeitas a respeito de comportamentos contrários ao pensamento dominante da época.

Nos anos iniciais da República, as notícias se intensificaram para combater a "incivilidade e os maus costumes". Flávia Pereira (2015) estudou a repressão aos espíritas e candomblecistas na Capital baiana do início do século XX, e observou que a imprensa caçava e delatava as práticas e aspirações incompatíveis com os discursos que mobilizavam o ideal de civilização e progresso. Estudando a capoeira em Alagoas, Gustavo Santos (2017) apontou que a repressão às manifestações negras estava presente no Código de Posturas Municipais de Maceió, ainda em 1870 e se intensificou aos fins do século XIX, particularmente no imediato pós-abolição e início da República. Não somente os vadios, capoeiras, ébrios e meretrizes foram perseguidos e criminalizados, os praticantes da magia de matriz africana também estavam na mira do controle social em Maceió. Com a promulgação do Código Penal de 1890, não só os afro-religiosos tiveram suas práticas impressas e penalizadas nesse código, o Espiritismo também foi incluso. Contudo, a perseguição aos espíritas não se deu do mesmo modo em relação aos afro-religiosos, discussão que veremos um pouco mais adiante.

As ideias europeias de progresso e civilização estavam imbricadas no imaginário da elite desde a primeira metade do século XIX. A chegada da República reforçou a intensidade com que os jornais divulgaram suas aspirações. Os jornais *O Orbe* e *Gutenberg*, foram principais divulgadores de ideias e intenções de promover uma cidade "civilizada", "limpa", e livre de "crendices" e de qualquer pensamento e prática que remetesse ao regime imperial e escravista, como se observou no capítulo anterior.

As "crendices" às quais, muitas vezes, os jornais se referiam, tratava-se das crenças não cristãs, sobretudo não católicas. As manifestações da fé de matriz africana, por homens e mulheres negros,

seguiam como alvos da imprensa com termos e tons irônicos e pejorativos, porque simbolizavam o atraso social, cultural e econômico. Com a ampla divulgação da ideia de progresso e civilização em sincronia com a promulgação do Código Penal de 1890 e o Código de Posturas de Maceió publicado em 1892, a imprensa reforçou, em algumas, páginas as condutas que deveriam ser penalizadas. As expressões da cultura afro-religiosa marcaram muitas destas páginas.

Durante a década de 90 do século XIX, o Jornal o *Cruzeiro do Norte* tratou de publicar alguns artigos atentando para as posturas da população. Entre eles, o Artigo 120, que criminalizava os diversos nomes de crenças, especialmente aqueles ligados ao som dos tambores, uso de práticas mágicas, homeopáticas, etc.

> De ordem do cidadão dr. Intendente d`deste município, faço público que é terminantemente prohibido pelo Código de Posturas:
>
> Artigo 120. É prohibido:
>
> 1° Fazer bulhar ou vozerias, dar altos gritos à noite, sem necessidade ou utilidade reconhecida
>
> 2° Fazer sambas ou batuques, quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade ou das povoações
>
> 3° Contender ou sustentar controvérsias em altas vozes na rua.
>
> 4° Tocar tambor, caixa ou qualquer instrumento pelas ruas, ainda que seja com o fim de anunciar espetáculo ou qualquer outro divertimento publico ou particular

> Fiscalização do município de Maceió em 6 de outubro de 1892 –Hermogenes de Araújo Leite, Fiscal Geral[93]

Notas referentes a este artigo do Código de Posturas foram publicadas pelo mesmo jornal até dezembro daquele ano. A maior frequência se deu no mês de novembro[94], findando as ocorrências em 11 de dezembro.

Este mesmo jornal trouxe informações a respeito dos impostos da intendência municipal. A partir do decreto de 25 de novembro de 1891 o governo aprovou um orçamento para o ano de 1892 que custeava as licenças para bailes, pastoris, quilombos, fandangos e reisados. A esse respeito, Irinéia Santos (2016) observou que ali se regulamentava os festejos populares negros no espaço da cidade, no caso do *quilombo*. Contudo, a mesma situação ocorria com a religião. Os artigos referentes à repressão aos cultos e manifestações afro-religiosas se mantiveram.

Notas sobre a danças, sambas e pagodeiras circularam pelos jornais e a intenção, na maioria das vezes, era de denúncia e exigência para tomada de providência policial. Assim aconteceu em 31 de maio de 1898, quando o jornal *O Orbe noticiou a casa do Sr Félix, onde ocorriam danças todos os sábados até de manhã*.

> Uma providencia: solicita a tomada de uma providência da parte das autoridades policiais sobre a casa onde habita Sr Felix e o outros no endereço da Rua General Hermes (Cambona) , onde ocorrem danças todos os sábados até às 5 horas da manhã.[95]

93 **Código de Posturas.** Cruzeiro do Norte, domingo, 30 de outubro, 1898.

94 Mais precisamente ente os dias 8, 11, 13, 18, 20, 23, 27.

95 O Orbe. Uma providencia. Terça-feira, 31 de maio, 1898.

Essa não foi a única nota que denunciava os divertimentos populares e não por acaso, os locais onde mais se registraram ocorrências dessas ações eram povoações de pessoas empobrecidas e negras.

No jornal *Holophote, um comentário em tom irônico ocupou um pequeno espaço na coluna de notas ligeiras chama Secção Electricaem 1897com a seguinte mensagem:*

> LEVADA, 24 – Neste pitoresco arrabalde pretendem hoje e amanhã festejarem S. João. Realizando-se em diversas casinhas sambas de todas diversidades. Na rua victoria continua o descaramento e consta-nos que haveria ali também o formidável! *Samba* para maior desfecho. Uh! Uh! A prosa é de venda? Traz cá –*Lunga*[96]

O bairro da Levada foi construído nos arrabaldes da cidade. Ao desenvolver uma pesquisa de Mestrado, a arquiteta Bárbara Nascimento (2008), constatou que ali, se agruparam as populações mais empobrecidas, porque era próximo da cidade e da lagoa. Além da mobilidade pela via fluvial, havia a possibilidade dessas pessoas garantirem a subsistência com as atividades ligadas à pesca. Outro texto publicado nesse mesmo jornal, o *Holophote,* em 5 de junho, daquele ano, discorria a respeito das festividades de São Pedro e destacava que no quesito de festas e sambas, a "Levada era de ponta"[97]

O "samba", descrito pelo jornal, se revela como uma das manifestações de divertimento da população naquela localidade. A nota, acima, foi escrita com tom de desdém, ironia e denúncia, quando se observa as passagens "descaramento", "formidável" e a frase "Uh! Uh! A prosa é de venda? Traz cá". O tratamento por "pitoresco arrabalde" também é capaz de sugerir a ideia de um bairro cujas festividades

96 Holophote. **Levada.** Maceió, 28 de junho, 1897.

97 Holophote. **Um repórter do Holophote perante os seus queridos leitores.** Maceió, 5 de junho, 1897.

poderiam ser tratadas como folclóricas por pertencerem às populações negras. Mas ao contrário desse entendimento, Martha Abreu (2018) apontou para o samba e as danças originárias da cultura africana como mecanismo de resistência, além do aspecto do divertimento e da religião, como também eram associados. A autora observou que as reuniões com batuques eram tratadas como propensas ao crime e colocavam em risco a civilização, no contexto do Império do Brasil. Também, os investimentos das autoridades municipais, provinciais e imperiais, no decorrer do século XIX, não pouparam esforços para proibir os batuques ou qualquer manifestação semelhante, em lugares públicos (Abreu, 2018). Não apenas durante o Império, mas nos primeiros anos da República ao longo do regime provisório, tais práticas eram criminalizadas em Maceió, como bem foi possível notar no Código de Posturas (publicado, diversas vezes, pelo jornal Cruzeiro do Norte em 1891), no artigo 120, indicava que era proibido fazer sambas ou batuques em qualquer espaço da cidade.

O Código Penal dos Estados Unidos do Brazil, promulgado em 1890, pelo Governo Provisório de Manoel Deodoro da Fonseca em outubro daquela década, semelhante ao Código de Posturas adotado em Maceió, imputava pena criminal conforme o Capítulo XIII[98], às pessoas que estivessem em ajuntamentos de bandas, maltas ou capoeiras. Vale à pena observar: o Código Penal sofreu uma alteração em 1892, mas só tomou proporção significativa na mudança em 1940[99], quando finalmente, os batuques, capoeiras, sambas, principalmente a capoeira, saiu do referido código e passou a ser entendida como prática desportiva.

98 Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890. **Vadios e capoeiras, Capítulo XIII.** Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=847&ano=1890&ato=a2a0TPR5EenpWT4f9

99 Código Penal, Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>

Nos agravantes das perseguições e penalidades, estavam as práticas mágico-religiosas da população negra e a relação com as festividades. Para ilustrar que brinquedo popular, lutas sociais e afro-religiosidade estavam intrinsecamente ligados, na noite de 24 de abril de 1904[100], por volta das 2 horas as autoridades policiais foram até uma casa situada no Alto do Jacutinga, de Maria Thereza de Jesus, conhecida como Bico Doce. Ela era uma mulher afamada por ser curandeira, vidente e outras funções ligadas ao cuidado dos espíritos e das pessoas, e, mestra de Maracatu.

A nota do jornal *A Tribuna* sugere que o Maracatu podia ser a solenidade para a invocar os espíritos ancestrais, mas também uma festa com maracatu. Ivaldo França Lima (2005) discutindo a respeito dos Maracatus-Nação, nos informou que é complexo indicar uma origem para o surgimento dos maracatus, porque ela possui pontos diversos. Além disso, essa busca, "não só torna linear uma história de inúmeros acontecimentos, que necessariamente não foram um acúmulo de fatos em linha reta, como também oculta e homogeneíza aspectos que são importantes para o entendimento daquilo que se pretende buscar (LIMA, I., 2005, p. 50). A palavra "maracatu"também indica proximidade étnica com os povos do Congo, um pouco mais precisamente com a festa da Coroação dos Reis do Congo, que acontecia na América Portuguesa, como veremos no próximo capítulo.

Xangô e Maracatu, em Alagoas, parecem ter significações distintas. A primeira ligada ao culto dos ancestrais africanos e a segunda um brinquedo popular. Todavia, aqui, identificamos dois caminhos que se cruzam na encruzilhada das experiências negras na Capital: brinquedo popular e afro-religiosidade. Ambos, na mira da perseguição.

Além de Maria Thereza, ligada às práticas mágico-religiosas e ao maracatu, havia mestre Félix. Mestre Félix era um feiticeiro africano,

100 A Tribuna. **Feiticeiros e feiticeiros.** Maceió, 26/04/1904. p. 1.Fonte cedida por Irinéia Maria Franco dos Santos e Ulisses Neves Rafael.

que segundo Abelardo Duarte (1974), era pai de santo de um terreiro em Maceió, pelas imediações do bairro do Jaraguá, no início do século XX. Pela titulação de *mestre,* é possível conjecturar que Félix podia ser mestre de maracatu naquela cidade. A relação entre Maracatu e Xangô em Maceió, são capazes de sugerir que os afro-religiosos circulavam entre o universo religioso e o brinquedo popular. Neves Rafael (2004) levantou a questão de que o articulista do jornal, quando noticiou o caso de Maria Thereza, a Bico Doce[101], havia confundido Maracatu com Xangô. É possível que houvesse tal confusão, de modo que a imprensa era um veículo de informação importante, mas que não representava a totalidade dos fatos e das opiniões. Como bem ponderou D'Assunção Barros (2020), quando seguramente analisou que as fontes históricas são produtos de seu tempo. Pensando nisso, é possível conceber que o jornalista teria se confundido por desconhecimento. Todavia, não se anula a presença de mestres e mestras de maracatu no culto xangô, assim como líderes afro-religiosos do xangô no maracatu, o que nos leva a considerar a relação entre ambos.

O elemento religioso está ligado no imaginário e no cotidiano de muitos batuqueiros, como vem apontando os dossiês sobre Maracatus Nação (IPHAN, 2014). Os instrumentos de percussão dos maracatus se encontram nos terreiros e vice-versa. Assim observamos quando o jornal *A Tribuna* publicou uma queixa a respeito dos festejos de Santa Barbara que ocorriam na rua Barão de Maceió e Dias Cabral, as duas situadas na região central de Maceió. A reclamação era de que os moradores das respectivas ruas.

> Charo amigo e Sr. Cel. José Gatto. – Os habitantes das ruas Barão de Maceió e Dias Cabral pedem-nos para que leve ao conhecimento de V. Sa. o desgosto

101 No próximo capítulo, Maria Thereza aparecerá nas discussões sobre as ascendências africanas e as possíveis interpretações para suas práticas mágico-religiosas ligadas ao xangô.

> que elles sentem, apezar de serem bons catholicos, de não poderem commungar na mesma taça, com os ardorosos e muito enthusiastas devotos de Santa Bárbara. Os reclamantes têm a allegar não concordarem com o rito dessa egreja, pois as festas que ella promove são abrilhantadas por uma orchestração de adufos, chocalhos e latas que ferem o tympano da humanidade todo um dia e toda uma noite quase freqüentemente.[102]

Não é feito menção ao maracatu explicitamente, nesta nota, e pode estar referindo somente a uma manifestação pública sobre os festejos de Santa Bárbara, que pela forma como é citada, sugere uma celebração à Iansã, deusa africana de origem Iorubá, que foi associada à Santa Bárbara nas dinâmicas de conflito com a Igreja Católica no Novo Mundo. Em Alagoas, Iansã e Xangô, são duas divindades muito presentes nos cultos dos afro-religiosos. Possivelmente, a popularidade de tais divindades teria dado nome aos terreiros conhecidos como *casas de xangô*, conforme sugeriu o professor e pesquisador Clébio Araújo, (2015).

Os objetos citados na matéria, sobre a festa de Santa Bárbara, se assemelham com os utilizados no maracatu. É viável considerar a relação entre maracatu e xangô, nesse contexto, pensando naquilo que a historiadora Isabel Guillen (2011) argumentou, de que uma nação de maracatu tem "fortes vínculos com uma comunidade de afrodescendentes, relações identitárias com suas religiões e vincula-se fortemente a um sentido de tradição." (GUILLEN, 2011, p. 4).

As informações seguintes contidas, ainda, nessa mesma nota, apontam para reforçar nosso argumento da festa de Santa Bárbara como uma manifestação negra e afro-religiosa, mas travestida de catolicismo popular[103] ou poderia ser uma prática desse catolicismo.

---

102 A Tribuna. Maceió, 18\03\1903. **Rapsódias.** Ano VIII, n. 1810, p. 2. Fonte cedida por Irinéia Maria Franco dos Santos e Ulisses Neves Rafael. [Grifos nossos]

103 O catolicismo popular se forja nas dinâmicas sociais e culturais entre a população empobrecida, africana, afro-brasileira e indígena, que foi se ressignificando ao

Contudo, o texto sugere a presença da "possessão"[104]nos termos que se pode imaginar uma ação mágico-religiosa ao apontar que "o *santo,* entra quase sempre na cabeça dos crentes e os increos, que são os reclamantes, teem de sofrer encommodos pela alta recreação dos *devotos*. "[105]. Na sequência, a impressão que há é que os devotos de Santa Bárbara que não eram adeptos do modelo religioso com a possessão[106], denunciam a prática por se sentirem incomodados, uma vez que, de acordo com os dogmas católicos, as experiências de possessão não são aceitas como práticas religiosas.

---

longo dos oitocentos (Santos. I, 2016).

104 Sobre isso, veremos no próximo capítulo, a presença e a possível ascendência do elemento "possessão" nas práticas afro-religiosas.

105 A Tribuna. Maceió, 18\03\1903. **Rapsódias.** Ano VIII, n. 1810, p. 2. [Grifos nossos]

106 Embora, também, existam relatos de "possessão" nos documentos da Igreja Católica, há diferenças singulares e que tornam o fenômeno católico, africano e afrobrasileiro, díspares. No caso católico, quando ocorre a possessão, inicia-se um rito de exorcismo cuja finalidade é expulsar do corpo do sujeito a manifestação demoníaca. Conforme o historiador Philippe Sartin, ao estudar possessões demoníacas e a prática dos exorcismos no catolicismo contemporâneo, essa situação se refere ao demónio quando toma posse de um corpo. Ele faz agir ou falar de acordo com sua vontade, não podendo a vítima resistir e não sendo moralmente responsável por isso. Nesse evento, a questão é estritamente ligada à expulsão do corpo de uma pessoa o espírito indesejado, não convidado e não divino. De modo que, explica Sartin, "expulsão do espírito invasor é o meio através do qual a sua presença é designada, nomeada, assinalada; o cristianismo compreende a tomada do corpo por um espírito na perspectiva implícita de sua expulsão" (SARTIN, 2016, p. 451.). Ainda segundo o historiador, tal realidade construiu-se ao longo da Idade Média. Já nas religiões africanas e afro-brasileiras, como o Candomblé, a possessão do corpo de um devoto por um espírito ancestral faz parte dos rituais que fundamentam a lógica devocional. Segundo James Sweet (2007), a possessão entre africanos da região Central da África, faziam ritos dessa natureza a fim de realizar consultas para saber a respeito de diversos, como adivinhações relacionadas à saúde, amor, vencer ou não uma guerra, dentre outras informações. O espírito, no caso africano é convidado a estar presente, por meio da "possessão", enquanto no catolicismo, sua chegada não era bem-vinda e devia ser expurgado.

Nos embates que seguiram naquele texto no jornal, que foi escrita e publicada por Pedro Nolasco Maciel, o jornalista se posicionou a respeito da "liberdade religiosa". Maciel argumentou que como conhecedor e obediente à Lei, "talvez não fosse de encontro ao preceito constitucional que estabelece a liberdade dos cultos, pois até a Carta Outorgada em 1824, a permitia, sem forma exterior de templo."[107] É importante relembrar que Nolasco Maciel era ligado ao movimento abolicionista e adepto dos ideais republicanos (MARTINS, 2012). Contudo, a postura de Maciel, talvez, tivesse outras motivações, já que ser abolicionista e republicano não significava, necessariamente, ser a favor das manifestações da cultura africana e afrodescendente. Alguns republicamos, como o caso de Rui Barbosa, por exemplo, considerava as presenças negras como resquícios do atraso social (CHALHOUB, 1990). Todavia, a nota de Maciel revela, na virada do século XIX ao XX, as querelas entre a noção de liberdade de culto e perseguição. Nesse sentido, o jornalista continua:

> Mas o povo daquellas bandas tem confiança illimitada no tino e nas maneiras delicadas com que o amigo tem sabido exercer o cargo. Chegando mesmo um dos mais ladinos da *troupe* reclamante dar-me lição proveitosa de Direito Público – objectando que os *devotos* alteram o socego da maioria.
>
> Nada prometi aos que me deram a honra de fazer a V. S. esta queixa, que o amigo tomará na consideração merecida.
>
> Devo registrar também – e o faço com particularíssimo interesse de aproveitar o ensejo – que muito esperam e confiam os meus constituintes dos bons serviços da actividade e da energia do digno comissário Sr. Capitão

107 A Tribuna. Maceió, 18\03\1903. **Rapsódias.** Ano VIII, n. 1810, p. 2.

> Norberto Braga, a quem, oportunamente, farei presente o elevado conceito dos seus concidadãos.
>
> Sem outro assumpto, envio a V. As. Com os meus respeitos, o agradecimento unânime de todos quantos fazem votos nas ruas Dias Cabral e Barão de Maceió, por sua feliciada (sic) pessoal (Pedro Nolasco Maciel).[108]

Nos grifos apontados da corrente carta, o autor explicitou o incômodo com as reclamações daqueles que manifestam insatisfação com a festa popular e que, aparentemente, tentam justificá-las por meio da legislação no que se referia à perturbação à ordem pública. Além disso, ao fim da nota, o autor cumprimenta os devotos que festejavam nas ruas Dias Cabral (antiga rua do Reguinho)[109] e Barão de Maceió em homenagem à Santa Bárbara, demonstrando possível respeito por eles.

É "Bárbara ou santa?"[110], questionou o jornal *A Tribuna* no ano seguinte, em fevereiro de 1904. Tratava-se de mais uma festa promovida por Chico Foguinho em honrarias à Santa Bárbara. A celebração acontecia, novamente, na rua Dias Cabral e suas imediações. A nota descreveu com riqueza de detalhes o acontecimento do dia 04 de fevereiro naquele ano. No referido dia, o repórter foi até à rua e chegando lá, atravessou um arco de flores e folhas até a casa de Chico Foguinho, onde se encontrava uma parte da multidão, carregando uma charola com uma estátua pequena e delicada de uma santa. "Naalgaravia africana dos influentes da tal festa, era a Santa Bárbara"[111]. Finalmente, o repórter entrou na casa e conseguiu falar com Chico Foguinho. Conforme o relato, o pai de santo se apresentou descalço,

108 A Tribuna. Maceió, 18\03\1903. **Rapsódias.** Ano VIII, n. 1810, p. 2. [Grifos nossos]

109 Conforme Luiz Otávio Gomes (2012), Dias Cabral foi membro do movimento abolicionista em Alagoas, além de Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

110 A Tribuna. **Bárbara ou santa.**Maceió, 06 de dezembro de 1904.

111 A Tribuna. **Bárbara ou santa.**Maceió, 06 de dezembro de 1904.

com uma camisa de mangas e disse não ser possível a entrada, pois o santo (divindade africana), estava em terra, conversando com o mestre Adolpho, *pajé* baiano. Do lado de fora, o povo se aglomerava em gritos e vivas à Santa Bárbara.

Em meio às animações da festa, o termo "pajé" merece destaque. Este sujeito é entendido como o especialista, curandeiro, sacerdote, santo, mago da tribo, conforme demonstrou a antropóloga francesa Véronique Boyer (1999), ao realizar uma pesquisa de campo sobre a pajelança e presença do caboclo, no contexto de Belém do Pará. Ao tratar da denominação "pajé", é necessário certo cuidado, pois pode possuir significações diversas no complexo cultural, alertou o sociólogo Thiago Santos (2014). Resguardemos então, as assertivas de Nicolau Parés (2011) a respeito do assunto. O autor observou a existência de, pelos menos, três níveis: uma pajelança indígena, uma cabocla – derivada do ritual indígena e com elementos do catolicismo popular ibérico, e a terceira pajelança, mais difundida no caso do Maranhão, especificamente em São Luís, formada a partir da apropriação da pajelança cabocla pelos negros (2011, p. 125). Essa última, ocorreu por meio do processo de caboclização[112] e crioulização[113], favorecendo o grande número de convergências existentes entre as tradições tupi-caboclas e as africanas, sobretudo quando se tratou das partilhas de cura e feitiçaria. Contudo, se nos determos à especificidade do cenário baiano, de onde vem

112 Maria Sylvia Porto Alegre (1993), indicou em seu estudo sobre população indígena do Nordeste, um processo chamado de "caboclização": a perda da visibilidade do indígena como categoria étnica que tem "relação direta com a emergência da categoria denominada "caboclo", produto da dinâmica cultural do contato (PORTO ALEGRE, 1993, p. 214).

113 Para o professor Gian Carlo de Melo, o crioulo é entendido como "uma variável das misturas, não necessariamente é um escravo, ou muito menos um filho de mãe africanajá que, estas, geraram vários filhos pardos, o que mostra uma lógica diferenciada das dinâmicas das misturas biológicas" (MELO, 2014, p. 165). Ver a tese de doutorado: Na cor da pele: o negro. Conceitos, Regras, Compadrio e Sociedade Escravista na Vila do Recife (1790-1810).

mestre Adolfo, perceberemos que há uma multiplicidade de elementos na composição de alguns terreiros de candomblé.

Candomblé é uma palavra bantu[114], segundo Parés (2018) foi a "persistência e recriação de práticas religiosas africanas trazidas para a Bahiapelos escravos, o Candomblé é uma religião de possessão que envolve processos de adivinhação, iniciação, sacrifício, cura e celebração". Entre os candomblés baianos, existiram os chamados "candomblés de caboclo", que segundo Édison Carneiro, era fusão central entre bantus e ameríndios (1991, p. 133). Adolfo era baiano, como já se pôde notar, todavia, é possível que ele estivesse ligado a esse culto, especialmente, pela indicação da nota a respeito do título de "pajé". Mas, ainda que se considere tal sugestão, não se deve levar a cabo determinados apontamentos feitos pelos jornais porque podem atravessar níveis de chacota e ironia. Anda assim, a presença de um sacerdote baiano sugere que abolição permitiu, inclusive, a maior circulação de homens e mulheres negros que eram escravizados. Entre eles podiam ter pessoas habilitadas nas questões religiosas de matriz africana.

Chamou nossa atenção, igualmente, o fato de o repórter ter se direcionado ao Chico Foguinho como pai de santo e Adolfo como "pajé". A diferença de tratamento entre os sujeitos nos levou a refletir a respeito do título discutido, haja vista, que pai de santo, é a versão popular de "babalorixá". Segundo João Reis (2006, p. 63), provavelmente o termo deriva do iorubá, babalorixá significava pai de orixá, liderança religiosa masculina.

Após informar ao jornalista que não o receberia naquele exato momento, Chico Foguinho subiu em um banco e discursou provocando a simpatia do grupo[115]. Não se sabe o conteúdo de sua fala, todavia, a

114 Quando nos referirmos aos bantus, povos da África Central, utilizaremos a grafia "bantu" e não "banto". Trata-se de atualizar a escrita conforme a nova historiografia da escravidão e da liberdade, a partir de trabalhos como os de Luís Nicolau Parés (2018) e Robert Slenes (2018).

115 A Tribuna—Maceió, 06 de dezembro de 1904. **Bárbara ou santa.**

ação relatada no período confirma a postura de liderança que o afro-religioso exercia.

> Depois, a reunião foi dispersando, e o nosso representante pôde entrar no recinto, sendo recebido com zumbaias de adufos e danças macabras, nas quaes uma creola nova fez taes piruetas que abateo-se estafada no solo.
>
> Diversas africanas velhas, ornadas de rosários e colares de ouro, acudiram a limpar o rosto da pretinha com alvas toalhas rendadas[116].

As últimas informações do relato demarcaram a presença africana na celebração, com as africanas vestidas de colares de ouro e zelando de uma outra africana, que pela descrição, estava em transe ou possessão religiosa[117].

"Danças macabras" foi a alcunha atribuída, pelo jornal *A Tribuna*, à manifestação festiva dos africanos composta de músicas e danças. A denominação exposta, aparece com frequência nos estudos medievais. De acordo com Juliana Schmitt, estudiosa do imaginário macabro na Idade Média, apontou que uma das aparições das "danças macabras", é na associação com o carnaval. Para ela, a festa carnavalesca era justamente o espaço-tempo da inversão simbólica e os temas macabros são impregnados de inversão. Assim, os mortos retornam à terra e conversam, dançam, riem e se divertem—uma transgressão impossível na realidade tangível (Schmitt, 2017, p. 209). O contexto do surgimento

116 A Tribuna—Maceió, 06 de dezembro de 1904. **Bárbara ou santa.**

117 Para melhorar acompanhar esta discussão, sugere-se a leitura da dissertação: FERREIRA, Lilia Rose. **Dinâmicas sociorreligiosas e experiências negras na Maceió pós-abolição (1889-1899).** 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

dessas danças é o momento de passagem entre o século XIV e o século XV, com a crise do sistema feudal na Europa. Superpopulação, escassez de alimentos, fome, guerra dos cem anos, peste, revoltas urbanas, esse é o contexto que produz as danças macabras. A literatura é a sua principal difusora, os mortos apareciam dançando e tocando instrumentos musicais, a inversão é, em si mesma, uma sátira: os mortos, animados, aparecem muito mais vivos que seus pares, destacou Schmitt (2017, p. 211). Sem prolongar essa discussão, parece que o repórter, imbuído de imaginação pela literatura europeia sobre as danças macabras, intitulou a manifestação negra como tal.

CONCLUSÃO

As contendas que envolviam sambas, maracatus, celebrações públicas dos religiosos cruzarama última década do século XIX até o início do XX, como se pôde observar. Essas experiências foram marcadas pelas lutas. Em geral, as notas periódicas possuíam um caráter depreciativo e acusador. Entre elas, as que envolviam imputações de feitiçaria, envenenamento, e acompanhado a isso, o pedido de imediata prisão dos sujeitos. As festas eram tratadas como algo pitoresco. O discurso de progresso e civilização ancorava as justificativas para disseminar as ideias de superioridade cultural e incentivar a violência e o olhar de repulsa contra as populações negras e suas manifestações culturais.

A suposta "perturbação do sossego" frequentemente servia de pretexto para denúncias, atos repressivos e para a criação de dispositivos legais, a exemplo do Código de Posturas Municipal, que visava cercear as celebrações negras e afro-religiosas em Maceió. Contudo, a despeito do cenário de racismo institucional, os praticantes do Xangô e de outras expressões culturais articularam formas de resistência para preservar sua fé e ancestralidade.

Nesse sentido, as vivências nos terreiros e nos maracatus entre os séculos XIX e XX revelam a agência política desses grupos. A festividade configurava-se como uma estratégia de ocupação do espaço urbano e de afirmação de uma existência histórica. Ao contrário da reclusão. os terreiros faziam ecoar seus adufes, chocalhos, latas e outros objetos, reunindo a comunidade para celebrar tanto o sagrado quanto a sua própria sobrevivência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **Canções escravas**.In: Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. (Orgs) SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed.—São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Pp. 130-136.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**—São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Clébio Correia de. **Alagoas de Xangô**. In: A presença negra em Alagoas/ TENÓRIO, Douglas Apratto—Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção.—Petrópolis, Rj: Vozes, 2020.**

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais – 7ª edição. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOYER, Véronique. **O pajé e o caboclo: de homem a entidade.** Mana vol.5 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000100002&script=sci_arttext&tlng=es>

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.**

DUARTE, Abelardo. **Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança**. Departamento de assuntos culturais-SENEC. Maceió, 1974.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cultura negra e patrimônio cultural em Pernambuco: o caso dos maracatus nação.Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011.**

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. INRC do **Maracatu Nação: inventário nacional de referências culturais (Dossiê).** 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf

LIMA, Ivaldo Marciano de **França. Maracatus-nação: ressignificando velhas histórias. Recife: Bagaço, 2005.**

MARTINS, Ana Claudia Aymoré**. Solo alagado: uma leitura da cidade em Traços e Troças.** In: ALMEIDA, Sávio de [et al]. Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: Estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL 2011.

PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia-**2° Ed, ver-Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

_____**Apropriações e transformações crioulas da pajelança cabocla no Maranhão.** in CARVALHO, Maria do Rosário de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie. (Orgs.). Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteriadades. – Natal, RN: EDUFRN, 2011.

PORTO ALEGRE, Sylvia.**Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: Aspectos demográficos da" cultura de contato.** Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Hucitec: ANPOCS, 1993. Disponível em: http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/719/1/ALDEIAS%20IND%C3%8DGENAS%20E%20POVOAMENTO%20DO%20NORDESTE%20NO%20FINAL%20DO%20S%C3%89CULO%20XVIII.%20ALEGRE%2C%20Maria%20Sylvia%20Porto.%201993.pdf > Acesso em: junho de 2020.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República.** Tese (Doutorado). Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**- São Paulo: Companhia das Letras-2008.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Sangangú de caroço": a diversidade religiosa e as relações de poder em Alagoas, via imprensa local (1870-1912).** In REIS, Marcos Vinicius de Freitas; PY, Fábio; SILVEIRA, Diego Omar (Orgs.). Expressões Religiosas de um Brasil Plural – Estudos Contemporâneos. São Paulo: Fonte Editorial, 2018.

SANTOS, Thiago Lima dos. P**ajelança: religião e sociedade no século XIX e XX.** Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401808338_ARQUIVO_TextoCompletoThiagoLimadosSantos.pdf>

SARTIN, Philippe Delfino. **Igreja Católica, a possessão demoníaca e o exorcismo: velhos e novos desafios.**Temporalidades –Revista de História, 2016.

SCHIMITT, Juliana. **A morte vai à festa: das relações entre carnaval e as danas macabras.** Revista Abusões, n°0 5 v. 05, 2017. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/abusoes/article/view/29721> Acesso em: fevereiro de 2021

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810).** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

SLENES, W Robert. **Africanos Centrais**. In: Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. (Orgs) SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed.—São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Pp. 64-70.

SWEET, James H. **Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Edições 70, LDA, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum.** Revisão: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes—São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAPÍTULO 26

“TENDO SIDO VÍTIMA DE EXALTADOS IGNORANTES”: olhares sobre uma missiva de Hollanda Cavalcanti a Pedro e Manoel Francisco (1824)

Marcos Fellipe Nascimento dos Santos[118]

INTRODUÇÃO

Segundo André Heráclio do Rego, a “Confederação do Equador é a primeira revolução constitucionalista brasileira, 108 anos anterior à paulista”. Nesse sentido, ela foi, “muito mais que separatista”, e “teve por objetivo defender a Constituição” (REGO, 2025, p. 228). Como motivo inicial do movimento, temos a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823. Desse momento, até o estouro da Confederação, segundo Rego, “o ambiente em Pernambuco se agravou continuamente, tornando mais tenso. Havia grandes desconfianças em relação ao arbítrio e às verdadeiras intensões do imperador, que seriam as de reconstituir o Reino Unido” (REGO, 2025, p. 228). Nilo Pereira nos enfatizou que,

> Para compreender a Confederação do Equador [...] basta ver que, em Pernambuco, o que se temia era o que então tanto se chamou “a recolonização do Brasil”. [...] a dissolução da soberana Assembleia Geral Constituinte e Legislativa era não o anúncio, mas de certo modo,

118 Mestrando em História
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Marcos.fsantos@ufpe

> a concretização do que frei Caneca [...] tanto temia: o absolutismo (PEREIRA, 2022, p. 111).

O frei Joaquim do Amor Divino Caneca – mais conhecido como frei Caneca – foi uma das figuras centrais desse movimento. Ele defendia o federalismo, pois, segundo ele, o "Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo", por cota da "grandeza do seu território, as diversíssimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos que o habitam" (CANECA, 2001, p. 502). Porém, o que ele mais pregava era a constitucionalização do país:

> No tempo de agora, em que o espírito público do Brasil se acha na maior e mais temerosa efervescência, pela dissolução injusta e arbitrária da soberana Assembleia Constituinte, ao ponto de já haver províncias, como a do Ceará, que se têm declarado positivamente pela separação e desmembração do império, se sua majestade não convocar já e já as novas Cortes, que nos cons-tituam, é muito de recear-se que esta faísca produza o incêndio em todo o norte do império, e que o sul não fique mudo e estupefato espectador deste sucesso (CANECA, 2001, p. 538).

Inclusive, Caneca, em seus discursos, criticava bastante o Poder Moderador, instituído por D. Pedro I, e o chamava de "nova invenção maquiavélica", "chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos" (CANECA, 2001, p. 561).

Para Barbosa Lima, a Confederação do Equador derivou da confluência de três vertentes, a liberal, a federalista e a nacionalista. "O que realmente se desejava, nesse sentido, era a criação de um sistema americano, federalista, como se fizera na América do Norte" (REGO, 2025, p. 234). Segundo Lima, "a reação de Pernambuco, em 1824, foi a mesma que tivera em face da ocupação holandesa, lutar de qualquer maneira,

mesmo sem o amparo ou a assistência do rei de Portugal, num caso, e do imperador do Brasil no outro" (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 246-254).

Ademais, quando analisamos a fundo, percebemos que a Confederação do Equador não foi um movimento separatista, do ponto de vista semântico, já que a denominação pode ser aplicada a todo o território brasileiro. É por isso, que o objetivo da Confederação não era separar/dividir o Brasil. Na verdade, segundo a retórica da época, o objetivo dela era o de uma união entre as províncias para resistência ao centro iníquo e desleal.

Diante desse movimento, como veremos a seguir, uma das famílias mais proeminentes de Pernambuco se opôs, mesmo tendo lutado – ao lado dos liberais – na Revolução de 1817. A partir dessa missiva, discutida ao longo do texto, veremos os motivos por trás desse posicionamento.

Para estabelecer nossas relações, tomamos como ponto de partida a Micro-História, que segundo Giovanne Levi, permite captar a tensão entre agência individual e determinações estruturais – chave para entender por que certas narrativas são preservadas e outras apagadas (LEVI, 1992, p. 135-163). Segundo ele, a "micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo do material documental" (LEVI, 1992, p. 141). Diante disso, tentaremos perceber como uma pequena missiva pode ser utilizada para compreender um momento muito mais amplo da história de Pernambuco.

A CARTA: Rio de Janeiro, 1824

Em 1824, o governo de Manoel de Carvalho declara a Confederação do Equador (CARVALHO, 1998, p. 357). A atuação dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque durante essa Confederação, reflete uma estratégia calculada de inserção e permanência no jogo de poder do

Primeiro Reinado.Esse alinhamento ao Imperador, ainda que este não lhes fosse "muito simpático", revela a percepção aguda dos Cavalcanti de que a manutenção de sua influência dependia de uma relação pragmática com o centro do poder, mesmo que isso significasse combater antigos correligionários liberais em Pernambuco.

Em novembro de 1823, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque retorna de Lisboa a Pernambuco, com 29 de idade, acompanhado de um escravizado. Após passar um tempo em Pernambuco, segue para o Rio de Janeiro (CADENA, 2013, p. 65). Pelos idos de 1824, mais especificamente em 1º de novembro, Hollanda Cavalcanti escreve uma carta, estando no Rio Janeiro, escreve uma carta e envia aos seus irmãos, então estudantes do curso jurídico na Universidade de Goettingen; antes disso, haviam estudado em Coimbra. Aqui, abro um parêntese para falar a respeito desses irmãos que estão na Alemanha. Eles haviam estudado um tempo em Lisboa, na Universidade de Coimbra. Porém, em 1822, o Brasil se separa de Portugal e proclama a sua independência. Segundo Cadena, "se pensarmos em separação, podemos até levar a crer em um rompimento ideológico, inclusive, dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque com a nação portuguesa" (CADENA, 2013, p. 80). Isso explica a escolha de saírem de Portugal, onde estavam estudando anteriormente, e irem finalizar o curso jurídico na Alemanha. Cadena acrescenta,

> Esse rompimento com a tradição coimbrã nos leva a crer que não existia, apenas, no Brasil independente, uma elite unificada com os pensamentos jurídicos apreendidos na doutrina de Portugal. A homogeneidade ideológica, contida na elite política brasileira, a partir dos estudos em Coimbra, constatada por José Murilo de Carvalho, nos levaria a repensar tal afirmativa a partir dos elementos que indicamos. Mesmo que em um número pequeno, havia alternativas de educação à Universidade

> de Coimbra, e Goettingen foi uma delas (CADENA, 2013, p. 81).

Retornando ao assunto principal: nesta carta, Hollanda descreve o contexto da Confederação do Equador e revela seu posicionamento a respeito do movimento, ao se referir a Pernambuco como "malfadada província" e atribui a insurgência a "exaltados ignorantes". Ao que parece, ele se encontra apreensivo pela situação dos seus irmãos, Francisco e Luis, que permaneceram em Pernambuco e, segundo ele, estavam sendo "perseguidos pelos exaltados". A diante, ainda na carta, ele diz que está ansioso "pela notícia deles, depois da chegada da esquadra que foi à Pernambuco", saído de lá "há trinta dias, ainda não há tempo de se saber do efeito dela"[119]. Pouco tempo depois, em 27 de novembro daquele mesmo ano, informava aos seus irmãos que a sua família "escapou dos naufrágios em Pernambuco"[120].

No ano seguinte, aos 11 de maio, Luiz Francisco escreve uma carta aos seus irmãos, dando notícias sobre o episódio supracitado, informando que esteve um ano como Juiz de Fora do Aracaty. E por isso, teve a "fortura de sair bem das circunstâncias mais intricadas da revolução daquela Província do Ceará". Após esse momento, ele se retira "até a Parahyba" e, então espera até acabar "as grandes desordens de Pernambuco"[121]. Luiz Francisco foi considerado, por Honório Hermeto

---

119 IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

120 IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

121 IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 11 de maio de 1825: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Carneiro Leão – Marquês de Paraná, como o mais capaz dos irmãos Cavalcanti.

Ao longo de todo o Primeiro Reinado, os irmãos Luiz Francisco e Antônio atuaram com notável autonomia, defendendo seus interesses pessoais e bases locais junto à Corte. No Rio de Janeiro, adotavam um discurso de feição federalista; em Pernambuco, no entanto, eram centralizadores (CÂMARA; CARVALHO, 2008, p. 66). Essa dupla face permitiu-lhes consolidar uma presença política duradoura, com Francisco de Paula atuando como uma "espécie de vice-presidente permanente da Província" (CARVALHO, 1998, p. 343).

Além de perceber essa oposição dos Cavalcanti à Confederação do Equador, a carta nos apresenta outras questões, implícitas – porém, explicitas, aos olhos dos historiadores: a relação da família com algumas figuras importantes do século XIX. Uma delas é o Bento José da Costa. Na carta, temos: "muito pesar tenho tido de não ter recebido carta alguma de vocês depois que nos apartamos em Lisboa, posto que em Pernambuco me constou por via de B. J. da Costa de haverem já chegado a Goettigue"[122]. Deduzimos, a partir de outras análises, que Hollanda está se referindo à Bento José da Costa, o conhecido traficante de escravizados de Pernambuco. Bento foi um dos traficantes pernambucanos mais proeminentes. No site *Slave Voyage*, o seu nome aparece diversas vezes em viagens: Cabinda a Pernambuco (1811), Cabinda a Pernambuco (1813), Benguela a Pernambuco (1813), Cabinda a Pernambuco (1814), Calabar para Freetown (1815), Cabinda a Pernambuco (1816), Cacheu a Pernambuco (1816), Cabinda a Pernambuco (1816), Cabinda a Pernambuco (1817), Luanda a Pernambuco (1820)[123]. Felipe Melo, ao escrever sobre Bento José da Costa, coloca:

122 IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

123 https://www.slavevoyages.org/past/enslaver/trans-atlantic-trades#people.

> Nascido em outubro de 1759, na comarca de Vila Real em Braga, Norte de Portugal, o comerciante Bento José da Costa só irá aparecer no território colonial em setembro de 1786, momento que tinha seus 27 anos [...]. Além de mercador e contratador, ele também investia em embarcações que faziam a ligação entre Recife e Lisboa. Após a abertura dos portos, em 1808, possuía uma Sumaca que fez viagem direta entre Pernambuco e Londres. Em 1814, era de sua propriedade uma outra Sumaca, fabricada na capitania, que fez viagem de Recife para Boston e mais portos dos Estados Unidos (MELO, 2018, p. 180).

Além de citar o nome de Bento, Hollanda também afirma, na mesma carta, que espera "ter uma correspondência frequente com vocês pois aqui chegam todos os dias embarcações de Hamburgo e do {rasurado} e tenho algumas {rasurado} com negociantes estrangeiros que me poderão dirigir as minhas cartas"[124]. Ou seja, além do Bento José da Costa, Hollanda possui relações com outras figuras que podem auxiliá-los. Havia citado que é possível identificar algumas relações estabelecidas entre os Cavalcanti de Albuquerque com o próprio Bento. Uma delas, é uma dívida encontrada no inventário do Coronel Suassuna, pai do Barão de Muribeca, datado de 1821[125]. Após a sua morte, a dívida fica para o Visconde de Suassuna[126]. Em 1834, Bento José da Costa morre; a dívida fica sob a responsabilidade de seu filho, Manoel José da Costa. Quando o visconde de Suassuna morre, em 1880, a dívida é

124 IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

125 Memorial de Justiça de Pernambuco – TJPE, **Inventário do Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque:** senhor do Egenho Suassuna, 1821.

126 Memorial da Justiça de Pernambuco – TJPE, **Inventário do Visconde de Suassuna,** 1880.

herdada pelo então Barão de Muribeca. Em 1887, sua esposa morre e a dívida aparece em seu inventário[127]. Isso nos revela algo: as dívidas perpassam gerações de interações; dependendo da relação que os indivíduos envolvidos possuem. E, nesse caso, valeria mais manter uma relação mútua, do que cobrar uma dívida.

"OU HÁ DE SER CAVALCANTI, OU HÁ DE SER CAVALGADO": a família Cavalcanti de Albuquerque

Ao estudarmos a política imperial de Pernambuco, alguns sobrenomes de pessoas se destacam, principalmente quando eles se perpetuam no poder. Essa realidade nos leva a pensar sobre a razão pela qual determinadas famílias da elite oitocentista permaneciam por tanto tempo influenciando a política pernambucana. Uma família que sem dúvida nos chama a atenção é a Cavalcanti de Albuquerque, pois seus integrantes eram encontrados em vários cargos do Império brasileiro. E, a cada dia que se passava, a ocupação dos cargos por eles só aumentava.

Os Cavalcanti de Albuquerque foram construindo seus poderes aos poucos. Desde o século XVI, quando chegaram em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, por meio do enobrecimento. Porém foram os filhos do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), casado com D. Maria Rita de Albuquerque Mello, que se destacaram e dominaram a política imperial. Eram eles: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antônio Francisco e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de

127 Memorial da Justiça de Pernambuco - TJPE, **Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque,** 1887.

Camaragibe) e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Esse último inclusive foi considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, mas não viveu o suficiente para nobilitar-se com os outros.

De acordo com Paulo Cadena (2013, p. 19), desde 1826 que os eles ocupavam cadeiras como senadores e deputados. Com o barão não foi diferente. Ele atingiu o cargo de deputado provincial na primeira legislatura de 1835. E, apesar da oposição a essa família, os ditos "Cavalgados", eles nunca saíram do poder e obtiveram muito prestígio ao longo dos anos. Havia uma quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares - advogado, jornalista, professor, poeta satírico e político. A quadrinha dizia assim: "Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado". Essa quadrinha representa bem o poder e o reconhecimento que os Cavalcanti de Albuquerque tinham naquela época. Representa a força e a magnitude da família em Pernambuco.

O grande número de aparentados, com o mesmo nome, assentados no Senado imperial chamou a atenção do historiador Affonso Taunay, que dedicou aos Cavalcanti alguns parágrafos da sua obra "O Senado do Império". Se realmente foi "uma família numerosa, antiga, rica", como disse José Thomaz Nabuco de Araújo (1847, p.4) – e que talvez nem fossem tudo isso – o que acontecia era que conseguiam incomodar a política provincial de Pernambuco e faziam jogos bem armados na Corte. A família chegou a montar uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX, composta por parentes da Paraíba e Alagoas, além dos aliados pernambucanos (CAMARA; CARVALHO, 2008, p.13).

Se as denúncias anti-Cavancanti eram tantas, do alto do Senado eles observaram os seus adversários. O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que

era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder.

O principal foco da historiografia sobre a época que antecede a Insurreição Praieira tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque, como era o caso dos praieiros, ou até mesmo os ditos "cavalgados", tais como os seguidores de Borges da Fonseca, os escravos e a "populaça" do Recife. Em quase todas as interpretações de tal insurreição, a característica mais importante está na atitude tomada por seus autores, que assumiram uma postura pró-Praia. Ao grupo dos Cavalcanti de Albuquerque (filhos de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque), que ficara conhecido como "guabiru", foi reservado o papel do vilão, do repressor injusto (MARSON, 1980, p.23).

CONCLUSÃO

Com base na análise desenvolvida ao longo do artigo, é possível concluir que a missiva de Hollanda Cavalcanti, datada de 1º de novembro de 1824, constitui uma fonte documental de valor ímpar para a compreensão das estratégias políticas e dos posicionamentos de uma das famílias mais proeminentes de Pernambuco, durante a turbulenta conjuntura da Confederação do Equador (1824). A carta, além de expressar um claro alinhamento da família com a Coroa Imperial – evidenciado pela qualificação dos revoltosos como "exaltados ignorantes" e da província como "malfadada" –, revela os mecanismos pragmáticos de sobrevivência e ascensão política dos Cavalcanti de Albuquerque.

A opção pelo centro monárquico, mesmo diante de um movimento de cunho liberal e federalista com o qual partilhavam algumas origens (como a participação na Revolução de 1817), demonstra uma percepção aguda de que a manutenção de seu poder regional estava intrinsecamente ligada a uma relação de lealdade e serviço ao Estado imperial em formação. Essa postura reflete o processo de "acumulação primitiva do poder", no qual a elite agrária se constituía como pilastra da ordem monárquica.

Ademais, a análise micro-histórica do documento permitiu iluminar aspectos que transcendem o episódio revolucionário. A referência ao traficante Bento José da Costa, corroborada pela persistência de uma dívida familiar através de gerações, expõe as conexões profundas e duradouras entre a elite senhorial e os agentes do tráfico transatlântico de escravizados, mostrando como laços econômicos e de dependência mútua sustentavam redes de influência. Simultaneamente, a menção aos contatos de Hollanda com negociantes estrangeiros para manter a comunicação com seus irmãos na Alemanha ilustra a inserção cosmopolita e a capacidade desta elite de operar em múltiplas esferas – local, nacional e internacional.

Por fim, essa análise demonstrou como a trajetória dos Cavalcanti de Albuquerque, sintetizada na máxima popular "ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado", foi construída a partir de uma combinação de fatores: uma sólida base patrimonial fundiária e escravista, uma rede extensa de parentesco e alianças, uma educação privilegiada (inclusive fora do eixo luso-brasileiro, como atesta a escolha pela Universidade de Göttingen) e, sobretudo, uma habilidade política pragmática para navegar as crises e se realinhar com as fontes centrais de poder. A carta de 1824, portanto, mais do que um relato familiar sobre um evento traumático, é uma janela para as "regras do jogo" do sistema político imperial, nas quais a fidelidade à Coroa e a gestão calculista das relações sociais e econômicas eram elementos fundamentais para a perpetuação do domínio oligárquico no Brasil do século XIX.

FONTES

Inventários e Testamentos:

Memorial da Justiça de Pernambuco - TJPE, **Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque,** 1887.

Memorial de Justiça de Pernambuco – TJPE, **Inventário do Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**: senhor do Egenho Suassuna, 1821.

Memorial da Justiça de Pernambuco – TJPE, **Inventário do Visconde de Suassuna**, 1880.

Cartas:

IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 11 de maio de 1825: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: UFPE, 2013.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**, nº8, novembro de 2008. Acessado em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08 Forum 01.pdf, mãos 20 de maio de 2021.

CANECA, Frei. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e Cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, v.18, nº36, 1998.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Pernambuco, da independência à Confederação do Equador. 3º ed. Recife: Cepe, 2022.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 135 – 163.

MARSON, Isabel de Andrade. **Movimento praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

MELO, Felipe Souza. A movimentação comercial de um negociante em Pernambuco no final do século XVIII: o diário de escrituração de Bento José da Costa. **Faces da História**. [S.l.], v. 5, n.1, p. 179-197, 2018.

REGO, André Heráclio do. A primeira revolução constitucionalista brasileira. In: CARVALHO, Marcus Joaquim M. de; CONTINENTINO, Marcelo Casseb; MOURA, Carlos André Silva de; SOUZA, George F. Cabral de. **A Confederação do Equador, 200 anos**: Debates interdisciplinares contemporâneos. Recife: CEPE, 2025.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800-1850). Campinas: UNICAMP, 2000.

PEREIRA, Nilo. **Seleta de Nilo Pereira.** George F. Cabral de Souza (org.). Recife: CEPE, 2022.

CAPÍTULO 27

“GÊNERO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO HISTÓRICA”: A trajetória de Ana Côrtes na ditadura civil - militar em Sergipe

Maria Aline Matos de Oliveira[128]

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a trajetória de mulheres que atuaram no ativismo político de resistência à ditadura civil-militar brasileira constitui, ao mesmo tempo, um gesto de enfrentamento ao esquecimento histórico e um exercício de restituição da memória coletiva. Trata-se de um verdadeiro “acerto de contas com o passado”[129], ao possibilitar a recuperação das experiências de mulheres que desafiaram um sistema autoritário, repressivo e profundamente marcado por estruturas patriarcais. Ao insurgirem-se contra o regime, essas mulheres romperam com padrões sociais rigidamente impostos, que delimitavam a participação feminina a espaços privados e subalternizados, restringindo sua atuação na esfera pública e política.

---

128 Mestre em História
Universidade Federal de Sergipe - UFS
mariaaline.historia@gmail.com

129 Conforme argumenta Daniel Aarão Reis (2010; 2014), a transição democrática brasileira foi marcada por pactos de conciliação que impediram um enfrentamento efetivo do legado autoritário. Nesse sentido, o que se convencionou chamar de “acerto de contas com o passado” permaneceu incompleto, uma vez que a Lei da Anistia bloqueou a responsabilização dos agentes do Estado e produziu uma política do esquecimento. Ver: REIS, Daniel Aarão.“Ditadura, anistia e reconciliação”.In: TELES, Janaína de Almeida; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura.* São Paulo: Boitempo, 2010.

A lógica machista e patriarcal, atravessada por desigualdades de classe, operou historicamente como um mecanismo de silenciamento das mulheres, inclusive no campo da produção historiográfica. Durante longos períodos, lhes foi negada a possibilidade de narrar suas próprias experiências, uma vez que a escrita da história esteve majoritariamente sob o domínio masculino. Como assinala Michelle Perrot, os arquivos públicos reproduzem esse silenciamento ao privilegiarem "o olhar de homens sobre os homens", tornando as mulheres ausentes das narrativas oficiais (PERROT, 2005, p. 34-35).

Nesse contexto, a militância política feminina era vista como uma dupla transgressão: política e moral. Romper com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres e engajar-se em partidos de esquerda ou em organizações de resistência significava desafiar não apenas o Estado autoritário, mas também normas familiares e sociais profundamente conservadoras. A atuação feminina na linha de frente da resistência era frequentemente condenada, sendo interpretada como comportamento desviante e passível de punições simbólicas e materiais. Ainda assim, inúmeras mulheres subverteram essas expectativas e participaram ativamente da luta contra a ditadura, assumindo diferentes formas de militância. Algumas atuaram de maneira estratégica e clandestina; outras engajaram-se na luta armada; e houve aquelas que se dedicaram à militância intelectual e à conscientização política. Exemplos emblemáticos desse protagonismo são Eunice Paiva, cuja atuação foi central na defesa dos direitos humanos e indígenas, e Therezinha Zerbine, figura fundamental na criação do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil (TEODÓZIO, 2021).

Apesar dessa expressiva participação, a historiografia sobre a resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) negligenciou, por muito tempo, o protagonismo feminino, evidenciando uma lacuna significativa nos estudos históricos e de gênero. A invisibilização das mulheres nos relatos sobre a resistência contribuiu para a consolidação de uma narrativa parcial e excludente, que desconsidera as experiências

femininas como agentes políticos. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir das perspectivas da história e da memória, a trajetória de Ana Maria Cortês, militante de resistência à ditadura civil-militar em Sergipe, que foi presa e torturada no DOI-CODI quando estava grávida. Sua atuação política abrangeu o Movimento Estudantil Sergipano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe e o Conselho da Condição Feminina, configurando uma trajetória que atravessa três momentos centrais: o período anterior à repressão, a resistência durante o regime autoritário e o processo de reconstrução política no contexto da redemocratização.

A metodologia adotada neste estudo é a História Oral, fundamentada na análise do depoimento de Ana Maria Cortes concedido a autora. A entrevista, compreendida como documento histórico, é examinada a partir de procedimentos de análise qualitativa, permitindo a interpretação do relato em diálogo com seu contexto histórico, social e político. A História Oral se apresenta como uma ferramenta metodológica fundamental para a valorização de vozes historicamente marginalizadas, ao possibilitar a incorporação de narrativas que raramente são registradas nos documentos oficiais. Conforme destaca Paul Thompson, a História Oral "[...] devolve a história às pessoas em suas próprias palavras e, ao lhes dar um passado, ajuda-as a caminhar em direção a um futuro construído por elas mesmas" (THOMPSON, 1992, p. 337).

Além de produzir fontes históricas originais, a História Oral estabelece um diálogo interdisciplinar com campos como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e as Ciências Sociais, ampliando as possibilidades interpretativas do passado. Para Michael Pollak, essa metodologia representa "uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, após o período estruturalista, uma escrita não apenas subjetiva, mas, sobretudo, literária" (POLLAK, 1989, p. 210). Desse modo, a História Oral constitui um instrumento essencial para a construção de

novas abordagens historiográficas, ao articular experiência, memória e subjetividade na compreensão dos processos históricos.

A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se nas contribuições de autores como Michelle Perrot, Joan Scott, Michael Pollak, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs, cujas reflexões permitem articular história e memória a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Esses referenciais possibilitam compreender a memória como um campo de disputas simbólicas e políticas, fundamental para a análise das experiências de resistência feminina.

A resistência das mulheres à ditadura civil-militar brasileira não apenas evidenciou sua capacidade de organização e luta, mas também contribuiu para o aprofundamento dos debates sobre gênero, participação política e direitos sociais no período pós-ditatorial. Recuperar essas memórias não significa apenas reconhecer trajetórias individuais, mas compreender de que maneira as ações dessas mulheres impactaram processos mais amplos de transformação social e política, reafirmando sua centralidade na construção da democracia brasileira.

A FORÇA DA VOZ DA RESISTÊNCIA DE ANA CÔRTES NO TERROR DA REPRESSÃO

Ana Côrtes participou ativamente do movimento estudantil em 1967, sendo presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Após a conclusão do curso, em 1968, não recebeu seu diploma devido à repressão imposta pelo regime militar. Durante o período universitário, conheceu João Bosco Rolemberg Côrtes[130], seu companheiro, com quem passou a integrar

130 João Bosco R. Côrtes é esposo de Ana Maria Côrtes. Atuou na década de sessenta e setenta, militante da Juventude Universitária Católica (JUC). Depois da Ação Popular (AP), participou do Movimento Estudantil de Sergipe, em 1968. Participou do Congresso da UNE em Ibiúna e foi um dos representantes da delegação de estudantes do estado. Na década de 1970, filiou-se ao Partido Comunista do

a militância da Ação Popular (AP)[131]. O engajamento político do casal se expandiu no final da década de 1960, quando ambos decidiram se deslocar para São Paulo, em resposta ao recrutamento da Ação Popular.

Ana Maria Côrtes (2018) relata que decidiu integrar um grupo de resistência contra a ditadura civil-militar devido à sua insatisfação com a situação política do país. Ela afirma que sua formação no curso de Serviço Social desempenhou um papel fundamental em seu engajamento militante. Em 1969, o casal se mudou para São Paulo de forma clandestina. De acordo com Côrtes, ao chegar na cidade, foi acolhida por um casal de militantes da Ação Popular. A partir desse momento, ela e João Bosco Rolemberg passaram a trabalhar nas fábricas do ABC paulista, assumindo funções como operários. Ana Côrtes destaca que a militância no ambiente de trabalho exigia grande cautela devido à repressão da época: "[...] a parte política fazia na fábrica, mas eu fazia com muito cuidado, porque era assim, se caísse um companheiro de outra região, nós tínhamos que nos afastar do trabalho" (Côrtes, 2018).

João Bosco Rolemberg (2016)[132] ressaltou que a Ação Popular adotou a estratégia de proletarização de seus membros, que consistia

---

Brasil, no processo de incorporação de militantes da AP ao PC do B. Atuou na clandestinidade no ABC paulista entre 1969 e 1971, e na região de Zona da Mata de Pernambuco entre 1972-1974, foi preso, torturado e condenado ao cárcere privado, cumprindo pena no presídio em Itamaracá-PE, de 1974 a 1979.

131 Ação Popular foi uma organização de esquerda, formada em 1962, por militantes que vieram da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações. A linha política seguida por eles, inicialmente, era o socialismo humanista. No quadro formado por lideranças estudantis, destacaram-se: Herbert José de Sousa (Betinho), Jair Ferreira de Sá, José Serra, Aldo Arantes, entre outros. Ver: Dias, R. B. (2006). A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B: Uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP. *Revista Diálogos,* 10(1), 143–175.

132 Essas informações estão presentes no depoimento de João Bosco a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. Ver: Côrtes, J. B. R. (2016, 28 de janeiro). Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s

em inserir militantes nas fábricas, no meio operário. O casal aceitou essa orientação e, em São Paulo, inicialmente residiu na cidade de Mauá, no bairro Jardim Zaira. No entanto, a repressão contra os militantes na região intensificou-se rapidamente, com a prisão em massa de diversas pessoas. Em resposta, o casal fugiu para Santo André, também no estado de São Paulo. Contudo, a situação continuava a piorar, com a constante prisão de militantes. Diante desse cenário, o partido sugeriu que o casal deixasse São Paulo e fosse atuar na Zona Canavieira de Pernambuco[133]. Assim, em 1972, eles chegaram à região.

Em Pernambuco, João Bosco Rolemberg e Ana Maria Côrtes viveram anos de resistência. O casal assumiu a responsabilidade pelo Comitê Zonal da Zona da Mata, onde iniciaram atividades do partido em várias cidades do interior do estado de Pernambuco. Durante esse período, residiram nas cidades de Palmares, Catende e Garanhuns, sempre de forma clandestina. Conforme relato de Ana Côrtes, para garantir sua sobrevivência, o casal tornou-se feirante, vendendo roupas na região. Ela relatou: "A gente foi feirante, para sobreviver, comprava camiseta para vender na feira de Palmares, porque às vezes a gente não tinha nem o que comer" (Côrtes, 2018).

Em 1974, iniciou-se a captura de militantes dos partidos comunistas na região Nordeste. Em junho desse ano, João Bosco[134] saiu para cumprir uma missão do partido (PC do B) e não retornou. Ele havia sido preso, levado ao DOI-CODI de Recife e submetido a intensas torturas. Ana Côrtes (2018) relatou que a prisão de seu esposo a deixou

133 Zona Canavieira ou Zona da Mata de Pernambuco é uma região composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 quilômetros, correspondente a 8,9% do território estadual. Nessa região concentra-se a monocultura canavieira, em uma área de aproximadamente 450 mil hectares. Ver: Zona da Mata de Pernambuco. Âncora. Disponível em: acesso em: 21 mar. 2023.

134 Nesse momento, João Bosco Rolemberg já tinha filiado-se ao Partido Comunista do Brasil, no processo de incorporação de militantes da AP ao PC do B na década de setenta.

profundamente assustada. Embora lembrasse da orientação recebida do partido de que, caso o companheiro não retornasse, ela deveria abandonar a residência imediatamente, sem levar nada, apenas com a roupa do corpo, ela não conseguiu cumprir a instrução. Após dois dias, o Exército invadiu sua casa, derrubando a porta de forma violenta, e a prendeu, sendo levada ao DOI-CODI de Recife. Ela descreve essa experiência dizendo:

> A medida a tomar era deixar tudo, leve só o documento e a roupa do corpo, sair de casa, eu tinha assimilado isso, mas na prática não funcionou, fui juntar as pilhas de literatura de cordel, aí dois dias depois, batem na porta! Eu já sabia que eram eles [...] eu não abri a porta, eles arrombaram, não sei quantos soldados com metralhadoras, me imobilizaram de forma bastante agressiva, depois trouxeram um capuz e me levaram para Recife [...] eu gritava: estão me sequestrando (CÔRTES, 2018).

Ao ser levada ao DOI-CODI de Recife, Ana Soares foi submetida a uma tortura extrema. Ela descreveu sua experiência dizendo: "me botaram em um quartinho com duas argolas na parede, e eu fiquei com os pés fora do chão! E aí eu gritava 'tira-me daqui, tira-me daqui'. Não tem nem condição de saber quantas horas passei ali" (Côrtes, 2018). Após um período indeterminado de sofrimento, ela foi transferida para uma cela solitária, onde ficou privada da luz do sol e da lua. Ao longo dos dias, foi forçada a prestar depoimentos, frequentemente sem roupa. Após as sessões de interrogatório, era submetida a torturas adicionais, incluindo choques elétricos nas orelhas e nos dedos mindinhos. Durante esse período de abusos físicos e psicológicos, Ana Soares estava grávida de seu primeiro filho, mas desconhecia sua condição. Ela refletiu: "Como é que aguentei tudo isso e estou aqui ainda?" (Côrtes, 2018). Nesse contexto de sequestro e tortura, seus familiares ficaram sem informações

sobre seu paradeiro, e Ana Côrtes foi incluída na lista de desaparecidos políticos no Brasil.

Ana Côrtes (2019) relatou que, durante seu período de detenção no DOPS (Departamento**de Ordem Política e Social)** de Recife, sob a custódia da Polícia Federal, ela não recebia alimentação adequada e estava em estado de grave fragilidade. Devido à ausência de uma cela destinada às mulheres, foi colocada em um quarto improvisado, uma espécie de sala de espera utilizada pelos policiais militares, onde armazenavam seus trajes. Nessa condição precária, foi feita uma cama improvisada, e ela permaneceu nesse ambiente. Côrtes destacou o apoio da advogada Mércia Albuquerque[135], que, ao constatar sua deterioração física, questionou os responsáveis pela prisão, argumentando que, sendo a única mulher na instalação, ela não poderia permanecer ali, já que o local era destinado apenas a homens. A situação alarmante de Ana Côrtes, que estava grávida, desnutrida e com risco iminente de aborto, sensibilizou a advogada, que solicitou a presença de um médico. Este, ao avaliar sua condição, afirmou: "ela não tem condição de continuar aqui, temos que levá-la para um hospital, senão mãe e filho podem morrer" (Côrtes, 2018).

Após grande resistência por parte dos diretores do DOI-CODI e do DOPS, Ana Côrtes foi finalmente internada, com base em relatórios médicos que indicavam risco iminente de morte para ela e para seu filho. A transferência para o Hospital Real Português de Beneficência de Pernambuco foi autorizada, onde permaneceu internada para

135 Mércia Albuquerque, advogada que atuou na defesa dos presos políticos no Brasil no período da ditadura civil-militar. Defendeu os prisioneiros de Itamaracá-PE e mais de 500 casos de presos políticos do país. Ela participou da articulação de uma rede informal de advogados que agiam nacionalmente na defesa de sindicalistas, trabalhadores rurais, estudantes, militantes de partidos de esquerdas e familiares de presos políticos. Ver: Gallindo, F. (2013, 30 de janeiro). *Mércia Albuquerque – 10 anos sem a advogada da liberdade.* ABAP. https://anistiapolitica.org.br/abap3/2013/01/30/mercia-albuquerque-10-anos-sem-a-advogada-da-liberdade/

recuperação. A advogada Mércia Albuquerque, em virtude da grave situação clínica de sua cliente, conseguiu sua libertação. Após a alta hospitalar, Ana Côrtes retornou a Aracaju[136], por volta de meados de 1974. Durante esse período, seu esposo, Bosco Rolemberg, foi transferido para o presídio de Itamaracá, em Pernambuco, onde ficou encarcerado de 1974 a 1979.

Ana Côrtes (2018) relatou que, ao retornar à Aracaju, foi acolhida por sua família, deu à luz após o período de gestação e iniciou sua trajetória profissional como assistente social na prefeitura da cidade. Em entrevista concedida à autora, Ana Côrtes destacou as dificuldades de conciliar o trabalho e os cuidados com uma criança pequena, enquanto seu marido permanecia preso. Ressaltou que seu trabalho era a principal fonte de sustento para sua família. Além disso, mencionou que sua rotina semanal consistia em trabalhar e, nos finais de semana, visitar seu esposo. Relatou que, todas as sextas-feiras à noite, viajaria por cerca de nove horas, de Aracaju até o presídio de Itamaracá, em Pernambuco. Em suas palavras, expressou: "Quando cheguei aqui, meti as caras, fui trabalhar, cuidar de uma criança, visitar o marido; não foi fácil, não" (Côrtes, 2018).

A trajetória de Ana Côrtes evidencia sua atuação contínua na luta contra a ditadura civil-militar, iniciada antes mesmo do processo de abertura política e da campanha pela anistia. Em suas palavras, Côrtes expressou sua convicção de forma contundente: "O que seria do Brasil se não fosse a resistência?". A luta pela anistia, portanto, foi uma questão central em sua militância, sendo também uma demanda pessoal, uma vez que seu marido era um preso político e a conquista da anistia representava sua libertação. Observa-se que a motivação para o ingresso de Ana Côrtes no Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe foi tanto familiar quanto de resistência, uma vez que ela já

136 Essas informações sobre a trajetória de Ana Côrtes e o apoio da advogada Mércia Albuquerque, estão presentes em: Côrtes, A. M. dos S. R. (2018, 16 de setembro). *Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira.* Aracaju, SE.

estava envolvida na militância do Comitê pela anistia em Pernambuco e pela liberdade dos presos políticos, atuando também em Recife, especialmente em relação aos presos de Itamaracá-PE.

Essa situação revela que, embora sua luta fosse, de fato, movida pela vontade de libertar seu marido, ela também representava um compromisso com uma causa mais ampla: a resistência à repressão ditatorial. Este aspecto distingue sua trajetória das de outras mulheres que ingressaram na campanha pela anistia, motivadas principalmente por questões familiares, como o encarceramento ou desaparecimento de um ente querido, muitas vezes sem vinculação partidária. A militância de Ana Côrtes, portanto, reflete um engajamento ideológico e político mais amplo, comprometido com a causa da liberdade e da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de mulheres militantes no ativismo político e nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira permanece, ainda hoje, pouco representada na produção historiográfica. A recuperação das histórias e das memórias dessas mulheres, mães, esposas, filhas e, sobretudo, sujeitas políticas, frequentemente reduzidas à condição de personagens anônimas ou secundárias, constitui não apenas um direito à verdade e à justiça histórica, mas também um compromisso ético da pesquisa acadêmica. Em contextos marcados pela violência, pela repressão e pelo silenciamento sistemático, essas mulheres ousaram insurgir-se e fazer ouvir suas vozes, cabendo à historiografia o papel de reconhecer, registrar e amplificar essas experiências.

Mulheres oriundas de distintos estratos sociais, que romperam com os padrões normativos de gênero, articularam-se em torno de um objetivo comum: a luta pela liberdade, tanto de seus familiares quanto de si mesmas. Inseridas em um cenário que negava legitimidade às

suas falas e experiências, muitas tiveram suas vozes sufocadas por mecanismos institucionais e simbólicos de repressão. No entanto, mesmo submetidas ao que se pode definir como um "silêncio imposto", essas mulheres não foram apagadas da história. O resgate de suas memórias evidencia que a tentativa de silenciamento não foi capaz de anular suas formas de resistência, tornando imprescindível a incorporação dessas narrativas ao campo da história e da memória coletiva.

Nesse sentido, ao analisar a trajetória de Ana Côrtes, este estudo propõe uma leitura que articula gênero, política e poder, evidenciando como as experiências de resistência e repressão vividas por essa militante permitem compreender as dinâmicas da violência de Estado sob uma perspectiva de gênero. Ao mesmo tempo, a pesquisa promove um exercício de enfrentamento ao esquecimento histórico, configurando um verdadeiro acerto de contas com o passado autoritário, ao reinserir essa trajetória no debate historiográfico e no campo da memória social.

A experiência da repressão, marcada pela tortura física e psicológica nos espaços do DOI-CODI, revela a dimensão de gênero da violência política e reforça a necessidade de compreender essas vivências como parte indissociável da história da resistência à ditadura civil-militar. As vozes erguidas por tantas mulheres nas décadas de 1960 e 1970 permanecem presentes, reafirmando a potência da insurgência feminina diante do autoritarismo e da negação sistemática de direitos.

A trajetória de Ana Côrtes expressa a coragem, a determinação e a capacidade de enfrentamento de inúmeras mulheres que, assim como ela, desafiaram o regime autoritário em defesa da liberdade e da democracia. Essas experiências não devem ser interpretadas como episódios isolados, mas como expressões de uma luta coletiva cujos impactos atravessam o tempo e continuam a interpelar o presente. Ao serem incorporadas ao ensino de História, tais trajetórias contribuem para práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos, com a compreensão crítica das desigualdades estruturais e com a formação de sujeitos historicamente conscientes.

Os resultados desta pesquisa reafirmam, portanto, o protagonismo feminino na resistência à ditadura civil-militar em Sergipe, contribuindo para o alargamento do campo historiográfico e para a construção de uma memória coletiva mais plural e inclusiva. Ao conferir visibilidade às trajetórias femininas, o estudo evidencia a urgência de ampliar as investigações sobre a atuação das mulheres em contextos autoritários, consolidando uma historiografia comprometida com a diversidade das experiências históricas e com o reconhecimento das mulheres como sujeitas centrais dos processos de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: *a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CÔRTES, Ana Maria dos Santos Ribeiro. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. Aracaju/SE, 16 set. 2018. Acervo da autora.

CÔRTES, José Batista Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. Aracaju, 28 jan. 2016. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E. Acesso em: 20 fev. 2025.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres do Ocidente**: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

GALLINDO, Fernanda. Mércia Albuquerque: 10 anos sem a advogada da liberdade. ABAP, 30 jan. 2013. Disponível em: https://anistiapolitica.org.br/abap3/2013/01/30/mercia-albuquerque-10-anos-sem-a-advogada-da-liberdade/. Acesso em: 20 fev. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade**: memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979*).* Aracaju: SEGRASE, 2021.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 398–405, set./dez. 2011.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9–25, 1995.

PERROT, Michelle. ***As mulheres ou os silêncios da história***. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos***,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

ROCHA, Raquel Caminha. **Gênero e produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976–2014)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

REIS, Daniel Aarão.“Ditadura, anistia e reconciliação".In: **TELES, Janaína de Almeida; SAFATLE, Vladimir (**orgs.).**O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas.São Paulo: UNESP, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

TELES, Amelinha (org.). **Luta, substantivo feminino**: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Brasiliense, 2010.

TEODÓZIO, Ana Cristina. **Enredos de resistência da família Paiva**: violência política, solidariedade e afetividade (1971–2015). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CAPÍTULO 28

ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE PESQUEIRA: experiências vividas a partir da estação ferroviária em diferentes tempos

Maria Beatriz dos Santos[137]
Maria Dalvânia Santos Silva[138]

INTRODUÇÃO

A história das cidades brasileiras, especialmente as do interior nordestino, revela-se composta por **múltiplas camadas narrativas,** que se entrelaçam entre experiências individuais, memórias familiares, transformações socioeconômicas e vestígios materiais do passado. Nesse sentido, compreender os espaços urbanos como lugares de memória torna-se uma tarefa central para o historiador e para a prática docente no ensino de História. Pesqueira, município situado no agreste pernambucano, oferece um exemplo significativo dessa relação entre território, identidade e memória, particularmente quando se observa a presença da Estação Ferroviária como elemento estruturador da experiência urbana ao longo do século XX.

137 Especialista em Direito da Mulher; Direito Civil; Direito Penal; Direito Previdenciário.
Graduada em Direito.
Graduanda em História.
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAEADTec
maria.beatriz.1997@hotmail.com

138 Graduanda em História.
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAEADTec
mariadalvaniasantossilva@gmail.com

Embora os trens já não circulem e a ferrovia tenha sido desativada há décadas, o prédio da Estação permanece como referência simbólica, arquitetônica e afetiva para os moradores. A paisagem urbana, os relatos dos mais antigos e as práticas culturais locais comprovam a permanência da ferrovia na memória coletiva, ainda que sua função original tenha sido interrompida. A cidade cresceu ao redor dos trilhos, organizou suas rotinas em torno do apito das locomotivas e integrou-se economicamente a outras regiões graças à linha férrea. Mesmo depois de silenciada, a Estação não perdeu seu valor social: continua presente nas conversas cotidianas, nas recordações familiares, na cultura local e na própria noção de pertencimento dos habitantes.

Neste contexto, o presente artigo tem como propósito refletir sobre a Estação Ferroviária de Pesqueira enquanto lugar de memória, abordando seu papel histórico e simbólico e evidenciando sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação patrimonial. A análise toma como ponto de partida as ações desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/UAEADTec), a partir de práticas pedagógicas realizadas com estudantes do Ensino Médio da Escola Professora Margarida Falcão, no município de Pesqueira (PE). As atividades desenvolvidas evidenciaram a possibilidade de articular teoria, prática pedagógica e pesquisa histórica, contribuindo para a construção de uma compreensão crítica e sensível acerca do patrimônio local.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de produções acadêmicas relacionadas à memória, ao patrimônio cultural e à educação patrimonial, enquanto a pesquisa de campo possibilitou a observação direta e a coleta de narrativas e registros empíricos vinculados ao patrimônio ferroviário local. A interpretação dos dados ocorreu de forma articulada aos refe-

renciais teóricos mobilizados, permitindo a análise das relações entre memória, identidade e ensino de História.

O trabalho fundamenta-se teórica e conceitualmente nos estudos de Pierre Nora sobre lugares de memória, bem como nas contribuições de Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini acerca da relação entre patrimônio cultural, identidade e práticas educativas. Complementarmente, autores como Maurice Halbwachs e Michael Pollak contribuem para a discussão da memória coletiva como construção social que se atualiza permanentemente a partir das interações entre indivíduos e grupos sociais. Assim, a análise proposta busca articular conceitos fundamentais ao campo da História com práticas pedagógicas concretas, evidenciando como a memória pode ser mobilizada como ferramenta formativa.

Ao longo do artigo, demonstra-se como a Estação Ferroviária se configura não apenas como vestígio material de uma infraestrutura antiga, mas como território simbólico de pertencimento e de produção de sentidos. As atividades realizadas com estudantes do Ensino Médio, como visitas, entrevistas e a dinâmica da "Caixa das Memórias", mostraram que a presença da ferrovia ultrapassa o espaço físico e se inscreve no imaginário dos moradores, especialmente quando se relacionam lembranças familiares, festas tradicionais, deslocamentos e transformações urbanas.

Com uma abordagem integradora entre pesquisa histórica, memória e prática docente, este estudo reafirma a relevância da educação patrimonial como instrumento de potencialização do ensino de História. Além disso, reforça a necessidade de incorporar a história local como conteúdo legitimado, aproximando estudantes de sua própria realidade e estimulando o desenvolvimento de autonomia, criticidade e consciência histórica. Dessa forma, compreender a Estação Ferroviária de Pesqueira como lugar de memória é compreender também os processos de construção da identidade coletiva e as dinâmicas culturais que moldam o território ao longo do tempo.

A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

A Estação Ferroviária de Pesqueira constitui-se como um dos mais significativos marcos referenciais da cidade, não apenas pela sua função original de transporte, mas pelo conjunto de significados que acumulou ao longo das décadas. Com a chegada da Estrada de Ferro Central de Pernambuco ao agreste pernambucano no início do século XX, a ferrovia passou a organizar o tempo, o espaço e o ritmo de vida da população local. Relatos de antigos moradores evidenciam que "quando o apito do trem soava, era como se a cidade inteira acordasse para um novo dia cheio de esperança" (RELATO ORAL, 2025, p. 3), revelando como a presença do trem estruturava o cotidiano e marcava simbolicamente a experiência urbana.

Além de sua relevância histórica e simbólica, a Estação Ferroviária de Pesqueira destaca-se como elemento visual da paisagem urbana, cuja materialidade evidencia as transformações ocorridas ao longo do tempo. A comparação entre registros fotográficos de diferentes períodos permite observar tanto as permanências arquitetônicas quanto as mudanças resultantes de diferentes usos, intervenções e ressignificações do espaço.

Esses registros visuais constituem importantes documentos históricos, pois permitem compreender a Estação Ferroviária não apenas como construção física, mas como espaço vivido e continuamente reinterpretado ao longo do tempo. As imagens revelam marcas da ação do tempo, adaptações estruturais e alterações no entorno urbano, elementos que dialogam diretamente com as memórias e narrativas associadas ao local.

FIGURA 1 – Estação Ferroviária de Pesqueira, 1986

Fonte: Marcelo Nascimento

FIGURA 2 – Estação Ferroviária de Pesqueira, 2025.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Beatriz dos Santos.

A ideia de que determinados espaços adquirem valor simbólico e passam a condicionar a memória coletiva encontra fundamento na teoria de Pierre Nora. Para o autor, os lugares de memória surgem quando determinado espaço "materializa uma lembrança" e se torna ponto de referência identitária para um grupo social (NORA, 1993, p. 22). É exatamente esse o papel assumido pela Estação de Pesqueira:

apesar da interrupção do transporte ferroviário, o edifício permanece como elemento de reconhecimento, memória e pertencimento para diferentes gerações. A ausência do trem não apagou sua importância histórica; ao contrário, reforçou o caráter simbólico do local, que continua vivo nas narrativas dos habitantes.

A relação entre memória e espaço não ocorre de forma espontânea, mas se constrói socialmente, conforme demonstra Halbwachs ao afirmar que "a memória coletiva é sempre sustentada por um grupo vivo" (HALBWACHS, 2006, p. 35). Assim, o sentido dado à Estação Ferroviária não depende apenas de sua estrutura física, mas do conjunto de lembranças, afetos e interpretações compartilhadas pela população de Pesqueira. Os depoimentos coletados nas atividades do PIBID confirmam essa dinâmica: mesmo aqueles que nunca viram o trem em funcionamento reconhecem a estação como parte da identidade local, seja por meio de fotos antigas, relatos familiares ou pela simples presença do prédio na paisagem urbana.

O caráter patrimonial da Estação também dialoga com a concepção de Funari e Pelegrini, segundo os quais o patrimônio cultural deve ser entendido como "expressão das identidades e valores coletivos" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 17). Nesse sentido, a Estação Ferroviária de Pesqueira transcende sua materialidade arquitetônica para constituir-se como bem cultural carregado de significados sociais. A ferrovia, que antes ligava regiões e promovia circulação de pessoas e mercadorias, permanece hoje como elo entre memória e história, funcionando como ponto de conexão entre o passado vivido pelos moradores mais antigos e o presente das novas gerações.

Observa-se também que, embora a linha férrea tenha sido desativada na década de 1980, a estação segue presente nas referências geográficas da cidade. Os locais próximos continuam sendo identificados a partir dela. Expressões como "perto da Estação" ou "descendo para o trem" permanecem incorporadas ao vocabulário cotidiano, evidenciando como o espaço mantém sua centralidade mesmo após perder sua

funcionalidade original. Essa permanência linguística demonstra, como afirma Pollak, que a memória "não é apenas evocação do passado, mas também construção social no presente" (POLLAK, 1992, p. 5).

Dessa forma, a Estação Ferroviária de Pesqueira constitui um verdadeiro lugar de memória, pois reúne elementos materiais e imateriais que permitem compreender a história da cidade a partir das vivências de seus moradores. A memória do trem, as imagens preservadas, os relatos afetivos e o reconhecimento da estação na paisagem urbana demonstram que o patrimônio ferroviário ultrapassa sua mera existência física e se inscreve profundamente na identidade local. Assim, mesmo silenciada, a ferrovia continua articulando lembranças, narrativas e sentidos que compõem a memória coletiva de Pesqueira.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A educação patrimonial tem ganhado crescente relevância no campo do ensino de História, especialmente quando se considera sua capacidade de promover o reconhecimento crítico do território e de fortalecer a consciência histórica dos estudantes. Segundo Funari e Pelegrini, a educação patrimonial deve ser compreendida como um instrumento que possibilita "a apropriação social do patrimônio pelos grupos que o produzem" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 18). Essa perspectiva rompe com um ensino centrado apenas na transmissão de conteúdos e propõe uma abordagem sensível, reflexiva e territorializada, capaz de aproximar os alunos das experiências culturais que constituem sua própria comunidade.

Nesse sentido, trabalhar a Estação Ferroviária de Pesqueira no contexto do ensino de História permitiu articular elementos afetivos, simbólicos e históricos que dialogam diretamente com a experiência cotidiana dos alunos. O patrimônio local funcionou como porta de entrada para debates mais amplos sobre modernização, industrialização,

circulação de pessoas, transformações urbanas e memória coletiva. Ao contrário dos conteúdos distantes, que muitas vezes aparecem nos livros didáticos sem conexão com a realidade dos estudantes, o patrimônio territorial estimulou vínculos e despertou interesse pela investigação histórica.

Além disso, a educação patrimonial possibilita o desenvolvimento de habilidades essenciais à formação histórica, como análise crítica, leitura de diferentes fontes, escuta sensível e interpretação contextualizada. Nesse sentido, o trabalho com a Estação Ferroviária de Pesqueira exemplifica como o ensino de História pode articular teoria e prática, ao levar o estudante a reconhecer que "o patrimônio é, ao mesmo tempo, memória, identidade e campo de disputa de sentidos" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 21). Ao problematizar o espaço da estação, os estudantes entendem que as memórias associadas à ferrovia são diversas, plurais e, em alguns casos, até contraditórias, o que reforça a dimensão crítica da formação histórica.

A relação entre memória e patrimônio também contribui para ampliar o repertório cultural dos estudantes, permitindo-lhes compreender como os bens culturais são apropriados e ressignificados ao longo do tempo. Como afirma Pollak, as memórias coletivas "são permeadas por silenciamentos, disputas e seleções" (POLLAK, 1992, p. 5); assim, trabalhar com patrimônio local permite revelar não apenas aquilo que a comunidade lembra, mas também o que foi apagado, ignorado ou pouco valorizado. No caso da estação, por exemplo, memórias de trabalhadores ferroviários, vendedores ambulantes, viajantes e moradores antigos compõem um mosaico de vivências que enriquecem a compreensão histórica dos estudantes.

Do ponto de vista pedagógico, essa abordagem estimula participação ativa, curiosidade e protagonismo discente. O uso do território como sala de aula torna o processo educativo mais significativo, promovendo diálogo entre escola e comunidade. Essa aproximação, como indica Nora ao discutir o valor dos lugares de memória, permite

compreender que certos espaços, mesmo após perda de funcionalidade, permanecem porque "carregam consigo uma vontade de memória" (NORA, 1993, p. 12). Ao perceber isso, os alunos passam a compreender o patrimônio não apenas como objeto antigo, mas como elemento vivo que se relaciona diretamente com suas identidades.

Por fim, ao ser incorporada ao ensino de História, a educação patrimonial reforça a formação cidadã, incentivando o respeito pelos bens culturais e a participação na preservação da memória coletiva. Estudar a Estação Ferroviária de Pesqueira vai além de reconstituir fatos: trata-se de reconhecer que cada vestígio do passado oferece pistas sobre as dinâmicas sociais e culturais que moldaram a cidade. Assim, ao provocar reflexão sobre o sentido do patrimônio e do território, o ensino de História contribui para formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade na qual estão inseridos.

A EXPERIÊNCIA DO PIBID EM HISTÓRIA: práticas, vivências e produção de memória local

A experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) possibilitou integrar teoria acadêmica, práticas pedagógicas e investigação histórica sobre a Estação Ferroviária de Pesqueira, fortalecendo a formação docente e ampliando a compreensão dos estudantes acerca do patrimônio local. Diferentemente de abordagens exclusivamente teóricas, as atividades práticas permitiram vivenciar o território de maneira crítica e sensível, reconhecendo o espaço não apenas como vestígio arquitetônico, mas como elemento ativo da memória coletiva.

Nesse contexto, as ações do PIBID foram realizadas na Escola Professora Margarida Falcão, instituição da rede pública estadual situada no município de Pesqueira-PE, envolvendo estudantes do terceiro ano do ensino médio. Esse espaço escolar favoreceu a articulação entre

ensino de História, educação patrimonial e memória local, possibilitando a realização das práticas pedagógicas e das experiências formativas.

O ponto de partida foi o processo de aproximação entre universidade, escola e comunidade, conforme orienta Funari ao afirmar que a educação patrimonial deve promover a "apropriação social do patrimônio" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 18). As ações do PIBID concretizaram essa orientação ao levar os estudantes a observar, registrar, escutar e interpretar as histórias vinculadas à Estação Ferroviária. A visita ao espaço permitiu identificar aspectos arquitetônicos, modificações urbanas e permanências simbólicas, despertando questionamentos e reflexões sobre o papel da ferrovia na construção da identidade local.

Além das visitas, foram realizadas entrevistas com moradores da cidade, especialmente pessoas que vivenciaram a época de funcionamento das locomotivas. Esses relatos foram fundamentais para compreender como diferentes grupos sociais atribuem sentidos diversos ao mesmo espaço. Depoimentos como o de uma moradora que recordou que "o trem acordava a cidade inteira" (RELATO ORAL, 2025, p. 3) evidenciaram que a ferrovia desempenhava papel central na vida cotidiana, funcionando como marca temporal e elemento de sociabilidade. A escuta dessas narrativas também permitiu aos estudantes perceber que a memória é plural e, muitas vezes, marcada por afetos, silenciamentos e seleções, conforme discute Pollak (1992, p. 5).

Outra atividade significativa foi a dinâmica denominada "Caixa das Memórias", na qual os estudantes registraram lembranças pessoais ou familiares relacionadas à cidade e ao território. A análise desses registros mostrou que, mesmo entre jovens que não vivenciaram a ferrovia em funcionamento, a estação permanece presente como símbolo da cidade. Isso confirma a compreensão de Nora de que os lugares de memória são mantidos por uma "vontade de memória" (NORA, 1993, p. 12), que ultrapassa a experiência vivida e se projeta na memória coletiva.

Durante o processo, os estudantes também realizaram registros fotográficos, comparando imagens antigas e atuais da estação. Essa atividade ampliou a percepção histórica e estimulou a leitura crítica de fontes visuais. Ao identificar permanências e rupturas, os alunos compreenderam que o patrimônio não é estático, mas se transforma com o tempo, seja pela ação do poder público, seja pelas formas de apropriação social do espaço.

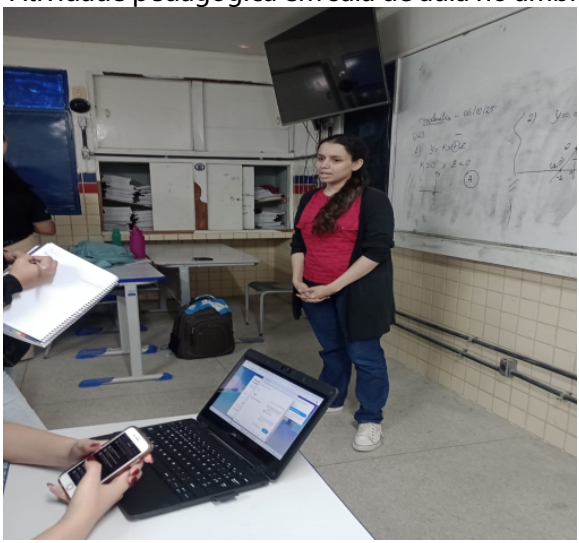
A experiência do PIBID também contribuiu para a formação docente das autoras deste trabalho. A vivência permitiu compreender a importância da mediação pedagógica na construção do conhecimento histórico e revelou que o ensino de História pode e deve dialogar diretamente com os espaços concretos onde os estudantes vivem. Além disso, foi possível experimentar práticas de planejamento, aplicação de atividades, escuta sensível e reflexão crítica sobre os processos de ensino-aprendizagem.

A partir das práticas desenvolvidas, constatou-se que a articulação entre patrimônio, memória e ensino transforma o espaço escolar em ambiente mais dinâmico, participativo e significativo. Os estudantes tornaram-se sujeitos ativos da própria aprendizagem, desenvolvendo consciência histórica, autonomia investigativa e sentimento de pertencimento ao território. Assim, o PIBID consolidou-se como experiência fundamental para valorizar a história local e fortalecer a compreensão do patrimônio cultural enquanto elemento vivo da memória coletiva de Pesqueira.

FIGURA 3 – Atividade pedagógica em sala de aula no âmbito do PIBID

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Dalvânia Santos Silva.

FIGURA 4 – Atividade pedagógica em sala de aula no âmbito do PIBID



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Beatriz dos Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que a Estação Ferroviária de Pesqueira constitui-se como um lugar de memória fundamental para a compreensão da história local e para a construção da identidade coletiva do município. Mesmo após a desativação da linha férrea, o espaço permanece vivo no imaginário social, sustentado por narrativas, lembranças afetivas, referências linguísticas e práticas cotidianas que reafirmam sua centralidade simbólica no território urbano. Dessa forma, a estação ultrapassa sua dimensão material, afirmando-se como patrimônio cultural carregado de significados históricos e sociais.

O diálogo teórico estabelecido com autores como Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini possibilitou compreender que a memória não é um simples resgate do passado, mas uma construção social continuamente atualizada no presente. A Estação Ferroviária, nesse sentido, revela-se como um espaço onde memória e história se entrelaçam, permitindo problematizar permanências, silenciamentos e disputas de sentidos que marcam a trajetória da cidade de Pesqueira ao longo do século XX. As narrativas coletadas demonstram que o trem simbolizou progresso, mobilidade, sociabilidade e esperança, permanecendo como referência identitária mesmo para gerações que não vivenciaram diretamente seu funcionamento.

No campo educacional, a experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) confirmou o potencial da educação patrimonial como ferramenta metodológica para o ensino de História. As práticas pedagógicas realizadas como visitas ao território, entrevistas, análise de fotografias e a dinâmica da "Caixa das Memórias" possibilitaram aos estudantes uma aproximação crítica com o patrimônio local, promovendo o protagonismo discente, a valorização da história vivida e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Essas ações evidenciaram que o território pode e deve

ser compreendido como espaço educativo, capaz de tornar o ensino mais significativo e contextualizado.

Além disso, a experiência do PIBID contribuiu de forma significativa para a formação docente das autoras, ao articular teoria historiográfica, prática pedagógica e pesquisa histórica. O contato direto com a comunidade e com as memórias locais permitiu compreender a importância da escuta sensível, da mediação pedagógica e do planejamento de atividades que respeitem as especificidades culturais dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o trabalho reafirma o PIBID como política pública essencial para a formação inicial de professores comprometidos com uma educação crítica, democrática e socialmente referenciada.

Conclui-se, portanto, que a Estação Ferroviária de Pesqueira permanece como espaço privilegiado para a produção de conhecimento histórico e para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural. Ao reconhecer a história local como conteúdo legítimo no ensino de História, este estudo reforça a importância de práticas pedagógicas que articulem memória, identidade e território, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua historicidade e comprometidos com a preservação da memória coletiva. Assim, a estação continua a inspirar reflexões sobre passado, presente e futuro, reafirmando-se como símbolo vivo da história e da cultura de Pesqueira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio e identidade cultural**. São Paulo: Contexto, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RELATO ORAL. Entrevista realizada com moradora de Pesqueira, 2025. Acervo das autoras.

CAPÍTULO 29

MULHERES NEGRAS E TRABALHO EM MACEIÓ: leituras críticas do jornal Gazeta de Alagoas

Maria Viviane Romão da Silva[139]

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento que analisa a representação das mulheres no jornal *Gazeta de Alagoas* entre 2007 e 2017, com ênfase nas mulheres negras inseridas em contextos de violência e subalternização. A escolha do periódico se justifica por sua relevância no cenário da imprensa alagoana, sua ampla circulação e seu histórico alinhamento a grupos políticos conservadores, fatores que contribuem para a construção e difusão de determinadas visões sobre a sociedade.

Partindo da compreensão da imprensa como agente político e formador de opinião, o estudo busca compreender de que modo o *Gazeta de Alagoas* produziu narrativas sobre as mulheres, especialmente em situações de violência. A análise concentra-se majoritariamente no caderno *Cidades*, espaço em que essas mulheres aparecem com maior frequência, e mobiliza aportes teóricos da história da imprensa, dos estudos de gênero, raça e discurso.

Ao observar o tratamento dado a diferentes casos, o trabalho evidencia que as narrativas jornalísticas variam a depender dos marcadores de gênero, raça, classe social e território, resultando em

139 Mestranda em História Social
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
maria.romao@ichca.ufal.br

representações desiguais. Assim, este artigo, enquanto recorte da dissertação, propõe discutir como tais narrativas contribuem para a individualização da violência e para a reprodução de desigualdades de gênero, raça e classe no contexto urbano de Maceió.

AS MULHERES SOB O PRISMA DO JORNAL GAZETA DE ALAGOAS: imprensa, discurso e poder

A imprensa escrita constitui-se como uma fonte privilegiada para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais, na medida em que não apenas registra acontecimentos, mas também os interpreta e os organiza segundo determinados interesses e perspectivas. Conforme apontam Maria Helena Capelato (2014, p. 303) e José D'Assunção Barros (2023, p. 8), os periódicos devem ser entendidos como agentes ativos na produção de sentidos, capazes de influenciar percepções, legitimar discursos e reforçar hierarquias sociais. Assim, o jornal não atua como mero espelho da realidade, mas como instância mediadora que seleciona, hierarquiza e enquadra os fatos.

Nesse sentido, os estudos de Tânia Regina de Luca (2018; 2020) são fundamentais para compreender a imprensa simultaneamente como fonte e objeto de pesquisa histórica. A autora destaca que a análise de periódicos exige atenção às condições de produção, circulação e recepção das notícias, bem como aos públicos aos quais esses veículos se dirigem. No caso do *Gazeta de Alagoas*, trata-se de um jornal historicamente vinculado a grupos políticos conservadores e voltado a um público de maior poder aquisitivo, aspecto que influencia diretamente as escolhas editoriais e os enquadramentos narrativos adotados.

A imprensa, enquanto empresa e produto inserido no mercado, também responde a lógicas econômicas e comerciais. Ana Luiza Martins (2008, p. 59) ressalta que os jornais operam dentro de um sistema que

articula informação, publicidade e interesses econômicos, o que impacta tanto o conteúdo veiculado quanto a forma como determinados grupos sociais são representados. Dessa maneira, as narrativas jornalísticas não são neutras, mas atravessadas por valores morais, políticos e econômicos que orientam a produção das notícias.

Para além da dimensão histórica da imprensa, este trabalho dialoga com a perspectiva da análise do discurso, especialmente a partir das contribuições de Teun A. van Dijk (2023, p. 237). O autor compreende o discurso como uma prática social que se relaciona diretamente com o poder, sendo um dos principais meios de reprodução das desigualdades. No campo jornalístico, o discurso opera por meio de escolhas linguísticas, títulos, enquadramentos e omissões, que definem quais sujeitos são valorizados, silenciados ou estigmatizados. Segundo o autor,

> Em um nível elementar, mas fundamental da análise, as relações de poder social manifestam-se, tipicamente, na interação. Desse modo, afirmamos que o grupo A (ou seus membros) possui poder sobre o grupo B (ou seus membros) quando as ações reais ou potenciais de A exercem controle social sobre B. Já que o conceito de ação em si envolve o conceito de controle (cognitivo) pelos agentes, o controle social sobre B por meio das ações de A induz a uma limitação no autocontrole de B. Em outras palavras, o exercício de poder por A resulta em uma limitação da liberdade social de ação de B (Teun A. van Dijk, 2023, p. 41).

Partindo da perspectiva do autor, cabe destacar que a mídia exerce papel central na construção de representações sociais, sobretudo quando se trata de grupos historicamente marginalizados. Ao enfatizar determinados aspectos — como o território, a condição social ou o suposto histórico criminal — e omitir outros, o discurso jornalístico contribui para a naturalização de desigualdades e para a legitimação de

relações de dominação. Essa abordagem é particularmente relevante para compreender como mulheres pobres e negras são frequentemente associadas à violência e à marginalidade, enquanto mulheres pertencentes a classes sociais privilegiadas recebem tratamentos narrativos distintos.

A análise das representações femininas também se ancora nos estudos de gênero e raça. Heleieth Saffioti (2013; 2015) compreende a violência contra as mulheres como um fenômeno estrutural, sustentado pelo patriarcado e pelas relações de poder entre os sexos. bell hooks (2024) amplia essa discussão ao evidenciar como a dominação masculina se articula a outros sistemas de opressão, como o racismo e o classismo, produzindo experiências diferenciadas de violência. Nessa perspectiva, não há uma experiência feminina universal, mas múltiplas vivências atravessadas por marcadores sociais.

As contribuições de Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021) permitem aprofundar a análise ao evidenciar como o racismo estrutura as relações sociais no Brasil e incide de forma particular sobre as mulheres negras. Essas autoras demonstram que raça e gênero não podem ser pensados de forma isolada, uma vez que se articulam na produção da subalternidade e da vulnerabilidade social. No discurso jornalístico, essa articulação se manifesta na forma como determinadas mulheres foram apresentadaspelo jornal *Gazeta de Alagoas*, muitas vezes privadas de individualidade e reduzidas a categorias genéricas.

Ressalta-se que a organização que constituíam as páginas do jornal *Gazeta de Alagoas*, uma vez que as reportagens que teriam as mulheres como figura de destaque – de maneira implícita ou explicitada, cuidadosamente ou exacerbadamente –o periódico demonstrava em suas reportagens que a formulação da representação daquelas mulheres dependia muito da sua condição étnico-racial e socioeconômica. Com isso, as reportagens foram analisadas dentro das estruturas de subdivisões que categorizam as notícias, dentre outros aspectos que

também contempla as mulheres como objeto enquanto pesquisa parte do recorte temporal do estudo em questão:

> A *Gazeta de Alagoas* subdivide-se em quatro partes distintas entre si – A, B, C e D –, correspondendo aos demasiados assuntos a serem noticiados. Referente à divisão dos assuntos, as partes 'C' e 'D' são as seções que se encontram de certa maneira restrita ao final de semana – particularmente aos domingos. Contudo, os segmentos 'A' e 'B' são constantes a todos os dias da comercialização do periódico. Em suas subseções particulares compreendem-se as inferências culturais e eventos sociais, desta mesma natureza, ao caderno 'B', consequentemente, o caderno 'A' é reservado para as notícias sobre política, economia, notícias nacionais e internacionais e, sobretudo, cidades (Paulino, 2023, p. 77).

Isto posto, este trabalho fundamenta-se nas relações materiais e históricas como perspectiva teórico-metodológica para a compreensão das representações femininas no jornal *Gazeta de Alagoas*. Parte-se do pressuposto de que as produções simbólicas, entre elas o discurso jornalístico, não se encontravam dissociadas das condições materiais de existência, das relações de classe e das estruturas de poder que organizam a sociedade. Assim, a imprensa é compreendida como parte integrante da superestrutura social, atuando tanto na reprodução quanto na legitimação das desigualdades sociais, de gênero e raça.

A análise do periódico considera, portanto, o jornal não apenas como fonte documental, mas como agente histórico inserido em um contexto específico de produção, circulação e consumo. Seguindo as contribuições de Tânia Regina de Luca (2018; 2020), a *Gazeta de Alagoas* é analisada levando-se em conta sua vinculação política, seu público-alvo majoritariamente pertencente às camadas médias e altas e sua inserção no mercado editorial local, elementos que influenciaram diretamente suas escolhas editoriais e narrativas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo articula a análise crítica do discurso, a partir das contribuições de Teun A. van Dijk (2023). Essa abordagem permite compreender o discurso jornalístico como uma prática social atravessada por relações de poder, na qual a linguagem atua como mecanismo de produção e reprodução de hierarquias sociais. A análise concentra-se nos modos pelos quais as mulheres foram representadas, observando títulos, escolhas lexicais, enquadramentos narrativos, recorrências temáticas e silenciamentos presentes nas reportagens.

As matérias selecionadas foram analisadas considerando sua localização nos diferentes cadernos do jornal — especialmente o caderno A, voltado às notícias de política, economia e cidade, e o caderno B, dedicado à cultura e aos eventos sociais. Essa distinção é relevante, pois revela hierarquias simbólicas internas ao periódico, que condicionaram a visibilidade, o valor social e o tratamento narrativo conferido às mulheres, de acordo com sua posição social, racial e territorial.

A análise das representações femininas é orientada por uma perspectiva interseccional, ancorada nos estudos de gênero, raça e classe. As contribuições de Heleieth Saffioti (2013; 2015), bell hooks (2024), Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021) permitem compreender como o patriarcado, o racismo e o capitalismo operam de forma articulada na produção das desigualdades sociais. Desse modo, rejeita-se a noção de uma experiência feminina homogênea, reconhecendo-se que as mulheres são representadas de maneira diferenciada conforme seus marcadores sociais.

Assim, a metodologia adotada busca evidenciar como o discurso jornalístico da *Gazeta de Alagoas* constrói imagens específicas sobre as mulheres, contribuindo para a naturalização de determinadas posições sociais e para a marginalização simbólica de mulheres pobres e negras, ao passo que confere maior legitimidade e visibilidade positiva às

mulheres pertencentes às classes sociais privilegiadas.Para demonstrar tal argumento, apresentam-se, a seguir, dois recortes do periódico.

> ENCONTRO EVANGÉLICO
>
> A advogada Juliana Nobre Carlos, 25, foi atacada na noite do último domingo pelo ex-namorado, o universitário Davi Monteiro de Souza, também de 25. Eles participavam de um encontro evangélico que acontecia no Maceió Mar Hotel, na Ponta Verde. O acusado, que vai responder por tentativa de homicídio, usou um taco de sinuca para agredir a vítima que teve fratura exposta no braço direito, ferimentos na nuca e nas costas. Juliana e o ex-namorado discutiam dentro do hotel, quando o universitário entrou na sala de jogos e pegou um taco, agredindo a advogada, que foi socorrida por militares do Corpo de Bombeiros e encaminhada para a Santa Casa de Misericórdia, onde continuava internada até a manhã de ontem após passar por cirurgia. Segundo policiais civis plantonistas, a advogada, que é filha de um delegado da Receita Federal, já havia sido agredida outras vezes pelo ex-namorado, mas não havia contado sobre as ameaças para os parentes. Dessa vez o espancamento foi presenciado por amigos e pelos pais da vítima, que também participavam do encontro evangélico. O universitário, de acordo com a polícia, é usuário de drogas e era sustentado financeiramente pela advogada. "As informações que tivemos são de que ele usa drogas e possivelmente estava sob o efeito de entorpecentes quando atacou a ex-namorada. Ela escondia dos pais as agressões que sofria", disse o chefe de operações Eliel Almeida.[140]

140 CARVALHO, Regina. Advogada é espancada por ex-namorado: Juliana Nobre foi agredida a golpes de taco de sinuca pelo estudante Davi Monteiro em hotel na Ponta Verde; ele estaria drogado. **Gazeta de Alagoas,** Alagoas, 6 mar. 2007. CIDADES. p. A13.

É importante analisar o discurso construído pelo editorial do jornal *Gazeta de Alagoas acerca* da vítima quefoi retratada por falas de terceiros, como o chefe de operações e a polícia, evidenciando a posição de privilégio social de Juliana. Ao adjetivar a vítima exaltando a sua profissão "advogada", "filha de um delegado da Receita Federal", ratificando isso através do cenário do acontecimento "participavam de um encontro evangélico que acontecia no Maceió Mar Hotel, na Ponta Verde",bairro nobre da cidade de Maceió, o jornal tentou sugerir ao leitor que a violência ocorreu em um ambiente inesperado para tais atos. A apresentação do agressor também foi intencional, sendo esse descrito como "universitário", "usuário de drogas" e "sustentado financeiramente pela advogada", evidenciando a violência e dominação desse sujeito sobre a vítima – estabelecendo, desse modo, que o *Gazeta de Alagoas* agiu dentro da lógica patriarcal, cuja violência contra mulheres foi tratadacomo um caso isolado– decorrente do uso de drogas do agressor – que não questionou as estruturas de poder que a sustentavam, estando a narrativa centrada no evento e na relação pessoal entre vítima e agressor, sem contextualizar as causas mais amplas.

É notório que a abordagem do periódico reforçava um padrão narrativo do discurso que individualizava os casos de violência contra a mulher, desassociando-se de um contexto social mais amplo. Ao destacar as particularidades de Juliana – sendo a sua profissão destacada repetidamente como principal atributo da vítima – e a falta desses por parte do agressor, o jornal deixa de explorar os mecanismos do patriarcado nas estruturas da sociedade e a normalização da violência, dando margem para a perpetuação de situações como aquelas. A escolha de adjetivaçõescomo "sustentado financeiramente pela advogada" pelo jornal *Gazeta de Alagoas*, reforça a inversão de papéis tradicionais entre homens e mulheres, colocando o agressor na condição de financeiramente impotente, potencializando o sentimento de indignação do leitor e, ao mesmo tempo, reforçando o estigma sobre esse como um "desviante", transferindo a atenção para os atributos

individuais negativos do agressor, como se isso fosse suficiente paraexplicar seu comportamento agressivo.

No que se refere às percepções acerca das narrativas do jornal *Gazeta de Alagoas*, foi importante percebê-lo no contexto social e a linguagem adotada pelo mesmo para tratar de temas sensíveis aos costumes que versam na cidade de Maceió, preservando seus interesses sobre a construção dos discursos que fazem parte das notícias, considerando que esse representa as particularidades de quem o escreve, podendo construir a sua própria percepção de realidade sobre o acontecimento. Nesses termos, é fundamental perceber que existe nas reportagens – nas páginas que tem as mulheres como principal personagem da notícia – intenções que retomam o panorama do patriarcado, lançando a mulher num contexto de submissão, construída, sobretudo, a partir da diferença biológica entre os sexos, usada como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (2024, p. 26).

É importante analisar o discurso construído pelo editorial do periódico acerca da vítima quefoi retratada por falas de terceiros, como o chefe de operações e a polícia, evidenciando a posição de privilégio social de Juliana. Ao adjetivar a vítima exaltando a sua profissão "advogada", "filha de um delegado da Receita Federal", ratificando isso através do cenário do acontecimento "participavam de um encontro evangélico que acontecia no Maceió Mar Hotel, na Ponta Verde",bairro nobre da cidade de Maceió, o jornal tentou sugerir ao leitor que a violência ocorreu em um ambiente inesperado para tais atos. A apresentação do agressor também foi intencional, sendo esse descrito como "universitário", "usuário de drogas" e "sustentado financeiramente pela advogada", evidenciando a violência e dominação desse sujeito sobre a vítima – estabelecendo, desse modo, que o *Gazeta de Alagoas* agiu dentro da lógica patriarcal, cuja violência contra mulheres foi tratadacomo um caso isolado– decorrente do uso de drogas do agressor – que não questionou as estruturas de poder que a sustentavam, estando

a narrativa centrada no evento e na relação pessoal entre vítima e agressor, sem contextualizar as causas mais amplas.

É notório que a abordagem do periódico reforçava um padrão narrativo do discurso que individualizava os casos de violência contra a mulher, desassociando-se de um contexto social mais amplo. Ao destacar asparticularidades de Juliana – sendo a sua profissão destacada repetidamente como principal atributo da vítima – e a falta desses por parte do agressor, o jornal deixa de explorar os mecanismos do patriarcadonas estruturas da sociedade e a normalização da violência, dando margem para a perpetuação de situações como aquelas. A escolha de adjetivaçõescomo "sustentado financeiramente pela advogada" pelo jornal *Gazeta de Alagoas*, reforça a inversão de papéis tradicionais entre homem e mulher, colocando o agressor na condição de financeiramente impotente, potencializando o sentimento de indignação do leitor e, ao mesmo tempo, reforçando o estigma sobre esse como um "desviante", transferindo a atenção para os atributos individuais negativos do agressor, como se isso fosse suficiente paraexplicar seu comportamento agressivo.

No que se refere às percepções acerca das narrativas do jornal *Gazeta de Alagoas*, foi importante percebê-lo no contexto social e a linguagem adotada pelo mesmo para tratar de temas sensíveis aos costumes que versam na cidade de Maceió, preservando seus interesses sobre a construção dos discursos que fazem parte das notícias, considerando que esse representa as particularidades de quem o escreve, podendo construir a sua própria percepção de realidade sobre o acontecimento. Nesses termos, é fundamental perceber que existe nas reportagens – nas páginas que tem as mulheres como principal personagem da notícia – intenções que retomam o panorama do patriarcado, lançando a mulher num contexto de submissão, construída, sobretudo, a partir da diferença biológica entre os sexos, usada como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros.

MAIS UMA

O pranto e a tristeza tomaram conta da casa nº 110, na Rua do Banheiro, no violento bairro do Vergel do Lago, onde foi velado o corpo da estudante Juliana Dias da Silva, assassinada na noite da última terça-feira, com dois tiros na cabeça, a poucos metros de sua residência. Há suspeitas de que o crime teria sido cometido pelo ex-companheiro de Juliana, o desempregado conhecido pelo apelido de "Nego", e teria sido motivado por ciúme. [...], mas o suposto algoz de Juliana Dias da Silva, o "Nego", continua foragido. Dois dias antes do crime, segundo o pai da estudante, o vigilante Jurandir da Silva, ele teria ameaçado Juliana de morte. "Os dois se encontraram, discutiram e ele bateu na minha filha, lá no conjunto Virgem dos Pobres, no domingo à noite. Ele jurou minha filha de morte", contou Jurandir da Silva, que é um homem profundamente marcado pela violência que domina Maceió.[141]

Diferentemente da Juliana "advogada" que tem como cenário do acontecimento o "Maceió Mar Hotel, na Ponta Verde", a narrativa construída acerca da Juliana "estudante", residente "no violento bairro doVergel do Lago", foi apresentada de maneira despersonalizada desde o título da matéria apresentada pelo jornalista como "Mais uma", a narrativa foca no aspecto físico da morte da vítima – desconsiderando a sua atuação como pessoa antes do crime – buscando criar uma imagem de violência impactante para chamar a atenção do leitor. O autor do crime é descaracterizado ao ponto de ser descrito apenas pelo apelido de "Nêgo", dando ênfase ao seu estado econômico de "desempregado" e no momento da entrevista "foragido" – detalhes que criam a imagem

141 MACENA, Lelo. Estudante é vítima da fúria de ex-marido: Juliana Dias Silva foi morta com dois tiros na cabeça; ex-marido conhecido como "Nego" é acusado do crime, motivado por ciúmes. **Gazeta de Alagoas,** Alagoas, 5 fev. 2009. CIDADES. p. A16.

de um indivíduo marginalizado, sem recursos e de comportamento violento. O *Gazeta de Alagas* apresenta a violência associada ao espaço geográfico ocupado por esses indivíduos, e não necessariamente ao patriarcado que permeia a estrutura da sociedade, dissimulando do leitor que tal fato pode acontecer em todos os contextos sociais, independentemente da classe social ou da localização geográfica.

Ao analisar a postura adotada pelo *Gazeta de Alagoas*ao tratar dos casos em questão, se identifica, a partir da perspectiva de Crenshaw(2020, p. 25), que asmulheres que não atendem as predileções étnico-racial e socioeconômicas têm seus corpos inviabilizados dos discursos protetivos e asseguradores dos direitos, são excluídas das estruturas sociais, sendo afastadas dos mecanismos de proteção e resistência/defesa. Na mesma perspectiva, Beatriz Nascimento (2021, p. 54), discute sobre a sociedade colonial que se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda a sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre as mulheres – sobretudo, das mulheres negras – e as estratégias de resistência e sobrevivência dessas em meio a opressão racial e de gênero. A autora evidencia, dessa forma, que a inferiorização dessas mulheres é herança trazida pela colonização para o Brasil,com estigmas irreparáveis – que se perduram até a contemporaneidade, no limite do recorte temporal desta pesquisa (2007-2017) – ratificando, assim, segundo Aimé Césaire (2020, p. 9), o ato de civilizar é decadente, injustificável e incapaz de resolver qualquer problema.

Portanto, a representação da mulher sob o prisma do periódico *Gazeta de Alagoas,* além de contribuir para a formação de opinião dos seus leitores acerca das mulheres negras da cidade de Maceió, garantindo a preservação dos seus interesses e perpetuação da personificação das mesmas na posição de submissa e subserviente, condicionadas a regras e punições ditadas pelo do patriarcado, sabendo-se que a diferença biológica entre os sexos era vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os sexos. Desse modo, o jornal *Gazeta de Alagoas* revela nas suas páginas a resistência de preservar o

seu interesse ao evidenciar as mulheres relacionadas a violência, com narrativas persuasivas, de modo que dificultava a interpretação das desigualdades sociais e étnicas enfrentadas por mulheres, garantindo, dessa forma, a perpetuação das desigualdades e do discurso defendido nas reportagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 23ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

CAPELATO, Maria Helena. "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador". *In*. VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo, Humanitas: CAPES, 2015.

CAPELATO, Maria Helena.História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. *In*. DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M. M. (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando As Margens: Interseccionalidade, Política Identitárias E Violência Contra Mulher De Cor. *In*. **Corpos em Aliança**: Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade. MARTINS, Ana Claudia Aymoré e VERAS, Elias Ferreira (Org.). Maceió - AL. 2020.

DIJK, Tean A. van. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hofffnagel e Karina Falcone. 2ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras.Tradução Ana Luiza Libânio. – 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUCA, Tania Regina de. "Documentos da certeza a construção"; "Da área ao objeto de pesquisa". *In*: LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo, Contexto, 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*. **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). 3ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos do Império. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PAULINO, Rafael Vieira de Britto. **Violência contra as mulheres**: interdição, contexto e enfrentamento em Maceió (2007- 2015). Orientador: Antonio Alves Bezerra, 2023. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Maceió, Alagoas, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

Periódicos

CARVALHO, Regina. Advogada é espancada por ex-namorado: Juliana Nobre foi agredida a golpes de taco de sinuca pelo estudante Davi Monteiro em hotel na Ponta Verde; ele estaria drogado. **Gazeta de Alagoas**, Alagoas, 6 mar. 2007. CIDADES. p. A13.

MACENA, Lelo. Estudante é vítima da fúria de ex-marido: Juliana Dias Silva foi morta com dois tiros na cabeça; ex-marido conhecido como "Nego" é acusado do crime, motivado por ciúmes. **Gazeta de Alagoas**, Alagoas, 5 fev. 2009. CIDADES. p. A16.

CAPÍTULO 30

“MULHERES EM LUTA”: a disputa por uma memória de resistência feminina à Ditadura Militar através de uma exposição

Murilo Ramos Costa[142]
Gabriela Alves Santos[143]
Ben Hur do Carmo[144]

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985) permanece como um dos períodos mais sensíveis e disputados da história recente do país. A ausência de um efetivo processo de responsabilização pelos crimes cometidos pelo Estado autoritário contribuiu para a persistência de disputas em torno de sua memória, tornando centrais as iniciativas voltadas à preservação, interpretação e difusão de narrativas sobre esse passado. Nesse contexto, os espaços de memória assumem papel fundamental, não apenas como locais de rememoração, mas como arenas políticas e pedagógicas, nas quais diferentes interpretações do passado são produzidas, tensionadas e socializadas.

Diante disso, este trabalho configura-se como uma análise documental da exposição *Mulheres em Luta,* orientada por dois objetivos

142 Graduando em História
Universidade Federal de Goiás – UFG
murilo_costa@discente.ufg.br

143 Graduanda em História
Universidade Federal de de Goiás – UFG
gabrielaalves23@discente.ufg.br

144 Graduando em História
Universidade Federal de Goiás
bencarmo@discente.ufg.br

principais: (1) analisar a narrativa construída pela exposição, considerando suas implicações nos campos da memória e da democracia, e (2) identificar possíveis usos da exposição — especialmente de suas fotografias — tanto no ensino de História quanto na pesquisa acadêmica. Para alcançar tais objetivos, foram adotados três procedimentos teórico-metodológicos: a análise geral da narrativa expositiva e do histórico institucional do Memorial da Resistência; a análise minuciosa de fotografias selecionadas, com apoio da historiografia do tempo presente e dos estudos de gênero; e, por fim, o diálogo com teorias da imagem aplicadas à pesquisa e à educação. Ao articular memória, gênero, democracia e imagem, o trabalho busca compreender como a exposição participa ativamente das disputas contemporâneas em torno do passado ditatorial brasileiro.

Anteriormente o prédio onde a instituição se encontra foi o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), com a sua extinção foi ocupado pela Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon). Em 1997 sua gestão foi transferida da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Cultura, em 1999 foi tombado como patrimônio cultural e após três anos de reforma foi aberta ao público como Memorial da Liberdade. Após mobilização popular iniciada em 2006 o nome da instituição foi trocado, uma vez que não se tratava de um espaço de liberdade, e em 2009 o Memorial da Liberdade foi relançado como Memorial da Resistência, aberto novamente ao público.

Em suas exposições o museu faz uso de documentos provenientes de diversos acervos, desde o Arquivo Nacional, da Fundação Beatriz Nascimento, do Arquivo Público de São Paulo, entre outros. Tais exposições visam manter uma política de memória acerca da história do prédio, ressaltar a luta pela democracia e pelos direitos humanos, valorizar a cidadania, a educação e a pesquisa. É administrado pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) (Institucional, [*S.l.*]) (Histórico, [*S.l.*]).

Ademais, tem por objetivos promover políticas de memórias plurais acerca do antigo prédio do DEOPS, dos movimentos de resistência à ditadura, de defesa da democracia e da cidadania. Sendo a a memória um elemento central, posto que se trata de uma instituição contra o apagamento da ditadura civil-militar brasileira (Institucional, [*S.l.*]). Característica que fica muito evidente ao retomarmos outras exposições realizadas: Memória preservada nas celas do Deops/SP; Memória argentina para o mundo: o Centro Clandestino ESMA; Ser essa terra: São Paulo cidade indígena e Orgulho e Resistências: LGBT na ditadura.

Exposições que valorizam as atitudes individuais e coletivas de resistência não só à ditadura militar brasileira, mas também de outras ditaduras latino-americanas e de lutas sociais já em período democrático, como é o caso das mulheres que lutaram pelos direitos das empregadas domésticas. Nesse viés, as narrativas do museu valorizam a lógica de resistência em vez da de vítimas passivas que apenas sofrem a violência sem qualquer esboço de reação. Além disso, tais exposições trazem à tona a interpretação de que a ditadura é um problema do passado não resolvido.

Ainda em torno da instituição como um tudo, mas agora referente a aspectos mais técnicos. Ela é administrada pela APAC, sendo suas exposições realizadas por diversos indivíduos e com o envolvimento de diferentes empresas. A instituição ainda recebe apoio da Lei Rouanet, do Programa de Ação Cultural de São Paulo, do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, da APAC, da Cult SP, da Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas de São Paulo e do Ministério da Cultura.

Sendo que diversas de suas exposições são armazenadas em dois formatos: (01) como um e-book em formato pdf e (02) em formato de exposição digital feita através do serviço da empresa iTeleport. As imagens e os textos aparecem em boa resolução, entretanto, alguns documentos não possuem pontos de mobilidade próximos, o que

dificulta ou até mesmo impossibilita a sua visualização e leitura. Ademais, em aparelhos com memória RAM reduzida o site apresenta-se lento.

Tendo passado por uma visão geral acerca do Memorial da Resistência, podemos nos concentrar na exposição Mulheres em Luta. Cujo tema central foram as lutas das mulheres em torno da resistência à ditadura, envolvendo desde o processo de redemocratização, as lutas pela anistia e a busca de justiça contra civis e militares que atuaram nos processos de perseguição política. Todavia, a exposição ainda cobre outras lutas encabeçadas por mulheres, como o movimento das empregadas domésticas por seus direitos.

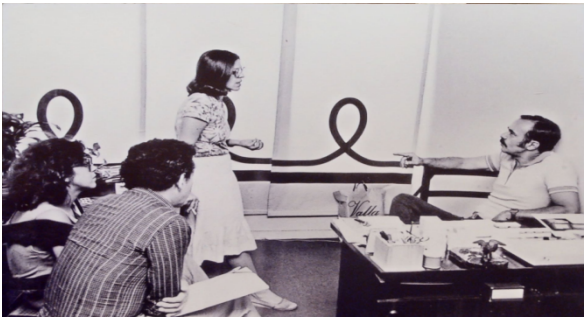
A exposição abarca principalmente o período da ditadura civil-militar brasileira, entretanto também cobre em menor medida os anos 1980, 1990, 2000 e 2010, trazendo a tona questões como a luta pela memória após o fim da ditadura e a luta por direitos. A exposição também cobre uma espacialidade abrangente, inclui locais como a Casa da Morte, o Congresso Nacional, as ruas de grandes centros urbanos e locais de socialização. Suas fotografias dão destaque tanto a movimentos coletivos quanto em mulheres em específico, como: Inês Romeu, Benedita da Silva e Beatriz Nascimento.

As quais, em grande maioria, possuem legendas e quadros informativos que as acompanham. A presença desses dois elementos juntos tornam as imagens mais compreensíveis, trazendo a fonte das imagens, o seu local, temporalidade e o contexto em que se insere o momento fotografado; sendo divididas em sessões temáticas. Assim, existem diversas sessões, alguns exemplos são: a que foca em Inês e a Casa da Morte, o papel desempenhado pelas mães que perderam ou tiveram filhos prejudicados pela ditadura, as organizações feministas, o movimento LGBTQIAP+ e a luta das empregadas domésticas.

De maneira geral, foram detectados três objetivos centrais: (01) trazer à tona que o Brasil ainda não se resolveu com o seu período ditatorial, (02) destacar a resistência feminina à ditadura e (03) evidenciar o importante papel desempenhado pelas mulheres em defesa da

democratização do país, um processo que não se restringiu apenas ao período anterior à eleição do primeiro presidente civil, mas que inclui a produção da Constituição e a luta por justiça social até a contemporaneidade. Com o fito de exemplificar e tornar tal análise mais palpável, foram selecionadas duas imagens que representam o teor da exposição que serão analisadas mais demoradamente abaixo.

IMAGEM 01: Inês confronta o ex-médico psiquiatra Amílcar Lobo em seu consultório, colaborador das torturas na Casa da Morte.



Referência: FONTES, A. Inês confronta o ex-médico psiquiatra Amílcar Lobo em seu consultório, colaborador das torturas na Casa da Morte. 1981. 1 fotografia. [*S.l.*]. Disponível em: https://portal.iteleport.com.br/tour/mulheres-em-luta-memorial-da-resistencia/fullscreen. Acesso em: 05 dez. 2024.

Trata-se de uma fotografia tirada em 05 de fevereiro de 1981 no consultório de Amílcar Lobo, ex-médico psiquiatra que colaborou com as torturas realizadas por militares na Casa da Morte, cuja única sobrevivente foi Inés Romeu. Em pé se encontra Inês Romeu, à sua esquerda se encontram a irmã de Inês, Lúcia Romeu, e o deputado Modesto da Silveira. Já á direita se encontra o ex-médico psicanalista Amílcar Lobo, responsável por tratar de Inês para garantir que ela fosse mantida sob tortura durante mais tempo. Ademais, no lado esquerdo o destaque se direciona menos para o ambiente e mais para Inês, Lúcia e Modesto, já ao lado direito há um direcionamento equilibrado entre ambiente e Amílcar. A mesa cheia de objetos reforça esse status do

ex-médico, ao mesmo tempo que reforça a imagem de Inês que sem esses objetos de status não se intimida.

A fotografia tem por temática central a resistência à ditadura e da busca por justiça empreendida por aqueles perseguidos por ela. Nesse caso em especial se ressalta ainda as questões de gênero, uma vez que seu foco está na resistência feminina à ditadura. A escolha de fotografar essa cena em específico provavelmente não foi ingênua, é uma foto que trata de uma inversão dos papéis de gênero socialmente instituídos. Na fotografia, Amílcar Lobo aparece com um gesto que transpassa uma ideia de superioridade e severidade. Todavia, ele se encontra sentado, enquanto Inês Romeu se encontra de pé. Se a linguagem corporal de Amílcar transpassa alguém que se considera superior, a posição de Inês evoca a imagem de alguém calmo frente à severidade do oponente e que ao ficar em pé não se intimida pela postura e status alheio.

IMAGEM 02: Deputada federal Benedita da Silva, única parlamentar negra a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, fala ao Congresso Nacional durante entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

Referência: DEPUTADA federal Benedita da Silva, única parlamentar negra a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, fala ao Congresso Nacional durante entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. 1987. 1 fotografia. [*S.l.*]. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/participacao-de-mulheres-no-poder-legislativo-e-tema-de-roda-de-conversa/. Acesso em: 05 dez. 2024.

Trata-se de uma foto tirada em meio à constituinte, em que Benedita da Silva ocupa o espaço da mesa diretora, o local de maior destaque dentro da Câmara, é desse local de poder que a deputada discursa. No primeiro plano, ocupando o papel de destaque na foto se encontra a deputada Benedita da Silva, à sua esquerda, ainda na região da mesa diretora, outras mulheres, possivelmente parlamentares. Ao fundo outros deputados da constituinte. Nesse âmbito, a foto gravita em torno de Benedita enquanto deputada da constituinte e liderança do feminismo negro. Ao levantar esse tema, a foto aborda questões quanto à participação das mulheres, em especial as mulheres negras, na luta pela redemocratização, a qual a criação da nova constituição foi central.

Outrossim, a foto evidencia principalmente as relações de gênero e de raça. Benedita, a única mulher negra a participar da constituinte, ocupa o espaço da mesa diretora ao lado de outras mulheres, ela ocupa o espaço para discursar na entrega da "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes". Trata-se de um documento encabeçado pelo movimento feminista em defesa de uma Constituição não misogina, a foto da destaque não apenas a participação feminina no processo de redemocratização, nesse caso, referente a construção da Constituição de 1988, mas também a participação do movimento negro.

Sob essas perspectivas, é possível perceber claras conexões entre as duas fotos (e o restante da exposição) e a interpretação que Daniel Pinha (2023) faz da história do tempo presente brasileira. para ele, a história do tempo presente no Brasil é caracterizada por uma dualidade fundamental. Duas dinâmicas opostas definem essa ambivalência: por um lado, observa-se um processo de erosão democrática, com ataques constantes aos ideais de cidadania e direitos humanos; por outro, verifica-se uma expansão da democracia, promovida por movimentos sociais que buscam ampliar esses conceitos para além de um modelo tradicional branco, europeu e masculino. Ainda segundo o autor, a concepção de democracia que estrutura a sociedade brasileira consolidou-se a partir

de 1988, fundamentada em dois princípios defendidos por distintos agentes.

O primeiro princípio, impulsionado por movimentos sociais durante a redemocratização, defende a soberania popular, o pluralismo político, a livre associação e a ampliação da democracia participativa, visando à garantia de direitos políticos e sociais. O segundo princípio, liderado principalmente por partidos políticos como o MDB, representou a restauração do liberalismo político representativo interrompido em 1964, porém sem transformações profundas nas estruturas socioeconômicas e sem responsabilização pelos crimes da ditadura, em uma transição negociada. A partir dessa noção de democracia intrinsecamente ambígua, é possível analisar os movimentos de avanço e retrocesso democrático que marcaram e ainda marcam o Brasil no século XXI (Pinha, 2023).

Sendo uma interpretação do passado feita no presente e para o presente a exposição se conecta a esta ambivalência em busca de estender o significado da democracia. Para além disso, ao trazer à tona a noção de uma resistência feminina e de uma extensão democrática promovida por mulheres, ainda se relaciona a maneira como a contemporaneidade brasileira é percebida por Joana Pedro, Cristina Wolff e Janine Silva (2022). Um momento intensamente marcado por disputas de gênero, em que importantes avanços e resistências foram realizadas por feministas e pelo movimento LGBTQIAP+, ao mesmo tempo em que movimentações conservadoras atuam para diminuir e atacar os direitos.

Na pesquisa histórica a fotografia pode, certamente, ser utilizada como ferramenta metodológica. Isso porque ela oportuniza uma infinidade de análises a partir das visibilidades possíveis dentro do recorte espaço-tempo projetado pela fotografia e ainda, muito além desse recorte, se estende para fora, ultrapassando imagem e duração. Dessa forma, é com a capacidade do ver e do interpretar que todo esse procedimento analítico se desenvolve, apoiando-se nas historiografias

que estudam o período retratado e até mesmo em outras fontes e recursos.

Ademais, a fotografia como recurso na pesquisa é utilizada principalmente levando em conta três focos: sua imagem, sua representação e sua duração. A respeito de cada tópico "a imagem pode ser pensada como forma de evidenciar os fatos e situações, a representação como forma de acesso e comprovação da realidade e a duração como forma de marcar, neste território de verdades científicas, a fugacidade da vivência e das visibilidades cotidianas" (Tittoni, Oliveira, Silva, Tanikado, 2010, p.60). Nesse sentido, cabe ao pesquisador investigar cada um desses focos, lembrando também das intencionalidades expressas ou não pelo fotógrafo, na fotografia e por quem foi fotografado. Assim, o pesquisador será capaz de captar signos e ideologias expressas em uma tentativa de registro da verdade.

Nesse estudo sobre mulheres e a ditadura brasileira, observa-se que o uso da imagem, representação e duração é de extrema relevância para a maior compreensão e visualização do que se passava nessa época. Tal uso de registros expressam recortes das lutas de gênero e de raça, dos movimentos, das opressões vivenciadas pelo povo durante a ditadura. E os estudos referentes a essa temática abordada nessas duas fotografias selecionadas ainda são fundamentais, como a própria instituição que a disponibiliza destaca. Assim, a fotografia composta de memória pode ser objeto de pesquisa histórica.

As fotografias podem ser utilizadas como recurso didático em diversos campos de estudo, pois instigam os estudantes a refletirem sobre a temática explorada. No ensino da História isso não se aplica de modo diferente, uma vez que, o uso da imagem e de seus componentes, da representação ali expressa e da duração contida na fotografia contribuem para o desenvolvimento de um pensamento crítico e da compreensão da realidade histórica projetada ou, ao menos de um fragmento dessa realidade. Logo, o aluno pode ser inserido em um

universo de reflexão acerca da memória capturada em determinado espaço-tempo.

Ademais, observa-se que "a fotografia possui papel educativo de extrema importância, pois possibilita variadas formas de percepção e forte formação dos conteúdos que constituem a produção da subjetividade" (Santos, Miranda, Gonzaga, 2018, p.1), isso porque a imagem está submetida ao processo de visualização de cada indivíduo de seus respectivos elementos. Vale lembrar que cabe ao educador prestar auxílio durante esse processo de análise e reflexão, "visto que é pelo direcionamento prévio e posterior que o aluno poderá eleger os elementos centrais que norteiam o seu olhar em relação às imagens e identificar questões que, sem o auxílio adequado, podem passar despercebidas" (Santos, Miranda, Gonzaga, 2018, p.1). Então, será possível obter um ensino-aprendizagem de maneira satisfatória.

Ao apresentar fotografias a respeito das mulheres na ditadura brasileira para estudantes, é perceptível a melhor apreensão e assimilação deles em relação ao conteúdo estudado. Por exemplo, as lutas de gênero e de raça, os movimentos e as opressões vivenciadas pelo povo durante a ditadura militar. Tal fato se sustenta por ser um exemplo de elemento comunicativo não verbal de maior facilidade de entendimento. Aliás, a "comunicação é uma das principais competências previstas em diversos documentos governamentais norteadores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) (Brasil, 2013) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) (Brasil, 2000)" (Santos, Miranda, Gonzaga, 2018, p.1). Portanto, as fotografias são imprescindíveis como recurso didático na educação.

A análise da exposição *Mulheres em Luta* evidencia que o Memorial da Resistência constrói uma narrativa pautada na valorização da atuação feminina — marcada por recortes de gênero, raça e classe — na resistência à Ditadura Civil-Militar e na defesa contínua da democracia no Brasil. Ao enfatizar o protagonismo de mulheres, em especial mulheres negras, a exposição desloca interpretações tradicionais

que as relegam a papéis secundários ou exclusivamente vitimários, apresentando-as como agentes políticos centrais nos enfrentamentos ao autoritarismo e na ampliação dos direitos democráticos.

Nesse sentido, a exposição insere-se diretamente nas disputas pela memória de um passado que não foi plenamente elaborado pela sociedade brasileira. Ao destacar a permanência das lutas por justiça, memória e direitos, o Memorial da Resistência reforça a interpretação de que a ditadura não constitui um problema encerrado, mas um legado ainda atuante no presente. Tal perspectiva dialoga com a historiografia do tempo presente, especialmente com a noção de ambivalência democrática apresentada por Daniel Pinha, ao evidenciar, simultaneamente, processos de erosão e de expansão da democracia no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEPUTADA federal Benedita da Silva, única parlamentar negra a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, fala ao Congresso Nacional durante entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. 1987. 1 fotografia. [*S.l.*]. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/participacao-de-mulheres-no-poder-legislativo-e-tema-de-roda-de-conversa/. Acesso em: 05 dez. 2024.

FONTES, A. **Inês confronta o ex-médico psiquiatra Amílcar Lobo em seu consultório, colaborador das torturas na Casa da Morte.** 1981. 1 fotografia. [*S.l.*]. Disponível em: https://portal.iteleport.com.br/tour/mulheres-em-luta-memorial-da-resistencia/fullscreen. Acesso em: 05 dez. 2024.

HISTÓRICO. **Memorial da Resistência de São Paulo,**[*S.l.*]. Disponível em:https://memorialdaresistenciasp.org.br/historico/. Acesso em: 06 dez. 2024.

INSTITUCIONAL. **Memorial da Resistência de São Paulo,**[*S.l.*]. Disponível em:https://memorialdaresistenciasp.org.br/institucional/. Acesso em: 06 dez. 2024.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na história do Brasil contemporâneo. **História,** São Paulo, v. 41, [*S.l.*], 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022016. Acesso em: 10 abr. 2025.

PERGUNTAS e respostas. **Memorial da Resistência de São Paulo,**[*S.l.*]. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/perguntas-frequentes/. Acesso em: 06 dez. 2024.

PINHA, Daniel. O tempo presente como desafio à historiografia e ao ensino de história em contexto de crise democrática. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 1-41, mar. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/2175180315382023e0104. Acesso em: 18 abr 2025.

TITTONI, Jaqueline; OLIVEIRA, Renata Ghisleni de; SILVA, Paula Marques da; TANIKADO, Grace. A Fotografia na Pesquisa Acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades de conhecer. **Informática na Educação:** teoria & prática, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 59-66, jan./jun. 2010.

SANTOS, Karen Mata; MIRANDA, Jean Carlos; GONZAGA, Glaucia Ribeiro. A fotografia como recurso didático. **Revista Educação Pública,** Rio de Janeiro, p.1-3, jan 2018.

CAPÍTULO 31

HISTÓRIA DOS OVAKWUISSI E SUA REPRESENTAÇÃO NO MANUAL DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA 10ª CLASSE DO ENSINO SECUNDÁRIO

Samuel Yambi Elias[145]

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no âmbito da 1ª Semana Acadêmica de História & II Encontro de História Nacional de Licenciatura em História-História em Movimento: Pesquisa, Ensino e Tecnologia Digitais para uma Sociedade Democrática, atividade essa que foi realizada a partir do Brasil, onde a nossa apresentação foi via online. O trabalho foi desenvolvido após as últimas recomendações saídas da conferência. Meu interesse por questões relacionadas aos Ovakwissi, enquanto um tema de pesquisa, se estende desde 2017, ainda no segundo ano da minha graduação em Ensino de História, na unidade curricular de História de Angola. Ao longo desta unidade curricular, tivemos a oportunidade de trabalhar com conteúdos sobre as populações antigas do território que hoje é Angola, e com isso surgiu-me algumas indagações sobre a forma em que os Ovakwissi são representados. Porém, por uma questão de delimitação, o manual que escolhemos é o da 10ª classe do II Ciclo Ensino Secundário.

145 Graduado em Ensino de História pelo ISCED-HUÍLA
Mestrando em Ensino de História de Angola.
Instituição de Vinculação: Instituto Superior de Ciências de Educação; ISCED-Luanda
yamby946@gmail.com

Os Ovakwissi, a par dos Ovacuepe fazem parte do grupo Ovatwa. São um dos primeiros povos a habitarem o nosso território, a sua história é marcada por grandes momentos, muito deles, após a chegada de povos de outras regiões, isto é, os Kuvales, tiveram que abandonar as suas regiões e outros acabaram por relacionarem-se com povos que invadiram e se instalaram o seu território. Sobre esse povo, o programa de História, dentre os temas que ele apresenta, destacamos aqui o tema II, com o titulo: Angola-Território e as Populações mais Antigas".

Portanto, para a concretização dos nossos objetivos, utilizou-se os métodos de revisão bibliográfica, analítico/sintético e a crítica histórica. A revisão bibliográfica foi fundamental, pois permitiu analisar alguns livros de autores que abordaram sobre os Ovakwissi. O método analítico-sintético permitiu selecionar e organizar informações relevantes, aumentando a compreensão sobre a História deste povo. Já a crítica histórica serviu para identificar e apurar as informações obtidas na comparação e no cruzamento das fontes históricas utilizadas.

OS OVAKUWISSI

Os Ovakwissi, são definidos como um povo que vive a vida primitiva dos *Kung*! São chamados assim pelos povos vizinhos, Kuvales, Himbas e Mukilengues, sendo que nesta designação entraria uma carga de desprezo que ele não sabe precisar se está relacionada à etimologia da palavra ou se este sentido depreciativo foi exteriormente acoplado a ela. Este termo não corresponde a uma autoidentificação, causa constrangimento aqueles que são identificados por ele, esses preferem auto classificar por Ova-mbundia ou Ova-kwandu, mas em função do tempo a terminologia Ovakwissi vai perpetuando.

A explicação sobre a origem dos Ovakwissi em Angola, obriga-nos a realização de uma viagem no passado em busca de informações históricas em termos de vivência e originalidade sociocultural.

Oriundo do grupo Ovatwa, este povo habita a faixa semidesértica do Namibe entre o mar e a Serra da Chela. A origem dos Ovakwissi são profundamente desconhecidas, mas podemos cogitar que da língua falada, antes mesmo de sofrerem a influência dos Kuvales, podem ter sido originários verdadeiramente do "cruzamento" entre Ova-Quede (Sa Mu! Kwe) e do povo Curoca, até que se prove o contrário.

Tal como já foi referenciado, este povo insere-se no grande grupo Ovatwa, e tenta reportar sua procedência aos Bergdamas[146] que habitavam o sudoeste africano antes da invasão dos hotentotes e bosquímanos, mas descarta esta hipótese apontando que há uma grande discrepância somática entre os Bergdamas e os Kuvale, enquanto a diferença entre um Kuvale e um Ovakwissi seria bem menos pronunciada. Justifica este facto com a afirmação de que os Ovatwa de Angola incorporaram muitos elementos dos seus vizinhos que teriam acolhido como refugiados e expulsos, e conclui com a constatação de que nada se pode saber de concreto acerca da sua procedência (ESTERMANN,1969).

Até uma data relativamente recente, se procura em vão nos relevos de viagens ou mapas geográficos um agregado populacional sob esta designação (Ovakwissi), este fato deve poder explicar-se por dois motivos: I) a sua vida errante e arrisca tornavam um contacto com exploradores e viajantes extremamente difícil; II) eles próprios não dão por este nome que acham este vocábulo etnonímico que os regista o mapa de Pinheiro Furtado de 1790. Ali se encontra, no entanto, também, e provavelmente pela primeira vez, o termo de Mucuixes, embora com localização que parece pouco acertada. Uma menção mais explicita desta gente trazem "os Anais do Município de Moçâmedes" transcritos nos "Anais de Conselho Ultramarino (1839/1849). Na costa ao Norte e Sul desta vila, diz o cronista, encontram-se os mucuissos, que é uma

146 Os Bergdamas são um grupo étnico de Angola e Namíbia , com raízes histórias culturais específicas. São considerados com um subgrupo dos San.

raça de "gentio" nómada que se supõe provir da nação mucuando, que demora ao Sul do Dombe, no lugar chamado Mundas dos Hambo. Vagueiam pelas pedras e rochedos da costa em pequeno número, sustentando-se de marisco ou de peixe que, industriosamente colhem com pregos, ou qualquer bocado de ferro, à falta de anzol, não fazendo parada certa nem demorada em parte alguma, sendo bastante tratáveis (ARGENTA, 2012).

Concernente a língua falada pelos Ovakwissi, de acordo LUTERO e PINTO (2017) a variante linguística que afeta a este povo obedece a uma estrutura mais abrangente que inclui também o povo Ovakwepe. Entretanto, a língua falada por este povo é mesmo denominada "Kwissi", sendo esta uma característica enraizada na maioria dos grupos espalhados no interior de Angola. Fruto da subalternização de que têm sido alvo, faz com que este povo oculte esse bem cultural precioso que é a sua identidade linguística e adota outra língua , como é o caso do *otjiherero*[147], isso para serem aceite na sociedade.

> Os Ovakwissi viviam em famílias isoladas, juntando-se, quando muito, duas ou três. Só em tempos de abundância excepcional concentravam-se em grupos maiores. Na parte mais árida do deserto não havia material para construir abrigos com ramalhos. Por isso eles contentavam-se muitas com passar as noites por baixo do céu aberto, escolhendo onde era possível, formações rochosas que oferecessem algum abrigo contra o vento e a chuva. O seu modo de vida era bastante semelhante aos dos Ova-Quede (Sa Mu! Kwe) de levante-se a hipótese de serem originários, ou descendentes do mesmo ramo, tanto os traços nas falas quanto a forma de sociedade, conservando as mais antigas identidades até ao século XV. Alimentavam-se de raízes, frutos que a mata oferecia, da caça miúda

147 Otjiherero é uma língua bantu, falada pelos hereros, um grupo étnico de Angola e Namíbia.

> que abundava a região e do peixe que pescavam. Não dispondo de armas sofisticadas, mas usavam alguma, o que pressupõe dizer que não eram exímios guerreiros, isto pode ser pelo facto de que os anos de algum conformismo, antes das invasões Bantu, legou-lhes alguma cultura de paz, ao que as armas não serem fundamentais para uma existência milenar livre de confrontos, ou de invasões, que ocorreram tempos depois, com vaga migratória dos bantus à região (REDINHA, 1973, p.20).

Ainda no que diz respeito ao modo de vida deste povo, ESTERMANN (1960) afirmara que os Ovakwissi fazem parte dos povos que tiram o sustento do produto da caça e da colheita de vegetais espontâneos. Assemelham-se, por conseguinte, aos *Kung*! Como estes, usam sobretudo o arco e a flecha envenenada para caçarem antílopes e zebras. Ao invés deles, pelo menos dos que vivem no Sul de Angola, os nossos habitantes do deserto manejam também com destreza a azagaia. Munidos com esta arma sentiam-se com coragem para atacar os animais, esforçando-se por trespassar-lhe o coração. Para matar alguns recorriam de preferência à flecha que tratavam de espetar na parte do corpo onde a pele é menos dura. Eram superiores aos *Kung*! no emprego de vários sistemas de armadilhas, com que conseguiam apanhar até holongos. Não desprezavam também animais pequenos por elas pudessem ser alcançados. Apesar da sua economia excluir a criação de gado e agricultura, encontrava-se entre eles, e segundo afirmam, há muito tempo, a anomalia de cultivarem milho em pequenas nesgas de terra situadas nos terrenos marginais dos rios. Outro pormenor curioso, para rasgar a terra a fim de lançarem a semente serviam-se pedras agudas. É possível, no entanto que só os grupos cujo território de caça era atravessado por um curso de água, se dedicavam a este cultivo de pouca monta.

> Os animais caçados eram fundamentalmente: holongos, bâmbis, punjas, concas, rinocerontes e elefantes. Não hesitavam em caçar leopardos que matassem seus animais. A outra técnica utilizada era o envenenamento da água por meio de seiva de um eufórbio tomando, para o caso, todos os cuidados no sentido de evitar que o mesmo fosse feito em zonas de abeberamento do gado. A caça assumia por vezes aspectos energéticos na perseguição dos animais que por vezes durava o dia inteiro, até que o mesmo ficasse completamente extenuado ou orientado à uma zona onde ficasse encurralado em recantos sem saída nas montanhas, onde por fim os abatiam (FERNANDES, 2014, p.18).

Muita antes da relação com outros povos, na comunidade Kwissi já existia a divisão de trabalho por género, a caça de aves estava especialmente destinada para oshomens, enquanto às mulheres estava reservada a coleta de frutos silvestres, legumes, folhas, tubérculos, ovos, pequenos animais e outros produtos comestíveis, eram elas colhidos com grande diligência. Mas, determinadas épocas do ano, os homens entregavam-se igualmente à procura do mel de que encontravam grandes quantidades em concavidades de árvores e sobretudo em cavernas. A armadilha, era uma combinação entre cova e laço feito de fibras vegetais, que era favorecida pela configuração do terreno, já que no tempo seco eram poucos os bebedouros naturais e os caminhos conduziam muitas vezes através de estreito desfiladeiros. Portanto, em muitas das zonas de recoleção simples, os recursos eram escassos, razão pela qual quando esgotados, os grupos deslocavam-se para outras zonas, enquanto se recompunham as que foram exploradas, daí que pode mostrar-nos a grande mobilidade a que estavam sujeitos estes povos apesar de parecer que esta mobilidade era feita dentro de um território definido (FERNANDES, 2014).

Para além das atividades mencionadas, na orla marítima se encontravam também grupos soltos de Ovakwissi, estes consumiam os

seus brandos e desprendidos dias a errarem pelas praias de mares serenos ou deslizarem pelos rochedos da costa, capturando e devorando crustáceos e peixe. Isto para indizível horror dos Kuvales, que tinham tais alimentos por tabu. À noite, esses bandos desgarrados acoitavam-se às furnas e cavernas abundantes na área, como alternativas, pernoitavam ao relento, enroscados em torno das suas fogueiras (DUARTE, 1999).

> O uso do fogo pelos Ovakwissi foi implementado graça a relação que esses tiveram com os seus irmãos Ovakwepe, pois esses últimos já utilizavam o fogo, e ensinaram os Ovakwissi a assar o peixe no fogo para o seu consumo e também para se protegerem do frio e dos animais ferozes. A introdução do ferro teria sido introduzida entre os Ovakwissi, na região do Virei, no principio do século XX (FERNANDES, 2014, p.19).

Não queremos aqui abordar a vida familiar e social desta gente, pois semelhante tarefa constitui hoje uma análise bastante complexa e cheia de conjunturas hipotéticas. O pouco que delineamos sobre a procura dos meios de subsistência já elucida suficientemente como seres humanos souberam adaptar-se a ambiente tão adverso como é o do Namibe para poder manter e transmitir aos seus descendentes as condições essenciais da existência humana. Hoje este povo encontra-se dividido em duas categorias: mucuando (aqueles que possuem riqueza, gado e praticam agricultura) e mucuissi (aqueles que não têm gado) e em função do contacto foram estabelecendo com povos vizinhos, sobretudo os Kuvales, acabaram por adotar outro estilo de vida, assim, além da caça, os Ovakwissi também praticam a agricultura de subsistência, a pastorícia e o comércio. Essas atividades têm sido recorrentes nos últimos tempos, fruto do apoio que têm recebido do governo e de algumas *ONG´s*.

RELAÇÃO OVAKWISSI E KUVALE

Os Kuvales assim como os Himbas são subgrupos dos Herero. Ora, os Kuvales constituem um dos maiores povos presente no território do Namibe, se estabeleceram primeiro nesta região (Namibe) em relação aos europeus e foram responsáveis pelos eventos que ocorreram, animando as relações comerciais, políticas e económicas da região antes da presença efetiva europeia a partir do século XIX.

CATOTALA (2023) levanta a hipótese de que os Kuvales tenham vindo do leste da África, dos grandes lagos, até a região que consideram sua casa (Namibe) há seculos, uma área entre o oceano e o vasto deserto. Com o andar do tempo, os Kuvales habitaram territórios que se estendiam do norte do rio Curoca até a Serra da Neve, possuindo uma grande quantidade de gado, ovelhas e cabras

Os Kuvales chegaram no Namibe, na região habitada por Ovakwissi, com as suas mulheres de invulgar beleza, os olhos amendoados e cintilantes, o sorriso enigmático, a cabeça coberta pelo gracioso chapéu de pele de carneiro, e procederam sem delongas à conquista das áreas mais fecundas. Foi intensa a repulsa suscitada pelos Ovakwissi aos intrusos, o abalo causado àqueles por estes pastores robustos, inabalavelmente decididos a construírem ali o seu futuro, foi com certeza aterrador. Não há evidência de que se tenham produzido grandes morticínios entre os Ovakwissi, porém, a usurpação dos seus espaços de liberdade deve ser originada alguns recontros memoráveis. Já no século XX, raros eram os descendentes dos vencidos que não evocavam o nome de um tal de *Katoki*, temível Kuvale que terá encabeçado as colunas assaltantes durante a fase crucial (DUARTE, 1999).

Com o avanço que os Kuvales estiveram a ter no território do Namibe, estes empurraram os donos da terra (Ovakwissi) para as zonas mais desértica da região, com isso os invasores puderam então construir

à vontade as suas ongandas [148]juntando então cubatas defendidos por cercas de espinheiros. Os Ovakwissi, expulsos para uma zona infértil, tinham apenas principiado a viver a sua tragédia. Atormentados pela fome e pela sede, subsistindo com inenarráveis dificuldades, logo se transformaram nômades do deserto.

> Em luta de sobrevivência, não lhes sobrou outra escolha senão procurarem a companhia dos seus desdenhosos vencedores (…) acabaram por submeter-se a um destino de abdicação e vexames: os Cuvales aceitaram-nos, mas, apenas, na condição de servidores. O desprezo a que foram votados não tardou a contagiar outras tribos do Sudoeste, a ponto de muitos destes deserdados da fortuna tentarem afanosamente encobrir a sua origem étnica, fazendo-se passar por membros de outras tribos (DUARTE , 1999, p.67)

Ainda de acordo o autor em referência, os Kuvales após conquistarem o território dos Ovakwissi passaram mais tarde a dominá-los, chegaram mesmo a proibir a pronúncia das palavras "mucunhangue" e mucoise". O desprezo da parte de seus vizinhos e para serem aceite, levou os Ovakwissi a adotarem os costumes de outros povos ou se fazer passar por outro grupo, ademais, muitos deles encobrem sua origem, como é o caso de raparigas que, com o intuito de encontrarem um bom casamento, se faziam passar por Mukilengues-humbes, adotando o penteado e a tatuagem deste grupo, além de submeterem-se à cerimônia de puberdade dos mesmos. Quando a descoberta a verdadeira origem delas, os pretendentes as rejeitavam imediatamente.

O único fator que une mucubais e "muhumbes" é o sentimento comum de repulsa ao grupo "mucuísse", considerados como os "homens

148 Onganda refere-se a uma residência fixa tradicional dos Kuvales, caracterizada por cercados de ramos de arbustos. Pode ter várias dimensões, servindo como estrutura social e local de protecção para o gado.

mais desprezíveis da terra". Na busca de causas e explicações para estas hostilidades, (BETTENCOURT & COTTA (1962) baseiam-se em critérios e análise evolucionista, identificando os Ovakwissi como menos evoluídos que os mucubais. A única razão para a diferenciação dos Ovakwissi em relação aos Kuvales seria "o estado de evolução econômica" em que se encontravam da caça e colecta, mas não sabem afirmar se esta diferença seria o factor determinante da referida repulsa. Suas observações lhes permitem apenas assinalar que o grupo Ovakwissi era "escorraçado" pelos outros grupos, e por isso procurava a paz nas grutas das rochas. Ressaltam ainda que nas raras ocasiões em que mucuissi oferecia seus serviços aos criadores de gado nativos, sua sorte seria inevitavelmente a de escravo, "com direito apenas a alguns grãos de milho".

De acordo ARGENTA (2012) algumas diferenças eram assinaladas em relação a outras populações Herero que ocupam territórios distantes, como Himbas e Hakahonas, especialmente pela distinção estética que expressa nas vestes, cabelos e enfeites corporais, e por falarem suas próprias línguas. No entanto, em relação aos Kuvales, costumam ser enfatizadas as contiguidades: mesma língua, mesmo modo de vestir-panos *Tyitati* e *Tyinkwane*, colares de missangas, pulseiras de ferro e lenço que cobre os cabelos das mulheres e as mesmas tradições. A língua é a mesma, mas existe uma diferenciação nas pronúncias, no modo de falar de mucuroca e mucubal, e até entre Ovakwissi.

OS OVAKWISSI NO MANUAL DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA 10ª CLASSE

O manual didático de historia é a base valorativa de muitos indivíduos, pois na maioria das vezes é o livro que o indivíduo tem acesso durante toda a sua vida. Tendo em conta que o manual didático de História tem a função de manter a ordem através da inclusão de valores, observa-se a relevância e a complexidade deste mecanismo,

assim faz-se necessário ter cuidado do que se fala e como se transmite o conteúdo no ambiente escolar, para que não apresente uma visão distorcida de acontecimentos históricos (CONCEIÇÃO, 2022).

Para a nossa realidade, alguns manuais didáticos de História, continua sendo usado como um instrumento que visa criar um sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua, além disso, geralmente apresenta alguns povos como primitivos, atrasado, ingênuo e congelado no tempo em narrativas muito generalizantes e que demonstram visões estereotipadas.

No nosso subsistema de ensino, o II ciclo do Ensino Secundário, a disciplina de História, os seus temas visam aprofundar os conhecimentos adquiridos nos níveis anteriores, destinando-se assim a proposta curricular de História da 10ª classe a satisfazer esta exigência.

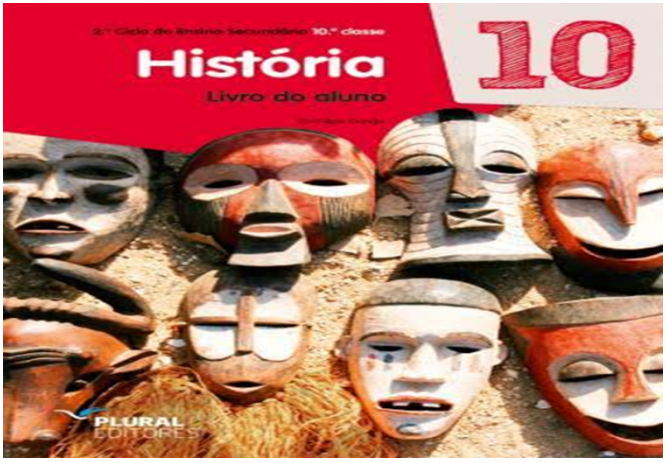


Figura 1: Manual Didático de História da 10 ª classe do Ensino Secundário, de autoria de Rui Filipe.

Ora, o actual manual didático de História da 10ª classe do ensino secundário, foi publicado pela Texto Editores em 2025, em substituição do antigo manual… dentre os temas que este manual apresenta, o

nosso foco incide para o tema II (Angola: Território e as Populações mais antigas), o mesmo refere-se a questão das primeiras comunidades que habitaram o território antes das migrações Bantus, os vestígios arqueológicos encontrados no nosso país, as comunidades *Khoisan*, bem como o processo de sedentarização e as migrações Bantus.

Concernente aos Ovakwissi, diferente do antigo manual que não faz nenhuma referência sobre a história dos Ovakwissi, o actual faz referência, mas pouca e de uma forma distorcida. Essa população é representada de uma forma marginalizada , no subtema ligado aos Ovatwa, o manual apresenta a classificação deste grupo (Ovakwepe e Ovakwissi), e posteriormente, faz-se uma abordagem genérica desses dois povos, ou seja, o manual não apresenta a caraterização de cada um eles, apenas são abordados em uma página como um só povo, isto é, apresenta uma história única, quando na verdade esses povos tem história diferente, isso em função da sua origem, modos de vida e relação que foram estabelecendo ao longo do tempo com outros povos. Mesmo com a prerrogativa que os professores têm em investigarem e abordarem assuntos que dizem respeito sobre a História local, ainda assim, é comum por parte dos nossos professores abordarem a história dos Ovakwissi, tal como o manual apresenta, o que de uma forma pode tem levado os nossos alunos a terem um conhecimento deturbado sobre esse os Ovakwissi. portanto, há a necessidade de se restruturar os conteúdos que fazem parte do manual didático em referência, já que no material actual o conteúdo sobre esse povo, faz-se pouca menção sobre eles, e na única página em que se faz menção, é de forma marginalizada.

Essa breve menção evidência uma lacuna significativa na narrativa oficial, pois coloca de parte os Ovakwissi na história dos povos de Angola, porém, a escola como um espaço vital para acabar com essas formas estereotipadas que os Ovakwissi são apresentados, podemos começar restruturando o manual didático da classe em referência, pois não obstante deste povo pertencerem ao mesmo grupo que os Ovakwepe, ainda assim eles têm uma história diferente, e não podem ser

representados como povos primitivos. A escola tem a responsabilidade de ir além daquilo que os manuais didáticos apresentam, porque há uma história sobre esse povo que os nossos alunos devem saber, com isso deve-se aliar a história local e a memória colectiva de modo a construímos o saber histórico deste povo.

Quando o manual didático de História apresentar de maneira fiel sobre os Ovakwissi, o preconceito diminuirá no meio da sociedade. Mas tem que se começar de algum lugar, nada melhor do lugar onde temos os primeiros conhecimentos sobre a história dos povos, isto é, nas escolas. Portanto, para uma compreensão da história dos Ovakwissi por parte dos nossos alunos, como sugestão, abaixo apresento um quadro sinóptico que pode ajudar os professores nas suas aulas quando estiverem a falar sobre os Ovatwa, sobretudo os Ovakwissi:

Quadro 01: Síntese sobre a história dos Ovakwissi

Localização Geográfica	Situavam-se se na província do Namibe. Atualmente podemos encontrá-los na província de Benguela e Huíla.
Origem	Existem várias hipóteses sobre a origem deste povo, mas a mais consensual é que são provenientes da faixa do deserto do Namibe e, depois, estenderam-se até à Serra da Chela, onde acabaram mais tarde manter relação com outros povos.
Actividades Económicas	Praticavam a caça (holongos, bâmbis e elefantes) coleta frutos silvestres e de mel. Hoje, são praticantes também da agricultura e a pastorícia.
Organização Sociopolítica	Viviam em pequenos grupos, as pessoas reuniam apenas em casos complicados, havia divisão de trabalho quanto ao género. Não possuíam estruturas sociopolíticas fortes. A única autoridade que se submetiam era o chefe do acampamento.
Religião	Os Ovakwissi prestavam culto aos antepassados, oferecendo sacrifício ao espírito, que resumia em um animal apanhado durante a caça. Mais tarde, foram obrigados a adotarem a doutrina religiosa dos Kuvales.
Manif. Culturais e Artes.	Rito de iniciação (festa de puberdade e pita pôje) ritual de passagem (casamento e ritual fúnebre). Sobre arte, há registos de grandes pinturas rupestres no Virei e Camucuio.

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Como conclusão, permitam-nos afirmar que este estudo teve como objetivo analisar a forma em que os Ovakwissi são representados no manual didático da 10ª classe; um povo que faz parte do grupo Ovatwa, um dos primeiros a habitarem o território que hoje é nomeado por angola.

Os Ovakwissi habitam a faixa semidesértica do Namibe entre o mar e a Serra da Chela. A origem deles até os dias de hoje ainda é discutível, mas em função da língua falada, antes mesmo de sofrerem a influência dos Kuvales, a hipótese que se levanta é que podem ter sido originários verdadeiramente da relação entre Ova-Quede (Sa Mu! Kwe) e do povo Curoca, até que se prove o contrário.

Hoje este povo encontra-se dividido em duas categorias: mucuando e mucuissi, e em função das migrações Bantu, que se registou ao longo da história os Ovakwissi viram o seu território a ser invadido pelos Kuvales, que posteriormente, acabaram por se instalar e dominar o seu território, e como consequência, alguns Ovakwissi foram obrigados à dotarem adotar outro estilo de vida, onde para além da caça, começaram a praticar agricultura de subsistência, a pastorícia e o comércio.

Portanto, infelizmente, o manual didático de história da classe em estudo, não apresenta como deve ser a caracterização dos Ovakwissi, pois este manual aborda-os numa perspectiva de que tanto os Ovakwissi como os Ovakwepe são um único povo, ou seja, com uma única história, quando na verdade, não obstante de pertencerem ao mesmo grupo, ainda assim, eles têm uma história diferente, que os nossos alunos devem aprender tal como ela é, e modo a se preservar a memória cultura deste povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTA, Milena. **Marcas da Etnicidade –Indumentária e pertença étnica no Curoca, Sudoeste de Angola.** Dissertação de Mestrado. 2012.

BETTENCOURT, José de Sousa; COTTA, Gonçalves. **Os grupos Autóctones do Deserto do Namibe.** Bol. Invest. Cient. Angola. Lunada, N.1, 1962.

CATOTALA, José Mateus. **Os Kuvales no século XX: Resistência e Genocídio,** Namibe. 2023.

CONCEIÇÃO, Maria Pereira. **Povos indígenas e a construção de suas representações étnicas,** São Bernardo; MA, 2022.

DUARTE, José Bento. S**enhores do sol e do vento: Histórias verídicas de portugueses angolanos e africanos.** Editora Estampa, 1999.

ESTERMANN, Carlos. **Etnografia do Sudoeste de Angola. Os povos não- Bantos e o Grupo étnico dos Ambós,** I vol. (2.ª ed. corr.). Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar, Memória Série Antropológica e Etnológica n.º 4.

FERNANDES, José Benjamim Caema. **As pinturas do Abrigo do Tchitundu-Hulu Mucai: Um contributo para o conhecimento da arte rupestre da região,** 2014.

LUTERO, Jones; PINTO Marialva Moog. **Educação para a cidadania: Exclusão/Descriminação da cultura Kwisi no ambiente escolar, na comuna do Caitou, Município da Bibala, Província do Namibe- Angola.** DOI: http://dx.doi.org/10.25087/resur4a2 . 2017

REDINHA, José. **Etnias e Culturas de Angola; Angola**: Edição do Instituto de Investigação de Angola com a colaboração do Banco de Angola, 1973.

CAPÍTULO 32

AS OBRAS CONCEITUAIS DE LUIZ ALPHONSUS E GUILHERME VAZ: entrecruzamentos entre arte e política (1969-1979)[149]

Tamara Silva Chagas[150]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto de nosso estudo são as obras dos artistas Guilherme Vaz (Araguari/MG, 1948-2018) e Luiz Alphonsus (Belo Horizonte/MG, 1948-). Embora a historiografia da arte oficial tenha esquecido sua relevância para a arte brasileira dos anos 1960 e 1970, sobretudo no caso de Vaz, ambos os artistas foram figuras notórias, tendo elaborado poéticas experimentalistas relevantes para a reconfiguração do cenário artístico do momento. Ademais, participaram de mostras seminais no período em questão.

Tanto Vaz quanto Alphonsus foram pioneiros na produção de arte conceitual no Brasil, ao lado de outros nomes importantes, despontando no Salão da Bússola, de 1969, que serviu de trampolim para

149 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – <65697.964.18006.21112024>e se baseou no projeto de pesquisa selecionado pelo edital PROFIX 12/2024 dessa mesma instituição.

150 Pós-doutoranda em História da Arte
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, bolsista FAPES
tamara.chagas1@gmail.com

essa geração de artistas. Tendo isso em mente, nosso objetivo geral é destrinchar uma possível relação entre o alto experimentalismo estético de suas obras e um comprometimento sociopolítico, que caracterizaria a produção da primeira geração conceitualista brasileira como coisa autóctone. Ou seja, com qualidades específicas que a diferenciam da produção estadunidense.

Como critérios marcantes para essa especificidade da arte conceitual brasileira da primeira geração, podemos elencar três fatores: o comprometimento sociopolítico, que levou à realização de obras altamente engajadas e radicais; a ênfase na participação do espectador, seja via sensório-corporal, como conjecturaram Hélio Oiticica e Lygia Clark, seja via semântica ou intelectiva, para usar uma expressão de Waldemar Cordeiro; e o recurso à efemeridade e à precariedade, como características intrínsecas à própria poética dos artistas daquele grupo. Todos esses fatores se somariam às estratégias da nova tendência artística internacional, que contava com a desmaterialização da obra de arte como seu grande trunfo contra sua institucionalização e mercantilização.

Tendo isso em vista, salientamos que este trabalho busca mostrar as principais questões que guiam nossa pesquisa de pós-doutorado, ainda em estágio inicial, realizada no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGA/UFES), com supervisão da Professora Doutora Almerinda da Silva Lopes, para qual recebemos financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). O recorte espaço-temporal deste estudo abrange o Brasil, de 1969, ano da eclosão dessa geração conceitualista em nosso país, com o Salão da Bússola – evento-trampolim para esse grupo de artistas –, também marcado pela fase inicial de vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), instaurado em 13 de dezembro de 1968, até o ano de 1979, com a decadência da vanguarda conceitualista brasileira e, ainda, com o início da abertura política que desembocaria, mesmo que lentamente, no fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985.

Assim, nosso objetivo com o projeto é não apenas correlacionar tais poéticas disruptivas de Vaz e Alphonsus ao contexto de resistência artística contra as ações repressivas ditatoriais, mas também desvelar como a arte pode, mesmo sem abordar temas explicitamente políticos, ser um instrumento de transformação política. Para tanto, usamos como referencial teórico textos de pensadores como: 1. Herbert Marcuse, que viveu aquele momento contracultural que serviu de panorama para a produção radical de Vaz e Alphonsus; 2. Frederico Morais, crítico aliado a tais artistas da vanguarda conceitualista; 3. Pierre Bourdieu, que evidenciou as estruturas de dominação que engendram nossa sociedade; e 4. Jacques Rancière, com o objetivo de aproximar as reflexões sobre o período a questões mais atuais.

DESENVOLVIMENTO

Na produção conceitualista, surgida nos Estados Unidos e na Europa no início dos anos 1960, num contexto marcado por crise e amplas transformações no âmbito artístico, a obra de arte torna-se coisa desmaterializada, convertida em ideia ou ação (ARCHER, 2008). O caráter desmaterializado é primordial, não importando a linguagem utilizada. Por isso, é tão difícil delinear rigidamente a produção de caráter conceitualista, que pode se dar de diferentes formas, como *happenings*, performances, fotografias, vídeos/filmes, Land Art, arquivos, textos, ou, até mesmo, pintura (SMITH, 2000). A presença matérica da obra de arte, sua proposição como objeto físico acabado, torna-se irrelevante. Em lugar disso, a ênfase recai sobre o conceito, a ideia que o artista pretende transmitir, de modo a aguçar a capacidade reflexiva do espectador.

De acordo com a teórica Lucy Lippard (1973), a arte conceitual está imersa na mesma conjuntura de crise e transformação na qual se encontram a Segunda Onda Feminista, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos – com a emergência de importantes líderes, como

Martin Luther King Jr. e Malcolm X, ambos assassinados nos anos 1960 –, e a contracultura. Isso demonstra que a arte conceitual se situa num contexto de busca por novos parâmetros e possibilidades que marcou a Guerra Fria e o Pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, o período em questão foi transformador não apenas para a arte e para a cultura, mas para a sociedade como um todo, que visava a conquista de maior liberdade, justiça e igualdade (CHAGAS, 2021).

Além da mudança de paradigmas que converteu a arte do fato físico para pura ideia, outras questões também permearam a arte conceitual, como o uso da linguagem, seja ela falada ou escrita (LEWITT, 2006); a indagação sobre a natureza da arte; a conversão da obra em qualquer coisa, para além da visualidade; e a crítica institucional. Todas essas estratégias da arte conceitual internacional convergiam para dificultar a assimilação mercadológica da nova arte. No entanto, com o tempo, esta foi de fato apropriada pelo mercado.

Contudo, a tendência, quando eclodiu no continente latino-americano e no Brasil, assumiu questões novas, adicionando-as àquelas da corrente estadunidense e europeia. A principal característica foi o comprometimento político e social, para além da crítica contra o sistema e o mercado artístico. É bem provável que a conjuntura de tais países naqueles tempos, imersos sob sangrentas ditaduras, tenha influenciado o radical engajamento estético-político que emergiu na obra dos artistas conceitualistas latino-americanos e brasileiros dos anos 1970. (Abrimos um parêntesis aqui para ressaltar que, apesar do acima explicitado ser uma característica geral da corrente conceitualista internacional, ele não é absoluto, visto que existiram artistas como Joseph Beuys e Hans Haacke, os quais exploraram questões explicitamente políticas em suas obras).

Segundo Mari Carmen Ramírez (2007), o comprometimento político foi a principal especificidade da arte conceitual em nosso continente. Mas a teórica também destaca outros fatores importantes que se destacam como idiossincrasias locais, como a participação do

espectador e a heterogeneidade de suas propostas. Assim, divergindo do posicionamento de críticos como Marta Traba, para Ramírez, a arte conceitual latino-americana não se tratou de um modismo importado, mas uma contribuição original ao debate internacional em torno da arte como ideia. Assim, a corrente latino-americana teria antecipado problemáticas que seriam discutidas pelos artistas conceitualistas europeus e estadunidenses apenas anos após essas incursões, embora existam exceções, como os artistas acima citados.

É importante destacar que Cristina Freire (2006), ao falar da produção brasileira, também concorda que a tendência de nosso continente se deslocou da proposta tautológica original da arte conceitual para assumir um posicionamento sociopolítico mais explícito, funcionando, simultaneamente, como estratégia de desvencilhamento da censura em voga no Brasil. Assim, a dificuldade de interpretação das obras conceituais seria uma tática dos artistas vanguardistas contra a perseguição política.

Sobre isso, é relevante mencionar que a linguagem pictórica era de interpretação mais acessível aos agentes da repressão. Prova disso foram os inúmeros episódios de censura a obras e consequente perseguição aos seus criadores, a maioria deles pertencente à tendência da Nova Figuração Brasileira. Como exemplo, podemos citar o pedido de retirada do objeto *O presente*, de Cybèle Varela, antes da abertura da IX Bienal Internacional de São Paulo, em 1967, devido a seu caráter irônico e crítico acerca dos militares (LOPES; CHAGAS, 2020). Também Claudio Tozzi, com a obra *Guevara Vivo ou Morto,* sofreu com a repressão. A pintura foi pichada por grupos radicais direitistas e, posteriormente, também danificado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (MEDEIROS, 2017). Por fim, cremos ser importante lembrar o episódio do confisco à pintura de Thereza Simões pertencente à série *Faixas da Memória*, prevista para ser exposta na II Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia, em 1968. Conforme a artista nos relatou, ela escapou da prisão por um triz, pois não estava no local naquele

momento, mas no Rio de Janeiro (SIMÕES, 2015). A obra mostrava os protestos da UNE no Rio de Janeiro, naquele mesmo ano, e os do Maio de 1968, na França.

Somamos ao pensamento de Ramírez, o fato de que a participação do espectador, no contexto brasileiro, possuiu desenvolvimento autóctone, sendo herdada das contribuições Neoconcretistas de Hélio Oiticica e Lygia Clark, no que tange à ideia de participação sensorial e corporal. Mas tal desenvolvimento também se filiou à noção de Waldemar Cordeiro, ao miscigenar questões do Concretismo dos anos 1950 àquelas vindas da Pop Art, já nos anos 1960, acerca da participação semântica ou intelectiva, com sua série *Popcretos*.

Ademais, outra particularidade que acrescentamos como qualidade intrínseca à arte conceitual produzida no Brasil é a recorrência à precariedade como tática estético-política dos artistas conceitualistas locais, tanto para se desvencilhar da censura e da perseguição, como para se libertar da mercantilização da obra, como finalidade última do sistema artístico. A instituição arte era vista pelos artistas como reprodutora dos esquemas de dominação da sociedade capitalista e, ainda, colaboradora de sua perpetuação. Aqui defendemos que os artistas da primeira geração conceitualista brasileira, um grupo pequeno, mas que gerou bastante barulho no circuito artístico brasileiro naquele momento (anos 1960 e 1970) – dentre os quais destacamos Luiz Alphonsus e Guilherme Vaz –, repercutiram, em geral, em suas obras tais questões que seriam essenciais para a compreensão de suas poéticas.

Artistas como Guilherme Vaz, Luiz Alphonsus, Cildo Meireles, Artur Barrio, Antonio Manuel e Thereza Simões integraram o grupo precursor da arte conceitual no circuito brasileiro, despontado com o notório Salão da Bússola. Tais artistas desvencilharam-se da assepsia e do dogmatismo da vertente conceitual kosuthiana (KOSUTH, 2006) – lembrando que, alguns deles, rejeitavam o rótulo "conceitual" por justamente vê-lo atrelado à produção de artistas como Kosuth –, recorrendo ao uso da precariedade como estratégia para produção de

uma arte altamente experimentalista e radical tanto em termos estéticos quanto políticos, num momento marcado por intensa repressão.

Dessa maneira, esses artistas fizeram uso do próprio subdesenvolvimento brasileiro da época para se posicionarem artística, social e politicamente. A utilização de materiais alternativos e pobres, além da recorrência a poéticas desmaterializadas e efêmeras, estiveram, então, em consonância com a realidade vivenciada por aqueles jovens artistas brasileiros. Entendemos que o uso da precariedade foi um meio de posicionamento desses criadores diante não apenas do convencionalismo vigente no sistema artístico brasileiro, mas também da estrutura social excludente e exploratória vigente no país (CHAGAS, 2021).

Uma figura central para esse grupo de artistas conceitualistas da primeira geração brasileira foi o crítico mineiro Frederico Morais. Radicado no Rio de Janeiro desde 1966, escrevia para o jornal *Diário de Notícias* à época (e depois, para *O Globo*), sempre em defesa dos jovens artistas de vanguarda (MORAIS, 1975). Propagou a ideia da "arte-guerrilha", tomada de empréstimo de um ensaio do escritor Décio Pignatari, de 1967. Com essa noção, profundamente conectada às incursões desse primeiro grupo conceitualista, Morais defendia a recorrência a materiais alternativos e precários, o uso do improviso, do experimentalismo estético e do comprometimento político como formas de atuação do chamado "artista-guerrilheiro" (MORAIS, 1970), tal como se pode perceber na obra de Alphonsus e Vaz, embora suas obras nem sempre tenham sido explicitamente políticas.

Guilherme Vaz, mais conhecido como músico experimental, iniciou sua trajetória na arte conceitual no final da década de 1960. Embora sua trajetória na tendência tenha sido curta, pois a abandonou em 1975, após perceber sua institucionalização, produziu obras extremamente radicais, calcadas na desmaterialização extrema, no uso da palavra escrita e da sonoridade. Um exemplo de obra emblemática é *Sapatos Quentes*, de 1969, que consistiu em uma caminhada pelas ruas

do Rio de Janeiro, finalizada no MAM-RJ. Em seguida, o artista retirou e deu a sua camisa a um espectador, inserindo-o na obra, e calçou os sapatos em suas próprias mãos. Para Manata (In: GUILHERME..., 2016), o ato demonstrou o desapego do artista e sua inteira entrega à arte.

Já Luiz Alphonsus possui uma produção interessada em questões como a natureza, a paisagem, o cosmos e a política. Um exemplo de obra em que congregou os temas ambientais e políticos foi o audiovisual *Natureza*. A linguagem do audiovisual, para a qual os artistas faziam uso de um ou mais projetores de diapositivos somados a equipamentos de som, floresceu no início da década de 1970 no Brasil, tendo uma sobrevida de pouquíssimos anos e sendo logo abandonada pelos artistas de vanguarda, frequentemente em prol da pesquisa com o vídeo e o filme Super-8. A obra de Alphonsus, cujo título original – *Aos desaparecidos* – foi trocado para evitar problemas com os órgãos de repressão, mostra um homem sob a mira de um revólver, com a participação do próprio artista como algoz. Os slides em vermelhos foram contrapostos ao bolero Bésame Mucho, em versão instrumental, numa clara crítica ao desaparecimento e assassinato de presos políticos pela Ditadura.

Como referencial teórico da pesquisa que aqui apresentamos em seu estágio inicial, faremos uso, além de textos de Morais e Ramírez, como acima destacado, do pensamento do filósofo Herbert Marcuse, contemporâneo aos dois artistas e à sua produção nos anos 1970. Ligado ao marxismo e à contracultura, Marcuse (2005) defendeu a arte como meio de transformação social, um instrumento capaz de romper com os instintos agressivos e repressivos da sociedade afluente via uso da imaginação. A arte, vista como protesto contra a opressão capitalista em vigor teria, assim, função protagonista na luta libertária, mas não como arte política ou panfletária, mas como ferramenta de rompimento com os esquemas de percepção convencionais que impedem o humano de enxergar a realidade como ela realmente é, mantendo-o numa postura de passividade e alienação (MARCUSE, 2018). Para tanto, o debate trazido

à tona por Bourdieu (2007) a respeito de tais esquemas também é válido e será utilizado na pesquisa. Ademais, as ideias discutidas por Jacques Rancière (2009) sobre o papel político da arte, existente mesmo que a obra não aborde explicitamente questões políticas, são pertinentes a esta pesquisa e servirão para atualizar o debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, não apenas as obras de claro teor político podem ser consideradas políticas: aquelas que se ocupam de reconfigurar os esquemas de ação, pensamento e percepção do humano também o são. Os trabalhos altamente experimentalistas e críticos de Vaz e Alphonsus caminham nessa direção, ao instigar no espectador a reflexão não apenas sobre o universo da arte, mas também sobre a realidade que o circunda, rompendo com as relações tradicionais da arte instituída, que exclui parcela da população do embate com a produção artística, pois não aceita sua entrada na instituição museológica. E mesmo ao público oriundo da elite, geralmente aceito nesse recinto sagrado, relega o papel de reles fruidor contemplativo. A arte de vanguarda dos anos 1960/70, por meio de propostas de artistas como Vaz e Alphonsus, e entre outros, rompe radicalmente com este pacto, retirando o espectador de seu lugar, seja de exclusão, seja de passividade, convidando-o à participação e à reflexão crítica sobre a realidade na qual se inscreve, numa movimentação libertária em busca de transformação não apenas no território da arte, mas, concomitantemente, no âmago social e político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHONSUS, Luiz. Máquina de Voar. Rio de Janeiro: Stamppa Gráfica, 2011.

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea**:uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHAGAS, Tamara Silva. A arte conceitual e a contribuição de Guilherme Vaz (1969-1975). **Art&Sensorium**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2021.

FREIRE, Cristina. **Arte conceitual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUILHERME VAZ: UMA FRAÇÃO DO INFINITO. Rio de Janeiro: EXST, 2016. 320 p. Catálogo de exposição.

KOSUTH, Joseph. A arte depois da filosofia. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. **Escritos de artistas**: anos 60/70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 210-234.

LEWITT, Sol. Parágrafos sobre arte conceitual. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. **Escritos de artistas**: anos 60/70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a, p. 176-181.

LIPPARD, Lucy. Six years: the dematerialization of the art object from 1966 to 1972. Nova York: Praeger, 1973.

LOPES, Almerinda da Silva; CHAGAS, Tamara Silva. "Intersecções entre a obra de Cybèle Varela e a sociedade de consumo". **Dimensões,** Vitória, n. 45, p. 170-191, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/31727/22872>. Acesso em: 28 out. 2023.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética**. Lisboa: Edições 70, 2018.

MARCUSE, Herbert. A arte na sociedade unidimensional. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 259-270.

MEDEIROS, Alexandre Pedro de. As censuras contra Guevara, vivo ou morto..., de Claudio Tozzi. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 9, n.19, p. 43-66, 2017.

MORAIS, Frederico. **Artes plásticas:** a crise da hora atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MORAIS, Frederico. Contra a arte afluente: o corpo é o motor da obra. **Revista de Cultura** *Vozes,* Rio de Janeiro, ano 64, v. 64, n. 1, p. 45-59, 1970.

RAMÍREZ, Mari Carmen. Táticas para viver da adversidade: o conceitualismo na América Latina. **Arte&Ensaios**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 15, p. 185-195, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SIMÕES, Thereza. Entrevista concedida a Tamara Silva Chagas. 2015.

SMITH, Roberta. Arte conceitual. In: STANGOS, Nikos (Org.). **Conceitos da arte moderna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 222-235.

CAPÍTULO 33

O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM CARUARU: discussões a partir da Lei nº 11.645/2008, do Parecer CNE nº 14/2015 e das entrevistas com docentes

Wagner de Oliveira[151]

INTRODUÇÃO

O ensino da temática indígena na Educação Básica é um assunto bastante discutido, no entanto, com uma aparente distância entre o vivenciar e o silenciar. É de se estranhar a contínua invisibilidade dos/das indígenas nas unidades de ensino no Brasil, pois além de primeiros/as habitantes no lugar, ocorreu o aumento populacional nos últimos Censos demográficos, afastando assim as infundadas teorias sobre o desaparecimento. Contudo, quais conhecimentos sobre o tema o/a estudante expressa ao término da jornada no ensino básico? A resposta para o questionamento provavelmente não seria otimista, existindo uma dívida enorme nos sistemas de ensino em relação aos povos indígenas, necessitando urgentemente de profundas reparações pedagógicas e historiográficas.

Nas duas últimas décadas, com a publicação da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE nº 14/2015, a Educação Básica brasileira foi desafiada a incluir vivências letivas sobre a temática indígena. "A publicação

151 Mestre em Ensino de História
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
wagner.wo@ufpe.br

da Lei 11.645/2008 tem desafiado gestores/as das redes de ensino e professores/as a incluírem em seus projetos educativos a história e a cultura dos povos indígenas" (NASCIMENTO,[152] 2021, p.13). Nesses pressupostos, as escolas são obrigadas a incluir nas suas práticas a história e culturas dos povos afro-brasileiros e indígenas, fazendo parte de todos os componentes curriculares. Isso seria um reflexo da luta de diversos movimentos sociais que ganharam força a partir dos anos 1980 e com a posterior aprovação da Constituição de 1988 presidida por Ulysses Guimarães.

Posteriormente a legislação de 2008 foi aprovado o Parecer CNE n° 14/2015 visando apresentar de forma mais detalhada como deve ocorrer o ensino da temática indígena nas escolas. O Parecer é um importante documento estabelecendo as diretrizes operacionais para a implementação da história e culturas dos povos indígenas na Educação Básica brasileira, trazendo orientações para abordar a temática indígena de forma coerente. O estudo da temática na Educação Básica, segundo orientações do Parecer será realizado por meio de conteúdos, competências, atitudes, conhecimentos e valores possibilitando aos/as estudantes maior compreensão sobre uma sociedade pluricultural e pluriétnica, e assim, estimulando um convívio pautado no respeito das diferenças.

No entanto, nas palavras do pesquisador Edson Silva (2024), as sociodiversidades indígenas não são contempladas no ensino, mesmo após os 17 anos de publicação da Lei nº 11.645/2008 e 10 anos do Parecer CNE nº 14/2015, ainda ocorrem diversos empecilhos pensando na efetivação da legislação. Entre os entraves, as constantes interpretações equivocadas por agentes públicos, bem como em documentos administrativos sobre diferenças e significados dos termos Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. Todo o cenário de confusões e

152 Rita Gomes do Nascimento (Rita Potiguara) é mulher indígena do povo Potiguara do Ceará. Doutora em Educação, foi relatora do Parecer CNE 14/2015. A atuação de Rita mostra o protagonismo da mulher indígena na sociedade brasileira.

equívocos tem se refletido na continuidade dos desconhecimentos, racismos, preconceitos, generalizações e desinformações sobre os/as indígenas.

Entender a aplicabilidade da legislação em Caruaru é no mínimo desafiador e merece uma análise bem esclarecedora e instigante, uma vez envolvendo a vivência da temática indígena nas escolas em um município importante no cenário nacional. Lugar famoso por acreditar produzir o maior São João do mundo e ser a terra do Alto do Moura e do artista consagrado Mestre Vitalino. No último Censo demográfico do IBGE atingiu a marca de 378.048 habitantes, colocando-o como o 4° maior de Pernambuco, 14° da Região Nordeste e 67° do Brasil. Ainda segundo o levantamento demográfico de 2022, Caruaru contabilizou 599 indígenas, um número talvez baixo quando comparado com a população total da localidade. Ao mesmo tempo, é pertinente lembrar o histórico de silenciamento nos censos provocado, sobretudo, pelos preconceitos sociais enfrentados pelos indígenas diariamente.

Até o nome do município tem uma ligação com a temática indígena, pois mesmo não havendo um consenso histórico sobre a origem da palavra "Caruaru" porque existe mais de uma versão para origem e significado, do ponto de vista etimológico, acredita-se ser de origem indígena, mais precisamente do dialeto dos índios cariris, habitantes da região no século XVI. "Mesmo não respondendo de forma direta, mas afirmamos que possivelmente o nome é de origens indígena" (FERREIRA, 2021, p.192). Sendo assim, a efetivação das legislações de 2008 e 2015 é imprescindível na Educação Básica pública do município, pois contribui com uma sociedade mais inclusiva ao conhecer e respeitar as sociodiversidades indígenas.

ENTREVISTA: uma metodologia eficiente ao aproximar o debate teórico do cotidiano escolar

A partir de agora busca-se fazer um diálogo intrínseco com professores/as atuantes na rede municipal de Caruaru almejando entender como vem ocorrendo a vivência da temática indígena nas unidades de ensino nos últimos anos. Foram realizadas entrevistas enriquecedoras com alguns/algumas profissionais de todos os componentes curriculares onde garantimos o anonimato aos/as entrevistados/as. Portanto, os nomes deles/as serão substituídos por nomes de povos indígenas em Pernambuco[153] buscando contribuir com uma maior aproximação do leitor/a com os/as indígenas no estado. Ninguém melhor para falar sobre o cotidiano das escolas em Caruaru do que os/as profissionais responsáveis por conduzir as práticas pedagógicas diárias no decorrer do ano letivo.

As entrevistas ocorreram de forma presencial e individual com profissionais de escolas distintas. São professores/as dos anos finais da Educação Básica pública em Caruaru e lecionam em diferentes componentes curriculares. Os levantamentos foram registrados por meio de gravação de áudio. Ao todo foram 25 perguntas orais feitas pelo entrevistador aos/as entrevistados/as. No decorrer das perguntas, os/as profissionais expressaram suas jornadas docentes colaborando na busca por respostas aos questionamentos levantados no decorrer desta pesquisa. Foram interrogados/as sobre a escolaridade e área de formação, ano de conclusão da licenciatura e instituição formadora, formação na graduação sobre a temática indígena, contexto de docência no município e turmas trabalhadas. E ainda, sobre formação continuada ofertada pela SEDUC quanto a vivência da temática, conhecimento dos/

153 Exemplo: professor/a Xukuru para se referir a algum/a entrevistado/a, profissional na educação em Caruaru. Os nomes dos povos indígenas quando usados com essa função aparecerão em negrito.

as entrevistados/as em relação aos povos indígenas, a Lei nº 11.645/2008 e o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 14/2015.

O interesse em pesquisar determinado tema sempre parte da curiosidade do/da pesquisador/a, ou de alguma interrogação sobre um problema ou fenômeno. "a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa" (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70). Pois na maioria das vezes, a escolha do objeto mostra as preocupações científicas do/da pesquisador/a ao selecionar fatos a serem coletados e o modo de levantá-los. Uma pesquisa parte, portanto, de um levantamento bibliográfico, de uma avaliação de fatos visando obter maiores informações, e, "o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis" (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

Ao realizar entrevistas, o/a pesquisador/a busca conseguir informações não encontradas na pesquisa bibliográfica ou na observação. Essa técnica permite obter informações por parte do outro, nesse caso o/a entrevistado/a, sendo amplamente utilizada no processo de trabalho de campo. Ela é imprescindível principalmente em levantamento de dados subjetivos, pois esses dados se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos/das sujeitos/as entrevistados/as. A preparação da entrevista ocorre por meio de um planejamento visando objetivos a serem alcançados. Na escolha do/da entrevistado/a busca-se alguém com familiaridade com o tema pesquisado. A disponibilidade do/da entrevistado/a, a garantia do segredo de suas confidências e identidade e a preparação em organizar o roteiro também são pontos relevantes.

Seguindo esses pressupostos, foi usada com os/as professores/as interrogados/as nesta pesquisa, a técnica "entrevistas abertas". Ela atende finalidades exploratórias sendo bastante usada para detalhar questões e formulações mais precisas dos conceitos relacionados. "Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem

liberdade para discorrer sobre o tema sugerido" (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74). A interferência do/da entrevistador/a deve ser a mínima possível, assumindo uma postura de ouvinte. Esse modelo de entrevista colabora na obtenção de número significativo de informações, bem como na descrição de casos individuais, na compreensão de peculiaridades culturais e para a comparabilidade de fontes.

Quadro 01: Apresentação de dados iniciais sobre os/as entrevistados/as, professores/as nos anos finais da Educação Básica pública em Caruaru

Área de formação do/da professor/a, instituição e ano de conclusão:	Componente curricular lecionado:	Entre quais anos lecionou/leciona em Caruaru:	Pseudônimo do/da entrevistado/a:
Geografia; UFPE; 2010.	Geografia, História, Arte, Ensino Religioso.	2014 ao presente momento	Xukuru
Letras; FAFICA; 2006.	Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa.	2009 e 2010	Fulni-ô
Ciências Biológicas; UFPE; 2017.	Ciências	2021 ao presente momento	Tuxá
Matemática; UFRPE; 2008.	Matemática	2013 ao presente momento	Pipipã
Letras; UPE; 2008.	Língua Inglesa	2012 ao presente momento	Pankará
Ed. Física; UNOPAR; 2019.	Ed. Física	2022 ao presente momento	Atikum
Letras; FAFICA; 2006.	Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa.	2013 a 2018	Truká
História; FAFICA; 1999.	História	2012 ao presente momento	Pankararu

Fonte: Elaborado pelo autor.

AS RELEVANTES CONTRIBUIÇÕESDAS ENTREVISTAS COM OS/AS DOCENTES

O primeiro ponto discutido foi a formação continuada ofertada aos/as profissionais da educação municipal pensando no cumprimento da Lei n° 11.645/2008. Os/As entrevistados/as ao serem questionados de maneira individual se participaram de alguma formação no município sobre o ensino da temática indígena responderam sem hesitar com a palavra NÃO. As respostas consensuais levantaram questionamentos ao se perceber a forma irrelevante do tratamento ao tema por parte da SEDUC e compreender a inoperância das leis municipais e nacionais responsáveis por tratar da vivência da temática indígena. Sem formação continuada, qual profissional poderá trabalhar a temática indígena em harmonia com a Lei nº 11.645de 2008 e o Parecer CNE nº 14/2015? Outra pergunta indagava se na formação acadêmica os/as entrevistados/as estudaram algum componente sobre a temática indígena e somente um respondeu SIM.

A formação inicial docente, nessa perspectiva, também é considerada incompleta, não oferecendo ao acadêmico nas licenciaturas um diálogo com o ensino da temática indígena. Essas respostas são no mínimo preocupantes e desafiadoras, depois de 17 anos da aprovação da Lei nº 11.645 e 10 anos do Parecer CNE 14/2015 fica evidente o desinteresse pela aplicabilidade da legislação. Quando interrogado sobre ter estudado a temática indígena na formação acadêmica, o professor Xukururespondeu: "Nenhum, sequer falou. Hoje, na universidade, voltando, né? É que a temática voltou com mais força, né?"[154]. As experiências verbalizadas por esses/as profissionais em suas formações iniciais vão de encontro às ideias de Caimi (2015, p.113) no texto *O que precisa saber um professor de História?* "O professor é aquele que sabe

154 Entrevista realizada no dia 21 de março de 2024.

antes que os alunos e pode traçar os itinerários mais adequados para conduzi-los à aprendizagem".

Entre os/as professores/as entrevistados/as a legislação sobre a vivência da temática indígena ainda é bastante desconhecida. Menos da metade respondeu conhecer a Lei nº11.645/2008. Aparentemente as discussões quanto a vivência da temática iniciadas com uma certa atenção em 2008, foram ao longo dos anos silenciadas nas unidades de ensino, podendo-se constatar esse dado na inexistência de formações continuadas oferecidas pela SEDUC como observado nos relatos. Outra pergunta feita aos/as profissionais foi em qual/quais componentes curriculares a vivência da temática indígena deveria ocorrer, sendo a resposta mais uma vez fora do esperado. Só dois sabiam da importância de vivenciar o tema em todos os componentes. A grande maioria respondeu acreditar ser a vivência responsabilidade exclusiva de um componente ou outro, sendo o de História o mais lembrado.

Segundo o professor Atikum, formado em educação física pela UNOPAR em 2019, ao ser indagado sobre a pergunta anterior, respondeu: "Creio eu que deve ser abordado em História, Geografia pode ser"[155]. A resposta do professor dialoga com a ideia presente em boa parte da população brasileira, percebendo os/as indígenas exclusivamente como povos do passado. Um ponto de partida seria então, por meio de formações municipais, voltar a debater a Lei n°11.645/2008 e trabalhar as contribuições do Parecer do Conselho Nacional de Educação de 2015, porque os/as profissionais da educação caruaruense docentes nos anos finais precisam conhecer urgentemente a legislação. Também respondendo a pergunta anterior, a professoraPipipã, formada em matemática não hesitou em dizer "Língua Portuguesa, História, Geografia e Ciências"[156].

155 Entrevista realizada no dia 02 de maio de 2024.

156 Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2024.

Outras respostas expressaram o desconhecimento por parte dos/das profissionais. A maioria acredita na diminuição da população indígena nos últimos anos, dado negado pelo Censo de 2022 do IBGE e desconhecem a relevância populacional indígena em Pernambuco, o 4º maior no Brasil nesse aspecto.Nascimento (2021, p. 14) destacou ser esse "[...] desconhecimento sobre quem são e como vivem os povos indígenas no Brasil na atualidade" um dos maiores desafios pensando na efetivação da legislação. As desinformações parecem evidentes e causam reflexão ao imaginar serem essas pessoas com pouco ou nenhum conhecimento sobre os/as indígenas os/as responsáveis por conduzir a vivência da temática no contexto escolar. Logo se pensa naquele cenário folclórico e frequente do 19 de abril, com estudantes pintados/as. Isso pode ser um reflexo das teorias de outrora onde se acreditava no desaparecimento desses povos por meio de processos de miscigenação e no posterior mito da democracia racial.

Uma pequena parte dos/das professores/as entrevistados/as que responderam acreditar no crescimento da população indígena nos últimos anos, não expressaram firmeza. É o caso da professoraPipipã**,** falando em meio a risos da seguinte forma: "Eu acredito que vem aparecendo, mas eu não tenho como estimar essa quantidade, porque realmente eu não estou por dentro da questão indígena não"[157]. Na mesma linha de hesitação, o professor Pankará disse: "É, vem se mantendo estável, na minha opinião"[158]. As respostas apresentadas não representaram convicção dialogando com o histórico de desconhecimento. Os/As profissionais entrevistados/as são ao menos especialistas nas áreas de formação, ainda assim, explicitaram um dado preocupante: pois se até os/as graduados/as e pós-graduados/as expressam um relevante desconhecimento em relação aos/as indígenas,

157 Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2024.

158 Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2024.

percebe-se quanto esforço ainda precisa ocorrer para uma efetiva vivência da temática.O professor Truká respondeu assim:

> Eu tenho percebido que ela tem aumentado, uma vez que existe um trabalho para o reconhecimento. Talvez também, por alguma compensação, por algumas benécias que o, a comunidade, o povo, as etnias indígenas, os povos originários tenham essa ênfase, talvez por isso, elas, elas, esses povos começaram a ter uma visão, a serem mais visualizados, digamos assim.[159]

Para Trukáo crescimento da população indígena nos últimos censos tem ligação com um trabalho em prol da pauta, tendo o reconhecimento ligação com o acesso a possíveis direitos renegados historicamente. As colocações do profissional são coerentes por existir nas últimas décadas, principalmente a partir da Constituição de 1988, uma crescente retomada das mobilizações indígenas. Fator observado também por Monteiro (1995, p. 223) "O movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito. De fato, tem-se assistido nos últimos anos uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil".

A entrevista também indagou se os/as professores/as visitaram no decorrer da vida algum território indígena, e mais uma vez, as respostam dialogam com o desconhecimento e a irrelevância frente ao tema. De oito, somente um afirmou ter visitado. Tendo em vista as orientações apresentadas pelo Parecer CNE nº 14/2015 é de suma importância promover viagens a territórios indígenas para colaborar com a diminuição de preconceitos demasiadamente direcionado a esses povos. No entanto, se nem os/as profissionais da educação conseguiram tal feito, quando teremos escolas capazes de criar esse

159 Entrevista realizada no dia 25 de março de 2024.

caminho, favorecendo uma visão mais ampla ao interligar as culturas indígenas com as unidades de ensino?

Os dados apresentados por profissionais nos anos finais em Caruaru expressam um histórico de invisibilidade social no qual os/as indígenas são vitimados/as frequentemente em suas jornadas diárias, deixados/as de lado pela notória inoperância das políticas públicas indigenistas. Como desfecho desses capítulos de silenciamento retratados nas entrevistas com os/as professores/as/colaboradores/as desta pesquisa, aparece um quadro preocupante da não vivência da temática indígena nas unidades de ensino. É como se a legislação de 2008 fizesse parte somente do teórico, sem nenhuma responsabilidade prática, sendo renegado ao espaço escolar esse enriquecimento cultural, tendo aparentemente como continuidade nas práticas pedagógicas o monopólio e a exclusividade do pensamento oriundo das culturas brancas. A criação da Lei n°11.645/2008 pouco influenciou nas práticas diárias em Caruaru, do ponto de vista da efetivação da temática, 2008 ainda não chegou às escolas.

A efetivação da legislação não tem ocorrido nas unidades de ensino em Caruaru, segundo as entrevistas. Mais da metade destacou o não tratamento da temática indígena expondo um dado preocupante. Segundo Tuxá**:** "Ela não é tratada. Não dar ênfase nela"[160]. Uma parte menor de professore/as, três especificamente, afirmaram ser a vivência da temática indígena algo exclusivo do "Dia do Índio", ou de forma folclórica, comemorações voltadas ao mês de abril. A professoraPankararu, formada em História pela FAFICA, ao ser interrogada sobre o tema, respondeu: "Como complemento de alguns conteúdos onde aparece a figura indígena, e, muito relacionado a datas comemorativas, eventos, nesse sentido... O lado pitoresco"[161].

160 Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2024.

161 Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2024.

Convergindo com a professora Pankararu**,** aparecem as palavras do professor Xukuru, ambos na área de conhecimento de Ciências Humanas. "Somente naquele mero e enfático dia 19 de abril, de forma pejorativa, diga-se de passagem"[162]. Não obstante, a professora Fulni-ô**,** ao responder o mesmo questionamento, destacou: "Só no dia 19 e daquele jeito tradicional, até essa nova nomenclatura de dizer indígena, isso foi com a internet e a modinha dos meus alunos novos"[163]. A professora ainda completou dizendo não ter sido formada nem educada para vivenciar a temática indígena, nem a afro-brasileira.Os resultados oriundos dos levantamentos refletem exclusão, pois não correspondem a idealização de uma educação étnico-racial.

Há muito para se caminhar pensando na superação desse desafio e o município de Caruaru não é o único atrasado nessa jornada. Pesquisa realizada por Thais Elisa Silva de Silveira (2020) investigou o ensino da temática indígena em escolas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro chegando a conclusões semelhantes. Para Silveira, o ensino de história e das culturas indígenas nas escolas é conteúdo pouco trabalhado, mas presente, "Podendo facilmente ser percebida nas comemorações do dia 19 de abril, mas em geral reforçando estereótipos que dão base a preconceitos e discriminação" (SILVEIRA, 2020, N.P).

São vários os obstáculos rumo a efetivação da legislação, no entanto, para superar o desafio é imprescindível investir urgentemente no ensino da temática indígena nas formações acadêmicas de professores/as garantindo uma maior afinidade com o assunto. Realizar frequentemente formações continuadas a nível municipal para inserir e qualificar as vivências escolares sobre as culturas desses povos e possibilitar o contato entre indígenas e não indígenas convidando-os/as para palestras podendo apresentar seus costumes. Não obstante, promover aulas de campo em territórios demarcados sempre que

162 Entrevista realizada no dia 21 de março de 2024.

163 Entrevista realizada no dia 25 de março de 2024.

possível aos/as estudantes e profissionais atuantes na rede de ensino, tal como investir em materiais pedagógicos qualificados e atualizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação da Lei nº 11.645/2008 provocou/provoca debates significativos quanto a inserção da temática indígena em sala de aula. No entanto, o pouco conhecimento em geral da população brasileira não indígena em relação aos/as indígenas remete ao racismo, discursos estereotipados e genéricos. O desconhecimento somado a falta de formação continuada para os/as profissionais da Educação, de materiais didáticos pedagógicos qualificados e uma aparente docência preconceituosa tem dificultado a efetiva vivência da temática nas unidades de ensino. Contudo, a análise nesta pesquisa sobre a citada Lei de 2008 e o Parecer de 2015 deixou explícita a obrigatoriedade de discutir a temática indígena no decorrer do ano letivo na Educação Básica e em todos os componentes curriculares, não somente em História como imaginado por muitos/as.

As entrevistas foram enriquecedoras na elaboração deste estudo, pois sem as contribuições docentes seriam muitas as lacunas. As respostas das 25 perguntas nas entrevistas orais externaram um quadro preocupante, principalmente por se tratar dos relatos de profissionais em escolas e componentes curriculares diferentes, professores/as com uma média de anos de atuação relevante, na Educação Básica pública em Caruaru. Os relatos evidenciaram muitas dificuldades nos anos finais do Ensino Fundamental quando o assunto é a aplicabilidade da legislação sobre a temática indígena. Uma pergunta realizada na entrevista buscou saber se os/as profissionais participaram, ao longo dos anos letivos, de alguma formação continuada promovida pela SEDUC sobre o tema. A resposta NÃO de todos/as os/as indagados/as apresenta irrelevância diante do exposto.

No município de Caruaru, como citado, foram contabilizados 599 indígenas. Alguns/algumas estão matriculados/as nas escolas urbanas municipais, na maioria das vezes invisibilizados, não tendo as sociodiversidades respeitadas por meio das práticas institucionais predominantemente eurocentradas. As informações para esta pesquisa apontaram uma situação muito preocupante sobre o ensino da temática indígena em Caruaru. Considerando principalmente os relatos dos/as entrevistados/as, a Lei nº 11.645/2008 (completando 17 anos de aprovação em 2025) com o Parecer CNE nº 14/2015 (10 anos em 2025) basicamente não saiu do campo teórico para o prático.

Enquanto existir um olhar assustado de alguém (professor/a ou não) ao ser entrevistado/a sobre a temática indígena, enquanto existir uma notória resistência das pessoas trabalhando nas Secretarias de Educação ao receberem pesquisadores/as em busca de informações sobre a aplicabilidade da Lei de 2008, ainda teremos muito a discutir, estudar e refletir. Por fim, os debates iniciados pela chamada "nova história indígena" evidenciando o lugar desses povos na História do Brasil vem contribuindo nos últimos anos para novas perspectivas socioeducacionais. Esperamos, acima de tudo, muito mais atenção quanto ao tema por parte dos órgãos públicos. Porque, assim como afirmou John Manuel Monteiro (1995), com o aprofundamento destes estudos páginas inteiras da História do país serão reescritas, reservando mais otimismo sobre e para os/as indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.645-2008?OpenDocument. Acesso em: 20 dez 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica, em decorrência da lei nº 11.645/2008.** Parecer CNE/CEB nº 14/2015, homologação publicada no D.O.U. de 18/04/2016, Seção 1, p.01-11. Disponível em: pceb014_15 (mec.gov.br). Acesso em: 20 nov. de 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. o que precisa saber um professor de história?. **História & Ensino,** Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Euzébio Josué. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.**2. ed. revista. Maceió, AL: Olyver, 2021.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2022.** Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caruaru/pesquisa/10101/0?indicador=96553&ano=2022 . Acesso em: 20 mar. 2025.

MONTEIRO, John M. O desafio da História indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S, GRUPIONI, Luís D. Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; Unesco, 1995. p. 221-228.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. O ensino da história e cultura indígenas: uma questão de direito. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (orgs.). **Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais.** Maceió, AL: Olyver, 2021, p. 13-31.

SILVA, Edson. O ensino da temática indígena e a ERER: reflexões após 16 anos da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE14 2015. In: SILVA, Mônica Martins (org.). **20 anos depois: a Lei 10.639/2003 e o Ensino de História** (no prelo). 2024.

SILVEIRA, Thaís Elisa Silva da. Indígenas no ensino de História: uma temática sensível. **XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História,** 2020. Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil, 2020.

CAPÍTULO 34

MEMÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA DA PARTICIPAÇÃO DO POVO XUKURU DA SERRA DO ORORUBÁ NA GUERRA DO PARAGUAI: propedêuticos de uma pesquisa

Wellington Santos de Almeida[164]

APRESENTAÇÃO

A história local é essencial para que o cidadão enxergue interesses muitas vezes ocultos na política e economia local. E esses foram os motivos de vários conflitos de natureza possessória[165] ocorridos na Serra do Ororubá do Município de Pesqueira-PE, e que influenciaram a condição de pobreza do povo indígena que lá vive. Muitas vezes tais interesses são de origem histórica, num passado distante que, no caso, remetem ao século XIX quando da participação dos índios Xukuru na Guerra do Paraguai.

164 Graduando em Licenciatura em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
juswsa@yahoo.com.br

165 Apesar de lutas indígenas por demarcações de terras serem, muitas vezes, justificadas por marcos históricos como o exemplificado neste trabalho – a promessa da recompensa pela concessão da posse de terras aos indígenas Xucuru de Cimbres pela participação "voluntária" na Guerra do Paraguai, é consenso em várias ciências humanas, dentre elas a História e o Direito, de que o direito à terra pelos indígenas é originário. Ou seja, é um Direito Congênito – que antecede a formação do Estado brasileiro, conforme coordenador executivo da Apib, Dinamam Tuxá, que fez defesa do direito originário indígena no julgamento da inconstitucionalidade da lei 14.701/2023, aprovada pelo congresso nacional, mesmo após a decisão do STF sobre a inconstitucionalidade da tese do marco temporal (ABIP, 2025).

E para que o cidadão reconheça qual o seu lado na história é necessário que conheça o passado de seu povo. Nesse sentido, o presente trabalho visa condensar a história e memória da participação dos povos indígenas Xukuru da Serra do Ororubá, em Pesqueira-PE, na Guerra do Paraguai. Conflito este que é considerado pela historiografia o mais sangrento das Américas.

Busca-se, também, identificar os sujeitos históricos, fatos relevantes e consequências históricas que perduraram até o presente, e, assim, combater o esquecimento na historiografia do protagonismo indígena, haja vista que as narrativas sobre tal acontecimento, e com a participação dos Xuruku da Serra do Ororubá, são encontradas esparsas na produção literária acadêmica.

Tudo isso no sentido de formar um texto científico que sirva de referência para estudos e apresentações do assunto, bem como responder o seguinte questionamento: como a participação dos indígenas do Povo Xuruku do Ororubá, da antiga província de Cimbres, na Guerra do Paraguai influenciou os conflitos de terra ocorridos no final do século XX e, subsidiariamente, como as fontes históricas reconstroem tal participação?

A metodologia utilizada é de uma pesquisa bibliográfica – em artigos de revistas na web – bem como qualquer fonte disponível fisicamente. Por fim, o presente trabalho busca contribuir para um maior conhecimento da história indígena local, especificamente, dos bravos do Urubá.

XUKURU – passado e contemporâneidade

A história da atual cidade de Pesqueira-PE está intrínseca a história do povo indígena Xukuru do Ororubá. E se origina, conforme narra Edson Hely Silva (2018, p. 2-3), logo após as doações das grandes Sesmarias aos senhores de engenho do litoral, pelo Império de

Portugal, em 1654, que passaram a criar gado na região (2018, p. 2-3). Especificamente, em 1661, quando padres Oratorianos fundaram o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas, passando, no entanto, após Marquês de Pombal elevá-la, em 1757, à categoria de Vila e, posteriormente, em 1880, transferindo a sede para Pesqueira-PE (2018, p. 2-3).

Se não fosse esforços como o do Dr. Edson Hely Silva, que tem pesquisa ampla sobre a história de Pesqueira-PE e o povo Xukuru, a memória dos povos originários da região, seu protagonismo e valores culturais estariam fadados ao esquecimento. E um desses fatos que poderiam se perder no esquecimento decorrente da morte de gerações é a participação do povo Xukuru na Guerra do Paraguai.

A obra "Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru", de autoria da Drª. Kelly Emanuelly de Oliveira, fruto de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba – UFPB – também é um dos mais importantes estudos do Povo Xukuru da Serra do Ororubá, trazendo uma reflexão sobre o processo de organização política desse povo. Contudo, referida autora, confirmando o já mencionado sobre a falta de estudos focados na participação dos indígenas Xukuru na Guerra do Paraguai, na referida obra, traz apenas uma breve menção sobre tal tema, conforme veremos o trecho transcrito no tópico, deste trabalho, em que analisaremos algumas fontes.

O conflito da Guerra do Paraguai "[...] foi apontado pela historiografia brasileira como o conflito militar mais sangrento das Américas" (Dantas; Fradique, 2024, p. 132). E seus protagonistas nem sempre foram devidamente reconhecidos. Como por exemplo, os indígenas que na historiografia desenvolvida antes da Escola dos Annales eram marginalizados como sujeitos secundários da História. "E a partir desse conceito, acreditava-se que os índios eram povos sem história, negando qualquer protagonismo dos índios na História do Brasil, pois os indígenas foram pensados como irrelevantes" (Silva; Garcia, 2019, p. 69).

Nesse contexto, ainda mais escanteada[166] era a história dos indígenas de localidades marginais como Cimbres, que tiveram participação importante em vários episódios da história pernambucana e até nacional. Esquecimentos, muitas vezes propositais, que foram resgatados pela nova historiografia pautada em novos pilares como a memória oral como, por exemplo, o fato de que "as memórias dos Xukuru do Ororubá remetem a momentos históricos como a participação dos indígenas na Guerra do Paraguai, relembrado ainda na atualidade por habitantes no município" (Silva; Garcia, 2019, p. 73).

Inclusive a participação na Guerra do Paraguai foi utilizada como argumento para legitimação dos direitos dos Xukuru às terras da Serra do Ororubá, posto que a memória[167] coletiva daquele povo "remetem

166 Silva (2008, p. 76)fala sobre referido esquecimento na historiografia do protagonismo indígena, ao assim dispor: "Os então chamados caboclos ou remanescentes de índios no Nordeste foram vistos em uma perspectiva de análise das perdas culturais. E, por essa razão, durante muito tempo esquecidos, até mesmo pelas abordagens antropológicas, pois se tratava de populações marginais, espoliadas, pensadas como totalmente aculturadas, quando situadas em uma escala evolucionista, comparadas com os grupos indígenas do Norte do Brasil, portadores de uma legítima e suposta pureza cultural originária. Foram, portanto, desprezados os processos históricos vivenciados por essas populações. Processos que precisam ser conhecidos, para se compreender as especificidades das situações nas quais os grupos afirmam uma identidade indígena, exigindo o reconhecimento oficial e reivindicando seus direitos, principalmente os relativos às terras invadidas por terceiros". Saliente-se que o termo "caboclo" não é bem visto pelas comunidades indígenas por ser entendido por muitos como pejorativo.

167 "As memórias Xukuru foram por eles retomadas tanto no início dos anos 1950, quando buscaram os benefícios da lei para familiares de ex-combatentes na Guerra do Paraguai e o reconhecimento oficial para a instalação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá, como em fins dos anos 1980, quando, após participarem nas discussões e mobilizações para a elaboração da nova Constituição Federal que garantiu os direitos indígenas, passaram a reivindicar as suas terras invadidas por fazendeiros. Naquela década quando os conflitos por terras e os direitos indígenas em Pesqueira ocuparam o espaço público de debates por meio da imprensa, os Xukuru do Ororubá recorreram as suas memórias para contrapor

ao século XIX quando da participação dos índios, como voluntários da pátria, na Guerra do Paraguai, e o processo de extinção do Aldeamento de Cimbres, na Serra do Ororubá, em 1879" (Silva, 2008, p. 21). Direitos estes garantidos pelo Governo Imperial e que na década de 1980 levou a vários conflitos[168] com os fazendeiros locais.

Os conflitos nas aldeias da Serra do Ororubá – todo o território que se estende do Município de Pesqueira-PE[169] e seu distrito Cimbres – e a escassez de terras "[...] influenciava nas condições de pobreza dos Xukuru, com a desnutrição e doenças decorrentes da fome. (Silva, 2010, p. 37). Por isso, o povo Xukuru da Serra do Ororubá, em Pesqueira-PE, participaram "[...]do processo da Assembléia Nacional Constituinte, em fins da década de 1980, [e] passaram a reivindicar os direitos às suas terras, garantidos na Constituição aprovada em 1988" (Silva, 2010, p. 34).

> Liderados pelo Cacique "Xicão" posteriormente os Xukuru iniciaram as retomadas das terras sob o domínio dos fazendeiros, justificando seus direitos baseados nas memórias, pois as terras foram recompensas pela participação de seus antepassados como voluntários na Guerra do Paraguai. As memórias Xukuru se situam na dinâmica das experiências históricas, a partir do vivido, o concebido e o expressado (Silva, 2010, p. 34).

---

as afirmações contrárias à existência indígena por parte dos fazendeiros" (Silva, 2010, p. 40).

168 "Os conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros se tornaram mais latentes após a extinção do Aldeamento de Cimbres, em fins do século XIX. Nos anos seguintes os Xukuru tiveram a identidade indígena sistematicamente negada, ao serem considerados e chamados de caboclos" (Silva, 2010, p. 30).

169 Quando se fala dos indígenas Xukuru da Serra do Ororubá lembra-se frequentemente de Cimbres, por ser o centro das Aldeias onde se encontram a maior parte da população indígena. Contudo, "o povo Xukuru do Ororubá habita nos municípios de Pesqueira e Poção, a cerca de 215 km do Recife, na região Agreste do Semiárido pernambucano" (Silva, 2018, p. 01). Abrangendo, pois, as aldeias no entorno do distrito Pão de Açúcar, no território de Poção-PE.

Tal reivindicação se legitima justamente pela participação dos indígenas Xucurus no conflito da Guerra do Paraguai. O que fora bem divulgado em 1996 pelo Jornal a Folha de São Paulo, em matéria intitulada "Caboclo, Xucuru pode virar sem-terra", assim noticiando: "Em 1865, catequizados, cerca de 82 xucurus participaram como voluntários da Guerra do Paraguai. Por isso, teriam recebido garantia da posse de suas terras da Princesa Isabel" (Caboclo..., 1996, p. 11 *apud* Silva, 2008, p. 87).

É o que se reforça com a análise do Dr. Edson Hely Silva, de referido fato, no relato a seguir:

> No final dos anos 1980 a afirmação, pelos Xukuru, do direito às terras reivindicadas, acirrou os conflitos entre os índios e os fazendeiros, na Serra do Ororubá, e nesse período os indígenas repetidamente se reportaram a acontecimentos do passado, para legitimar os direitos sobre o território reivindicado. Essas memórias remetem ao século XIX quando da participação dos índios, como voluntários da pátria, na Guerra do Paraguai, e o processo de extinção do Aldeamento de Cimbres, na Serra do Ororubá, em 1879. Ao afirmarem os direitos sobre as terras onde habitam, em constantes conflitos com os fazendeiros invasores, os Xukuru dizem que esses direitos lhes foram garantidos pelo Governo Imperial, como recompensa pela participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai. A partir de uma pesquisa documental e principalmente de relatos de memórias orais de indivíduos Xukuru do Ororubá, procurou-se compreender como esse povo, a partir das experiências vivenciadas, estabeleceu relações com a história e expressa as interpretações que fazem do passado em função das situações do presente (Silva, 2010, p. 30).

E ainda, complementa:

> As memórias orais dos Xukuru do Ororubá sobre a Guerra do Paraguai ocupam um lugar central nas leituras da História feitas pelos índios para afirmarem o direito às terras. Elas foram conquistadas como recompensa pela participação de seus antepassados naquela Guerra. Um entrevistado lembrou o famoso batalhão "30 do Ororubá", relatando como os Xukuru voluntários da Pátria, após lutarem e vencerem a Guerra do Paraguai, foram recebidos pessoalmente, no Rio de Janeiro, pelo casal imperial que teriam retribuído a participação Xukuru na Guerra em defesa do Brasil com a concessão das terras reivindicadas pelos indígenas (Silva, 2010, p. 41).

Os interesses políticos, econômicos e sociais da elite local – fazendeiros e vereadores – se sobrepuseram, na época – entre 1850 e 1879 –, aos interesses do povo Xukuru que foram acusados de não mais se configurarem como indígenas, mas caboclos, não sendo mais, segundo seus argumentos, idôneo falar-se em terras indígenas na Província de Cimbres.

É o que expõe Edson Hely Silva a seguir:

> No Século XIX aumentaram as invasões das terras indígenas pelos antepassados das famílias tradicionais, a oligarquia em Pesqueira. Com a Lei de Terras em 1850, esses invasores e as autoridades provinciais passaram a solicitar ao Governo Imperial a extinção do aldeamento Xukuru. A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando que não existiam mais índios Xukuru e sim caboclos e da necessidade de expansão do Município, requeria continuadamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as insistentes solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Foram favorecidos os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores das terras Xukuru, membros da elite local com consideráveis

> relações e influências na política provincial e nacional (Silva, 2018, p. 3).

Observa-se, pois, que tanto a criação como a extinção do aldeamento de Cimbres foram realizadas para atender interesses desconexos com o dos indígenas Xukuru – que seriam o Viver Bem[170]. Isso mostra que "o processo e o resultado do caso Xucuru é parte de um movimento decolonial [...]"(Santana; Magalhães, 2022, p. 630-631) que dá voz a um grupo específico de indígenas – Xukurus da Serra do Ororubá, em Cimbres – e está intrínseco com as consequências da participação dos bravos do Urubá na Guerra do Paraguai.

MOTIVAÇÕES E ANTECEDENTES

Sabe-se que "a participação indígena na Guerra do Paraguai também aconteceu porque a prática de recrutá-los para o serviço militar era antiga" (Dantas; Fradique, 2024, p. 133-134) e que "o recrutamento indígena e a militarização dos aldeamentos iniciaram muito antes da Guerra do Paraguai. A prática foi bem comum após a invasão portuguesa ao Brasil, no final do século XVI" " (Dantas; Fradique, 2024, p. 135).

A prática era antiga, mas o que a motivou na Guerra do Paraguai foi a falta de contingente[171] na linha de frente da guerra. Ou seja, os indígenas eram recrutados para combaterem diretamente à frente onde eram os primeiros a terem o contato direto com o inimigo e,

170 Segundo Santana e Magalhães (2022, p. 630-631) o bem viver "[...] é um projeto ético compartilhado na atualidade pelos povos originários do mundo inteiro". É, em síntese, um projeto de um mundo melhor em que questões ambientais, éticas e culturais são consideradas e sobrepostas à questões econômicas, repudiando-se, contudo, o etnocentrismo colonial.

171 Edson Hely Silva relata que: "Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco encontramos diversos ofícios que se referem ao processo de recrutamento de índios para a GP" (Silva, 2015, p. 1047).

por consequência, os que tinham a probabilidade maior de morrerem inicialmente. É o que observamos da seguinte citação:

> Para suprir as necessidades com a falta de contingente no *front,* foram criados os Corpos de Voluntários da Pátria. Mas, com o prolongamento do conflito, além de manifestações em todas as províncias do Império brasileiro, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência dos membros da Guarda Nacional convocados para Guerra (DORATIOTO, 2022). Com a diminuição dos alistamentos, ocorreu o recrutamento forçado para enviar soldados às batalhas (Dantas; Fradique, 2024, p. 132-133).

Pela distância, aproximadamente 3.546[172] km entre Cimbres e o Paraguai, suspeita-se que a escassez de soldados era um grande problema para o Império naquele momento. Também um indício da falta de valor do indígena que era recrutado com a principal intenção de direcioná-los ao *front*[173].

Bem antes da Guerra do Paraguai, que ocorreu entre dezembro de 1864 a março de 1870, em 1817 com a Revolução Pernambucana, o Império já havia sondando o Aldeamento de Cimbres em busca de reforços para combater referida Insurreição e, contudo, devido à mudança de lado do Sargento-Mor de Cimbres, 100 indígenas escaparam de ir à guerra, conforme o trecho a seguir:

> Outro povo indígena vivenciando a mesma experiência durante os combates da Insurreição de 1817 foi os habitantes em Cimbres, atual Pesqueira/PE. Perto do

172 Fonte Google Maps.

173 Front significa, segundo o Dicionário Michaelis on-line é o mesmo que "linha de frente" ou "linha de fogo". Ver em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/front/. Ou seja, onde as linhas militares opostas estão em confronto direito.

> final dos conflitos, o Sargento-mor de Limoeiro pediu homens ao Capitão José Caetano, do povoado de Brejo (atualmente Brejo da Madre de Deus/PE), para se defender de tropas do governo provisório ameaçando invadir a Vila.
>
> Assim, José Caetano encaminhou a solicitação do Sargento-mor de Limoeiro a Manuel José de Serqueira, o Sargento-mor da Vila de Cimbres, que por sua vez, pediu ao Diretor da aldeia o recrutamento de 100 indígenas para participarem no conflito (DANTAS, 2018, p. 87). Mas, José Caetano tinha se aliado ao governo rebelde no Recife, e então mandou os indígenas recrutados voltarem para a aldeia em Cimbres (Dantas; Fradique, 2024, p. 136).

Ou seja, o Império brasileiro, mesmo havendo na população outras opções mais próximas, o que dá ensejo a uma boa pesquisa para se entender o porquê, não mediu esforços com gastos para trazer indígenas da província de Cimbres, praticamente na extremidade oposta do foco do conflito – aproximadamente 3.546 km – ao território paraguaio. O que nos leva a suspeitar que justamente a inferiorização do indígena o colocava como um mero instrumento bélico. Uma coisa descartável e sem valor. Uma vida sem valor que poderia servir de "bucha de canhão"[174].

174 São os combatentes que são colocados na linha de frente por serem inexperientes e com pouco valor militar por não terem treinamento.

XUKURU NA GUERRA DO PARAGUAI E AS FONTES

As fontes bibliográficas sobre a participação dos indígenas Xukuru da Serra do Ororubá na Guerra do Paraguai são bem escassas, e quando as encontramos se apresentam como uma mera menção sobre tal fato histórico, como, por exemplo, o trecho transcrito a seguir:

> Um outro ponto marcante no século XIX para os Xukuru, e que está presente na história oral do grupo, diz respeito à participação de índios no "30 de Voluntários", nome do batalhão que participou da Guerra do Paraguai em 1865. A lembrança é, até hoje, motivo de orgulho para os índios mais velhos, como seu Malaquias, da aldeia de Brejinho. Ele se refere ao grupo de Xukuru que participou das batalhas, lembrando da farda e espada do índio Romão da Hora, que teria sido levado pelo sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque, em 1944 (Oliveira, 2014, p. 32-33).

Observa-se que há o reconhecimento da relevância do fato histórico da participação dos indígenas de Cimbres no "30 voluntários", contudo, ainda que muitas das pesquisas sobre o Povo Xukuru tenham outros objetos de estudo, quando mencionam tal passagem histórica, limitam-se a um brevíssimo relato da sua existência. Contudo, ainda que esparsas em várias pesquisas as referidas menções são ricas em narrativas orais decorrentes da memória coletiva dos habitantes da Serra do Ororubá.

"As memórias sobre a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai, portanto, são relidas em diferentes contextos"[175] (Silva, 2010,

175 Contextos esses que só envolveram os indígenas apenas nos estudos mais recentes, conforme evidencia Edson Hely Silva ao se referir às pesquisas acadêmicas sobre a Guerra do Paraguai: "[...] ainda foi pouco estudada a dimensão da participação indígena naquele conflito, bem como as narrativas e as memórias resultante dela" (Silva, 2015, p. 1045).

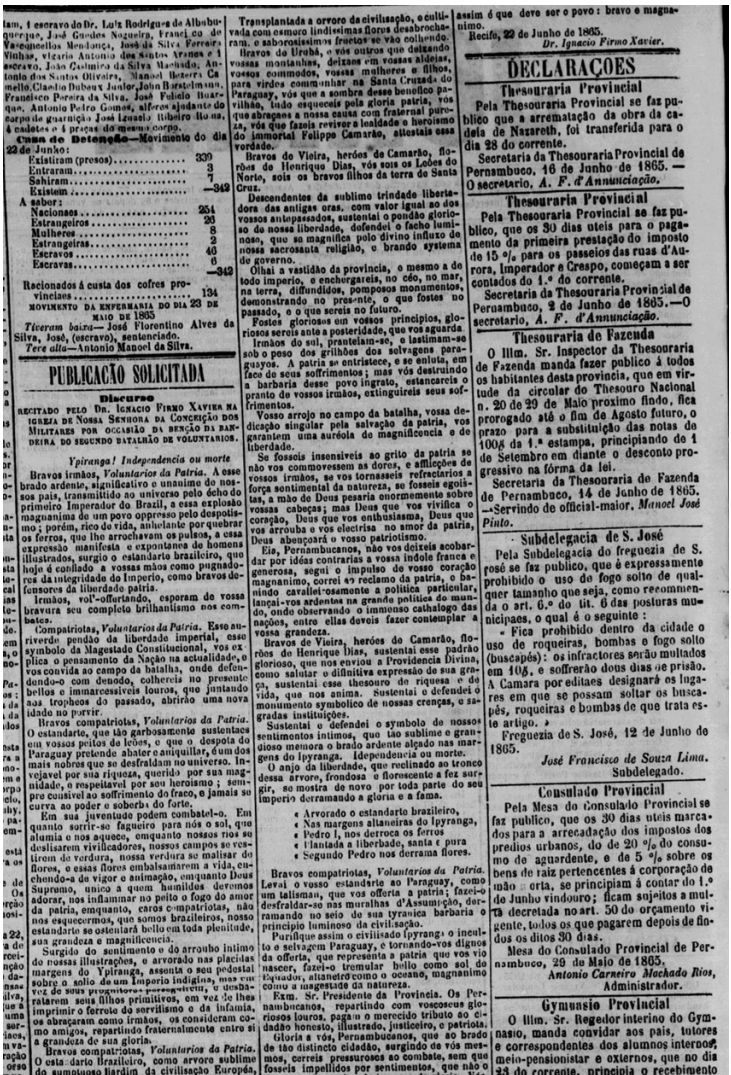
p.41). E essas memórias[176] se manifestam desde documentos oficiais que relatam o recrutamento de 82 indígenas Xucuru de Cimbres, "relatos orais" (Silva, 2018, p. 6), e até manifestações poéticas publicadas nos jornais da época como, por exemplo, "[...] uma homenagem em forma de um poema escrito pelo Dr. Inácio Firmo Xavier, intitulado 'Aos bravos Voluntários da Pátria, de Urubá'" (Dantas; Fradique, 2024, p. 139-140), a seguir exposto:

Eia, bravos de Urubá
Altaneira e ingente serra,
Ao Paraguai ide à guerra
Destruir Humaitá
N'Assunção vós todos lá
Esforçai-vos na vitória.
Ganhando palma a glória
Onde a esposa estremecida
Vos contempla na memória.

O Dr. Inácio Firmo Xavier também teve publicado no Jornal do Recife, de 26 de junho de 1865, seu discurso recitado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares por ocasião da benção da bandeira do Segundo Batalhão de Voluntários da Guerra do Paraguai, conforme imagem de recorte de referido jornal a seguir exposta:

176 "Analisando os relatos dos Xukuru do Ororubá, é possível afirmar, como disse Michael Pollak, quando discutiu sobre memória e identidade social, que, entre os Xukuru do Ororubá é 'perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada'. (POLLAK, 1992, p.2). Compreender o significado das memórias orais Xukuru do Ororubá é compreender a 'história de experiências'. Um debruçar sobre essas narrativas possibilita entender como 'pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências'. (ALBERTI, 2004, p. 25)" (Silva, 2010, p. 41).

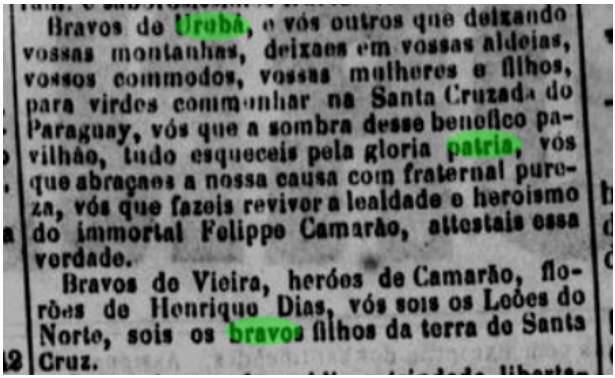
Imagem 01: recorte do Jornal do Recife de 26 de junho de 1865



Fonte: Xavier (1985, p. 2)

O referido discurso publicado no Jornal do Recife, de 26 de junho de 1865, sempre tratando os voluntários como "bravos compatriotas, voluntários da pátria" (Xavier, 1865, p. 2), é revelador ao confirmar que os bravos de Urubá deixaram as montanhas, as aldeias e suas famílias para participarem da Guerra do Paraguai, conforme trecho do discurso em tela exposto a seguir na imagem de recorde do jornal em comento:

Imagem 02: recorte do Jornal do Recife de 26 de junho de 1865



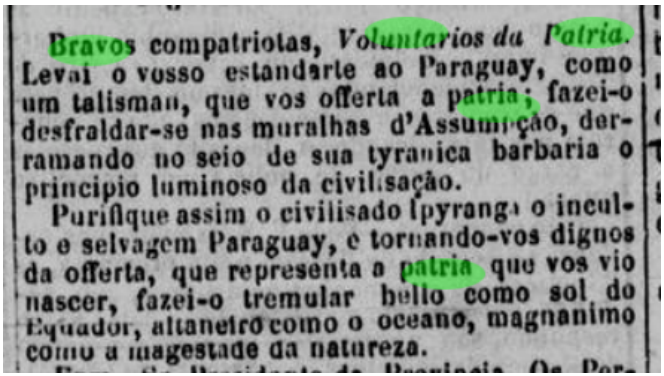
Bravos de Urubá, e vós outros que deixando vossas montanhas, deixaes em vossas aldeias, vossos commodos, vossas mulheres e filhos, para virdes commungar na Santa Cruzada do Paraguay, vós que a sombra desse benefico pavilhão, tudo esqueceis pela gloria patria, vós que abraçaes a nossa causa com fraternal pureza, vós que fazeis reviver a lealdade e heroismo do immortal Felippe Camarão, attestais essa verdade.

Bravos do Vieira, heróes de Camarão, florões de Henrique Dias, vós sois os Leões do Norte, sois os bravos filhos da terra de Santa Cruz.

Fonte: Xavier (1865, p. 2)

Na sequência, no mesmo jornal e matéria, Dr. Inácio Firmo Xavier, em forma poética, enaltece a vitória do "30 de Voluntários" – Bravos de Urubá – enfatizando o fato de que os mesmos levaram aos "incultos, bárbaros e selvagens Paraguay" (Xavier, 1865, p. 2) o "princípio luminoso da civilização" (Xavier, 1865, p. 2), conforme recorte a seguir:

Imagem 03: recorte do Jornal do Recife de 26 de junho de 1865



Bravos compatriotas, *Voluntarios da Patria.* Levai o vosso estandarte ao Paraguay, como um talisman, que vos offerta a patria; fazei-o desfraldar-se nas muralhas d'Assumpção, derramando no seio de sua tyranica barbaria o principio luminoso da civilisação.

Purifique assim o civilisado Ipyranga o inculto e selvagem Paraguay, e tornando-vos dignos da offerta, que representa a patria que vos vio nascer, fazei-o tremular bello como sol do Equador, altaneiro como o oceano, magnanimo como a magestade da natureza.

Fonte: Xavier (1865, p. 2)

Por outro lado, as memórias orais são traumáticas como o fato de famílias indígenas serem forçadas a praticamente deixarem de existir pelo fato de todos os filhos jovens serem recrutados, deixando idosos indígenas desamparados. Como o caso do pedido de dispensa vindo de um indígena a segui exposto:

> Como citado anteriormente 82 indígenas saíram de Cimbres para serem enviados para a GP. Mas, segundo Valle em janeiro de 1866, o Diretor Geral comentou para o presidente da Província de um pedido vindo de um indígena para a dispensa dos filhos. E por causa da necessidade de soldados foram alistados a força como Voluntários da Pátria. Dessa forma, recrutamento que parecia uma ação tranquila, era uma demonstração de abuso de poderes pelos Diretores Gerais dos Índios (Dantas; Fradique, 2024, p. 141).

Em sua pesquisa Edson Hely Silva (2018, p. 6) destaca, analisando a memória oral de um indígena chamado Pedro Rodrigues Bispo[177] e a

177 Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos, Pajé Xukuru, conhecido por "Seu Zequinha" foi entrevistado pelo historiador Edson Hely Silva em 29.03.2002, no município

constatação histórica de Maciel (1980, p. 116 apud Silva, 2018, p. 6), que os índios Xukuru integraram o batalhão dos "30 de Voluntários", na Batalha de Tuiuti, e, quando do retorno da guerra, o Comandante Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama ordenou que os soldados indígenas retornassem a cena de combate e trouxessem a bandeira, depois de já terem passado um rio, e os mesmos fizeram um barco e conseguiram bravamente reaver a bandeira, contudo, desfalcados e reduzidos a 10 ou 12 soldados. O que coincidiu perfeitamente com o relatado da memoria oral por Pedro Rodrigues Bispo.

Edson Hely Silva (2018, p. 7) ainda relata em sua pesquisa – com as entrevistas coletoras de memória oral com os anciões da Serra do Ororubá – que no retorno, passando pelo Rio de Janeiro, o rei e a rainha ordenou que os que restaram dos "30 de Voluntários" retornassem a Cimbres e tomassem posse de suas terras, dizendo: "vocês faça sua divisão de terra, é patrimônio que eu vou assinar pra vocês" (2018, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, há de se constatar que o presente trabalho analisou diversas fontes de diversas natureza – memória oral; artigos científicos que mencionavam documentos oficiais; manifestações artísticas em forma de poemas em homenagem aos bravos do Urubá publicado em jornais logo após o fim da Guerra do Paraguai. O que demonstra um caráter científico que garante base de evidências e materialidade.

Saliente-se, também, que as fontes históricas aqui analisadas reconstroem o passado dos povos indígenas Xukuru do Ororubá com ricas evidências da participação dos mesmos na Guerra do Paraguai, ocorrida no século XIX, e demonstram a influência direta de tal fato

de Pesqueira-PE (Silva, 2015, p. 1060).

histórico nos conflitos das posses da terra da Serra do Ororubá ocorridos no final do século XX.

Outro ponto a se destacar, é que a cultura colonial de tomar a terra indígena, no caso dos povos indígenas Xukuru da Serra do Ororubá, em Cimbres, atual Pesqueira-PE, permaneceu mesmo após a promessa da família real de conceder aos 12 indígenas do "30 de Voluntários", que retornaram de referido conflito, a posse de terras em retribuição ao feito. O Apossamento das terras indígenas da Serra do Ororubá pelos fazendeiros e latifundiários locais, perdurou até o final da década de 1980 e início 1990, e só se mudou o contexto fático local com a liderança do cacique Xicão, que impulsionou a luta de emancipação de seu povo.

A promessa do prêmio aos indígenas Xukuru pela participação na Guerra do Paraguai permaneceu por aproximadamente 13 décadas – de 1870, fim da Guerra do Paraguai, até 2001, ano do reconhecimento oficial do território na Serra do Ororubá, e manteve-se como um ressentimento coletivo, e justo, que foi passado por gerações até a eclosão das manifestações e lutas que culminaram na vitória recente dos bravos do Urubá.

Em contrapartida, outro ressentimento é alimentado pela elite local e perpetuado por uma grande parte dos cidadãos locais que, por preconceito, entendem que as demarcações das terras foram injustas haja vista, segundo muitos, que a aculturação dos indígenas atuais não legitimaria tal posse, ignorando, contudo, por total desconhecimento, outros fatores históricos que legitimaram tal demarcação. Esse desconhecimento do passado, pelos cidadãos pesqueirenses, é fator de crises políticas e sociais, haja vista que o apagamento dos motivos do ressentimento indígena alimenta o ressentimento do homem branco local por não entenderem o porquê de tantas terras ficarem na posse do povo Xukuru, impedindo, assim, na concepção capitalistas deles, a exploração econômica em proveito dos empreendedores.

Desta forma, fica evidente que políticas públicas educacionais, no sentido de expandir o conhecimento dos moradores da cidade

de Pesqueira-PE quanto a história local – e isso produzida com uma perspectiva decolonial – é essencial para a pacificação social local. Com isso espera-se que ressentimentos sociais cultivados pela falta de conhecimento histórico local não sejam estopim para eventuais e futuros conflitos.

No mais, ante o empirismo do conhecimento do ressentimento da elite local e boa parte dos cidadãos pesqueirenses, é necessária uma pesquisa quantitativa de campo para averiguar e constatar o grau de ressentimento para, posteriormente, realizar-se outras pesquisas neste sentido. Sugere-se, também, mais pesquisas de aprofundamento da participação do povo Xukuru de Cimbres na Guerra do Paraguai.

Observa-se, pois, que a história e memória oral da participação do povo indígena Xukuru da Serra do Ororubá na Guerra do Paraguai, identificadas neste trabalho, servem como uma espécie de *anamnese* histórica balizadora de futuras reflexões e perlaborações pautadas nos traumas, remorsos e ressentimentos da atual comunidade indígena Xukuru, sem, contudo, abrir mão da objetividade característica da historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIP. **Constitucionalidade da Lei do Marco Temporal das terras indígenas.** ABIPoficial. Instagran. Vídeo publicado em: 11 dez. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DSGHo2-j3Pz/. Acesso em: 12 dez. 2025.

DANTAS, Mariana; FRADIQUE, Pedro. Os indígenas da região nordeste na guerra do paraguai. **Revista de Estudos Indigenas de Alagoas-Campiô,** v. 3, n. 1, p. 131-145, 2024. Disponível em: https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/campio/article/view/580. Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVEIRA, Kelly Emanuelly de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru.** (Publicação Étnico Racial – Série comemorativa de 10 anos da lei 10.639) – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014. 218p.

SANTANA, Paula Manuella Silva de; MAGALHÃES, Tiago Queiroz de. Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE). **Rev. Direito e Práx.,** Rio de Janeiro, Vol. 13, N. 01, 2022, p. 607-635. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/7rnMy6zTLftyTJKFGCzmftc/abstract/?lang=en. Acesso em: 29 nov. 2025.

SILVA, Alexandre Evangelista da; BEZERRA, Ricardo José Lima. Ambivalência entre os Xukuru do Ororubá de Pesqueira, Pernambuco. **Revista Tellus,** v. 18, n. 37, 2018. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A2%3A24558914/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A133803013&crl=c&link_origin=scholar.google.com. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.** 2008. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/418675. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, Edson. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. **Mnemosine Revista,** v. 1, n. 2, p. 64-83, 2010. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/kmotr2bzize5jjiwp726pykim4/access/wayback/http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/viewFile/4/2. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, Edson; GARCIA, Antonio Dyego Vasconcelos. Discutindo os protagonismos indígenas na aula de história: diálogos sobre o povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira/PE. Fronteiras: **Revista Catarinense de História,** n. 34, p. 61-75, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/6720/672071495006.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, Edson. Povo Xukuru do Ororubá. **Índios do Nordeste,[S. l.],** 2018. Disponível em: https://osbrasisesuasmemorias.com.br/wp-content/uploads/2018/04/POVO-XUKURU-DO-ORORUB%C3%81.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

SILVA, Edson. "A história contada pelos que voltaram": história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História,** v. 19, n. 3, p. 1043-1063, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3055/305543302007.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

XAVIER, Inácio Firmo. Discurso recitado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares por ocasião da benção da bandeira do Segundo Batalhão de Voluntários. **Jornal do Recife.** Recife, 26 jun. 1865. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=Aos%20bravos%20Volunt%C3%A1rios%20da%20P%C3%A1tria,%20de%20Urub%C3%A1&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1415. Acesso em: 17 dez. 2025.

CAPÍTULO 35

CRIMES MILITARES E CONTROLE SOCIAL NA GUERRA DO PARAGUAI: a atuação da Justiça Militar brasileira (1865-1870)

William de Matos Jesus[178]

INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas para o Império não só porque redefiniu fronteiras e rearranjou o tabuleiro do Prata, mas porque fez o Estado brasileiro operar em escala inédita: recrutar, transportar, alimentar, disciplinar e julgar milhares de homens durante anos. Não por acaso, ela aparece como episódio-chave na construção de pertencimento nacional, já que está entre eventos mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX. Superou até mesmo as proclamações da Independência e da República" (CARVALHO, 2006, p. 179). Ao mesmo tempo, o conflito evidenciou tanto a potência quanto os limites do aparato estatal imperial diante de uma guerra longa e custosa; nessa chave interpretativa, "representou o apogeu do poder do Estado Monárquico" (DORATIOTO, 2008, p. 2), ao passo que catalisou transformações institucionais e políticas com repercussões duradouras na relação entre Exército, sociedade e vida pública.

Apesar dos avanços significativos da historiografia sobre a guerra e sobre os processos de formação e transformação do Exército,

178 Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
williamdematosj@gmail.com

a documentação produzida pela Justiça Militar permanece relativamente subexplorada como via de acesso ao funcionamento interno da instituição: suas rotinas, conflitos, hierarquias e mecanismos de coerção. Trata-se de uma lacuna relevante, uma vez que a justiça castrense constitui um observatório privilegiado da ação estatal no interior das fileiras, ao tipificar condutas, atribuir responsabilidades e calibrar punições em um ambiente no qual a disciplina não se limita a um valor normativo, mas se relaciona diretamente à manutenção da ordem e à própria sobrevivência coletiva em campanha. Ademais, o exame da Justiça Militar durante o conflito permite tratar o Exército como espaço de disputa social, atravessado por desigualdades e por fricções raciais e de status, em um contexto no qual o serviço militar se articulava ao problema da cidadania: conforme observa Kraay, a tradição legal ocidental "identifica tal serviço com cidadania e nega ambos aos escravos" (KRAAY, 1996, p. 52). Assim, o modo como a Justiça Militar acusou, provou, sentenciou e, por vezes, mitigou penas aplicadas a praças pobres e a homens negros incorporados às fileiras compõe uma dimensão concreta da história dos limites de pertencimento e de reconhecimento no Império.

Este artigo examina, portanto, a Justiça Militar em operação durante a Guerra do Paraguai, com três objetivos articulados: (1) explicitar o desenho institucional e os circuitos de julgamento, distinguindo a primeira instância e os mecanismos de revisão; (2) mapear os delitos mais recorrentes e discutir seus sentidos disciplinares no contexto da campanha; e (3) analisar as sentenças como linguagem de governo, ora reafirmando hierarquia e coerção, ora mitigando penas e acomodando circunstâncias e serviços prestados. A hipótese é a de que o sistema judicial-militar funcionou sob tensão permanente entre a severidade normativa e a necessidade de governar um efetivo em guerra: as punições deveriam ser exemplares, mas também administráveis. Essa ambivalência pode ser percebida na própria cultura disciplinar do período, na qual punições públicas e excessos punitivos circulavam

como práticas e comentários, como registra o testemunho de campanha ao afirmar, de modo conciso, "Contamos cinquenta pranchadas" (CERQUEIRA, 1980, p. 91), enunciado que evidencia a dimensão performativa e pedagógica da disciplina no cotidiano militar.

Do ponto de vista metodológico, o estudo combina análise normativa (Ordenações Filipinas, Artigos de Guerra/Código de Lippe e legislação imperial) com leitura cruzada de duas famílias documentais: (a) relatórios do Ministério da Guerra, que "serviram como documentos oficiais da guerra" e oferecem um panorama amplo de logística, recrutamento, hospitais, acampamentos e disciplina (SALLES, 1990, p. 111); e (b) processos-crime preservados no acervo do Superior Tribunal Militar, que possibilitam acompanhar o percurso procedimental — da formação da culpa à sentença e, quando aplicável, à revisão. Para situar essa engrenagem institucional, o artigo adota o entendimento de que, no Império, a Justiça Militar se estruturava por instâncias como Conselhos de Guerra e o Conselho Supremo Militar e de Justiça, cuja trajetória e organização foram discutidas pela bibliografia especializada (SOUZA; SILVA, 2016, p. 365). O recorte empírico privilegia delitos recorrentes e particularmente reveladores para a disciplina interna — deserção, ferimentos, desobediência/insubordinação e assassinato —, combinando panorama quantitativo e estudos de caso.

JUSTIÇA MILITAR EM GUERRA: desenho institucional e adaptação

A Justiça Militar brasileira oitocentista operava por meio de uma engrenagem institucional que articulava instâncias disciplinares e jurisdicionais, combinando Conselhos de Disciplina, Conselhos de Guerra e o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ) como vértice do sistema. Essa tripartição é relevante porque indica que a administração do julgamento não se situava à margem da vida castrense: ao contrário,

estava estruturada para produzir ordem e sustentar a hierarquia como princípio organizador do Exército (SOUZA; SILVA, 2016, p. 365).

No ápice, o CSMJ não se apresentava como instância homogênea, uma vez que sua organização interna distinguia atribuições administrativas e judiciais. Conforme a formulação presente na bibliografia mobilizada, o órgão foi dividido em duas sessões (CSM e CSJ), de modo a responder simultaneamente às demandas de governo militar — patentes, promoções, soldos e nomeações — e às funções estritamente jurisdicionais vinculadas ao julgamento de delitos submetidos ao foro militar (CORRÊA, 1991, p. 61). Essa configuração evidencia a proximidade entre administração e justiça na gestão da disciplina e do efetivo, pois o circuito decisório que incidia sobre o corpo militar não separava rigidamente a esfera do comando daquela do julgamento.

Na base do sistema, os Conselhos de Guerra funcionavam como primeira instância, e sua composição obedecia a uma lógica que expressa, de modo direto, a centralidade da hierarquia no ordenamento castrense: preservar patentes e evitar que o julgamento subvertesse a cadeia de comando. Em termos analíticos, trata-se de reconhecer que o desenho processual também constitui um desenho de poder, dado que os mecanismos de apuração, instrução e sentença eram estruturados para proteger a autoridade e preservar a estabilidade do mando. Essa perspectiva contribui para compreender por que a Justiça Militar tende a refletir — e frequentemente reproduzir — hierarquias sociais e políticas do Império (SOUZA, 2016, p. 390; SILVA, 2013, p. 4).

A guerra, contudo, impôs reconfigurações institucionais vinculadas à urgência do teatro de operações. Em função das campanhas fora do território nacional e das demandas por celeridade decisória, foram criadas Juntas Provisórias de Justiça Militar em áreas estratégicas — como a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e Mato Grosso —, com os Conselhos de Guerra atuando como primeira instância e as Juntas como instâncias superiores, de modo a conferir maior ritmo aos

julgamentos em contexto de urgência (RIBEIRO, 2008, p. 76). O arranjo indica uma tentativa de compatibilizar a pretensão de centralização e controle com a materialidade logística da guerra, na qual deslocamentos, comunicações e reorganizações de unidades interferiam diretamente na tramitação dos processos.

Mesmo com essa adaptação, o conflito produziu fricções que tensionavam o "ideal" institucional: deslocamento de acusados, dissolução de batalhões no curso das operações, decisões do Comandante em Chefe com impactos sobre trâmites processuais e lacunas normativas para determinadas situações. Além disso, as atribuições do comando podiam ampliar-se de maneira significativa — inclusive alcançando o julgamento de civis envolvidos em crimes militares —, o que evidencia que, em cenário de guerra, o governo da disciplina nem sempre permanecia circunscrito ao trilho estritamente judiciário (SOUZA; SILVA, 2016, p. 363).

Nesse contexto, torna-se especialmente relevante reconhecer que parte da disciplina não era produzida apenas por meio dos autos, mas também por mecanismos imediatos de coerção que incidiam diretamente sobre os corpos. O registro de campanha explicita, em termos normativos e práticos, a racionalidade dessa disciplina de pronta execução: "A aplicação do castigo nos exércitos deve ser pronta. A demora enfraquece a autoridade" (CERQUEIRA, 1980, p. 91). A passagem ilumina as razões pelas quais castigos corporais podiam funcionar como atalho disciplinar, por vezes contornando a Justiça Militar formal sob o argumento de preservar autoridade e coesão em condições de campanha (CERQUEIRA, 1980, p. 91).

Em síntese, o desenho institucional da Justiça Militar durante a Guerra do Paraguai evidencia uma tensão estrutural entre, de um lado, centralização e hierarquia (CSMJ e Conselhos) e, de outro, exigências de celeridade, improviso institucional e mecanismos disciplinares sumários (Juntas e punições imediatas). É nesse atrito — entre norma, urgência e governabilidade do efetivo — que a Justiça Militar revela seu papel que

extrapola uma função estritamente jurídica, operando como tecnologia de governo voltada à administração das fileiras e à manutenção da ordem em campanha.

PANORAMA DOS CRIMES

Os relatórios anuais do Ministério da Guerra constituem uma fonte privilegiada para a apreensão do repertório de delitos processados no contexto da Guerra do Paraguai. Além de integrarem a burocracia governamental do conflito, tais documentos compõem um registro sistemático das preocupações administrativas e disciplinares do Estado imperial, funcionando como um dos principais veículos de oficialização das experiências de campanha (SALLES, 1990, p. 111). Em termos analíticos, esse material permite observar, ainda que de modo agregado e mediado pela ótica oficial, quais comportamentos foram recorrentemente enquadrados como ameaças à ordem e à eficácia militar.

Os dados reunidos entre 1865 e 1870 apontam para uma predominância expressiva da deserção, que supera amplamente todas as demais categorias de crime. Em vez de ser tratada como desvio meramente individual ou como "falha moral" do soldado, a deserção pode ser interpretada como indicador de tensões estruturais próprias do serviço em campanha: prolongamento temporal da guerra, precariedade material, circulação de doenças, mortalidade elevada e temor contínuo da punição. Nessa perspectiva, o abandono das fileiras adquire estatuto duplo: revela a fragilidade disciplinar diante de condições extremas e, simultaneamente, pode operar como estratégia de autopreservação em um cenário no qual a permanência no serviço implicava exposição constante à morte e ao sofrimento. Essa interpretação encontra respaldo na bibliografia já mobilizada no trabalho, segundo a qual, em determinadas condições, "os soldados fugiam, atitude justificada diante

da fome e do medo da morte" (DOURADO, 2009, p. 5). O enunciado é útil por deslocar a análise do registro moralizante para o plano material e social da experiência de guerra, enfatizando as condições objetivas como elementos produtores de indisciplina.

A centralidade da deserção torna-se ainda mais significativa quando cotejada com as categorias imediatamente subsequentes. Ferimentos e fuga de presos aparecem em patamar intermediário, seguidos por desobediência, insubordinação, desordem e assassinatos, além de registros de embriaguez e abandono de guarda/posto. Embora tais rubricas não permitam, por si sós, reconstituir a totalidade das situações concretas (já que a classificação oficial tende a simplificar eventos e circunstâncias), elas são indícios relevantes de um cotidiano atravessado por fricções internas e por instabilidades de comando. Em conjunto, o panorama sugere que a guerra não produziu apenas confrontos contra o inimigo externo, mas também um conjunto persistente de conflitos intramuros: tensões entre superiores e subalternos, violência interpessoal, rupturas momentâneas da autoridade e tentativas de evasão do serviço.

A categoria "fuga de presos" merece atenção específica, pois aponta para dimensões institucionais da indisciplina. Ao contrário da deserção "direta", a fuga de presos supõe a existência de custódia, vigilância e falhas (ou conivências) na execução do controle. Em termos históricos, isso sugere que a disciplina não pode ser compreendida apenas como relação vertical entre comando e obediência, mas como campo no qual interagem práticas, interesses e solidariedades no interior da tropa e de suas estruturas de vigilância. Ainda que não se possa deduzir automaticamente a ocorrência de conivência ou corrupção a partir de números agregados, o simples fato de a categoria ser relevante indica que o sistema repressivo também era tensionado por dinâmicas internas e limites operacionais.

A leitura dos "ferimentos" e dos "assassinatos", por sua vez, permite aproximar os dados de uma história social da guerra. Tais delitos,

ainda que numericamente inferiores à deserção, são qualitativamente eloquentes: registram a presença de violência entre membros da força, sugerindo situações de conflito exacerbado, punições extrajudiciais, disputas interpessoais e colapsos de convivência. A guerra, ao intensificar a pressão cotidiana, pode ampliar a incidência de agressões e respostas violentas, tornando mais frequente o transbordamento de tensões latentes. Além disso, o tratamento jurídico desses episódios revela o esforço institucional de reconstituir causalidades, atribuir responsabilidade e estabilizar narrativas em um ambiente no qual o limite entre acidente, excesso e intenção pode tornar-se opaco.

Desobediência e insubordinação também devem ser lidas para além de sua dimensão estritamente normativa. Ambas expressam resistência ao exercício do comando e, frequentemente, são sintomas de crises localizadas de governabilidade: homens exaustos, mal alimentados, doentes ou temerosos tendem a responder de forma menos previsível ao controle, e a autoridade precisa ser continuamente reafirmada. Nessa chave, tais delitos ajudam a captar o modo pelo qual o comando e a Justiça Militar se tornavam mecanismos complementares de ordenação. A "desordem", por fim, opera como categoria agregadora de comportamentos que ameaçavam a rotina coletiva e a eficiência operacional: tumultos, conflitos, perturbações e outras ocorrências que, embora nem sempre vinculadas a um ato único, compunham um ambiente de quebra de disciplina.

A presença de registros de embriaguez e abandono de guarda/posto reforça a necessidade de considerar dimensões psicológicas e materiais do conflito. Embora tais categorias possam ser interpretadas como transgressões pontuais, elas também podem refletir processos de desgaste, medo e fadiga. Em um cenário de longa duração, o cotidiano de vigília, a precariedade do repouso e a insegurança permanente corroem a capacidade de manter condutas exigidas pela disciplina militar. Assim, o panorama criminal, longe de ser apenas um inventário jurídico, funciona como índice das condições concretas do serviço e

de como essas condições produzem comportamentos classificados como delitos.

Em síntese, os relatórios indicam que a Justiça Militar foi chamada a administrar não apenas desvios "excepcionais", mas um repertório relativamente recorrente de transgressões estruturadas pela própria experiência da guerra. Ao enquadrar condutas como crimes e submetê-las ao circuito de julgamento, a Justiça Militar convertia tensões internas em "casos" formalizados, passíveis de instrução, sentença e revisão. Essa formalização, contudo, não implica neutralidade: ela integra as técnicas de governo do efetivo e participa da produção de disciplina e hierarquia, ao mesmo tempo em que revela as fissuras e limites do controle em campanha.

ESTUDOS DE CASO – deserção: pena máxima no papel, revisão na prática

No repertório de crimes militares processados durante a Guerra do Paraguai, a deserção ocupa lugar central não apenas pela recorrência, mas também pelo estatuto simbólico que lhe foi atribuído pelas autoridades: trata-se de conduta entendida como ruptura do dever de lealdade e, portanto, como ameaça direta à coesão das fileiras. No plano normativo, a gravidade do delito se expressa de forma particularmente contundente no Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763 (Art. 14), que prescrevia a pena de morte para desertores em tempo de guerra. Ainda assim, a observação dos processos revela uma dinâmica menos linear, marcada por mecanismos de revisão e por um uso recorrente de comutações, em especial quando a sentença alcançava o patamar máximo. Em termos sintéticos, a aplicação estrita do dispositivo poderia gerar aquilo que Maestri descreve como "uma verdadeira mortandade" (MAESTRI, 2015, p. 128), razão pela qual a prática punitiva tendeu a

operar por calibragens que buscavam preservar simultaneamente a disciplina e a governabilidade do efetivo.

Do ponto de vista procedimental, os autos de deserção apresentam um roteiro relativamente estável: abertura do Auto de Corpo de Delito, convocação do Conselho de Guerra, inquirição de testemunhas, interrogatório do réu e sentença em primeira instância — frequentemente severa e diretamente ancorada no regulamento. Essa estabilidade formal não impede, contudo, que o percurso decisório seja reconfigurado nas instâncias superiores, sobretudo quando o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ) intervém reformando sentenças. É nessa passagem que se observa, com maior clareza, um padrão de ajuste pragmático: em vez de confirmar automaticamente a pena capital, a instância revisora converte a punição máxima em penas longas de prisão com trabalho, preservando a exemplaridade, mas evitando os custos políticos e disciplinares de execuções amplamente reiteradas. Em formulação direta, Maestri assinala que "as sentenças foram comutadas em penas de prisão com trabalho forçado, ao passarem para a segunda instância" (MAESTRI, 2015, p. 128).

O processo de Manoel Simeão de Sousa é particularmente ilustrativo desse mecanismo. O caso refere-se a um episódio ocorrido em 22 de dezembro de 1866, no acampamento do 1º Corpo de Exército em Tuiuti, em que o soldado, integrante da 7ª Companhia do 26º Corpo de Voluntários da Pátria, foi acusado de desertar e de subtrair armamento/equipamento militar (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 42). O Conselho de Guerra, em primeira instância, reconheceu a deserção e aplicou a pena de morte, conforme a letra do art. 14; contudo, a própria sentença foi acompanhada de recomendação de clemência, o que indica que a lógica punitiva comportava, no interior do procedimento, espaços de consideração de circunstâncias individuais (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 42). Em 16 de março de 1867, o CSMJ reformou a decisão e substituiu a

pena capital por seis anos de prisão com trabalho forçado, evidenciando que a instância superior operava como filtro de moderação das punições máximas (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 42). Essa prática — que, em termos formais, preserva a autoridade do regulamento, mas ajusta a punição ao caso — não foi isenta de controvérsias entre chefias militares: ao tratar da comutação, registra-se a crítica de Caxias à substituição da pena de morte para "o 'maior dos crimes', a deserção" (DOURADO, 2010, p. 167-168), o que sugere tensões entre racionalidades distintas de disciplina (exemplaridade absoluta versus governabilidade e preservação do contingente).

O processo de Amâncio Luís da Silva reforça o mesmo padrão, com variação importante na maneira como os autos registram atenuantes. Amâncio, corneta do 10º Batalhão de Infantaria, foi acusado de deserção em tempo de guerra, com imputação associada ao roubo de armamento e equipamento, e o procedimento seguiu o rito clássico: Auto de Corpo de Delito, Conselho de Guerra, testemunhas, interrogatório e sentença de morte em primeira instância (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 45). A reforma em segunda instância converteu a pena máxima em doze anos de prisão com trabalho, evidenciando novamente a atuação do CSMJ como instância que reequilibra o rigor normativo diante das condições concretas do conflito (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 45). A diferença, aqui, é que o registro do processo não enfatiza com o mesmo destaque circunstâncias atenuantes expressas, o que sugere que a comutação não dependia exclusivamente de um "perfil moral" do acusado, mas de uma racionalidade institucional mais ampla, voltada à calibragem das penas capitais.

O caso de Manoel Joaquim Petisca do Nascimento permite avançar um passo, pois explicita de forma mais nítida a incorporação de circunstâncias externas ao ato de desertar — em particular, coerção

e apresentação voluntária. O processo, datado de 14 de fevereiro de 1867, envolve um soldado do 1º Batalhão de Artilharia a Pé acusado de deserção em tempo de guerra, com rito semelhante aos anteriores (Auto de Corpo de Delito, Conselho de Guerra, testemunhas e interrogatório), e aplicação do art. 14 do código de 1763 como fundamento para a pena de morte (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 48). No entanto, o Conselho de Guerra recomendou clemência ao considerar serviços prestados, apresentação voluntária e a alegação de intimidação por superior, indicando que, mesmo quando a lei era mobilizada para afirmar a necessidade de execução, o procedimento reconhecia espaços formais de mitigação (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 48). A sentença foi reformada pelo CSMJ para pena de prisão com trabalho, e, na comparação sistematizada dos três casos, o processo de Petisca resulta em reforma para cinco anos, justamente por estar mais carregado de circunstâncias atenuantes explicitadas (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 48).

Em conjunto, os três processos permitem sustentar que o sistema judicial-militar operou com uma lógica de dupla face. De um lado, reafirmava a deserção como conduta limite, associada a punição máxima em primeira instância, em consonância com o arcabouço normativo; de outro, ativava mecanismos de revisão e clemência — pela instância superior e, não raro, pelo horizonte da graça imperial — como forma de impedir que a aplicação estrita do regulamento produzisse efeitos disfuncionais (desorganização do efetivo, agitação e perda de governabilidade). Essa racionalidade não deve ser lida como "benevolência" em sentido fraco: as penas comutadas permanecem pesadas e disciplinadoras, mas, ao evitarem a execução reiterada, preservam a utilidade política e militar da punição. A deserção, nesse quadro, aparece não apenas como transgressão individual, mas como ponto de fricção entre disciplina exemplar e administração prática da

guerra, em ambiente no qual a indisciplina se ligava também a variáveis materiais — a ponto de Burton registrar que "a questão do dinheiro é um sinal para toda sorte de indisciplina" (BURTON, 1997, p. 397).

ASSASSINATO "ACIDENTAL" E O PESO DO CONTEXTO OPERACIONAL

Os processos referentes a crimes de assassinato durante a Guerra do Paraguai expõem um problema recorrente em cenários de combate: a atribuição de culpabilidade quando a morte decorre de decisões tomadas sob pressão, incerteza e protocolos de segurança próprios do teatro de operações. Nesses casos, a Justiça Militar é chamada a distinguir entre conduta criminosa (com dolo ou culpa juridicamente relevante) e resultado trágico produzido no exercício do dever, em circunstâncias nas quais a própria racionalidade militar exige respostas imediatas. Em termos metodológicos, trata-se de reconhecer que o direito não opera fora do tempo social e das condições materiais em que os fatos são produzidos, pois "É no interior dessa história construída pelos homens que se coloca o direito, ali e somente ali" (GROSSI, 2006, p. 8).

O processo envolvendo o 2º Cadete Francisco José das Neves é exemplar para compreender essa fronteira entre dever e desastre. O incidente ocorreu quando o cadete exercia a função de vedeta nas linhas avançadas, em contexto de alta vigilância, com ordens para atirar diante de qualquer movimento suspeito em razão da proximidade do inimigo. Nessas circunstâncias, a morte do Tenente-Coronel Francisco Frederico Figueira de Mello resultou de um disparo efetuado pelo sentinela quando o superior atravessou a linha sem informar sua presença ou intenções às sentinelas, evidenciando um problema de comunicação e de procedimento no sistema de segurança adotado em campanha

(BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 41).

Do ponto de vista processual, a instrução seguiu o padrão da justiça castrense: inquirição de testemunhas e interrogatório do réu, culminando em decisão unânime do Conselho de Guerra pela absolvição. O fundamento central foi a ausência de intenção de produzir dano e a caracterização do ato como cumprimento de ordem e dever de vigilância, deslocando o eixo interpretativo do "assassinato" para a excepcionalidade operacional do evento (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 41). A confirmação posterior pelo Conselho Supremo Militar e de Justiça reforçou esse enquadramento, ratificando a compreensão de que, em situações de segurança imediata, a apreciação do fato deve considerar o conjunto de informações disponíveis ao agente no momento e as exigências próprias da função de sentinela (BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, Processo nº 41).

Analiticamente, o caso evidencia que a Justiça Militar não operava como engrenagem automática de punição, mas como instância de estabilização de narrativas e responsabilidades. A pergunta subjacente — o que conta como "crime" quando a linha entre o cumprimento do dever e um resultado fatal é estreita — é respondida mediante a valorização da intenção e da contextualização operacional. Ao absolver, o sistema preserva a racionalidade do serviço (obedecer ordens em posto de vigilância) e evita que a ameaça de responsabilização penal produza efeito paralisante sobre funções essenciais ao funcionamento militar. Assim, a absolvição não significa a negação da gravidade do resultado, mas a produção de um juízo de imputação compatível com a economia prática da guerra: proteger a disciplina sem destruir a governabilidade do cotidiano em campanha.

FERIMENTOS E INSUBORDINAÇÃO

Nos crimes de ferimentos, sobretudo quando associados à insubordinação, a chave interpretativa desloca-se do dano físico isolado para a lesão simbólica e política imposta à hierarquia. O arcabouço normativo de referência já sinaliza essa gravidade ao proibir "diferenças e disputas" e prever punições severas quando o conflito transborda em agressão entre camaradas: "mas se suceder a qualquer soldado ferir o seu camarada a traição, ou o matar, será condenado ao carrinho perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias", conforme conta no artigo 8º do já supracitado código. Ainda que o Código Criminal de 1830 tipificasse a ofensa física com um espectro penal próprio (BRASIL, 1830, art. 201), a justiça castrense, em contexto de guerra, tendia a enquadrar a violência interna sob uma lógica de disciplina e de preservação da ordem, em que a infração não se limita à integridade do ofendido, mas compromete a coesão e a autoridade no interior da força.

Essa dimensão se acentua quando os autos indicam que o ferimento se articula ao desafio explícito ao mando — isto é, quando a agressão se converte também em insubordinação. Nesses casos, a resposta judicial tende a endurecer porque o bem jurídico implicitamente protegido não é apenas a integridade corporal, mas a própria cadeia de comando, cujo enfraquecimento ameaçaria o governo cotidiano do efetivo em campanha. O processo de Brás da Silva do Espírito Santo, acusado de ferimento acompanhado de insubordinação, permite observar com nitidez o modo como a Justiça Militar produzia autoridade pela combinação de rigor procedimental e exemplaridade penal.

A tramitação do caso evidencia, em primeiro lugar, uma preocupação formalista que não deve ser confundida com "garantismo" no sentido contemporâneo, mas compreendida como condição de legitimidade do próprio castigo. O Conselho Supremo Militar e de

Justiça (CSMJ) anulou inicialmente o processo por omissão de "algumas fórmulas substanciais", o que implicou a reconvocação do Conselho de Guerra e a reabertura do exame, reafirmando a centralidade do rito como requisito de validade do julgamento. A partir da reconvocação, o caso culminou em condenação às galés perpétuas, pena justificada pela gravidade atribuída à conjugação entre violência física e afronta à autoridade — entendida como ameaça direta à disciplina e à hierarquia militar.

Ao mesmo tempo, o próprio desfecho do processo confirma que o sistema não operava apenas por automatismo punitivo, mas por mecanismos de revisão capazes de recalibrar a proporcionalidade. O CSMJ reformou a sentença, reduzindo-a para dez anos de galés, movimento que indica a coexistência, no interior da Justiça Militar, de duas racionalidades complementares: a reafirmação exemplar da hierarquia (que sustenta a pena alta) e a possibilidade de moderação por revisão (que ajusta a pena ao reexame do caso). Em perspectiva analítica, processos como o de Brás da Silva do Espírito Santo explicitam a função política do julgamento no ambiente de guerra: não se trata apenas de sancionar um ato individual, mas de reafirmar que a ordem de comando permanece válida — e deve ser reconhecida como tal — mesmo quando o cotidiano da campanha produz desgaste, arbitrariedades percebidas e fricções internas. A atuação das instâncias militares, ao exigir a observância das "fórmulas substanciais" e ao impor pena elevada (ainda que moderada na revisão), revela que a Justiça Militar operava como mecanismo de governo das fileiras, convertendo conflitos e violências internas em decisões dotadas de autoridade e vocacionadas à reprodução da disciplina.

SENTENÇAS, MODERAÇÃO E PRAGMATISMO

A análise das sentenças proferidas no âmbito da Justiça Militar durante a Guerra do Paraguai evidencia uma dinâmica recorrente: embora o arcabouço normativo associado aos regulamentos militares oitocentistas previsse punições severas — notadamente no tocante à deserção —, a prática decisória revela mecanismos de mitigação e ajuste que, em muitos casos, suavizaram a literalidade da norma para torná-la operacionalmente administrável em contexto de campanha. Em termos analíticos, não se trata de negar a vocação disciplinar do sistema, mas de demonstrar que a disciplina foi produzida por meio de um equilíbrio instável entre exemplaridade punitiva e governabilidade do efetivo, mediado por instâncias de revisão e por expedientes como recomendação de clemência e apelo à graça imperial.

Esse movimento aparece com nitidez no tratamento conferido à deserção. No plano normativo, o Regulamento de 1763 fixava, para o desertor em tempo de guerra, a pena capital. No plano empírico, entretanto, a alta incidência do delito e as condições materiais da guerra tornavam a execução reiterada de sentenças máximas um instrumento potencialmente contraproducente. A formulação de Maestri é particularmente expressiva ao sintetizar essa tensão: "Caso fosse seguido ao pé da letra, teríamos uma verdadeira mortandade" (MAESTRI, 2015, p. 128). A passagem não apenas sublinha o descompasso entre a norma e a realidade de campanha, como também indica um problema de racionalidade punitiva: a pena, concebida para dissuadir, poderia perder sua eficácia política se aplicada em escala incompatível com a necessidade de manter contingente e coesão.

Na mesma direção, Maestri acrescenta que "a pena perderia o objetivo de dissuasão, transformando-se em causa de agitação entre as tropas e a população civil" (MAESTRI, 2015, p. 128). A observação é decisiva para compreender por que o sistema produziu moderação sem abdicar da disciplina: o excesso punitivo poderia gerar, paradoxalmente,

maior instabilidade, alimentando ressentimentos, temores e resistência, em vez de reforçar obediência. Assim, o pragmatismo não se apresenta como concessão moral, mas como cálculo político-administrativo orientado à preservação da governabilidade em ambiente extraordinário.

Esse pragmatismo pode ser observado no padrão de comutações e revisões em segunda instância e no recurso frequente ao pedido de perdão. Como aponta Maestri, "mais comumente, as sentenças foram comutadas em penas de prisão com trabalho forçado, ao passarem para a segunda instância, ou quando do apelo ao Imperador" (MAESTRI, 2015, p. 128). A frase descreve, com precisão, o papel de dois mecanismos articulados: (a) a revisão pelas instâncias superiores — sobretudo o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ) — e (b) a intervenção da graça imperial como expediente político-jurídico de administração das penas. Em ambos os casos, a lógica não foi "afrouxar" a disciplina, mas calibrá-la: substitui-se a morte por penas longas e gravosas (prisão com trabalho), preservando exemplaridade e evitando custos sociais e militares de execuções reiteradas.

A existência desse circuito de mitigação não implica ausência de conflito entre racionalidades disciplinares. Pelo contrário: as fontes indicam tensões entre chefias militares e instâncias decisórias. Dourado registra a crítica de Caxias à comutação, ao afirmar: "Deploro… a comutação da pena de morte para o 'maior dos crimes', a deserção" (DOURADO, 2010, p. 167-168). O trecho é relevante porque explicita a disputa sobre o sentido da punição: para certos comandantes, a pena capital tinha função de restauração imediata da autoridade; para o sistema decisório mais amplo (incluindo CSMJ e o próprio Imperador), a disciplina precisava ser compatibilizada com a gestão do contingente e com considerações sobre circunstâncias individuais e serviços prestados.

A atuação do CSMJ, nesse quadro, pode ser interpretada como instância de filtragem e correção de decisões que, em primeira instância, tendiam a refletir uma aplicação mais rígida do regulamento. Nos processos de deserção analisados, observa-se com frequência

a pena máxima fixada pelo Conselho de Guerra e, posteriormente, reformada pelo CSMJ para penas de prisão com trabalho — como nos casos de Manoel Simeão de Sousa (Processo nº 42) e de Amâncio Luís da Silva (Processo nº 45), além de Manoel Joaquim Petisca do Nascimento (Processo nº 48). Esse percurso sugere que o sistema preservava a retórica do rigor (inclusive com sentenças de morte em primeira instância), mas acionava, por revisão ou clemência, uma política punitiva mais "administrável" no conjunto.

Outro aspecto fundamental desse pragmatismo reside no fato de que nem toda disciplina passava pelo julgamento formal. Maestri indica que, "não raro, desertores não passavam por conselho de guerra" (MAESTRI, 2015, p. 128), apontando para a coexistência entre justiça formal e mecanismos sumários de coerção. A alternativa mais recorrente mencionada pelo autor é o castigo corporal: "O castigo corporal foi talvez a principal punição alternativa ao conselho de guerra e à pena de prisão e morte" (MAESTRI, 2015, p. 128). A afirmação é especialmente útil porque evidencia que a disciplina em campanha operava por múltiplas camadas — algumas registradas nos autos, outras executadas no cotidiano das unidades — e que a administração do desvio envolvia tanto tribunais quanto práticas imediatas de coerção.

Nesse ponto, o testemunho de Cerqueira contribui para compreender a racionalidade temporal desses expedientes: "A aplicação do castigo nos exércitos deve ser pronta. A demora enfraquece a autoridade" (CERQUEIRA, 1980, p. 91). A frase não apenas justifica, do ponto de vista da cultura militar, a preferência por punições imediatas, como também permite interpretar por que determinadas condutas eram tratadas fora do circuito judicial: em campanha, a eficácia da punição era frequentemente concebida como dependente de sua rapidez e visibilidade. Em termos institucionais, isso significa que a Justiça Militar formal coexistia com uma economia cotidiana de penas, na qual o comando e as práticas regimentais também desempenhavam funções disciplinares decisivas.

Dessa forma, "moderação" não deve ser compreendida como abrandamento generalizado, mas como componente de uma política punitiva que buscava manter a disciplina sem comprometer a capacidade operacional e a coesão interna. O conjunto das evidências sugere que a justiça castrense produziu uma disciplina de dupla via: (i) aplicava, em primeira instância, o repertório severo do regulamento como linguagem de autoridade e (ii) acionava, em instâncias superiores e pela via da graça, mecanismos de correção e calibragem, evitando que a literalidade normativa resultasse em efeitos disfuncionais para o esforço de guerra. Assim, o pragmatismo judicial-militar aparece como forma de governo do efetivo em campanha, no qual a disciplina é perseguida não apenas pelo máximo castigo, mas pela compatibilização entre punição, legitimidade e governabilidade.

CONCLUSÃO

A Justiça Militar brasileira, no contexto da Guerra do Paraguai, operou como um componente efetivo de governo do exército em campanha, na medida em que articulou procedimentos, classificações e sanções capazes de transformar tensões cotidianas em decisões dotadas de autoridade. Ao circular entre "o mundo jurídico e o mundo militar", a justiça castrense permite compreender como o sistema disciplinar se relacionava com o restante da tropa e com as demandas que emergiam do conflito (JESUS, 2024, p. 22). Nessa chave, o panorama quantitativo dos delitos julgados — com destaque para a predominância da deserção — indica que o principal desafio disciplinar esteve menos em infrações pontuais e mais na ameaça sistêmica à coesão, exigindo respostas que combinassem repressão e preservação do contingente (JESUS, 2024, p. 93-94).

Ao mesmo tempo, a análise das sentenças evidencia que a severidade normativa associada ao regulamento não se traduziu automa-

ticamente em aplicação ininterrupta de punições máximas. A prática decisória mostra que, embora os Conselhos de Guerra frequentemente recorressem a interpretações rígidas, o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ) adotou, em diversos casos, postura de mitigação, particularmente quando se tratava de penas draconianas, como a pena de morte (JESUS, 2024, p. 130). Essa dinâmica revela uma racionalidade pragmática: aplicar a literalidade normativa em escala compatível com a incidência do crime poderia produzir efeitos disfuncionais para o esforço de guerra — "uma verdadeira mortandade" — e, por consequência, corroer a governabilidade do efetivo (MAESTRI, 2015, p. 128). Assim, a comutação para penas longas de prisão com trabalho, bem como a abertura para a clemência, deve ser compreendida menos como benevolência e mais como técnica de administração da disciplina em condições extraordinárias (JESUS, 2024, p. 130).

Esse pragmatismo, contudo, conviveu com contradições estruturais. A economia punitiva da campanha não se restringiu ao circuito formal de julgamento e sentença: os autos e os testemunhos sugerem a persistência de mecanismos de coerção imediata, em especial castigos corporais, cuja execução pública operava como demonstração de autoridade e pedagogia disciplinar. Nessa dimensão, a experiência militar reproduziu padrões de violência e controle social compatíveis com a sociedade escravista do século XIX: o tratamento dispensado aos soldados guardava "notável semelhança" com práticas aplicadas a trabalhadores cativos, e os castigos corporais assemelhavam-se ao açoitamento dirigido a pessoas escravizadas (JESUS, 2024, p. 130). A Justiça Militar, ao julgar majoritariamente praças, não apenas punia transgressões específicas, mas também refletia e, em certa medida, perpetuava desigualdades e normas sociais vigentes (JESUS, 2024, p. 130).

Por fim, ao converter conflitos em "casos" e ao calibrar penas entre rigor e moderação, a Justiça Militar contribuiu para redefinir o lugar do Exército no Império, tanto no plano institucional quanto no

plano social. A guerra ampliou o prestígio da instituição e fortaleceu um sentido corporativo que se projetou na vida pública — "o corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um sentimento de unidade corporativa, um novo sentido de sua importância" (SCHULZ, 1971, p. 295) — ao mesmo tempo em que o Exército, antes desmoralizado, passou a ser percebido como instituição de caráter nacional, "com raízes nos grupos sociais até então invisibilizados pelo Império" (JESUS, 2024, p. 128). Nesse quadro, a Justiça Militar aparece menos como um foro técnico isolado e mais como arena de negociação, caso a caso, dos limites entre punição exemplar, pragmatismo institucional e definição do que se entendia por "ordem" nas fileiras — com efeitos diretos sobre a reprodução de hierarquias sociais no interior da caserna (JESUS, 2024, p. 130).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento.**

BURTON, Richard Francis. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai,** 1865-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CORRÊA, Univaldo. **A Justiça Militar e a Constituição de 1988:** uma visão crítica. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1991.

DORATIOTO, Francisco. História e ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. In: **Encuentro Anual del CEL,** 5., 2009, Buenos Aires. Anais eletrônicos. Buenos Aires: Museu Histórico Nacional da Argentina, 2008.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai:** fome, doenças e *penalidades.* 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Crimes e Punições na Guerra do Paraguai (1864-1870). In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História,** 2009, Fortaleza. Fortaleza, 2009.

GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre direito.** Rio de Janeiro: Forense, 2006.

JESUS, William de Matos. **Justiça militar brasileira na guerra do Paraguai (1865-1870):** organização e estrutura a partir de processos-crime. 2024. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Alagoinhas, 2024.

KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Afro-Ásia,** n. 17, 1996.

MAESTRI, Mário. Pranchada Infamante: Resistência ao Castigo Físico do Soldado Imperial na Guerra contra o Paraguai. De Raíz Diversa: **Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos,** v. 1, n. 2. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

RIBEIRO, Luciano Roberto Melo. **200 Anos de Justiça Militar no Brasil:** 1808-2008. Rio de Janeiro: Action, 2008.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército.** Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1990.

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira.** t. II: Declínio e queda do Império. v. 4. São Paulo: Difel, 1971.

SOUZA, Adriana Barreto de. A governança da Justiça Militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820). **Almanack,** v. 1, p. 368-408, 2016.

SOUZA, Adriana Barreto de; SILVA, Ângela Moreira da. A Organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro),** v. 29, n. 58, p. 361-380, 2016.

CAPÍTULO 36

O MUNICÍPIO EM NÚMEROS: notas sobre demografia e os desafios da governança urbana no Recife oitocentista (1828-1855)

Williams Andrade de Souza[179]

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA FALAR DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS

O Recife, na primeira metade do século XIX, passou por um em acelerado processo transformação. Como capital de Pernambuco e principal porto das províncias do norte, a cidade refletia as esperanças e as contradições próprias do Brasil Imperial, encenando, ao mesmo tempo, a promessa do progresso e o drama das desigualdades. Governar este espaço complexo era o desafio central da Câmara Municipal, instituição na qual convergiam os interesses das elites locais, as prerrogativas do Estado e as demandas urgentes da população (SOUZA, 2019). Propomos apresentar alguns dados demográficos sobre os habitantes do município, traçando notas sobre seu perfil social a partir dos censos oficiais e de dados coletados em fontes primárias disponíveis para o período entre 1828 e 1855. Interessa-nos saber quem e quantos eram os "recifenses" do Oitocentos? Como se distribuíam no espaço citadino e rural? Qual a configuração populacional do município e suas possíveis implicações à governança local?

Propomos reconstituir esse quadro a partir de uma análise demográfica e socioeconômica do município entre 1828 e 1855. Para

179 Universidade Federal Rural de Pernambuco
williams.souza@ufrpe.br

além de um mero exercício estatístico, parte-se do pressuposto de que os números censitários constituem documentos políticos de primeira ordem. Eles não apenas descrevem uma realidade, mas a constroem ao estabelecer categorias (livre/escravo, urbano/rural, homem/mulher) que orientam a ação do Estado. Mais do que isso, esses dados conformam o substrato material das alegorias que guiam nossa interpretação: a cidade como 'Sereia', espaço de atração, oportunidades e dinamismo econômico; e a cidade como 'Leviatã', palco de tensões, conflitos latentes e problemas de ordem pública que desafiavam cotidianamente a autoridade governativa local.

Ao cruzar os mapas populacionais com informações sobre habitação, comércio e sociabilidade, buscamos evidenciar como o crescimento, a distribuição espacial e o perfil da população desenhavam o campo de ação prioritário das autoridades, em especial, a camarária. A concentração humana nos bairros centrais, a marca profunda da escravidão urbana, a presença de uma massa de livres pobres, a precariedade habitacional e a proliferação de espaços como as tavernas não constituíam mero pano de fundo amorfo de um cenário inerte. Eram, na verdade, elementos concretos que compunham a 'economia moral do cotidiano', com a qual os governantes locais precisavam lidar. Ao final, demonstraremos que o 'município em números' constitui a chave para compreender as premissas materiais, os dilemas cotidianos e os limites da governança municipal em uma sociedade escravista urbana em plena efervescência.

O MUNICÍPIO EM NÚMEROS: dinâmicas de crescimento, padrões de distribuição e a centralidade do urbano

Uma importante historiografia já se dedicou sobre a demografia citadina do Recife na primeira metade do século XIX. Contudo, esta mesma produção não voltou o olhar para o município em sua totalidade espacial e social. Não obstante a qualidade desses trabalhos, seus expoentes frequentemente deram ênfase aos habitantes da área urbanizada, diferenciando principalmente livres e escravizados, ou, quando muito, versaram sobre os bairros centrais e os arrabaldes, acrescentando uma leitura sobre a relação numérica entre homens e mulheres. Em parte, isso se deve aos propósitos específicos de suas análises, assim como ao fato de os dados demográficos para o período serem sempre problemáticos, lacunares e, por vezes, inconsistentes. Mas, apesar desses percalços comuns à pesquisa histórica, é possível realizar uma reconstituição aproximada dessas informações para grande parte do Recife e seu Termo a partir dos censos da época. Para tal fim, faremos uso aqui das informações coligidas e disponibilizadas a pedido do presidente da província para os anos de 1828 e 1855, o que, coincidentemente, abarca o período central desta pesquisa (ZANCHETI, 1989; ARRAIS, 2004; CARVALHO, 2010; SILVA, 2011).

Este exercício quantitativo, porém, apesar de trazer importante descrição e análise estatística, por vezes, dedica-se mais à população urbana do Recife, além de não focar mais detidamente na problematização dos dados. Apesar de não pretendermos esgotar aqui uma leitura mais problematizadora dos dados censitários, propomos que os números dos censos operam em três planos interpretativos fundamentais para a nossa investigação. Primeiramente, eles constituem o substrato material e demográfico das alegorias da Sereia e do Leviatã. O crescimento, a distribuição e o perfil da população espelham concretamente a cidade atrativa, dinâmica e conectada (a Sereia), mas também revelam a massa humana que gerava tensões, demandas insatisfeitas e conflitos latentes

(o Leviatã). Em segundo lugar, essas estatísticas são produtos de uma razão governativa em formação, instrumentos que tornam a sociedade legível para o Estado e para a municipalidade, visibilizando certos grupos para fins de administração, tributação e controle, ao mesmo tempo em que ocultam ou simplificam realidades sociais mais complexas e fluidas. Por fim, a dinâmica populacional desenhada pelos números estabelece o campo de ação prioritário e a agenda concreta da Câmara Municipal. A pressão demográfica traduzia-se em demandas urgentes por emprego, habitação, abastecimento e ordem pública, definindo os termos de uma "economia moral do cotidiano urbano" com a qual os vereadores precisavam negociar constantemente.

O principal conjunto de informações demográficas sobre a província de Pernambuco, referente à primeira metade do século XIX, remonta ao ano de 1828. Segundo esse levantamento, o município do Recife contava com uma população de 38.159 habitantes, distribuídos por sete freguesias (FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 185). Em 1855, um segundo recenseamento registrou 63.993residentes, revelando um crescimento de 40,3% no intervalo de 27 anos, o equivalente a 25.834 pessoas, ou uma média anual de aproximadamente 957 novos habitantes (UNIVERSITY OF CHICAGO, 1856, p. 67; BARRETO In MELLO, 1975, pp. 448-633).[180] Esse florescimento demográfico não apenas acompanhou

180 Considerando as inconsistências nos registros censitários, a análise comparativa requer um ajuste metodológico claro. Conforme documentado, a freguesia de Muribeca é listada em 1828 (FIGUEIRA DE MELLO, 1979,p. 185), mas não em 1855 (UNIVERSITY OF CHICAGO, 1856, p. 67; BARRETO In: MELLO, 1975, pp. 448-633.), enquanto São Lourenço da Mata não figura em nenhum dos dois levantamentos, pertencendo, à época, à jurisdição do Cabo. Apesar dessa lacuna documental, o somatório total da população para os anos de 1828 e 1855 mantém sua validade como referência para uma aproximação segura da tendência evolutiva geral do município e de seu Termo. Esta opção permite captar a dinâmica macro demográfica — o crescimento de 40,3% no período —, ainda que a comparação fineza entre todas as unidades freguesias específicas não seja integralmente possível.

a expansão da malha urbana e a ampliação dos núcleos rurais, mas significou também a dinamização do processo de urbanização como condicionante da própria transformação do espaço municipal.

Quadro 1: População do Recife por freguesias em 1828 e 1855

	Recife	S. Antônio e S. José	Boa Vista	Várzea e Afogados	Poço da Panela	Jaboatão
1828	5.910	13.422	6.346	2.394	1.139	4.644
1855	7.976	22.350	10.651	10.347	3.429	9.240

Fonte: Elaborado a partir de: FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 185; UNIVERSITY OF CHICAGO, 1856, p. 67; BARRETO In: MELLO, 1975, pp. 448-633.

As informações no quadroajudam a visualizar a proporção desse crescimento por freguesia. Notadamente, entre um período e outro, o aumento populacional foi geral, mas com um destaque marcante para as freguesias rurais.[181] Estas mais do que dobraram em quantidade de pessoas, com um crescimento absoluto de 181% contra 59,58% da população urbana no período em questão. Em termos relativos, isso quer dizer que as freguesias rurais cresceram 85%, e as urbanas apenas 15%, ainda que este último dado represente um valor superior em termos reais, uma vez que as freguesias rurais contabilizavam bem menos habitantes que as urbanas. Várzea e Afogados sobressaíram no quesito ampliação da quantidade de indivíduos, sendo responsáveis

181 Para assegurar a comparabilidade dos dados entre 1828 e 1855, a análise que se segue adota os seguintes critérios metodológicos: foram excluídas as freguesias de Muribeca e São Lourenço da Mata, pois não integram continuamente o município no recorte temporal estudado ou não possuem registros censitários consistentes para ambos os anos. Além disso, visando manter a coerência espacial ao longo do período, os dados das freguesias de São José e Santo Antônio são apresentados de forma agregada, uma vez que São José foi desmembrada de Santo Antônio apenas em 1844. O mesmo procedimento foi aplicado às freguesias de Várzea e Afogados, cujos limites e denominações também sofreram alterações significativas, sendo aqui tratadas como uma unidade analítica consolidada para fins de comparação.

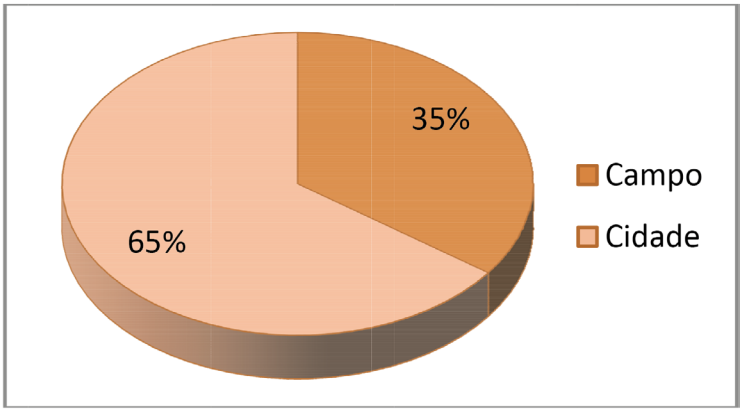
por 59% do crescimento relativo às demais freguesias, pulando de 2.394 para 10.347 habitantes – um salto absoluto de 332,20% (7.953 pessoas). Este crescimento desproporcional do Termo não é um detalhe secundário. Ele sinaliza uma expansão futura das fronteiras materiais e simbólicas da governança municipal, apontando para a formação de uma periferia rural-urbana com dinâmicas próprias que, gradualmente, exigiriam a atenção da Câmara. Uma linha de investigação promissora seria justamente uma microanálise comparada dessas freguesias rurais, buscando entender sua composição ocupacional, suas relações de abastecimento com o núcleo urbano e como a autoridade camarária se fazia presente – ou estava ausente – nesses espaços distantes.[182]

Apesar do crescimento vigoroso no campo, a essência demográfica do município permaneceu urbana. Em 1828, 67% (25.678 pessoas) residiam nos bairros centrais; em 1855, essa proporção era de 64% (40.977 pessoas).[183]A média do período aponta que 65% dos recifenses viviam na cidade. O Gráfico a seguir demostra isso com mais clareza.

182 Destrinchando-se os números das tabelas e analisando as freguesias em separado, veremos que a Várzea cresceu mais do que Afogados. Em 1828 a freguesia tinha 1.080 habitantes, foi para 5.514 em 1855. Crescendo 410,55% (4.434 pessoas). Já Afogados tinha, em 1828, em torno de 1.314 almas, chagando a 4.833 em 1855. Crescimento de 269,33% (3.539 pessoas). A Nova Estrada para Paudalho e a linha férrea que cortou os povoados da freguesia da Várzea provavelmente foi uma das principais causas desse forte aumento populacional. Também é preciso considerar se houve alteração na dimensão das freguesias entre os períodos analisados. Ainda assim, o crescimento e a diferença de número entre as freguesias foram expressivos.

183 Se contabilizarmos a diferença entre os valores totais presente nas tabelas, veremos um salto de 56,5% da população urbana - que foi de 25.678 para 40.977 pessoas, uma diferença de 15.299 indivíduos; e de 84,4% da rural, que partiu de 12.481 e chegou a 23.016 sujeitos, uma diferença de 10.535 almas.

Gráfico 1: Média percentual dos habitantes do Recife - campo x cidade (1828-1855)



Fonte: Elaborado a partir de: FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 185.

Em resumo, notamos que o crescimento demográfico do Recife entre 1828 e 1855 foi geral, mas desequilibrado. Embora a massa populacional (cerca de 65%) e os maiores números absolutos permanecessem concentrados no núcleo urbano (crescimento de 59,58%), foi nas freguesias rurais que ocorreu a transformação mais dinâmica, com um crescimento explosivo (181%), destacando-se Várzea e Afogados. Este crescimento desproporcional no Termo rural não era um fenômeno marginal; ele sinalizava uma expansão da fronteira urbana e a formação de uma periferia rural-urbana com demandas próprias, que começavam a exigir a atenção do poder municipal.

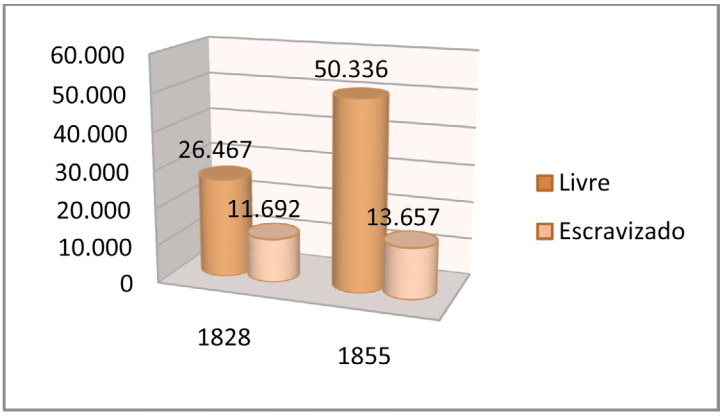
Apesar da expansão vigorosa da periferia rural, a essência e o principal desafio da governança municipal permaneciam radicalmente urbanos. A combinação de concentração populacional (mesmo que percentualmente menor), densidade econômica, infraestrutura e serviços complexos fazia da cidade propriamente dita o palco mais imediato e desafiador para a Câmara. Administrar os conflitos, a ordem e o desenvolvimento deste núcleo era a tarefa primordial, ainda que as dinâmicas da nova periferia exigissem atenção crescente. Isto sugere

uma tensão governativa entre gerir a cidade consolidada e incorporar suas novas franjas.

PERFIL DA POPULAÇÃO: gênero, condição social e as estruturas da desigualdade

No que se refere à condição social dos indivíduos registrados nos censos em apreço, delineamos o perfil daqueles classificados como livres e dos arrolados como cativos. Apesar das lacunas, omissões e possíveis imprecisões presentes nos mapas censitários da época, fontes que exigem do historiador um olhar atento aos interesses fiscais, administrativos e ideológicos de sua produção, é possível compor um quadro geral. No gráfico comparativo a seguir, observa-se essa variação para todo o município do Recife no período.

Gráfico 3: Distribuição dos habitantes livres e escravizados no município do Recife (1828–1855)



Fonte: Elaborado a partir de: FIGUEIRA DE MELLO, 1979, P. 185; UNIVERSITY OF CHICAGO, 1856, p. 67; BARRETO In: MELLO, 1975, pp. 448-633.

As duas primeiras colunas do gráfico indicam a proporção de habitantes livres e cativos em 1828; as duas seguintes correspondem

ao ano de 1855. Quanto à condição social, os números confirmam a profunda marca da escravidão, mas também suas transformações. Em 1828, os livres representavam 69,4% da população municipal, contra 30,6% de escravizados. Em 1855, a proporção era de 78,66% livres para 21,34% cativos. Um primeiro cuidado crítico impõe-se aqui: as categorias "livre" e "escravizado", embora operacionais, tendem a homogeneizar experiências sociais extremamente díspares. No interior do grupo dos livres, havia desde grandes senhores de engenho e comerciantes abastados até uma massa de trabalhadores pobres, libertos e agregados cuja condição jurídica pouco garantia diante da instabilidade econômica e da violência cotidiana. A historiografia recente (FARIA, 1998; REIS, 2003) tem insistido na necessidade de desnaturalizar essas rubricas censitárias, tratando-as como construções políticas e não como meros reflexos da realidade.

O dado crucial, porém, é a localização: a escravidão recifense era marcadamente urbana. Em 1828, 68% dos escravizados do município viviam na cidade; em 1855, ainda eram 56,43%. Apesar da queda percentual, mantinha-se uma massa cativa numerosa e visível no coração da urbe (cf.: CARVALHO, 2010).Essa presença estável é central para compreender a face Leviatã da cidade: o medo das revoltas, a tensão permanente nas ruas, a disputa por espaços e a complexa gestão de uma ordem pública que incluía o controle de uma grande população escrava. Aqui, cabe uma reflexão historiográfica: a metáfora do "Leviatã" – tomada de empréstimo de Hobbes e frequentemente aplicada ao Estado disciplinar – precisa ser manejada com cautela no contexto escravista brasileiro. Diferentemente do Estado europeu moderno, cuja soberania se fundamentava na proteção dos cidadãos em troca da obediência, o aparato policial e jurídico do Império brasileiro atuava seletivamente: protegia a propriedade escrava e a ordem senhorial ao mesmo tempo que reprimia com violência desmedida qualquer movimento da população cativa ou livre pobre. A historiografia revisionista tem demonstrado como o medo das revoltas urbanas,

sobretudo após a experiência haitiana e as insurreições escravas da primeira metade do século XIX no Brasil, moldou uma gestão da cidade que oscilava entre a vigilância paramilitar e a negociação paternalista (REIS, 2003; GOMES, 1995).

Paralelamente, a significativa população livre e pobre (cujo tamanho é apenas sugerido pelos dados) via-se em constante disputa pelo mercado de trabalho com essa mão de obra cativa, gerando o "desemprego grassador" apontado por Santos (1994, p. 158). Obras públicas como a construção do Cais do Apolo, em 1843, justificada também para gerar "emprego às classes menos abastadas", é um sintoma claro de como essa pressão social se traduzia em políticas urbanas. Do ponto de vista crítico, é preciso indagar até que ponto essas obras efetivamente aliviavam o desemprego ou funcionavam como estratégias de disciplinamento e espetáculo do poder público, uma questão que conecta a história do Recife a debates internacionais sobre "cidade higienista" e "urbanismo de controle" (SOUZA, 2016; REIS, 1991; HIZER; VIEIRA, 2001; LUZ, 1982; COSTA, 1979).

A análise do perfil dessa população revela variadas camadas de complexidade social. Em 1828, havia um ligeiro predomínio feminino (53,6%), cenário que se equilibrou em 1855 (50,44% homens, 49,56% mulheres). O dado mais significativo, porém, é a distribuição espacial por gênero: na cidade, as mulheres sempre foram maioria (27,5% a mais em 1828, 15% a mais em 1855), enquanto no campo a presença masculina era preponderante e crescente. Essa distribuição dialoga com a tese de Marcus Carvalho (2010) sobre a valorização ideológica da vida urbana pós-Independência e com a integração de Pernambuco na órbita do capitalismo. A cidade se apresentava como um espaço de oportunidades diversificadas, atraindo e absorvendo mão de obra feminina em nichos como o comércio ambulante, os serviços domésticos, a lavagem e a costura. Um estudo dedicado aos ofícios urbanos e à participação feminina no mercado de trabalho informal, cruzando dados censitários com registros de profissões e anúncios, poderia iluminar concretamente

essa dinâmica econômica de gênero. No entanto, uma ressalva crítica se faz necessária: os censos oitocentistas são notoriamente lacunares no que tange ao trabalho feminino, especialmente o não-assalariado ou o realizado em domicílio. Muitas mulheres livres pobres – sobretudo negras e mestiças – tinham sua ocupação registrada de forma genérica ("doméstica", "costureira") ou simplesmente omitida, subalternizando sua contribuição econômica. A historiografia já demonstrou que a "invisibilidade" da mulher nas fontes fiscais e censitárias não reflete sua ausência do mercado, mas sim os vieses de registro de uma sociedade patriarcal e escravista. (SAMARA, 1989).

Para o primeiro período, contabilizamos um total de 26.467 pessoas classificadas como livres, portanto, 69,4% da população do município. As outras 11.692, que correspondiam a 30,6%, estavam categorizadas como escravizadas. Do primeiro montante, 67% (17.743 indivíduos livres) habitavam a cidade, e os outros 33% (8.724) o campo; do segundo, 68% (7.935 indivíduos escravizados) viviam na urbe, contra 32% (3.757) que residiam na zona rural. Essa diferença agudizou-se um pouco mais em 1855. Nessa segunda contagem, eram 50.336 (78,66%) pessoas livres contra 13.657 (21,34%) escravizadas no município. Registrando-se 7.707 (56,43%) cativos para a cidade e 5.950 (43,56%) para as freguesias rurais. O peso das leis antitráfico (sobretudo a lei de 1831, reiterada pela Lei Eusébio de Queirós de 1850) e o comércio interprovincial se faziam sentir já nesse momento, diluindo o aumento nos números da escravaria, mas a quantidade dela na cidade não se alterou muito ao longo do período, sofrendo apenas uma leve queda. Do ponto de vista crítico, é essencial notar que esses números quase certamente subestimam a população cativa. Como alerta a demografia histórica (SLENES, 1999; LUNA; KLEIN, 2010), os censos imperiais padeciam de subdeclaração sistemática de escravizados por parte de proprietários que temiam aumentos de impostos ou mesmo ações de fiscalização mais rigorosa. Além disso, a chamada "escravidão ilegal" após 1831 – africanos desembarcados clandestinamente – raramente aparecia

nos registros oficiais. Portanto, a queda percentual de cativos entre 1828 e 1855 deve ser interpretada com prudência: pode refletir tanto transformações reais no perfil da força de trabalho quanto mudanças nas práticas de declaração e na eficácia do aparato censitário.

Para os anos analisados, os números nos permitem inferir que o município como um todo era composto em sua maioria por pessoas livres, e que grande parte delas vivia na área urbanizada. Por outro lado, analisando os dados para os indivíduos cativos, observamos que a escravidão no Recife era marcadamente urbana, pois, do total, o número maior de escravizados se concentrava nos bairros centrais, sem uma grande variação entre os anos de 1828 e 1855. Ainda que provavelmente muitos dos proprietários se negassem a declarar o número real da sua escravaria, e levando em consideração o uso frenético da mão de obra cativa nos engenhos, a densidade de cativos aparece maior para o centro da cidade. Essa aparente contradição – engenhos demandando grande contingente escravo, mas os números mostrando concentração urbana – merece uma reflexão historiográfica. Uma hipótese plausível, sustentada por trabalhos como os de Marcus Carvalho (2010) sobre o Recife, é que muitos escravizados de engenhos eram contabilizados nas freguesias rurais de Jaboatão, Santo Antão etc., que não pertenciam necessariamente ao município do Recife. Além disso, os engenhos próximos à cidade podiam ter sua mão de obra registrada como "rural" do próprio município, mas a análise mostra que o percentual de cativos no campo (32% em 1828, 43,56% em 1855) era menor do que o esperado para uma economia agroexportadora. Isso sugere que o Recife funcionava como um centro de redistribuição de cativos – seja para o mercado interno de serviços urbanos, seja como entreposto para o comércio interprovincial –, e não como local predominante de produção açucareira.

Observando as informações para a cidade propriamente dita, a comparação entre livres e escravizados dentro da área urbana não fugiu ao padrão apresentado para o Recife como um todo. Nos três bairros

centrais, a proporção entre um e outro seguiu, com leve diferença, a mesma tendência geral do município: 17.743 (69%) livres para 7.935 (31%) escravizados em 1828 e 33.270 (81,19%) livres contra 7.707 (18,80%) escravizados em 1855. Nota-se a permanência de uma importante diferença de número de pessoas livres para o de cativas, assim como a pouca variação do quantitativo de escravizados nos dois períodos apontados. Aqui, um ponto crítico frequentemente negligenciado pela historiografia tradicional é a própria definição do que significava ser "livre" em uma sociedade escravista. Como demonstrou Sidney Chalhoub (1990) em Visões da liberdade, a condição jurídica de liberto podia ser revogável, e ex-escravizados viviam sob a ameaça constante de reescravização. As categorias censitárias "livre" e "escravizado", portanto, não capturam gradações como "liberto condicional", "africano livre" (sob tutela) ou "ingênuo" – todas presentes no universo jurídico do Oitocentos. Assim, ao analisar a proporção de livres na cidade, corre-se o risco de superestimar o contingente efetivamente autônomo, ignorando as múltiplas formas de dependência pessoal, tutela e sujeição que afetavam sobretudo a população negra e mestiça.

Por certo, essa desconformidade proporcional entre sujeitos de condições sociais diferentes, especialmente na cidade, permite-nos inferir ser também provável que os livres pobres dela se viam em pé de disputa pelo mercado de trabalho com o contingente cativo. Sendo esta a mão de obra preferível e aquela a mais abundante, a relação de força ficava frágil para o lado dos livres-pobres. Como nos disse Mário Márcio de A. Santos, o desemprego grassava aquela gente, constituindo-se "num dos lineamentos mais marcante da paisagem recifense" na primeira metade do Oitocentos. A luta pela subsistência e as tensões sociais certamente emergiam nesse burburinho de gente e suas necessidades mais imediatas, e isso, muitas vezes, em forma de levantes com significativa participação popular, conforme veremos.

HABITAÇÃO E OS ESPAÇOS EXCLUDENTES

Outros dados presentes no censo de 1828 permitem refinar nossas leituras sobre o perfil populacional do Recife, seja ao considerar o número de indivíduos por domicílio, seja ao vislumbrar aspectos da condição de vida de parte dos moradores do município. Entre esses registros, destaca-se o número de casas existentes à época. Segundo os dados, havia 6.457 moradias construídas em taipa, palha ou pedra e cal, conforme a tabela a seguir.

Quadro 2: Número e tipologia das casas no Recife (1828)

Taipa	Palha	Pedra e Cal	Total
795 (12,95%)	274 (4,46%)	5.067 (82,57%)	5.067 (82,57%)[184]

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: FIGUEIRA DE MELLO, 1979, P. 185.

Dividindo o número de habitantes pelo total de casas, obtém-se a média de 6,21 pessoas por moradia. Ainda que se trate de dados parciais, pois, como registrado no censo, alguns mapas censitários não apresentaram o número exato de casas nas povoações, é possível ponderar, sem desconsiderar, o apinhamento de indivíduos por unidade habitacional. Tal quadro torna-se ainda mais expressivo quando se considera que um mesmo lar poderia abrigar mais de uma família, ou seja, conter um ou mais fogos, o que ampliava significativamente o contingente de moradores por residência. Os números, portanto, sugerem que as casas recifenses do Oitocentos eram intensamente

184 O número diverge da tabela Casas, fogos, almas e lojas por freguesias e povoações do Recife em 1828 (FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 185), que contabiliza um total de 405 casas para a povoação de Macujé, elevando o montante geral para 6.457. Ou seja, 321 casas a mais do que na nossa contagem item por item. A razão dessa discrepância não é clara, mas o autor menciona a ausência desses dados nos mapas particulares da freguesia da Muribeca. É possível, portanto, que tenha lançado um número estimativo no somatório final de sua contagem para a referida freguesia.

ocupadas por proprietários ou inquilinos, juntamente com seus parentes e aderentes, que, se não as abarrotavam até o teto, ao menos preenchiam todos os espaços disponíveis nos cômodos.[185]

O que mais chama a atenção no quadro é a quantidade de casas que não eram construídas em cal e pedra. Em parte, tais dados podem servir de base para refletir sobre o perfil social de parcela dos habitantes do município. Considerando-se que muitas pequenas moradias não foram contabilizadas pelos recenseadores e que algumas das registradas pertenciam a indivíduos de posição social mais elevada, pode-se afirmar, contudo, que ao menos 17,42% dos moradores do Recife habitavam em tetos extremamente precários, vivendo nas 1.069 casas de taipa ou palha, materiais perecíveis e de baixo ou nenhum valor comercial.[186] Desse total, 10,75% residiam nas 115 casas de taipa ou palha localizadas na parte urbanizada, enquanto os outros 89,25% ocupavam os 954 casebres das freguesias rurais. Já a população residente em moradias paupérrimas na cidade propriamente dita correspondia a 2,78%,

185 Os percentuais não são exatos, em razão da ausência do número de casas em algumas freguesias e de certas inconsistências nos mapas censitários da época. Ainda assim, servem como aproximação da realidade então vivida. Por 'fogo' entende-se a casa, ou parte dela, em que habita de forma independente uma pessoa ou família; de modo que um mesmo edifício poderia conter dois ou mais fogos (SENADO FEDERAL, 1842). Os dados da tabela Casas, fogos, almas e lojas por freguesias e povoações do Recife em 1828 (FIGUEIRA DE MELLO, 1979, p. 185) indicam que, no período, cada casa do município abrigava em média cerca de 1,1 família. Para uma leitura aprofundada sobre as casas em Pernambuco e no Brasil Imperial, cf.: FREYRE, 1979.

186 Nos jornais, algumas dessas casas eram anunciadas como parte integrante de outros bens, como terrenos, sítios ou casas de venda. Muitas delas, portanto, tinham pouco ou nenhum valor próprio. Essa suspeita se reforça ao observarmos que os anúncios se detinham em descrever os bens e benfeitorias que as acompanhavam. Ainda que pudessem pertencer a indivíduos com algum patrimônio adicional, tais moradias podiam ser habitadas por pessoas pobres (BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 28, 05/02/1838, p. 4, c. 3; n. 58, 11/05/1840, p. 4, c. 2; n. 222, 05/10/1849, p. 3, c. 1; DN, n. 216, 07/10/1843, p. 4, c. 1; n. 249, 16/11/1848, p. 4, c. 1).

habitando as 115 casas de taipa ou palha, em contraste com os que viviam nas 4.601 casas de pedra e cal nos três bairros centrais. Trata-se, certamente, de um número aquém da realidade, pois não considerava nem os desabrigados, nem a grande massa da população escravizada que, mesmo no cativeiro urbano, raramente dispunha de um bem como uma choupana de palha ou um casebre de taipa.[187]

Nos dois dos três bairros centrais, já que o do Recife não possuía tais casebres, o número estimado de 713 pessoas consideradas muito pobres ou miseráveis, provavelmente residentes nesses tetos paupérrimos, não pode ser desprezado. O caso de Santo Antônio é particularmente expressivo, por concentrar 101 dessas casas. Embora representassem apenas 3,7% do total de edificações do bairro, constituíam um contingente relativamente significativo para o espaço citadino, diminuto e disputado. Por outro lado, é importante destacar que a grande maioria da população encontrava abrigo em casas de pedra e cal distribuídas pelos bairros centrais do Recife. No conjunto, supõe-se que a principal demanda político-social do município emanava desse contingente múltiplo de habitantes da parte urbanizada, a cidade.

Em resumo, os dados sobre habitação de 1828 são reveladores. Com uma média de seis pessoas por casa, havia um indicador forte de adensamento e de arranjos domésticos complexos (múltiplos "fogos"). Mais de 17% das casas eram de taipa ou palha, materiais perecíveis e de baixo valor. Embora a grande maioria (89,25%) dessas moradias precárias estivesse nos arrabaldes, as 115 existentes na área urbana são significativas. Elas revelam que a pobreza extrema, frequentemente

187 Em 1832, a municipalidade do Recife denunciava a existência de pobres enfermos que viviam em um canto da Ribeira, no bairro de Santo Antônio, expostos ao rigor das estações e possivelmente à fome e à falta de tratamento (APEJE. CM, Recife, n. 10 – 1832. Ofício de 19/09/1832). No mesmo ano, também registrava infrações à Postura, Título 9º, § 4º, que proibia a retirada de pedras do arrecife. A maioria dos infratores era composta por pessoas indigentes, incapazes de arcar com o pagamento da multa (APEJE. CM, Recife, n. 10 – 1832. Ofício de 26/04/1832).

invisibilizada pelos registros oficiais, era um componente estrutural, ainda que marginal, do tecido urbano central. A história social da moradia no Recife, investigando formas de habitação coletiva, cortiços incipientes e o mercado de aluguéis, é um campo fértil para entender as estratégias de sobrevivência dessa população.

Nessa incursão narrativo-analítica proposta aqui, é possível dizer que o quadro demográfico em expansão no Recife não só compunha certo lado leviatã do município, como também o potencializava. No mais, apontam para as demandas sociais se avolumando, premindo a agenda urbana, intersectando as práticas governativas. É importante considerar a relação entre o crescimento populacional e a multiplicação de bocas para alimentar, portanto, mais mercado para regular e fiscalizar, assim como era preciso regular os ajuntamentos e planejar melhor os divertimentos públicos e a promoção de festas. Ademais, se havia mais pessoas, era necessário um maior número de casas, logo, maiores problemáticas construtivas apareciam seguidas do agravamento das questões sanitárias. Portanto, mais revezes para a ordem desejada pelas elites dominantes, mais espaços para o conflito e a negociação por parte da população frente à governança da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: os números censitários como arena política e as fronteiras da pesquisa

O percurso realizado neste texto permitiu-nos reconstituir o solo demográfico e social sobre o qual se ergueu e atuou a municipalidade recifense na primeira metade do século XIX. Os números de 1828 e 1855, longe de serem dados áridos, revelaram-se a espinha dorsal material das alegorias que orientam nossa pesquisa. Através deles, foi possível visualizar a Sereia: a cidade que crescia, atraía, concentrava oportunidades e tecia complexas redes de subsistência; e o Leviatã: o mesmo crescimento que gerava tensões, tornava visível uma

escravidão urbana massiva, pressionava a infraestrutura e fazia emergir sociabilidades vistas como ameaçadoras. Demonstramos, assim, que o "município em números" era, na verdade, o campo de forças no qual a governança se exercia, traduzindo pressões populacionais em uma agenda concreta de intervenção, regulação e, por vezes, conflito.

Contudo, esta breve leitura, ao iluminar determinadas questões, também projeta sombras que apontam para horizontes investigativos ainda mais amplos. As conclusões aqui apresentadas não esgotam o potencial heurístico dos dados e das problemáticas levantadas. Pelo contrário, elas funcionam como um ponto de partida para se repensar a própria natureza do poder municipal e sua inscrição espacial e social. As evidências coligidas sugerem a urgência de se explorar algumas dimensões fundamentais que, embora tangenciadas, carecem de um tratamento sistemático futuro.

Em primeiro lugar, urge investigar a microfísica do poder municipal. A Câmara do Recife pode ser compreendida como um laboratório de técnicas de governo, onde os números censitários, as posturas e os relatórios não apenas descreviam, mas ativamente produziam a realidade social a ser administrada. Que categorias de sujeitos, o "vadio", o "desordeiro", o "taverneiro mau", foram forjadas por essa ação regulatória? A obsessão em fiscalizar tavernas, controlar ajuntamentos e regular festas aponta para uma sofisticação da gestão que visava não apenas o território, mas os corpos, os hábitos e os tempos da população, sinalizando uma passagem crucial de um governo da cidade para um incipiente governo da população da cidade.

A leitura do esforço de disciplinamento, por sua vez, pode evidenciar um choque profundo entre economias morais em conflito. É o caso de se pensar espaços de sociabilidade como a taverna, espaço vital de abastecimento, crédito e sociabilidade popular, era o antípoda da praça ordenada, silenciosa e decorosa almejada pelas elites. As posturas que regulavam horários e ruídos podiam, portanto, ser muito mais que regras de polícia; ou seja, podem ser vistas com a tentativa de

impor uma economia moral sobre outra, definindo autoritariamente quem tinha o direito a qual uso do espaço e do tempo urbano. Numa disputa que remete a uma questão central: existiria, entre as camadas populares, uma noção prática de "direito à cidade", reivindicado através da ocupação persistente de logradouros e da manutenção de práticas culturais próprias?

A presença de uma escravidão urbana densa e estável, por outro lado, coloca a municipalidade no cerne de um paradoxo político. Como administrar uma ordem urbana que se pretendia moderna e civilizada alicerçada em uma instituição arcaica e visceralmente violenta? Isto nos leva a perguntar pela especificidade do governo municipal sobre o cativeiro. As posturas sobre captura de fugitivos, o comportamento de escravizados em público e a conivência (ou repressão) a tavernas que os acolhiam configuraram uma verdadeira "administração municipal da escravidão". Era a Câmara um mero braço policial dos senhores, ou um espaço de mediação de conflitos que envolviam cativos, forros e pobres livres?

A demografia, ao revelar a predominância feminina no núcleo urbano, convida a uma reflexão sobre gênero, espaço e subsistência. A cidade era, para muitas mulheres, um repositório de nichos econômicos informais. Como a atuação dessas mulheres no comércio ambulante, na lavagem e nos serviços foi percebida e regulada pela visão patriarcal da Câmara? Seria possível mapear uma geografia de gênero no Recife oitocentista, identificando ruas, fontes e praças como domínios de uma presença e atuação feminina específicas?

As respostas materiais à pressão demográfica – os cais, os aterros, o calçamento – também não eram neutras. A fabricação material da cidade foi um processo profundamente seletivo. As obras públicas, por exemplo, justificadas pelo "progresso" e "emprego", operaram uma radical valorização imobiliária de propriedades específicas. Paralelamente, discursos sobre "higiene" e "embelezamento" começaram a servir para estigmatizar e justificar a remoção de populações inde-

sejadas, como os moradores de casebres de taipa. Isto nos força a falar não de uma urbanização, mas de uma urbanização seletiva, que incluía e valorizava os espaços da elite enquanto excluía e precarizava os da pobreza.

Finalmente, a ação dos vereadores só pode ser plenamente compreendida à luz de sua cultura política híbrida. Eles eram simultaneamente representantes do Estado, membros da elite local e, frequentemente, homens de negócios com interesses diretos na urbe que governavam. Como este lugar social moldou suas decisões? O ideário do "bom governo" e do "progresso" foi mobilizado para legitimar ações que também serviam a interesses privados? A análise prosopográfica e o georreferenciamento dos endereços e propriedades dos vereadores, cruzados com os mapas de intervenções públicas, poderiam testar a hipótese de que a governança modelou a cidade em benefício dos espaços da própria elite governante.

Neste sentido, a incorporação de ferramentas de georreferenciamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG) emerge como um caminho metodológico promissor para desvendar a espacialidade concreta dessas dinâmicas. Plotar em mapas históricos a densidade populacional, a localização de conflitos, os circuitos do comércio popular e as redes de propriedade das elites camarárias permitiria visualizar a "mancha urbana" da pobreza, os circuitos da intervenção estatal e a geopolítica do abastecimento. Seria a cartografia definitiva da dialética Sereia/Leviatã, transformando ruas, largos e quarteirões em documentos eloquentes da disputa pelo direito à cidade.

Por fim, é sugestivo pensar que, diante desse panorama demográfico diverso e em profunda transformação, a governança no Recife oitocentista foi uma arena de negociação conflituosa e incompleta. Nele, observamos os embates entre projetos de ordenamento biopolítico, economias morais rivais, o paradoxo da escravidão urbana, estratégias de sobrevivência de gênero, processos excludentes de fabricação do espaço e os interesses concretos de uma elite que governava a si própria

ao governar a cidade. As cifras demográficas foram o ponto de partida para desvendar esse complexo jogo. Cabe agora às investigações futuras, munidas das problemáticas aqui suscitadas, seguir adiante, mapeando não apenas quantos eram os recifenses, mas como e onde eles viviam, disputavam e, na prática, circuitava o governo do espaço urbano que a municipalidade tentava, a todo custo, dominar.

Os dados demográficos e econômicos apresentados não são um pano de fundo estático. Eles são a expressão quantificada das forças que moldavam o Recife oitocentista. O crescimento pressionava a infraestrutura e o mercado de trabalho; a concentração urbana tornava a cidade um cadinho de tensões; a escravidão urbana estável era um desafio permanente à ordem; a proliferação de comércios e tavernas criava espaços de uma sociabilidade que frequentemente escapava ao controle das elites. A tarefa da municipalidade era gerir esse universo em transformação, respondendo às demandas que os próprios números anunciavam. Assim, o "município em números" deixa de ser um capítulo descritivo para se tornar uma análise das premissas materiais da ação política camarária. Ele mostra que a governança local no Império era, em grande medida, uma resposta negociada, conflituosa e sempre incompleta aos desafios colocados por uma sociedade urbana em rápido crescimento, profundamente desigual e socialmente dinâmica. Os dados aqui apresentados são parte da chave para entendermos os dilemas concretos enfrentados pelos homens da vereança no seu dia a dia de (trans)formação da cidade.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Câmara Municipal, n. 10 – 1832. Ofício de 26/04/1832

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Câmara Municipal, n. 21 – 1843. Ofício de 29/03/1843.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Câmara Municipal, Recife, n. 10 – 1832. Ofício de 19/09/1832

BARRETO, João Francisco Xavier Paes. Freguesia de Jaboatão, uma estatística. Diário de Pernambuco de 12 de agosto de 1857 a 4 de janeiro de 1858. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste** (1840-1889), Vol. II. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, pp. 448-633.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, n. 28, 05/02/1838, p. 4, c. 3.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, n. 58, 11/05/1840, p. 4, c. 2.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, n. 222, 05/10/1849, p. 3, c. 1.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário Novo, n. 216, 07/10/1843, p. 4, c. 1.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário Novo, n. 249, 16/11/1848, p. 4, c. 1

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário Novo, n. 74, 01/04/1843, cc. 4,1, pp. 1-2.

FIGUEIRA DE MELLO, Jerônymo Martiniano. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco**. 1ª Ed. 1852.Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979,p. 185. Versão em PDF. Disponível em: Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos /mss537449/mss537449.pdf>. Acesso em: 02/06/2016.

SENADO FEDERAL. BRASIL. Decreto n. 157, de 4 de maio de 1842. Dá instruções sobre a maneira de se proceder às eleições gerais e provinciais. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=386137&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB (legis.senado.leg.br in Bing). Acesso em: 23/03/2017.

UNIVERSITY OF CHICAGO. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. Provincial Presidential Reports. Pernambuco. RELATÓRIO que à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1856 o Exm. Sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma província. Recife: Tipografia M.F. de Faria, 1856, p. 67. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco. Acesso em: 21/03/2017.

Bibliografia

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. – São Paulo: Humanitas /FFLC/USP, 2004.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre o tipo nacional de homem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos.**Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro (século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

HIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LUZ, Madel Terezinha. et al. **Medicina e ordem política brasileira**: política e instituições de saúde (1850 – 1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Mário Márcio de A. **Um homem contra o Império**: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, A União Editora, 1994.

SILVA, Maciel Henrique da. **Pretas de honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do Século XIX (1840-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE; Salvado: EDUFBA, 2011.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil, Sudeste, século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Williams Andrade. A municipalidade e os médicos: os males da insalubridade e a intervenção no cotidiano da cidade (Recife, século XIX). Rumos da **História**, n. 4 julho/setembro de 2016.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **O Estado e a Cidade do Recife**, (1836-1889). 1989. 307 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

HISTÓRIA EM MOVIMENTO

PESQUISA, ENSINO E TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

1ª Semana Acadêmica de História & II Encontro de História Nacional

10 A 13 DE DEZEMBRO DE 2025

EVENTO HÍBRIDO:

ATIVIDADES ON-LINE

ENCERRAMENTO PRESENCIAL NO ESPAÇOTEC (UFRPE)

INFORMAÇÕES SOBRE INSCRIÇÕES, MONITORIA, SIMPÓSIOS TEMÁTICOS E MINICURSOS:

EVENTO GRATUITO

Realização:

Licenciatura em HISTÓRIA

Parceria:

Diretório Acadêmico FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA COSTA

PIBID HISTÓRIA EAD UFRPE

UFRPE

TEC UFRPE

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Este livro foi diagramado no setor de Produção de Conteúdo e Material Didático da UAEADTec/UFRPE em 2026.

É com satisfação que disponibilizamos à comunidade acadêmica e ao público em geral os Anais da 1ª Semana Acadêmica de História e do II Encontro de História Nacional, evento realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2025, sob a organização do Curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec-UFRPE) e do Diretório Acadêmico Francisco Augusto Pereira da Costa.

A iniciativa, intitulada "História em Movimento: Pesquisa, Ensino e Tecnologias Digitais para uma Sociedade Democrática", nasceu da convicção de que o ofício do historiador se estende da reflexão teórico-metodológica mais profunda à prática docente mais inovadora, da pesquisa arquivística às fronteiras da história digital, da análise historiográfica clássica às novas linguagens que narram o passado e se movem em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

UFRPE

EAD TEC UFRPE

CONEXÕES PUBLICAÇÕES